



Universidade Federal da Bahia  
Instituto de Saúde Coletiva  
*Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva*  
Rua Basílio da Gama S/N, Canela - 40.110-040 Salvador-Bahia-Brasil  
E-mail: [ppgsc@ufba.br](mailto:ppgsc@ufba.br) ☎ (71) 3283-7409/7410



## **A CONTEXTUALIZAÇÃO JORNALÍSTICA SOBRE O USO DA (HIDROXI)CLOROQUINA À COVID-19 NO BRASIL (2020-2023)**

**DEIVSON MENDES SANTOS**

**2024**

**DEIVSON MENDES SANTOS**

**A CONTEXTUALIZAÇÃO JORNALÍSTICA SOBRE O USO DA  
(HIDROXI)CLOROQUINA À COVID-19 NO BRASIL (2020-2023)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPGSC), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública.

Discente: Deivson Mendes Santos

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ligia Rangel Santos

Área de Concentração: Ciências Sociais em Saúde

Linha de Pesquisa: Educação e Comunicação em Saúde

**SALVADOR**

**2024**

Ficha Catalográfica  
Elaboração Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

---

S237c Santos, Deivson Mendes.

A contextualização jornalística sobre o uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 no Brasil (2020-2023) / Deivson Mendes Santos. – Salvador: D.M. Santos, 2024.

298 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ligia Rangel Santos.

Tese (Doutorado) - Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia.

1. Comunicação e Saúde. 2. COVID-19. 3. Cloroquina. 4. Performatividade. 5. Descontextualização Desinformativa. I. Título.

CDU 614.2

---



Universidade Federal da Bahia  
Instituto de Saúde Coletiva  
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

DEIVSON MENDES SANTOS

**A contextualização jornalística sobre o uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 no Brasil (2020-2023).**

A Comissão Examinadora abaixo assinada aprova a Tese, apresentada em sessão pública ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

**Data de defesa:** 12 de dezembro de 2024.

**Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Maria Ligia Rangel Santos - Orientadora – ISC/UFBA

Profa. Dra. Ana Cristina Souto – ISC/UFBA

Prof. Dr. Luis Augusto Vasconcelos da Silva – IHAC/UFBA

Documento assinado digitalmente

ANTONIO MARCOS PEREIRA BROTAS

Data: 13/12/2024 17:17:44-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antonio Marcos Pereira Brotas – IGM/FIOCRUZ

Prof. Dr. Igor Pinto Sacramento - ICICT/FIOCRUZ

Salvador  
2024

## AGRADECIMENTOS

Na adolescência, Mainha chorou por não poder custear o curso de radialismo em outra cidade, Feira de Santana (BA). Choramos. Desde a infância, difícil... Mas, já era apaixonado pelo rádio. Próximo à defesa da tese do doutorado, Nanci Mendes lembra da trajetória até à materialidade desse texto. E ousa: “queria ter condições pra fazer mais por você, filho”. Mais? Mães...

Ela, de Catu; e eu, em Salvador. Em chamada pela *web*, enfaticamente logo defendi minha tese: “de onde viemos, me sinto amado e foi esse amor que me fez chegar aqui; riqueza maior, Mãe”. Ok, incorro nos clichês. Inclusive, reitero o dito ao finalizar a graduação: *conseguimos, Mainha!* E agradeço à Mainha e Painho, seu Edilson Cerqueira, pela formação do humano que sou hoje. Então, é também com Amor e Gratidão que agradeço à minha família pela compreensão e apoio. Aos amigos, colegas e pessoas especiais com quem divido *a dor e a delícia de ser* o que sou. À Thaynara Flôr, com quem somo capítulos de parceria, memórias e afetos nessa história.

Agradeço ao Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) por acreditar na potência da coletividade para se refletir/agir pela Saúde, de humanos/não-humanos. À Profa Dra. Maria Ligia Rangel: pela confiança e respeito mútuos ao longo de orientações que resultaram na formação desse jornalista na saúde coletiva, pesquisador/docente e sanitarista.

Idem aos mentores(as) [alguns deles, amigos(as)] que foram construtivos(as) nesse itinerário, de dentro e/ou fora dos espaços formais de Educação – humanos que inspiram outros humanos!

Obrigado aos Profs. Dr. Igor Pinto Sacramento [Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz)] e Dr. Luis Augusto Vasconcelos da Silva [Instituto de Humanidades, Artes & Ciências Professor Milton Santos (IHAC)/UFBA], que fizeram parte do exame de qualificação; e, com os Profs. Dr. Antonio Marcos Pereira Brotas [Instituto Gonçalo Moniz (IGM)/Fiocruz] e Dra. Ana Cristina Souto [ISC/UFBA], ainda participaram do exame de defesa, com mediação da professora Ligia.

Sou grato às instituições que me acolheram no mestrado, nas especializações e na graduação: o Icict/Fiocruz e a Faculdade de Comunicação (Facom) da UFBA. E reconheço a importância das bolsas de pesquisa e assistência estudantil aos custos de pesquisa/permanência estudantil.

Por isso, é fundamental destacar a extrema relevância de um projeto governamental que tenha compromisso ético-político com humanos oriundos de modos de vida vulneráveis, ad(i)versos. E possibilite-os serem agentes de transformações por uma educação de todos(as) para todos(as). Assim, quem tem fome e vive através deste propósito pode, no futuro, continuar a História...

*“A responsabilidade do falante não consiste em refazer a linguagem ex nihilo, mas em negociar o legado de uso que restringe e autoriza seu próprio discurso”.*

Judith Butler.

## RESUMO

Contextualização é uma das práticas discursivas que adotamos para interpretar textos pela relação entre seus elementos, significantes e signos, e objetos a que se referem no mundo. Portanto, implica dimensão interna ao texto, que materializa este mundo em elementos semiológicos, e outra externa, que amplamente é este mundo concreto. Uma dialética heurística e ontológica: o mundo contido no texto, mas não reduzido ao texto. Contudo, a disposição de significantes tende a ser manipulada por agentes da desinformação. Eles podem ser articulados por sujeitos na produção de sentidos sem que sua relação ao mundo concreto tenha reconhecimento de verdade, se esse conjunto semiológico não corresponder ao que instituições identificarem de empírico e factual. A manipulação pode ser feita com intenção de convencer sujeitos por efeitos de sentidos de tal articulação, mas sem compromisso com a verdade. Retórica pela retórica, a desinformação conta com pré-disposições de sujeitos para ignorarem a vinculação entre enunciados e signos de verdades – se alguém não quer acreditar em algo/outrem, por diversas razões, ignora procedimentos e resultados de acurácia informacional, para manter crença no que/em quem quer acreditar pela “verdade”. Do texto ao mundo a que se refere o texto, o espaço e tempo são referências para que a informação tenha reconhecimento de verdade – epistemológica à ciência, e factual ao jornalismo - e, assim, ser considerada veraz. Muitas vezes, a diferença entre verdadeiro, falso e impreciso não está no texto por si só, mas na relação entre o texto, eventos ocorridos/a ocorrer e um dado momento específico. A descontextualização desinformativa é o processo intencional de manipular a disposição de significantes com a finalidade de se convencer o interlocutor sobre um acontecimento ou implicação de verdade pela referência de espaço e tempo de ocorrência dos fenômenos. Um fato ou enunciação podem ter ocorrido e um enunciado pode referir-se a este fato. Contudo, o espaço e tempo enunciados num texto podem ser diferentes da sua ocorrência concreta no mundo, logo resultando em referência de imprecisão ou falsidade quando informações circularem por aí e serem apropriadas por sujeitos sem empiria e facticidade. Durante e após a pandemia de Covid-19, a descontextualização foi uma das modalidades de desinformação sobre o uso da hidroxicloroquina e cloroquina à Covid-19 no Brasil – medicamentos que compunham o chamado *Kit Covid*, a serem adotados por médicos durante o denominado *tratamento precoce*; e objeto de controvérsia entre profissionais da saúde, cientistas, e gestores públicos e privados. Um dos mais antigos e maiores jornais do país, a Folha de São Paulo pautou o tema pela proposta de fazer a contextualização jornalística – situar leitores sobre contextos de enunciações e fatos por referências espaço-temporais. O objetivo do estudo foi compreender este processo. Reconhecida a importância da contextualização jornalística, ainda assim, foram identificadas negligências da Folha, de sujeitos e instituições a algumas agendas de saúde pública anteriores, contemporâneas e posteriores à pandemia de Covid-19, legando um estatuto de saúde limitado só a um momento histórico. Então, essa ‘contextualização’ demandou uma revisão conceitual para compreendermos jogos de visibilidades e enunciabilidades de sua prática na saúde pública. A tese examinou o papel do jornalismo na mediação de informações em saúde pública, com foco na contextualização jornalística sobre o uso da (hidroxi)cloroquina durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, no período de 2020 a 2023. E investigou como práticas jornalísticas podem atuar na contenção da desinformação em períodos de crise sanitária, abordando desafios éticos, comunicacionais e de saúde coletiva em meio às pretensões de produção da “verdade”.

**Palavras-Chave:** Comunicação e Saúde, Covid-19; Cloroquina; Performatividade; Descontextualização Desinformativa.

## ABSTRACT

Contextualization is one of the discursive practices we adopt to interpret texts through the relationship between their elements, signifiers and signs, and the objects they refer to in the world. Therefore, it implies an internal dimension to the text, which materializes this world in semiological elements, and an external dimension, which is broadly this concrete world. A heuristic and ontological dialectic: a world contained in the text, but not reduced to the text. However, the arrangement of signifiers tends to be manipulated by agents of disinformation. They can be articulated by subjects in the production of meanings without their relationship to the concrete world being recognized as true, if this semiological set does not correspond to what institutions identify as empirical and factual. Manipulation can be done with the intention of convincing subjects through the effects of meanings of such articulation, but without commitment to the truth. Rhetoric for rhetoric's sake, disinformation relies on subjects' predispositions to ignore the connection between statements and signs of truth – if someone does not want to believe in something/someone else, for various reasons, they ignore procedures and results of informational accuracy, in order to maintain belief in what/whom they want to believe in as “truth”. From the text to the world to which the text refers, space and time are references for the information to have recognition of truth – epistemological for Science; and factually for journalism – and, thus, be considered truthful. Often, the difference between true, false and inaccurate is not in the text itself, but in the relationship between the text, events that have occurred/will occur and a specific moment. Disinformative decontextualization is the intentional process of manipulating the arrangement of signifiers in order to convince the interlocutor about an event or implication of truth by referencing the space and time of the occurrence of the phenomena. A fact or statement may have occurred and a statement may refer to this fact. However, the space and time enunciated in a text can be different from its concrete occurrence in the world, thus resulting in a reference to inaccuracy or falsehood when information circulates and is appropriated by subjects without empiricism and facticity. During and after the Covid-19 pandemic, decontextualization was one of the modalities of misinformation about the use of hydroxychloroquine and chloroquine for Covid-19 in Brazil – medications that made up the so-called Covid Kit, to be adopted by doctors during the so-called early treatment; and the subject of controversy among health professionals, scientists, and public and private managers. One of the oldest and largest newspapers in the country, Folha de São Paulo, guided the theme by the proposal of journalistic contextualization – situating readers in the contexts of statements and facts through space-time references. The aim here was to understand this process. Recognizing the importance of journalistic contextualization, it was possible to identify negligence on the part of Folha, its subjects and institutions with regard to some public health agendas prior to, contemporary with and after the Covid-19 pandemic, leaving a health status limited to just one historical moment. Therefore, the 'contextualization' required a conceptual review in order to understand the games of visibilities and enunciations of its practice in public health. The thesis examined the role of journalism in mediating public health information, focusing on the journalistic contextualization of the use of (hydroxy)chloroquine during the Covid-19 pandemic in Brazil, from 2020 to 2023. And investigated how journalistic practices can act to contain misinformation in periods of health crisis, addressing ethical, communicational and collective health challenges amid claims to produce “truth”.

**Keywords:** Communication and Health, Covid-19; Chloroquine; Performativity; Disinformative Decontextualization.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Agendamento da tafenoquina no *website* do jornal F. de São Paulo ..... p. 223

Tabela 2: Síntese de dados por internação hospitalar e agendamento midiático ..... p. 225

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Tendências em a) taxa de incidência de casos de malária (casos por 1.000 habitantes em risco), b) taxa de mortalidade (mortes por 100.000 habitantes em risco), 2000–2019 e c) casos de malária por país na Região das Américas da OMS, 2019 ..... p. 215
- Figura 2 - Mapa de risco de malária por município de infecção no Brasil ..... p. 216
- Figura 3 – Internações por malária no Brasil: 2017-2019; 2020 ..... p. 221
- Figura 4 – Taxas de falha no tratamento entre pacientes com *P. vivax malária*, Região das Américas da OMS, 2010–2019 ..... p. 222
- Figura 5 – Gráfico sobre relação entre agendamento midiático e internações por malária no Brasil ..... p. 225
- Figura 6 – Panorama retrospectivo da pandemia de Covid-19 no Brasil..... p. 226
- Figura 7 – Imagem/legenda do box de fotografias referentes ao “colapso” em Manaus... p. 228

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	18
<b>Capítulo 1: A controvérsia sobre o uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19</b> .....	23
1. 1 A discursividade das controvérsias .....	25
1. 1. 1 Das controvérsias ao dispositivo .....	35
1. 1. 1. 1 Eficácia da (hidroxi)cloroquina como dispositivo sanitário e tecnologia política .....	39
1. 1. 2 Do dispositivo às controvérsias .....	45
1. 1. 3 Uma noção de discursividade pelos <i>rastros</i> dos objetos .....	47
1. 2 Localizando os rastros da controvérsia pela cobertura midiática .....	55
1. 3 A historicidade de uma controvérsia .....	58
1. 4 Revisão de literatura sobre a cobertura midiática da controvérsia .....	63
1. 5 A “guerra contra a desinformação”: entre retórica e fatos .....	74
1. 6 A linguagem da pandemia de Covid-19 no Brasil .....	80
<b>Capítulo 2: A contextualização jornalística contra a desinformação na pandemia de Covid-19</b> .....	85
2. 1 Agendamentos midiáticos da (hidroxi)cloroquina na Folha de São Paulo .....	91
2. 2 A historicidade comunicacional de uma controvérsia como horizonte de pesquisa .....	97
2. 3 Do texto ao contexto, do contexto ao texto [texto>contexto>texto] .....	101
2. 4 Da dialogicidade bakhtiniana à pragmática: um olhar panorâmico ao contexto .....	104
2. 5 Do contexto à contextualização .....	107
2. 6 A contextualização sob o olhar do(a) pesquisador(a) .....	111
2. 7 Contextualização jornalística como historicidade comunicacional de uma pandemia .....	115
2. 7. 1 Um enunciado central reiterado, com seus objetos e referentes .....	119
2. 7. 2 Contextos não-determinados previamente .....	123
2. 8 Alguns elementos para realização da análise empírica .....	126
2. 8. 1 Uma teoria do enunciado .....	126
2. 8. 2 O dialogismo, a polifonia e a alteridade .....	129
2. 8. 3 Intertextualidades: notas para observação posterior ao enunciado reiterado .....	133
2. 9 Procedimento operatório de análise .....	135
2. 9. 1 Espaço-temporalidades da pandemia de Covid-19 .....	139
2.10 As performances entre contextos .....	143

<b>Capítulo 3: Entre visível e enunciável, cenas de (in)eficácia da (hidroxi)cloroquina.....</b>	<b>151</b>
3. 1 Texto I: Posicionamentos de Flávio Dino sobre (hidroxi)cloroquina à Covid-19.....	155
3. 1. 1 A reiteração enunciativa .....	156
3. 1. 2 O discurso relatado .....	164
3. 2 Texto II: Posicionamentos do médico Kalil Filho sobre uso da (hidroxi)cloroquina	178
3. 2. 1 Discursos constituintes sobre a eficácia da (hidroxi)cloroquina .....	179
3. 2. 1. 1 Discursos constituintes científicos e políticos sobre eficácia da (hidroxi)cloroquina.....	181
3. 2. 1. 2 Convocações do jornalismo às agências da (hidroxi)cloroquina .....	191
3. 3 Texto III: O cronotopo da (in)eficácia da (hidroxi)cloroquina no Amazonas-Brasil..	204
3. 3. 1 A cronotopia como categoria analítica e seus usos para a saúde coletiva.....	205
3. 3. 2 Negligências entre malária e Covid-19 .....	211
3. 3. 3 Agências da malária .....	214
3. 3. 4 A contiguidade de agências do(s) vírus.....	218
3. 3. 5 Maio/2023: Retrospectiva dos “fatos” e (falta de) posicionamento da F. de São Paulo.....	226
3. 4 A contextualização jornalística da F. de São Paulo: algumas considerações .....	232
3. 5 Performances da F. de São Paulo e suas fontes pela linguagem (des)contextual a partir da pandemia de Covid-19 .....	235
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	 <b>248</b>
 <b>REFERÊNCIAS .....</b>	 <b>269</b>

## INTRODUÇÃO

No dia 5 de maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim da Emergência de Saúde Pública da pandemia de Covid-19. Em seu *website*<sup>1</sup>, a Organização Panamericana da Saúde (OPAS) explica que a decisão tomada em Genebra, na Suíça, pelo diretor geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, não representa anulação de ameaça.

“A propagação mundial da doença continua caracterizada como uma pandemia, tendo tirado uma vida a cada três minutos apenas na semana passada”, disse a OPAS em mesmo texto. “O que esta notícia significa é que é hora de os países fazerem a transição do modo de emergência para o gerenciamento da COVID-19 ao lado de outras doenças infecciosas”, explicou o dirigente da OMS em outro texto<sup>2</sup>. Transição esta com muitas reverberações.

Aliás, notícias e mais notícias sobre um fenômeno de risco em escala planetária inundaram os meios de comunicação de massa e as mídias ancoradas pela internet – sobretudo, do Whatasapp, Facebook, Instagram, Twitter, entre outras redes digitais, em meio às incertezas daquele momento (Lerner, Cardoso e Clébicar, 2021). Incertezas que angustiavam.

Com uma ameaça global, idealmente organizações do mundo inteiro, públicas ou privadas, estariam imbuídas nas tentativas de identificar o que de fato está ocorrendo, medidas a serem emergencialmente adotadas; e, conforme compreendem o fenômeno, ações a ocorrerem preventivamente. Também agiria-se conforme expectativas de personas públicas, delegadas como representantes legítimos, que informariam “o certo a se fazer”, até que indivíduos e populações adotassem comportamentos “prudentes” e “saudáveis”. Perspectiva focada no risco.

A “equação” parece simples: autoridades governamentais prescrevem, cidadãos agem seguindo recomendações técnico-científicas e a ameaça de risco é controlada. Mas não é assim. A morte de quase 7 milhões de pessoas no mundo continuará nos lembrando isso, infelizmente.

Não apenas a pandemia de Covid-19 se constitui uma problema de saúde pública global, mas os processos de informação e comunicação sobre essa emergência sanitária também se configuram caoticamente no que a OMS definiu como infodemia (Zarocostas, 2020).

De informação, o processamento de dados em saúde; de comunicação, processos socioculturais que envolvem usos da informação. Estão um implicado ao outro; e vice-versa. Dialeticamente. Mesmo com influência informacional, foquemos no problema de comunicação.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>>. Acesso em: 05/05/2023.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/speeches/item/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing---5-may-2023>>. Acesso em: 05/05/2023.

O relatório do Conselho Europeu publicado em 27 de setembro de 2017, após a crise informacional que marcou a saída do Reino Unido da União Europeia no ano anterior, o *brexit*, classifica este fenômeno como “desordem informacional”. O termo é controverso.

De autoria de Claire Wardle e Hossein Derakhshan, o documento é um alerta mundial às autoridades governamentais e instituições de pesquisa. Propõe que se “pense mais criticamente sobre a linguagem que usamos para que possamos efetivamente capturar a complexidade do fenômeno” (Wardle e Derakhshan, 2017, p. 4. tradução minha<sup>3</sup>).

Naquele mesmo relatório, a desordem informacional é classificada em três processos (Wardle e Derakhshan, 2017, p. 5). O primeiro, e comum, é da cadeia de informação incorreta [*mis-information*], que se constitui “quando uma informação falsa é compartilhada, mas sem intenção de causar dano”. O segundo é da desinformação [*dis-information*], que se configura “quando uma informação falsa é deliberadamente compartilhada para causar dano”. E o terceiro é o da má informação [*mal-information*], “quando uma informação genuína é compartilhada para causar dano, ocorrendo geralmente ao se levar uma informação privada à esfera pública”.

Claire Wardle (2019), mesma pesquisadora que participou da elaboração desse relatório encaminhado ao Conselho Europeu e exposto acima (Wardle e Derakhshan, 2017), identifica e propõe ao projeto *First Draft* um panorama de avaliação à constituição da desordem informacional em sete categorias, expostas uma a uma por capítulo: sátira ou paródia; conexão falsa; conteúdo enganoso; descontextualização; conteúdo impostor; conteúdo manipulado; e, por fim, o conteúdo totalmente fabricado. Não nos deteremos a todas essas categorias.

Ana Lúcia Medeiros (2021, p. 195-197) explica o seu entendimento sobre cada categoria sugerida por Wardle. E traz exemplos marcantes da pandemia de Covid-19 que elucidam esta e outras perspectivas em relação ao fenômeno – as quais, pelas discussões, permeiam entre a classificação à desinformação ou a *fake news*, e outras, como boatos e imprecisões textuais.

Acompanhando ponderações feitas pelo professor Wilson Gomes,<sup>4</sup> mesmo sinalizando compreensão do uso do termo *fake news* - feito majoritariamente, inclusive, por parte das agências de checagens -, A. Lúcia Medeiros se posiciona em favor do termo desinformação.

Nessa perspectiva, desinformação poderia ser definida como processo mais amplo, ao passo que a profusão de *fake news* é parte deste processo. Em comum, está a manipulação danosa intencional na/pela linguagem, diferente de imprecisões de informações em textos.

Dos processos sinalizados por Wardle (2019), nos deteremos à descontextualização.

---

<sup>3</sup> Do original: think more critically about the language we use so that we can effectively capture the complexity of the phenomenon.

<sup>4</sup> Disponível em: <Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=F2EFFNOdQV0>>. Acesso: 05/05/2023.

Esse recorte se justifica pelo fato de a descontextualização ser realizada em âmbito geral, por organizações e pessoas e pelo próprio jornalismo; ou combatido pelo jornalismo, contra iniciativas discursivas manipulatórias maldosas de terceiros - ações-reações deste campo à *web*.

Contudo, não concordo com o termo “desordem informacional”, de Wardle (2019). Em linhas gerais, situo o ponto de partida. Primeiro, encontro apoio em Foucault, entendendo o discurso como anterior ao texto posto em informações. Segundo, em alguma proporção com Bruno Latour, mas também com Foucault, considero que a desordem não tem a ver com uma intenção desinformativa, e sim, às agências de objetos no mundo – de que não controlamos.

Independente da percepção, o mundo está *a priori* da linguagem. Mesmo quando o acessamos via linguagem, nós o representamos e construímos na/pela enunciação/enunciado. Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (1996, p. 51) fala do temor empírico a essa desordem – se não “apagar esse temor”, de ao menos “analisá-lo em suas condições, seu jogo e seus efeitos”.

Aqui, analisamos a “desordem” olhando para a descontextualização desinformativa. Desordem que não é a desinformação em si. Poderíamos ver desordem na ciência, no sentido de que não há uma estabilidade absoluta de verdade, mas, sim, as dinâmicas que envolvem ritos e paradigmas pelos quais objetos e problemáticas são definidos em vários campos científicos.

Importante não confundir “dinâmicas”, de que falei agora, com relativização da verdade. Por “desordem informacional”, talvez cheguemos a uma perspectiva funcionalista e também aos seus ancestrais do positivismo (Mares, 2018). Esta em que um grupo seletivo de indivíduos definiria o que é verdade, mas exclusivamente através da ciência, desconsiderando outras práticas sociais de que se valem instituições para também fazer a busca e exercício da verdade. Assim, não só evitamos mal-entendidos, mas nos aproximamos com precisão empírica, adiante.

E para situar esse fenômeno mais amplo ‘descontextualização’ como prática comunicativa desinformacional, a pesquisa traz uma problemática da saúde coletiva a partir do objeto empírico a ser analisado numa controvérsia e seus correlatos ao longo dessa pandemia.

As controvérsias quanto à gestão do risco de disseminação do SARS-CoV-2 e agravos da Covid-19 em todo o mundo nos mostram que não houve e, até agora, não há unanimidades.

Mas, é fundamental destacar que controvérsias quanto à gestão do risco entre pares de produção do conhecimento e de intervenções institucionais no âmbito da ciência é literalmente “normal”, nos termos de Thomas Kuhun (1970, p. 67-76), se partirmos ou chegarmos aos paradigmas da ciência. Ou incorreremos em extremismos relativistas (Rorty, 2002) e/ou subjetivistas da verdade (Ghiraldeli Jr, 2006). Logo: aos pares, a “gestão” da verdade.

Entretanto, a pandemia de Covid-19 trouxe à baila questões anteriores mas também constituintes de uma problemática maior que envolveu essa crise sanitária global que vivemos:

o descrédito na ciência e nas instituições que regulam e “fiscalizam” a validação de verdades, apesar de contraditoriamente se recorrerer à ciência conforme convém aos interesses peculiares, de uma organização ou sujeitos (Ricard e Medeiros, 2020), para se selar aparências de ciência.

Sabemos que controvérsias são próprias às descobertas científicas – sobretudo, na lógica regencial da ciência. E que, em algum momento, o paradigma é rompido, conforme ritos próprios e internos ao campo (Kuhun, 1970), até que a *caixa preta* (Latour, 2000, 2009, 2012) se estabilize; e, no processo científico, “verdades” sejam questionadas e/ou outras surjam.

Numa sociedade do risco, vem ocorrendo o “fim do monopólio das pretensões científicas de conhecimento”, conforme prevê o sociólogo Ulrich Beck (2011, p. 237): “a ciência se torna cada vez *mais necessária*, mas ao mesmo tempo cada vez *menos suficiente* para a definição socialmente vinculante de verdade”. A verdade escapa ao seu controle.

É que a “verdade” tem sido o próprio objeto de contestações sobre os sentidos de tudo na vida. É fenômeno que a ciência está estudando com vigência da chamada “pós-verdade” (Dunker *et al.*, 2019). Eis um grande fenômeno, que implica vários campos/práticas sociais.

E por mais que o monopólio da verdade seja algo questionável, mesmo de ciência, se quisermos pensar ainda em um projeto societal mais amplo em que funcionam outros campos de organização institucional que não apenas a ciência, ela, a ciência, é ou deveria ser autônoma.

Para Beck (2011, p. 237), há o “déficit funcional”, que, mesmo não surgindo por acaso, “tampouco é imposto às ciências de fora para dentro”. Noutro momento, o autor vislumbrava problemáticos usos linguísticos pragmáticos (Levinson, 2020; Rajagopalan, 2010) das controvérsias internas da ciência, mas que emergem para o lado de fora; transbordam.

Por um lado, a ciência, que tanto interna como externamente se enfrenta a si mesma, começa a estender aos seus próprios fundamentos e aos seus resultados práticos a força metódica de seu questionamento. Em decorrência, a pretensão ao conhecimento e ao esclarecimento é sistematicamente afxada no recuo do falibalismo, impulsionado *eficazmente* com rigor científico. Em lugar do inicialmente suposto assalto à realidade e à verdade, entram em cena decisões, regras e convenções, que poderiam muito bem ter sido outras. O desencantamento se estende aos desencantadores e altera portanto as condições do desencantamento.

Por outro lado, junto com a diferenciação interna da ciência, a ponto de se tornar incalculável, a profusão de resultados pontuais condicionais, incertos e descontextualizados (Beck, 2011, p. 237).

Em outro trabalho (Santos, 2022), observamos três núcleos de controvérsias quanto à gestão dos riscos pandêmicos de Covid-19 – ali, mais com enfoque comunicacional.

Primeiro, quanto ao chamado isolamento social: se indivíduos deveriam ficar em casa, evitando aglomerações sociais como mecanismo de barrar a disseminação do SARS-CoV-2; em contrapartida, haveriam impactos econômicos, já que a redução drástica da circulação de

pessoas entre múltiplos espaços implicaria na gigantesca diminuição da procura, encolhimento da demanda e prejuízos à oferta de produtos, sobretudo de serviços no mercado.

Segundo, no que tange à eficácia da vacina como estratégia de imunização à Covid-19 – considerando o rigor metodológico como um todo entre a sintetização do fármaco vacinal e os procedimentos de teste desta tecnologia; quando, em tempo, pessoas continuavam morrendo em progressão geométrica em todo o mundo. E que concorre com outras tecnologias.

Logo, o terceiro tem a ver com o segundo: as incertezas que perduram por algum tempo, até que a comunidade científica internacional e instituições governamentais desconsiderem o uso de vários fármacos por prescrição clínica ou *off labell* [quando a finalidade de medicação por um fármaco não é prevista para uma doença – neste caso, mesmo emergencialmente à Covid-19]. “Não se tratam de controvérsias estanques entre si. Cada qual não desaparece progressivamente, uma após a outra” (Santos, 2022, p. 8). Nos chama atenção essa terceira.

O *tratamento precoce* foi proposto como procedimento emergencial e preventivo à Covid-19. Seria adotado a partir do uso do chamado *kit covid*: pacote de medicamentos que já eram administrados no tratamento de outras doenças, mas que, por algumas semelhanças de finalidade farmacológica (Silva e Ferraz, 2020), atuariam contra a Covid-19. Ivermectiva, cloroquina e hidroxicloroquina foram os mais sugeridos<sup>5</sup>. A hidroxicloroquina teria toxicidade relativamente menor em relação àqueles (Emery e Pinheiro, 2022); e ficou “popular”.

Ainda assim, cloroquina e hidroxicloroquina são muito similares. E, por isso, usados conforme perfil clínico de cada sujeito. Passarei a referir à (hidroxi)cloroquina como uma abreviação à hidroxicloroquina e/ou cloroquina, quando um ou os dois forem objeto discursivo.

Em 2020, Marilena Corrêa, Luiz Vilarinho e Wanise Barroso (2020) já falavam sobre “Controvérsias em torno do uso experimental da cloroquina / hidroxicloroquina contra a Covid-19”. Isso decorre do fato de que não havia comprovação de eficácia destes medicamentos a essa doença – no Brasil, a dúvida durou pelo menos nos três meses após a deflagração da pandemia, isto é, março, abril e maio do ano de 2020. Nesse primeiro momento, I, esta era uma incerteza comum aos pesquisadores e profissionais que atuavam nas diversas áreas da saúde.

Em abril deste mesmo ano, Caroline Menezes, Cristina Sanches e Farah Chequer (2020) questionavam, na publicação “Efetividade e toxicidade da cloroquina e da hidroxicloroquina associada (ou não) à azitromicina para tratamento da COVID-19”: “O que

---

<sup>5</sup> No livro “Cloroquination”, a jornalista Chloé Pinheiro e o farmacêutico Flavio Emery (2022, p. 296-297) disponibilizam uma tabela descrevendo os principais medicamentos utilizados no Brasil até o ano de 2022: ácido ascórbico, bicatulamida, cefalexina, cloroquina, colchicina, colecalciferol (vitamina D3), dutasterida, enzalutamida, flutamida, hidroxicloroquina, ivermectina, levofloxacina, nitazoxanida, paracetamol, prednisona, proxalutamida. Estão acessíveis em todo o país – pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ou em farmácias comerciais.

sabemos até o momento?”. É importante situar a controvérsia ao longo do momento histórico, ainda e por isso, não cronologicamente fixo (Koselleck, 2014; Ricouer, 2020c; Bakhtin, 2018).

Neste momento I, havia um esforço coletivo de toda a comunidade científica, internacional e brasileira, em buscar soluções a partir dos recursos disponíveis, principalmente pelas propriedades da hidroxicloroquina. Havia, de fato, controvérsias ao *tratamento precoce*.

De acordo com Emery e Pinheiro (2022, p. 148), em fevereiro de 2020, dia 4, um “consórcio de pesquisadores chineses do Instituto de Virologia de Wuhan e do Instituto de Farmacologia e Toxicologia de Pequim publicou uma carta ao editor da revista *Cell Research*, do Grupo Nature – que mais tarde se tornaria uma das publicações mais acessadas da revista”. Desde então, a (hidroxi)cloroquina passou a ser cogitada como grande aposta, dados os resultados de teste *in vitro*, isto é, sem seres humanos (*in vivo*). Investigada em vários países.

Com esses primeiros resultados, apareceram os estudos com a hidroxicloroquina – substância análoga à cloroquina, ou seja, quimicamente parecida, porém menos tóxica, e por isso mais indicada para o tratamento de lúpus eritematoso sistêmico e artrite reumatóide, em função do uso crônico. Devido à semelhança, o mesmo grupo chinês que publicou os primeiros estudos *in vitro* com a cloroquina testou a hidroxicloroquina, também em células isoladas, e mais uma vez obteve resultado positivo, ainda que menos potente que o observado com a cloroquina. Como era de se esperar, quase uma dezena de estudos clínicos já estava em andamento no final de fevereiro (Emery e Pinheiro, 2022, p. 149-150).

Na França, o médico Didier Raoult criticava o isolamento social e apostava no uso combinado da (hidroxi)cloroquina com a ivermectina contra a Covid-19. Mas ele estava sendo “criticado na comunidade científica por vieses: (i) na escolha de seus participantes/pacientes (que são geralmente saudáveis) e (ii) pela ausência de um grupo controle em seus experimentos” (Corrêa, Vilarinho e Barroso, 2020, p. 8-9). O fato gerou polêmicas, à época.

Internamente à ciência, controvérsias se desdobravam. Porém, este mesmo profissional tinha audiência considerável em redes sociais na internet. Apesar das críticas, manteve sua tese, influenciando muitas pessoas. Contraditoriamente, ele criticava a indústria farmacêutica.

Sem eficácia ainda comprovada da hidroxicloroquina no tratamento à Covid-19 ou de prevenção ao vírus, observamos aí dois efeitos em vista: de saúde, considerando as interações medicamentosas aos indivíduos que faziam uso destes fármacos; e de comunicação, já que era persona pública de grande notoriedade para o campo científico, como também às audiências de imprensa e na *web*; ou até de informação, pela lógica dos algoritmos digitais. Apresentava-se aí uma verdade por *estratégia da imprecisão* (cf. Charaudeau, 2022, p.105-106).

No dia 25 de fevereiro de 2020, Raoult, um médico e microbiologista francês tão produtivo quanto controverso, apareceu em um vídeo no YouTube cujo título era “Coronavírus: *vers une sortie de crise?*” [“Coronavírus: em direção

ao fim da crise?”, em tradução livre], em que anunciava as descobertas chinesas. Raoult, à frente de um importante centro de infectologia francês, em Marselha, tinha um longo histórico de pesquisa da ação da hidroxicloroquina em outras doenças virais, como a febre Q. Estava pronto para testar de novo sua hipótese de que ela poderia sim, um dia, passar de antiparasitário a antiviral.

Em 16 de março, milhares de pessoas em todo mundo acessaram e compartilharam um novo vídeo em que Raoult (...) apresentou os primeiros resultados de seu novo protocolo para tratamento de covid-19, utilizando hidroxicloroquina associada a azitromicina<sup>6</sup>. O vídeo resumia o artigo científico “*Hydroxychloroquine and azithromycin as a treatment of COVID-19: results of an open-label non-randomized clinical trial*” [“Hidroxicloroquina e azitromicina como tratamento para COVID-19: resultados de um ensaio clínico aberto e não randomizado”, tradução livre], publicado pelo International Journal of Antimicrobial Agents, de alto impacto e reputação na comunidade científica (Emery e Pinheiro, 2022, p.150)..

Fato é que o médico D. Raoult tem reunido milhares de seguidores na França e no mundo (apenas um grupo do Facebook reúne mais de 500 mil apoiadores) (Facebook, 2020). Tem sido apelidado pela mídia como o “giletjaune” da medicina, em referência aos manifestantes franceses que o apoiam massivamente pelas suas críticas à indústria farmacêutica (Darmon, 2020). Sua postura profética inspira teses complotistas e comportamentos irracionais, como a automedicação pela cloroquina / hidroxicloroquina, que já vem sendo responsável por um aumento considerável no registro de reações adversas graves, resultando inclusive na morte de alguns pacientes. Na França, entre 27 de março e 9 de abril deste ano, mais de 54 casos de problemas cardíacos, sendo que quatro mortais foram notificados (Corrêa, Vilarinho e Barroso, 2020, p. 9).

Entretanto, Pinheiro e Emery nos lembram iniciativas de pesquisadores de instituições renomadas no Brasil, como da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Em uma delas, está o trabalho do infectologista Marcus Vinícius Guimarães de Lacerda, que coordena o Instituto de Pesquisa Clínica Carlos Borborema, na unidade da Fiocruz no Amazonas.

Nesse estado, a cloroquina tradicionalmente já era utilizada no tratamento contra a malária, doença endêmica na região norte do Brasil, onde está situada a Floresta Amazônica. “O pesquisador estava empolgado com os resultados de Raoult”, sinalizam Pinheiro e Emery (2022, p. 153). Ele foi o primeiro a ter autorização para fazer o teste com a cloroquina no país, seguindo protocolos de segurança e bioética rigorosíssimos! [como de práxi, na Fiocruz].

Em uma de suas análises, Lacerda constatou que, para chegar ao pulmão de um indivíduo, a cloroquina funcionaria significativamente só com a administração de altas doses. Segundo relatam Pinheiro e Emery, pacientes que participaram do estudo apresentaram altas frequências de arritmia, quando, imediatamente, o comitê de monitoramento de biossegurança comunicou a interrupção desta modalidade comparativa e apontou que os testes fossem

---

<sup>6</sup> Naquele período, Menezes, Sanches e Chequer publicaram artigo de revisão sistemática (Menezes, Sanches e Chequer, 2020) para observar o que a literatura internacional pesquisava e conhecia sobre o tema.

realizados exclusivamente em baixas dosagens – menores que os praticados na China. Há aqui um risco calculável, com suas especificidades discursivas/práticas (Castiel, 2015).

Entre as conclusões do trabalho, surgiu a comprovação de que doses mais altas da cloroquina não são seguras para os pacientes – *e que, portanto, certamente a cloroquina não deveria ser utilizada contra covid-19*. A hipótese inicial de Lacerda foi contrariada: o risco da alta dose era consideravelmente maior que o benefício. Ao fim do estudo de Lacerda, 22 pacientes faleceram, sendo seis do grupo de “baixa dose”, e os demais dezesseis do grupo de alta dose.

Segundo o próprio Marcus: “O último ano (2020-2021) foi muito triste, porque apesar do que a gente fez, a discussão no Brasil não acabou. A pior coisa para um pesquisador é ter encontrado alguma coisa e aquilo não ter virado prática. O meu estudo mudou a prescrição de todos os médicos americanos, mas não mudou a prescrição de a maioria dos médicos do meu próprio país. Isso é impensável (Pinheiro e Emery, 2022, p. 156).

O Conselho Federal de Medicina (CFM) representa a categoria médica em todo o Brasil. A autarquia publicou no dia 23 de abril de 2020 o parecer nº 04/2020, cujo título do texto de apresentação em seu *website*<sup>7</sup> elucida: “CFM condiciona uso de cloroquina e hidroxicloroquina a critério médico e consentimento do paciente”. Vejamos alguns trechos do dispositivo.

Em todas as situações, o princípio que deve, obrigatoriamente, nortear o tratamento do paciente é o da autonomia do médico, assim como a valorização da relação médico-paciente, “sendo esta a mais próxima possível, com o objetivo de oferecer ao paciente o melhor tratamento médico disponível no momento”.

Na visão do CFM, a primeira possibilidade em que pode ser considerado o uso cloroquina e da hidroxicloroquina é no caso de paciente com sintomas leves, em início de quadro clínico, em que tenham sido descartadas outras viroses (como influenza, H1N1, dengue) e exista diagnóstico confirmado de covid-19. A segunda hipótese é em paciente com sintomas importantes, mas ainda sem necessidade de cuidados intensivos, com ou sem recomendação de internação.

O terceiro cenário possível é em paciente crítico recebendo cuidados intensivos, incluindo ventilação mecânica. Porém, ressalta o Parecer, é “difícil imaginar que em pacientes com lesão pulmonar grave estabelecida e, na maioria das vezes, com resposta inflamatória sistêmica e outras insuficiências orgânicas, a hidroxicloroquina ou a cloroquina possam ter um efeito clinicamente importante”.

Em todos os contextos, a prescrição das drogas caberá ao médico assistente, em decisão compartilhada com o paciente. O documento do CFM ressalta que o profissional fica obrigado a explicar ao doente que não existe, até o momento, nenhum trabalho científico, com ensaio clínico adequado, feito por pesquisadores reconhecidos e publicado em revistas científicas de alto nível, que comprove qualquer benefício do uso das drogas para o tratamento da covid-19. Ele também deverá explicar os efeitos colaterais possíveis, obtendo o Consentimento Livre e Esclarecido do paciente ou dos familiares, quando for o caso.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/noticias/cfm-condiciona-uso-de-cloroquina-e-hidroxicloroquina-a-criterio-medico-e-consentimento-do-paciente/>>. Acesso em 05/05/2023.

Assim, o CFM não se posicionava contra a adoção do procedimento, mas mantinha a vigência do parecer como mecanismo de proteção legal aos médicos que, no exercício da autonomia profissional, prescrevessem tais medicamentos e realizassem o *tratamento precoce*.

Naquele momento, a Sociedade Brasileira de Cardiologia passou a advertir sobre os cuidados necessários a serem tomados com a interpretação de dados científicos feita pela imprensa (Fernandes *et al.*, 2020); como também aos próprios profissionais da saúde, reconhecendo a articulação entre os efeitos discursivos, de orientações e procedimentos clínicos a estes profissionais (médicos, principalmente, mas também enfermeiros etc); ou prescritivos aos indivíduos e populações; e práticos, como adoção de técnicas comuns ao tratamento a outras doenças (que não a Covid) e preocupante automedicação em crescimento (Melo *et al.*, 2021).

Enquanto isso, o CFM mantinha comunicação de pouca interação com a categoria por seus meios de comunicação, até pelas redes sociais na internet (cf. Santos, 2022, p. 104-125). Em contrapartida, tinha os jornais como espaço opinativo/publicista (Lippmann, 2020) de grande alcance, sobretudo a Folha de São Paulo (FSP) – um dos maiores e mais antigos do país, o grupo já é estudado em várias abordagens de pesquisa acadêmica, inclusive historicistas<sup>8</sup>.

Desse modo, a pandemia de Covid-19 não apenas se tornou pauta dos jornais, mas, especificamente na FSP, vinha à tona num emaranhado das controvérsias que apresentamos. No jornalismo, elas têm múltiplos efeitos (Tétu, 1997), científicos e políticos - até em articulação às redes digitais. Com reverberações nos atravessamentos espaço-temporais.

Tanto é que, após verificação científica e validação epistemológica de verdade, ao menos de exclusão da proposta do uso (hidroxi)cloroquina ao tratamento à Covid-19 [por falta de eficácia], não apenas o *tratamento precoce* continuou (talvez ainda continue sendo) posto em prática, mas discursivamente é defendido por médicos e agentes políticos (Santos, 2022).

Em momento inicial, havia uma ala de médicos declarados a favor do procedimento. Eles consideravam que, dada a emergência sanitária global, ainda que não houvesse comprovação de eficácia da (hidroxi)cloroquina e outros fármacos à Covid-19, talvez esta fosse a alternativa viável naquele momento, já que era usada no tratamento de outras doenças.

E a disponibilidade dos medicamentos sustentaria o avanço clínico e epidemiológico de intervenções em saúde. Poderiam ser comprados em farmácias, adquiridos nas redes de atenção primária à saúde e em clínicas e hospitais particulares de todo o Brasil (Pinheiro e Emery, 2022).

---

<sup>8</sup> O próprio jornal publicou no mesmo período de desenvolvimento desta pesquisa, em 19 de novembro de 2021, o texto “Livros e teses que têm a Folha como fonte ou objeto de análises”, destacando como o veículo tem investigado empiricamente. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/11/livros-e-teses-tem-a-folha-como-fonte-ou-objeto-de-analises.shtml>>. Acesso em 05/05/2023.

Por outro lado, médicos contrários à adoção do *tratamento precoce*, nas redes públicas e privadas de saúde, entendiam que não apenas os medicamentos não dariam respostas satisfatórias frente à Covid-19, mas provocariam efeitos adversos às pessoas que utilizariam estes medicamentos, inclusive fatais (Menezes, Sanches e Chequer, 2020).

Em um segundo momento, este grupo também reforçava as implicações dos esforços governamentais e das iniciativas de automedicação (Melo, *et al.*, 2021); e do atraso do financiamento público da produção de vacinas à Covid-19 (Corrêa, Vilarinho, Barroso, 2020).

Essa e outras controvérsias se tornaram objeto discursivo da Folha de São Paulo (FSP), sobretudo quando o jornal e todo esse grupo de comunicação passaram a se antecipar para agir estrategicamente contra os processos de desinformação (Santos, 2022). Ao classificar o que é informação “verdadeira” ou “falsa” por consultas às fontes consideradas “científicas” de saúde, a FSP realizava naquele momento a contextualização em relação aos tempos presente e passado.

**Objeto empírico de pesquisa**, a contextualização jornalística de A Folha de São Paulo sobre o uso da (hidroxi)cloroquina para tratamento clínico à Covid-19 no Brasil continua sendo realizada por esse jornal como prática discursiva contra a descontextualização desinformativa.

A descontextualização “é usada para descrever o conteúdo genuíno, mas que foi reenquadrado de forma perigosa”, diz Wardle (2019, p. 28. tradução minha<sup>9</sup>). Com maior aprofundamento, eu opto por cunhar a expressão “descontextualização desinformativa”, considerando especificidades desse problema linguístico e social vinculado ao objeto empírico.

Deve-se ao fato de que, mesmo sendo verdadeiro em sua origem de enunciação, um conteúdo informacional pode ser deslocado espaço-temporalmente; e, se seus significantes perderem referenciais de significação da relação semântica anterior, eles são transformados em subsídios de inveridicidade noutra relação sígnica posterior; constituindo, assim, falso contexto.

Logo, um conteúdo “genuíno” pode se tornar desinformador via descontextualização. Precisamos compreender o conceito de contexto, embora usualmente falemos disso no cotidiano ou mesmo na história [o “contexto histórico” etc], até localizá-lo na desinformação. E observar limites ético-políticos para se realizar os processos de contextualização jornalística pelo crivo da verdade, situada numa historicidade comunicacional (Babosa e Rêgo, 2017).

A definição de “verdade” é ampla (Rorty, 2002). Essa premissa nos convoca mais a observar os processos de construção de critérios e a lógica de classificação de “verdade(s)” do que elencar o que é “verdadeiro” ou “falso”. Produto discursivo (Foucault, 2008a), as definições do que é verdade envolvem disputas axiológicas e pragmáticas a partir de objetos centrados em

---

<sup>9</sup> Do original: This category is used to describe content that is genuine but has been reframed in dangerous ways.

torno de conhecimentos, saberes e poderes numa sociedade (Foucault, 2021a).

O problema de pesquisa se configura do seguinte modo, em meio às condições de possibilidades de ocorrência dos processos de desinformação: os limites às prerrogativas institucionais/praxiológicas do jornalismo para a construção de informações e conhecimentos, pretensamente enunciados como “verdade factual”, nem sempre são explicitamente definidos, seja por uma empresa de comunicação ou órgãos que fiscalizem o exercício do campo/prática.

Mas, pelo questionável propósito de se “lutar” contra o risco “comum” (Lupton, 2005; Cardoso, 2012), a atuação do jornalismo *talvez* esteja sendo exercida em defesa de uma “verdade” responsabilmente embasada nas ciências da saúde, mas em função de contingências políticas de *só um momento histórico*, com emergência da pandemia de Covid-19, e implicadas em uma controvérsia e correlatos que extrapolam incertezas internas da ciência (Beck, 2012).

Do exposto, levantamos a questão de pesquisa a partir da problemática descrita acima: o que a contextualização jornalística mostra e/ou diz sobre a construção de “verdades” em saúde por meio da avaliação de veracidade do jornalismo, frente aos processos de desinformação no Brasil que têm o uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 como objeto de controvérsia?

Para responder a essa questão investigativa, ou pensarmos sobre ela ou a partir dela, esta pesquisa tem como Objetivo Geral: Observar e descrever como estão sendo realizados os processos de contextualização jornalística do jornal Folha de São Paulo (FSP) a partir da controvérsia quanto ao uso da (hidroxi)cloroquina contra a Covid-19 no Brasil (2020-2023).

Objetivos Específicos: I – Pela FSP, analisar a controvérsia e desdobramentos correlatos sobre o uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19, com base em estratos espaço-temporais que atravessam a pandemia de Covid-19; II – Verificar táticas e estratégias adotadas pelo jornal para realizar a avaliação de veracidade de informações referentes à controvérsia sobre o uso da (hidroxi)cloroquina frente aos processos de desinformação; III - Compreender sentidos de saúde, doença e risco explícitos/implícitos na historicidade comunicacional dessa controvérsia e seus correlatos, contextualizados pelo jornal FSP através de significantes espaço-temporais; IV – Por uma construção teórica e análise empírica, discutir sobre responsabilidades mútuas ao jornalismo e saúde coletiva na/pela validação de “verdades” contra desinformação em saúde.

No **capítulo 1**, nomeado “A controvérsia sobre o uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19”, apresento e desenvolvo o conceito de controvérsia. A base da proposta está entre as contribuições dos franceses Bruno Latour e Michel Foucault, com suas distinções! A começar pela perspectiva de discursividade dos fenômenos, sustentada na noção de dispositivo de Foucault; mas também no diálogo à linguística e à semiologia de Roland Barthes; à frente, com a filosofia da linguagem do Círculo de Bakhtin e com o desconstrucionismo de Jacques Derrida.

Pela obra *O Nascimento da Clínica*, há contribuições de Foucault (2021b) sobre a inscrição de fenômenos pelas relações de saber-poder-verdade entre as práticas sociais num dado momento histórico. Daí pensamos no que tange aos vários domínios, para além da clínica.

A identificação de doenças pelo corpo humano é um exemplo de controvérsia que marca não apenas a abertura de corpos pelo procedimento de necropsia e leitura da patologia, mas continuidades e rupturas entre ciência, Estado e religião. Com tensionamentos de princípios e valores defendidos pelos diferentes domínios sociais – como o jornalismo, a política etc.

Meu argumento é que, antes mesmo de Latour propor o que chama de Teoria Ator-Rede, Foucault e o pós-estruturalismo já nos indicavam ver fenômenos por rastros de discursividade. Tanto é que, ao nos dispor a compreender nuances da pandemia de Covid-19, tais como o *tratamento precoce*, focamos nosso olhar às agências que usos da (hidroxi)cloroquina indicam.

Pela literatura, conforme seção 1.4, identificamos estudos centrados na observação às relações entre jornalismo e saúde na construção discursiva de verdades sobre fatos na pandemia: quem fala, a partir de qual(ais) domínio(s) e a participação pública no pacto ‘midia-audiências’. Sobretudo, com predominância das tensões de ciência e política envolvendo as comunidades acadêmica e governamental e cidadãos. Assim como a lida com a dúvida na esfera pública.

Obviamente que, tanto com Foucault e Latour, nossa perspectiva é observar o ‘como’ destas dinâmicas, isto é, os procedimentos, táticas e estratégias adotadas pelos inter-agentes que disputam a validade de verdade pelos seus argumentos; e, fundamentalmente, como o jornal Folha de São Paulo orchestra vozes em discursos a partir dos quais presume fazer mediações.

Pela manipulação discursiva das temporalidades dos fatos, teses cientificamente já refutadas continuam sendo defendidas com aparências de verdade. Estas, como “controvérsias”. Nesta introdução, partimos de tal constatação – à princípio, em levantamento exploratório. Mas, precisamos de uma abordagem teórico-metodológica calcada na discursividade e de um *corpus*.

No **capítulo 2**, intitulado “A contextualização jornalística contra a desinformação na pandemia de Covi-19”, será exposto um arcabouço teórico-metodológico para vermos condições de possibilidades que tornam controvérsias produto de um momento histórico. Sujeitos disputam interesses pelos efeitos de verdade através dos textos que “representariam” suas intenções. O problema é que ações representadas nem sempre correspondem às intenções.

Da conseqüente desinformação, consideramos que as disputas discursivas na exposição de “verdades” se configuram em processos de contextualização/descontextualização de “fatos”. Os sujeitos materializam consciência às diferentes temporalidades desses “fatos” apresentados. E a prática jornalística é prometida como mediação da produção de “verdades” desses “fatos” – justificamos nossa pretensão em observá-la por uma *historicidade comunicacional em saúde*.

Em observação exploratória, comparamos a cobertura midiática de A F. de São Paulo sobre a eficácia clínica em relação ao uso farmacológico contra malária e à Covid-19 no Brasil. No *website* da FSP, inserimos os seguintes descritores: ‘Covid-19 + Eficácia + Cloroquina’ [inclui-se a variação cloroquina ou hidroxicloroquina, que podem aparecer juntas ou separadas].

De 932 textos que levantamos no *website* da Folha até 31 de julho de 2024, 926 são referentes à Covid-19; à malária, 6. Os critérios de noticiabilidade deste jornal sugerem que a malária continua sendo negligenciada, em meio às visibilidades/enunciabilidades da Covid-19.

Ora, a malária mata milhares de pessoas no mundo, até no Brasil; Covid-19 também – esta, embora não mais no quadro de emergência epidemiológica, ainda continua “silenciosa”... Veremos à frente que as duas, e outras várias doenças, coexistiram durante a mesma pandemia.

Desde o início dessa pandemia, em 6 de junho de 2020, o MS lançou bases para uso de um novo medicamento à malária, a tafenoquina – agendada só em 8 textos da F. de São Paulo. O que nos faz pensar nas valorações de agendamento de eficácia farmacológica às doenças.

Amplamente, o uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 agencia disposições de sujeitos/instituições como objeto de disputas discursivas. Com uma singularidade: mesmo comprovado como ineficaz, o *tratamento precoce* continuou sendo defendido pelo ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, sem contestação do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Aliás, o CFM manteve o parecer 04/2020, que autorizava o uso da (hidroxi)cloroquina no país. Então, muitos contextos foram discursivamente construídos por meio de textos que retoricamente não tinham base factual. Significantes de espaço-temporalidades se perdiam... Daí a F. de São Paulo passou a fazer contextualizações jornalísticas para situar seus leitores.

Em um primeiro momento, fui ao *website* da Folha encontrar textos que prometiam fazer estas contextualizações pela relação direta pelos descritores dispostos acima. Entretanto, os 932 textos ainda não contemplavam especificamente o nosso objeto, que são as contextualizações.

Contextualizações são uma das bases de veridicidade da Folha. Para isso, o jornal conta com o ofício das agências de checagens de informações. O Projeto Comprova é uma delas.

Composto por uma associação de 42 veículos de imprensa, a iniciativa tem como objetivo fazer investigação de um tema, daí produzindo um texto com proposta elucidativa (I); e também de reforço à investigação, quando os associados podem confirmar a checagem feita e, intertextualmente, replicar aquele texto em seus respectivos meios de comunicação (II).

Com foco na doença-objeto da pandemia, no processo de avaliação farmacológica e no medicamento em análise, Covid-19 + Eficácia + Cloroquina são mantidos. Mas, outros dois descritores também devem fazer parte da busca, pois correspondem à prática discursiva objeto de avaliação de veridicidade e à agência que faz esta avaliação: Contextualização e Comprova.

‘Contexto + Cloroquina + Covid-19 + Comprova’: a partir destes descritores, encontramos 33 textos, publicados de 08 de junho de 2020 até 17 de maio de 2023 no *website* da Folha, entre diferentes fases da pandemia e dois projetos políticos de governos no Brasil. Aqui, o sintagma ‘Contexto’ abrange as variações de Contextualização e Descontextualização.

À princípio, este *corpus* parecia atender aos objetivos de pesquisa. Contudo, comecei a identificar alguns fatores que limitariam o estudo. Aliás, a amostra poderia exceder à proposta.

Primeiro, pelo fato de que nem todos estes textos serem de produção exclusiva do jornal ou ao menos de algum veículo do grupo Folha, mas também serem produzidos por outras organizações midiáticas, quando, no máximo, a FSP poderia replicar em seu *website*, mesmo atribuindo fonte ao Comprova. Segundo, por incorrerem no risco de engessar nossas buscas, sobretudo através de enunciados, quando não nos permitíssemos clicar em *hiperlinks* em cada texto e até outros não postos em discurso pela Folha, conforme contingências de eventos exteriores aos textos, como também de contingências que os próprios textos materializam.

Ao invés de focarmos em todos os textos e artificialmente criar categorias por palavras que “materializassem” respostas às “perguntas” implícitas nestes sintagmas, entendi que seria proveitoso demarcar diferentes fases da pandemia a partir de exterioridades aos textos, e escolhendo pontualmente alguns daqueles 33 textos, pudéssemos observar como materializam diferentes eventos e fases em cada um e, a partir de cada um, em relação a outros aí vinculados.

Priorizei o que fosse de autoria do jornal ou do portal UOL, do mesmo grupo Folha.

Assim, vemos três momentos distintos ao longo da pandemia, marcantes nessa dialética. Ao menos três textos correspondem a estas fases, e a partir deles seguimos intertextualidades suscitadas por rastros que *hiperlinks* nos proporcionem navegar, entre estes e outros textos. Neste capítulo, apresento uma teoria enunciativa que nos possibilita fazer este movimento.

Das Fases, I - Em 23 de abril de 2020, o CFM divulga o parecer 04/2020. Fase II - junho de 2020, comprovada ineficácia da (hidroxi)cloroquina à Covid-19. Fase III - em 4 de novembro de 2021, CFM mantém o parecer 04/2020, em audiência pública realizada na Câmara Federal.

Dos textos, I - “Governo federal não indica uso de cloroquina contra a Covid; post tira falas de Flávio Dino de contexto”, elaborado pelo UOL ao Comprova e publicado no portal online do jornal Folha em 10 de março de 2023. II - “Post distorce entrevista para sugerir que médico Roberto Kalil Filho apoia uso amplo da cloroquina”, produzida ao Projeto Comprova pela Folha em associação à Banda News FM, em 12 de maio de 2021. III – “Pandemia de Covid no Brasil foi marcada por erros e mortes que poderiam ter sido evitadas”, produzido exclusivamente pelo e para o jornal em 5 de maio de 2023, como uma espécie da retrospectiva sobre a crise sanitária no país, quando a OMS retirou seu *status* de emergência no mundo.

Como se observa, não há uma ordem cronológica em relação à data de publicação, e sim, uma lógica de remissão às diferentes fases da pandemia a partir de cada texto e intertextualidades daí decorrentes. Por exemplo, o texto-base I, mesmo publicado na fase III da pandemia, remete aos contextos da fase I, como também à fase II, conforme o percurso textual. Importa observarmos como os textos articulam contextos e o que, em exegese, daí encontramos.

No **capítulo 3**, intitulado “Entre visível e enunciável, cenas de (in)eficácia da (hidroxi)cloroquina”, partimos desta base textual de *corpus* empírico para compreender processos de contextualização jornalística promovidos pela FSP. As relações de visibilidades e enunciabilidades, de que lemos no capítulo 1 em diálogo com Foucault (2008a), são inerentes a estes processos, que têm a presunção de produzir verdades. Nem sempre o que é visível é tornado enunciado ou dito – sobretudo, quando referentes espaço-temporais são manipulados.

Nesta pesquisa, tensionar estas relações é fundamental. Se articulam aos objetivos atendidos nesta pesquisa, sobretudo neste capítulo, 3. De tal modo que é a partir delas que este trabalho propõe-se a fazer uma revisão conceitual do que a FSP está considerando como contextualização jornalística e suas implicações à produção de verdades em saúde, por meio de *análise experimental e construção teórica* (Eco, 2008) - **dialeticamente** daí resultantes.

Elas nos dizem como argumentos são sugeridos entre controvérsias; como a veracidade de informações é avaliada pelo jornal e sujeitos/instituições que disputam validade de verdade, isto é, suas táticas e estratégias; como sentidos de saúde, doença e risco são tornados explícitos ou implícitos [a diferença de agendamento midiático entre malária e Covid-19 também nos indica isso]; e responsabilidades de sujeitos/instituições que participam da pretensa construção de verdades, pois entre o que é tornado visível/enunciável e/ou não-dito embasa a construção do estatuto ético-político - do que é valorado ou negligenciado como ‘verdades’ de saúde (pública).

Verdades estas que são textualizadas por sujeitos, apresentados no jornal como desinformadores descontextuais; fontes de ciência/saúde [várias especialidades] ou institucionais [gestores públicos e técnicos]; e, não menos, o Grupo Folha. Há distribuição de *lugares dos sujeitos no discurso* (Foucault, 1996) a ser mapeada – o que pode nos dizer sobre a *autoridade de verdade* constituída nos argumentos em respectivos domínios, via linguagem. Por isso que precisamos colocar à mesa especificidades da dimensão linguística de um objeto.

A natureza constitutiva desta pesquisa é de comunicação e saúde (C-S); ou de comunicação, história e saúde (C-H-S). A base maior é de C-S, já que a discursividade é uma condição de historicidade; se esta estiver mais forte por outros fatores, irei me referir à C-H-S.

O objeto inscreve o fenômeno de desinformação na problemática de saúde, e vice-versa. Daqui, fazemos análise com uma construção teórica, em articulação ao tema e objeto empíricos.

Tanto é que, até as considerações finais deste trabalho de doutorado, proponho o diálogo sobre alguns desafios comuns à comunicação e à saúde coletiva (Araújo e Cardoso, 2014) no reconhecimento institucional/científico em validação de verdades em saúde no/pelo jornalismo.

Dentre outros, está a prática adotada pelos desinformadores ao utilizarem recursos e estratégias do jornalismo para produzir, distribuir e consumir informações falsas (Tandoc *et al*; 2017). Eles recorrem aos moldes do jornalismo ao usar a linguagem, mas para a desinformação.

Assim procedem porque reconhecem as infinitas possibilidades desse uso da linguagem, para informar e desinformar. Este uso é discursivo. E a discursividade dos fenômenos não é parte de um objeto só da comunicação/jornalismo ou da linguística (Deusdará e Rocha, 2021).

Pelos dados analisados, mas também através da construção teórica, esta pesquisa de doutorado assegura a possibilidade de evitarmos reducionismos da dimensão linguística à objeto da comunicação/jornalismo – obviamente, com uma tese específica ao que está proposto. Já no capítulo 1, pela noção de rastro, comum à Latour e Foucault e outros, evidenciamos isso. No capítulo 2, há o esforço teórico-metodológico para especificarmos a linguagem jornalística.

Contudo, ainda que o *locus* de linguagem escolhido seja o jornalismo, esta linguagem atravessa diversos campos científicos e práticas sociais. Inclui-se a saúde coletiva - aliás, desbravar este campo, até para enriquecê-lo, demanda enfrentarmos preconceitos reducionistas.

Por exemplo, mesmo reconhecendo a necessidade de reforçar confiança na ciência e em instituições, temos a perspectiva de vislumbrar uma real vigilância epistemológica (Bachelard, 2005) ao campo científico/prática social do jornalismo para pautar demandas da saúde coletiva: aderências/resistências às orientações sanitárias estão aí muito implicadas (Santos, 2021b); idem à gestão de “dúvidas na esfera pública” (Lerner, Cardoso e Clébicar, 2021) etc.

Mais que definir o que é verdadeiro/falso, vemos a dimensão ético-política que constitui o sistema de convenções sociais pelo qual o contexto assenta seu estatuto, para a ação e produção de sentidos (Butler, 2021) – inclusive, de saúde, doença e risco (Czeresnia, Maciel e Oviedo, 2013; Almeida-filho, 2018; Cancone, 2003; Sawaia, 2003). É isso que está em questão!

Podemos verificar o que se mantém de estatuto de convenção que autoriza o jornal Folha e terceiros a textualizarem sobre objetos de saúde para além de somente um momento histórico – problemática que mobiliza revisão e atualização do conceito de contextualização jornalística.

Nesta interface de comunicação e saúde coletiva, me interessa compreender o(s) lugar(es) a ser(em) ocupado(s) entre os discursos dos cuidados de si e as responsabilidades a serem exercidas por sujeitos e instituições sob a égide desse estatuto fiduciário de “verdade(s)”, frente aos processos de saúde/doença atravessados pelo risco - percurso feito na realização de outros trabalhos: na Fiocruz (Santos, 2017, 2019, 2021) e UFBA (Santos, 2022). Que continua...

Pesquisador, jornalista e cidadão, entendo que é dever individual/coletivo meu/nosso exercer vigilância epistemológica e a ética na/pela validação de verdade – por saúde e pela vida. Desejo que tal percurso seja de reflexão neste propósito. Sem fragementar iniciativas empíricas.

Objeto e problemática compõem um *comum* teórico-metodológico entre os campos da comunicação e da saúde coletiva, numa proposta de **interdisciplinaridade**, que é, segundo Olga Pombo (2004, p. 13): “qualquer forma de combinação entre duas ou mais disciplinas com vistas à compreensão de um objeto a partir da confluência de pontos de vista diferentes e tendo como objetivo final a elaboração de uma síntese relativamente comum ao objeto”.

No início dos anos 2000, Muniz Sodré (2002, p. 234-235) já observava a comunicação como “veiculação”, isto é, “dispositivos de veiculação (mídia)”; como “vinculação”, “pauta-se por formas diversas de reciprocidade comunicacional (afetiva e dialógica) entre os indivíduos”, conforme perspectiva interacionista das ciências sociais estadunidenses de início do século XX.

E a “cognitiva”, onde está a nossa interdisciplinaridade. “Aqui a comunicação emerge não como uma disciplina no sentido rigoroso do termo, mas como uma maneira de pôr em perspectiva o saber tradicional sobre a sociedade, portanto, como um *constructum* hipertextual (interface de saberes oriundos de diversos campos científicos)”, avalia Sodré (p. 235).

Dessa articulação da “ciência do comum” (Sodré, 2019a) à saúde coletiva, demonstro o caminho possível, na/por esta pesquisa, para interdisciplinarmente vermos objetos discursivos.

No texto, a apresentação inicial de cada capítulo sugere a reflexão sobre o tema em vista. Mas, reforço ali a finalidade da reflexão em relação ao que será desdobrado à frente, até ser retomada nas considerações finais enquanto ponto de encontro do objeto e do tema - como resultados de análise, mas também de proposição teórica desta pesquisa, ainda que em diálogo crítico e posicionamento autoral meu aos outros autores citados, da primeira à última página.

Situemos o objeto desta pesquisa. A produção de “verdades” à ciência/saúde e jornalismo pela discursividade dos fenômenos é este *comum* pelo qual a *contextualização/descontextualização* encontra condições de possibilidades à sua realização, entre informação e desinformação. Sobre/por usos da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 no Brasil, nos diz orientações ético-políticas que os sujeitos criam como protocolo às suas ações em saúde – entre visível/enunciado/dito e/ou não-dito como verdade no/do jornal - e **justificam** no estudo vermos produção de “verdade” em saúde na “guerra contra a desinformação” [cf. seção 1. 5].

O tema vinculado ao objeto de comunicação e saúde é *desinformação em saúde*. Mas... Rastrear sentidos percorrendo processos socioculturais, via interações discursivas/de poder que lhes constitui, demanda paciência e leitura, até chegarmos ao *comum*, **objeto interdisciplinar**: a produção de sentidos dos fenômenos de saúde/doença. Justifico abaixo e ao longo do texto.

## JUSTIFICATIVA

Em 21 julho de 2024, o Correio\* publicou matéria<sup>10</sup> relacionando a gestão do CFM na pandemia de Covid-19, polêmicas envolvendo a entidade e eleições para diretoria da autarquia. No dia 17 de dezembro de 2024, um dos periódicos científicos mais renomados, o Elsevier, despublicou o artigo que tornou conhecido no mundo o uso da hidroxicloroquina à Covid-19.

Didier Raoult, o médico infectologista mencionado na Introdução, é o principal autor. Alguns cientistas participantes do estudo, que resultou nesse e em outros textos, voltaram atrás. Johan Courjon, Valérie Giordanengo, e Stéphane Honoré, por exemplo, “procuraram a editora levantando preocupações sobre a metodologia, conclusões da pesquisa, e a apresentação de interpretação de seus resultados”, diz a FSP, no texto publicado em 20 de dezembro de 2024<sup>11</sup>.

Mas, o que há em comum entre estas notícias, aparentemente desconexas uma da outra? A diferença entre o prometido como verdade por representantes institucionais/científicos num momento e o que se vê de verdade no futuro em relação àquele passado; logo, a facticidade que caracteriza condutas ao longo do processo histórico. O que se faz com e através da historicidade é o comum que buscamos entre sujeitos/instituições separados por espaços e tempos no mundo.

Esta busca justifica nossa releitura do/ao passado, sempre atualizado na/pela linguagem. Na verdade, precisamos da linguagem para acessar experiências passadas. E assim fazemos/procedemos a partir de um lugar privilegiado, que não só geográfico ou institucional. A ‘posição’ sugere se ver e interpretar o que se falou em relação ao que se faz pelo que se falou. Das falas às ações, a posição de se ver *a posteriori* permite interpretar e caracterizar condutas.

Pela historicidade, podemos olhar o passado para nos programar em relação ao futuro. Porém, sempre olhamos a partir de um presente. No presente do ano de 2024, temos acesso aos rastros que nos permitem conectar enunciados dispersos. Não fosse esta arqueologia, ficaríamos os *ditos pelos ditos* - independente dos fatos e esforços científicos para reduzir este intervalo, entre discursos e práticas que lhes são correspondentes. No entanto, qual é a importância disso?

Quando o professor Jairnilson Paim (2007) observa a Reforma Sanitária Brasileira (RSB) pelo processo histórico, assim procede com o propósito de contribuir reflexivamente para que o acesso universal à saúde, por exemplo, seja perpetuado no/pelo SUS. Das intenções iniciais de seus propositores e o que se mantém, há intervalos entre os momentos históricos.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/asteriscao/da-covid-ao-aborto-em-caso-de-estupro-como-as-eleicoes-do-cfm-afetam-quem-nao-e-medico-0724>>. Acesso em: 20/12/2024.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2024/12/contestado-estudo-que-popularizou-hidroxicloroquina-contra-covid-e-despublicado.shtml>>. Acesso em: 20/12/2024.

Estes intervalos são reconstituídos entre os ditos e o que se faz por ditos e não-ditos. Então e por isso, Paim vê passados para ler condutas de instituições/sujeitos no seu presente.

O CFM não se posicionou contra o *tratamento precoce*. Ao longo da pandemia, não teve a conduta de publicar pareceres atualizados com base em resultados de pesquisas desenvolvidas (Santos, 2022). Isso é contraditório ao próprio estatuto ético da categoria (CFM, 2019). Representante da principal categoria profissional envolvida nesta crise sanitária, não é de interesse (público) a este conselho de classe se posicionar *a posteriori* em prol da verdade?

Dois pontos estão em destaque para reflexão: a verdade e o que se faz a partir da verdade.

Todavia, há o agravante, já trazido aqui na Introdução: se há omissão de uma instituição, *a priori* legítima para fazer a busca dessa verdade, seus representados teriam carta branca para proceder colocando a experiência clínica acima do que se atualiza por pesquisas da ciência? Talvez a omissão do CFM seja o induto esperado/demandado por alguns médicos. Mas, por outros objetos, a instituição muito se posiciona, como mostra o jornal Correio\* naquele texto.

O exemplo mais recente teve repercussão nacional. Desde abril, o CFM está no centro de um debate polêmico. Foi no dia 3 daquele mês que a entidade aprovou a resolução nº 2.378, que proibia médicos de realizar o procedimento de assistolia fetal em casos de aborto em decorrência de estupro, a partir de 22 semanas. Na prática, a determinação alterava o direito à interrupção da gravidez das vítimas de violência sexual, previsto por lei desde 1940.

Tal como a F. de São Paulo procede para sugerir *conduta duvidosa* do Dr. Didier Raoult, ao relacionar os contextos de duração da pandemia aos outros contextos que são posteriores, percebemos no Correio\* a articulação entre discursos e práticas do passado e do presente para colocarmos em perspectivas a conduta do CFM. E/ou para associarmos à seletividade do CFM, que se posicionaria em função de interesses políticos e de performances dos seus dirigentes.

Mais que textos e práticas de um único momento histórico, é importante nos atentarmos às condutas de instituições, incluindo as de seus representantes e representados. Condutas se constituem por ditos e ações reiteradas ao longo de espaços e tempos diversos. É possível ver como o respeito à autonomia médica e do paciente varia conforme cada objeto de controvérsias. Se há muitas variações de posicionamentos, podemos encontrar contradições entre condutas.

Assim como a conduta daquele médico francês foi posta à prova, hoje respondendo à Justiça por uma série de procedimentos adotados, inclusive em relação aos princípios éticos a serem seguidos em pesquisa com seres humanos, instituições deixam rastros de seus passados. Em entrevista ao jornal Correio\*, pelo mesmo texto referido acima, comentei sobre efeitos de condutas de uma instituição às decisões e ações tomadas na sociedade. Óbvio, lembrei do CFM!

Fatos ocorridos na duração do processo histórico indicam posicionamentos que estão além das próprias enunciações. O jornalismo se propõe a enunciar estes não-ditos por terceiros.

Entretanto, proponho refletirmos não apenas sobre as fontes destes jornais em relação ao *tratamento precoce*, mas sobre a conduta dos jornais a partir do posicionamento de terceiros: referente ao objeto de doença, a Covid-19, como também aos processos de saúde mais amplos. E friso sobre a necessidade de pensarmos em um estatuto ético anterior e que norteia condutas. Assim, fazemos uma revisão teórica e análise empírica à contextualização jornalística da Folha.

É porque investigamos como o jornalismo lida com controvérsias científicas e desinformação em contextos de saúde pública, pelo papel basilar da comunicação na promoção da saúde e produção de informações para orientar frente aos riscos durante crises sanitárias. Pela gravidade da desinformação e seus efeitos em contextos de riscos, reconhecidos pela OMS, abordamos a importância da contextualização jornalística em meio às polarizações ideológicas.

Isso pode envolver fatores históricos - para explicar eventos antecedentes que ajudam a entender a notícia; panorama social, político ou econômico - relacionar o fato a dinâmicas mais amplas, como tendências tecnológicas/políticas, mudanças culturais ou condições econômicas; e perspectivas múltiplas - incorporar diferentes pontos de vista, análises e dados para fornecer uma visão mais completa do tema. Assim, um jornal reforça a percepção de sujeitos aos fatos.

Pela contextualização, fatos são enquadrados em um amplo cenário, reunindo-se informações que auxiliam o público a entender suas causas, implicações e relevância de fatores. Uma notícia sobre protestos em uma cidade é contextualizada ao descrever as razões subjacentes à manifestação, como desigualdade social, mudanças legislativas ou incidentes recentes que motivaram o movimento, evitando simplificações ou interpretações equivocadas.

A descontextualização ocorre quando os fatos são apresentados de maneira isolada, sem os elementos necessários para interpretá-los adequadamente. Em contextos de risco, como pandemias, epidemias, endemias e surtos, a descontextualização incide na percepção do risco. A fala do cientista ou gestor pode ser retirada do discurso completo, ao ser descontextualizada, aparentar significar algo diferente do que realmente foi dito no contexto original e reverberar...

A descontextualização pode levar à distorção de significados - sem o contexto, um fato pode parecer mais grave, banal ou polêmico do que realmente é; à manipulação da percepção - informações fora de contexto podem ser usadas para induzir interpretações enviesadas; e à simplificação excessiva - a omissão de detalhes e conexões pode reduzir a complexidade de um tema, desinformando ou criando mal-entendidos. Em contrapartida, o jornalismo textualiza/age.

Jornalistas têm a responsabilidade ética de garantir que os fatos sejam relatados com o máximo de contexto possível, ajudando o público a compreender o mundo de forma mais precisa e equilibrada. Inclusive, esse papel é fundamental à saúde coletiva em crises sanitárias.

Mas, jornalistas seguem ritos de organizações onde trabalham e ordenações culturais

(Tuchman, 1978 e 1999), que são produto da vida em sociedade, e, portanto, de suas audiências. Isso reforça a premissa de compreendermos a contextualização jornalística como *locus* de análise ao estatuto ético em saúde a partir de uma organização midiática – neste caso, a Folha. Não que seja o único agente na História, e sim, porque é uma base ideológica de grupo, coletiva.

Especificamente nessa pandemia, os discursos jornalísticos do risco implicam na produção de sentidos de saúde/doença; como também, conseqüentemente, nas práticas de instituições e aquelas cotidianas de pessoas – dialeticamente, pois a produção de sentidos ocorre por *convencões* que “autorizam” práticas sociais diversas, incluindo o jornalismo e outras. Contudo, mesmo importante, até que ponto o jornalismo contribui para a promoção da saúde?

Em suas pesquisas, Deborah Lupton (2007) vê como riscos são socialmente construídos. De modo que os discursos midiáticos podem oscilar entre a utilidade pública para informar cidadãos sobre como precisam se comportar para mitigar/anular fatores de risco e o estímulo à insegurança e medo pela dramatização de suas notícias. Janine Cardoso (2012) sinaliza que o jornalismo pode enquadrar cuidados individuais de saúde numa responsabilização neoliberal.

Aqui, veremos como cuidados individuais e coletivos em saúde se dispersam pela prática jornalística: mesmo com pretensão de mostrar ‘a verdade’ sobre o *tratamento precoce* em relação à Covid-19, pode deixar lacunas em relação aos processos de determinação social em saúde implicados aos modos de vida que condicionam sujeitos aos múltiplos adoecimentos. Do jornal às suas fontes, é possível haver hiperfoco político na tecnologia ‘(hidroxi)cloroquina’.

Como também este fármaco pode ser um instrumento pelo qual se produz teses científicas ou profissionais [mesmo negacionistas à ciência] e subjetividades aí entremeadas.

Por isso, questionamos às fontes e ao próprio jornal FSP sobre processos anteriores, contemporâneos e posteriores a esta pandemia - em relação à automedicação, por exemplo: como tem sido abordada por cientistas e profissionais e pelo próprio jornalismo ou instituições?

De fato, esta pesquisa poderia fazer uma ampla revisão teórica pelo que Michel Foucault (2008b, 2008c) chama de governamentalidade. Em linhas gerais, este filósofo problematiza o autovoluntarismo para o sacrifício do *si-mesmo* em prol de um bem “maior” contra os riscos. O autor não aprofunda sobre o risco – e esta é a contribuição de Lupton (1995, 2005), pensando com Foucault desde a modernidade aos dias atuais. Veremos algumas implicações em análise.

Todavia, a partir do recorte que esta pesquisa faz entre a contextualização jornalística da F. de São Paulo e a contextualização nossa à tal contextualização deste jornal, sugiro observarmos como a produção de sentidos de saúde, doença e risco, sob a mediação jornalística, está implicada em táticas e estratégias de fontes e deste jornal pela manipulação de significantes do espaço/tempo, na presunção de se buscar ou produzir ‘a verdade’ frente à desinformação.

A aposta desta empreitada de pesquisa está na análise da construção de posicionamentos entre duas modalidades: discursivas e não-discursivas; especificamente, pelo jogo pactuado entre jornal, fontes e audiências quanto às visibilidades, enunciabilidades, ditos e não-ditos – tudo isso, ao longo de tempos e em diferentes espaços que a historicidade permite vislumbrar.

O eixo central que justifica tal abordagem histórica e comunicacional em saúde coletiva é o foco biomédico na doença, a Covid-19, como objeto científico (Almeida-Filho, 2018) em disputa em relação à tecnologia para mitigar este *catalisador* de riscos num momento histórico, que pode contribuir na redução da complexidade inerente aos processos de determinação social. Por rastros deste passado pandêmico, cabe ver negligências de outras agendas de saúde pública.

Negligências às populações e indivíduos vulnerabilizados em relação às condições de vida que provocam adoecimentos por outros objetos patológicos, inclusive concomitantes, podem ser vistos por esses rastros - coinfeções entre Covid-19 e outras doenças indicam isso. Na seção 3. 3, veremos que negligências são representadas por subnotificações de agravo ou morte por malária, por exemplo. Mas, se é para evitar o foco só na doença, o que está em jogo?

Uma breve constatação nos permite ir além da doença: se a malária é endêmica na Região Amazônica e a maioria das populações - que ali vivem sob vulnerabilidades propensas a esta doença - é composta por grupos indígenas, ribeirinhas e quilombolas, então, negligências “à malária” significam negligências aos humanos destes grupos. Isso não é mera coincidência: são os mesmos humanos com maiores vulnerabilidades à Covid-19 e à malária (OMS, 2021).

Quando a FSP se propõe a contextualizar sob presunção de buscar/produzir ‘a verdade’, e textualiza o ápice da pandemia de Covid-19 no que chama de “colapso em Manaus (AM)”, conforme veremos na seção 3. 3, está materializando o que inscreve/escreve da história narrada: entre o que mantém visível, enunciável e dito e o que preserva no limbo do não-dito - como se eles não fossem sujeitos históricos em relação às suas experiências, vividas na pele e no corpo.

Vimos as diferenças de agendamento midiático sobre eficácia da (hidroxi)cloroquina – desproporcional textualização entre a finalidade para o tratamento/cura da Covid-19 e à malária. Entretanto, precisamos compreender ‘como’ essa (con)textualização ocorre. Este ‘como’ é referente aos modos de uso da linguagem feito pelas fontes do jornal e pelo jornal. E, na análise, entender as relações entre táticas/estratégias discursivas e sentidos resultantes sobre suas ações.

Extraír dados e analisá-los em diálogo com a literatura de outras áreas da saúde coletiva, mas desconsiderando especificidades dos usos da linguagem entre informação e desinformação, não seria eficaz ao que se propõe esta pesquisa, pelo que se apresenta de problemática até aqui. Da linguagem ao seu exterior, é na interface *comunicação, história e saúde* que veremos como condutas são construídas sob presunção de se buscar/produzir ‘a verdade’ entre controvérsias.

## Capítulo 1: A controvérsia sobre o uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19

Para Karl Popper (2013, p. 91), a “verdade” está para a ciência a partir das condições em que suas formulações forem postas ao procedimento de falseabilidade, “aplicável ao caráter empírico de um sistema de enunciados”, e de falsificação, pelos quais “deveremos introduzir regras especiais que determinarão em que condições um sistema há de ser visto como falseado”.

No primeiro caso, há exigência de pressupostos metodológicos e critérios lógicos que possam colocar em equivalência enunciados já estabelecidos por pares científicos com os novos que são propostos metodologicamente. Frise-se: é um processo construtivo, feito coletivamente.

Neste segundo caso, propõe-se uma hipótese falseadora que tenha enunciados básicos aceitos e possam contradizer uma teoria – e aqui Popper (2013, p. 91) é objetivo: “só a diremos falseada se descobirmos um *efeito suscetível de reprodução* que refute a teoria”.

Mas, embora a articulação entre prática científica e demandas por novas racionalidades - que contemplem as interculturalidades (Santos, 1989) - seja um desafio a ser superado e oportunidade de enriquecimento da produção de conhecimentos/saberes, é preciso atentarmos às questionáveis tentativas de substituição da ciência a outras práticas profissionais/sociais, incluindo a clínica ou o jornalismo, como produto apenas de disputas retóricas (Foucault, 1996).

Um dos argumentos de parte da categoria médica é tributário à experiência clínica pelo uso da hidrocicloroquina em casos peculiares. “A nossa experiência não é grande, mas é suficiente para mim, enquanto médica, e para os meus colegas. (...) O que a gente tem percebido é que estamos tendo resultados excelentes”, afirma à FSP<sup>12</sup> a médica que atua no Hospital Navegantes e na prefeitura de Porto Seguro (BA), Raissa Soares, justificando sua abordagem. Ela demarca no discurso um *eu-narrativo de causalidade direta* (cf. Fiorin, 2016, p. 101).

Sobre a necessidade de se distinguir a experiência narrada por “demonstração viciada” e aquela verificável através da ciência, Gaston Bachelard (2005, p. 54) pontua que “a racionalização imediata e errônea de um fenômeno incerto talvez se torne mais visível em exemplos mais simples”. É quando o sujeito *reduz* articulações de experiências em torno de si.

Inclusive, este fato nos estimula a pensar nas atuais configurações de autonomia da categoria pelos limites da clínica no exercício do sujeito médico, de que Foucault (2021b) incisivamente criticava, e contradições do exercício entre a prática profissional e a lógica capitalista (Donnangelo, 2011) – até implicando intersetorialmente na vida em sociedade.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/publicacao-distorce-video-de-medica-sobre-protocolo-da-cloroquina.shtml>>. Acesso em: 05/05/2023.

Atualmente, empresas gerenciadoras de redes hospitalares e planos de saúde em prol do *tratamento precoce* no Brasil estão sendo juridicamente investigadas por coação aos médicos, pressionados à prescrição farmacológica. E o exercício da *autonomia* para recusa?

Assim como a experiência científica difere daquela, profissional, o testemunho/vivência da experiência pela crença em contextos de risco (Douglas, 1966) demanda outra atenção. Por exemplo, a automedicação do sujeito com base na avaliação de si pela própria experiência.

E mais: pode achar que está agindo preventivamente contra um objeto imaginado numa probabilidade de risco (Lupton, 1995, 2005; O'Malley, 2003; Petersen, 1997; Castiel, 2015). E/ou até ratificarem o negacionismo à ciência (Oreskes e Conway, 2010) – por exemplo, em atitudes antivacinação contra outras doenças, como a febre amarela (Sacramento e Paiva, 2020); e, recentemente, à Covid-19 (Massarani *et al.*, 2021). Adiante, veremos implicações disso.

No momento inicial da pandemia no Brasil, em 5 de maio de 2020, o hiperenunciador (cf. Mainguenu, 2012, p. 93-111) Conselho Federal de Farmácia (CFF) já apresentava um levantamento<sup>13</sup> em que “mostra como o medo da Covid-19 impactou venda de medicamentos”.

Mais à frente, no final do ano de 2022, Pinheiro e Emery acreditam que isso se deve a fatores culturais (2022, p. 217-247) e neoliberais/econômicos/financeiristas (2022, p. 248-285).

Ao longo dessa pandemia, acompanhamos o pânico moral de muitas pessoas, que encontravam informações embasadas em teorias conspiratórias (Freeman *et al.*, 2020; Allington *et al.* 2020) para corroborar suas crenças em saúde (Castiel, 2021), em vários espectros.

O cientista e equipe de uma instituição centenária e referência científica mundial na saúde, como os da Fiocruz-AM, submetem à falseabilidade as hipóteses do *tratamento precoce*. Chegam à conclusão de que não há eficácia da (hidroxi)cloroquina contra a Covid-19.

Mesmo com enunciados falseáveis, por semelhanças parciais em relação ao tratamento de outras doenças e contexto emergencial de pandemia, a hipótese é finalmente refutada. O foco na busca de soluções passa a ser a vacinação – e a Fiocruz e o Brasil, como um todo, têm legitimidade para tal (Fernandes *et al.*, 2021). Entretanto, aquela proposta se perpetua...

Há os usos linguísticos (Wittgenstein, 1999) da ciência feito por instituições e sujeitos para reforçar teses que não estão sob o controle da ciência - ou que derivam de etapas parciais do princípio de incerteza científica (Bachelard, 2005) - e nem de instituições que asseguram a validação de verdades. Ora, o que mantém esta hipótese em cogitação?

Porque a hipótese tem também caráter discursivo associado às práticas não exclusivamente científicas, mesmo formulada inicialmente via ciência. Vejamos a seguir.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://www.cffrs.org.br/noticias/levantamento-mostra-como-o-medo-da-covid-19-impactou-venda-de-medicamentos>>. Acesso em: 05/05/2023.

## 1. 1 A discursividade das controvérsias

Especificamente, vimos que são por enunciados intercambiáveis entre os discursos que a preocupante relativização nos/pelos processos de desinformação extrapolam as ordens discursivas da ciência e até do jornalismo. Agora, mergulhemos nesta discursividade.

Em *Arqueologia do Saber*, Foucault (2008a, p. 185. grifos meus) diz uma curiosidade: não foi uma prática política que construiu ou transformou os conceitos da medicina e a episteme da patologia. Mas, os modos em que o discurso médico, como prática endereçada a algum “campo de objetos, que se encontra nas mãos de um certo número de indivíduos estatutariamente designados, que tem, enfim, de exercer certas funções na sociedade, se articula em práticas que lhe são exteriores e que não são de natureza discursiva”.

Em resposta a uma crítica ao projeto arqueológico, sobre onde estaria aí o discurso, ele (2008a, p. 185) aponta seu foco, considerando que é no exercício de reunião dos “enunciados dispersos”, pelo *arquivo histórico*, que encontramos a dimensão discursiva de uma prática: “não é para assegurar a independência soberana e solitária do discurso; é para descobrir o domínio de existência e de funcionamento de uma prática discursiva”. Esta, por sua vez, tem um conjunto de regras que permitem ao domínio ser intercambiável ao exterior, não-discursivo.

A relação entre dimensões discursiva e não-discursiva não é simples – nem à Foucault. Mas, por ela, temos um ângulo-chave para observarmos como a incerteza científica faz e deve fazer parte da produção do conhecimento e validação de verdades. A dúvida integra essa busca.

O pressuposto de Foucault é que a compreensão dos fenômenos se dá entre o que é visível e o que é enunciável/dizível - empreendimento da *Arqueologia do Saber* (2008a), aprofundado em *As Palavras e as Coisas*. Logo, precisamos entender **o que é um enunciado**.

Propositalmente simplórios, pensemos como um enunciado não apenas pelo que é dito sobre algo; nem só pelo que uma pessoa fala, escreve, desenha, etc, para se tornar ‘enunciado’. E nem só o que um jornal apresenta como notícia; a agência de publicidade, como campanha...

Se quisermos ir além, pensemos no seguinte pressuposto: o enunciado/enunciável também não é unicamente o que um profissional da saúde prescreve; ou apenas o que um(a) cidadão(ã) fala em sua perspectiva, pelas experiências singulares de saúde, suas e de outrem.

Antes que alguém pense que estou já falando sobre hierarquias de conhecimento etc, ou ache que o tópico é sobre a necessidade do diálogo etc, digo que intenção é seguirmos seguros de que o enunciado não deve cair na vulgarização de “frases” ditas; ou até buscar as não-ditas.

Não que o exposto anteriormente não seja válido. No entanto, o foco aqui está no esforço de compreendermos como heurísticamente o que é visível e enunciável diz respeito à própria

definição de um objeto, problema e problemática a serem observados – institucionalmente ou no cotidiano de pessoas, mas também através da ciência, entre suas diversas áreas e disciplinas.

O que diferencia frase de qualquer enunciado? Neste, há inscrição no(s)/do(s) signo(s): “função da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação”, avalia Foucault (2008a, p. 98).

Assim, quando observamos uma relação entre enunciados, buscamos compreender ações pelas quais as relações entre os signos nos diz. E é justamente fugindo ao aprisionamento dos signos em textos gramaticais que ampliamos o nosso olhar para vermos estas inscrições.

Estarão implicadas entre múltiplos objetos. No tensionamento da articulação entre eles que podemos colocar em perspectivas enunciados daí decorrentes, com critérios que fazem esta articulação exercer uma função - “que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (Ibidem, p. 98).

Em *O Nascimento da Clínica*, Foucault sugere que é através da “manipulação” do corpo que não apenas passa-se a compreender os processos de saúde, doença, normal e patológico, nos termos de George Canguilhem. Mas, também há uma ruptura com a concepção metafísica sobre o corpo e suas afecções, o uso de instrumentos, adoção de novas técnicas e interpretações disciplinares da medicina. E tudo isso ocorrendo entre espaços que paulatinamente articulam novos saberes/conhecimentos e relações de poder para validá-los entre epistemes em disputa.

Até o século XVIII, a qualidade dos signos carecia de experiência material, em que o funcionamento do corpo fosse compreendido mapeando-se a estrutura orgânica sendo vista. Para saber qual era a possível doença de um indivíduo, várias hipóteses eram postas à mesa, enquanto quadro de probabilidades, através de sintomas que o corpo já materializava por si. Mesmo com incertezas de relações ‘causa-efeito’, a anatomia já era especulada há muito tempo.

Mas como é possível ajustar a percepção anatômica à leitura dos sintomas? Como poderia um conjunto simultâneo de fenômenos espaciais fundar a coerência de uma série temporal que lhe é, por definição, inteiramente anterior? De Sauvage a Double, a própria ideia de um fundamento anatômico da patologia teve adversários, estando todos convencidos de que as lesões visíveis do cadáver não podiam designar a essência da doença, que era invisível. Como distinguir, em um conjunto complexo de lesões, a *ordem essencial da série dos efeitos*? As aderências do pulmão, no corpo de um pleurítico, constituem um dos fenômenos da própria doença ou uma consequência mecânica da irritação? Mesma dificuldade em situar o *primitivo* e o *derivado*: em um cirro de piloro, encontram-se os elementos cirrosos no epíplo e no mesentério; onde situar o fato patológico principal? Finalmente, os signos anatômicos indicam mal a intensidade do processo mórbido: existem alterações orgânicas muito fortes que só acarretam ligeiros desarranjos na economia; mas não se poderia supor que um minúsculo tumor do cérebro pudesse acarretar a morte. Relatando apenas o visível, e na forma simples,

final e abstrata da sua coexistência espacial, a anatomia não pode dizer o que é encadeamento, processo e texto legível na ordem do tempo. Uma clínica dos sintomas procura o corpo vivo da doença; a anatomia só lhe oferece o cadáver (Foucault, 2021b, p. 146).

Você poderia questionar: hoje, a nosologia já faz relações por sintomas. Qual novidade? Ali, era a abertura do corpo humano, proibida pelos cânones religiosos (sobretudo, cristãos). Essa interdição atravessou séculos, orientando conhecimentos/procedimentos de ciência/saúde.

Se o saber médico era dedutivo por representações de hipóteses, a dissecação de corpos para observar a inscrição do funcionamento orgânico e suas interações internas e externas a outros corpos, orgânicos ou não, nos diz não apenas sobre as descobertas biomédicas por si.

Mas, também sobre olhar aos elementos orgânicos e inorgânicos enquanto signos visíveis – e, daí, postos à representação como enunciáveis. Antes, era como deduzir a existência de continentes sem cruzar oceanos. Agora, há expedições que foram e voltaram com mapas.

Disto, consideremos as disputas como produto de tensionamento entre estas articulações pela qual uma verdade ou várias “verdades” são sucessiva e simultaneamente postas à prova. Entre o que já era visível e representado por relações de causa e efeito. Quando não haviam verificações de hipóteses por “certezas” sobre a estrutura e o funcionamento do corpo humano.

Antes, uma dedução se tornava enunciado; que por sua vez embasava a formulação de novos enunciados, sem que necessariamente a hipótese fosse “testada” observando-se a inter-relação dos elementos que a constituem em ação. No movimento enquanto esta ação ocorre e há a mesma articulação de cada parte que forma um todo orgânico-inorgânico do corpo humano.

O risco: diferentes hipóteses sejam articuladas, cientificamente ou profissionalmente; diagnósticos sejam feitos e ações de cuidados ocorram inter-institucionalmente. Assim, sem que a teoria possa ser formulada, de fato, na devida verificabilidade científica para além da clínica. Ou teremos uma experiência de observação médica e um conjunto de possíveis diagnósticos, por sintomas “compatíveis” a cada provável doença, mas colocando humanos à prova.

O conhecimento sobre o corpo humano era feito de fora para dentro - lido por sintomas. Com a abertura de cadáveres, Foucault observa como este fato abalou paradigmas, e fez abrir também controvérsias sobre processos de saúde-doença, procedimentos científicos/médicos, funcionamento de instituições, atribuições de valores e profissões de fé. Foi uma revolução!

O que parecia estável e imutável não apenas foi posto à dúvida e incerteza. Os procedimentos de fazer o visível “falar” demandaram novas luzes aos seus objetos – precedentes e insurgentes. Até o século XVIII, a dedução emulava relações de causa e efeito – mesmo que o médico utilizasse instrumentos que pudessem ser mediadores entre si-mesmo e outro corpo, humano. Agora, uma prática começa a surgir, abrindo e fechando controvérsias.

Antes que acusem Foucault de algum tipo de antropocentrismo tomado pela aproximação do sujeito-médico ao sujeito-humano “universal”, ambos entrelaçados naquele corpo-cadáverico, ele mesmo se antecipa, ratificando o seu projeto voltado às relações focadas em saber-poder-verdade – tríade a ser observada, como o nome sugere, nessa tripla articulação.

Para seu Deleuze (2017, p. 23), Foucault aí “invocou um “olhar médico”, que suporia ainda a forma unitária de um sujeito pretensamente fixo demais face a um campo objetivo”; “Todavia, talvez seus arrependimentos sejam fingidos”, supõe Deleuze, logo em seguida.

Mas, já na introdução de *O Nascimento da Clínica*, Foucault (p. XVIII) especifica algo que futuramente reforçou em *A Vontade de Saber*, sobre as relações de saber-poder-verdade que criam o discurso da sexualidade – neste caso, um *locus* estratégico de normalização social.

Do protagonismo da clínica, mas vendo efeitos de dispositivos do campo para além, diz: “deve sua real importância ao fato de ser uma reorganização não só dos conhecimentos médicos, mas da própria possibilidade de um discurso sobre a doença”. À frente, retoma isso:

O acesso do olhar médico ao interior do corpo doente não é a continuação de um movimento de aproximação que teria se desenvolvido, mais ou menos regularmente, a partir do dia em que o olhar, que começava a ser científico, do primeiro médico que se dirigiu, de longe, ao corpo do primeiro paciente; é o resultado de uma reformulação no nível do próprio saber e não no nível dos conhecimentos acumulados, afinados, aprofundados, ajustados.

A prova de que se trata de um acontecimento que atinge a disposição do saber é que os conhecimentos na medicina anatomoclínica não se formam do mesmo modo e segundo as mesmas regras que na pura e simples clínica. Não se trata de um mesmo jogo, um pouco mais aperfeiçoado, mas de outro. Eis algumas dessas novas regras (Foucault, 2021b, p. 151-152).

“Como comenta Deleuze, ao discutir *O Nascimento da Clínica*, de Foucault, “cada formação médica histórica modulou uma primeira luz e constituiu um espaço de visibilidade para a doença, fazendo brilhar os sintomas” (1986: 58)”, lembram Kendall e Wickham (1999, p. 14), que falam sobre a relação de ciência às materialidades tornadas objeto pela ciência.

Explicam a metáfora que Foucault sugere em *As Palavras e as Coisas*: de visibilidades promovidas pela ciência via procedimentos de verificabilidade, a tornar o visível *enunciável*. Com o adendo, a partir de Foucault: “Estas visibilidades não são reflexos das formas puras dos objetos, mas antes o resultado de uma luminosidade discursiva temporária; eles permitem que uma coisa exista apenas como um flash, brilho ou brilhar” (Kendall e Wickham, 1999, p. 14)<sup>14</sup>.

Conforme acompanhamos com o próprio Foucault, mas até dialogamos anteriormente, a relação entre hipóteses não diz apenas sobre um único campo e área, e nem só sobre a ciência,

---

<sup>14</sup> Do original: These visibilities are not reflections of the pure forms of objects, but rather the result of temporary discursive luminosity; they allow a thing to exist only as a flash, sparkle or shimmer.

e sim das articulações dos diferentes objetos que mobilizamos para compreender práticas/ações – que fazemos através de enunciados; e, por isso, retornando à linguagem para representá-los.

O produto das articulações não é fixo, e sim, dinâmico – de acordo com o fenômeno e disposição de elementos que compõem aquela relação dialética discursiva-não discursiva. Do ponto que iniciamos, a ele retornamos, questionando: como observar a relação entre visível e enunciável frente às diferentes disputas que abrem-se e fecham-se? [evitando *a priori*].

Pensemos nas formulações de hipóteses anteriores ao conhecimento intra-corporal pelo que hoje entendemos como autópsia. Foi necessário perguntar e fazer o corpo falar, transformando cada resposta em signo(s) – daí a semiologia médica se desenvolve amplamente.

Roland Barthes (2001) sinaliza que os sintomas fazem parte de um conjunto de signos organizados na consciência do médico, sempre articulados a cada busca de verdade nosológica. “Foucault insistiu nesse ponto: o signo é o sintoma enquanto toma lugar numa descrição; é um produto escrito da linguagem enquanto participa na elaboração do quadro clínico do discurso médico; o médico seria então aquele que transforma, pela mediação da linguagem, (...) o sintoma em signo”, avalia Barthes (2001, p. 236). É relação de sentidos – indicial, sobretudo.

Inclusive, justifico a abordagem desse trabalho ratificando sobre a natureza discursiva dos objetos: muitas vezes, negligenciada; ou apenas é lembrada como frases significantes. Sentidos de saúde no jornal são isolados no/pelo hospital (Mol, 2002)? São hospitalocêntricos?

Barthes (2001, p. 234) ironicamente confessa: “Acho muito interessante este problema e esperava, mesmo não sendo médico, poder captar facilmente alguns princípios da semiologia médica nos livros que trazem esse título; esses livros não me trouxeram nada porque são eminentemente técnicos”. As referências de *O Nascimento da Clínica* são organizadas por Foucault (2021b, p. 221-231) por disciplinas: “Nosologia”, “Polícia e Geografia Médicas”, “Reforma da Prática e do Ensino”, “Os Métodos”, “Anatomia Patológica”; “As Fabres”.

O que nos faz pressupor que Foucault tinha consciência de suas limitações, ainda assim precisando recorrer aos cânones das várias epistemes para compreender regras que fazem procedimentos de cada uma fazerem o visível falar. Valoriza-se processos e não o produto-fim.

Barthes aponta sua preocupação sem colocar política à frente da ciência. Quer saber, inclusive de Foucault, até que ponto a articulação de signos orienta/é orientada ideologicamente; e como isso atravessa as epistemes e deságua em procedimentos específicos.

Se Foucault evitou essa associação direta enquanto “origem” da clínica, seus efeitos não são controláveis – aliás, como diria o próprio Foucault (1972), eles poderiam ser contingenciais. A clínica torna proeminente o relato do paciente como prática discursiva de si e sobre si; para Foucault (2020a), coincide às formas de confissão propostas no/pelo catolicismo, anteriormente

– associação entre saberes e práticas de domínios diferentes confluídos por ciência e religião.

Atente-se que Barthes quer compreender isso do ponto de vista da semiologia, mesmo colocando a medicina/clínica como *locus* de vista às suas questões. Para Foucault (2008a), essa discussão estaria nas delimitações das *Formações Discursivas* – de que não trataremos aqui.

A formulação de signos ideológicos interessa a Barthes [e ao Círculo de Bakhtin]. Sem que nos percamos em nossa discussão atual, vale adiantarmos que a intenção é observarmos como formulações científicas podem ser atravessadas e atravassarem ideologicamente, mesmo não ocorrendo num supremo estrutural *a priori*. Isto é: como acontece no procedimento, ação.

Construção coletiva do conhecimentos envolve interesses internos e externos à ciência, implicando até mesmo em configurações de controvérsias científicas. Vejamos com Barthes.

A questão final que se pode levantar agora, e que é verdadeiramente uma questão de ordem filosófica, ideológica, seria saber se a linguística e, por conseguinte, a semiologia desses últimos anos não pertencem a uma história do signo, a certa ideologia do signo. Se a natureza semiológica do campo das doenças, e esta é a hipótese de Foucault, corresponde a uma certa história, então a predominância da noção de signo, a cultura da noção de signo corresponderiam a certa fase ideológica de nossa civilização. Mas então, como se poderia fazer com que houvesse acordo entre uma ciência positiva e uma ciência ideológica, tal como a hermenêutica? No fundo, há, nos termos da clínica do século XIX, uma hermenêutica médica. Pode uma ciência positiva identificar-se com uma hermenêutica, que está engajada apesar de tudo em uma visão ideológica do mundo? (...) Resta a pergunta final: a medicina de hoje continua ainda sendo verdadeiramente semiológica? (Barthes, 2001, p. 246).

Foucault não inaugura uma teoria sobre a semiologia médica, mas nos faz compreender como a produção de sentidos implica a relação entre vários domínios pelos quais os diferentes significantes são combinados, até que uma doença não apenas seja nomeada, mas reconhecida.

Os sintomas de insuficiência respiratória são comuns a várias doenças, e por isso “lidos” entre várias especialidades de saúde/médicas/clínicas; no entanto, vários fatores e objetos são mobilizados e articulados, internos e externos à ciência e à saúde, para que a Covid-19 seja reconhecida – não sendo, portanto, só qualquer “gripezinha”. Diagnóstico médico singular.

Contudo, a articulação dos objetos científicos e factuais não apenas descarta hipóteses de “conspiração comunista” ou incidência de outras doenças, mas constrói a realidade num *comum* de acontecimentos ocorridos em diferentes espaços e tempos. A produção de sentidos depende do contexto, que não limita e imobiliza a doença num domínio. É pulverizada.

Do exposto, já deu para perceber que o que está no *laboratório* é apenas uma camada de visibilidade/enunciabilidade de um objeto de doença que se articula a muitos outros objetos. Logo, *a semiologia médica é, antes de tudo, a semiologia de um produto desta articulação de objetos em um determinado ponto que observamos por seus enunciados - a priori, dispersos.*

Paul Ricouer (2020d, p. 184) lembra que, “pouco a pouco, toda a semiótica médica, com seu conceito de sintoma, se deixa reagrupar sob essa categoria de indício”. Até ser catalogado. Isto é, a reunião de elementos sógnicos pelos quais a enunciabilidade faz a passagem de uma intuição para a representação de um objeto do conhecimento, que pode vir-a-ser reconhecido.

Ao invés de o ‘clínico’ ter apenas a ideação sobre o que os seus sentidos captam e sua mente codifica, ele recorre às formas de linguagem emersas na cultura para representar em conceitos este objeto especulado. Os índices cumprem tal função. A comunidade de sentidos (Maingueneau, 2012; Volóchinov, 2006) da categoria profissional lhes ajuda a organizá-los.

Contudo, não apenas um sujeito ou mesmo uma única especialidade epistemológica, mas vários sujeitos interagem entre diversas epistemologias e também por/entre várias instituições que compõem o quadro hermenêutico em torno do objeto de saúde/doença. Por quê não, também, se eles experenciam o processo de saúde/doença pelo qual seu corpo materializa?

Primeiro, lembre que a patologia, para Canguilhem, por muito tempo ignorou que, no corpo, há sínteses de índices pelos quais a interação ao meio ambiente materializa as doenças. Segundo este filósofo francês, mentor de Foucault, a patologia considerava que as sensações do doente poderiam levá-lo a construir um quadro de sentidos muito aberto em relação à objetividade que o profissional especialista empenhava para organicamente localizar doenças.

Aliás, a falta de percepção do doente à própria doença - a ausência da percepção sobre si mesmo - indica que a construção nosológica demanda a outro sujeito localizá-la, tornando-a objeto de saberes/práticas. Sujeito que recorre aos quadros semiológicos de sua comunidade.

Mas, paradoxalmente, “Sempre se admitiu, e atualmente é uma realidade incontestável, que a medicina existe porque há homens que se sentem doentes, e não porque existem médicos que os informam de suas doenças”, pondera Canguilhem (2009, p. 30).

Porém, o que torna a produção de sentidos de saúde-doença um objeto científico se deve à submissão de uma problemática ao conjunto de procedimentos que fazem esse objeto “falar”. A analogia de elementos é semiológica; portanto, de associação de signos. Logo, representativa.

Ainda assim, e por isso, a constituição semiológica de objetos não pode ser imobilizada, mesmo no escrutínio de um campo científico ou de uma área disciplinar; ou setor institucional.

Como os conhecimentos sobre a Covid-19 seriam suficientes se seus efeitos não fossem (infelizmente!) materializados em centenas de milhares de corpos no Brasil e em todo o mundo? [com doenças e mortes!]. Ou se o quadro de seus sintomas não fosse feito por analogias aos sintomas de outras doenças? O que logo de início se sabia clinicamente sobre a Covid-19 não era somente produto de um laboratório X, profissional Y, tal ente governamental Z, tecnologia precisa de detecção W etc. Os sentidos foram produzidos pelos efeitos dessa doença-objeto.

Embora esse objeto seja classificado como ‘de saúde/saúde pública/saúde global’ e até tenha sido verificado por procedimentos técnicos e analisados por pares científicos e institucionais, seus efeitos são multifacetados e ubíquos – inclusive, percebidos e/ou sentidos por diferentes sujeitos nos diversos contextos experienciais, sejam eles profissionais e pessoais.

E talvez seja neste lastro que a experiência clínica era defendida por uns médicos como condição possível de visualidade, no hospital, da interação corpo humano-(hidroxi)cloroquina. Afinal, o paciente que adentra ao hospital será examinado a partir de diferentes analogias patológicas, tendo como fontes este corpo posto à prova e o relato do ser que habita este corpo em experiência de saúde/doença. Não é assim que se procede em relação a outras doenças?

Ora, quem se submete a esta interação é o próprio sujeito neste corpo-paciente. E este assim o faz por múltiplas razões – colocá-las *a priori* dos fatos dispensaria a continuidade desta nossa pesquisa, inclusive! O que não quer dizer que *a priori* sejam totalmente dispensáveis.

Disponer em perspectivas a produção de sentidos sobre eficácia da (hidroxi)cloroquina, por exemplo, nos faz observar como as pré-disposições de sujeitos que se voluntariam a adotar o *tratamento precoce* se articulam às escolhas científicas/políticas por este procedimento em detrimento de outros – com uso de fármacos diversos; idem a tecnologias, como a vacina etc.

Daí também verificando as respostas do nosso Sistema Único de Saúde (SUS) entre o uso da (hidroxi)cloroquina e procedimentos de urgência e emergência que eram adotados frente a um novo cenário epidemiológico/pandêmico ainda desconhecido por milhões de profissionais de saúde em todo o mundo – e além dos próprios médicos, ainda que lidem com similitudes.

É por isso que Foucault observa a construção do objeto da clínica nas bordas entre as epistemes pelas quais os diferentes conhecimentos sobre a doença são construídos; como também não desconsiderando que as bordas de todo o conjunto de epistemes chamado ciência se articula às contingências históricas em que os sujeitos constroem suas experiências sem que necessária/imediatamente chamem de experiências restritas de adoecimento, ou mesmo de cura.

A anatomopolítica é exemplo da concepção do corpo como objeto de uma ausência de doenças às finalidades não enclausuradas à ciência pela ciência, mesmo sob o crivo de saúde. A interação médico-paciente produz índices sobre a doença; mas não é isolada à prática clínica; como também nem só à prática científica, de que a clínica se orienta. Ela é produto de discursos.

No nascimento da clínica, o corpo aberto à leitura médica não tinha necessariamente anuência do sujeito morto. Durante a pandemia de Covid-19, o saber médico que endossa o *tratamento precoce* tem apoio não apenas do Conselho Federal de Medicina, mas do ser que habita este corpo ainda em vida – frise-se: para uso do medicamento sem eficácia comprovada, enquanto promessa de cura ou prevenção de uma doença fatal, e que até tem efeitos colaterais.

A construção de sentidos de saúde/doença é comum entre, ao menos, médico e paciente - com respaldo não só científico ou moral, mas legal/constitucional [vide parecer 04/2020].

Isolar a categoria dos médicos pela relação entre CFM e o ex-presidente Jair Bolsonaro para confirmar grandes explicações de “neoliberalismo” diretamente incidentes a uma tal relação política; ou isolar ‘os usuários de (hidroxi)cloroquina’ também para endossar teses sobre uma oculta captura de subjetividades pelo sistema neoliberal onipresente: são simplificações que não ajudam a localizar os *contingentes* da história (Foucault, 1972).

Mesmo que as construções de sentidos sobre a Covid-19 e suas ramificações fossem forçadas a estarem presas à camisa de força biomédica, como uma tentativa [malograda, diria!], seria ingenuidade empírica/heurística isolar respostas de eficácia farmacológica da (hidroxi)cloroquina, à medicina e suas especialidades; idem à farmacologia, por exemplo.

E apesar de acreditarmos que respostas de sistemas de saúde devem muito à ciência e às instituições sociais/governamentais/de pesquisa/de saúde, corremos o risco também de isolar o ‘objeto’ no laboratório ou sala de reuniões do Estado para dele milagrosamente ver respostas.

Colocar em perspectivas sujeitos, instituições, objetos, resoluções/portarias/descretos e procedimentos é fazê-los falar. É um *falar* não apenas por divergências técnicas por si mesmas. Ao contrário. É nas tensões entre discordâncias que podemos entender, por exemplo, quais são os agenciamentos que a eficácia/ineficácia farmacológica suscitam para além da biomedicina.

Alguém diria: ‘ora, sou médico e atuo como tal; significa que o conhecimento que embasa essa discricionalidade pelo *tratamento precoce* com uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 advém também da minha experiência em casos clínicos’. Na História, a ciência comprovou que esse uso da (hidroxi)cloroquina é ineficaz. Ponto.

Mas o CFM não emite parecer proibindo o *tratamento precoce*. Presidente da República, Jair Bolsonaro continua apoiando o procedimento. Resultado: a interação médico-paciente-presidente da república tem como produto uma experiência científica e política **comum**.

E mais. O médico falaria: ‘*isso é democracia: minha escolha e a do presidente do Brasil, com consentimento do paciente*’. Há médicos e agentes contrários ao *tratamento precoce*. Poderiam dizer: “nós nos guiamos pela ciência”; aqueles também diriam o mesmo. Começamos a ver que enunciados obtidos em declarações não são suficientes a obter a “verdade” declarada.

Vejamos isso com um complicador. Pense comigo: o médico pró *tratamento precoce* argumentaria na Justiça, caso fosse convocado a se explicar, que já obtivera sucesso de sua prática clínica a partir da experiência observacional – aquela pela qual não se sabe as relações de causa e efeito necessariamente a partir de um estudo científico contundente para uma doença; e, por similaridades de respostas farmacológicas em relação a outras doenças [malária?],

também considerando a emergência clínica/epidemiológica, se torna razoável reproduzi-la. Ora, no momento I da pandemia de Covid-19, esse argumento parece “aceitável” [tolerável!].

E quando a instituição de pesquisa em saúde, a referência internacional que é a Fiocruz, apresenta resultados contundentes de ineficácia, e em contrapartida o *tratamento precoce* continua sendo adotado com aval científico e institucional de uma parte da comunidade acadêmica e política, poderíamos considerar que factivelmente há ainda uma controvérsia?

Por saberes e práticas, agora a incerteza é científica/tecnicamente tornada uma “certeza” – ao menos de ineficácia. Mas, desde quando o próprio Estado mantém o uso da (hidroxi)cloroquina como prática de saúde e há cientistas e profissionais de saúde que a reitera, temos um grave problema científico e político: a falsa aparência de “controvérsia” vai sendo discursivamente mantida a partir do lugar convencional que foi formalmente constituído aos sujeitos que ainda têm alguma legitimidade institucional para “validá-la”. Vira um “contexto”.

Aparência se torna a própria controvérsia a quem acredita que é. Discensos fazem parte da democracia. Ok. “Quem é de direita toma cloroquina. Quem é de esquerda toma Tubaína”<sup>15</sup>?

Se antes a experiência do paciente poderia se somar à experiência do médico para a construção de um comum, pelo qual a produção de sentidos possibilita um quadro nosológico “integrado”, agora a experiência “comum” remonta à pré-história da clínica: um quadro de sintomas é levantado pelo médico pela emulação de sintomas que representam a Covid-19 tomando como base de representação os conhecimentos e informações que esse clínico tem em sua formação profissional e pelas experiências com doenças similares e agora com a Covid-19 *mais* as informações que o sujeito apresenta como sensações de possível doença em seu corpo.

O problema está nas/pelas soluções buscadas pelo médico em torno do medicamento: I – sem eficácia comprovada, num primeiro momento da pandemia; II – ineficaz, conforme resultados de uma pesquisa científica desenvolvida. Entre I e II, há a historicidade de uma controvérsia: de quando estavam abertas; até, por consenso científico, serem estabilizadas.

Se de um lado um médico tem acesso aos resultados de pesquisa científica que respalda os procedimentos técnicos de sua prática e recomendá-lhe a ter cautela (momento I) ou não mais adotar o tratamento precoce (momento II), de outro há também orientações de instituições que lhes recomenda a adoção do *tratamento precoce* ou se abstém de orientar por seu abandono.

O médico pode optar à continuidade do uso da (hidroxi)cloroquina no tratamento à Covid-19, já que terá amparo legal/institucional para isso; e poderá ainda arguir pela observância clínica. Quanto ao paciente, poderá simplesmente assinar termo de consentimento

---

<sup>15</sup> Autoria do ex-presidente Jair Bolsonaro. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/05/em-15-frases-relembre-desprezo-de-bolsonaro-pela-pandemia-da-covid-19.shtml>>. Acesso em: 28/03/2024.

se responsabilizando pela escolha em se submeter ao procedimento – incerto ou já descartado. O parecer 04/2020 do CFM é embasado no Código de Ética Médica [Resolução n.º 1.931/09].

Médicos e pacientes não são sujeitos isolados em única identidade. Ao tomar decisões, estabelecem trocas de informações, conhecimentos e saberes. Nesse entremeio está “a verdade”. Mas, como uma “verdade” se constitui como ‘a verdade’ ao médico e ao paciente? A questão abrange a problemática desenvolvida até aqui. Receosos, questionaríamos: O que é verdade?

Na linha de Foucault (2020a), observamos, por exemplo, que confissão de fé já era, para a Igreja Católica, fazer o sujeito fazer a sua própria busca pela verdade em/por si; para o paciente, o mesmo procede, quando o médico lhe pergunta: “o que você tem/sente?”. Comum entre o padre e o médico, há o que Foucault observa a partir do diálogo com Nietzsche: uma vontade de verdade. Especificamente ainda, para Foucault: vontade de saber pela verdade.

Na mesma perspectiva dos filósofos, seguiremos esse ‘como’ da produção de verdades. ‘O que é verdade’, aqui para nós, equivale aos modos como sujeitos e instituições a buscam. Como a verdade sobre eficácia/ineficácia da (hidroxi)cloroquina é discursivamente construída?

Do visível ao enunciável entre controvérsias, o caminho de sua busca é feito a partir de “saberes” mobilizados por vários discursos e práticas. É o que discutiremos a seguir.

### 1. 1. 1 Das controvérsias ao dispositivo

O discurso é algo inteiramente diferente do lugar em que vêm se depositar e se superpor, como em uma simples superfície de inscrição, objetos que teriam sido instaurados anteriormente (Foucault, 2008a, p. 48).

Embora muito já tenhamos mencionado o termo “controvérsia”, agora vale explorá-lo. Frequentemente uma palavra pode nos remeter, na literatura, às referências que a consagraram. Fôssemos falar ‘classe social’, é de Karl Marx que nos lembramos. Logo, é justo consultá-lo.

Não quer dizer que não discordemos de Marx, ainda que a ele recorramos em diálogo. Ou, muitas vezes um conceito ou noção acabam tendo sentidos aproximados, com sinônimos, mas é até gramaticalmente representado(a) por uma outra palavra. Isso nos demanda precisão.

“Todo conceito é historicamente construído e para se entender seu alcance ou para reformulá-los, nas ciências sociais, se preconiza que sejam analisados em sua origem e percurso, de forma crítica”, diz Cecília Minayo (2010, p. 177), em *O desafio do conhecimento*. Latour usa o conceito de controvérsia. Mas, dele, voltaremos à Foucault. Explico adiante.

Latour se interessa em observar como um consenso é relativamente estabilizado a partir de controvérsias que se proliferam e, pela leitura e interpretação sobre fenômenos, fecham-se num tipo de caixa-preta – dispositivo que normalmente aviões dispõem para auxiliar equipes

de comando com informações de tráfego aéreo e também na manutenção ou diagnósticos de desempenho que subsidiam autoridades em investigações de acidentes/desastres às aeronaves.

A metáfora proposta por Latour é que o trabalho de leitura dos fenômenos a partir das associações entre humanos e objetos, que ele chama de actantes, nos permite observar possíveis relações de causa e efeito entre estes inter-agentes - e daí compreendermos tais fenômenos. Evitando o antropocentrismo de causa e efeito fenomênicos, Latour considera que tais actantes, humanos e não-humanos, afetam-se em mútuas agências - há influências de Martin Heidegger.

Ele participou de uma experiência de observação empírica num laboratório, na França, cuja finalidade foi compreender como as explicações “empíricas” se sustentam na ciência entre a retórica como representação de conhecimentos e procedimentos em escritas acadêmicas e a própria observação do passo-a-passo de um fenômeno enquanto experimento desenvolvido, no momento em que acompanhava “todo” o processo [neste ponto, com Husserl (2020), evitemos totalizações, pois a apreensão do que entendemos como ‘o real’ é passível de reduções – o que os sentidos apreendem de um fenômeno será sempre uma parte de um todo ontológico].

Latour nos instiga a “desconfiar” de um texto - até do próprio Latour. Não é por falta de confiança nas instituições, mas de não tornar uma verdade sempre imultável – empiricamente, refazemos percursos de sua busca ou os delegamos aos responsáveis por isso.

Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, assim como em qualquer contexto que demande da ciência questões ou respostas, a apresentação de hipóteses ou resultados de estudos era - e ainda é - feita seguindo os ritos de publicação de um artigo científico. Corrêa, Vilarinho e Barroso (2020), inclusive, precisaram colocar em perspectiva estudos realizados com uso da (hidroxi)cloroquina, até formular o amplo quadro de controvérsias do tema. Como assim?

O texto representa procedimentos que são adotados até se chegar a uma hipótese ou resultados de um estudo – parciais ou “conclusos” [embora possa ser continuado adiante]. Como garantir que um fenômeno ocorre tal como o que está escrito em um texto científico?

Pela *veridicidade*, tenta-se reduzir distâncias entre fenômeno e ideação ao fenômeno; *verossimilhança* seria relação de sentidos só pela retórica (cf. Kristeva, 2012, p. 206-210). Ou, especifiquemos: ao máximo, devemos buscar a transparência de procedimentos na ciência – se digo que o *corpus* desta pesquisa [essa, aqui!] foi reunido para observar uma problemática, você, leitor(a), poderá proceder com os mesmos procedimentos que adotei para encontrá-lo. Se não operacionalizar a pesquisa em integrais condições, ainda assim o passo a passo estará representado num texto a ser reexecutado por outros pares – para isso, seguindo as inscrições.

O que está por trás de um texto científico? Inscrições. Como são obtidas essas inscrições? Pela montagem de instrumentos. Esse outro mundo que fica logo

abaixo do texto é invisível enquanto não há controvérsia. Apresentam-nos fotos das depressões e das elevações da Lua como se as pudessemos ver diretamente. O telescópio que as torna visíveis é invisível tanto quanto as ferozes controvérsias que Galileu precisou travar séculos atrás para produzir uma imagem da Lua. Do mesmo modo, no Capítulo 1, a precisão de mísseis soviéticos não passava de informação *óbvia*; só passou a ser resultado de um complexo sistema de satélites, espões, kremlinologistas e simulações por computador *depois que* a controvérsia começou. Uma vez construído o fato, não há mais um instrumento para levar em conta, e é por isso que muitas vezes desaparece da ciência postular o esmerado trabalho necessário para sintonizar os instrumentos. Ao contrário, quando se acompanha a ciência em ação, os instrumentos passam a ser elementos cruciais, situam-se imediatamente depois dos textos técnicos, e para eles o discordante é conduzido pela apelação.

Há um corolário dessa mudança de importância dos dispositivos de inscrição em razão do calor da controvérsia (...). Quando se consideram os fatos acabados, parece que qualquer um poderia aceitá-los ou contestá-los indiferentemente. Não custa nada contradizer ou aceitar. Quando se discute mais e se chega ao limiar da construção dos fatos, os instrumentos tornam-se visíveis, e, com eles, sobe o preço de se continuar a discussão. Fica óbvio então que *argumentar é caro*. O mundo igualitário dos cidadãos que têm opinião sobre as coisas transforma-se no mundo não igualitário em que não é possível discordar sem um enorme acúmulo de recursos que permita colher inscrições pertinentes (Latour, 2000, p. 115-116).

Do exposto, percebe-se que uma ou mais controvérsias demandam-nos vê-las por uma ampla malha de materialidades pelas quais podemos articular objetos; para, delas, fazê-los falar.

Latour enxerga uma agência entre os objetos e pessoas, que pode ser “vista” por rastros. Embora reiteremos que a crítica de Latour seja ao antropocentrismo dessa agência, Foucault já fugia disso e da representação clássica legada de forma equivocada do platonismo às ciências: de que a linguagem seria só reflexo do real - por exemplo, se fôssemos olhar controvérsias em torno da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 por declarações e analisá-las para “buscar” verdades mas sem relacioná-las às condições de enunciações e rede de materialidades para “enxergá-las”.

“O regime de materialidades a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; define antes possibilidades de reinscrição e de transcrição (mas também limiares/limites) do que individualidades limitadas e percíveis”, lembra Foucault (2008a, p. 116). O *rastro* já era visto no pós-estruturalismo.

Embora não se refira à Michel Foucault, e inclusive pouco se detenha a comentar em suas obras de modo específico sobre pressupostos antecessores desse seu conterrâneo francês, Latour não admite suas influências, embora discuta sobre teorias “conspiratórias” e, paradoxalmente, acuse o pós-estruturalismo de jogar combustível nisso – obviamente que, em sua crítica, Latour (2004) é mais diretivo à *desconstrução*, de J. Derrida; e genérico à Foucault.

A preocupação de Latour se deve justamente às aparências de controvérsias que se

proliferam e surfam em ondas de pós-verdade. A carência de materialidades, sobretudo calcadas no método científico, desaguarda na fragilidade de procedimentos da validação de verdades.

Assim, ocorre o que falamos, até com o agravo de se tomar a escrita de um artigo como todo o processo científico: prática discursiva descolada de **toda** a *práxis* – denovo, só reórica.

A crítica de Latour é anterior à própria concepção do termo ‘controvérsia’. Como vimos com Minayo (2010), é importante verificar a historicidade de um conceito. Latour assenta as bases de sua proposição negando já ter existido uma ‘modernidade’.

Em *Jamais Fomos Modernos*, escrito em 1975, Latour (2009) se posiciona veemente, considerando que a ideia de modernidade provém da separação radical de natureza e sociedade, coisas e representação. “Usando três vezes seguidas a mesma alternância entre transcendência e imanência, é possível mobilizar a natureza, coisificar o social, sentir a presença espiritual de Deus defendendo ferrenhamente, ao mesmo tempo, que a natureza nos escapa, que a sociedade é nossa obra e que Deus não interfere mais”, diz Latour (2009, p. 40). Ele (2012, p. 229-275) estende a crítica às “ciências do social”, questionando: “por que é tão difícil rastrear o social?”.

Vemos o quanto a separação entre coisas e representação das coisas pode ser prejudicial ao que salta da articulação entre materialidades pelas quais as agências produzem os sentidos. A crítica de Foucault à noção clássica de modernidade é radicalizada em *As palavras e as coisas* – obra lançada no ano de 1966 que reverberou na Europa, Brasil e em vários países pelo mundo.

Sair “do artigo ao laboratório”, proposto por Latour - com vistas a observar como o que está escrito no texto se materializa processualmente por práticas e instrumentos - é o movimento que Foucault já havia feito para verificar como o visível sobre doenças era tornado enunciável. E assim o era por procedimentos que, adiante, mobilizaram objetos que deram origem à clínica.

Diz Latour (2009, p. 112): “Chamarei de instrumento (ou dispositivo de inscrição) qualquer estrutura (sejam quais forem seu tamanho, sua natureza e seu custo) que possibilite uma exposição visual de qualquer tipo num texto científico”. A doença, objeto do saber, nos mostra/diz sobre muitas práticas entre vários domínios; e excede até a centralidade no sujeito - o médico, o político, o cientista, o religioso etc. Para Foucault (2021b, p. 64), “o que está presente é a doença no corpo que lhe é próprio, que não é o do doente, mas o de sua verdade”.

O “social”, ao que se refere Foucault, é atravessado por múltiplos saberes e práticas que, da arqueologia à genealogia, permitem vermos como verdades são construídas entre disputas por suas validações. Foucault não estava interessado em fazer uma história da clínica, por si só; mas, nos efeitos da relação entre seus objetos – que, adiante, opta por chamá-los de *dispositivos*.

Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas,

decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que pode justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, entendo o dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência (Foucault, 2021a, p. 364-365).

Aqui, o objetivo não é verificar ‘a verdade’ nos discursos entremados por controvérsias, e sim, sentidos de saúde, doença e risco dispersos pelas múltiplas valorações que instituições e sujeitos atribuem entre medicalização por (hidroxi)cloroquina e outras modalidades pelas quais cuidados em saúde seriam adotados contra a Covid-19; mas também a outras doenças.

A dispersão é configurada entre dispositivos que um núcleo de controvérsias suscita. O ‘suscitar’ de que falamos é decorrente da inscrição dos fenômenos entre os objetos, por signos. Esta inscrição é ideada no pós-modernismo; Latour adota-a, depois. A controvérsia abrange a rede de instituições, sujeitos e objetos – dela, Latour desenvolve sua Teoria Ator Rede (TAR). Mas vamos em direção ao projeto de Foucault; adiante, retomamos o conceito de controvérsia – de que nos apropriamos parcialmente em relação à Latour, indicando pontos de discordância.

### **1. 1. 1. 1 Eficácia da (hidroxi)cloroquina como dispositivo sanitário e tecnologia política**

O conceito de dispositivo é potencialmente explorado em *A História da Sexualidade*, quando Foucault se propõe a compreender como a sexualidade foi mobilizada enquanto ente [para além de si mesmo] e estratégia na regulação de corpos, em atendimento às técnicas de governos na Europa, no século XVIII – sobretudo em Era Vitoriana, na Inglaterra. A governamentalidade era técnica de governo empenhada a garantir a adesão de súditos aos projetos monárquicos, incluindo a saúde pública no controle de doenças afim de evitar gastos.

As configurações de “população” foram forjadas na concepção de sujeito dialeticamente também se forjando em relação àquela, mas contando com algo comum: o cristianismo. Então, Weinmann (2006, p. 19) observa que, “se em *Vigiar e punir* é sobre o governo dos outros que recai a ênfase da investigação – constituição da subjetividade delinqüente é analisada em termos de assujeitamento –, em *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si* [História da Sexualidade] o

enfoque privilegiado é o das técnicas de si”. Técnicas de si se especializam pelo autocuidado.

Não trata de um sujeito reprimido pelos desejos para não assumir riscos da sexualidade. Da repressão de si e dos outros a si, constrói-se a “verdade” de si e um exercício de saber.

Porém, a “verdade” da ascese construída entre cristianismo e o regime político vitoriano tem efeitos de subsunção de sujeitos ao conjunto de regras disciplinares que importam ao Estado. Com a singularidade [ver *Segurança, Território e População*]: o autovoluntarismo. Para isso, “uma incessante demanda de verdade”: “cabe-nos extrair-lhe a sua, já que lhe escapa; e a ele cabe dizer-nos a nossa” (Foucault, 2020a, p. 86). Demanda um objeto de “verdade”.

Excedendo a “sexualidade”, vale atentarmos à proposta de observarmos em tal objeto como o discurso de “verdade” se constrói em meio às relações de saber-poder de quem enuncia. Afinal, quem diz o que é verdade? A partir de quais regras? Pelo menos é o que Foucault (1996) questiona em *A ordem do discurso*, quando vê a construção de verdades como sistemas de exclusões em relação entre domínios de conhecimentos: o que não é objeto de uma episteme é expelido para fora desse campo, tal como uma “teratologia do saber”.

Foucault (1996, p. 31) reitera: “uma disciplina não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa; não é mesmo o conjunto de tudo o que pode ser aceito, a propósito de um mesmo dado, em virtude de um princípio de coerência ou de sistematicidade”.

Ele lembra que Gregor Mendel já esteve às margens da biologia, quando propôs as leis da genética, que passamos a conhecer na biologia. Como? - “foi preciso toda uma mudança de escala, desdobramento de todo um novo plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse “no verdadeiro” e suas proposições aparecessem, então, (em boa parte) exatas” (Ibidem, p. 35).

Daí haverem atualizações discursivas de uma episteme. São por atualizações que domínios se movimentam, interna/externamente: a sexualidade era posta moralmente pelo cristianismo como transgressão dogmática; ao Estado, desvio de conduta/crime. Classificações.

Colocado “o sexo no discurso”, via práticas de confissão religiosa posteriormente incluídas na anamnese clínica, mesmo e por isso subvertido à positividade de seu exercício “regulado” moral e científico, os domínios de seu saber, a “*scientia sexualis*”, foram se transformando internamente - incluindo aí a medicina, epidemiologia, psiquiatria, psicologia, pedagogia etc; o mesmo ocorre aos efeitos de verdade extrínsecos a esse objeto, se verificarmos como diversas práticas sociais aí intrincadas também ganham novo *status* moral e até (pretensamente) ético – agora, protocolos *ascéticos* ao sujeito [que se mantém por séculos...].

Frise-a: ocorre quando se coloca o sexo como “objeto de verdade”. Então, a proposta de Foucault em considerar um objeto de verdade como dispositivo nos permite ver regras de seu funcionamento – aqui, não em relação à sexualidade, mas da “eficácia clínica” de um fármaco.

Em *Microfísica do Poder*, vemos que ele excede a sexualidade para conceituar “**dispositivo**”, evitando colocar um centro na/pela discursividade presa ao significante textual.

Colocar em perspectivas os agenciamentos científicos e políticos da eficácia clínica da (hidroxi)cloroquina pode nos permitir observá-la como dispositivo sanitário, para compreender quais as regras iminentes e transcendentais aos campos de saberes e práticas que tentam buscar a “rarefação” (Foucault, 1996) de seus limites de classificação – especificamente de regras pelas quais se considera para avaliação de uma tecnologia biomédica para uso “excepcional”.

Agora, adentramos às especificidades do núcleo de controvérsias apresentado no início. “O que está em jogo”?, refletamos ainda com Foucault (2020a, p. 89-100). Seria aqui menos uma tese cuja pretensão não é da “teoria” de eficácia biomédica/farmacológica por si, e mais uma “analítica do poder”: verificar como, entre argumentos favoráveis ou contrários ao uso da (hidroxi)cloroquina, demarcações de autoridade são feitas no/pelo discurso jornalístico da FSP.

Especificamente à *relação negativa* do poder (Foucault, 2020a, p. 91), pensamos em possíveis coerções institucionais de autoridades públicas/privadas de saúde para que o uso da (hidroxi)cloroquina fosse fortemente realizado por coação aos profissionais da saúde no exercício laboral, que “introduz descontinuidades, separa o que está junto, marca fronteiras” – “Não deixe de prescrever”, dizia sistema da Hapvida sobre hidroxiclороquina”, noticia a FSP em matéria jornalística<sup>16</sup>. Descontinua-se o respeito à autonomia médica, prevista pelo CFM.

Dentre as especificidades do “poder negativo”, há que se observar a *instância da regra* – “o poder seria, essencialmente, aquilo que dita a lei” (Foucault, 2020a, p. 90). Logo, se o princípio de respeito à autonomia médica - além de já prevista no código de ética que regula a profissão do(a) profissional médico(a) – é reiterado no parecer 04/2020, que garante o uso da (hidroxi)cloroquina desde de que haja consentimento mútuo entre médico(a) e paciente.

Então, o poder de autoridade profissional é passível de interferência de um poder de autoridade administrativa-empresarial, por exemplo [vide a referência da matéria, logo acima], ou à falta de fiscalização administrativa por parte de autoridades públicas a essas situações.

A falta de um posicionamento explícito do CFM, apesar da própria resolução que delibera e dos pareceres técnicos reconhecendo os efeitos colaterais de um medicamento - ainda sem eficácia comprovada contra a Covid-19; ou logo após a comprovação de ineficácia feita pela Fiocruz/Amazonas - também é um posicionamento implícito ao conjunto de regras da autarquia em relação às diferentes fases da mesma pandemia; uma ação significativa; conduta.

E a cobrança por um posicionamento de “não-recomendação” ao uso da droga é feita

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/10/nao-deixe-de-prescrever-dizia-sistema-da-hapvida-sobre-hidroxiclороquina-veja-video.shtml>>. Acesso em: 17/11/2023.

por vários sujeitos e instituições, inclusive pela própria FSP. Aqui, há demanda da confissão de “verdade” a ser calcada no posicionamento do CFM. A cobrança acontece quando apresentados estudos que alertam não só à ineficácia do fármaco, mas aos efeitos biomédicos colaterais. Cobra-se ajuste entre lugar de autoridade pública conferido e instauração de regras de proibição.

Ou melhor, falando nos termos de Foucault (2020a, p. 92) – é demandado do CFM a adoção sumária de um *ciclo de interdição*: “Renuncia a ti mesmo sob pena de seres suprimido”. Em outra pesquisa (Santos, 2022), por exemplo, verificamos como o desejo de supressão da presidência do CFM foi enunciado não apenas no/pelo jornal FSP, mas até nos canais institucionais da autarquia, sobretudo redes sociais de *web*, através de comentários da categoria.

De modo que não fiquemos apenas em um lugar discursivo/prático. Por exemplo, lembremos da produção/outorga de pareceres técnicos, resoluções, portarias, decretos (nacionais, estaduais/distritais e municipais) para regular o uso de máscaras – mesmo, inclusive, que fossem necessárias interdições administrativas/sanitárias do poder público às populações,

Lupton, Southerton, Clark e Watson (2022) fizeram “análise sociomaterial” vendo a produção de subjetividades pelos usos destes artefatos faciais de interdição, por exemplo.

Outra especificidade exposta por Foucault (2020a, p. 92) é referente à *lógica da censura*: “Supõe-se que essa interdição tome três formas: afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista”. É a lógica em cadeia que contempla todas estas formas, conjuntamente: “o inexistente”, “o ilícito” e “o inenunciável”. Elas se apoiam, mutuamente.

Foucault traz como objeto o dispositivo da sexualidade. Retomo aqui o que já problematizamos em pesquisa (Santos, 2022) em relação ao uso da (hidroxi)cloroquina contra a Covid-19 no Brasil: a “inexistência” de comprovação de eficácia, a “ilicitude” perpetrada em assédios e coações aos profissionais da saúde para a prescrição do medicamento, e a “inenunciabilidade” [não formular enunciado explícito em ato de fala] que não se deve usar o fármaco (mesmo com vigência do parecer n.º. 04/2020, do CFM).

Como também poderíamos destacar no ciclo a censura de produção da vacina contra Covid-19, que tem correlatos comuns ao uso da (hidroxi)cloroquina via domínios de ciência e política – sobretudo, entre o feito visto e/ou mantido oculto por atores que disputam a validade de verdade por meio de saberes/poderes que se entrelaçam na economia de argumentos/ações.

Foucault (2020a, p. 92) vê que os três elementos de censura são princípios/efeitos um do outro: “do que é interdito não se deve falar até ser anulado no real; o que é inexistente não tem direito a manifestação nenhuma, mesmo na ordem da palavra que enuncia sua inexistência; e o que deve ser calado encontra-se banido do real como o interdito por excelência”. Recalque.

E o dispositivo? “Funcionaria de acordo com as engrenagens simples e infinitamente

reproduzidas da lei, da interdição e da censura”. Reforcemos: ainda estamos numa perspectiva de poder “negativo”, isto é, repressor; logo, de dispositivo de uso nesse tradicional sentido.

Assim, o dispositivo não é o poder em si e nem objeto essencializado do poder, mas um meio pelo qual o poder opera enquanto recurso estratégico para fazer valer uma teleologia precedida por relações entre sujeitos/objetos em cada momento e entre contingências históricas. “É isto o dispositivo: estratégias de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”, explica Foucault (2021a, p. 367). O dispositivo faz sujeitos fazerem o prescrito.

Por exemplo: o saber que legitima a loucura e enquadra indivíduos como “delinquentes” serve à criminologia e, conseqüentemente, ao controle do Estado à criminalidade. O saber é da psiquiatria; o poder é exercido pelo saber que é conferido a essa episteme, como também do Estado que lhe demanda este saber [inclua-se aí instituições administrativas, jurídicas etc].

Através da “loucura” como dispositivo, o poder é exercido por domínios que fogem à autonomia de sujeitos enquadrados como “loucos” para falar por si mesmos, mas contra eles se voltam – são assujeitados em um lugar que Foucault entende como “meio delinquente”, um “preenchimento estratégico”. Objetos são postos por cada domínio a partir de suas demandas.

Mas, estrategicamente, a “classificação”, mesmo de “saúde”, serve para fins além da saúde, e por isso, transcende o saber que embasa a classificação; importa a ação de classificar. Em *Microfísica do poder*, isso fica ainda mais explícito. Aí Foucault reconhece um impasse: em *As palavras e as coisas*, o conceito de dispositivo ainda estava vinculado às dimensões discursivas pelas quais o saber é constituído. Agora (Foucault, 2021a, p. 368) vê isso além: “um campo de cientificidade”, com dimensões discursivas/não-discursivas da prática científica.

É um salto para se pensar, **no procedimento**, o objeto da teoria científica em relação ao que se classifica como “verdadeiro” ou “falso”. “É o dispositivo que permite separar não o verdadeiro do falso, mas o inqualificável cientificamente do qualificável”, avalia Foucault (2021a, p. 368). Do dispositivo, **regras** procedimentais do campo forjam no objeto “a” verdade. Em *A vontade de saber*, é justamente na transposição para uma análise das modalidades de poder em sua perspectiva positiva que metodologicamente Foucault (2020a) sugere pistas.

Dentre elas, a regra de *imanência de poder*. Consiste em verificar como, por exemplo, a eficácia da (hidroxi)cloroquina é tomada e disputada como objeto de diferentes domínios. Se pelas múltiplas disciplinas que se ancoram ao campo científico da saúde, tais como epidemiologia, gestão, farmacologia, comunicação, clínica etc e diversas intersetorialidades em âmbitos vertical, como governos federal, estadual e municipal, e horizontal.

Horizontalmente, instituições que se estruturam diretamente pelo SUS (secretarias, conselhos de saúde, órgãos de vigilância e fiscalização, de educação em saúde, de comunicação

em saúde etc), por entidades de representação de categoria profissional (principalmente CFM e suas unidades estaduais, CFF e suas unidades estaduais; Frente Médicos pela Vida, Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia etc; sindicatos de representação de médicos e farmacêuticos; Sociedade Brasileira de Cardiologia); além de movimentos sociais e religiosos, que disputam diversas validades de posicionamentos [durante e além da pandemia].

Enfim, uma rede de instituições e pessoas compõe aquilo que Foucault (2020a, p. 107) chama de “focos locais” de poder, que “veiculam formas de sujeição e esquemas de conhecimentos, numa espécie de vaivém incessante”. Sutilmente, há dissimulação de práticas.

De modo que não se trata de “exterioridades” em relação a este objeto, isto é, o conjunto de saberes que amplamente são desenvolvidos por cada domínio. Por exemplo, o “puro” conhecimento sobre a eficácia farmacológica da (hidroxi)cloroquina, com seus procedimentos dentro do campo científico/disciplina, ou rotinas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na validação de um medicamento, *mais* estes específicos pelos quais o dispositivo suscita conhecimentos e práticas mais próximos - aqui, aos núcleo de controvérsias - a tornarem-se estratégias de exercício de poder em contextos. Agências mobilizam também por correlatos.

O “aconselhamento” sobre o uso da (hidroxi)cloroquina feito pela associação entre um líder religioso e o presidente da república [em exercício durante a pandemia] suscita correlatos enunciáveis e outros mecanismos que legitimam suas respectivas autoridades para que sujeitos sejam posicionados como “alvo” de persuasão à adoção da referida prescrição institucional.

Mesmo que autoridades científicas e sanitárias acabem não sendo postas como entes de poder para refutar a tese pastoral apresentada, ainda que tecnica-democraticamente legítimas. Significa que a busca de interação institucional está dada? Obviamente que não. Ela é dinâmica. Pois a *regra das variações contínuas*, como a noção sugere, faz variar o que substancialmente se teria enquanto exercício de poder – inclusive, nos/entre atravessamentos espaço-temporais.

O mesmo líder religioso que “aconselha” o uso da (hidroxi)cloroquina como, hipoteticamente, *única* promessa de cura de um deus possível, por exemplo, pode, à frente, ser questionado pelos seus seguidores, se estes chegarem à constatação, pelo processo histórico, de que a vacina seja uma das tecnologias de saúde que também contribuíram para evitar a doença (Covid-19), e/ou até mesmo com agravo e morte. O reconhecimento de autoridade para além do hipotético pastor desloca-o de único centro de poder em relação aos sujeitos a quem se dirige.

Em Foucault (2020a, p. 108), busca-se “o esquema das modificações que as correlações de forças implicam” no próprio jogo. Idem aos deslocamentos de autoridades entre quem classificava “verdadeiro” ou “falso” pelo princípio de negação de existência da pandemia.

E, por isso, a *regra de duplo condicionamento* prevê que as estratégias de exercício do

poder não são unicamente globais. Daí há críticas nossas à presunção de ciência/saúde coletiva de que campanhas de saúde são suficientes, ao se exercer um poder de persuasão aos cidadãos, para que adotem comportamentos prescritos de controle epidemiológico/clínico de doenças – tratei disso em pesquisa de mestrado (Santos, 2019, 2021a), mas lembro aqui neste trabalho.

Do contrário, recíproca válida, já que “nenhuma estratégia poderia proporcionar efeitos globais a não ser apoiada em relações precisas e tênues que lhe servissem, não de aplicação e consequência, mas de suporte e ponto de fixação” (Foucault, 2020a, p. 109). Por exemplo, não há garantias de que o sucesso de uma campanha de saúde para populações específicas, durante uma fase da pandemia de Covid-19, seja em relação a outras – inclusive, quando interseccionalidades de raça, gênero e socioeconômicas estão heurísticamente aí entranhadas...

Assim, chegamos à regra da *polivalência tática dos discursos*. Um discurso “científico” pode ser manipulado para atender a diversas finalidades, até mesmo políticas (Santos, 2022). O que não quer dizer necessariamente que o discurso é “enganoso”, e sim, que seus efeitos de verdade são capilarizados para domínios mais diversos possíveis - política, religião, mídia etc.

Mas domínios se entrecruzam em exercícios de poder. Estão dispersos: “distribuição que é preciso recompor, com o que admite em coisas ditas e ocultas, em enunciações exigidas e interditas; com o que supõe de variantes e de efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra”, defende Foucault (2020a, p. 110).

A manipulação da *polivalência tática dos discursos* é preceito ao que contextualizações/descontextualizações se valem, sobretudo em relação à ética da verdade - dimensão de pesquisa em que Foucault finaliza sua carreira/vida; daqui vemos controvérsias. Mas precisamos de abordagens para ver controvérsias por discursividades. Então, avancemos.

### 1. 1. 2 Do dispositivo às controvérsias

Postos diante do instrumento, assistimos a um espetáculo “audiovisual”. Há um conjunto *visual* de inscrições produzidas pelo instrumento e um comentário *verbal* proferido pelo cientista. Recebemos os dois juntos. O efeito sobre a controvérsia é contundente, mas sua causa é mista, pois não conseguimos distinguir o que vem da coisa inscrita e o que vem do autor. A bem da verdade, o cientista não está tentando nos influenciar. Está simplesmente comentando, enfatizando, indicando, ponto o ponto nos ii e os traços nos tt, sem acrescentar coisa alguma. Mas também é certo que os gráficos e os cliques por si só não teriam sido suficientes para formar a imagem da endorfina saindo do encéfalo ou dos neutrinos do sol. Não é uma situação estranha? Os cientistas não dizem nada além do que está inscrito, mas sem seus comentários as inscrições dizem bem menos! Há um termo para descrever essa estranha situação, um termo muito importante para tudo o que segue, que é porta-voz. O autor se comporta como se fosse *porta-voz* do que está inscrito no mostrador do instrumento (Latour, 2000, p. 118-119).

“A saúde é a vida no silêncio dos órgãos”, já dizia Henri Leriche. Para Canguilhem (2009, p. 32), “é mais do que evidente que a dor não é um sinal de alarme sempre fiel e sempre infalível, e que os finalistas não estão falando a sério ao lhe delegar uma capacidade e responsabilidades de premonição que nenhuma ciência do corpo humano poderia assumir”.

É ampla a discussão que Canguilhem traz sobre a configuração da doença, da percepção do sujeito sobre si e ao diagnóstico realizado pelo médico - da dor como sinal de sua “presença” no corpo ou ao uso de instrumentos e técnicas para “desvelá-la”. Na pandemia, por exemplo, considerados *assintomáticos*, muitos sujeitos sequer desconfiaram que poderiam estar doentes por Covid-19. Testes clínicos detectariam uma doença que não era sentida por esses sujeitos. Instrumentos técnicos indicariam, e, por ele, o médico falaria sobre... Isso seria/foi suficiente?

Falta de diagnóstico às pessoas, grupos e populações não quer dizer ausência de doença, e sim, o não-registro de um fenômeno que foge às limitações técnicas que medeiam os esforços humanos para lê-lo com maior precisão. Ou seja, o ser humano imbuído de instrumentos e técnicas, ainda assim, sofre a agência do vírus, que age apesar de conhecimentos e práticas...

Assim como patológico nos faz perceber a ausência de normalidade de saúde, a agência da tecnologia pode ser percebida nos “erros” inesperados – vide quedas de energia elétrica... Ou subnotificações da Covid-19, como também de outras doenças e de interações entre elas.

Empiricamente, fomos nos acostumando à colocar em “famílias” os rastros que são “percebidos” a partir de conhecimentos e práticas para detectá-los; a depositá-los em algumas “caixinhas” disciplinares e institucionais. Essa foi uma crítica contundente de Foucault; bem depois, Latour desenvolve sua proposta. Para Latour e de Foucault, fenômenos deixam rastros.

Como o nosso objetivo não é ampliar uma discussão de epistemologia, foquemos na principal implicação da crítica: apreensão dos fenômenos pelo registro e leitura de seus rastros; e, dos modos de articulação dos rastros, a construção de “verdades” – à ciência e ao jornalismo.

Foucault (2008a) lança bases de uma arqueologia do saber. Há autores que buscam uma aproximação entre Foucault e Latour. Óbvio, o objeto empírico é quem dita a real necessidade. Será que a noção de *disputas* na relação *saber-poder-verdade* da arqueogenealogia de Foucault teria resquícios implícitos no que é nomeado como controvérsia em Latour? Há quem pense...

“Se, no entanto, direcionarmos nosso olhar para pensadores como Foucault, Lyotard, Derrida ou Butler, não apenas encontraremos ideias e argumentos que Latour, sem notá-lo, utiliza para seu próprio relato como também nos depararemos com ferramentas que nos ajudam a analisar a situação atual”, avaliam Flatscher e Seitz (2020, p. 20. tradução minha<sup>17</sup>).

---

<sup>17</sup> Do original: If, however, we direct our gaze toward thinkers such as Foucault, Lyotard, Derrida, or Butler, we will not only find ideas and arguments that Latour, without noting it, uses for his own account.

Não se trata aqui de colocar polêmicas sem lastro de facticidade a esta pesquisa. Não. E sim, sinalizarmos o que pode ser aplicável de contribuições de outros pesquisadores mas que poderiam estar implícitas ao que Latour nomeia como controvérsia. Exemplo: a inscrição em forma de dispositivo, de Foucault; ou noção de rastro, tão cara às materialidades de fenômenos.

Há críticos que tentam colocar pontos nos i's, sobretudo por generalizações que Latour faz às teorias [que chama] de “ciências do social”. De “vertentes semióticas”, diz Latour (2009, p. 64): “Se autonomizarmos o discurso, entregando para tanto a natureza aos epistemólogos e a sociedade aos sociólogos, tornamos impossível a conciliação dessas três fontes”.

Da arqueologia do saber ao projeto genealógico, vamos e retornamos de *O Nascimento da Clínica à História da Sexualidade*, com Foucault - não apenas problematizando, mas, pelo dispositivo, articulando o que a modernidade separou: domínios como ciência e religião, por exemplo, que se implicam para definir se um corpo poderia ser dissecado; a decorrente classificação de doenças e seus efeitos de *normalização* - legado que Canguilhem deixou e Foucault (2016) desenvolveu à frente, mas com sua distinção [para além da própria história].

Em *Reagregando o social*, diz Latour (2012, p. 358): “Quando muito, os pobre-diabos ficam com “meras” relações de poder – e nesse jogo os cordeiros serão devorados muito mais rapidamente que os lobos”. Continua, não especificando qual é a corrente científica criticada, mas ironizando que, com tal, poderia se “imaginar o lugar do poder absoluto” (Ibidem, p. 359).

Em *Jamais Fomos Modernos*, Latour (2009) discorre sobre a sua curiosidade em saber como os fenômenos poderiam ser “traduzidos” a partir das categorias que a modernidade legou: “o social, a natureza, o discurso, sem falar do Deus suprimido” – *coletivos*, de que fala (p. 125).

Latour dispara questões para identificar coletivos onde estaria a origem dos fenômenos, pelas classificações legadas da modernidade – (2009, p. 126): “Estariam na linguagem, então? Impossível, uma vez que o discurso é outro artefato que só adquire sentido quando colocamos entre parênteses a realidade exterior do referente e o contexto social”. Vimos: a noção de poder é outra; e Foucault viu o corte das ciências [naturais e econômicas] que reduziu a linguagem.

### 1. 1. 3 Uma noção de discursividade pelos *rastros* dos objetos

A crítica de Foucault está fundamentada numa análise que ele fez sobre as mudanças das modalidades de representação na passagem do que chama de era clássica. À reboque do Renascimento, encontramos as condições de possibilidades históricas, até o século XVII, em que se articulava ciência e religião como domínios para se explicar e gerir a “ordem” do mundo. Outra era, a antropocêntrica, marcou o fortalecimento do humanismo, a partir do século XVII.

Naquela era, clássica, a história da ciências compilava conhecimentos de biologia, matemática, química, física, economia, história, artes e filosofia. Empenhada no sistema de representações de saberes, catalogados em analogias entre polos de “natureza” e “sociedade”, a linguagem fornecia todo o aparato de signos pelos quais o “conteúdo” ganhava tais “formas”.

Animais, plantas, estrelas, cálculos, leis, pinturas etc – tudo classificado para consultas. Das múltiplas condições contingenciais da história, veja com Foucault (2016), ocorre a tendente reorganização das formas de produção e organização do conhecimento por áreas disciplinares – e, conseqüentemente, mudanças de paradigmas de instituições do Estado [legadas à frente].

E esse acontecimento produziu-se, por sua vez, numa redistribuição geral da epistemê: quando, abandonando o espaço da representação, os seres vivos alojaram-se na profundidade específica da vida, as riquezas no surto progressivo das formas de produção, as palavras no devir das linguagens. Nessas condições, era necessário que o conhecimento do homem surgisse, com seu escopo específico, como contemporâneo e do mesmo veio que a biologia, a economia, e a filologia, de tal sorte que nele se viu, muito naturalmente, um dos mais decisivos progressos realizados, na história da cultura europeia, pela racionalidade empírica. Mas, como ao mesmo tempo a teoria geral da representação desaparecia e impunha-se, em contrapartida, a necessidade de interrogar o ser do homem como fundamento de todas as positivities, não podia deixar de produzir um desequilíbrio: o homem tomava-se aquilo a partir do qual todo conhecimento podia ser constituído em sua evidência imediata e não problematizada; torna-se, *a fortiori*, aquilo que autoriza o questionamento de todo conhecimento do homem. Daí esta dupla e inevitável contestação: a que institui o perpétuo debate entre as ciências do homem e as ciências propriamente ditas, tendo as primeiras a pretensão invencível de fundar as segundas, que, sem cessar são obrigadas a buscar seu próprio fundamento, a justificação de seu método e a purificação de sua história, contra o “psicologismo”, contra o “sociologismo”, contra o “historicismo”; e a que institui o perpétuo debate entre a filosofia, que objeta às ciências humanas a ingenuidade com a qual tentam fundar-se a si mesmas, e essas ciências humanas, que reivindicam como seu objeto próprio o que teria constituído outrora o domínio da filosofia (Foucault, 2016, p. 477-478).

Os incômodos futuros de Latour dialogam com questionamentos de seus antecessores, sobretudo nos efeitos desta cisão que, posteriormente, tiveram como resultado a constituição do que conhecemos como ciências humanas e sociais. Ele radicaliza em *Reagregando o social*. Há críticas ao positivismo de que se valeu Émile Durkheim para tentar fortalecer a sociologia.

Acusada de nascer como imitação das ciências naturais, a sociologia foi – e ainda é – usada de forma reificada por várias ciências, que desconsideram especificidades de sua *práxis* e objeto. Latour estende críticas ao que chama de sociologia crítica – até Bourdieu é apontado...

Denunciando o antropocentrismo que alguns de seus antecessores também já criticaram, ele faz um amplo quadro de críticas. Quadro tão amplo que o impediu de fazer diferenciações por especificidades das correntes de que critica, até sem historicizar percursos de cada uma. Logo, é como jogar a água fora com o bebê dentro... Colocar especificidades da comunicação

e da linguística pelo que o objeto da pesquisa demanda, por exemplo, evitaria sociologismos.

Até aqui, vemos que a influência desse sociologismo incide ao nascimento de uma epistemologia da comunicação (Sodré, 2019) e o que isso diz, inclusive, sobre tentativas de se fazer pontes com a comunicação por iniciativa de outros campos, como a saúde coletiva.

Estamos falando da comunicação, campo da grande área ‘ciências sociais’. Vamos além. O Círculo de Bakhtin já apontava essa sociologização, sobretudo no contexto em que a linguística era consolidada pelo ramo da filologia, tradicional pelo formalismo linguístico. Defendida pelo Círculo de Bakhtin na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a proposta de filosofia da linguagem esbarrava numa sociologia e historicismo questionáveis.

“Na ciência sobre a literatura, o método sociológico foi aplicado quase exclusivamente na elaboração de questões históricas; entretanto, os problemas da assim chamada poética teórica – todo o conjunto relacionado à forma literária, seus diferentes aspectos, o estilo etc”, segundo Valentin Volóchinov (2019, p. 107), na obra *A palavra na vida e a palavra na poesia*. Elucidativa, a problemática trazida por Volóchinov é decorrente deste corte *forma-conteúdo*.

O objeto era obra de arte pela Arte; ou, pelo sociologismo, analisado como mercadoria, quando a obra representava um realismo ingênuo [*reflete* ‘a sociedade’; ‘a história’ como é] – pelo marxismo, a separação ‘infra e superestrutura’ influenciava correntes teóricas aí filiadas; embora até mesmo esta separação possa ter suas bases anteriores, no que vimos ali de Foucault. Ou há estudos sobre arte no objeto fechado em suas formas de classificação, iminentes em si - daí havendo uma hipertrofia das características de um objeto que lhes explica por si mesmo.

Se a sociologia ou história fossem à arte, definiriam arte como um reflexo do ‘social’, mas desconsiderando-se a dialética entre estética e política no rigor e especificidades de estudos da arte pela literatura. O objeto não é multifacetado em suas causas e consequências? Dois pontos de vista, de que Volóchinov trata: “puro” esteticismo e sociologismo/historicismo.

O primeiro ponto de vista não pode ser levado até o fim de modo coerente. Ao permanecermos nos limites do aspecto objetual da arte, é impossível até mesmo delimitar o material e os seus componentes com significado artístico. O material, por si só, funde-se diretamente com o ambiente extra-artístico que o circunda e possui uma infinidade de componentes e definições: matemáticas, físicas, químicas e, por fim, linguísticas. Por mais que analisemos todas as propriedades do material e todas as combinações dessas propriedades, nunca seremos capazes de encontrar seu significado estético sem trazer de contrabando um outro ponto de vista que não ultrapasse os limites do material. Do mesmo modo, por mais que analisemos a estrutura química de um determinado corpo, nunca entenderemos o seu significado e o seu valor comercial sem recorrer ao ponto de vista econômico.

É igualmente inútil a tentativa do segundo ponto de vista de encontrar o estético no psiquismo individual do criador ou do contemplador. Prosseguindo com a nossa analogia econômica, é possível dizer que essa tentativa se

igualaria àquela de revelar, por meio da análise do psiquismo individual do proletário, as relações de produção objetivas determinantes da sua posição na sociedade (Volóchinov, 2019, p. 115).

O que o Círculo de Bakhtin aponta em relação a esta cisão entre linguística e outros campo de produção do conhecimento das ciências humanas/sociais é resultado do que Foucault sinalizou em *As palavras e as coisas*. Na era clássica, imperava um platonismo generalizado. Obviamente sugerido por Platão, o platonismo concebe o mundo entre o sensível e o inteligível.

A medicina usava a linguagem para representar o corpo humano, catalogado em “signos. O mundo sensível seria aquele pelo qual perfazemos nossas experiências a partir dos *sentidos*, sobretudo pela aparência das coisas. Já no mundo inteligível, a inteligibilidade é guiada pela razão “suprema” resultante de *processos cognitivos* que produzem conhecimentos – a “razão”. A linguagem era sistema entre os dois mundos, embora também objeto disciplinar específico. No humanismo, a linguagem reduz-se a “puro estatuto de objeto” (Foucault, 2016, p. 410).

Após percorrermos este panorama, assim muito brevemente, é possível imaginar o quanto ainda podemos entender esta cisão até aos dias atuais. Com o próprio Foucault (2008a), vemos que a história não é linear e progressiva [falaremos sobre esse historicismo, à frente]. Há continuidades e rupturas, mesmo à ciência em relação à ciência e ao que lhe é exterior.

Fôssemos tentar sociologizar, colocaríamos a descontextualização desinformativa em segundo plano, apenas supondo suas consequências como causas no método à saúde coletiva. Do que está posto desse fenômeno “ai”, de *fake news*, analisaríamos falas ou imagens dimensionando um “método” que pudesse “provar” em frases ou ângulos visuais o que as “ciências sociais em saúde, o todo, explicariam - na real, a sociologia, parte, falaria pelo ‘todo’.

É como nomear categorias com conceitos da sociologia, da história, da ciência política, direito e... como se o fenômeno linguístico não implicasse, por exemplo, na conformação do sentido que buscamos para entender um desdobramento da problemática de saúde (coletiva).

Ora, as configurações “sociais” do objeto científico têm formas linguísticas - de começo, meio e fim [fôssemos imaginar limares disso, mesmo num poliedro (inter)disciplinar]. Baktiniana, Marília Amorim (2004, p. 187) reforça a base dessa pesquisa, sustentada até aqui: “Não há objeto científico que não seja discursivo, isto é, mediatizado pelo texto”. *Objeto falado*.

“Nas ciências humanas, o objeto é não somente falado e atravessado pelo texto, mas ele é texto. Texto a explicar e a interpretar, ele é *objeto falante*”, reitera Amorim (2004, p. 187). Princípio. Obviamente que, partindo do princípio, o discursivo não é só o método, como também não é objeto isolado da linguística ou nem mesmo da comunicação [discutimos acima].

Se desinformação é multifacetada, a dimensão linguística constitui a problemática em saúde tal como financiamento do SUS não é só objeto do departamento de ciências econômicas

para se ver potencialidades e/ou dificuldades na gestão da pandemia (Costa *et al.*, 2020).

Se a economia da saúde se atém às especificidades das ciências econômicas para olhar este objeto em suas múltiplas causas/efeitos “econômicos”, a lingüística/comunicação também assim procede, desde que ambas considerem um comum da saúde coletiva [no caso da produção de sentidos – sentidos do objeto comum (os processos de saúde/doença e risco)].

A dialética geral-específico entre disciplinas pode contribuir à interdisciplinaridade – mas não reduzindo a dimensão lingüística a objeto disciplinar na promessa interdisciplinar [*reflexo* do objeto de outras epistemes, como constatou Foucault (2016); mesmo aí intrincadas].

Tomar os textos somente naquilo que têm de específico e único reduziria as ciências humanas ao domínio da história. É preciso buscar leis gerais para sua constituição e seus aspectos gerais – suas formas e suas funções. Toda ciência se interessa pelos casos particulares de um sistema e pelo lugar das unidades não reiteráveis em relação ao sistema. O que é específico das ciências humanas não é o caráter único do acontecimento estudado. A diferença reside no fato de que as ciências exatas contemplam um objeto que não é sujeito. Há apenas um sujeito, aquele que faz ato de cognição e que fala. Nesse sentido, pode-se dizer que elas são monológicas. As ciências humanas, porque têm como objeto um texto estão, em princípio, sujeitas à problemática do dialogismo (Amorim, 2004, p. 189).

Os textos se materializam. Evitar antropocentrismo ou tecnocentrismo isolado não quer dizer anular a linguagem como condição constitutiva do que conseguimos “ver” de fenômenos.

Vilém Flusser, a quem Latour recorre pelo conceito de *tradução* dos fenômenos, admite o primado da palavra como “caminho da linguagem”, conforme Martin Heidegger (2003). É com este existencialista que Flusser também dialoga. A materialidade dos fenômenos sempre será apreendida pelo seu valor simbólico, nas palavras [frise-se: não reduzidas a sintagmas].

As palavras são apreendidas e compreendidas como símbolos, isto é, como tendo significado. Substituem algo, apontam para algo, são procuradores de algo. O que substituem, o que apontam, o que procuram? A resposta ingênua seria: “em última análise, a realidade”. A resposta mais sofisticada dos existencialistas e dos logicistas seria provavelmente: “nada”. A resposta deste trabalho será: “Já que apontam para algo, substituem algo e procuram algo além da língua, não é possível falar-se deste algo”. Não obstante, o fato persiste: as palavras são apreendidas e compreendidas como símbolos, e, em consequência, o cosmos da língua é simbólico e tem significado (Flusser, 1963, p. 24).

O mundo não é só simbólico. Contudo, compreendemos esse mundo em efeitos/agências da relação sígnica dos objetos que o constitui. E por mais que tente-se ignorar esta dimensão, é este simbólico que se tenta rastrear. O que mudam são as formas de lidar com este simbólico, proposto aqui como discursivo. Até do dispositivo de Foucault, com ele, voltamos ao *rastro*.

Mesmo quando a relação sígnica ainda não foi feita e os objetos “repousam” no silêncio, sem que seja levado à nossa perspeção para a produção de sentidos, há um *dever-ser* do rastro.

Como veremos ainda com Foucault e Bakhtin, à frente, seguimos esses rastros por enunciados.

“Ora, os enunciados não visam a nada, porque não se relacionam com nada, tal como não exprimem um sujeito, mas apenas remetem à uma linguagem, a um ser-linguagem, que lhes dá objetos e sujeitos próprios e suficientes como variáveis iminentes”, diz Deleuze (2017, p. 109). Pós-estruturalista contemporâneo de Foucault, Deleuze e Latour, Jacques Derrida (2019) propõe, em *Gramatologia*, que observemos rastros no que ele chama de *arquiescritura*.

[...] é na zona específica desta impressão e deste rastro, na temporalidade de um vivido que não é nem no mundo nem num “outro mundo”, que não é mais sonoro que luminoso, não mais no tempo que no espaço, que as diferenças aparecem entre os elementos, ou, melhor, produzem-nos, fazem-nos surgir como tais e constituem textos, cadeias e sistemas de rastros. [...] O rastro é verdadeiramente a origem absoluta do sentido em geral. O que vem afirmar mais uma vez que não há origem absoluta do sentido em geral. O rastro é a diferença entre o aparecer e a significação. [...] nenhum conceito da metafísica pode descrevê-lo (Derrida, 2019, p. 79-80).

Com Latour, temos uma noção para rastrear associações de objetos, que ajuda a vermos controvérsias na provisoriedade dos fenômenos que por elas são mobilizados. Pela caixa-preta, a estabilidade é relativa. A “questão do social emerge quando os laços em que estamos enredados começam a se desfazer” (Latour, 2012, p. 352) – aqui, é a tensão de enunciados.

Sem “oculto” a desvendar (cf. Foucault, 2008a, p. 120-133), colocamos em perspectivas o “contexto” descrito pela FSP – atribuição do jornal. Buscamos rastros por materialidades dos enunciados, onde as visibilidades podem ser postas em texto; ou forçamos sua aparição.

O neomaterialismo, exposto pelo professor André Lemos (2020), é sugerido para uma epistemologia da comunicação/comunicação digital. Vale vermos. Ainda assim, ponderando. Embora o problema de comunicação e saúde se espraie, ele também se materializa na/pela *web*.

“A perspectiva neomaterialista aplicada aos estudos da comunicação digital vai se perguntar como algoritmos, interfaces, dispositivos, leis, regulações, patentes, redes de comunicação, espaços de uso etc constroem determinado fenômeno”, diz Lemos (2020, p. 58).

Evitando atopocentrismos de agência destes “objetos”, Lemos (2020, p. 58) invoca Latour: “Perde-se nesse caso a visão do entrelaçamento, reduzindo o fenômeno ao contexto, à interpretação ou à estrutura por cima ou por baixo do humano”. Ainda assim, identificando o que, em sua observação, seriam “quatro tipos-ideais” de trabalhos “antropocêntricos”.

Vislumbram “os dispositivos (como Foucault), as tecnologias, mas centram-se no sujeito, na estrutura, na hermenêutica, nos contextos social e cultural, no ambiente midiático”, descreve Lemos (2020, p. 60-61). Os trabalhos seriam *Object-Washing*: “dizem reconhecer a agência dos objetos, mas não o fazem com detalhamento”. E daí a observação (Ibidem, p. 60): “Podem reconhecer e afirmar o uso do WhatsApp para difundir fake news, mas não há análise

sobre como a materialidade do WhatsApp, da rede, dos celulares, produzem esse fenômeno”.

Embora não diretamente adeptos à vertente laturiana/neomaterialista, vemos sugestões: “buscar reconhecer, em uma determinada controvérsia, o fluxo das mediações radicais (ou seja, a agência de humanos e não humanos sem centralidade a priori) produzindo resultados localizados e provisórios” (Lemos, 2020, p. 61) - dispositivo sem antropocentrismo e *a priori*.

Bruno Cardoso e Daniel Hirata (2017) propõem o diálogo por *dispositivos de inscrição*. Os autores articulam os conceitos de dispositivos, referenciado à Foucault, e de inscrição, atribuído à John Low, Michel Callon e Bruno Latour – estes são de mesma vertente. Pela nossa apresentação acima, do projeto de Foucault, ainda que brevemente, fica mais fácil lembrar que o conceito de inscrição faz parte da perspectiva arqueo-genealógica – vimos isso anteriormente.

Para Cardoso e Hirata (2017, p 86), Low, Callon e Latour “pensaram coletivamente na primeira metade da década de 1980”. Daí a nomeação de autoria aos três. Frise-se: dos autores. O conceito de dispositivo descrito pelos autores tem a mesma linha interpretativa que expomos com Foucault – e da qual desenvolvemos pela nossa pesquisa. Já inscrições “são a tradução de heterogeneidades e eventos em cifras, diagramas ou textos diretamente utilizáveis e que, supõe-se, guardam relação direta com o que é traduzido”, conforme Cardoso e Hirata (2017, p. 86).

Esses pesquisadores estudaram a relação entre a formalização de atividades comerciais junto à administração municipal e registros de ocorrência policial pelo Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) no Rio de Janeiro (RJ), no Brasil, em *procedimentos de inscrição*. O objetivo da prefeitura seria garantir maior eficiência e eficácia possíveis de segurança pública; mas atuando na/pela redução da informalidade das atividades comerciais na cidade.

“As diversas formas de produzir inscrições – estatísticas, mapas, cadastros ou tempo cronometrado – traduzem uma série de heterogeneidades em normas e autorizações, que regulam e organizam, e também em números, que as abrem para a equalização, comparação, estipulação de metas e aferição de eficácia”, explicam Cardoso e Hirata (2017, p. 95) sobre os dispositivos de inscrição - não só pela agência de objetos, mas também de suas normalizações.

Rastros da ordem de relações entre objetos, instituições e pessoas podem ser mapeados. De visibilidades projetadas em instrumentos de inscrições dessa rede, as questões de trabalho, espaço urbano, educação, saúde etc são respondidas ou proliferam-se em novas controvérsias.

Flávia Ribeiro (2011) apresenta uma concepção ampla de controvérsia (Ibidem, p. 563): “momentos privilegiados de visibilidade dos atores sociais envolvidos numa disputa ou debate, uma vez que provocam o surgimento de enunciados contrários rompendo com o consenso habitual e exigindo que os diferentes atores se posicionem e sejam posicionados pelos demais”. Até especificar o conceito com Latour (2000): controvérsias instam sujeitos a reunir rastros.

Importa “empilhar ou sobrepor fotos, figuras, números e nomes ao texto e enlaçá-los bem se constitui em uma estratégia de legitimação de determinado conhecimento” (Ibidem, p. 563) – constituindo *argumento de autoridade*, avalia a autora em diálogo com Perelman (1990). Ribeiro critica a proposta de que nem sempre se importem argumentos mas os argumentadores.

As autoridades invocadas são variáveis, tanto pode ser o “parecer unânime” ou a “opinião comum”, como certas categorias de personalidades; “cientistas”, “filósofos”, “padres da Igreja Católica”, “profetas”, “religião”, “Bíblia”; outras vezes, pode tratar-se de autoridade explicitamente nomeada, como o uso que estamos fazendo neste artigo: “de acordo com Perelman...”. O argumento de autoridade só tem interesse na ausência de provas demonstrativas. Ele virá em apoio a outros argumentos e quem o utiliza não deixará de enfatizar o valor da autoridade que está de acordo com a sua tese, enquanto desvaloriza a autoridade que sustenta a tese do adversário. Em última instância, a autoridade indiscutível é a autoridade divina. É este o argumento fundamental que justifica, por exemplo, a submissão à palavra de Jesus Cristo ou de Deus (Ribeiro, 2017, p. 564).

A partir daí, Ribeiro propõe se observar os “recursos estratégicos” empenhados pelos argumentadores via retórica – sobretudo, para se analisar a relação entre discurso e factualidade: “elaborar um texto com descrições não obriga o leitor a considerá-las como fato” (Ribeiro, 2017, p. 566). Trata-se do planejamento do discurso no processo de produção com vistas ao reconhecimento de intenções de seu produtor (Verón, 2004) – até pelos efeitos de verdade.

“O dilema de manejar sentidos em favor de interesses, sem que se deixe evidente as estratégias de manipulação, pode ser articulado de diferentes formas por meio dos relatos”, pondera Ribeiro (Ibidem, p. 567). Mas a autora incorre no risco de fazer análise do discurso confiando na retórica pela retórica, do que na relação texto/contexto em suas materialidades, ainda que recorra às categoria de Perelman (1990) e localize “posições dos atores” no discurso.

O estudo de caso de Ribeiro é sobre a controvérsia da legalização/criminalização do aborto no Brasil, ano de 2004, pela qual toma como *corpus* as matérias jornalísticas que têm de fontes Débora Diniz e Carlos Alberto Di Franco. Há de se reconhecer a articulação teórica da pesquisadora – de Latour, Foucault, Bakhtin e Fairclough – para propor a vermos controvérsias como *práticas discursivas* (Foucault, 2008a). Como essa aproximação seria possível?

A imprecisão do argumento de Ribeiro: carece de *exegese* contextual de produção discursiva para além desse texto analisado (do jornal). O próprio argumento da autora pode fazer este movimento texto/contexto avançar – em relação às fontes dispostas no texto jornalístico e à ‘produtora’ (jornalística) do texto, a *Revista Época*. “Ao indicarmos nossas atitudes, fazemos mais do que meramente expressar nossas crenças sociais; também nos localizamos dentro de uma controvérsia pública”, explica Ribeiro (2017, p. 565).

Do exposto, podemos imaginar: como as “atitudes” podem ser agências objetivamente

mapeadas a partir das suas materialidades? [Fundamentalmente, veja-se aí para além do ‘dito’]. Se, pela linha de Latour, devemos desconfiar do texto fazendo retorno às condições de produção e colocando em perspectivas materialidades de seus objetos [que já existem anteriormente às inscrições, mas delas passamos a vê-los], há que se ver *ethos*, da enunciação à edição textual.

Então, podemos questionar: onde o argumento desta mesma fonte pode ser materializado para, ao menos, outro dispositivo que não este pelo qual o texto em análise se materializa? E da outra fonte? Em quais momentos históricos os argumentos são apresentados e o que ocorre nesses estratos factuais observados? Nada menos que o já dito, pensemos juntos: como o autor/narrador/enunciador/mediador dos discursos se posiciona sobre a controvérsia?

Aparentemente, estou falando puramente de abordagens metodológicas do discurso. Mas é por isso que, de acordo com a professora Cecília Minayo (2010), não devemos achar que teoria e metodologia são estanques, como se fossem dois entes diferentes e separados entre si. Não isolarmos a retórica de outras suas materialidades, ou procurarmos suas heterogeneidades, é um preceito fundamental para fugirmos da crença na centralidade dos significantes num texto – mesmo que queiramos explorar estratégias/estruturas de suas formulações enunciativas.

“Ora, a absolutização dessa crença deixa em segundo plano os aspectos extradiscursivos que constituem o espaço sócio-político-econômico, cultural, relacional onde o discurso circula”, diz Minayo (2010, p. 353). Aliás, por isso, não aprisionemos *híbridos* da controvérsia – “não tentar decidir qual é o melhor ponto de partida para seguí-la” (Latour, 2012, p. 236).

Entretanto, também estamos discutindo sobre como organizar os rastros dos fenômenos. Foi por isso que explicitiei a intenção de definir um objeto de comunicação e saúde (coletiva). A problemática está situada nos/entre processos de desinformação que giram em torno da controvérsia quanto ao uso da (hidroxi)cloroquina contra a Covid-19, pelas práticas de contextualização e descontextualização, especificamente entre sujeitos na FSP e por esse jornal.

Então, como o dispositivo de eficácia/ineficácia da (hidroxi)cloroquina se articula em relação a objetos, sujeitos e instituições aí entremeados, se não é possível confiar só em enunciados que se materializam pelo *corpus* de pesquisa recortado da cobertura jornalística? Para tal, Latour contribui nos lembrando a buscar heterogeneidade das materialidades e evitar *a priori*, para não “calarmos” objetos, apesar dos rastros. Agora, sim, vamos aos rastros.

## **1. 2 Localizando os rastros da controvérsia pela cobertura midiática**

Doutor em Informação e Comunicação em Saúde pela Fiocruz, Luiz Marcelo Robalinho Ferraz escreveu um artigo pela mesma instituição naquele momento inicial dos três primeiros

meses da emergência de Covid-19 no país, realizando “apontamentos sobre a pandemia na imprensa brasileira”. É importante situar a relação contextual.

Recortando empiricamente a cobertura do jornal Folha de São Paulo, Ferraz comparou os registros de notificações clínicas por Covid-19 com o número de publicações sobre o tema. Ele observou que na semana epidemiológica 11 (8 a 14 de março) foram 741 publicações; e, na semana seguinte (15 a 21 de março), houve o salto de textos sobre Covid-19: agora, para 1.473.

Em seguida, à medida que os registros clínicos aumentavam, segundo Ferraz, as publicações não acompanharam proporcionalmente esse crescimento nas duas semanas posteriores, de 29 de março a 4 de abril, quando a curva epidemiológica da doença evoluiu. Entretanto, o curioso para o pesquisador é o fato de que, em sua perspectiva, essa variação não se explica necessariamente por controvérsias internas à ciência ou às instituições de saúde.

A nosso ver, essa queda se deveu a dois fatores. Um deles, já mencionado, foi a crise política do nosso país, bastante explorada a partir da segunda quinzena de abril, quando a pandemia foi perdendo espaço para polêmicas e desentendimentos entre o Presidente da República e atores políticos de diferentes esferas de governo. O outro, mais sistêmico, disse respeito ao processo de saturação informativa, devido à superexposição do tema no próprio jornal, levando a cobertura noticiosa ao máximo e depois a uma redução gradativa, pelo próprio contexto político (Ferraz, 2020, p. 277).

Ainda nesta interface, de comunicação e saúde, Wedencley Alves, Denise Nacif Pimenta e Michele Nacif Antunes (2021) observaram, na cobertura midiática do jornal O Globo, as “Cenas discursivas da pandemia de Covid-19: o discurso sobre o isolamento social na imprensa”. Os autores identificaram que, de 16 a 26 de março de 2020, a expressão ‘isolamento social’ aparece 156 vezes mencionada na plataforma digital do veículo, atrelada à temática da Covid-19. No ano anterior, há uma frequência de 5 menções, mas relacionada a outras temáticas. Não apenas o objeto de tematização muda, mas a postura de O Globo também.

Em março de 2020, este veículo traz um tom pedagógico para tratar do isolamento social em uma fase, segundo os pesquisadores. Mas O Globo passa a textualizar sobre o tema numa perspectiva mais persuasiva, em outra fase, “deslocando também a imagem de um leitor a ser instruído para um leitor a ser convencido contra a posição presidencial”, segundo Alves, Pimenta e Antunes (2021, p. 29), figurada pelo então presidente da república, Jair Bolsonaro, contrário às medidas de isolamento social e defensor do *tratamento precoce* (Santos, 2022, p. 63-82), e arguto defensor do uso da (hidroxi)cloroquina contra a Covid-19 nesta pandemia.

Desde então, colocamos em suspeição um fenômeno comunicacional/jornalístico que Alves, Pimenta e Antunes (2021, p. 30) apontam e demandam-nos atenção a partir da cobertura midiática de O Globo: “um jornal predominantemente de filiação neoliberal move-se numa

posição relativamente crítica à prioridade da economia sobre a saúde e a vida”.

Ampliando o ponto de vista ao fenômeno em relação ao objeto, completam os autores: “analistas de imprensa sabem da mesma forma que, embora vozes contrárias ao seu posicionamento possam ser contempladas, os veículos tendem a alinhar o editorial e parte dos articulistas contemplados às suas posições vistas no noticiário” (Alves, Pimenta e Antunes, 2021, p. 30). E, mais ainda, “o veículo, enquanto sujeito do discurso, põe-se na cena política e participa efetivamente da intriga discursiva” (Alves, Pimenta e Antunes, 2021, p. 30). Ou seja, de mediador, o jornal passa a ser sujeito implicado numa construção textual de verdade (Charaudeau, 2022) e utiliza estratégias discursivas do campo para tal.

Em outra pesquisa (Santos, 2022), fomos à FSP observar como os processos de identidade e representação (Hall, 2016) entre Conselho Federal de Medicina (CFM) e médicos estavam sendo construídos discursivamente a partir da relação entre tal entidade e esta categoria profissional em torno da controvérsia quanto à eficácia do *tratamento precoce*.

No momento I, havia uma incerteza científica; num momento II, quando o pesquisador da Fiocruz no Amazonas descarta o *tratamento precoce* após a realização de rigorosos testes, a polaridade entre ambos os grupos aumenta. Porém, há algo que nos convocou à observação. Na cadeia textual de sua plataforma midiática *on line*, a FSP passa a utilizar uma expressão sobre a (hidroxi)cloroquina: “medicamento(s) sem comprovação de eficácia”. Referente ao *kit covid*, classifica: “tratamento ineficaz” ou “sem comprovação de eficácia”. O que isso indica?

Naquela pesquisa, o *corpus* empírico era composto por 22 textos, que direta ou indiretamente se referiam ao CFM e/ou médicos nos títulos de suas publicações; priorizamos o gênero notícia, com exceção de duas entrevistas analisadas, pois mesclam com outros gêneros. E chegamos à identificação destas duas expressões similares por cada texto e entre eles, conforme tabela em que apontamos a distribuição de pelos menos 52 menções no recorte situado (Santos, 2022, p. 57-61). Aqui, ampliamos a análise a estas expressões indiciais.

Não se tratando só de mera repetição textual, compreender o que essa reiteração nos indica é um ponto de partida de comunicação e saúde (Araújo e Cardoso, 2014) para observarmos como a controvérsia quanto ao *tratamento precoce* é construída e as implicações mútuas ao que temos defendido como saúde coletiva (Paim e Almeida-Filho, 1998) e comunicação (Sodré, 2019a) – aqui, por esse recorte da pandemia de Covid-19 no Brasil.

Primeiro, consideramos a reiteração de (in)eficácia do *tratamento precoce* como posicionamento discursivo/midiático (Charaudeau, 2019) da FSP quanto ao uso da (hidroxi)cloroquina contra a Covid-19, a partir da construção textual em que o jornal se projeta, mediante as falas de outros sujeitos presentes nas suas publicações, para corroborar posições

(Mouillaud, 1997, p. 117-144) – principalmente suas, científicas e políticas.

Segundo, essas posições convergentes e divergentes da FSP em relação aos outros sujeitos (instituições e pessoas) podem nos indicar as angulações ideológicas implicadas nas perspectivas de saúde (Castiel, 2021), evidentes ao longo da cobertura midiática sobre a pandemia, especificamente centrada no *tratamento precoce* contra a Covid-19.

E, terceiro, pelo fato de que reiterações quanto à (in)eficácia da (hidroxi)cloroquina são formulações de “verdade” que a FSP faz por meio de prerrogativas institucionais do jornalismo aí exercidas – esta é uma longa tradição dos estudos do campo e de sua *práxis* (Gomes, 2009), sobretudo de construção social da realidade (Tuchman, 1978 e 1999, 1993; Sponholz, 2009).

É interessante vermos como ocorre a construção discursiva de saúde/doença e risco em condições neoliberais. Contudo, precisamos de maiores especificidades, ou incorreremos no risco de colocarmos *a priori* à frente dos fatos – com Foucault e Latour, é o que temos evitado. É importante vermos, historicamente, como o jornal(ismo) atuou.

Para isso, há três dimensões. Primeiro, na cobertura tradicional – reportando, opinando e buscando interações com o público. Segundo, criando modos de produção de “verdades” sob pretexto de combate à desinformação. Terceiro, explorando o processo de contextualização sobre os fatos. Obviamente que é nesta terceira dimensão que aprofundamos o estudo – aliás, fundamento central deste trabalho de tese. Não que esta exclua aquelas outras duas dimensões. Ao contrário: ela existe por causa daquelas. A contextualização jornalística do risco tem a incerteza como partida na busca pela verdade, embora extrapole objetos e correlatos da busca.

Por isso, a pretensão deste trabalho é situar a contextualização como categoria central para compreendermos como a produção de verdades demanda, das atualizações discursivas, a historicidade de fatos que se tornam objetos de uma controvérsia – especificamente de saúde.

### **1. 3 A historicidade de uma controvérsia**

Múltiplas materialidades não se restringem só à variação do suporte material por si só. “A visão não-essencialista/pragmática sustenta que o objeto (humanos e não humanos) é o que ele faz e não pode ser definido por substância, ou categorias *a priori*”, diz Lemos (2020, p. 56).

Quando vemos enunciações referentes aos contextos apresentados pela FSP, precisamos ter ciência de que usos das materialidades influenciam a quem se identifica como enunciatário em diferentes espaços e tempos de suas apropriações. Essas apropriações não são fixas.

Exemplo: a contextualização feita pela FSP num momento histórico tem efeitos diferentes quando o acesso ao texto ocorre numa relativa sincronia - enquanto o objeto de

controvérsia está mais “quente”, sobretudo quando discensos marcam o pico da controvérsia. *Adiante, a relação texto/contexto muda conforme nossa percepção às temporalidades; e essa percepção é constituída na/pela relação texto/contexto – um acesso à história pelos discursos.*

A noção dos ‘arquivos’ é lembrada por Ricouer como possibilidade de acessar a história, ainda que não sejam dispostos de modo consciente a um destinatário arbitrariamente escolhido. “Além disso, o documento que dorme nos arquivos é não somente mudo, mas órfão; os testemunhos que encerra desligaram-se dos autores que os “puseram no mundo”; estão submetidos aos cuidados de quem tem competência para interrogá-los e assim defendê-los, prestar-lhes socorro e assistência”, lembra Ricouer (2020d, p. 179).

Fôssemos aos perfis de redes sociais do CFM, nos *posts* que observamos noutra pesquisa (Santos, 2022), encontraríamos um arquivo aparentemente parado. Partindo da posterioridade histórica, se perguntássemos ali, se seria melhor (hidroxi)cloroquina e não vacinas à Covid; ou se a Covid era só “gripezinha”, o arquivo se atualizaria com base em novos fatos e discussões.

Seria como questionar à Folha de São Paulo, hoje, se o grupo entende que é melhor ao Brasil o regime de democracia ou ditadura militar – à década de 1960 e por agora. Independente do que esse grupo de comunicação possa arguir, arquivos históricos podem nos mostrar fatos<sup>18</sup>.

“Na cultura histórica que é a nossa, o arquivo adquiriu autoridade sobre quem o consulta; pode-se falar em revolução documental”, defende Ricouer (2020d, p. 179). Obviamente que as contradições estão por toda parte. Pessoalmente, nos envolve.

Alguém pode lembrar de algo que falamos e o que fazemos em relação ao que falamos, constatando diferenças: não agimos conforme falamos ou agimos contrários ao que falamos. A consulta “está ligada ao acomplamento do testemunho com uma heurística de prova” (Ibidem, p. 179). Se o jornalismo tem legitimidade prévia, por que o colocaríamos em suspeição?

O que a crítica histórica questiona, quanto à prova documental, é o caráter fiduciário do testemunho espontâneo, ou seja, o movimento natural de depositar sua confiança na palavra ouvida, na palavra de um outro. Abre-se, desse modo, uma verdadeira crise. Uma crise da crença, que nos autoriza a considerar o conhecimento histórico como uma escola de suspeita. Não é apenas a credulidade que é aqui colocada no pelourinho, mas a confiabilidade em primeiro lugar do testemunho (...) Mas será possível duvidar de tudo? Não é na medida que confiamos num certo testemunho que podemos duvidar de outro? Uma crise geral do testemunho seria suportável ou mesmo confiável? Pode a história romper com todas as suas amarras com a memória declarativa? O historiador responderia provavelmente que a história, em sua totalidade, reforça o testemunho espontâneo pela crítica do testemunho, ou seja, o confronto entre testemunhos discordantes, com o objetivo de estabelecer uma narrativa provável, plausível. Certamente, mas permanece a pergunta: a prova

---

<sup>18</sup> Veja em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/folha-admite-que-errou/>>. Acesso em: 28/03/2024.

documental é mais remédio que veneno para as falhas constitutivas do testemunho? Caberá à explicação e à representação trazer algum alívio a essa confusão, por meio de um exercício medido pela contestação e de um reforço de atestação (Ricouer, 2020d, p. 192).

A preocupação de Ricouer é pertinente quando o autor se depara com um debate importante à historiografia: os limites de se confiar ou também desacreditar nos testemunhos, quando o pêndulo se divide entre revisionismos históricos ou história do que só “convém” ver.

Até que ponto podemos confiar na reiteração de um enunciado de um jornal, quando nos deparamos com contradições inerentes à história – por exemplo, entre acreditar no trabalho da imprensa contra desinformação ou evidência de “êxito” só da iniciativa privada na pandemia.

Como lemos em Ricouer, explicação e representação são o ponto de equilíbrio à análise. Existência humana, diz Koselleck (2014, p. 103), é “*Daisen* histórico porque sempre exigiu a compreensão de um mundo que é, ao mesmo tempo, apreendido e constituído pela linguagem”. Para Heidegger, “abrimos o passado” via fontes para vê-lo na historiografia, por materialidades.

Restos, monumentos, relatos ainda constituem “material” *possível* para a abertura concreta da presença que vigora por ter sido presença. Estes só podem tornar-se material historiográfico porque, em seu próprio modo de ser, possuem o caráter de *pertencer à história do mundo*. E apenas se tornam material por serem previamente compreendidos em sua intramundandade. O mundo já projetado determina-se pela interpretação do material “conservado” de uma história do mundo. A constatação, depuração e asseguramento do material é que dão o passo rumo ao “passado”, mas eles já pressupõem o *ser histórico para* a presença que vigora por ter sido presença, isto é, para a historicidade da existência do historiógrafo. É esta que funda, existencialmente, a historiografia como ciência, até mesmo nos dispositivos mais sutis e artesanais (Heidegger, 2022, p. 486-487).

Conceito de Heidegger, entenda-se *Daisen* referente à “homem” [ser humano] enquanto ser-no-mundo; e único ente consciente da própria existência. Não por acaso, ente que se percebe no mundo pela consciência de suas ações no curso do tempo. Ações estas circunscritas no intramundo, onde percebe sua ocupação no tempo em relação a outros entes, os instrumentos. Instrumentos estes, por sua vez, que deixam marcas do passado, de que acessamos no presente.

Trago Heidegger para pensarmos como gestores do jornal têm consciência de agências entremeadas por controvérsias na passagem do tempo – movimento “*horizontal*” de existência. E este é o argumento central para justificarmos nosso objeto e abordagem pela historiografia.

Parece estranho, à princípio – sobretudo, na interface de comunicação e saúde coletiva. Abordagem feita por pesquisadores não só da história, a historiografia segue restos, ou rastros. O objetivo é justamente seguir rastros da controvérsia quanto ao uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 no Brasil, via enunciado referente à ‘(in)eficácia’ desse fármaco – justificamos acima.

No capítulo 2, seguimos juntos com a professora da Escola de Comunicação e Cultura

(ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Marialva Barbosa (2019a, 2019b, 2020), e pesquisadores que vêm fazendo essa interface à saúde (Sacramento *et al.*, 2023).

O pressuposto é que o jornal F. de São Paulo faz autorreferência do campo/prática para demarcar posicionamento editorial contra o *tratamento precoce* através da reiteração de um enunciado central que atravessa toda a cadeia intertextual na qual busca “provar” uma verdade: que a (hidroxi)cloroquina não é eficaz contra a Covid-19. Quando, em contrapartida, não só a FSP torna a visível “ineficácia” do fármaco **ente** enunciável, como também busca estabelecer relações de poder pelas quais disputa um lugar de autoridade de verdade sobre um tema/objeto.

Para isso, se associando a cientistas que “autenticariam” a “verdade”. “Especialistas” que têm lugares construídos pelo jornal no discurso (Foucault, 2008a, 1996; Bakhtin, 1997). Na próxima seção, observaremos como tal movimento é feito ao longo de coberturas midiáticas de pandemias/epidemias diversas, até vermos pela Covid-19 – sobretudo, na F. de São Paulo.

Antes, convém especificarmos aqui qual é a problemática suscitada pela historiografia: a cronologização como demarcação linguística de espaço-tempo para referenciar sujeitos em relação a um fato - se “verdadeiro”, “falso” ou “impreciso” entre o que ocorreu e onde/quando.

A temporalidade não é só nossa, de pesquisador(a), mas do próprio jornal(ismo). “A historicidade é, “no fundo”, a temporalidade”, diz Heidegger (2022, p. 498), que completa: “a interpretação do caráter temporal da história se fez, contudo, sem considerar o fato de que todo acontecer decorre “no tempo”. As aspas dizem a dimensão linguística atribuída ao tempo.

No jornal, datificação marca o tempo na/pela atualização histórica (Franciscato, 2003). “O que pertence à essência dessa possibilidade de datação e onde ela se funda?”, questiona Heidegger (2022, p. 502) [pela filosofia, no caso], em relação a esta marca linguística do tempo.

“Chamamos de “tempo” a atualização que interpreta a si mesma, ou seja, o que é interpretado e interpelado no “agora”, diz o filósofo (Ibidem, p. 502). ‘O que se faz’, chamado por Heidegger de *ocupação no tempo*, designa o objeto da interpretação como o próprio tempo. O ‘agora’ “interpreta uma atualização dos entes” (Ibidem, p. 503). No jornalismo, situa a ação.

Se o jornal enuncia que um fato foi tirado de contexto em relação à sua temporalidade, pode sinalizar que o sentido só teria precisão que atestasse ‘verdade’ se o ‘agora’, linguisticamente datado, correspondesse ao ‘agora’ conforme o evento ocorreu e pode ser percebido para além do próprio texto que enuncia a sua ocorrência. Senão, pode ser só retórica.

Para o público interpretar um enunciado, o jornal dispõe de significantes que possam ajudar ao(à) leitor(a) a fazer relação entre signos e, discursivamente, construir sentido ao fato. O jornal conta com a percepção pública do tempo pelos leitores. Melhor: de um tempo público.

“Todo mundo pode logo “contar” com essa datação pública na qual todos dão a si

mesmos o seu tempo, pois ela usa uma medida pública disponível”, defende Heidegger (2022, p. 508). A hipótese é vista na desinformação como “incerteza”, pelo rastro do tempo público.

A datação do “então”, que se interpreta no aguardar de uma ocupação, implica, então, pois: então, quando amanhece, é *tempo de* trabalhar. O tempo interpretado ocupa nas ocupações já é compreendido como tempo de... Cada “agora em que isso ou aquilo” é, como *tal, apropriado e inapropriado*. Assim como todo mundo do tempo interpretado, o “agora” não é um mero “agora em que...” mas, como *tal*, o que pode ser essencialmente datado também se acha, em sua essência, determinado pela estrutura da apropriação e inapropriação. O tempo interpretado tem, desde sempre, o caráter de “tempo de...” ou “não é tempo de...”. A atualização que aguarda e retém, inerente à ocupação, compreende o tempo, remetendo ao para quê, o qual, por sua vez, encontra-se, em última instância, solidamente ligado ao em virtude de que a presença pode ser. Junto com essa remissão do ser-para, o tempo público revela a estrutura anteriormente conhecida como *significância*. Esta constitui a mundanidade do mundo. Com tempo de..., o tempo público tem, em sua essência, caráter de mundo. Por isso, chamamos de *tempo do mundo* o tempo que se torna público na temporalização da temporalidade (Heidegger, 2022, p. 510).

A ocupação no tempo configura a própria temporalidade inerente à convenção – Heidegger (2022, p. 460-461) trabalha aqui com a noção de *cotidianidade*: “se refere ao modo em que a presença se mantém todos os dias”; que “nem sempre, mas, via de regra, se mostra para todo mundo”; “vive o seu dia, quer em todos os comportamentos, quer em certos comportamentos privilegiados pela convivência” – movimento de horizontalidade existencial.

O reconhecimento da ação no curso do tempo tem como condição de possibilidade o que a percepção retém e interpreta através da linguagem. E é na partilha *coletiva* de sentidos pelo ser-no-mundo que a ação reiterada tem reconhecimento. É por isso que, ao tentarmos observar um fato público em sua dimensão histórica, recorreremos às materialidades pelas quais os significantes desta ação estariam sob a forma de restos/rastros. Ações só são previstas como estatuto de convenção, pois se reiteram (Derrida, 1972; 1990; 2019), mas deixando rastros.

Quando o jornal textualiza temporalidades dos fatos pela ocupação do “tempo de...”, desse objeto “x” da controvérsia, avalia que significância do objeto é prévia à sua enunciação. Espera-se que o público reconheça a veracidade do fato porque, convencionalmente, relaciona referentes de sujeitos, objetos e espaço-tempo pelo repertório semiológico disposto em representação, na cultura (Hall, 2016), materializado *no texto* (cf. Kristeva, 2012, p. 206).

Vemos com Ricouer (2019) pela *profundidade do texto*; com o Círculo de Bakhtin, a *compreensão responsiva* (2006); Foucault (1996), *lugares* constituídos aos sujeitos *no discurso*; Derrida, possibilidade de *autoidentificar-se sem contexto físico imediato*, via signos/linguagem: a remissão aos fatos será atualizada a cada leitura no tempo presente em relação a um passado. A reiteração enunciativa sobre um fato é uma estratégia discursiva de remissão à convenção.

Na seção anterior, observamos como um enunciado é centralmente reiterado pelo jornal. Na seção seguinte, discutiremos como o estatuto de saúde pode ser demarcado por um jornal em função dos objetos de saúde/doença e condições de risco nos atravessamentos históricos.

Está em jogo o que faz o jornal constituir o estatuto prévio às enunciações sobre objetos. É pelo ‘como’ se enuncia que temos acesso ao ‘o que’ se enuncia destes objetos no/pelo jornal. Daí seguimos premissas da interdisciplinaridade (Pombo, 2004) - pelas possibilidades de se interpretar a história pelos rastros constituídos em discursividade, que materializa fenômenos.

“Elaborar uma história baseando-se em suas condições econômicas significa empreender análises de fatores que não podem ser diretamente deduzidos das fontes”, exemplifica Koselleck (2014, p. 107). Intertextualidades [diálogo entre textos] auxiliam nos usos da linguagem à informação ou desinformação, pelo estatuto ético prévio à *enuniação*. Mesmo que confiemos nas instituições, é entre instituições que fazemos vigilância às ações de seres humanos mediados por instituições – inclusive, na escrita da história (Certeau, 2022).

Por isso que iniciei este texto apresentando controvérsias e seus núcleos, mas avançando com Foucault para compreendermos como podemos fazer objetos falarem por elas. Aprendemos com Latour a não colocarmos a centralidade de uma agência num “actante” só; nem supor um *a priori* fixo e determinado à frente dos fatos. O que não quer dizer que não tenhamos algum ponto, como um estudo exploratório e observações à realidade dos/pelos fatos.

Para Koselleck (2014, p. 107), “Escrever a história de um período significa fazer afirmações que nunca poderiam ter sido feitas naquele momento histórico”. Ponto de partida. Para Harvey Molotch e Marilyn Lester (1999, p. 36), “O trabalho dos historiadores, jornalistas, sociólogos e analistas políticos ajuda a realizar esta tarefa para vários públicos, oferecendo aos cidadãos um leque de ocorrências a partir das quais se elabora um sentido do tempo público”.

Obviamente que os jornais contribuem ao nosso acesso à história através dos seus textos. Acatando o que Latour sugere, evitando antropocentrismos, o ponto de partida, aqui, é a agência do *enunciado* – central/reiterado – e sentidos *d(n)esse* tempo público, em suas materialidades.

#### **1. 4 Revisão de literatura sobre a cobertura midiática da controvérsia**

No fim de novembro de 2023, o periódico *Routledge* publicou artigo cujo título sintetiza o estudo realizado num recorte de 37 países, pela amostra de conteúdos de jornais, *websites*, programas de rádio e televisão: “Desempenho do papel jornalístico em tempos de COVID”. São 36 autores. Hallin *et al.* (2023) levantam seis hipóteses quanto ao desempenho midiático, pelas principais teorias do jornalismo, para tentar responder ou compreender duas questões.

“Qual o papel que o jornalismo realmente desempenhou na informação do público em todo o mundo sobre a pandemia da COVID? E como é que isto variou, dependendo dos sistemas mediáticos, dos contextos políticos e da evolução da pandemia nas diferentes sociedades?” (p. 1978. tradução minha<sup>19</sup>). Período temporal: de 2020, desde o início da pandemia, até 2023. Do paralelo entre a cobertura às temáticas da Covid-19 e as de fora dessa pandemia, hipóteses<sup>20</sup>:

H1: A presença relativa da função de infoentretenimento será maior para histórias sobre COVID em comparação com histórias não-COVID.

H2: A presença relativa dos papéis intervencionista, vigilante e cívico será maior para histórias COVID em comparação com histórias não-COVID.

H3: A presença relativa do papel intervencionista será menor para histórias sobre COVID em comparação com histórias não-COVID.

H4: A presença relativa da função cão-de-guarda será menor para histórias COVID em comparação com histórias não-COVID.

H5: A presença relativa do papel de facilitador leal será maior para histórias de COVID em comparação com histórias não-COVID.

(...)

H6: A presença relativa da função de serviço será maior para histórias COVID em comparação com histórias não-COVID (Hallin *et al.*, 2023, p. 1983-1984).

As hipóteses derivam de três domínios, que podem coexistir e afetar-se mutuamente. O primeiro, **Voz Jornalística**: presença da voz jornalística entre fontes e audiência por seus textos [em sua dimensão ampla], com dois papéis: *Intervencionista*, que interpreta e comenta sobre as notícias; e *Disseminador*, que só faz (bem grosso modo) a transmissão de informações.

O segundo domínio dimensiona o jornalismo entre **Relações de Poder** numa sociedade, por meio de dois papéis: *Vigilante*, que monitora sujeitos que estão ‘no poder’ e denuncia irregularidades; e *Facilitador Leal*: o jornalismo colabora com autoridades sociais e institucionais e auxilia aos cidadãos a manterem vínculos de lealdade a estas autoridades.

O terceiro domínio, a **Relação do Jornalismo com o Público**, em três papéis: *Serviço*, pelo qual os membros de audiência são clientes que necessitam de aconselhamentos; *Infoentretenimento*, de que audiências são público de demanda por entretenimento (*lato sensu*); e *Cívico*, no qual o jornalismo é “voz” dos cidadãos e convoca-os à participação cívica.

<sup>19</sup> Do original: What role did journalism actually play in informing audiences worldwide about the COVID pandemic? And how did this vary, depending on media systems, political conjunctures and the evolution of the pandemic in different societies?

<sup>20</sup> Do original: H1: The relative presence of the Infotainment role will be higher for COVID stories compared with non-COVID stories. H2: The relative presence of the Interventionist, Watchdog and Civic Roles will be higher for COVID stories compared with non-COVID stories. H3: The relative presence of the Interventionist role will be lower for COVID stories compared with non-COVID stories. H4: The relative presence of the Watchdog role will be lower for COVID stories compared with non-COVID stories. H5: The relative presence of the Loyal-Facilitator role will be higher for COVID stories compared with non-COVID stories. H6: The relative presence of the Service role will be higher for COVID stories compared with non-COVID stories.

Dos resultados, algumas surpresas – inclusive aos autores. O infoentretenimento foi menos predominante em relação à Covid-19 do que aos temas não-Covid. Inclua-se aí, por exemplo, a exploração de histórias através de personagens distribuídos no ‘drama’ jornalístico – para os autores, não ocorreu muito nessa pandemia, sobretudo no enfoque do sensacionalismo.

Ao contrário, as notícias eram “mais diretas”, mesmo considerando-se a comoção global às mortes diárias de familiares e amigos. Por que assim? “Uma explicação pode ter a ver com o forte foco das notícias durante a crise nas fontes e nas respostas da elite – nas decisões políticas e nas avaliações de especialistas”, avaliam Hallin *et al.* (2023, p. 1992. tradução minha<sup>21</sup>). O foco estaria na representação de informações obtidas de cientistas enquanto fontes.

Contudo, os autores levantam hipóteses teóricas mais amplas no que tange à sustentação dos processos de midiaticização como incidentes à prática do jornalismo, politizando o campo. E, especificamente, se haveria politização da crise de saúde pública na pandemia de Covid-19.

Mas, em achados dos autores, tal perspectiva apresenta-se fraca, apesar de casos agudos, como nos Estados Unidos da América, presidido por Donald Trump; no Brasil, Jair Bolsonaro. Não há predominância do papel intervencionista do jornalismo, apesar de algumas variações.

Pela amostra, o papel cívico seria mais acentuado, sobretudo no convite à participação em práticas preventivas à contaminação pelo SARS-CoV-2 e/ou agravo de Covid-19. A função cão-de-guarda, a exercida pelo jornalismo para fiscalização do poder, foi bem baixa – as restrições sanitárias podem ter contribuído para se inibir a prática em espaços como hospitais; ou aqueles onde estariam autoridades políticas [os autores indicam estudos de Posetti, Bell e Brown (2020)<sup>22</sup>; e Márquez-Ramírez, (2021)<sup>23</sup>].

Além disso, consideram que, por este e outros fatores, é possível à imprensa não ter exercido adequadamente o monitoramento de governos em relação à gestão da pandemia entre os países nos diferentes continentes. Embora seja necessário considerar a emergência atípica.

Ainda assim, sobre ‘politização’ da pandemia, Hallin *et al.* (2023, p. 1992. tradução minha<sup>24</sup>) reconhecem: “é complexo e os nossos indicadores de desempenho do papel medem-no apenas de forma imperfeita”. Tanto pela amplitude do conceito como também da amostra. Idem ao objeto de saúde/doença envolvido – a controvérsia não está tão apriori assim.

<sup>21</sup> Do original: One explanation may have to do with the strong focus of news during the crisis on elite sources and responses—on policy decisions and expert assessments.

<sup>22</sup> Posetti, J., E. Bell, and P. Brown. 2020. “Journalism & the Pandemic: A Global Snapshot of Impacts.” International Center for Journalists & Tow Center for Digital Journalism.

<sup>23</sup> Márquez-Ramírez, M. *et al.*, 2021. “Periodismo y Crisis Sanitarias: Cómo los Periodistas en México Cubrieron y Resintieron la Pandemia por COVID-19.” *Global Media Journal México* 18 (35): 201–306.

<sup>24</sup> Do original: The concept of politicization is complex, and our role performance indicators measure it only imperfectly.

Em geral sobre outras pandemias, Hallin *et al.* (2023) lembram de outros trabalhos na literatura: Da Silva Madeiros e Massarani, 2010<sup>25</sup>; Dudo, Dahlstrom e Brossard, 2007<sup>26</sup>; Krishnatray e Gadekar, 2014<sup>27</sup>; Hardin, 2009<sup>28</sup>. Há singularidades e semelhanças em comum.

Noutro estudo de Hallin, agora com Briggs (2012), idem ao de Vasterman e Ruigrok (2013), por exemplo, os pesquisadores constataam que não houve politização em relação à cobertura midiática sobre a epidemia de H1N1; apesar dos muitos alarmismos.

Embora alarmismos aconteçam na cobertura midiática da pandemia de Covid-19, segundo Hallin *et al.* (2023, p. 1979), a partir da leitura e interpretação de outros pesquisadores: “Wasserman *et al.* (2021<sup>29</sup>) encontraram forte presença de narrativas “sensacionalistas” e “alarmistas” nos jornais sul-africanos, e Hase e Engelke (2021<sup>30</sup>) observaram frequente linguagem “indutora de medo” nos jornais britânicos”. Aqui, mantemos referências em rodapé considerando ser o entendimento de Hallin *et al.* (2023) via revisão de literatura do grupo.

Quanto ao conceito de politização, os autores identificam estudos que consideram a menção de agentes políticos nos textos jornalísticos, em comparação àqueles biomédicos – embora isso não seja tão preciso assim, já que cientistas podem ocupar cargos institucionais [sobretudo em secretarias de saúde] ou até mesmo políticos. No estudo de Hallin *et al.* (2023), a caracterização ‘política’ é referente à predominância de 49,5% de Covid, entre fontes de Estado e de partidos políticos; não-Covid, 37,1% citam políticos, enquanto 20,7% são de saúde.

Ainda na linha dos processos de midiaticização, se os *media* são influenciados ou influenciam politicamente, os autores entendem que os meios de comunicação se “submetem” às autoridades numa crise, considerando especificidades de uma emergência sanitária – e daí o foco estaria nos atores institucionais e em políticos. Mais outro estudo (Mellado *et al.*, 2021), realizado por alguns dos mesmos pesquisadores deste de cá (Hallin *et al.*, 2023) – porém, na fase inicial da pandemia de Covid-19 - também confirmou a politização da pandemia de Covid.

Para Hallin *et al.* (2023, p. 1993), com a crescente intervenção dos governos através de contenções sanitárias e por disporem de infraestruturas de saúde e controle econômico,

---

<sup>25</sup> Da Silva Madeiros, F. N., and L. Massarani. 2010. “Pandemic on the Air: A Case Study on the Coverage of New Influenza A-H1N1 by Brazilian Prime Time TV News.” *Journal of Science Communication* 9(3): 1–9.

<sup>26</sup> Dudo, A. D., M. F. Dahlstrom, and D. Brossard. 2007. “Reporting a Potential Pandemic: A Risk-Related Assessment of Avian Influenza Coverage in US Newspapers.” *Science Communication* 28 (4): 429–454.

<sup>27</sup> Krishnatray, P., and R. Gadekar. 2014. “Construction of Death in H1N1 News in The Times of India.” *Journalism* 15 (6): 731–753.

<sup>28</sup> Harding, P. 2009. “Pandemics, Plagues and Panic.” *British Journalism Review* 20 (3): 27–33.

<sup>29</sup> Wasserman, H., Chuma, W., Bosch, T., Uzuegbunam, C.H. & Flynn, R. (2021). “South African Newspaper Coverage of COVID-19: A Content Analysis.” *Journal of African Media Studies*, 13(3), 33–350.

<sup>30</sup> Hase, V., and K. Engelke. 2021. “Emotion-inducing Content in Crisis Coverage: A Multi-Method Analysis of Fear Appeals in UK Coverage of the Coronavirus.” Paper Presented at the Annual Meeting of the International Communication Association.

líderes governamentais atribuíram aos cientistas e profissionais da saúde o papel de principais decisores e comunicadores – o que pode ter incidido à prática jornalística no contexto de risco. Ainda pela revisão de literatura dos autores, Hart, Chinn e Soroka (2020<sup>31</sup>) observaram que a politização envolveu disputas ideológicas por siglas partidárias, nos diversos países.

Considerando a vastidão da amostra de Hallin *et al.* (2023), além da imensa revisão de literatura, é pertinente trazermos aqui alguns dos resultados de pesquisa do grupo. Como também é oportuno verificar as principais considerações do estudo [panorama geral mesmo].

As maiores diferenças entre a cobertura COVID e não-COVID foram observadas no domínio Abordagem ao Público, onde os jornalistas se afastaram da função de Infoentretenimento e se aproximaram do desempenho das funções de Serviço e Cívica, abordando o público mais como clientes e como cidadãos do que como espectadores. No domínio das Relações de Poder, os jornalistas afastaram-se do papel de cão-de-guarda. No que diz respeito ao domínio da Voz Jornalística, emerge um quadro complexo no que diz respeito ao papel intervencionista, com variações consideráveis entre países, e mudanças entre diferentes aspectos da voz jornalística, com menos opinião, por exemplo, e mais interpretação e apelo à acção. Consideramos essas mudanças em relação a duas perspectivas amplas sobre o papel do jornalismo e da mídia na cobertura de crises de saúde: a perspectiva de hype/mediatização da mídia, que vê a mídia como sensacionalista e politizadora de ameaças à saúde, e a perspectiva de deferência/cooperação/consenso perspectiva, que vê os meios de comunicação social como cooperantes com as autoridades durante uma emergência de saúde pública e como desempenhando o papel de educadores e mobilizadores (Hallin *et al.*, 2023, p. 1995. tradução minha<sup>32</sup>).

Em outro estudo, já citado anteriormente, Claudia Mellado *et al.* (2021) fazem “uma análise computacional transnacional da cobertura da mídia convencional sobre o COVID-19 no Facebook, Twitter e Instagram”. Diferente da abordagem de Halling et al (2023), aqui o grupo foca potencialmente nas relações entre meios de comunicação de massa e atuais redes na *web*.

E uma das principais contribuições da pesquisa é a interface do jornalismo à saúde, vista a “forte autoridade cultural da ciência biomédica e o fato de o conhecimento em saúde ser amplamente visto como um tipo de conhecimento devidamente produzido por especialistas, cabendo aos jornalistas o papel de traduzí-lo para leigos e educá-los em matéria de saúde”,

<sup>31</sup> Hart, PS, S. Chinn e S. Soroka.2020. “Politização e polarização na cobertura noticiosa da COVID-19.” *Comunicação Científica*42 (5): 679–697.

<sup>32</sup> Do original: The largest differences between COVID and non-COVID coverage were seen in the Audience Approach domain, where journalists moved away from the Infotainment role and were closer to the performance of the Service and Civic roles, addressing audiences as clients and as citizens more than as spectators. In the Power Relations domain, journalists shifted away from the Watchdog role. Regarding the Journalistic Voice domain, a complex picture emerges with regard to the Interventionist role, with considerable variation across countries, and shifts among different aspects of journalistic voice, with less opinion, for example, and more interpretation and call for action. We have considered these changes in relation to two broad perspectives on the role of journalism and the media in the coverage of health crises: the media hype/mediatization perspective, which sees media as sensationalizing and politicizing health threats, and the deference/cooperation/consensus perspective, which sees media as cooperating with authorities during a public health emergency and as playing the role of educator and mobilizer.

justificam Mellado *et al.* (2021, p. 1264. tradução minha<sup>33</sup>).

Talvez explicando o que foi constatado no estudo de Halling et al (2023), três anos depois, da predominância da perspectiva do jornalismo de serviços e cívico, Mellado *et al.* (p. 1264) já apontavam, com outras pesquisas: “A investigação em comunicação em saúde e jornalismo mostrou que existe a tendência entre jornalistas de perceberem os cientistas e investigadores biomédicos como especialistas autorizados e fontes neutras, e a procurarem “jalecos brancos” e dar credibilidade às notícias”<sup>34</sup>. São representações culturais singulares.

Especificamente do campo da saúde, essa credibilidade não é homogênia. Há hierarquia. Por exemplo, especialistas de universidades e instituições sem fins lucrativos teriam maior credibilidade do que aqueles que representariam a indústria farmacêutica, pois estes seriam mais rigidamente movidos pela lógica comercial – sobretudo, em relação a produtos e serviços.

Mas essa avaliação de Mellado *et al.* (2021) envolve amostras para além da pandemia de Covid. E reforça o que Halling *et al.* confirmariam depois (Mellado *et al.*, 2021, p. 1264): “A literatura tende a mostrar que, em geral, os profissionais médicos e especialistas em saúde, os acadêmicos, as autoridades governamentais e os políticos continuam a ser as vozes mais importantes na cobertura noticiosa dos meios de comunicação tradicionais” [tradução minha<sup>35</sup>]. Além disso, a participação de cidadãos é baixa na cobertura de saúde, para além da pandemia. Os contextos de pandemias podem suscitar mudanças de paradigmas científicos e institucionais.

As pandemias podem, neste sentido, ser vistas como um caso em que o que Briggs e Hallin (2016) chamam de modelo de autoridade biomédica de comunicação em saúde, e a mídia desempenha principalmente o papel de comunicar a ciência estabelecida para o público leigo. Certas características das pandemias, e da COVID-19 em particular, contudo, complicam este quadro. Em primeiro lugar, as pandemias modernas envolvem geralmente doenças emergentes. No início, o conhecimento científico sobre o agente patogénico é limitado e os responsáveis pela saúde pública – bem como os jornalistas – devem comunicar sob condições de incerteza, construindo a doença como um objecto de conhecimento público antes que possa tornar-se objeto de conhecimento científico plenamente desenvolvido. As recomendações de saúde pública mudam frequentemente, os cientistas discordam, são cometidos erros e a credibilidade dos funcionários da saúde é prejudicada. Assim, os jornalistas são frequentemente obrigados a reportar num contexto em que a ciência da saúde pública não fala a uma só voz

---

<sup>33</sup> Do original: the strong cultural authority of biomedical science, and the fact that health knowledge is widely seen as a kind of knowledge properly produced by experts, with journalists playing the role of translating it for lay persons and educating them in health literacy.

<sup>34</sup> Do original: Health communication and journalism research has shown that there is a tendency among journalists to perceive scientists and biomedical researchers as authoritative experts and neutral sources, and to seek “white coats” to give credibility to the news.

<sup>35</sup> Do original: The literature tends to show that overall, medical professionals and health specialists, academics, and government authorities and politicians continue to be the most important voices in news coverage by traditional media.

(Mellado *et al.*, 2021, p. 1265-1266. tradução minha<sup>36</sup>).

Se este seria um cenário propício de comunicação e saúde a partir de moldes tradicionais, onde já imperavam *mass media*, agora os processos sociotécnicos amplificam algumas particularidades via *web* (embora não só). Dentre elas, a pulverização de informações – tanto de sua escala de abrangência como também de velocidade de circulação e apropriações.

Na perspectiva dos autores, isso gera impacto ao trabalho de profissionais de saúde: “pode aumentar a autoridade dos especialistas biomédicos e a sua relevância como fontes de notícias de forma importante, mas esta tendência também pode coexistir com uma forte tendência para outros atores afetados pela pandemia se mobilizarem e serem considerados dignos de notícia” (Mellado *et al.*, 2021, p. 1265-1266. tradução minha<sup>37</sup>). O que nos invoca a pensar com os autores três questões que move-os, e que muito nos interessa aqui. Vejamos:

RQ1: Que tipos de fontes dominam a cobertura da COVID-19 pelas principais organizações de notícias no Facebook, Twitter e Instagram em diferentes partes do mundo?

RQ2: Como diferem as práticas de fornecimento de notícias que cobrem a pandemia da COVID-19 entre países que representam diferentes sistemas de comunicação social, culturas políticas e estratégias de resposta à pandemia?

RQ3: Qual é a relação entre a predominância de diferentes fontes na representação pública da COVID-19 e a evolução da pandemia nas plataformas digitais e nos países? (Mellado *et al.*, 2021, p. 1267. tradução minha<sup>38</sup>)

O estudo parte de uma amostra composta por 78 meios de comunicação, incluindo televisão, rádio, jornais e *websites* de notícias de dois continentes, Europa e toda a América, pelos seguintes países: Chile, Brasil, Alemanha, México, EUA, Espanha e Reino Unido. Tendo como recorte a pandemia de Covid-19, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020. Nesse intervalo, a pandemia passa por alguns picos epidemiológicos; e as vacinas já começam

---

<sup>36</sup> Do original: Pandemics might in this sense be seen as a case in which what Briggs and Hallin (2016) call the biomedical authority model of health communication applies, and media primarily play the role of communicating established science downward to lay publics. Certain characteristics of pandemics, and of COVID-19 in particular, however, complicate this picture. In the first place, modern pandemics generally involve emerging diseases. At the beginning, scientific knowledge of the pathogen is limited, and public health officials—as well as journalists—must communicate under conditions of uncertainty, constructing the disease as an object of public knowledge before it can become an object of fully developed scientific knowledge. Public health recommendations frequently shift, scientists disagree, errors are made, and the credibility of health officials is strained. Thus, journalists are often compelled to report in a context where the science of public health does not speak with one voice.

<sup>37</sup> Do original: "may enhance the authority of biomedical experts and their relevance as news sources in important ways, but this tendency may also coexist with a strong tendency for other actors affected by the pandemic to become mobilized and to be considered newsworthy".

<sup>38</sup> Do original: RQ1: Which types of sources dominate COVID-19 coverage by mainstream news organizations on Facebook, Twitter, and Instagram in different parts of the world? RQ2: How do news sourcing practices covering the COVID-19 pandemic differ between countries representing different media systems, political cultures and pandemic response strategies? RQ3: What is the relationship between the predominance of different sources in the public representation of COVID-19, and the evolution of the pandemic across digital platforms and countries?.

a ser aprovadas com base em relatórios técnicos e sanção de autoridades sanitárias destes países.

O estudo identificou postagens das empresas de comunicação nas redes *webdigitais*. Para classificar as fontes de notícias, os autores criaram onze categorias: fontes políticas, empresariais, de saúde, científicas e acadêmicas, policiais/de segurança, jurídicas, da sociedade civil, cidadãos, mídia, esportes e fontes de celebridades (cf. Mellado *et al.*, 2021, p. 1269).

Os pesquisadores constataram que as fontes de saúde foram as mais proeminentes. Mas entendem que isso também pode fortalecer a perspectiva biomédica de toda a cobertura, influenciando jornalistas, fontes, cidadãos na centralidade pela questionável biomedicalização. Os autores não conseguiram identificar precisamente o que definiam como fontes ‘políticas’ – Halling *et al.* (2023) também tiveram esta dificuldade. Para nós, nesta pesquisa, é fundamental.

Foi proposital trazermos as propostas de Foucault, logo de início, para demarcarmos que domínios não são fixamente demarcados – importante que assim não seja feito, inclusive por nós, considerando que eles são conformados pelos efeitos das práticas de sujeitos em contextos. Cabe a nós colocarmos em perspectiva o que, de politização, se produz. Latour diria o mesmo. E vale também para se ver o que é ‘saúde’ e ‘política’ como prática social ou estratégia retórica.

Do TCC e em articulação a esta investigação, apresentei ao Grupo de Pesquisa em Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente da Intercom (Santos, 2023) alguns resultados de análise às pretensões que marcam o debate sobre o *tratamento precoce*. Partindo da reinterpretação de Stuart Hall (2016) à Ferdinand Suassure e Ludwig Wittgenstein (1979), vemos a produção de sentidos pela representação de diferenças entre signos.

Exemplo: lembremos dos semáforos de trânsito - não é a cor em si que designa o sentido. “É a diferença entre vermelho e verde que significa”, explica Hall (2016, p. 51). Aqui, jogos de “atribuir ao ‘outro’ algo que nega-se como atributo para si, isto é: ao afirmar que o ‘outro’ age politicamente enquanto ‘eu’ ajo cientificamente, nos deparamos com um sistema de retóricas. Busca-se no ‘outro’ uma diferença, negativa, em relação ‘à mim’” (Santos, 2023, p. 9).

Assim, ‘o político’ e ‘a saúde’ precisam ser observados empiricamente - justamente, por interfícios linguísticos: nas/pelas materialidades dos textos e seus efeitos, inclusive de saúde. Descrédito à ciência pode ter rótulo de ciência, por exemplo – veremos em análise, à frente.

Discorrendo sobre “Narrativas entre ciência e política no ativismo da cloroquina”, André Luiz das Neves e Breno Ferreira também verificaram, já em 2020, que muitos grupos se classificavam “isentos” de ideologia, munidos da absoluta “neutralidade” ou “sem partido”.

“Ao observar os fatos por meio de documentos, redes sociais, aplicativos de mensagens e portais, mediante um trabalho sistemático, contínuo, capilar e vigilante, notamos que há um investimento de ativistas da cloroquina na desmoralização das instituições que produzem

conhecimento”, descrevem Neves e Ferreira (2020, p. 12) – outro efeito/causa de pós-verdade.

Para eles, enquanto uma racionalidade positivista tende a dividir o que eu me refiro aqui como ‘científico’ ou ‘político’ - “relações de saber e poder continuam sendo acionadas por meio de vários equipamentos, como leis, protocolos e resoluções biomédicas” -, por outro lado, dizem Neves e Ferreira (2020, p. 12), partindo da psicologia: “os jogos de aquecimento com outros agenciamentos políticos – inclusive instituídos pela psicologia social – precisam interferir na gestão dessas relações e na produção de novas subjetividades”.

A produção de subjetividades é ponto de passagem pela qual os dispositivos técnicos são apenas, como diz o nome, “meio(s)” (Verón, 2004). Esta premissa deve ser ratificada aqui.

Contudo, Mellado *et al.* (2021) apontam algo fundamental a darmos sequência, adiante: “como mensuráramos e explicaríamos a politização ou a confiança nas autoridades de saúde, por exemplo – como uma análise mais detalhada dos contextos específicos que moldaram a evolução da pandemia de COVID-19 em determinados países?” (p. 1281. tradução minha<sup>39</sup>).

Isso demanda vermos contextos. Ou contextualizações, enquanto práticas discursivas. Consideramos o Brasil, por razões da controvérsia de que nos debruçamos e sua problemática. E o meio de comunicação à vista: F. de São Paulo. Como tal jornal materializa esses contextos?

Alguns estudos se debruçam na estética. Podem apontar rastros de historicidades fundamentais entre o político e o literário – inclusive, no jornalismo. Para J. Rancière (2020, p. 59): “Os enunciados políticos ou literários fazem efeito no real. Definem modelos de palavra ou de ação, mas também regimes de intensidade sensível. Traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre modos do ser, modos do fazer e modos do dizer”.

Pela estética, os modos do fazer jornalístico na pandemia de Covid-19 são analisados por Kati Caetano (2020), sobre “Extensidade de vítimas e intensidade perceptiva da Covid-19 em experiências visuais do jornal *The New York Times* e de *A Folha de S.Paulo*”.

A pesquisadora observa como espaço e tempo são representados graficamente. Comunicando a progressiva curva epidemiológica da Covid-19, o *New York Times* usa o mapa dos EUA como referência da distribuição de pontos referentes aos “nós” da propagação viral.

O jornal opta por imagens que possam evocar graus de referências “familiares” aos leitores: a pessoa olharia o mapa e teria a dimensão territorial; e, a cada leitura, pode comparar visualmente pontos em relação à edição anterior. E, assim, evitando-se números – hegemonicamente com forte vinculação às mensurações epidemiológicas (Castiel, 2021).

---

<sup>39</sup> Do original: how we would measure and account for politicization or trust in health authorities, for example — and more detailed analysis of the particular contexts that shaped the evolution of the COVID-19 pandemic in particular countries.

Em A F. de São Paulo, o jogo de cores é o artifício desse jornal para representar mortes. Também não estão em foco os números. O contraste visual ‘preto-branco’ sugere ‘vida-morte’. Os elementos icônicos de alusão aos cemitérios predominam em grandes espaços do jornal.

Pela frequência deste regime de visualidade, o jornal acaba sendo marcador temporal da Covid – “efeito de duração”, aponta Caetano, pelo qual “constituintes figurativos e plásticos do visual” seriam apropriados como catalisadores de emoções às aporias que pandemias suscitam.

Para a autora, o desenho infográfico chega a corresponder às profundidades de uma sepultura, “assim como tempo está inscrito na dimensão espacial de imagens por medidas de transformações cronotópicas”, avalia Caetano (2020, p. 173. tradução minha<sup>40</sup>). Para Bakhtin (2018), a cronotopia seria a dimensão do tempo pelo espaço e vice-versa.

Já na análise de Sônia Aguiar (2021), percebe-se o inverso: da dimensão qualitativa de abordagem, a imprensa passa a dar enfoque à dimensão quantitativa de representação epidêmica – incluindo a Folha. Mas é importante sinalizar que a análise de Caetano, descrita logo acima, tem recorte temporal de início da pandemia – isso implica nas observações da professora Sônia.

Ela constatou que, à princípio, os veículos do grupo Globo se detinham a intensificar a abordagem por estórias que remetiam às pessoas que morriam com diagnóstico de Covid-19. Até 8 de junho de 2020, o *website* G1 mantinha o Painel Covid-19 dedicado à memória destas vítimas; após esta data, o espaço foi desativado por este portal de notícias. No entendimento de Aguiar, isso se deve à criação do chamado *Consórcio dos Veículos de Imprensa no Brasil*, composto desde de então pelos jornais O Globo, F. de São Paulo e O Estado de S. Paulo.

“À medida que a contaminação se acelerava e se expandia geograficamente, tanto em quantidade de novos casos quanto de mortes, a cobertura foi se massificando e se desumanizando, ao deixar de lado as circunstâncias dramáticas das pessoas afetadas, que acabavam reduzidas a números”, avalia Aguiar (2021, p. 12) sobre a mundança.

Podemos fazer um paralelo entre a contextualização do *New York Times*, sugerida por Caetano (2020) sobre a representação epidemiológica por usos de mapas e territorialidades/frequência de acesso aos textos nos EUA, com o que a professora Sônia traz para nós ao descrever apropriações do extinto painel do G1, no primeiro momento da pandemia.

Diz Aguiar (2021, p. 21): “naquele mar de números e dramas, nomes, rostos e histórias de vida começaram a emergir das coberturas locais, da proximidade com os acontecimentos, a partir do olhar endógeno sobre fatos e personagens da pandemia”. E em relação a outras epidemias? Ou outras doenças? No capítulo 3, aprofundaremos esta discussão, tão fundamental.

---

<sup>40</sup> Do original: Just as time is inscribed in the spatial dimension of images by chronotopic anamorphosis measures.

“Dos 387 laudos analisados, 51,4% relacionaram o Zika como fator causal da microcefalia, enquanto 32,8% consideraram a presença de incerteza na relação. Verificou-se que o jornal privilegiou assuntos relacionados às repercussões das doenças, sendo predominante a reportagem sobre medidas de controle”, expõem Santos, Matias e Novaes (2018, p.9. tradução minha<sup>41</sup>) em relação à cobertura da Folha à epidemia de zika.

Mas as pesquisadoras concluem que o paradigma científico foi desconsiderado, quando foi distorcido o princípio da incerteza e ignorados os ritos da ciência, incluindo debates. “Também foram demonstradas as limitações tanto dos jornalistas quanto dos gestores de saúde na elaboração de uma comunicação eficaz com o público em situações de emergência”, frisam (Ibidem, p. 9. tradução minha<sup>42</sup>). Daí vemos como incertezas exploradas por efeitos retóricos.

O *frame* das incertezas relacionadas à relação entre zika e microcefalia também foi observado por Bárbara Ribeiro, Sarah Hartley, Brigitte Nerlich e Rusi Jaspal (2020), em análise à cobertura do jornal impresso de Folha e O Globo, de dezembro de 2015 a maio de 2016.

Com incertezas em aberto, imperava o que essas autoras chamam de “guerra ao zika”. Da perspectiva teórica de enquadramentos representativos, identificaram o “quadro de guerra”, composto dos subquadros “guerra contra a microcefalia” e “guerra contra o mosquito e o vírus”. Outro, o “quadro marginal”, compõe narrativas de “atores menos autorizados”: sobretudo, por desigualdades socioeconômicas e políticas. Com menos visibilidade midiática, são periféricos – grávidas, as mulheres estariam nesse grupo; a saúde dos bebês é que estaria no primeiro plano.

As autoras vêem fatores que compõem o “quadro” de guerra, focada no vetor e no risco. Contudo, a análise aponta algo importante: o contexto. Neste caso, em relação àqueles que envolvem atores envolvidos na problemática de saúde pública; e os não incluídos. Em 2016, o Brasil sofreu um golpe de Estado - *impeachment* da ex-presidente da república, Dilma Rousseff. As autoras admitem que excluem tal fator exegético da análise texto/contexto.

No entanto, concluem: “As representações sociais orientam implicitamente as respostas políticas, colocando em segundo plano, e colocando em primeiro plano aspectos específicos da epidemia” (Ribeiro *et al.*, 2018, p. 143. tradução minha<sup>43</sup>). Similar ao que ocorre na pandemia de Covid, o jogo político não é explícito. Seus efeitos podem ser sentidos e rastreáveis.

A literatura em comunicação e saúde vem realizando estudos nesta perspectiva, vendo

---

<sup>41</sup> Do original: Of the 387 reports analyzed, 51.4% related Zika as a causal factor of microcephaly, while 32.8% considered the presence of uncertainty in the relationship.

<sup>42</sup> Do original: The limitations of both journalists and health managers were also demonstrated in the elaboration of an effective communication with the public in emergency situations.

<sup>43</sup> Do original: Social representations implicitly guide policy responses by backgrounding and foregrounding particular aspects of the epidemic. Frames and representations are performative and limit the terms of the debate.

uma guerra contra o vetor de doenças/fator de risco. Discuti isso no mestrado, analisando uma campanha de saúde dos trabalhadores desenvolvida no Brasil, 1990: “Operação Caça Benzeno”. E gostaria de nos determos agora à metáfora apresentada por Ribeiro *et al.* (2018): a da guerra.

Se até aqui observamos como as representações são construídas pelos jornais e terceiros, agora, a “guerra contra a desinformação” atualiza a problemática que é central a esta pesquisa. Janine Cardoso (2012) observou isso na cobertura à epidemia de dengue, pelo Jornal Nacional. Lúcia Rangel-S (2001), na cobertura jornalística à epidemia de benzeno na Bahia, 1990-1991. Agora, a “guerra” é por representações em saúde - culturais (Hall, 2016), especificamente.

Na próxima seção, veremos isso como “guerra contra a desinformação” – argumento do jornal F. de São Paulo para fazer avaliação do que é “verdadeiro”, “falso” ou “impreciso”.

### 1. 5 A “guerra contra a desinformação”: entre retórica e fatos

O estudo de Luisa Massarani, Antonio Brotas, Márcia Cristina Costa e Luiz F. Neves segue esta direção: “Vacinas contra a COVID-19 e o combate à desinformação na cobertura da Folha de S. Paulo”. Inicialmente, os autores localizam o conceito de *fake news*, até o fenômeno mais amplo de desinformação e seus efeitos à saúde – inclusive à vacinação no Brasil.

Em seguida, os pesquisadores discutem sobre potencialidades e limites do *fact-checking* – prática de agências especializadas na acurácia de informações para definir o que é verdadeiro, falso ou impreciso; geralmente feita por jornalistas com experiência em redações de jornais.

Aliás, Massarani *et al.* (2021) veem relações entre agência de *fact-checking* e imprensa. Considerando que a desinformação foi, à princípio, centrada na produção, distribuição e consumo de *fake news*, os autores lembram das origens do fenômeno, marcante na política<sup>44</sup>.

Não que processos de desinformação não tenham ocorrido antes. Muito pelo contrário. Em 1922, Walter Lippman (2008) apontava o publicismo seletivo de assessorias de imprensa de governos que tentavam esconder desastres da primeira grande guerra e narrar os “positivos”. O mesmo fez Harold Lasswell (1934). Mas tem sido consenso na literatura: o fenômeno tem novas configurações. Vide eleições estadunidenses, em 2016, quando Donald Trump foi eleito.

---

<sup>44</sup> No capítulo 2, retomaremos especificidades da ação de agências de *fact-checking*, por razões de recorte empírico. Há processos de desintermediação política em ambientes digitais (Gomes e Dourado, 2019) e seus efeitos à produção de “verdades” em contextos de risco, atravessados pelas incertezas. Concordamos com Ana Medeiros (2021) quanto à nomenclatura “desinformação” e não estritamente “*fake news*”, até pelo fato de que os usos e manipulações da linguagem neste fenômeno envolvem e até constituem mutuamente outros gêneros discursivos (Bakhtin, 2016; Todorov, 2018; Machado, 2010), inclusive entre si - mesmo que atravessem o jornalismo (Seixas, 2013) ou até simulem o jornalismo mas se apresentem/sejam forjados como outros produtos/práticas comunicacionais. *Fake news* é gênero; desinformação, espécie.

Idem aos efeitos desinformativos com saída do Reino Unido da União Europeia, 2018. Nesse ano, o Brasil protagonizou usos de *fake news* na política; Bolsonaro acabou sendo eleito.

Com experiência de pesquisa em comunicação política, focada também em *fake news*, Wilson Gomes entende que os processos digitais proporcionados pela internet são decisivos para se diferenciar os seculares boatos das atuais *fake news* – e, amplamente, da desinformação.

Wilson Gomes e Tatiana Dourado (2018, p. 38) apontam quatro elementos “para análise correta de *fake news*”: “o contexto da guerrilha informativa, os meios e modos de propagação, a mimetização jornalística e o teor político da história”. Para eles (Ibidem, p. 38), a guerrilha “mantém a temperatura política em alta, a atenção coletiva sobre o tema concentrada e os nervos à flor da pele e suscetíveis a qualquer novo estímulo, que são as condições fundamentais para a propagação viral em larga escala de qualquer narrativa falsa sobre qualquer assunto”

Aí o contexto é *retoricamente* criado para vincular audiências na promessa pela verdade. Por isso, alguns elementos não podem ser ignorados por nós: retórica; vinculação; e promessa. Se até no senso comum orientamos-nos por contextos para ler, compreender e atribuir sentidos, o contexto é um recurso linguístico fundamental para que a informação tenha uma veracidade.

Pela revisão de literatura acima, observamos que este processo de cognição se altera em função da percepção que nós temos pela realidade. Em análise, discutiremos como fenômenos de risco orientam percepções para se tomar decisões – sobretudo, quando a vida está sob risco.

A autoridade enunciadora da verdade é precedida no reconhecimento de seus vínculos. A promessa de “busca” da verdade justifica o lugar desta “autoridade”. A retórica indicaria que algo no texto faz sentido. Problema é quando só retórica justifica a vinculação (Sodré, 2019a).

Na pesquisa realizada enquanto trabalho de conclusão de curso (Santos, 2022), observamos como o Conselho Federal de Medicina continuou sustentando o parecer 04/2020, que permitia aos médicos adotarem o *tratamento precoce*, mesmo com a vacinação em curso – reconhecida, inclusive, em todo o mundo e no Brasil pela resposta eficiente e eficaz. Aqui, vimos que o pesquisador da Fiocruz lotado no Amazonas, Marcus de Lacerda, provou que a (hidroxi)cloroquina era ineficaz à Covid-19, dada a alta toxicidade do fármaco para tratamento.

Ali, ficou patente que havia um “silêncio” do CFM em seus canais de comunicação – obviamente, sobre a controvérsia em questão. Após uma análise da cobertura midiática do jornal Folha de São Paulo e de observação ao *website* e perfis de redes sociais na *web* do CFM, chegamos a uma consideração importante, pela qual gostaria de retomar nessa atual pesquisa.

O que defendemos neste trabalho é que a leitura sobre o posicionamento do CFM quanto ao uso do tratamento precoce contra a Covid-19 será atualizada neste tempo presente de análise e escrita acadêmica, a posteriori aos fatos que, naquele outro momento passado, ainda era passível de dúvidas –

especificamente, quanto à eficácia clínica do uso da hidroxicloroquina para curar pessoas de uma doença pandêmica. O que não significa que, neste atual momento, a comunidade científica não tenha avançado no conhecimento sobre o uso clínico da hidroxicloroquina para tratamento contra a Covid-19. Mas, que os usos políticos de uma incerteza científica produziram um contexto de omissão, passividade e negligência do Conselho Federal de Medicina aos usos clínicos unilaterais da hidroxicloroquina por parte da categoria médica - que se valeu do “respeito à autonomia médica” como induto absoluto para intervenção hospitalar e prescrição médica a partir da utilização desse medicamento e construiu um lugar de identificação entre os presidentes da república e desta autarquia pública - para manter intransigentemente um tratamento a despeito de um fato com grande força perlocucionária ‘contemporânea’: a vacinação.

Ora, estamos falando de uma postura intransigente e, portanto, de uma empreitada do CFM em tentar construir, a qualquer custo, um contexto específico para profissionais que faziam uso político-ideológico-partidário da hidroxicloroquina, quando em 3 de novembro de 2021 a autarquia literalmente discursa em um espaço literalmente político, a Câmara Federal, mantendo o parecer 04/2020. E, por isso, textos foram produzidos pela autarquia, ações foram (e até hoje, talvez, continuem sendo) tomadas por médicos que se sentem representados pelo CFM. E talvez devêssemos nos atentar ao fato de que a construção discursiva da realidade não é feita apenas por resistências políticas progressistas. E que, pelo argumento da incerteza científica numa parte da ciência, uma “verdade política” da ciência vai sendo performada, produzindo contextos de “sucesso” (Santos, 2022, p. 136).

Afinal, se contexto é a articulação dialética entre textos e realidade, então não é apenas um pesquisador quem assim promove tal articulação, nem só também o jornal. Mas, todo sujeito pode “contextualizar” a realidade que discursivamente constrói a si e outrem. Alguém objetaria: *a realidade não é só linguagem, mesmo que a ela retornemos*. Sim. E vimos isso nesse capítulo.

Por isso, reforço a premissa com Judith Butler (2021): ver o estatuto que lhe antecede. Esse estatuto vem das práticas. A prática clínica é fortemente constitutiva de outras práticas/campos pelas quais há um exercício da “autonomia”, mesmo que não necessariamente restritas à clínica, mas que se imiscuem à política, por exemplo, em esferas institucional, governamental e, não menos, partidária – vide relação CFM-Bolsonaro (Santos, 2023).

Então, um contexto foi/vai sendo performado (como ação), através da prática clínica reiterada pela organização que tem lugar legítimo para discursivamente constituir, através do parecer técnico (e legal), uma convenção “médica” e “política” que orienta condutas profissionais – se “até a presidência da república consulta a mesma organização e reitera legitimidade para tal” (Santos, 2022, p. 137). Ali, lembre-se, o foco estava na relação entre médicos e Conselho. Ali, havia vontade/promessa de verdade, embora politicamente enviezada.

Mas, este fato específico exposto no parágrafo anterior e todo o tema/fenômeno-objeto aqui estudado em um trabalho de conclusão de curso sinaliza um desafio discursivo/prático, profissional e epistemológico de Comunicação e Saúde: o uso retórico da linguagem para produzir factóides

que sustentam práticas sociais, em detrimento da ausência de “fatos concretos” no curso da história. Vários estudos têm sido desenvolvidos sobre desinformação, levantando hipóteses sobre múltiplos aspectos desse fenômeno. E chamo a atenção para os riscos em que a “autonomia semântica” pode criar anomalias à relação entre a produção discursiva sobre a realidade e a responsabilidade ética - enquanto condição de possibilidades no sentido ontológico em que as convenções sociais são criadas e alicerçam condutas diversas, inclusive de organizações até então “legítimas”. Assim, o que seriam caminhos (bons) de transformações sociais (cf. Fairclough, 2019) se tornam brechas para o falseamento da realidade por interesses “duvidosos”... (Santos, 2022, p. 138-139).

Desde então, a temporalidade se tornou fator-chave à abertura de “contextos” possíveis. E a manipulação discursiva do tempo é fulcral para isso. Do “contexto”, mantenho as aspas – aqui, a atribuição do que é contexto é retórica. Daí há a necessidade de discutirmos sobre esta categoria pelos seus usos retóricos, em detrimento do que Foucault (2010a) chama de *parresía* – em síntese, podemos conceituar como *a conduta do ato de dizer a verdade*.

Numa dialética perspectiva de comunicação e saúde, proponho vermos como as responsabilidades pela produção de verdades são implicadas nestes regimes: responsabilidades pelos cuidados de si e responsabilidades pelos usos da linguagem para falar dos cuidados de si. Mesmo que nem sempre se possa exercer responsabilidades. Isso vale à saúde coletiva e à vida!

Partindo da dimensão ética da verdade, sugiro refletirmos como a busca da verdade se tornou ‘a’ própria produção da verdade; espécie de desempenho de/por si (Foucault, 2008b) que agora se institucionaliza na esfera pública e desafia até o jornalismo e outras instituições. Regime que Byung-Chul Han (2021) agora ensaiou chamar de *infocracia*.

Nos últimos anos, David Castiel vem pesquisando sobre isso na saúde coletiva; até nessa pandemia de Covid (Castiel, 2021). Aqui, tais efeitos da busca pela verdade como desempenho de/por si demandam do jornalismo. A diferença entre o *ethos* individual ou de grupos particulares em relação ao jornalismo é justamente o que faz esse campo/prática se apresentar como mediador de produção da verdade e até onde o posto de mediação se sustenta.

Em contextos de risco, pela perspectiva foucaultiniana, indivíduos tendem a ser instados a buscar informações para que possam se orientar envolvendo amplos processos socioculturais nem sempre explícitos pelos sacrifícios de si a serem empenhados com vistas à certa “proteção”.

É o que observam pesquisadores da perspectiva chamada *governamentalista do risco* (Castiel, 2021; Castiel e Diaz, 2012; Castiel e Vasconcellos-Silva, 2006; Lupton, 2005, 1995; O’Malley, 2003, Petersen, 1997; Rose, O’Malley; Valverde, 2006; Castel, 1991; Ewald, 1991).

Partem do conceito inerente à lógica neoliberal de autoconduta: “empreendedor de si”, desenvolvido por Foucault (2008b), com foco nos processos desproporcionais de autorresponsabilização pelos cuidados de si, sugeridas aos sujeitos como exercício de liberdade.

“É melhor tentar compreender como todas essas instituições, valores e atividades são hoje incorporados e transformados no dispositivo desempenho/risco/responsabilização em nome de sua necessária *modernização*”, avalia o pesquisador em saúde Castiel (2021, p. 173).

Opto por acrescentar o termo “proporcional(is)” à qualificação de “responsabilidade(s)” a serem exercidas, responsabilidade(s) proporcional(is), considerando que cuidados de si precisam existir, desde de que se tenha meios objetivos/subjetivos possíveis para tal – vide uso de máscaras na pandemia de Covid, de que Lupton *et al.* (2022) discorrem.

Assim, articulando premissas e questões poderemos ver como o discurso de verdade faria ou não uma tecnologia biomédica ser tornada tecnologia política; como também um dispositivo sanitário pelo qual disposições anteriores, durando e após a emergência de saúde de uma pandemia nos digam qual é seu estatuto de ciência/saúde pelo discurso político do risco.

Ao ter consciência do seu lugar e de alhures, o jornal reitera enunciados como “verdade” – com legitimidade que lhe é conferida, mas também em resistência: na pretensa contraconduta aos discursos/práticas negacionistas à autoridade de veridicção inerente a este campo e prática.

O que insta o jornalismo na “guerra contra desinformação” em torno do risco em saúde? Na pesquisa de Massarani *et al.* (2021), observamos vários aspectos que retomaremos adiante, ao longo deste nosso estudo, sobretudo na perspectiva foucautiana/laturiana às controvérsias.

O grupo não observou somente os textos de *fact-checking*, “mas também outras produções jornalísticas que se caracterizaram, desde o título, pela estratégia de desmentir, denunciar e/ou repercutir o problema da disseminação de conteúdos falsos, enganosos ou distorcidos que ameaçam à saúde pública” (Massarani, 2021, p. 33).

O texto também lembra da *translação de interesses* (cf. Latour, 2000) feita pelo jornal para articular a rede de objetos, sujeitos e instituições em que possa angariar aliados ao campo/prática; e, assim, reforçar o seu lugar de autoridade que faz a mediação destes interesses.

Na revisão de literatura de comunicação e saúde, constatamos que há variações de fontes convocadas ao discurso jornalístico para falar enquanto “especialistas” sobre um tema/objeto. Mas os “rótulos” de veracidade (Gomes, 2009; Charaudeal, 2019) são do jornalismo.

Ao usar, ao longo dos textos, termos e expressões como *falso*, *enganoso*, *mentira*, *fake news*, *verificação*, *nada disso faz sentido*, *não*, *é errado*, *é falso*, *de fato*, *na verdade* e *conteúdos suspeitos*, que são pistas textuais deste *frame*, o jornalismo de checagem reivindica a autoridade do jornalismo sobre a ocorrência do fato que, historicamente, o legitimou enquanto forma de conhecimento da realidade (Genro Filho, 1987). Na tarefa de desmentir e informar, o jornalismo vai em busca de aliados que o auxiliem na tarefa de identificar e esclarecer, de modo racional, erros, incongruências e imprecisões das sentenças em verificações expressas em tuítes, vídeos, discursos de políticos e textos de blogs e *sites*. As fontes técnico-científicas, prioritariamente das universidades e outros centros de pesquisa, como o

Instituto Butantan, sociedades de especialistas – como a Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI) –, e de instituições que atuam segundo modelos e procedimentos científicos de órgãos multilaterais, como a OMS, ou governamentais, como a Anvisa, proferem discursos de autoridade, tomados como legítimos, capazes de revelar uma verdade omitida ou falseada pelos propagadores de desinformação

Nesse sentido, o jornal recorre a expressões de validação técnico-científica, como *evidências científicas*, *dados oficiais*, *sem comprovação*, *informações científicas*, para legitimar o trabalho de investigação apresentado no texto, não abrindo espaço para uma equivalência argumentativa entre as fontes que expressam posições contrárias ao consórcio jornalismo-ciência, nem qualquer discurso de ceticismo sobre a ciência. Nota-se um claro movimento de *translação de interesses*, descrito por Latour (2000), em que o jornalismo também assume um lugar de autoridade para afirmar o que é falso, enganoso ou qual seria a melhor solução para a pandemia, em associação com o discurso científico (Massarani et al, 2021, p. 39).

O jornalismo deseja autoridade de verdade [factual] negociada com a ciência [pela verdade epistemológica]. Interesses contra o risco da desinformação e à desinformação do risco.

Autoridade de verdade pleiteada via convocação de fontes “especialistas” ao discurso do jornal – entre cientistas e agentes do Estado; relações entre cientificidade e politização de uma controvérsia em emergência de saúde pública; abordagens representativas do fenômeno de risco – qualitativa ou quantitativa; silenciamentos ou estereotipia a indivíduos e populações; perspectivas dos processos de saúde/doença – se hegemonicamente biomédicos ou flexível à heurística/ontologia via ciências sociais; respostas de sistemas de saúde à pandemia, no jornal; delegação de responsabilidades nos processos de saúde/doença e risco pelos cuidados em saúde; configurações linguísticas/discursivas dos usos e apropriações de informações em cada tradicional meio de comunicação/gênero jornalístico e nas redes sociais de *web*, e entre si; regimes estéticos [escritas, áudios, imagens e vídeos] a representar os discursos do risco – textos, podcasts citados, cores/relevos de imagens, vídeos de imprensa ou que circulam na *web*: estes textos/discursos e práticas discursivas, referentes às práticas sociais que representam (Foucault, 2008a), dispõem de elementos à análise de comunicação e saúde para se observar em relação à discursividade dos fenômeno de saúde, doença e risco e seus múltiplos objetos.

Por isso, este percurso que fizemos, a partir do diálogo com a literatura, foi/é importante. Cada texto traz camadas com suas muitas profundidades, com alguns fatores comuns entre eles. Assim, fazemos as possíveis generalizações. Isto é, não se trata de cada pesquisa ser especialista em apenas um objeto empírico. De objetos e correlatos, exploramos camadas da problemática.

Bakhtin (1997) considera que um texto é diferente a um outro com o qual se relaciona; como também é diferente o que acharíamos ser igual, ainda que um texto seja lido com os mesmos caracteres em outro momento posterior. Cada gesto é diverso enquanto ação humana.

Na perspectiva bakhtiniana, “O que é específico das ciências humanas não é o caráter único do acontecimento estudado”, diz Amorim (2004, p. 189). Como ver isso em pesquisa?

Os princípios de *especificidade histórica* e de *totalidade* lhe conferem potencialidade para, do ponto de vista metodológico, apreender e analisar os acontecimentos, as relações e as etapas de um processo como parte de um todo. Os critérios de complexidade e diferenciação lhe permitem trabalhar o caráter de antagonismo, de conflito e de colaboração entre os grupos sociais e no interior de cada um deles, e pensar suas relações como múltiplas em seus próprios ângulos, intercondicionadas em seus movimentos e desenvolvimento interior e interagindo com outros fenômenos ou grupos de fenômenos (Minayo, 2010, p. 26. grifos da autora).

Para a professora Cecília Minayo, o movimento dialético, embora tão explorado com especificidades no marxismo, pode ser também feito em qualquer iniciativa de reflexão/ação.

“Nos últimos anos, felizmente muitas pesquisas vêm apostando na perspectiva hermenêutico-dialética, na esteira de Habermas (1987a) e de Gadamer (1999), contribuindo para que se contextualize de forma crítica a história e a linguagem dos problemas de saúde e das práticas sociais da área”, reforça Minayo (2005, p. 26) sobre a criticidade inerente à empiria.

Para nós, aqui, a dialética enquanto princípio heurístico nos demanda observar o que há em comum entre a pandemia de Covid-19 e outras epidemias/pandemias; assim como o que há de singular neste evento de saúde pública global. Mantenho a linguagem como ângulo de vista.

## **1. 6 A linguagem da pandemia de Covid-19 no Brasil**

“Antes de se caracterizar ontológica e existencialmente as principais etapas na formação da contagem do tempo e do uso do relógio, deve-se primeiro caracterizar, de modo mais completo, o tempo ocupado na medição do tempo”: assim, Heidegger (2022, p. 509) nos lembra que importa, fundamentalmente, a percepção às experiências que ocorrem na duração do tempo.

“Remeter toda experiência à sua significação no mundo é tão originário quanto o ato de interpretá-la e expressá-la linguisticamente”, sugere Koselleck (2014, p. 103). Mas, para este autor (Ibidem, p. 102), Heidegger não considerou na sua “analítica existencial” algo importante: “compreender o que torna possíveis as histórias”. Semelhante à Foucault, quando tentou distinguir práticas discursivas e não-discursivas; mais ainda até à Michel de Certeau (2020), que pensou nas práticas como significativas para além da enunciação, Koselleck “extrapola”:

Ao indagar as condições de possibilidade da história, a teoria da história remete a decursos de longo prazo que não estão contidos nos textos como tais; antes, suscitam a produção de textos. Ela remete a conflitos, rupturas, descontinuidades, a modos elementares de comportamento que se neutralizam reciprocamente. Nomeá-los já representa uma forma de racionalização, especialmente quando fatos enunciados ou referidos, ou evocados linguisticamente, são irracionais (Koselleck, 2014, p. 108).

Onde divergimos? À princípio, disse acima que sempre nos remetemos a textos para interpretar a história. Agora, Koselleck coloca em suspeição os limites do texto. Como assim? O autor até fala algo que ligeiramente comentamos acima, sobre irmos aos textos como fontes, mas assim pensando juntos com Ricouer (2020d): não esperarmos “testemunhos espontâneos”.

Há perguntas que podemos fazer agora em relação à pandemia de Covid-19, à controvérsia do uso da (hidroxi)cloroquina ao *tratamento precoce*, às relações com a vacinação. Especificamente, por quê: conglomerados de saúde da rede privada continuaram mantendo o *tratamento precoce* mesmo com a vacinação em curso; o CFM autoriza inalação de cloroquina, em 13 de abril de 2021, e, no dia seguinte, 14, volta atrás, proibindo o procedimento à Covid-19 (Santos, 2022); ainda assim, manteve o parecer 04/2020, em 4 de novembro de 2021?

Ora, com acesso aos principais resultados de pesquisa do mundo, notícias dos mais variados grupos empresariais de comunicação e formatos de linguagem e de linhas editoriais, algumas questões certamente não foram respondidas pelos responsáveis, naquele momento. Alguns estão sendo investigados juridicamente, conforme destacam Emery e Pinheiro (2022).

Mas, como propõe Koselleck (2014, p. 108): “Precisamos, então, distinguir entre a compreensão voltada para o texto, com a finalidade de apreender seu enunciado objetivo, e a indagação daquilo que, involuntariamente, se expressa através do texto e só a posteriori se revela como verdade histórica”. A escrita da história não seria ‘a’ possível? [A escrita possível].

Das questões dispostas acima, e de muitas outras que um *corpus* de pesquisa e levantamento exploratório podem suscitar, sintetizamos: quais as condições de possibilidade que fizeram a retórica de controvérsia ser mantida como “fato” apesar dos fatos e contextualizações sobre estes fatos via jornalismo – no início, durando e após esta pandemia?

Foi questão inicialmente levantada para vermos a problemática, no começo do trabalho. E reformulada por meio de elementos que foram surgindo, à medida que complexificamos a abordagem e abrimos ângulos para vermos a controvérsia em perspectiva de actantes e objetos.

Será que estas perguntas poderão ser respondidas vendo a cobertura midiática da Folha? Elas nos dizem sobre sujeitos implicados na controvérsia; idem aos instrumentos/objetos mobilizados para agirem entre si e aos sujeitos, que por sua vez buscam satisfazer interesses.

Quando Latour (2000, p. 330-336) propõe “simplificar” o mapeamento de associações de uma rede de controvérsias, considera as imprevisibilidades e heterogeneidades de “actantes” que a compõe. Então, questiona sobre como estudá-las considerando estas condições à rede.

“Certamente não por meio de sua separação em “conhecimento” e “**contexto**”, ou por sua classificação em “primitivas” ou “modernas”, ou então por atribuição de graus, indo das “mais racionais” às “mais absurdas”, avalia Latour (2000, p. 331. grifo meu). Temos ressalvas.

“A única coisa que podemos fazer é observar tudo que está atado às afirmações”, ele diz (p. 331). A pertinência de seguir rastros continua válida – até para além de enunciações alheias. O que precisamos considerar aqui, na vigência de pós-verdade, é que muitos rastros só poderão nos dizer algo, talvez, no tempo futuro - mesmo em relação ao presente de pesquisadores.

Aliás, para muitos efeitos, a rede de controvérsias talvez seja só rede de “controvérsias” se considerarmos que não só uma *aparência* de controvérsia possa ser dada como controvérsia, mas a rede de factóides seja singificada, fazendo sujeitos, instituições e objetos agirem por tal.

No caso, corroboro o que disse acima: pode ser “contexto” pelo qual o sujeito se orienta. Os efeitos de ações que este sujeito desenvolve “move” outras redes de sujeitos e instituições. Logo, o “contexto” é performado de tal forma que “produz-se” a realidade pelo que se crê dele. O olhar a este “contexto” não é só do pesquisador(a), mas de quem nele se vê e age.

“Nenhuma fonte textual contém a história que, mais tarde, se constituirá e ganhará expressão em fontes textuais posteriores”, adverte Koselleck (2014, p. 108-109), sobre evitar *a priori*. Contudo, em divergência à Hans-Georg Gadamer [da Hermenêutica], ele afirma:

Precisamos distinguir entre a história dos efeitos que acontecem na continuidade de uma tradição e de uma exegese textual e a história dos efeitos que, mesmo mediados e possibilitados pela linguagem, permanecem sempre além da linguagem. Existem processos históricos que escapam a qualquer compensação ou interpretação linguística (Koselleck, 2014, p. 109).

Em resposta, na mesma conferência que participa com Koselleck, Gadamer investe na possibilidade de que, por mais que não tenhamos todas as respostas, as procuremos nos textos. Para Koselleck (2014, p. 109), “Existem processos históricos que escapam a qualquer compensação ou interpretação linguística”. Então, até onde vai a interpretação da história?

“Tenho plena consciência de que o olhar daquele que procura entender segue cada rastro de sentido e está à procura de um sentido que, em meio à irracionalidade dos acontecimentos e da história, lhe abra horizontes de expectativa, esperança, ousadia e perseverança”, diz Gadamer (2014, p. 113). Ou seja, buscaríamos o possível nos rastros.

Interpretando Gadamer, podemos inferir que nunca teremos plenitude de interpretação da história; este “possível”, que acessamos pelos rastros, nos basta, porque sempre haverão as lacunas textuais. “O texto da história nunca está concluído e fixado” (Ibidem, p. 116).

Ainda para Gadamer (2014, p. 117), “A linguagem não fala de si mesma, mas daquilo que é, ou supostamente é”. E, nesta perspectiva de acesso à história pelas materialidades possíveis, concordamos com Gadamer. Até para não cairmos na ingenuidade da prova aparente.

Se lembrarmos de Foucault (2008a), este trabalho de articulação dos enunciados dispersos seria um caminho. Ele também não diz que a história estará ‘dada’ procurando-se

*origens* de um oculto a ser desvendado no documento do arquivo, “inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros”, mas, completa Foucault (2008a, p.2): “ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações” – o tensionamento, de que temos falado.

Isso demanda vermos, com Foucault, continuidades e rupturas entre os fatos – “daí a multiplicação dos estratos, seu desligamento, a especificidade do tempo e das cronologias que lhes são próprias” (2008a, p. 8). Mas, fundamentalmente, o que torna um enunciado possível.

Como ponto de partida factual, e nossa visão exploratória nos permite afirmar, três fatos aqui marcam a relação entre retórica e alguns acontecimentos na história da pandemia no Brasil: I - defesa incontestada da Presidência da República à adoção do *tratamento precoce* à Covid-19; II - manutenção do parecer 04/2020 pelo Conselho Federal de Medicina, em novembro de 2021; III – profusão de *fake news* sobre esse uso da (hidroxi)cloroquina e outros objetos da pandemia.

A articulação entre ambas as instituições - mesmo com robustos resultados de pesquisa no mundo, inclusive no Brasil, da centenária e renomada Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – representa mais que “divergências”: é, sim, vontade de “verdade” que convém, a si e aos outros. Em 26 de outubro de 2021, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid entregou relatório ao Senado, pelos deputados Randolfe Rodrigues e Humberto Costa (cf. 2022, p. 140):

No mesmo dia, fomos ao Supremo Tribunal Federal para fazer a entrega do relatório ao ministro Alexandre de Moraes. Achávamos importante a nossa colaboração, sobretudo quanto ao inquérito das **fake news**, presidido por Moraes, já que a CPI tinha desvendado uma rede para **difusão de informações falsas** sobre a pandemia e até mesmo o patrocínio de empresas produtoras do kit covid para um grupo de médicos entusiastas do tratamento precoce.

Destacamos ali o que nos convoca a retomar a premissa discutida inicialmente: a de que a linguagem/discurso constitui a realidade – inclusive, sustentando práticas de saúde não apenas como reflexo, mas construindo as ações; e, por isso, também sendo ação/prática no mundo.

Ali, III produz I e II, em: instauração de CPI no poder legislativo; conseqüentemente mobilizando a produção de relatórios, notícias, livros documentais/crônicas, inquérito no poder judiciário; recusa à vacinação por se considerar “eficazes” os medicamentos prometidos no *tratamento precoce* – uma série de objetos que, embora não tenham o humano como central, produz agência de aporias ao único ente consciente da própria finitude, segundo Heidegger (2003), com a morte de mais de 710 mil humanos. E a “(in)eficácia” da (hidroxi)cloroquina?

Nesta pesquisa, pretendo observar as agências da “(in)eficácia” da (hidroxi)cloroquina. Nosso recorte para observar o fenômeno está justamente na ação da linguagem sobre ele. Ação. Especificamente, da linguagem do jornalismo, considerando este campo/prática pela pretensão de fazer frente ao que está chamando de “guerra contra a desinformação” – aqui, na pandemia.

Aqui, esta é a linguagem que pode nos contar a história possível da Covid-19 no Brasil. Não o “contar” como se estivéssemos apenas narrando fatos e colocando-os em cronologias. Seguimos o que Foucault (2010a) aconselha a fazer quando podemos reunir objetos e sujeitos para, assim, conjecturarmos a produção de verdades, ou do “dizer a verdade”: problematizando.

Há diferenças entre fatos em relação a um momento histórico em curta duração e suas matrizes noutra duração. A resistência à vacinação não é exclusiva contra a Covid-19 – vemos com Sacramento e Paiva (2020) e Massarani *et al.* (2021). Quais séries comuns entre tais fatos? Pelo discurso, o que se atualiza do negacionismo à ciência/vacinação de uma epidemia a outra? A contextualização destes fatos é precedida por textos e eventos que trazem marcas do passado.

No capítulo seguinte, colocaremos algumas questões como ponto de partida da pesquisa: desde a atuação do jornalismo na pretensão de contextualizar sujeitos sobre os fatos cotidianos às abordagens teórico-metodológicas para rastrear as ações da linguagem exercidas pelo campo.

Contudo, importam os sentidos de saúde, doença e risco que agências da “eficácia” suscita – nos/pelos atravessamentos espaço-temporais que a atualização do jornal faz fazermos. Porém, para vermos isso, precisamos compreender como ocorre a ação de contextualizar fatos. Mais precisamente, pela contextualização jornalística enquanto categoria central em análise.

Há hipóteses que apontam contextualização jornalística como mudança de performance: de mediação à produção de verdades pelo *ativismo* da Folha na pandemia (Alves, Pimenta e Antunes, 2021). O que nos diria como “verdades” em saúde foram/são construídas – antes, durando e após grandes eventos sob risco, como endemias, epidemias e pandemias, desde então.

M. Lígia Vieira-da-Silva (2019, p. 225) alerta: “O que está em jogo nesse novo espaço é a autoridade de emitir julgamentos sobre os problemas de saúde populacionais, coletivos”. Desde antes, e também no *nascimento da clínica*, o que Foucault (2021b) adverte é sobre isso.

A saúde coletiva não é ilha. Não ignora problemáticas suscitadas por outros campos/práticas (Bourdieu, 2011) – nem quando o jornalismo disputa *autoridade de verdade de saúde/risco*. Compreender tal lugar autorreferenciado do jornalismo é fundamental.

É porque há performances do jornalismo exercidas na/pela contextualização de fatos – e esta é a linguagem da pandemia de Covid-19 pela qual nos debruçamos. No capítulo seguinte, veremos como essa autoridade de verdade em saúde é pleiteada numa controvérsias e correlatos.

Por fim, através desse estudo, ressalto que espero contribuir com reflexões que nos ajudem a desmistificar alguns preconceitos em relação ao *lócus* da linguagem no *fazer pesquisa*.

Não se trata só de fazer uma análise do discurso. Menos ainda enquanto método isolado de uma teoria da discursividade, como se o discursivo e o não-discursivo fossem tão estanques... O que torna a contextualização passível de problematizações neste entremeio? Esse é o ponto.

## Capítulo 2: A contextualização jornalística contra a desinformação na pandemia de Covid-19

Em era de pós-verdade, o que cabe e até onde vai o jornalismo enquanto prática comunicativa alicerçada numa sociedade imersa em contradições na sua totalidade? O que elas nos dizem sobre o projeto de sociedade em que o jornalismo está implicado? O que a pandemia de Covid-19 catalisou de continuidades e rupturas no curso da história, considerando a profusão de *fake news* tão avassaladora em relação ao SARS-CoV-2? À quem recorreu o jornalismo, inclusive, para informar as pessoas em meio ao caos, como ocorreu nessa pandemia?

As perguntas nos fazem extrapolar a dimensão do objeto situado, desde que o recorte empírico nos diga sobre a construção discursiva entre a FSP e outros dispositivos enunciativos.

Em um estudo sobre “As fontes acionadas no Jornalismo Guiado por Dados durante a cobertura da Covid 19”, por exemplo, Marília Gehrke já observava, no primeiro ano dessa pandemia, a corrida dos veículos de imprensa na busca por dados referentes à Covid-19, quando havia uma ausência do Ministério da Saúde (MS) em disponibilizá-los – em geral e à imprensa.

“Em um país permeado pela desinformação e pelo negacionismo oriundos principalmente do governo federal, resta ao jornalismo apresentar e contextualizar fatos amparados na ciência”, analisa Gehrke (2020, p. 17). Aqui, jornalismo e ciência andam juntos.

Entretanto, essa contextualização deve ser colocada em perspectiva, como temos reforçado, considerando as especificidades do seu *modus operandi*, ou tende-se a achar que o jornalismo espelha um populismo de que pretensamente critica: *quem manipula são os outros*.

Por um dos ângulos de observação dessa pesquisa, consideramos a contextualização jornalística como uma **performance**, mas fungindo dessa noção vulgar de manipulação.

Alguns autores já tem usado o conceito de performatividade de Jhon Austin (1990). Dentre eles, Butler (2021), em diálogo com outro estudioso de Austin, Derrida (1972, 1990). Ela foca nos processos de responsabilização por discursos e práticas de ódio.

Reitere-se que não há razões para colocarmos em falsas equivalências a prática de contextualização do jornalismo com as de desinformação que se proliferam descontroladamente. Porém, convém lembrar que potências de intertextualidades (Fairclough, 2019) podem ser antídoto ou veneno – para informação ou desinformação, dependem de seus usos em linguagem.

Com profusão de informações via *web*, constamos uma crescente hipertextualização, até em integração às mídias massivas pré-existentes à *web*, e de que se vale o jornalismo.

Alciane Baccin (2016) viu isso nas *modalidades comunicativas* usadas pela Folha, em análise à reportagem “O Golpe e a Ditadura Militar”. E o jornalismo tem aqui um *locus* de ação.

Contudo, e por isso, a contextualização jornalística também demarca no discurso (Foucault, 1996) posições espaço-temporais para além do ‘aqui-agora’, suas e de terceiros.

Ao abordar sobre o jornalismo contextual realizado exercício da memória, por exemplo, Bruck, Pimenta e Marques (2022, p. 2) dizem que “é preciso ressaltar que a memória, como processo simbólico e cultural, resulta, ela mesma, de negociações, contradições e conflitos de distintas naturezas”. Então, o estímulo à memória pelo jornalismo contextual não é neutro.

Nossa percepção é de que a memória pode se colocar como importante recurso conteudístico e estratégia narrativa em práticas que tentam melhor circunstanciar a oferta, no âmbito das textualidades jornalísticas de camadas contextualizantes, de condições mais efetivas para que o leitor possa ampliar sua compreensão dos fatos/situações enunciados pelos *media* jornalísticos, na medida em que enseja a busca por *anteriores-novos* vieses dos acontecimentos e suas implicações, colocando-se como potência contextualizadora (Bruck, Pimenta e Marques, 2022, p. 17).

Compreender atravessamentos culturais numa realidade situada é importante. Podemos verificar quais valores os sujeitos estão atribuindo às fontes pelas quais acessam informações do cotidiano no/pelo discurso. Como também à prática/meio que presume mediar essas vozes.

É a partir daí que torna-se premente identificar qual sucesso de “performance”, nos termos de John Austin (1990): se do jornalismo ou dos nós de conexões aleatórias das redes informacionais uma verdade pode ser construída – embora sejam interdependentes entre si.

A noção de performance nos faz pensar na construção de verdade para além da retórica.

Por exemplo, ao falarem sobre “A dinâmica transmídia de *fake news*”, Geane Alzamora e Luciana Andrade (2019) consideram, pela semiótica de Peirce (1974) [com especificidades atentamente apresentadas pelas autoras], que “A concepção pragmática da verdade é um ideal normativo que baliza o desenvolvimento da semiose, não um atributo da notícia”.

Ou seja, a verdade não está num texto por si só. As relações entre falsidade e veracidade são produto da semiose das notícias, que “desdobra-se transmidiaticamente, e tão mais amplo será seu alcance quanto mais firme for a crença que a delinea” (Alzamora e Andrade, 2019, p. 128). Semiose implica dinâmicas da convenção em que signos são orientados e orientam a partir referências coletivamente pactuadas e reconhecidas na cultura (Verón, 2004).

A verdade está entre processos de produção, distribuição e consumo de informações e o sistema de crenças dos indivíduos que, nessa contemporaneidade, condiciona a atribuição de legitimidades. A prática jornalística é construída neste entremeio, interseccional ao campo.

Do jornalismo aos processos de desinformação, problemáticas envolvendo a validação de verdades estão aqui em questão – inclusive, com reverberações à saúde. A mediação de vozes nos/pelos textos que produz se torna exercício de performance do jornalismo a vermos.

Com a pandemia de Covid-19, de um lado ou de outro, talvez possamos pensar em como ocorre a construção de legitimidades para validar objetos/fenômenos pelo crivo da verdade - caminho para compreendermos e enfrentarmos desafios sanitários e comunicacionais por vir.

Primeiro, porque a verdade está entremeada pelas relações de saber e poder de que Foucault sempre trouxe à baila. A verdade, diz Foucault (2021a, p. 52), “é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”.

A partir daí, ele advertia para o fato de que os conceitos e sanções pelo que se entende por verdade variam por regimes de poder, e vice-versa. Em *Microfísica do Poder*, diz Foucault:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2021a, p. 52).

Em pesquisa sobre a relação entre a produção, disseminação e consumo de *fake news* e o crescimento de movimentos antivacina contra febre amarela no Brasil, Igor Sacramento e Raquel Paiva (2020) retomam este percurso feito por Foucault, mas com um complemento teórico situado no atual momento histórico – e que talvez nos indique um novo paradigma.

“O que vivemos é uma mudança de regime de verdade”, dizem Sacramento e Paiva, (2020, p. 85). O “desencaixe de relações sociais” é apontado a partir das leituras dos autores à perspectiva de reflexividade proposta por Anthony Giddens (2002) e retomada por Ulrich Beck (2011) na teorização sobre a existência de uma sociedade do risco, sobretudo em era de pós-verdade (Dunker, *et al.*, 2019). Desde então, como lida-se com o *eu* neste entremeio?

Até considerarem que, “Na contemporaneidade, estamos passando de um regime de verdade baseado na confiança nas instituições para um regulado pelos dogmas, pela intimidade, pela experiência pessoal” (Sacramento e Paiva, 2020, p. 86). Mudança paradigmática.

E concluem, a partir de seus estudos, salientando elementos de suma importância à nossa reflexão, mas, dentre os quais, destacamos um: “notamos que há pessoas que entendem o jornalismo como uma maneira de checar informações, mas também utilizam a sua forma para conquistar legitimidade em blogs, vídeos, reportagens e notícias em sites não vinculados a grandes empresas de comunicação” (Sacramento e Paiva, 2020, p. 101).

Ou seja, sujeitos podem fazer usos de linguagem da prática comunicacional/jornalística com viés de confirmação a uma “verdade” que supõem lhes ser própria, pela experiência pessoal, para além das intenções até mesmo de um jornal. O que é grave, se considerarmos que o jornalismo teria poder constituinte de validação de verdade num regime democrático vigente.

Segundo, e por isso, a relação entre fatos e verdade se tornou tão problemática quando os processos de desinformação passaram a hiper relativizar a constatação da verdade factual em função de suas próprias conveniências individuais, para além daqueles acordos coletivos.

Muniz Sodré (2019b), num percurso teórico-conceitual “do factóide às *fake news*”, expõe o atravessamento do “facto” desde a produção dos chamados *fait divers*, oriundos do século XIX, ao atual momento histórico, em que predominam os processos de desinformação.

Ele recorre à Kant (2010), o qual postula, em linhas gerais, que o fato é “objeto do conhecimento”, passível de vir à consciência pela “objetividade” – “aquilo que têm idêntica validade para todos os sujeitos e todos os seus correlatos (objetos, fenômenos) numa experiência” (Sodré, 2019, p. 92). Por enquanto, esta é uma redução fenomenológica geral.

O fato, para Sodré (2019b), pode ser “genérico”, que abrange objetos e fenômenos da natureza e da vida, ou “social”, referente à existência humana e ao “estar-junto-com o outro”.

Mas o jornalismo faz essa transformação discursiva do fato genérico ao fato social inserido num momento histórico, a partir da oferta da informação como seu produto final.

A “informação jornalística”, diz Sodré (2019b, p. 94), “parte de objetos primariamente tidos como factuais, para obter, por intermédio do acontecimento, alguma clareza sobre o fato sócio-histórico”. O acontecimento é o que move o jornalismo na busca pela verdade em fato(s).

A desinformação tende a criar o fato falseado pelos efeitos de verdade condicionados no/pelo discurso. Mas, diferente do factóide, que ainda era passível de boatos, erros ou engano, ficam as aparências de verdade, usadas significativamente. Então, pensemos juntos(as): como a legitimidade desinformativa é construída para além da ciência e do jornalismo?

A intencionalidade prévia do engano marca as *fake news* como produto (des)informativo descompromissado da relação entre fato e verdade (Gomes, 2009).

O poder do jornalismo, diz Sodré (2019b, p. 95), “consiste em exposição do fato social, ou seja, de uma unidade onde se entrecruzam outras táticas de poder típicas da sociedade civil em sua luta pela hegemonia das representações”. E ao jornalismo, qual o seu lugar neste entremeio, se a verdade, factual ou epistemológica, é relativizada para além da veridicidade?

Ao jornalismo, cabe encampar lutas pelas disposições internas e externas ao campo a partir da legitimidade que lhe é atribuída na validação de verdades, à reboque dos desafios.

Por mais que seja um ente esforçado na busca por “verdades”, o jornalismo não é suficiente para aplacar processos desinformativos. Eles extrapolam a dimensão de um campo.

Então, Sacramento e Paiva, levantam hipótese no texto que escreveram até junho de 2019 com base numa pesquisa sobre a influência da profusão *fake news* no fortalecimento de movimentos antivacinação à febre amarela, mas publicado no início da pandemia de Covid-19.

“Parece haver cada vez menos possibilidade de a persuasão suplantar a convicção”, sugerem Sacramento e Paiva (2020, p. 89), concluindo: “Como vimos, não se trata meramente de uma questão de verdadeiro ou falso, mas do que se quer acreditar, em que se está convicto, numa sociedade marcada por tantas mudanças e riscos (Ibidem, p. 102).

Para Rodrigo Seixas (2019, p. 124), haveria “um movimento pelo “desejo de verdade que se confundiria com a própria verdade e que serviria de explicação, ao menos em parte, da grande disposição de sujeitos pela divulgação de opiniões baseadas em *fake news* ou em informações frágeis”. O desejo se confundiria como a própria demanda pela verdade.

Nessa perspectiva, a “verdade” não seria um fim em si mesma – ainda que se busque o “falso” ou “impresciso” num texto para se provar o “verdadeiro” ou evitar e/ou mitigar a dúvida.

E um dos pontos críticos, comuns ao jornalismo e às instituições científicas ao longo da pandemia de Covid-19, é a dúvida em evidência na esfera pública associada ao pânico moral que uma crise sanitária pode catalisar, como destacado por Lerner, Cardoso, Clébicar (2021).

A subversão da dúvida do jornalismo em própria causa sustenta um ideal de verdade. Ideal que, para Alzamora e Andrade (2019, p. 113), é plenamente inalcançável, pois se embasa num “sistema de crenças apto a ser aprimorado”, mas “abalado pela incidência de dúvida”.

Em contextos de risco, o objeto do ideal da verdade “por se alcançar” é buscado no efeito discursivo da probabilidade em que o risco é virtualmente representado nos/pelos textos. Na prática, a virtualidade como *vir-a-ser* sentido pode ser explorada em narrativas midiáticas.

Vasconcellos-Silva e Castiel (2020) apontam que, no momento da pandemia de Covid-19 no mundo e no Brasil, enquadramentos midiáticos/jornalísticos flertaram com o sensacionalismo e se valeram de estereótipos para sugerir à recepção comunicacional elementos que podem ser usados pelos sujeitos para construir sentidos de saúde, doença e risco.

Estes seriam orientadores de suas condutas/ações, por uma questionável lógica “persecutória” neoliberal, de “voyeurismo das audiências”, configurando o que os autores ensaiam nomear como “o sono da razão comunicativa” - causa e efeito do seguinte paradoxo: “a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas”, uma dialética problemática à saúde coletiva.

O jornalismo é produtor e produto de “verdades”. A palavra está entre “aspas” pois a relação fala-ação é performática (Austin, 1990), pelo ato performativo de contextualização, isto é, prática de exercício de um saber-poder auferido ao jornalismo, que mobiliza pessoas entre diferentes dispositivos enunciativos. Paradoxalmente com legitimidade questionada, *o jornalismo pode subverter a dúvida dos questionadores como valor-notícia de sua prática.*

Idem às outras instituições e sujeitos, que podem manipular a dúvida em próprio favor – infelizmente, englobando aqueles imbuídos em projetos e ações desinformativos por aí...

Se mesmo a “verdade” do jornalismo textualmente disposta não é suficiente mais para assegurar a legitimidade que até então (quase) lhe garantiria o monopólio sobre a fala, a percepção dos sujeitos talvez esteja implicada aos efeitos das ações significantes tão quanto aos textos verbais de que se valem mídias de imprensa para representar, mas aí não ficam restritas.

Imaginemos que, se os mesmos textos produzidos pelo jornal são usados para “combater a desinformação”, ao que muito se indica, estratégias de produção discursiva dos jornais não serão suficientes, de tal modo que suas “verdades”, mesmo demarcadas pela arquitetura informacional das mídias, serão provisórias. A verdade está além da inscrita/escrita dela mesma (Derrida, 2019; Kristeva, 2012). Demandando-nos árdua busca para além dos textos.

Os modos da construção discursiva de verdades podem mostrar seu produto resultante: os sentidos de saúde, doença e risco pela controvérsia em questão - ‘o que’ é, de fato, uma de suas consequências, mas que não constituem amplamente o fenômeno que discorreremos aqui.

Por isso, nos interessa ver ‘como’ a articulação do discurso jornalístico reúne/produz sujeitos de diferentes orientações ideológicas, temporalidades e espacialidades em torno do objeto de comunicação & saúde que a problemática aqui nos apresenta, mas nela não se encerra.

Este é a *contextualização jornalística sobre o uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 no Brasil entre anos de 2020-2023*, como causa e consequência de um mesmo fenômeno: (re)ação à desinformação na/pela disputa da validação de “verdades” que tem a contextualização de fatos não só como método pautado do/pelo jornalismo por si, e sim, como objeto da lógica de mediação (Sodré, 2021) - mais ampla que a produção de sentidos circunscritos na controvérsia em questão, embora dela possamos encontrar algumas singularidades aí intrincadas.

Para Sodré (2021, p. 154), “Na lógica atual de públicos constituídos principalmente pelo mercado articulado com a mídia, **verdade é um produto reiterado**, não por consenso liberal, mas pelo automatismo inerente ao circuito discursivo dos dispositivos de informação”.

“Assim, sua apropriação, no sentido de orientadas para nossos projetos éticos e políticos, exige mais do que mudança no sentido ideológico do “conteúdo que transmitem”, diz Cardoso (2018, p. 1875) sobre a “mediação no campo da saúde”, numa ampla implicação mútua.

A reiteração da verdade sobre a ineficácia da hidroxicloroquina se torna, assim, uma estratégia do jornal F. de São Paulo para articular diferentes sujeitos e textos desta tese central. Localizá-la a partir de diferentes correlatos da controvérsia pode ser um caminho à “verdade”.

Estrategicamente, consideremos aqui a lógica transmediática da circulação de discursos via processos de contextualização realizada entre jornalismo e terceiros, frente à desinformação, para identificarmos textos que remetem uns aos outros por hiperlinks sugeridos ao(à) leitor(a). O capítulo oferece um arcabouço teórico-metodológico para fazermos esta viagem entre textos.

## 2. 1 Agendamentos midiáticos da (hidroxi)cloroquina na Folha de São Paulo

Observando relações entre Conselho Federal de Medicina e médicos, em outro trabalho (Santos, 2022), verificamos que o enunciado “medicamento sem eficácia comprovada” (hidroxi-cloroquina) / “tratamento ineficaz” (*tratamento precoce*) estava sempre sendo articulado aos discursos sobre medidas farmacológicas à Covid-19 – antes, durando e após a pandemia.

Mas, até nos discursos que não tinham aquela pauta central em seus textos/discursos, principalmente de notícias, havia tal reiteração. O que isso nos diz, entre linguagem e o mundo?

Por exemplo, em uma de suas matérias, diz a FSP, por título/subtítulo<sup>45</sup>: “(Hidroxi)cloroquina é ineficaz como tratamento precoce e não previne internações por Covid, diz estudo” / Pesquisa realizada por grupo que reúne alguns dos principais hospitais do país diz que medicamento não demonstrou benefícios para reduzir hospitalizações”.

Medicamento e circunstâncias farmacológicas trazem a (hidroxi)cloroquina ao centro do debate. A “eficácia” é atributo máximo em destaque. Esse texto é de 1º de abril de 2022, quando o Brasil avançava na vacinação à Covid-19. Claro, com aprovação das principais autoridades de saúde do Brasil – historicamente, referência mundial em imunização vacinal.

Em outra, a FSP aborda uma pauta política na coluna de saúde, mesmo a (hidroxi)cloroquina não sendo objeto temático principal<sup>46</sup>. Vejamos por título/subtítulo: “Capitã cloroquina' deixa Saúde e recebe cargo no Ministério do Trabalho / Mayra Pinheiro pediu exoneração para planejar candidatura à Câmara; Queiroga avalia mexer na cúpula do ministério”. Mais abaixo, continua a FSP: “Liderança de ala do governo Jair Bolsonaro (PL) que defende medicamentos sem eficácia para a Covid-19, Mayra (...)”. A matéria foi publicada em 14 de fevereiro de 2022, cujo foco era uma mudança ministerial no governo federal.

Assim, este enunciado atravessa discursos em torno dos mais variados objetos de tematização da cobertura jornalística, até mesmo entre diferentes editoriais. E mesmo quando o ex-presidente da república perde nas eleições e não ocupa mais tal cargo, a “ineficácia” da (hidroxi)cloroquina/*tratamento precoce* continua sendo lembrada – inclusive, em hipertextos.

Vejamos a matéria publicada pela Folha no dia 17 de maio de 2023<sup>47</sup>. No título: “Bolsonaro pediu sigilo sobre exame de Covid um dia após se aglomerar com aliados, mostram mensagens”. Contexto, conforme o texto: “ele afirmou que tomou cloroquina quando sentiu sintomas, antes mesmo de fazer exame, em referência ao medicamento sem eficácia para a

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/04/hidroxiclboroquina-e-ineficaz-como-tratamento-precoce-e-nao-previne-internacoes-por-covid-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 17/05/2023.

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/02/capita-cloroquina-deixa-saude-e-recebe-cargo-no-ministerio-do-trabalho.shtml>. Acesso em: 17/05/2023.

<sup>47</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0403200117.htm>. Acesso em: 17/05/2023.

Covid e que se tornou um mantra de sua administração durante a pandemia”.

Investigado juridicamente no Brasil após a derrota nas eleições presidenciais, a quebra de sigilo telefônico de Bolsonaro reabre não só a controvérsia quanto ao *tratamento precoce*/uso da (hidroxi)cloroquina, e sim a série de outros discursos/textos que continuarão a manter este enunciado com força. Às vezes, como objeto do discurso farmacológico. Ou correlatos diversos.

Ora, mas a cloroquina/hidroxicloroquina já era utilizada no tratamento a outras doenças. Então, por que não havia continuidades de reiterações ao mesmo enunciado? Se há preocupação a uma pandemia, talvez a incidência de malária na região amazônica brasileira ou mesmo em algumas regiões do mundo pudesse demandar tamanha atenção, sobretudo do Sul Global.

Aliás, a interação entre doenças tem sido estudada em todo o planeta. Sindemia é um dos conceitos que pode abranger esta perspectiva, por exemplo, a partir das hipóteses lançadas pelo austríaco Paul Singer. Nos chama atenção para as relações entre doenças emergentes, sobretudo surtos, epidemias e pandemias e aquelas endêmicas para diferentes espaços globais. Contudo, a eficácia da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 mantém/manteve-se no foco midiático.

Em outra pesquisa (Santos, 2022), foi uma constatação feita a partir da observação ao *corpus* referente ao agendamento de textos que envolviam CFM e médicos – predominantemente, pelo gênero notícia; com exceção de dois textos, que mesclam gêneros.

Para observar como o agendamento midiático ocorre pela FSP para além daquele *corpus* empírico recortado, fomos à plataforma digital do jornal. Digitamos os seguintes sintagmas: “cloroquina” + “eficácia”. O primeiro envolve a (hidroxi)cloroquina; o segundo, sua variação qualitativa “ineficácia”. Ao todo, são 932 textos que pautam estes sintagmas juntos, de 04 de março de 2020 até 17 de maio de 2023, pelo levantamento fechado em 31 de julho de 2024,

Do total, só 6 textos [dos 932] foram produzidos sobre eficácia da (hidroxi)cloroquina em relação à malária; em contrapartida, 926 foram em função de controle à Covid-19. Portanto, há enorme desproporcionalidade de agendamento da Folha. À princípio, vejamos pela malária.

O primeiro texto é datado em 4 de março de 2001<sup>48</sup>. Anuncia a “eficácia” de um medicamento de reforço à cloroquina contra a malária: “já teve sua *eficácia* comprovada em ensaios clínicos na África”, diz a FSP. Este continente é o mais endêmico de malária no mundo.

O segundo texto vem em mais de cinco anos depois, no dia 03 de julho de 2006, anunciando no título: “Antialérgico vira arma contra malária”<sup>49</sup>. “Pesquisadores nos Estados Unidos descobriram que um velho medicamento contra alergia é capaz de enfrentar com *eficácia* o causador da doença”, continua. Do primeiro ao segundo texto, um grande intervalo.

<sup>48</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0403200117.htm>>. Acesso em: 17/05/2023.

<sup>49</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0307200601.htm>>. Acesso em: 17/05/2023.

Neste texto, também se trata de um reforço farmacológico de associação à cloroquina, uma vez que o problema desde aquele período de 2001 persiste: a resistência etiológica da malária à cloroquina. Logo, verificamos que a cloroquina não estava sendo clinicamente eficaz.

O terceiro é publicado quase três anos depois, em 09 de fevereiro de 2009. “Remédio perde eficácia, e malária pode se espalhar”, diz o texto<sup>50</sup> sobre a cloroquina no Camboja, Ásia.

O quarto foi publicado mais de seis anos e oito meses depois, noticiando a honraria a três cientistas nos prêmios Nobel de ciências naturais. Eles produziram e apontaram a proposta de mais dois novos medicamentos<sup>51</sup>: William Campbell e Satoshi Omura, com a avermectina, futuramente sintetizado também para família farmacológica da ivermectina no tratamento contra vermes nematódeos; e Tu Youyou, que propõe a artemisinina contra a malária. Do texto:

O tratamento contra malária, que infecta 200 milhões de pessoas por ano, era prejudicado pela *eficácia decrescente* dos medicamentos cloroquina e quinina. Com a artemisinina, desenvolvida por Tu nos anos 1960, mais de cem mil mortes anuais passaram a ser evitadas só na África.

Campbell e Omura isolaram a avermectina a partir de culturas bacterianas. Seu remédio ajudou a erradicar moléstias incapacitantes como a filariose linfática e a oncocercose (ou "cegueira dos rios"), que já teve alta incidência entre os índios ianomâmis do Brasil.

Talvez por critérios de relevância jornalística (Guerra, 2008; Guerra e Silva, 2020) em função da amplitude do prêmio Nobel, a Folha publica mais um texto<sup>52</sup>, o quinto, uma semana depois, em 17 de outubro de 2015. A premiação é valor-notícia vinculado ao texto.

Nele, o médico Dráusio Varela, conhecido pela trajetória nos principais veículos de imprensa do Brasil, fala com abordagem mais didática. É a última publicação<sup>53</sup> da FSP sobre a eficácia de medicamentos em função do uso clínico da cloroquina contra a malária; e agora também da ivermectina, no tratamento antibacteriano. Podem ser usados de forma cominada.

Dos procedimento de testagem do novo medicamento descoberto: “Essas experiências permitiram isolar a artemisinina, que demonstrou alta eficácia nos ensaios clínicos”. O médico brasileiro apontou ainda iniciativas da China que, desde a década de 1960, buscava sintetizar medicamentos com maior eficácia que a cloroquina no tratamento à malária.

A legitimidade deste sujeito é construída pelo poder que lhe é conferido como médico. Mas também pela gigante visibilidade pública que a Rede Globo de televisão lhe proporciona.

<sup>50</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/ny0902200915.htm>>. Acesso em: 17/05/2023.

<sup>51</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/235861-as-ciencias-do-nobel.shtml>>. Acesso em: 17/05/2023.

<sup>52</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella/2015/10/1694891-nobel-de-medicina-2015.shtml>>. Acesso em: 17/05/2023.

<sup>53</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/235861-as-ciencias-do-nobel.shtml>>. Acesso em: 17/05/2023.

Este capital social também é investido à atriz da mesma Rede Globo, Camila Pitanga. Em agosto de 2020, ela protagonizou na esfera pública a tentativa de se explicar publicamente: “Contraída por Camila Pitanga em SP, malária é confundida com dengue e Covid-19”, diz a Folha em 16 de agosto de 2020, em título de uma matéria<sup>54</sup> cuja finalidade traz algo inédito - agendamento duplo malária-Covid-19 tendo como objeto comum o uso da (hidroxi)cloroquina.

“Camila Pitanga tornou-se alvo de mensagens falsas nas redes sociais que diziam que o diagnóstico de malária era falso e escondia o uso do medicamento para tratamento da infecção por coronavírus. Ela refutou as acusações e divulgou exame negativo para Covid-19”, relata o jornal no quarto parágrafo do mesmo texto, único publicado no ano de 2020, e que aprofunda discussões sobre a malária como nunca antes houvera feito – embora, também coloque a Covid como objeto que igualmente divide a agenda; assim como a dengue enquanto suspeita clínica.

Retornaremos a este texto no capítulo 3, quando adensarmos a compreensão epidemiológica e clínica sobre a malária e o encontro malária-Covid-19 em Manaus (AM).

Ainda em função da malária, mas agora fora da relação com a (hidroxi)cloroquina...

Em 25 de abril de 2020, dois dias após o CFM publicar o parecer 04/2023 autorizando o uso da (hidroxi)cloroquina contra a Covid-19, outro medicamento é anunciado: a tafenoquina.

Através deste medicamento, com uso combinado à (hidroxi)cloroquina em alguns casos, seria possível reduzir a ingestão de maiores doses, causa de muitas interrupções do tratamento por parte dos pacientes e/ou intercorrências nos pontos de distribuição destes fármacos.

Do agendamento à tafenoquina: ao todo, são 8 (oito) textos publicados pela Folha, de 25 de abril de 2020 a 6 de abril de 2024, atravessando dois projetos políticos de governo no Brasil, mas pautando a (hidroxi)cloroquina contra a malária e à Covid-19 como correlatos.

Em relação à malária, os textos pautam dificuldades farmacológicas contra o *Plasmodium* e a promessa de eficácia maior para evitar ou tratar a doença. No que tange à Covid-19, um ou outro texto tensionam a controvérsia de uso da (hidroxi)cloroquina entre as duas doenças, mas reiterando a mesma tese: (in)eficácia cientificamente comprovada e politização por parte de alguns médicos, CFM e agente políticos nos contextos desta pandemia. No capítulo 3, aprofundarei sobre a entrada na tafenoquina e sua relação à (hidroxi)cloroquina.

A partir daqui, a relação entre “(hidroxi)cloroquina” e “eficácia” (clínica) não é mais agendada com a malária enquanto objeto discursivo. No máximo, como objeto correlato à tafenoquina – quando este fármaco está no centro de discussões, a (hidroxi)cloroquina é lembrada como medicamento de reforço àquele outro novo e as crises políticas podem surgir.

---

<sup>54</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/08/contraida-por-camila-pitanga-em-sp-malaria-e-confundida-com-dengue-e-covid-19.shtml>>. Acesso em: 17/05/2023.

Por isso, o medicamento continua sendo pautado em relação a outros recortes temáticos. Por exemplo, em 13 de maio de 2023, a FSP noticia<sup>55</sup> os efeitos da crise humanitária vividos pelos indígenas Yanomami. Para o jornal, essa tragédia é consequência do “avanço do garimpo ilegal e de 20 mil invasores, estimulados pelo governo Jair Bolsonaro (2018-2022)”;

“provocou uma explosão de casos de malária e de doenças associadas à fome, como desnutrição grave, diarreia aguda e pneumonia”. Assim, o gancho jornalístico é mais pela crise política.

Mas, agora a relação entre ‘(hidroxi)cloroquina’ e ‘eficácia’ muda na cobertura da FSP. Em 04 de março de 2020, quando a OMS deflagrou a emergência de saúde pública da pandemia de Covid-19, a Folha busca um panorama de iniciativas focadas em barrar o avanço do novo Coronavírus [até ser chamado de SARS-CoV-2] e atuar contra o agravo da doença pandêmica.

Dá publico um texto da BBC<sup>56</sup>, maior rede de comunicação multimídia do Reino Unido. Pelo título/subtítulo, caracteriza um primeiro momento, dividido entre incertezas e apostas no ofício da ciência: “Coronavírus: 10 sinais de esperança sobre a epidemia da Covid-19 / A boa notícia é que há razões para otimismo, porque nunca estivemos mais bem preparados contra uma pandemia”. As apostas farmacológicas são postas à mesa, naquele momento inicial.

Por esse artigo de opinião, Ignacio López-Goñi apresenta especulações iniciais de cientistas de todo o mundo. Por exemplo, se tratava-se de pandemia ou não... “Já podemos estar nesta fase, mas isso não é sinônimo de morte, pois o termo não se refere à letalidade do agente infeccioso, mas à sua transmissibilidade e extensão geográfica”, avaliava naquele momento.

De medicamentos à vacina, o leque foi aberto. “Outro candidato é a *cloroquina*, um antimalárico que também possui atividade antiviral potente”, aponta López-Goñi. Não por menos, a elucidação quanto à rigorosidade metodológica é patente – e é relativa à vacina que esse professor de microbiologia da Universidade de Navarra, na Espanha, pondera: “O que pode prolongar seu desenvolvimento são todos os testes necessários de toxicidade, efeitos colaterais, segurança, imunogenicidade e eficácia na proteção”. Começa aí uma nova abordagem.

Obviamente que a descrição feita acima não aprofunda a diferenciação entre gêneros discursivos/textuais/jornalísticos/editoriais; nem problematiza, entre textos, possíveis contextos em que a relação medicamento x eficácia se evidencia. Mas, agendamento é rastro a seguirmos.

E a disposição destes rastros já implica posicionamentos de quem a faz nos/pelos textos.

<sup>55</sup> Trata-se de um texto que já faz a relação “cloroquina” e “eficácia” contra a Covid, como veremos adiante. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/yanomamis-sao-explorados-na-piacaba-em-longas-jornadas-e-dividas-por-farinha-e-gasolina.shtml>>. Acesso em: 17/05/2023.

<sup>56</sup> Pela FSP, disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/coronavirus-10-sinais-de-esperanca-sobre-a-epidemia-da-covid-19.shtml>>. Acesso em: 17/05/2023. Pela BBC, disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52255172>>. Acesso em: 17/05/2023.

À princípio, nossa intenção foi/é outra: demonstrar a constituição de agendamento em torno da (hidroxi)cloroquina; e, nele, um enunciado atravessado ao longo da cadeia de intertextualidades que a cobertura midiática articula - pela controvérsia quanto à proposta do *tratamento precoce*; mas, também, por acontecimentos que **não** estão diretamente vinculados à pandemia de Covid-19 e nem à endemia de malária no Brasil ou em outros países.

Embora interconectando o objeto (hidroxi)cloroquina com enunciados diretamente vinculados no/pelos discursos aos eventos de um mesmo contexto situacional, e que envolve *tratamento precoce* e pandemia como “continuidade” de uma regularidade acontecimental e lógica de interpretação sobre a realidade, há rupturas (Foucault, 2008a, 1996) pelo uso daquele enunciado central reiterado entre diversos discursos e seus objetos. Assim, rompe-se com a linearidade temporal sincrônica (Ricouer, 2020c; Koselleck, 2014) na atualização jornalística (Franciscato, 2003) e a realidade vai sendo discursivamente construída.

Pelos exemplos dispostos acima, foi possível verificar que, em simples alusão à pessoa que atuou diretamente na defesa do *tratamento precoce*, tal enunciado central é reiterado. Desloca-se a ênfase de outras ações do sujeito, ainda que no tempo presente, àquelas pretéritas.

Mais que ações separadas pelo espaço-tempo, caracteriza-se condutas de sujeitos por aí. Em reforço à memória, serão, nos termos que a FSP busca reproduzir nas redes informacionais, por exemplo: Maíra Azevedo, a “capitã cloroquina”. Imaginemos como isso ocorre sutilmente...

À medida que o jornal Folha de São Paulo continua reiterando o enunciado de (in)eficácia da (hidroxi)cloroquina em relação à Covid-19, talvez possamos verificar como os processos de contextualização jornalística articulam diferentes objetos e correlatos em torno do posicionamento midiático constituído nos atravessamentos espaço-temporais via enunciados.

Pelo *corpus*, é válido especular teoricamente uma consciência histórica do Grupo Folha.

Contudo, se estiver agindo pela presunção de mediar vozes nos discursos, a FSP precisaria colocar em perspectivas as iniciativas científicas e institucionais pelas quais os modelos biomédicos e hospitalocêntricos não dão conta frente aos desafios para fortalecimento do SUS e processos de determinação social em saúde, que constituem os modos pelos quais os sujeitos poderão adotar pelos cuidados de si e dos outros. Isso ocorre? Se sim, como? Não há?

Por isso, vale lembrar que o que é mantido oculto diz sobre um enunciadador/ocultador (Fiorin, 2016). Ao longo dos últimos anos, a cloroquina vem apresentando resultados pouco eficazes contra a resistência imunológica humana ao *Plasmodium*, agente causal da malária. Verificamos que a FSP não dá a mesma atenção a essa questão de “eficácia”.

Ok, ponderamos as circunstâncias de emergência de saúde da atual pandemia. Entretanto, ao longo de décadas, a malária continua sendo causa de óbitos no Brasil e em todo

o mundo, principalmente em países marcados por pobreza e iniquidades sociais; e, paradoxalmente, é negligenciada. No capítulo 3, aprofundaremos isso com dados e discussões.

Por agora, agências discursivas diferentes sobre a eficácia farmacológica de um mesmo medicamento nos indicam diferentes critérios de relevância jornalística. Como também sugere configurações de verdade pela força de enunciação relacionada às temporalidades dos fatos.

## 2. 2 A historicidade comunicacional de uma controvérsia como horizonte de pesquisa

Quando a ciência/saúde e instituições têm legitimidade questionada no crivo da verdade dos objetos de orientações e procedimentos, há intercambialidades de seus domínios às práticas discursivas de outros campos científicos e institucionais. Domínios que se associam na disputa.

O objeto intersecciona à comunicação/jornalismo nos discursos do risco, com especificidades ao “tipo de historicidade”, “relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas” (Foucault, 2008a, p. 186). Como a historicidade pode se tornar categoria empírica pela discursividade de fenômenos nestas disputas pelo valor de verdade?

As relações entre história e interface de comunicação e saúde (Araújo e Cardoso, 2014) se torna aposta nessa empreitada. Aliás, tripla interface: comunicação, história & saúde.

Em primeiro momento, parece estranho se falar numa interface *comunicação & história*. Mais ainda em relação à *saúde coletiva*. Observar o percurso que outros pesquisadores têm feito, à princípio de comunicação e história, se torna mandatório. Até que possamos colocar em perspectivas um objeto comum à saúde coletiva na tripla interface pela qual proponho aqui.

Vamos por parte(s). Em comum, entre a comunicação e a história, está a análise de contextos enquanto marcas de historicidades. Mas requer cuidados. “Não se trata de transformar os estudos de comunicação em estudos históricos, porém de acrescentar a perspectiva da historicidade aos estudos de comunicação”, adverte a professora Marialva Barbosa (2019, p. 29), que fala sobre “História da comunicação no Brasil: um balanço historiográfico”.

Em suas análises, Barbosa (2019, p. 31) destaca a proeminência de um grupo de estudos historiográficos que estão impregnados com certo equívoco: “os que dão ênfase ao contexto histórico e veem os meios de comunicação como espécie de apêndice desse contexto mais amplo em uma perspectiva linear”. Neste caso, a comunicação vira “instrumento” da história.

É como se fôssemos estudar o desenvolvimento do *tratamento precoce* no Brasil tomando jornais como “fontes” que representam a realidade sem elaborarmos questões implicadas na construção de sentidos nestes jornais, inclusive em sua dimensão linguística.

Daí a importância do contexto como categoria empírica que demanda especificidades

operatórias. Não à toa, Igor Sacramento (2019, p. 106) frisa que o contexto “está sempre-já lá, no texto”. Ele aponta o dialogismo de Bakhtin e Círculo como fundante ao seu argumento.

Sacramento (2019) aprofunda a dimensão social da linguagem a partir de Bakhtin. Entre espectros e camadas de sua apresentação da noção de contexto, o vislumbamento de uma perspectiva antropológica do dialogismo é alinhada às proposições de Tzvetan Todorov.

Em diálogo com Beth Brait e Muniz Sodré, Sacramento vê abordagens fundamentais para compreensão dos interdiscursos que constituem sujeitos na História. Em Brait, se trata de “sujeitos historicamente situados”; com Sodré (2019), a busca do “comum”.

Mas, atenção: não se trata de compreender os sentidos do mundo da vida de forma essencializadora – tentar interpretar os fenômenos a partir do que um sujeito atribui às experiências vividas, suas e dos outros, de forma isolada. A singularidade não se dissocia da alteridade – e nem essa é a proposta de Sacramento. Muito pelo contrário.

O princípio da alteridade constitutiva das interações sociais/verbais é resgatado por Sacramento em recorrência à Bakhtin. Sobretudo, do sujeito como parte de uma comunidade.

O dialogismo é a condição linguística/ontológica deste eu-tu como referência do *self*.

Por um lado, evita-se a centralização no sujeito em si mesmo; por outro, também busca-se esquivar de uma generalização pela cultura - algo que o próprio Bakhtin reprovava, como assim escreveu em *Para uma filosofia do ato responsável* (2020, p. 90): “Não é no contexto da cultura que uma afirmação emotivo-volitivo adquire o seu tom; toda a cultura na sua totalidade vem integrada no contexto unitário e singular da vida do qual eu participo”. É relação dialética.

“Nesse sentido, não apenas o indivíduo está em diálogo com a comunidade, mas, como parte do intertexto da comunidade, o indivíduo tem uma responsabilidade para com ela”, reforça Sacramento (2019, p. 100). Mais à frente, falaremos sobre a dimensão ética deste vínculo.

Por agora, ao que especificamente nos interessa, Sacramento aponta que muitos estudos brasileiros partem desta premissa dialógica. O seu, inclusive, sugeriu a existência de uma *biografia comunicacional* – tecida entre um sujeito e comunidades mediadas pela TV.

Quando realizei minha tese de doutorado (Sacramento, 2012), a minha preocupação inicial era explicar como Dias Gomes, um artista ligado ao comunismo, se tornou um dos principais novelistas da *TV Globo* em um contexto de ditadura militar, aquilo me parecia um enorme paradoxo. Ao colocar essa questão no âmbito do dialogismo, o que passou a ser importante era como um conjunto de enunciados foi produzido por Dias Gomes (suas obras, textos, ensaios, artigos) e sobre ele e sua obra (reportagens, resenhas, comentários) participava dos processos de construção da própria imagem pública de Dias Gomes ao longo do tempo como uma *entidade semialheia*, ao mesmo tempo em que é Dias Gomes para ele mesmo. É por ele incontrolável. O que me pareceu também importante é observar esse conjunto de textos como vivos, interpretá-los como parte de um sistema de

comunicação valorativo que produziu sentidos sobre Dias Gomes e lhe inferiu como parte de diferentes grupos sociais (ou comunidades, na acepção de Bakhtin) diversas obrigações morais (no campo da política e da indústria cultural) em diferentes contextos e épocas. O princípio básico do dialogismo estava presente: a interação radical entre o eu e o outro faz do eu ser outro até para o próprio eu. Então, eu ainda mostrei mudanças de Dias Gomes como ato social que se individualiza em um sujeito. Esse processo – de superpovoamento das intenções e ações próprias – é fundamental à abordagem histórica no âmbito do dialogismo (Sacramento, 2019, p. 100-101).

Destaca-se o contexto sendo articulado a partir dos discursos que são entrelaçados no pacto de audiência mediado pela TV. Esse contexto avilta várias questões. Mas o nosso olhar está na relação entre textos e elementos intra e extralinguísticos que, para Sacramento (2019, p. 101-102), constituiu uma problemática a partir de Dias Gomes, situada espaço-temporalmente, mas não limitada pela mera descrição factual cronológica – “era o jogo comunicativo entre o que ele escrevia (obras, sobre si e sobre sua obra) e o que era escrito sobre ele e sobre sua obra”.

Por fim, Sacramento (2019, p.106-107) enfatiza que a relação entre textos e contextos demanda um olhar “de dentro para fora”, além daquele focalizado de “fora para dentro”; e que também “é preciso investigar os outros textos presentes em um determinado texto ou conjunto de textos específicos”. Através deles, dos textos, vemos sujeitos implicados na/pela história.

Assim, pensemos sobre esse sujeito implicado via textos, na escrita da história. Não que haja neutralidade a ser preservada, ou cairíamos nos mitos de isenção e imparcialidade de que se valeram algumas correntes do jornalismo [veremos isso mais à frente]. Idem à historiografia.

Proficuamente, Michel de Certeau (2022, p. 47-64) fala de “um lugar social” em que se encontram profissionais da historiografia, por exemplo. “É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”, aponta Certeau (2022, p. 47).

Os jornalistas e historiadores logo apresentam a peça-chave para mitigar arbitrariedades incidentes ao olhar e, portanto, ao modo de tornar visível/enunciável objetos de sua prática: a objetividade. Ela garantiria a proteção de uma “verdade”? Na pandemia de Covid-19, a objetividade foi suficiente para pleitear uma “justa” representatividade de sujeitos na imprensa?

À ciência, a falseabilidade é premissa defendida por Karl Popper (cf. 2013, p. 91-91). No livro *Cloroquination*, de Pinheiro e Emery, do jornalismo e das ciências farmacêuticas, respectivamente, trazem uma preocupação justificável: a incredulidade das pessoas quanto às evidências científicas referentes às pesquisas e intervenções de saúde durante a pandemia.

Primeiro, dizem os autores (2022, p. 115): “Uma das principais características do método científico que valida uma hipótese, como a ação de um medicamento, é a falseabilidade – o fato de que há instrumentos para testar e desmentir tal hipótese”. Vide Lautour (2000).

Em contrapartida, sinalizam a oferta milagrosa do *tratamento precoce*, ideado no (referenciado pelos autores como) “pensamento mágico” – em meio à vacinação em curso no país, no ano de 2022. “Para sustentar tal conceito, criamos correlações entre acontecimentos – algo bem diferente da relação de causa e efeito”, explicam Pinheiro e Emery (2022, p. 117).

Aí há algo que os autores (2022, p. 117) falam sobre a manipulação desinformativa: “O contexto é um prato cheio para o pensamento mágico”. Isto é, basta ser contraditado(a) que alguém alega também ter algum enunciado seu “descontextualizado”. Ora, mas se a intenção é denunciar o outro como suposto manipulador retórico, onde está a contrapartida factual?

O que Certeau problematiza, obviamente em outro contexto que não o de pós-verdade abordado por Pinheiro e Emery, é essa pretensão de neutralidade a ser firmada objetivamente. Pretensão esta que também é avocada pela ciência, inclusive ao campo da saúde coletiva.

Todavia, descrever a realidade é assumir viéses. Colocar em discurso procedimentos desta apreensão cognoscente é modo de permitir a falseabilidade de prova como contrapartida.

Ainda assim, especificamente à história, para aquele autor francês, os historiadores podem ser passíveis de suas próprias *impurezas* em relação ao objeto pelo qual se debruçam para estudar. Afinal, não há como separar sujeito e o objeto de sua apreensão cognoscente.

Certeau (2022, p. 48) lembra das tentativas de Raymond Aron, Escola de Annales, na França, para exortar os próprios historiadores sobre a influência subjetiva de cada um(a) na análise de “fatos históricos”, como “escolhas” anteriores à própria observação e que “não são nem mesmo “verificáveis”, mas apenas “falsificáveis” graças a um exame crítico”.

Segundo Certeau (2022, p. 49), “R. Aron estabeleceu um estatuto reservado tanto para o reinado das ideias quanto para o reino dos intelectuais”, à despeito da busca deste em promover uma “relatividade histórica”. As relações subjetivas continuam implicadas no objeto.

Os trabalhos mais notáveis parecem, ainda hoje, deslizar-se dificilmente da posição vigorosa que R. Aron tomou, substituindo o privilégio silencioso de um lugar por aquele outro, triunfante e discutível, de um *produto*. Ainda que Michel Foucault negue toda referência à subjetividade e ao “pensamento” de um autor, supunha ainda, nos seus primeiros livros, a autonomia do lugar teórico onde se desenvolvem, no seu “relato”, as leis segundo as quais os discursos científicos se formam e se combinam em sistemas globais. *A Arqueologia do Saber* (1969), sob esse ponto de vista, marca uma ruptura, introduzindo ao mesmo tempo as técnicas de uma disciplina e os conflitos sociais no exame de uma estrutura epistemológica, a da história (e isso não é por acaso). Da mesma forma, quando Paul Veyne termina de destruir na história o que a passagem de R. Aron havia lhe deixado de “ciência causal”, quando nele a fragmentação dos sistemas interpretativos em uma poeira de percepções e decisões pessoais não deixa mais substituir, como fato de referência, senão o prazer do historiador, bem parece permanecer intacto o pressuposto de que, desde a década de 1938, negava implicitamente toda a pertinência epistemológica ao exame da função social exercida pela história,

pelo grupo dos historiadores (e, mais genericamente, pelos intelectuais), pelas práticas e pelas leis desse grupo, por sua intervenção no jogo das forças públicas (Certeau, 2019, p. 51-52).

O sujeito e a verdade se entrelam no objeto cognoscente pelo qual se busca essa verdade. Observamos como a relação entre sujeito e objeto cognoscente é mediada por um “comum” entre pesquisador e seu campo, isto é, através da textualização historicista. Com subjetividades.

A historicidade textualizada projeta no discurso os sujeitos de quem se fala, mas também o narrador e o autor do texto sobre quem/o que se fala. Numa prática discursiva pela qual se reflete/refrata práticas sociais (por exemplo, da ciência e do jornalismo), a historicidade traz marcas destes sujeitos em relação à história, de que vive e dela também “fala”.

Barbosa e Rêgo (2017, p. s/n) advertem, a partir de Koselleck, que “a historicidade tem como intuito assinalar a essência do histórico como o também do lugar da pesquisa histórica”. Com metodologia. “Ela livra o historiador da acusação de uma suposta subjetividade, da qual ele nunca escaparia, já que a “história” ultrapassa constantemente tanto o historiador quanto a ciência da história” (Koselleck, 2014, p. 279 *apud* Barbosa e Rêgo, 2017, s/n).

O discurso referente ao contexto repousa sob duas questões: “a verdade da ciência, em nosso caso da história, e o método e apuração e construção discursiva do próprio contexto, que influenciará diretamente na percepção do pesquisador e na narrativa que se constituirá ao final da investigação empírica ou da operação historiográfica” (Barbosa e Rêgo, 2017, p. s/n).

E é no *modus operandi* desta empreitada historiográfica que a pretensa objetividade pode se constituir e legitimar-se. “São os artificios de constituição da compreensão, mobilizados e transformados em narrativas, que o tornaram ou não, um contexto válido para o acontecimento analisado no ambiente histórico”, avaliam Barbosa e Rêgo (2017, p. s/n).

Portanto, se para a historiografia a construção de “contextos” assume viéses, não seria diferente ao jornalismo. A articulação de elementos textuais parte do princípio de que a compreensão desse quadro semiológico construído tem efeitos. Logo, a produção textual, enquanto método/*práxis* para contextualizar um sujeito na história, é demarcada no discurso. Pelo texto-contexto, identificamos como este fazer ver sujeitos implica ação de quem o faz.

### **2. 3 Do texto ao contexto, do contexto ao texto [texto>contexto>texto]**

Um texto clássico de dois pesquisadores norte-americanos, Richard Bauman e Charles Briggs, nos ajuda a começar essa seção retomando o que discutimos anteriormente em relação à contextualização para a pesquisa historiográfica – inclusive, aqueles da comunicação que se aventuram à análise da historicidade de objetos em investigação, mesmo em interface à saúde.

“Poética e performance como perspectivas críticas sobre linguagem e vida social” – esse é o título do texto, escrito em 1990 e traduzido para a língua portuguesa no ano de 2006 pela *Revista de Antropologia Ilha*. Os autores vêm da Linguística Pragmática, sobretudo de contribuições de Ludwig Wittgenstein e John Austin (principalmente este), para compreender os usos da linguagem enquanto ação no mundo. Mais à frente, veremos aqui como dialogam com Bakhtin. Esta linha empírica pode nos ajudar a ver o trabalho do jornalismo como ação.

Para Bauman e Briggs (2006, p. 193), “Um movimento crucial no estabelecimento da abordagem da performance foi a mudança dos estudos de texto para a análise da emergência dos textos em contexto”. O reconhecimento das *situações/eventos totais de fala*, na perspectiva austiniana, e hibridizações de gêneros discursivos têm em comum não somente a valorização das interações dos sujeitos por si, mas da própria ontologia do *ser-no-mundo* (Heidegger, 2022).

As situações totais de fala, para Austin, envolvem disposições contextuais pelas quais um ato de fala performativo adquire um *status* de sucesso: prometido linguisticamente, ele pode se concretizar em ação linguística-extralinguística, conforme contextos reconhecidos para tal.

O contexto é bem determinante à atribuição de sentidos da realidade por elementos extralinguísticos (I); ou o texto, *por si-mesmo*, convoca emergência de contextos possíveis (II).

Para Jacques Fontanille (2019, p. 93), que parte de uma *semiótica do discurso*, “a noção de contexto é uma invenção que só é necessária quando se adota o ponto de vista do texto, invenção da qual se pode prescindir se se escolhe o ponto de vista do discurso” – nosso caso.

Contudo, frise-se que o próprio Fontanille (2019, p. 94) reconhece que “A problemática é, evidentemente, de uma outra amplitude, não se limitando à questão de uma mera “adição” do contexto ao texto”. Segundo o autor, é na “organização plural e polifônica da enunciação”, pela qual a heterogeneidade manifesta, que o mundo faz-se em significação. Além do texto.

Mas ele aponta a noção de *afêrência*, de François Rastier, para justificar que “a significação não reside exclusivamente sobre elementos verbais”. Vejamos com Fontanille.

Imaginemos um semioticista que se empenha em analisar um conversa. Se ele adota o ponto de vista do texto, ele vai, para começar, escolher limites para as expressões que vai considerar e proceder à segmentação. Por exemplo: seu “texto” será constituído do conjunto de enunciados linguísticos; a busca das significações desses enunciados o conduzirá rapidamente a acrescentar informações de tipo mimético-gestual e de tipo entonativo, provenientes do que ele chamará de contexto *paralinguístico*. No entanto, se ele quer dotar os atos de linguagem de toda a sua amplitude ao invés de apagá-lo progressivamente, ele deverá explorar as relações institucionais e sociais entre os parceiros da interação e, por que não, levar em conta, por fim, a história de suas relações, de suas culturas respectivas etc. É, então, o *contexto sociocultural* que é solicitado.

Em contrapartida, se o semioticista adota o ponto de vista do discurso, ele

começará, a partir de um conjunto de expressões não delimitadas e por meio do intercâmbio conversacional sobre os objetivos ou expectativas desse intercâmbio e sobre os papéis desempenhados por cada um de seus parceiros. Somente em seguida ele buscará as expressões correspondentes sem se impor nenhum limite de gênero ou tipo de significante. Somente ao final de sua análise é que ele poderá fixar o limite de seus corpus, que terá, então, a forma de uma *situação semiótica* que compreende as diferentes expressões linguísticas, mímico-gestuais, espaciais, institucionais e culturais. Em nenhum momento de sua empreitada – já que ele não terá arbitrariamente fixado os limites de um texto –, tal semioticista terá feito apelo a um contexto. Ele terá, ao contrário, construído o discurso (aqui, a situação semiótica) como um todo significante, emprestando expressões de diversos tipos de significantes (Fontanille, 2019, p. 92-93).

Todavia, e aprofundaremos aqui, o discurso, na perspectiva bakhtiniana (Brait, 2010, 2012), tem em comum a dialogicidade, embora se manifeste diversamente nos/pelos textos.

“Ao tratar, em seus escritos, do texto como objeto das ciências humanas, Bakhtin aponta já as duas diferentes concepções do princípio dialógico, a do diálogo entre interlocutores e a do diálogo entre discursos, pois considera que nas ciências humanas o objeto e o método são dialógicos”, explica Diana de Barros (2015, p. 26). A dialogia assume diversas faces no mundo.

A própria concepção de intertextualidade “implica uma ênfase sobre a heterogeneidade dos textos e um modo de análise que ressalta os elementos e as linhas diversos e frequentemente contraditórios que contribuem para compor um texto”, sinaliza Fairclough (2019, p. 143). Então, de quais especificidades de texto falamos? Vejamos numa perspectiva bakhtiniana.

Quanto ao objeto, texto define-se como:

- a) objeto significante ou de significação, isto é, o texto significa;
- b) produto da criação ideológica ou de uma enunciação, com tudo o que aí está subentendido: contexto histórico, social, cultural etc (em outras palavras, o texto não existe fora da sociedade, só existe nela e para ela e não pode ser reduzido à sua materialidade linguística [empirismo objetivo] ou dissolvido nos estados psíquicos daqueles que o produzem ou o interpretam [empirismo subjetivo]);
- c) dialógico: já como consequência das duas características anteriores, o texto é, para o autor, constitutivamente dialógico; define-se pelo diálogo entre os interlocutores e pelo diálogo com outros textos;
- d) único, não reproduzível: os traços mencionados fazem do texto um objeto único, não reiterável ou repetível (Barros, 2015, p. 27).

O contexto é ele mesmo um conjunto de textos (Lacpra, 1983, p. 1983, p. 95 *apud* Sacramento, 2019, p. 91). Isto se deve à dialogicidade como princípio fundante da relação social pelo qual os textos, em suas materialidades, articulam e por eles é articulada.

Mas há este desafio de identificarmos heterogeneidades semióticas que compõem um ‘todo de sentido’, pela *dialogicidade interna do discurso* (cf. Bakhtin, 2014, p. 85-133). Segundo Barros (2015) e Renata Marchezan e (2023), a simplificação da teoria discursiva do Círculo de Bakhtin ocorre pela da redução da comunicação à expressão humana fonológica.

As configurações de funções da linguagem propostas por Roman Jakobson nos permitiram superar as teorias mecanicistas da informação que explodiram na década de 1950. “Bakhtin insiste enormemente na questão da variação linguística, funcional, discursiva, facetas da heterologia ou pluridiscursividade, que para ele caracterizam os discursos”, frisa Barros (2015, p. 30). Cabe ao analista reunir elementos deste ‘todo’ semiótico, mesmo exegeticamente.

## **2. 4 Da dialogicidade bakhtiniana à pragmática: um olhar panorâmico ao contexto**

Ok, o uso da linguagem é ação social no mundo. Agora... “Dizer que o uso da linguagem é uma ação social é, no entanto, muito mais fácil do que desenvolver perspectivas que possam identificar e explicar a natureza deste dinamismo”, sinalizam Bauman e Briggs (2006, p. 187).

À princípio, os autores explicam que a ênfase nos atos de fala conversacionais tiveram grande fôlego entre os anos 1970 e 1980. Esta reorientação encaixou-se bem com a crescente preocupação de muitos lingüistas com o significado indicial (em contraponto ao meramente referencial ou simbólico), com o discurso em sua ocorrência espontânea, e com o pressuposto que a fala é heterogênea e multifuncional (Bauman e Briggs, 2006, p. 187).

Apontam, inclusive, que a ênfase se infiltrou nos próprios estudos da pragmática: o formalismo linguístico passou a ser predominante. John Searl (2002), por exemplo, é um pesquisador estadunidense conhecido por ter levado a fundo o projeto de converter propostas de Austin ao rigor semântico – classificar enunciados “padrão” de ações convencionadas.

Até que possamos entender que “acusação” de formalismo semântico é essa atribuída à Searl, vejamos a proposta inicial de Austin, que prevê [embora revise a própria teoria ao longo da sua trajetória (cf. Rajagopalan, 2010, p.19; Souza Filho, 1990, p. 7-17)] as seguintes modalidades de atos de fala: locucionários, ilocucionários e perlocucionários.

Descrevi a teoria de Austin em outro trabalho (Santos, 2022) tomando como objeto a relação entre CFM e médicos no contexto da pandemia de Covid-19. Talvez seja oportuno fazermos essa exposição na íntegra. Retornaremos a esta teoria mais à frente, na pesquisa, buscando localizar a prática jornalística em relação à busca da verdade como performance.

Sobre os locucionários, diz Austin (1990, p. 95): “equivale, a grosso modo, a proferir determinada sentença com determinado sentido e referência, o que, por sua vez, equivale, a grosso modo, "significado" no sentido tradicional do termo”. Ou seja, quando relacionamos a sintaxe e a semântica para representar um objeto/evento – por exemplo, quando constatamos que “os presidentes do CFM e da república estão juntos na mesma foto” e a nossa intenção é apenas descrever o que vemos por imagem numa matéria do JFSP [focaríamos nosso olhar nos aspectos indiciais de secundidade, se recorrêssemos a Peirce, inclusive]; a intenção seria apenas constatativa. “Em segundo lugar dissemos que também realizamos atos ilocucionários tais como informar, ordenar,

prevenir, avisar, comprometer-se, etc., isto é, proferimentos que têm uma certa força (convencional)”, segue Austin (1990, p. 95) em sua explanação, agora sobre os atos ilocucionários. Compreende a relação entre o proferimento de uma sentença e as ações correspondentes à tal sentença. Imaginemos a situação hipotética: um representante público quer demonstrar responsabilidade e posicionamento exemplares numa pandemia e, em um posto de saúde, protagoniza uma transmissão de vídeo na internet; ao se posicionar fisicamente na sala de enfermagem, diz “acredito na ciência e tomo esta vacina prevenindo-me de adoecer por Covid-19”, no mesmo instante que se permite e recebe a vacina contra a Covid-19. Obviamente que não estou fazendo julgamento moral a este representante público a partir da minha perspectiva, que seria individual, e sim, relacionando o conteúdo da fala, as condições de enunciação em que a fala se realiza e o curso de ações - numa articulação entre a convenção socialmente contextualizada, coletiva, e o que de fato se efetiva enquanto acontecimento. Especificamente, se realiza o que se fala. Na sequência, completa Austin (1990, p. 95): “Em terceiro lugar, também podemos realizar atos perlocucionários, os quais produzimos porque dizemos algo, tais como convencer, persuadir, impedir ou, mesmo, surpreender ou confundir”. Basicamente, o ato perlocucionário produz efeitos ao interlocutor. Ainda no mesmo exemplo, o representante público pode simplesmente realizar a ação que enuncia; mas, ao buscar persuadir os cidadãos a seguirem sua conduta a partir da ação significativamente empenhada, há efeitos performáticos esperados e possivelmente realizados, quando então o referido sujeito diria: “acredito na ciência e tomo esta vacina prevenindo-me de adoecer por Covid-19, pois foi produzida por instituições centenárias confiáveis, que são as mesmas que produziram outras vacinas que você sempre tomou” [efeito esperado: alteridade, construção de identidade e confiança] (Santos, 2022, p. 133).

Posteriormente, Austin percebe que atos performativos não precisam necessariamente de um contexto imediato para que tenha efeitos. Daí malogra a busca pelo rigor formal de expressões que tenham efeitos proporcionais ao contexto imediato.

Bauman e Briggs (2006) apontam que a ênfase do formalismo se infiltrou nos próprios estudos da pragmática, cujo objetivo era classificar quais as sentenças proferidas pelos sujeitos poderiam melhor determinar as ações que lhes fossem correspondentes, reduzindo assimetrias entre o que se fala e as convenções sociais instituídas enquanto “contextos de sucesso” para tal.

Outro pesquisador estadunidense, Stephen C. Levinson (2020, p. 302), também da pragmática, é categórico: “Em geral, a teoria dos atos de fala de Searl é simplesmente a de Austin, sistematizada e em parte enrijecida”. Em nota de rodapé (número 9) desta mesma página, Levinson é ainda mais incisivo: “Em geral, recomenda-se que os estudantes retornem ao tratamento frequentemente mais sutil que Austin dá a essas questões”<sup>57</sup>. No sentido de que até o próprio Austin compreendeu suas dificuldades para essa empreitada formalista.

“Silverstein (229) sugere que a teoria do ato de fala, em última instância, retorna ao mesmo reducionismo referencial que condena”, afirmam Bauman e Briggs (2006, p. 191), em

---

<sup>57</sup> Os embates entre Derrida e Searl, a partir de Austin, se estenderam por décadas – ver Derrida (1990).

concordância a aquele autor. Posteriormente, os pormenores se especificam ainda mais no que tange aos processos de conversação – uma das bases da etnometodologia [embora, não só...].

Até que os autores trazem um estudo de conversação embasado na perspectiva discursiva de Bakhtin e Volóchinov para reforçar o argumento de que a centralidade do formalismo linguístico predomina em relação às outras possibilidades de se explorar as potências da linguagem, o de J Hill<sup>58</sup>, “ao argumentar que as alternâncias de código podem intensificar a atenção para com as linguagens e variações em competição, de tal forma que identidades, relações sociais e a constituição da comunidade em si são abertas à negociação”. A crítica se dirige a alguns bakhtinianos; não necessariamente à Bakhtin. Com razão.

Bauman e Briggs (2006, p. 193) também menciona a perspectiva bakhtiniana, agora quanto às configurações dos gêneros discursivos enquanto materialidade da relação dialética entre discurso e atividades humanas específicas – que, para estes autores, “tem um papel na configuração da força ilocucionária”. “Estes trabalhos sugerem que gêneros são muito mais do que conjuntos isolados e auto-contidos de traços formais”, completam Bauman e Briggs (2006, p. 193). Lembremos que gênero é, para Bakhtin, uma das possibilidades de encontrarmos formas relativamente estáveis de atividades humanas pelas quais discursos são orientados.

À frente, “o trabalho pioneiro de Bakhtin” é destacado pelos autores no que tange à proposta desse linguista em descrever as hibridizações entre gêneros negociadas pelos sujeitos.

O conceito ampliado de dialogismo de Bakhtin está aí implicado. “A força ilocucionária de uma enunciação emerge não somente de sua localização dentro de um gênero e lugar social em particular, mas também das relações indiciais entre a performance e sucedem outros eventos de fala que a precedem e sucedem”, chamam a atenção Bauman e Briggs (2006, p. 193).

Pragmáticos, os autores estão focados nos usos específicos da linguagem para avaliar a relação entre atos ilocucionários e suas concretizações para além desse imediatismo contextual. Debateremos sobre essa premissa em outro momento (Santos, 2022, p. 136-139), especificamente para tratar de responsabilidades do CFM e médicos pelos usos discursivos sobre o uso clínico da (hidroxi)cloroquina, quando contextos eram retoricamente criados.

O que objetivamos, desde então, não é buscar as “verdades” sobre o *tratamento precoce* à Covid-19 no Brasil na relação entre atos de fala e efeitos performáticos. Embora este seja um recorte específico, extravasamos a dimensão do objeto empírico, a partir de então, para refletir como a dimensão discursiva centrada entre perspectivas dialógica/bakhtiniana e pragmática nos ajudaria a observar continuidades e rupturas entre atos de fala e as ações no curso da história.

---

<sup>58</sup> Hill, J. 1985. The grammar of consciousness and the consciousness of grammar. *Am. Ethnol.* 12:725-37

Faz-se necessário uso do *bom senso* empírico entre as abordagens numa tríplice e mútua interface de comunicação, história e saúde, até para tentarmos algumas convergências teóricas. No caso, as interações entre abordagens pragmática e bakhtiniana são possíveis? Se sim, como?

“Em que medida Bakhtin foi um pragmático?; b) Que princípios da teoria bakhtiniana dialogam com os pressupostos da Pragmática?” – por estas perguntas, João Batista Costa Gonçalves e Benedita França Sipriano (2013, p. 154-155) iniciam um texto cujo título é bem elucidativo: “Enunciação e interação: diálogo entre a teoria bakhtiniana e a Pragmática”.

Três argumentos são apresentados pelos autores a partir de uma cuidadosa revisão conceitual entre as abordagens. Primeiro: “A enunciação pressupõe um contexto que envolve desde a situação linguística até o contexto social, ou seja, uma série de fatores pragmáticos são constitutivos da linguagem” (Gonçalves e Sipriano, 2013, p. 161).

Segundo: “Wittgenstein (1999) também pensa a linguagem a partir de sua historicidade e como uma atividade de interação (...), uma atividade humana, que se efetiva nos mais diversos contextos de ação” (Gonçalves e Sipriano, 2013, p. 161).

E, em suas considerações, os autores destacam algo que, embora não se referindo à Michel Foucault (2019), este enfaticamente defendeu, em *As Palavras e as Coisas*: a crise de um *regime de representatação* que a Modernidade tentou sustentar a partir da equivocada noção de que a linguagem seria *reflexo* do real (França, 2004), conforme vimos no capítulo 1.

Assim, Gonçalves e Sipriano (2013, p. 163) colocam, por meio dos diálogos conceituais entre Bakhtin, Wittgenstein e Austin, uma premissa fundamental: “para esses autores, o sentido das palavras não reside nelas, nem na consciência individual do falante, pois é construído nas mais diversas situações de uso da linguagem”. A construção de sentido se dá em uso concreto.

Para Ribeiro, Martins e Antunes (2017, s/n), o que Foucault aponta na distinção entre as palavras e as coisas é “justamente o que estabiliza o discurso em seu contexto referente”. Entretanto, essa plasticidade tem, no atual momento histórico de pós-verdade, um grande risco: a instabilização do discurso provocada pelo descolamento contextual de seus significantes.

## **2. 5 Do contexto à contextualização**

Dado o excesso do formalismo via texto ou a determinação coercitiva do contexto em muitos estudos, alguns pesquisadores tentaram mudar a rota. Bauman e Briggs (2006, p. 198) avaliam que “um número de estudos recentes sugere que pesquisadores estão deslocando o foco para além do contexto, em sua concepção em termos normativos”. O destino final continua sendo a produção social dos sentidos. Os meios para isso são o que muda. E há contrapartidas...

Judith Butler (2021) e Shoshana Felman (2022) são exemplos desse desvio. O corpo é, por si, fala – em si, significante em ação no mundo; agente de uma “política do performativo”. Especificamente nos termos de Butler, ela justifica (Butler, 2021, p. 260): “Os performativos nem sempre podem ser vinculados ao momento do seu enunciado, mas carregam o traço mnemônico do corpo na força que exercem”. Este momento não está preso a um espaço-tempo.

Talvez, por isso, Bauman e Briggs vejam neste movimento [não apenas destas autoras, mas em outras correntes] uma *metacomunicação* ou uma *metapragmática da linguagem*; logo, “‘texto’, ‘contexto’ e a distinção entre eles estão sendo redefinidos” (Bauman e Briggs, 2006, p. 199). Foquemos na materialidade do discurso pela corporalidade e veremos tal deslocamento espaço-temporal da linguagem-ação; embora isso ocorra em outras modalidades.

A partir de uma revisão de literatura, Bauman e Briggs chegam à conclusão de que tem havido um movimento do foco de análises feitas por muitos pesquisadores: do contexto para a contextualização. Ou seja, a delimitação texto-evento não seria arbitrada somente por fora.

“Eles argumentam que contextos comunicativos não são ditados pelo cenário social e físico, mas emergem de negociações entre os participantes das interações sociais (...) em direção a uma visão de performatividade centrada no agente”, dizem Bauman e Briggs (2006, p. 200).

Os autores apontam pistas. Primeiro, pelos processos de autoavaliação feita pelo sujeito, que antecipa respostas de ‘um outro’ em relação às suas manifestações (diversas!) em linguagens. Segundo, pela predominância de estudos que observam as meta-narrativas: “esses dispositivos que comentam sobre o narrador, o narrar e a narrativa enquanto mensagem e código” (Babcock, 1977, p. 67 *apud* Bauman e Briggs, 2006, p. 201). Esta é a dimensão emotivo-volitiva/axiológica que o Círculo de Bakhtin também propôs. Com seguidores...

Jacqueline Authier-Revuz traz o *sujeito* ao centro do debate: sobre o sujeito produzido no discurso e o lugar produzido para o sujeito no discurso. Também dialogamos com Butler (2020), considerando que a autora se empenha para ir além da noção de *assujettissement* tratada por Foucault, pelas contribuições da psicologia – principalmente de Freud e Lacan.

O texto de Authier-Revuz, escrito no mesmo ano em que Bauman e Briggs publicaram esse com o qual dialogamos, foi traduzido pelo Caderno de Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1990. Se tornou um clássico.

A autora propõe o que chama de heterogeneidade constitutiva do sujeito e seu discurso: “de um lado, nos trabalhos que tomam o discurso como produto de interdiscursos ou, em outras palavras, a problemática do dialogismo bakhtiniano, de outro lado, apoiar-me-ei na abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem permitida por Freud e sua releitura por Lacan”, explica Authier-Revuz (1990, p. 26) [em Volóchinov (2019, p. 59-108), ver *O Freudismo*].

A autora aponta estratégias discursivas que demarcam reconhecimento do sujeito em relação ao que um outro possa pensar, como a antecipação de prováveis lacunas para que este interlocutor tenha competência e recursos linguísticos de produção de sentidos pela sua fala etc.

Authier-Revuz reconhece em Michel Foucault e Louis Althusser que esta produção de sentidos revela uma relação dialética interior-exterior complexa pela qual se constitui o sujeito, indivíduo, e a sociedade, enquanto comunidade – vimos acima com Bakhtin.

Logo, busca se dissociar de abordagens estruturalistas ou sistêmicas de que muito se valeram algumas correntes da sociologia, da filosofia, da linguística, perdurando por décadas. Elas giram em torno da tese de que o interior do sujeito é reflexo do seu exterior, ou a de que o exterior é produto da psiquê sedimentada, conforme Patrick Dahlet problematiza (2015).

Em outra direção, Authier-Revuz (1990, p. 29) defende que “a exterioridade está no interior do sujeito”, de modo que é no discurso que esse interior-exterior se apresenta.

Aí Patrick Dahlet sinaliza que a base de Kant (2010) pela qual Bakhtin partiu é a mesma que este linguista russo rompeu pela noção de sujeito. “Mas, vinculado ao dispositivo kantiano, o dialogismo de Bakhtin fundamenta-se assim na negação da possibilidade de conhecer o sujeito fora do discurso que ele produz, já que só pode ser apreendido como uma propriedade das vozes que ele enuncia”, explica Dahlet (2015, p. 58). Um reconhecimento pela enunciação.

Desde em *Para uma filosofia do ato responsável*, Bakhtin (2020) dá os primeiros passos dos próximos cinquenta anos de caminhada autônoma em relação a essa imanência de Kant.

Podemos considerar que, condicionado pela crítica kantiana radical do sujeito coisa, o sujeito bakhtiniano se impõe através do duplo deslocamento desse mesmo quadro – pelo qual ele marca sua originalidade epistemológica -, um que ancora a consciência na palavra e o outro, o sujeito na comunidade, como disso dão conta respectivamente os dois posicionamentos: “a consciência de si é sempre verbal” (Bakhtin, 1980, p. 183) e “Eu só pode se realizar no discurso, apoiando-se em nós (Bakhtin, 1980, *apud* Todorov, 1981, p. 68, *apud* Dahlet, 2015, p. 59).

Para Authier-Revuz, diferentemente da subjetividade clássica [revigorada inclusive por Kant (2010), sob a pretensão de fundar uma ontologia do sujeito universal], é especificamente essa natureza do exterior num eu *heterônomo* a ser salvaguarda.

Nesta afirmação de que, **constitutivamente**, no sujeito e no seu discurso está o **Outro**, reencontram-se as concepções do discurso, da ideologia, e do inconsciente, que as teorias da enunciação não podem, sem risco para a linguística, esquecer (Authier-Revuz, 1990, p. 29).

É a partir dela, frise-se, que nós também interagimos aqui com a autora, pois ela propõe dois caminhos para localizarmos um “lugar de flutuação do sujeito”, de que fala Dahlet (2015, p. 60-66): se o sujeito é consciente de si no outro através do discurso ou assujeitado por relações

de poder e de múltiplas ideologias que podem lhes ser anteriores [e que mais acima comentamos] mas explicitadas no discurso suas interpelações, conforme Althusser assim via.

Na perspectiva Althier-Revuz (2004, p. 66), o eu é uma ilusão, “Mas essa ilusão é necessária e normal para o sujeito: é o que Freud designava como a “função de desconhecimento do eu”. Essa ilusão está entre as diferentes interações sociais, via linguagem.

A partir de um descentramento do eu, *fantasmático*, essa busca de si parte de um sujeito heterogêneo com a ilusão de se tornar autônomo. Aqui, a teoria linguística de Bakhtin dá a sua contribuição. Segundo Ribeiro, Martins e Antunes (2017, s/n), “O *eu* é a instância que tem o papel de, no imaginário, construir a imagem do sujeito autônomo”; “E faz isso discursivamente”, completam, sugerindo que as propostas de Althier-Revuz contribuem para se compreender esses sujeitos, “dialógicos” e “polifônicos”, conforme veremos à frente.

O que estamos buscando aqui é entender como o contexto se constitui a partir do olhar desses sujeitos – que, inclusive, pode ser do pesquisador [ou não (apenas)], através do discurso.

Se “Todo discurso é determinado “de fora” e “Este “de fora”, o contexto, no entanto, age no interior do próprio discurso como condição constitutiva da existência”, então, enfatizam Ribeiro, Martins e Antunes (2017, p. s/n): “trata-se de centro, de “exterior constitutivo”.

Logo, “para evitarmos reificar “o contexto” é necessário estudar os detalhes textuais que iluminam a maneira como os participantes constroem coletivamente o mundo ao seu redor”, recomendam Bauman e Briggs (1990, p. 201). E estes detalhes estão onde estes sujeitos se constituem no discurso, mas, sobretudo: como, ao ocupar um lugar, elaboram a contextualização. Eles se reconhecem na interação ao outro, mesmo mediada midiaticamente.

Friso: o *como* nos interessa. Novamente precisamos recorrer aos modos de organização enunciativa no discurso; ver como esses agentes reflexivos [ou participantes (nos termos destes autores)] de uma comunicação constroem discursivamente/textualmente o (con)texto.

Dá a proposta de, ao invés de procurarmos um contexto, descrevermos a descrição da contextualização. “A contextualização envolve um processo ativo de negociação no qual participantes examinam reflexivamente o discurso em sua emergência, inserindo avaliações sobre sua estrutura e significado na própria fala”, avaliam Bauman e Briggs (1990, p. 201).

A revisão de literatura de Bauman e Briggs é ampla, sistemática e categoricamente elucidativa. Nos mostra o quanto, já naquele momento de início dos anos 1990, as chamadas meta-narrativas em pesquisas, por exemplo, já eram apostas de alguns pesquisadores.

“Atores [*performers*] estendem tais avaliações de modo a incluir previsões sobre como a competência comunicativa, histórias pessoais e identidades sociais de seus interlocutores darão forma à recepção do que é dito”, explicam Bauman e Briggs (1990, p. 201). Entretanto,

alguns de seus elementos eram negligenciados nas meta-narrativas. Vejamos um deles de perto.

Um dispositivo para conectar eventos narrados e eventos narrativos (149) é a fala citada [reported speech]; um conjunto crescente de pesquisas (32, 37, 65, 144, 169, 233, 247) têm aprofundado os insights de Volosinov (251). A fala citada permite que atores [performers] aumentem a heterogeneidade estilística e ideológica ao apelarem a múltiplos eventos de fala, vozes e pontos de vista. Como mostraremos abaixo, este descentramento do evento narrativo e da voz do narrador abre possibilidades para a renegociação de significados e relações sociais além dos parâmetros da performance em si (Bauman e Briggs, 1990, p. 201).

A “contextualização”, aqui, assume um sentido dessa ação de contextualizar. Neste caso, seguindo as orientações de Bauman e Briggs (2006), a contextualização é processo/prática; o contexto, produto de sentido textualmente resultante. A descrição contextualizadora, realizada pelo jornal, o torna agente no discurso – e aqui está um foco.

## 2. 6 A contextualização sob o olhar do(a) pesquisador(a)

A observação à existência de uma heterogeneidade constitutiva e uma heterogeneidade manifesta é a proposta de Authier-Revuz (1990, p. 32), que “representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição dum discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição”. Elas se complementam.

A função de representação do discurso é a heterogeneidade manifesta do texto/discurso. Trata-se do reconhecimento do outro explicitado no discurso do sujeito. Friso: reconhecimento.

No texto de 1990 (p. 32), há uma conceituação de Authier-Revuz: “É toda forma marcada de distância que remete a esta figura do enunciador, utilizador e do seu pensamento, mas esta figura é particularmente apresentada nas glossas de retificação, de reserva ... que a especificam como juiz, comentador ... de seu próprio dizer”. Antecipar para avaliar o outro.

Em outro texto, Authier-Revuz (2004, p. 81) é didática na exemplificação: (1) Ele o convidou, *enfim, convidou modo de dizer,... melhor, aceitou*. (2) Uma única cena flutua (*se ousamos escrever*): a da piscina. (3) É uma razão semiológica, *para empregar uma palavra meio chique*. Estes destaques em itálico são feitos pela autora sobre várias situações hipotéticas.

Authier-Revuz (2004, p. 82) explica que são “formas isoláveis” de uma “concepção metalinguística da enunciação”, atribuindo à Oswald Ducrot a fonte de sua observação à “propriedade de referir a um segmento dado da cadeia” no discurso; “formas estritamente reflexivas”, em que o sujeito faz um comentário simultâneo de *auto-recepção*, “de dizer de X / comentário sobre este dizer”; e “formas opacitantes” da representação do dizer, em que o sujeito associa significado e significante para evitar a sinonímia (esforço para sugerir que a

palavra ou frase usada não seja confundida e o sentido seja alterado, quando uma parecida for interpretada pelo interlocutor). Logo, estratégias discursivas marcam reconhecimento do eu-tu.

O esquema acima disposto é o que a autora chama de *princípio da não-coincidência*. Tal fenômeno se configura na *fala citada*, de que (ironicamente) citamos acima, observada por Bauman e Briggs (2006, p. 202) a partir de levantamento bibliográfico que eles fizeram.

Embora não iremos estender suas exemplificações, vale a pena ao leitor conferir com a autora em outro momento (Authier-Revuz, 2004). Mas, importa aqui destacar uma articulação entre esta propriedade manifesta do discurso apontada por essa pesquisadora e o “problema da falsa objetividade” que, de acordo com Bauman e Briggs (2006, p. 200), é uma marca da natureza positivista de uma grande maioria das noções de contexto.

Muitas vezes, os rastros de um contexto estão numa fronteira entre o dito pelo sujeito e suas próprias tentativas de antecipar, autoavaliarem e/ou tentar corrigir ou reforçar aquilo que quer que o interlocutor compreenda; são lugares do sujeito no discurso acessível ao outro.

Não se trata, necessariamente, de se atentar apenas à materialidade dos signos verbais falados, mas, justamente por isso, ver como estes se articulam com outras redes intersemióticas.

Há que se ter esforço para que se descreva a descrição de contexto do próprio sujeito, ou o contexto é reificado pelo pesquisador na pretensa posição de onisciência. “Primeiro, já que é obviamente impossível apontar todos os aspectos do contexto, o pesquisador torna-se o juiz que estabelece o que merece ser incluído”, salientam Bauman e Briggs (2006, p. 200).

Então, os autores defendem que é preciso reflexividade do pesquisador, comentando que os etnógrafos foram pioneiros desbravadores deste horizonte hermenêutico [exercício metodológico, se houver sensibilidade e diálogo teórico para tal]. Idem ao trabalho do jornalista.

Segundo, o não-dito é propriedade ainda da heterogeneidade manifesta do discurso, que se configura quando o outro é designado pelo sujeito sem explicitação unívoca. “É o caso do discurso indireto livre, da ironia, da metáfora, dos jogos de linguagem, da paródia, do pastiche e da imitação de estilo”, sinalizam Ribeiro, Martins e Antunes (2017, s/n).

Isto só reforça a necessidade de atenção ao que Bauman e Briggs frisam em relação aos movimentos performáticos entre sujeitos nos processos de comunicação – inclusive, de pesquisador e pesquisado - comuns, também, aos etnógrafos. Existe então uma predisposição para a performance e outros enquadres expressivos de comunicação na contextualização do discurso no encontro etnográfico, independente da questão explorada no momento ser a arte verbal ou o parentesco (Bauman e Briggs, 2006, p. 205).

Entretanto, por que há essa predisposição, muitas vezes reiterada? Ocorre que a heterogeneidade constitutiva é, para Authier-Revuz (2004, p. 22), “uma ancoragem exterior do

linguístico”, “mais delimitada do outro no discurso”. Exterior de que se tenta autoidentificação. Que se localiza no interdiscurso, inconsciente, onde o interior do sujeito se funde no diálogo com os elementos semióticos no mundo [inclusive, em relação ao(s) outro(s)].

“O encaminhamento a um exterior determina, por diferença, um interior. Ao explicitar os pontos de divergência com o suposto “lado de fora”, o discurso constitui a sua identidade e também a do seu enunciador”, comentam Ribeiro, Martins e Antunes (2017, s/n) sobre a heterogeneidade constitutiva. Para estes pesquisadores, lhes interessa observar esse “lado de fora” [específico]: “é entendido por nós como contexto”.

Há uma recusa a permanecer no exterior, isto é, de não se perceber diferente em relação ao “lado de fora”. Contudo, se na heterogeneidade manifesta a representação é, por si, a marca da presença do eu no outro pelo discurso, na perspectiva constitutiva ela está emersa num todo histórico e cultural não-determinado, isto é, nas infinitas possibilidades de construção da realidade não materializável num local específico, posto que é nesse plano que o eu está descentrado; é o desconhecimento de si, até que se faça compreender-se em relação ao outro.

Esse movimento entre um eu descentrado e homogêneo a um centro e si-mesmo heterônomo ocorre na articulação entre as heterogeneidades, constitutiva e mostrada. Porém, não quer dizer que a heterogeneidade mostrada seja representação/reflexo da heterogeneidade constitutiva, embora “solidárias” entre elas. Até pelos limites da consciência do eu ao outro.

E sim, que sujeitos buscam referências do mundo para reconhecer especificidades que dizem sobre sentidos das coisas e lhes permitem identificar-se e identificar em singularidades; assim fazem como forma de “denegar” a onisciência que, ao mesmo tempo, inconscientemente, lhes constitui. As singularidades continuam sendo a buscadas pelo sujeito.

A busca da diferença é imaginária; de oposição, mas não redutível à separação – não se trata de plena escolha do sujeito; muito menos de um pesquisador buscar tal cisão. Simplesmente é. Na articulação dos planos estão negociações, que acontecem a todo momento. À pesquisa, cabe estrategicamente, por exemplo, reconstituí-las por materialidades possíveis, pelas formas marcadas da heterogeneidade, que por sua vez

representam uma negociação com as forças centrífugas, de desagregação, da heterogeneidade constitutiva: elas constroem no desconhecimento desta, uma representação de enunciação, que, por ser ilusória, é uma proteção necessária para que um discurso possa ser mantido.

(...) reforçam, confirmam, asseguram esse “eu por uma especificação de identidade, **dando corpo ao discurso** – pela forma, pelo contorno, pelas bordas, pelos limites que eles traçam – e dando forma ao sujeito enunciador – pela posição e atividade metalinguística que encenam (Authier-Revuz, 1990, p. 33).

Os limites em que um *eu* se localiza em relação ao outro são dados pelo discurso, através de vozes que por ele se dispersam como fios dialógicos; logo, polifônicos (Bezerra, 2010).

“Se é na orquestração contrapontual das vozes (nessa dinâmica que remete os discursos para os contextos e os contextos para os discursos) que os sentidos sociais se produzem, nos parece que é, na sua análise, que se encontra uma chave preciosa para a compreensão dos fenômenos socio-históricos”, avaliam Ribeiro, Martins e Antunes (2017, s/n), vislumbrando nessa perspectiva de Authier-Revuz um caminho para historiadores e pesquisadores da comunicação que têm os meios de comunicação como “vias de acesso à sua historicidade”.

Essa dupla dimensão de heterogeneidades tem seus momentos de “falhas”. As observações de Freud, lidas por Lacan, são apontadas por Authier-Revuz (2004) enquanto proposta teórico-metodológica que sinaliza a oportunidade de se localizar a produção social dos sentidos a partir das rupturas daqueles planos, por estratégias discursivas pelas quais os sujeitos/instituições usam no enunciação. Aqui, não a adotamos plenamente, mas reconhecemos princípios para se **olhar** o sujeito na pesquisa (e na vida!). E a reconhecê-lo entre performances.

Especificamente à pragmática, Authier-Revuz observa que esta vertente cumpre a missão de evidenciar o que está no plano da representação mas escamoteando à irrelevância as estratégias de reconhecimento do sujeito da ilusão de que lhes pretende escapar; e colocando o sujeito como pleno de consciência a ponto de lhes assegurar habilidades para encenar aquilo que os pragmáticos definem como “performar”. Sujeitos estratégicos para agir em performance.

“No quadro das teorias não subjetivistas da fala, a consideração das formas linguísticas marcadas de heterogeneidade mostrada representaria um passo para a descrição das formas práticas, na língua e no discurso, segundo as quais funciona a ilusão do sujeito”, explica Authier-Revuz, (1990, p. 35). Mas a autora não considera que até Austin (1990) voltou atrás e não (mais) superestimou a plena consciência – algo de que Derrida acaba se ocupando, à frente.

Se/como sujeitos usam a linguagem via consciência ou incoscência: difícil determinar...

No âmbito desse estudo, consideramos o jornalismo enquanto prática pela qual uma performance lhe é própria pelo ofício e legitimidade previamente inerentes ao campo. E esta delegação é feita pelos sujeitos organizados democraticamente em sociedade – por disposições objetivas de estruturas estruturantes, como também subjetivas (Bourdieu, 2011).

Na pandemia de Covid-19, disputas entre contextualização e descontextualização fizeram parte dos desdobramentos que implicaram diretamente nas orientações de autoridades sanitárias, prescrições comportamentais e relações de (in)eficácia de tecnologias biomédicas. Coube à ciência/saúde e ao jornalismo tentar “provar”/ “mostrar” a verdade dos fatos. Pensamos nisso como a contextualização no jornalismo ou contextualização jornalística. Vejamos adiante.

## 2. 7 Contextualização jornalística como historicidade comunicacional de uma pandemia

Em geral, verificamos trabalhos sobre jornalismo contextual em torno de três eixos:

I - Arquitetura informacional na *web* como disposição de hipertextos e recursos comunicacionais/jornalísticos que possibilitam a contextualização de informações (Lohmann, 2018; Canavilhas e Baccin, 2015; Baccin, 2018; Gehrke, 2020);

II - Configurações textuais de narrativas jornalísticas que possibilitam se fazer realizar um movimento de historicização assincrônico/diacrônico no tempo (Bruck, Pimenta e Marques, 2022; Baccin, 2018; Matheus, 2011);

III - Construções epistemológicas do jornalismo com o próprio campo e/ou com outros campos de produção de conhecimentos para tratar dos processos de contextualização (Luckman e Fonseca, 2017; Lückman, 2020; Carvelho, Leal e Jácome, 2021; Bruck, Pimenta e Marques, 2022; Dantas e Rodrigues, 2018; Cezar e Soljenitsin, 2017; Patrício, 2023). E há muitos outros textos. A busca foi sintética; para diferenciações.

Obviamente que os trabalhos tendem a ser dialógicos entre os eixos. Por exemplo, aqueles que estão no eixo I também poderiam estar no II ou no III. Mas, como as propostas de I, II e III podem abarcar a pandemia de Covid-19 e seus objetos para discussão/análise?

Ao irmos às plataformas Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Web of Science*, Scielo e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), inserindo os descritores “Journalistic Contextualization” and “Covid-19”, em inglês, e “Contextualização Jornalística” e “Covid-19”, na língua portuguesa, constatamos que não há um trabalho produzido nessa linha.

Claro que, precisamente, devemos considerar a temporalidade entre as fases de vigência da pandemia e os seus efeitos a médio e longo prazos; quando também a produção acadêmica ainda pode nos dar respostas ou formular questões adiante. A historicidade nos permite isso.

Esse estudo se desenvolve em articulações ao que venho fazendo pela linha de pesquisa de Educação e Comunicação em Saúde do ISC-UFBA, sobretudo aquela centrada nos processos de desinformação em saúde. E que aqui se especifica enquanto pesquisa no jornalismo de saúde.

Em 2022, publicamos artigo de revisão sobre “Ações governamentais para enfrentamento da crise de desinformação durante a pandemia da Covid-19”. O período de novembro de 2020 a janeiro de 2021 foi nosso recorte temporal (Rangel-s, *et al.*, 2022).

Dentre alguns resultados, vemos a influência das redes sociais à cobertura midiática no Equador - fenômeno que Luque *et al.* (2020) chamam de “contexto transmídia”. Foi verificado que o feedback entre o Twitter e as histórias das diferentes mídias convergiu (Rangel-s *et al.*, 2022, p. 198). O texto jornalístico se constitui como reação do campo/prática a essas redes.

As informações do parágrafo anterior não são por acaso. Em um dos encontros do Observacovid<sup>59</sup> - “composto por sete subprojetos, que abordam um conjunto heterogêneo de objetos, recortados em função dos diversos momentos do processo de enfrentamento da pandemia” e do qual o grupo de Educação e Comunicação em Saúde faz parte, pelo ISC-UFBA -, uma das propostas era de levantarmos “o que aprendemos com a pandemia”.

Dois fatores mutuamente implicados entre si são postos à discussão: a predominância do pânico social ao longo da emergência sanitária de tal crise e consequências as quais estamos mundialmente sujeitos, caso não desenvolvamos iniciativas de construção/sistematização de conhecimentos e ações institucionais pelas quais aprendemos com esta pandemia. As relações entre mídia e desinformação também nos demandam esse olhar histórico (Barbosa, 2019).

O “Aperfeiçoamento das estratégias de comunicação de risco, com combate ao negacionismo e à “hesitação vacinal” foi uma das “recomendações gerais às autoridades políticas e gestores dos sistemas de saúde” do Observacovid, conforme boletim desse grupo [que reúne pesquisadores de epidemiologia, planejamento e gestão e ciências sociais em saúde] publicado em maio de 2023, e apresentadas no encontro realizado no dia 25 daquele mês.

Vimos estudos dos pesquisadores de divulgação científica (Massarani, *et al.*, 2021) ou comunicação e saúde (Sacramento e Paiva, 2020) sobre implicações entre processos de desinformação e hesitação vacinal – com desafios ao jornalismo e à saúde coletiva.

Aqui, proponho compreendermos a contextualização jornalística sobre o uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 como prática de historicidade comunicacional da pandemia – *locus* segmentado para olharmos o *modus operandi* do jornalismo à desinformação em saúde.

Primeiro, evitemos a noção de contexto como “espelho” da realidade à serviço de uma certa “narrativa da história” (Barbosa, 2019). Ana Paula Goulart Ribeiro, Bruno Martins e Elton Antunes (2017) falam do contexto como uma “exterioridade constitutiva”, que está para além do texto, embora por este também atravesse e materialize-se.

Partem da perspectiva bakhtiniana considerando que “a materialidade do fato e dos processos só pode se dar via discursos” (Ribeiro, Martins e Antunes, 2017, p. s/n). Sabemos que o texto é uma materialidade do discurso, ainda que não restrito à inscrição grafemática.

Especificamente à ampla escrita, dizem estes autores (s/n): “se configura como um palco conflituoso para a história, com batalhas incessantes entre o que se oculta e o que se inscreve”.

Ampla inscrição, a escrita tem esta função referencial de memória: o que se mantém registrado e o que não é registrado por um enunciador enquanto materialidade histórica.

---

<sup>59</sup> Conheça mais em: <<https://observacovid.analisepoliticaemsaude.org/>>. Acesso em 30/05/2023.

Não-materializado em texto escrito não significa que um fenômeno não tenha existido. Inclusive, a história pode ser (re)constituída e vivida pela oralidade, como nos mostrou Bakhtin na literatura (2014), sobretudo por sua análise às obras de Rabelais; ou Carlo Ginzburg (2021). Aqui, a problemática do ‘visível-oculto’ está na disputa entre quem enuncia e como enuncia.

Sujeitos, temporalidades e espacialidades são ‘feitos’ em linguagem (Koselleck 2014). Isso nos diz sobre os modos de encontrar a história pelo exercício hermenêutico via linguagem. Assim, buscamos respostas ou formulamos questões; constituímos *corpus* de provas para isso.

Koselleck nos chamam à atenção à procura de uma causa de origem ou início das coisas. O que fez o *tratamento precoce* ser apontado como solução à pandemia de Covid-19 no Brasil? Ir aos fatos por acontecimentos que envolvem CFM e Jair Bolsonaro nos encontros entre ambos (Santos, 2022) - supondo causalidades factuais pelo “começo” de diálogo, numa reunião realizada num local específico, numa data/hora etc - é limitar a observação dos fenômenos complexos que extrapolam a singularidade de um evento isolado de posições discursivas em um texto. “Essas singularidades são apenas parte da verdade”, lembra Koselleck (2014, p. 21).

Para Ribeiro, Martins e Antunes (2017, s/n), “origem” também é ruptura na história: “emergência do diferente, um originário que destrói continuidades, que se inscreve no e pelo histórico”. Os autores sugerem pensarmos num “liminar”, que, “por sua vez, diz de um lugar/tempo de transição e não dos limites (...) de origem, de limite e ponto de passagem”.

Todavia, como acessar a experiência histórica nesse “liminar”? Embora não use o mesmo termo, “liminar”, as pesquisadoras Marialva Barbosa e Ana Regina Rêgo retomam a discussão a partir da reflexão sobre a “historicidade em sua temporalidade”.

Para as autoras, a narrativa é possibilidade de se acessar experiências pela historicidade. “Seguindo essa trilha, tentaremos fugir das armadilhas possíveis e nos concentraremos em uma historicidade que vem, portanto, a ser um fio condutor da narrativa que pretende desvelar lacunas localizadas nos e entre os espaços de experiências e horizonte de expectativas, como nos propõe Koselleck (2017, s/n)”, sinalizam. Entre eventos e arranjos de média/longa duração.

Para este autor (Koselleck, 2020, p. 307), “Ambas as categorias são apropriadas para tratar do tempo histórico, pois o passado e o futuro se entrelaçam na presencialidade da experiência e da expectativa”. Assim, a análise das experiências nos remete a identificar um passado que é tornado presente pela atualização da história em sua escrita; inclusive, no jornal.

Mas o distanciamento à presencialidade da experiência é fundamental para possivelmente aprendermos pelas expectativas que tínhamos sobre ela. Tal exercício permite fazer rupturas interpretativas das continuidades ou supostas homogeneidades de eventos que eram próprias a um momento; e que, pela engrenagem história, perdem regularidade.

As teses de desinformação, por exemplo, tendem a construir a falsa continuidade de incertezas científicas de uma controvérsia. A descontextualização é o processo pelo qual deslocam-se referentes de significação da origem espaço-temporal. O jornalismo tende a disponibilizar às audiências referentes que lhes permitam reconstituir a percepção da história. Contextualização é reforço contra essa espécie de apagamento à memória (Ricouer, 2020d).

Focadas na aplicação destas categorias para análise de memória e narrativa, Barbosa e Rêgo (2019) propõem a reflexão sobre o próprio conceito de historicidade, que é “a percepção humana durando”, e sua relação com o contexto. Em pesquisa realizada, elas acharam rastros de sujeitos que utilizaram práticas comunicacionais que materializam a consciência histórica de uma realidade, situada num espaço-tempo em que se percebem. Assim, as pesquisadoras reconstituem um contexto, especificado por elas como “contextos comunicacionais”, a partir do texto e das relações entre si e suas exterioridades. Vejamos uma síntese da pesquisa feita.

Durante três séculos o Brasil recebeu, segundo estimativas, 1 milhão de escravos vindos de diferentes lugares da África. Aqui produziram modos duradouros de comunicação, misturando as suas práticas orais extremamente complexas com modos letrados de comunicar.

(...)

Esses modos de comunicação constituem-se territórios tempo-espaciais formando um contexto comunicacional. Percorrendo suas ações e reações, percebendo os gestos significantes, pode-se remontar territórios de práticas comunicacionais que começam com gestos da oralidade, continuam com a percepção de suas práticas letradas e leitoras e avançam pelos territórios da escrita (Barbosa e Rêgo, 2017, s/n).

Do exposto acima, e agora com Igor Sacramento (2019), observamos que não se trata de fazer “acúmulo de textos” e, por isso, usá-los como “representação da realidade”; nem “hipostasiar o texto, o contexto ou o leitor”, mas compreender as tensões entre estas categorias. “Deve-se interpretar a própria posição de pesquisador como inserida nessa interação em relação à qual texto e contexto são, eles próprios, abstrações úteis para o exercício de análise da realidade”, orienta Sacramento (2019, p. 105). Nesse caso, a contextualização é do pesquisador.

Contudo, mesmo concordando com o professor Igor, e talvez por isso, pensemos juntos: e se deslocássemos o ângulo de observação e retrocedêssemos um pouco mais, no intuito de observarmos como o contexto é “produzido” no discurso a partir dos/pelos sujeitos que reúnem textos para interpretar uma realidade pela qual estão inseridos? [pelos bastidores cênicos].

Ou seja, não ser o pesquisador quem descreve um contexto, e sim, observar a descrição de um contexto feita por outro sujeito: o que encontraríamos? O que se propõe é pensarmos não no produto do contexto por si para análise, por textos que “arbitrariamente” o pesquisador reúne por isso, e sim no processo de construção metalinguística/discursiva dos contextos possíveis:

não seria, em primeiro plano, uma descrição feita por este pesquisador, mas dos sujeitos para quem o pesquisador é um outro. É o que a antropologia já faz (Bauman e Briggs, 2006).

A proposta é deslocar o eixo de análise do produto, contexto, ao processo, contextualização. Isso implica observarmos como a noção de verdade, que para esta pesquisa tem como objeto de controvérsia o uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19, é discursivamente disputada pelo modo **como** [insistamos!] a construção acontece e não **o que** é construído. Assim, pelo ‘como’ chegamos ao ‘o que’ de sentidos de saúde/doença e riscos são produzidos.

Talvez nesta outra perspectiva, inspirados em *o pesquisador e o seu outro*, de Amorim (2004), pudéssemos ver o que as configurações entre *os outros e o pesquisador* nos apontam de aspectos emotivo-volitivos/axiológicos (Bakhtin, 2020) na contextualização – que, para esta pesquisa, não implica apenas em técnicas jornalísticas por si mesmas, e por isso não evidenciando o nosso objeto (apenas) como exclusivamente “de comunicação/jornalismo”.

Suscita pensarmos nos processos valorativos postos em *expectativas* durando no momento histórico da pandemia ou quando a ele retornarmos via contextualização – não nossa, mas – jornalística, enquanto meio de historicidade de *experiência* da controvérsia em questão.

Que significa “contexto afirmado de valores”? Trata-se de um conjunto de valores válidos não para este ou aquele indivíduo, nesta ou naquela época, mas para toda a humanidade histórica. Mas eu, eu na minha singularidade e unidade, devo assumir uma atitude emotivo-volitiva particular em relação à humanidade histórica, devo afirmá-la como tendo realmente valor para mim, e fazendo isso, por consequência, tudo o que tem valor para ela se tornará válido também para mim (Bakhtin, 2020, p. 105).

Questionando como “verdades” foram/são construídas, aprendemos com a História. Nosso olhar da saúde coletiva à contextualização feita no/pelo jornalismo sobre a controvérsia está focado no modo pelo qual esse campo, ainda que tenha como barganha a reiteração da tese científica e política quanto à (in)eficácia da (hidroxi)cloroquina, pode usar efeitos do discurso do risco para reafirmar a legitimidade de sua prática frente aos processos de desinformação.

Mais que fixação cronológica, “o espaço e o tempo de uma comunicação entram na comunicação por meio de sua resposta a eles” (Sacramento, 2019, p. 96). É seguindo rastros dos enunciados que conseguimos observar a relação texto/contexto, com seus objetos e referentes aí entremeados e o que resulta de sentidos possivelmente produzidos, desde então.

### **2. 7. 1 Um enunciado central reiterado, com seus objetos e referentes**

Pelos rastros de “verdadeiro” e “falso” nas redes sociotécnicas, onde o jornal FSP e os desinformadores têm presencialidade, nos deteremos a partir de agora – sobretudo, com base na agência do enunciado central de reiteração da “(in)eficácia da (hidroxi)cloroquina”.

Para isso, precisamos verificar os correlatos desse enunciado. “É um conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas”, conceitua Foucault (2008a, p. 102). O filósofo nos sugere evitar a procura de um correlato dentro de um enunciado, e sim pela relação entre os referentes, isto é, um conjunto de “leis de possibilidades”, pelos quais não se delimita por “coisas”, de “fatos”, de “realidades” ou “seres”.

Pensemos nas condições de possibilidades históricas em que o enunciado de “(in)eficácia da (hidroxi)cloroquina” tinha, em relação ao governo Bolsonaro, referentes e materialidades para torná-lo colaborador do “negacionismo à ciência” nas enunciações da FSP.

Estes referentes emergem no/pelo discurso, embora os sentidos aos quais eles podem ou não produzir dependam das condições de apropriações e interpretações textuais – Bakhtin (cf. 1997, p. 290-291) chama isso de *compreensão responsiva ativa* do sujeito.

Em *Arqueologia do Saber*, Foucault (2008a, p. 103) salienta que o referencial de um enunciado “define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido; à proposição, seu valor de verdade”. Como também a repetição de um enunciado não quer dizer que necessariamente se fala sobre um mesmo objeto ou correlato e este referente.

Embora a materialidade do enunciado se dê pela língua, principalmente pelo texto escrito, falado ou até audiovisual, a sua singularidade não está no plano imediato do signo que o coloca em superfície textual, e sim por relações de enunciação em seu uso reiterado.

Mas, “não basta que a reiteração de uma série seja atribuída à iniciativa de um indivíduo para que ela se transforme, por esse fato, em um enunciado”, adverte Foucault (2008a, p. 100). A reiteração tem singularidades no “campo de estabilização”, apesar da superfície textual.

Mesmo “medicamento sem eficácia comprovada” tendo correlações a “medicamento ineficaz” ou “tratamento ineficaz”, com estrutura gramatical/formal similar; ou se o enunciado puder ser feito visto por negação a si com outras formas sógnicas diferentes, implicitamente [por exemplo, negando-se a intervenção farmacológica “x” em detrimento de uma vacina – “estudos de referência afirmam que só uma vacina para conter essa doença”], vejamos com Foucault:

Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva - e perdida no passado, como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei -, o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (Foucault, 2008a, p. 119).

Em *A ordem do Discurso*, escrito em 1971, dois anos após *Arqueologia do Saber*, Foucault (1996, p. 15) aponta algo que é fundamental a esta pesquisa - “chegou um dia em que

a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação à sua referência”.

O filósofo se refere à transmutação da legitimidade de verdade em suas condições de possibilidades de avaliação por veridicidade - que ocorreu na passagem dos séculos, sobretudo tomando como exemplo a Grécia antiga, até seu momento histórico, na França. Isso quer dizer que haviam pares de representação política, no sentido amplo da vida pública, responsáveis por definir os rumos de uma nação – e aí a mitologia grega entra em cena como delegação suprema.

No decorrer da História, isso mudou. Em seus últimos anos, Foucault se preocupou com essa transformação de ética da verdade. Em era de pós-verdade, vivemos a crise referencial.

O próprio jornalismo e a ciência, que até então detém aquela legitimidade para avaliar os objetos do discurso sob o crivo de verdade, agora também colocam no enunciado os métodos de avaliação de veridicidade que tinham enquanto ato de enunciar – fazer ver procedimentos.

Ironicamente com Foucault e Bakhtin, podemos fazer o movimento inverso: observar no enunciado os modos pelos quais a enunciação acontece. Não procuramos o “oculto” a ser desvendado” (Foucault, 2008a), a “origem” como enigma de uma história (Koselleck, 2014), ou uma “intencionalidade” (Bakhtin, 1997, 2014) suprema no enunciado. Até porque o que importam são as condições externas que autorizam o texto/discurso e seus enunciados.

No (con)texto produzido jornalisticamente, encontramos o processo de contextualização; nesta, estratégias discursivas de construção de verdades e sujeitos, pelo que disputam em seus objetos de “verdade”. Em análise, faremos este exercício, no capítulo 3.

O “comum” dos correlatos de enunciados é *referente* - “instância de diferenciação” dos objetos que nos dão pistas dos sentidos formados pelos sujeitos no processo de representação. Aqui, estamos sendo bem específicos à tradição linguística, conforme princípio de diferenciação à produção de sentidos que Hall (2016) propõe, na sua perspectiva construcionista da linguagem em relação à Ferdinand Saussure (2006). No jornal/jornalismo, a *função enunciativa* é uma de suas especialidades pela atualização discursiva da realidade.

Consideramos que a FSP oferta sua gama de produtos e serviços numa rede heterogênea de sujeitos e objetos, atravessada por diferentes interesses e posicionamentos ideológicos. Retomamos a nossa questão e objetivo de pesquisa para compreendermos como as orientações científicas e políticas em torno de uma controvérsia emergente da pandemia de Covid-19 estão dimensionadas no discurso pelo qual o jornalismo produz e de que é produto.

É preciso olharmos nosso *corpus* de modo a encontrarmos orientações de saúde [aqui em referência à saúde coletiva] que constituem esse discurso, sobretudo o discurso do risco nessa crise sanitária, com base nas implicações de agência da desinformação na esfera pública.

A literatura tem apontado que é tendência do jornalismo homogeneizar diferenças de indivíduos e grupos, principalmente quanto aos processos de determinação social em saúde que constituem modos de vida e configuram, portanto, os chamados [pela epidemiologia (Ayres, 2006; Ayres *et al.*, 2008) de] *fatores de risco*; quando desproporcionalmente são cobrados a exercerem os *cuidados de si*. Pelo discurso, compreendemos o *ethos* de seus enunciadores.

Paradoxalmente, esse discurso sanitário da *antiga* saúde pública (Paim e Almeida-Filho, 1998), de “defesa” de ‘populações’ contra um ‘inimigo comum’, o risco, é (re)produzido no/pelo jornalismo. Esse é o fenômeno descrito por Janine Cardoso (2012) como “descoletivização do risco”, em sua análise à cobertura do Jornal Nacional (JN) sobre a epidemia de dengue no Brasil (1986-2008), e ainda se atualiza em novas configurações. Ficamos atentos à cobertura da FSP tomando este pressuposto para análise nesta pesquisa.

Mas, diferente daquelas condições de possibilidades de construção discursiva da realidade nos/dos meio de comunicação de massa protagonizadas pela TV no período estudado por Cardoso, agora vivemos a radicalidade do fenômeno de pós-verdade. As redes sociotécnicas ancoradas na internet atuam quase imperando uma agenda à esfera pública. O jornal/jornalismo passa a reagir e pautar os fatos e temas nesse híbrido *midiatizado* (Sodré, 2002, 2019, 2021).

Assim, a nossa estratégia de análise consiste em verificar as coerências e contradições de sujeitos implicados no discurso da FSP e da FSP no seu próprio discurso – especificamente pelo atravessamento espaço-temporal que a contextualização do jornal nos permitiria ver. Inclusive, fizemos um exercício de verificação de agenda da Folha, quando percebemos frequência e saliência de temas diversos entre usos da (hidroxi)cloroquina à malária e Covid.

Em análise à contextualização jornalística, que é reação às investidas desinformacionais, poderemos investigar como a organização dos rastros interconectados ao enunciado reiterado central - a “eficácia da (hidroxi)cloroquina à Covid-19” - constrói uma historicidade pela qual aqueles diferentes atores participam, enquanto protagonistas que disputam sentidos de saúde, doença e risco na/por esta trama comunicacional. Inclua-se aqui um jornal e suas fontes.

Além disso, é importante verificar como eles percebem objetos a que o enunciado se refere nos atravessamentos espaço-temporais. Esta é a dimensão da historicidade dos processos comunicacionais: verificar a percepção de humanos às agências pelas quais este enunciado articula/é articulado entre textos e contextos. De modo que nos interessa observar a articulação da Folha aos enunciados e discursos como contextualização à realidade pretensamente mediada.

Porém, são tentativas. Contextos são reconhecidos conforme orientação axiológica de quem se reconhece como sujeito [função identitária] e intérprete do texto [função representativa], conforme sugere Fairclough (2019), em leitura à Foucault e Bakhtin. Não há total determinação.

## 2. 7. 2 Contextos não-determinados previamente

Para Jacques Derrida, o contexto está para além do acontecimento. Ele é incisivamente crítico à perspectiva de que o sentido é produzido pela relação direta entre um acontecimento, a comunicação estritamente situacional desse acontecimento e a convenção pela qual os signos de uma comunicação sobre este acontecimento venham a “fixar” um sentido pré-determinado.

Mais que isso, a presença entre destinatador e destinatário se encontra no signo inscrito de comunicação. “É preciso, como se vê, que a minha “comunicação escrita” permaneça legível, apesar do desaparecimento de todo destinatário determinado em geral, para que tenha a sua função de escrita, isto é, sua legibilidade”, explica Derrida (1990, p. 19), em *Limited Inc.*

Inclusive, o filósofo amplia a discussão, em *Gramatologia* (Derrida, 2019), sobre o privilégio de outras formas de comunicação em relação à escrita [grande revisão aos postulados de Suassure (2006)]. Para ele, em diálogo com Austin (1990), o enunciado teria seu sucesso de performatividade, isto é, a relação entre o signo e a possível ação correspondente [situacional e/ou de produção de sentidos], se tal comunicação for “repetível”, isto é, tenha *iterabilidade*.

“Essa iterabilidade (*iter, derechef, viria de itara, outro* em sanscrito, e tudo o que pode ser lido como exploração da lógica que liga a repetição à alteridade) estrutura a marca da própria escrita, qualquer que seja, aliás, o tipo de escrita”, propõe Derrida (1990, p. 90).

Note-se, portanto, que não se trata de mera repetição textual/grafemática, e sim, do encontro na/pela alteridade – e **aqui encontramos com Bakhtin (1997, 2014) o ponto comum: a dialogicidade**. Veremos à frente que essa concepção de contexto dialoga com a de Foucault.

Derrida (1990, p. 21) aponta que é pela escrita que há uma “iteração na ausência” (I); “ao mesmo tempo, um signo escrito comporta uma força de ruptura com seu contexto, isto é, o conjunto das presenças que organizaram o momento de sua inscrição” (II).

Entre destinatador e destinatário há um intervalo produzido pela incomensurabilidade de presença física entre o ato de enunciar e apropriação do signo no enunciado. “Esse espaçamento é não a simples negatividade de uma lacuna mas o surgimento da marca” (III), completa Derrida (1991, p. 22), entendida aqui como *rastro*, conforme vimos ao longo do capítulo anterior, 1.

“Se nenhum signo pode ser atribuído a alguém, bem como se dirige a outro ninguém, o que esses rastros transmitem é mesmo seu próprio potencial de percurso, seu oferecimento a uso e ao reuso”, apontam Silva, Abreu e Colling (2020, p. 8).

Este pressuposto de Derrida poderia nos permitir verificar, no atravessamento histórico da pandemia, práticas comunicacionais sob a lógica da produção de sentidos mediada pelos meios de comunicação e outras mais diversas que a internet suporta; como também por

instituições e sujeitos que, em rede nesta *bios midiática* (Sodré, 2002), se organizam.

Vislumbramos potências desse intervalo entre produção, circulação e recepção/instância de reconhecimento e o percurso de enunciados – especificamente na construção de “verdades”, pelos usos da linguagem, e a historicidade resultante da memória por correlação de seus objetos.

A relação entre processos socioculturais e desenvolvimento da linguagem em modalidades específicas, que surgem nos contingentes históricos, incluindo técnicas aí implicadas, nos diz não apenas sobre formas linguísticas como um fim em si – como se nos contentássemos em constatar ‘novas’ táticas e estratégias discursivas resultantes do *corpus*.

Ainda que a pesquisa fosse disciplinarmente de ‘comunicação’, precisaríamos ir além. Observar a escrita como prática discursiva específica é importante. Mas compreender como os usos da linguagem podem ser estratégicos enquanto ação política no mundo é fundamental!

Desde a antiguidade, os sujeitos passaram contextualizar/recontextualizar a realidade na passagem da hegemônica oralidade à (ainda ali) incipiente escrita – um fato histórico decisivo. É necessário, finalmente, não esquecer que, ao lado da emergência espetacular da memória no seio da retórica, quer dizer, de uma arte da palavra ligada à escrita, e memória segue o seu desenvolvimento através da evolução social e política do mundo antigo (Le Goff, 2019, p. 404).

Em leitura ao historiador Paul Veyne, Le Goff (2019, p. 404) lembra do “confisco da memória coletiva pelos imperadores romanos” para se fazer esquecer adversários.

E quem acha que os processos de contextualização e recontextualização são resultantes do advento da *web* talvez fique supreso(a) com sua vigência desde a antiguidade, sendo a escrita fundamental à criação do que Jack Goody chama de *memória artificial*, como expõe Le Goff:

Com a passagem da oralidade à escrita, a memória coletiva e, mais particularmente, a “memória artificial” são profundamente transformadas. Goody pensa que o aparecimento de processos mnemotécnicos, permitindo a memorização “palavra por palavra”, está lidada à escrita. Mas entende que a existência de escrita “implica também modificações no próprio interior do psiquismo” e que “não se trata simplesmente de um novo *saber-fazer-técnico*, de qualquer coisa comparável, por exemplo, a um processo mnemotécnico, mas a uma nova *aptidão* intelectual (1977b, pp. 108-9). No coração desta nova atividade do espírito, Goody coloca a *lista*, a sucessão de palavras, de conceitos, de gestos, de operações a se efetuarem numa certa *ordem*, que permite “descontextualizar” e “recontextualizar” um dado verbal, segundo uma “recodificação linguística”. Em apoio a esta tese, lembra a importância, nas civilizações antigas, das listas lexicais, dos glossários, dos tratados de onomástica assentados na ideia de que nomear é conhecer. Sublinha o alcance das listas suméricas ditas *Proto-Izi*, e vê nelas um instrumento de irradiação mesopotâmica (Le Goff, 2019, p. 398).

Vemos com Sodré (2021) que atualmente a memória artificial está assentada numa rede de códigos algorítmicos, sob tutela de empresas transnacionais que fazem a mediação entre humanos e não-humanos. A produção de sentidos está modelizada nestes *bytes* digitais. Por

eles, processos de contextualização/descontextualização ainda irradiam-se, pulverizadamente.

Mas, para tornar esta pesquisa factível ao que nos propomos, concentramos o nosso olhar à contextualização jornalística da Folha de São Paulo como processo pelo qual verificamos as disputas pela *produção* de sentidos de saúde, doença e risco a partir dos rastros do enunciado central reiterado, “(in)eficácia da (hidroxi)cloroquina” – eles são referentes utilizados por “informadores” e “desinformadores”, entre contextualização, entextualização, descontextualização e nova contextualização, conforme o ciclo de Bauman e Briggs (2006).

O percurso de enunciados está nos seus decentramentos e recentramentos entre textos. A proposta de Bauman e Briggs é observarmos entextualização como condição de possibilidade de usos dos textos para se fazer as descontextualizações e (re)contextualizações pela linguagem.

Segundo os autores (Ibidem, p. 206), “é o processo de tornar o discurso passível de extração, de transformar um trecho de produção lingüística em uma unidade – um texto – que pode ser extraído de seu cenário interacional”. Até ser novamente inserido em outro.

O discurso se torna passível de descontextualização, trazendo marcas de origem e transportando outras que surgem, até “incorporar aspectos do contexto, de tal forma que o texto resultante carregue elementos da história de seu uso consigo” (Ibidem, 2006, p. 206).

Tira-se partes de um texto e as enxerta em outro. “Performance coloca o ato de falar em destaque – o objetifica, o destaca parcialmente de seu cenário de interação e o oferece para avaliação por uma audiência” (Ibidem, p. 207). Entretanto, a questão é: o que fica e o que sai de referentes quando os textos circulam e são apropriados? Daí, como a verdade se configura?

Entre o que fica e o que sai, gerando novas significações, estão avaliações de quem os interpreta. Neste entremeio comunicacional - composto pelo jornal, cientistas, profissionais da saúde, autoridades governamentais e gestores públicos, cidadãos, instituições da sociedade civil etc -, a Folha é sujeito mediador e actante pelo posicionamento editorial à controvérsia.

A FSP utiliza a acurácia midiática enquanto estratégia discursiva realizada por agências de checagens e a comunicação hipermídia, quando um link vinculado ao enunciado de um texto permite acesso a outro texto pela *iterabilidade* comum; logo, configurando intertextualidades.

Essa é condição de possibilidade para ofertar ao leitor um conjunto de intertextualidades pelas quais se confirma a veracidade informacional – para isso, ele observando sujeitos e enunciados em relação a outros sujeitos, práticas discursivas e espacialidades e temporalidades reconstituídas entre textos, no discurso, a cada apropriação, leitura e interpretação textual.

Mas também tal intertextualidade tem implicações às inferências deste pesquisador, que analisa o *corpus* via articulação teórico-metodológica em relação ao conjunto de textos por critérios de noticiabilidades e enunciados via *campos de presença* (Foucault, 2008a, p. 63-64):

todos os enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados, discutidos e julgados, assim como os que são rejeitados ou excluídos) experimental, da validação lógica, da repetição pura e simples, da aceitação justificada pela tradição e pela autoridade, do comentário, da busca das significações ocultas, da análise do erro; essas relações podem ser explícitas (e, por vezes, formuladas em tipos de enunciados especializados: referências, discussões críticas) ou implícitas e introduzidas nos enunciados correntes.

Com o arcabouço teórico-metodológico de Michel Foucault e do Círculo de Bakhtin, observaremos, entre textos que reunimos e práticas discursivas que se entrelaçam no/pelo enunciado reiterado central [referente à controvérsia], como seus objetos correlatos transitam e articulam desdobramentos de uma controvérsia. Mas precisamos compreender alguns conceitos desta perspectiva discursiva, mesmo e justamente por isso, que façamos um movimento interpretativo em exegese aos textos do jornal F. de São Paulo para verificar como a tese é articulada pelo enunciado central reiterado em suas condições de possibilidades históricas.

## **2. 8 Alguns elementos para realização da análise empírica**

Ao nosso entendimento, a alteridade, a dialogicidade e a polifonia são conceitos importantes para observarmos como o lugar de verdade entre os objetos pode se constituir via intertextualidades da FSP. No intervalo espaço-temporal, entre a mensagem inscrita e a produção de sentidos feita pelo destinatário, há um trânsito de enunciados em que alteridade, dialogicidade e polifonia são exercidas. Então, começemos por uma base teórica de enunciação.

### **2. 8. 1 Uma teoria do enunciado**

A teoria enunciativa é, talvez, a maior proposição do Círculo de Bakhtin. Parte, dentre outros pontos, da linguística proposta por Ferdinand Saussure. Para este autor, a comunicação é constituída por três instâncias: a linguagem (*langage*), a língua (*langue*), e a fala (*parole*).

A linguagem seria heteroclita e multiforme, pois abrange as manifestações físicas, fisiológicas e psíquicas que, em sua totalidade, compõem todos os processos da comunicação. Língua, sistema de signos. A fala é o uso individual do sistema, a língua, a representar intenções.

Esta representação acontece por signos – “exprimem ideias” (Saussure, 2006, p. 24). “Pode-se, então, conceber uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social”, completa Saussure (2006, p. 24). Assim, há que se estudar a organização dos signos. É por aqui que o Círculo de Bakhtin se debruçará sobre a organização de signos, até dar a sua contrapartida.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Volóchinov (2006) apresenta duas tendências,

com perspectivas diferentes sobre esse caráter constitutivo da língua: o “subjativismo idealista”, que concebe a língua enquanto atividade psíquica individual, e o “objetivismo abstrato”, para qual a língua seria o sistema de orientação coletiva a ser estudado.

Em linhas gerais, em nossa revisão, vemos que a primeira tendência valoriza a expressão individual do que o psiquismo formulou enquanto representação que mentalmente fazemos por signos – e, portanto, a materialidade deste processo constitui o *corpus* a ser estudado.

Obviamente que, ainda assim, os estudos irão variar – por exemplo, da observação a esta materialidade produzida por um indivíduo ou um grupo (“psicologia dos povos”; de “grupos” de “multidões” etc). Mas os atos de criação individual da fala constitui essa base da língua, sendo os aspectos formais apenas um dos meios, até mesmo secundários, para se empreender as análises de expressões – afinal, elas variam conforme diferentes situações dos falantes, pois suas apercepções lhes são próprias. Do indivíduo à estrutura, o uso da língua.

Já a segunda tendência compreende que os usos da língua se dão a partir de formas estáveis pelas quais os signos compõem traços fonéticos, gramaticais e lexicais. Nesse caso, não há escolhas do indivíduo para expressar a partir de formulações psíquicas por si só, e sim, o uso de recursos de uma língua previamente estruturada. Cada fragmento dessa estrutura tem uma relação semântica diretamente relacionada a uma possível representação intencionada, justamente porque a estrutura é previamente construída e, por isso, estável; dela, só se usa.

Suassure faz parte desta segunda tendência. E Volóchinov (2006, p. 88) explica seu entendimento ao autor: “a língua se opõe à fala como o social ao individual”. O Círculo de Bakhtin identifica a influência do positivismo de Durkheim às outras ciências, mesmo sociais, que propõe a coerção do social ao individual. A fala, para Suassure, por exemplo, é desprezível - importa verificar o sistema arbitrário da língua, por meio do qual cabe o indivíduo usá-lo.

Desde *Para uma filosofia do ato responsável*, Bakhtin (2020) já defendia a consciência do sujeito como (também) condição de possibilidade de sua ação no mundo, rejeitando a totalidade apriorística de Kant como determinante/imperativo axiológico absoluto.

E é pensando no lugar deste sujeito não-reificado, nem mesmo numa (super)estrutura marxiana ou suassureana, que Volóchinov (2006, p. 98) questiona e, em seguida, responde: “na prática viva da língua, a consciência lingüística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular”.

Também podemos questionar: como estes contextos, possíveis, permitem ao sujeito representar e se fazer representado pela linguagem que constitui (suas) ações no mundo? À frente, veremos isso como *consciência histórica*, sendo a linguagem um meio de exercitá-la.

Por outro lado, o subjetivismo idealista tende a esvaziar a referência do eu-sujeito em relação ao outro. Afinal, se cada indivíduo tem autonomia para usar a língua a partir de infinitas situações contextuais, como este “comum” da linguagem se estabelece para que os sentidos se construam? Se foge-se da estabilidade imóvel (“morta”) da língua, por outro lado quais os limites da fluidez em que a variação contextual insiste em referenciar na produção de sentidos?

Poderíamos pensar que uma caneta continue sendo lembrada como caneta, mesmo que num contexto específico ela seja usada não para escrever, e sim, furar um balão... A caneta ainda é lembrada como caneta, ainda que, pelo uso da linguagem em certo contexto, sua funcionalidade denote ser outro *instrumento* (Heidegger, 2022). Ou nada seria estável e a compreensão comunicacional estaria praticamente impossível de ocorrer, se a cada situação dêssemos um sentido diferente a um objeto a partir da variação de contextos. Há limites.

Relação interior-exterior do sujeito não pode ser de oposição ou separação entre ambas. A compreensão de cada signo, seja ele interior ou exterior, está intrinsecamente em correlação à situação em que o objeto de representação está envolvido. Esta situação sempre será social.

E mesmo que tentássemos isolar a atividade mental de um sujeito à realidade exterior, ela já teria feito trocas com o exterior. “Não é por acaso que os pensadores da Antiguidade já concebiam o discurso interior como um diálogo interior”, explica Volóchinov (2006, p. 63).

O impasse interior-exterior se resolve, para o Círculo de Bakhtin, considerando a relação dialética entre signos – não isolando a língua aos sujeitos que dela fazem uso, como se fosse uma massa amorfa de signos de uma coletividade; nem isolando a atividade psíquica, ainda que em forma do diálogo interior expresso por ele numa superfície textual. Mas, sim, pela organização de signos em palavras de um enunciado, como produto interior/exterior.

Em suma, em toda enunciação, por mais insignificante que seja, renova-se sem cessar essa síntese dialética viva entre o psíquico e o ideológico, entre a vida interior e a vida exterior. Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de descodificação que deve, cedo ou tarde, provocar uma codificação em forma de réplica. Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais (Volóchinov, 2006, p. 66).

Para Brait (2015, p. 91), a compreensão do Círculo de Bakhtin sobre a língua e seus elementos dizem respeito à perspectiva de uma teoria do conhecimento, “incluindo as questões da relação dos sujeitos com o mundo e a dimensão assumida pela linguagem nessa relação que, sem dúvida, vai incorporar, mais tarde, o conceito de enunciação enquanto interação”.

Para Foucault, a própria palavra ‘discurso’ remete à conhecimento (Deleuze, 2019).

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, é patente a ratificação do Círculo de Bakhtin quanto à interação dos sujeitos por meio da linguagem; inclusive, de construção da linguagem por tal interação. Especificamente pelo enunciado, o *eu-tu* tem este comum da interação.

Para Brait e Melo (2021, p. 68), nesta obra há um mérito de defender a enunciação como “presença de sujeito e de história na existência de um enunciado concreto, apontando para a enunciação como sendo de natureza constitutivamente social, histórica e que, por isso, liga-se a enunciações anteriores e a enunciações posteriores, produzindo e fazendo circular discursos”.

Ainda em relação ao exemplo dado anteriormente, a referência da palavra caneta ao instrumento de escrever ou ao instrumento para estourar um balão dependerá do contexto em que o uso de tal instrumento esteja sendo feito. No livro *A palavra na vida e a palavra na poesia*, Volóchinov (2019) enfatiza que “O conteúdo e o sentido do enunciado precisam de uma forma que os concretize e realize, fora da qual eles nem existiriam”.

É essa a diferença entre o enunciado verbal e o concreto: no primeiro caso, há pressuposições pela língua de que o sentido será “x”; no segundo caso, a pressuposição é levada à prova pela situação concreta entre o referente desse objeto e a situação social pela qual o objeto nomeado pela palavra é enunciado. Aprofundaremos as questões referentes aos usos contextuais da linguagem, mais à frente. Mas reforço que o nosso foco agora está na interação social pela qual se constitui a linguagem e por ela é constituída; e onde um sujeito é produzido.

De tal modo que a presença do(s) sujeito(s) na linguagem, mesmo não fisicamente coincidente, incidem na produção de sentidos possíveis nos/pelos enunciados.

Para verificar como a produção de sentidos ocorre no intervalo espaço-temporal que a hipertextualidade da *web* suscita, veremos que enunciados produzem e são produto de intertextualidades. É por intertextos que enunciados circulam. Há alguns princípios norteadores desta vinculação de sujeitos pela linguagem, a saber: o dialogismo, a polifonia e alteridade.

### **2. 8. 2 O dialogismo, a polifonia e a alteridade**

“Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear” – assim, em *Estética da Comunicação Verbal*, Bakhtin (1997, p. 320) ratifica o princípio da alteridade pelo qual o sujeito não apenas é previamente contituído de linguagem, mas que nessa constituição está a interação eu-outro, ou o eu-tu em questão.

Como vimos na seção anterior, esse encontro se dá no enunciado, que por sua vez é esse elo na cadeia da comunicação verbal. “O enunciado está voltado não só para o seu objeto, mas também para o discurso do outro acerca desse objeto”, diz Bakhtin (1997, p. 320).

Um elo não se separa de elos anteriores, “que o determinam, por fora e por dentro, e provocam nele reações-respostas imediatas e uma ressonância dialógica” (Bakhtin, 1997, p. 321). Para Bakhtin (1997, p. 322), “O destinatário do enunciado pode coincidir em pessoa, poderíamos dizer, com aquele (ou aqueles) a quem o enunciado responde”.

“O todo do enunciado se constitui como tal graças a elementos extra-lingüísticos (dialógicos), e este todo está vinculado aos outros enunciados”, diz Bakhtin (1997, p. 337), que completa: “O enunciado é inteiramente perpassado por esses elementos extra-lingüísticos (dialógicos)”. É a enunciação, em diferentes modalidades, que entrelaça sujeitos pela alteridade.

Como enuncia Patrick Dahlet (2005, p. 55), ao falar sobre “dialogização enunciativa” proposta por Bakhtin: “vinda com a enunciação, a alteridade faz parte da unidade”. Isto é, a relação ‘eu-tu’ se realiza pela enunciação, que é exterior ao sujeito, mas por ele incorporada. Para Dahlet (2005, p. 55), “essa incorporação do exterior no interior através da enunciação equivale a colocar em crise a unicidade do sujeito”; há uma interdependência.

Logo, Bakhtin (1997, p. 336) defende que o primado do enunciado é mais importante: “Do ponto de vista das finalidades extra-lingüísticas do enunciado, tudo o que é lingüístico são apenas recursos”. E “o sentido de voz em Bakhtin”, lembra Véronique Dahlet (2005, p. 250), “é mais de ordem metafórica, porque não se trata concretamente de emissão vocal sonora, mas da memória semântico-social depositada na palavra”. Excede a dimensão física, corpórea.

Vemos noutro trabalho (Santos, 2019, p. 319) que a palavra circula em contextos nas quais tramas humanas socialmente se realizam, “No sentido de que a palavra contém em si um conjunto de relações extralingüísticas que revela a realidade social”. Palavra enquanto signo.

“Tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc”, reforça Volóchinov (2006, p.32).

Com fito de avançarmos em nossa discussão, não apenas se faz necessário distinguir o “diálogo” de “dialogismo”, mas especificar o que Bakhtin (2014) considera como “dialogicidade interna do discurso”. Grosso modo, o “diálogo”, até pelo senso comum, denota uma conversação ou interação entre sujeitos onde a palavra circula no/pelo enunciado.

Para Bakhtin (1997, p. 345), “dialogismo” se constitui como “relação dialógica”, que “é uma relação (de sentido) que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal”. Em outra oportunidade (Santos, 2019, p. 338), vimos que “É entre os enunciados que os sentidos são dinamicamente constituídos e reconstituídos ao longo do processo comunicacional”.

Para Bakhtin (1997, p. 350), fundamentalmente: “A relação com o sentido é sempre dialógica”. Para que o sentido seja construído a um sujeito, ele precisa primeiro compreender

um texto – em suas múltiplas materialidades – e, assim, estabelecer articulações de sentidos em relação a outros textos. E assim o faz, sempre! Daí a perspectiva de que, para Bakhtin (1997, p. 350), o ato de compreensão “já é dialógico”. E implica o sujeito, axiologicamente.

A dialogicidade interna do discurso compreende as interações entre sujeitos a partir da interconexão destes no ato de compreensão, possibilitada pela apropriação de significantes, de articulação entre signos e atribuição de sentidos que se formam na/pela representação de objetos em relação às possíveis intenções de se comunicar e de interpretar o que está sendo comunicado.

“Pois todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por uma névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelo discurso de outrem que já falaram sobre ele”, justifica Bakhtin (2014, p. 86). Este encontro traz possibilidades de sentidos. Não há fixidez.

Cada objeto traz em si “potências” ou “valências” de representar e ser compreendido, de ser compreendido e novamente representar, e assim sucessivamente. “Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso”, sugere Bakhtin (2014, p. 86).

Neste momento, o que está em evidência não é o dialogismo enquanto processo, e sim, os objetos entrelaçados como *fiões* no ‘todo’ do enunciado; que, para Bakhtin (2014, p. 86), quando existente, e “surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto da enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social”. Nisso, sujeitos possuem repertório ideológico a interpretar.

Cada objeto traz, em si, a possibilidade de integrar consciências, e por isso, também, sujeitos – este é o seu caráter dialógico, anterior ao próprio ato da palavra verbalizada, e que constitui e convoca a existência do sujeito por alteridade, Frise-se: possibilidade. “Também surge desse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não se sabe de que lado se aproxima desse objeto” (Bakhtin, 2014, p. 86).

Por isso, esse encontro pela alteridade não é linear. “A concepção do objeto pelo discurso é complicada pela interação dialógica do objeto com os diversos momentos de sua conscientização e de seu desacreditamento verbal” (Volóchinov, 2006, p. 86).

Um dos caminhos propostos pelo Círculo de Bakhtin, via dialogicidade, está nas vozes destes sujeitos no discurso, que podem ser monológicos ou polifônicos.

Em *Problemas da obra de Dostoiévski*, o linguista russo frisa que a forma como o autor de uma obra [que poderia ser autor do discurso em qualquer situação cotidiana] textualiza sobre diferentes objetos nos diz sobre os lugares a serem ocupados pelos sujeitos nos discursos,

inclusive dos graus de participação em relação à consciência dos sujeitos para que possam agir. Vejamos a tese: “Dostoiévski é o criador do romance polifônico” (Bakhtin, 2022, p. 57).

No projeto de Dostoiévski, segundo Bakhtin (2022, p. 57), “A consciência do personagem é dada como outra, uma consciência alheia, mas ao mesmo tempo ela não se objetifica, não se fecha, não se torna um simples objeto da consciência do autor”.

Fôssemos pensar em um exemplo próximo e bem conhecido, da própria literatura brasileira, veríamos em *Dom Casmurro* a partir da pergunta que podemos fazer ao ler essa obra de Machado de Assis: afinal, Capitu traiu ou não Bentinho? Essa é uma questão não respondida por Capitu, por Bentinho, Escobar ou nem mesmo pelo próprio Machado.

Tal autonomia que este fabuloso autor nos dá é tamanha que, a cada leitura, podemos chegar a respostas diferentes a partir da consciência que, em alguma proporção, é inerente a cada personagem, narrador, autor e leitor – não há fixidez entre vozes em que os personagens povoam o texto/discurso; são imiscíveis. Cada personagem tem voz e consciência autônomas.

Voltando a Bakhtin (2022, p. 56): “A multiplicidade de vozes e consciências autônomas e imiscíveis, a polifonia autêntica de vozes plenivalentes, é efetivamente a particularidade fundamental dos romances de Dostoiévski”. Dimensão esta não restrita ao fato linguístico.

Noutro trabalho (Santos, 2019; 2021a), verificamos como produtos de comunicação materializam a relação fortemente vertical entre sindicatos e trabalhadores a partir concepção e organização de uma campanha de saúde desenvolvida no Brasil, no início dos anos 1990, para comunicar sobre prevenção ao risco de exposição ocupacional/ambiental ao benzeno.

O objetivo era persuadir sujeitos a adotarem comportamentos “prudentes” e “saudáveis”: “não há entre as vozes que constituem estes discursos questionamentos ou diferentes pontos de vista dos trabalhadores que justifiquem, inclusive, resistências à adoção de comportamento” (Santos, 2019, p. 339; 2021, p. 226). A “consciência sanitária” tendia a ser hegemonicamente de representação dos pontos de vista dos planejadores da campanha. Logo, o monologismo, de que fala Bakhtin, se constitui nessa visada linguística e ontológica.

O modelo monológico não admite a existência da consciência responsiva e isônoma do outro, o “tu”. O outro nunca é outra consciência, é mero objeto da consciência de um “eu” que tudo enforma e tudo comanda. O monólogo é algo concluído e surdo à resposta do outro como entidade viva, falante e veiculadora das múltiplas facetas da realidade social e, assim, procedendo, coisifica em certa medida toda a realidade e cria um modelo monológico de um universo mudo, inerte. Pretende ser a última palavra. Fecha em seu modelo o mundo representado e os homens representados. O monologismo nega a isonomia entre as consciências, não vê nessa relação um meio de chegar à verdade, concebe-a de modo abstrato como algo acabado, fechado, sistêmico (Bezerra, 2021, p.192).

Em análise, retomaremos esta relação entre polifonia e monologismo, à frente.

### 2. 8. 3 Intertextualidades: notas para observação posterior ao enunciado reiterado

O conceito é de alcunha atribuída à Júlia Kristeva, considerada uma das responsáveis por traduzir ao francês e ajudar a difundir a obra de Bakhtin na Europa, a partir dos anos 1960. Embora também possamos compreender a intertextualidade a partir de Foucault (2008a), ainda que não use a nomenclatura, mesmo pela reatualização de enunciados – *campos de presença*.

Norman Fairclough (2019) valoriza o conceito, até para desenvolvimento de sua teoria. Autor da Análise Crítica do Discurso, faz um diálogo Bakhtin-Foucault para isso, sobretudo quando busca propor a articulação entre textos que, nos seus usos, são práticas discursivas.

Ele entende que Kristeva vê textos como materialidade da história, via temporalidades articuladas. “Kristeva observa que intertextualidade implica “a inserção da história (sociedade) em um texto e desse texto na história” (1986a, p. 39)”, sinaliza Fairclough (2019, p. 140).

E metodologicamente? “Se a superfície de um texto pode ser multiplamente determinada pelos vários outros textos que entram na sua composição, então os elementos dessa superfície textual não podem ser claramente postos em relação à rede intertextual dos textos, e seu sentido pode ser ambivalente”, explica Fairclough (2019, p. 143), considerando que os diferentes sentidos podem coexistir, o que não necessariamente determina um único sentido.

Para reduzir essa ambivalência, Fairclough propõe se diferenciar intertextualidades: manifesta – “em que, no texto, se recorre explicitamente a outros textos específicos”; e constitutiva – quando não há explicitamente a recorrência entre textos, a interdiscursividade cumpre a articulação entre textos (no sentido de discurso) [do que é implícito mas “arbitrado” por/entre convenções discursivas e gêneros (Bakhtin, 1997, 2016), e daí pressupomos].

A teoria das mediações da comunicação e da cultura, Jesus Martín-Barbero (1987) aponta um deslocamento do foco de visão da produção do sentido: “dos meios às mediações”.

Cardoso e Araújo (2014, p. 35-60) sugerem evitarmos o “midiacentrismo” à pesquisa e às práticas comunicativas, até para não reproduzirmos paradigmas positivistas/funcionalistas de comunicação, sobretudo de modelos tradicionalmente vigentes desde o início do século XX que podem encontrar na saúde resquícios do campanhismo sanitário da ‘antiga saúde pública’. Das proposições de Martín-Barbero em interface de comunicação e saúde, Igor Sacramento (2017) tem feito aproximações pertinentes, inclusive em diálogo com Muniz Sodré (2002).

Discutimos o exposto anteriormente em outros trabalhos (Santos, 2019; 2021b). Reforcemos: “deve-se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (Martín-Barbero, 1987, p. 258). Deslocamento fundamental!

E nos asseguramos, já ali no trabalho de dissertação (Santos, 2019, p. 204), para vermos “as representações de risco pensando em metodologias que não nos faça retornar às análises textuais apenas com base nos suportes de mídia, como também, na necessidade analisarmos essas práticas discursivas em meio aos dinâmicos fluxos de representação simbólica”.

Mas, com Sodré (2021, p 170), observamos nas redes sociotécnicas, atravessadas por desinformação, a seguinte tendência, com o que chama de *semiose indicial*: “*O jornalismo daí decorrente é predominantemente indicial*”. Assim, o significantes não ficam presos ao *medium*.

Igor Sacramento, agora com Hully Falcão, Ana Carolina Monari, frisa(m) (2023, p. 40): “é preciso redirecionar o olhar das pesquisas acadêmicas sobre comunicação para a relação entre sistemas de crença e mídia, atentando-se mais aos sentidos atribuídos aos objetos, informações e narrativas ao tomar os atores inseridos em redes de relação”.

Para isso, os autores sugerem a pesquisa etnográfica como possibilidade metodológica com fito de se observar como os sujeitos, em articulação às mediações socioculturais de onde espaço-temporalmente estão, se apropriam dos meios de comunicação para produzir sentidos.

Os autores defendem que o(a) pesquisador(a) pode identificar a produção de sentidos possíveis nestes intertextos entre mediações socioculturais e mídias apropriadas. Mas, preferem a etnografia da intertextualidade e não a tradicional intertextualidade via audiências.

“Nesse caso, a etnografia em diálogo com as mediações se apresenta como uma ferramenta privilegiada de acesso ao mundo sensível, pois envolve diferentes técnicas para sua construção”, explicam Sacramento, Falcão e Monari (2023, p. 42).

Seguindo a perspectiva de Sodré, tanto de valorização do sensível enquanto também dimensão para produção do sentido quanto da midiatização em potência, os autores parecem buscar o alargamento/aprofundamento da participação implicada dos sujeitos neste processo.

O que pode reduzir o excesso de ênfase no texto e nos meios de comunicação por si mesmos – como vimos, essa já era a crítica de Martín-Barbero e que vem sendo trabalhada atualmente por pesquisadores. Assim, pode-se reduzir assimetrias entre pesquisador(s)-sujeitos.

Sodré (2021, p. 192) vê que a desprofissionalização do jornalismo e o uso crescente do maquinal enunciativo dos algoritmos empurram-no à “desintermediação no relacionamento com a esfera pública”. Quando a FSP articula intertextualmente e interdiscursivamente um enunciado como tese central para contextualizar audiências contra desinformação, a mediação é da *semiose* (Verón, 2004), com significantes dos discursos de terceiros. Ao contextualizar, fronteiras entre as lógicas específicas do jornal e as amplas de redes sociotécnicas se encontram.

Aqui, a intertextualidade não é entre textos da FSP por si só, como se fossem desarticulados dos outros que transbordam sua cobertura midiática. Excede a superfície textual.

Relatando o discurso de terceiros, mesmo para mostrar/provar “verdade(s)”, o jornal demarca estratos temporais e espaciais por recursos hipertextuais de *web* que permitem ao leitor acessar possíveis itinerários informativos – sobretudo, por rastros de percursos de uma mensagem/texto, até fazerem parte do seu discurso em questão: de onde vem, quem participa, quais núcleos de sentido estavam presentes; daí, o que diferiu e no que poderá resultar etc.

Numa perspectiva da discursividade frente às demandas de espaço-temporalidades implicadas aos processos de contextualização jornalística [enquanto problema de pesquisa], a produção de um *corpus* suscita pensarmos como intertextualidades se materializam entre suportes textuais: do interior de cada texto, seu conteúdo, à realidade referenciada por ele – “que implica um modo de relação entre os homens”, como propõe Maingueneal (2012, p. 48).

Pela intertextualidade, tensionamos relações prévias de sentidos e buscamos contradições entre promessas locutórias e ações que se realizam para além das enunciações, conforme perspectiva teórico-metodológica e estratégia empírica. É o que veremos, a seguir.

## 2. 9 Procedimento operatório de análise

Faremos um percurso a partir de três textos. Considero esta a base de materialização das três distintas fases da pandemia de Covid-19 no Brasil, descritas abaixo como grandes contextos que têm a (in)eficácia da (hidroxi)cloroquina como enunciado central em comum. A saber:

- I. Em 23 de abril de 2020, Conselho Federal da Medicina (CFM) divulga o parecer 04/2020 através dos seus meios de comunicação institucional; como também na imprensa, via cobertura jornalística da Folha<sup>60</sup> - *o uso clínico da (hidroxi)cloroquina é permitido*, desde que haja consentimento mútuo ‘médico(a)-paciente’, quando ainda não haviam conclusões quanto à (in)eficácia do medicamento contra a Covid-19.
- II. Até abril de 2020, a pesquisa de Mayla Borba (2020) [orientada por Marcus Lacerda, no doutorado pela Fiocruz/Amazonas] e mais 28 pesquisadores comprovou ineficácia da (hidroxi)cloroquina à Covid-19; em 17 de junho deste ano, OMS declara o mesmo.
- III. Em 3 de novembro de 2021, representante do CFM comunica manutenção do parecer 04/2020, em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF)<sup>61</sup> – com amplo processo de vacinação em curso, de resultados satisfatórios que apontam

<sup>60</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/apos-encontro-com-bolsonaro-cfm-autoriza-hidroxicloroquina-no-inicio-de-sintomas-da-covid-19.shtml>>. Acesso em 23/10/2023.

<sup>61</sup> Veja em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/11/conselho-federal-de-medicina-diz-que-nao-mudara-parecer-sobre-autonomia-para-receitar-kit-covid.shtml>>. Acesso em: 23/10/2023

eficácia clínica em relação às curvas epidemiológicas no Brasil e no mundo; à despeito de *estudos conclusivos da Fiocruz que descartam uso da (hidroxi)cloroquina*<sup>62</sup>.

Por agora, vale situarmos textos remetentes a eventos que acontecem sincronicamente em relação às publicações do jornal F. de São Paulo, mas também diacronicamente.

Um fato é noticiado com referência temporal muitas vezes no mesmo dia ou semana, ou pode ser lembrado meses e até anos depois, inclusive a partir de desdobramentos noticiados. Ao texto que faz remissão a outros, o jornal dá o nome de *suíte jornalística*. Mas, o texto será referência de aproximação do real, um pequeno fragmento em que o espaço-tempo está contido.

Por isso que a estratégia é fugir à cronologização fixa: como se um texto representasse irrestritamente um marco temporal e acontecimentos que artificialmente comporiam contextos. Aqui, objetiva-se observar como atravessamentos espaço-temporais são linguisticamente sugeridos aos leitores a partir da disponibilização de significantes num texto e entre textos, que assim possibilitam a cada leitor fazer seu próprio percurso em busca da “verdade” proposta.

Fortalecendo um diálogo entre Bakhtin e Foucault, Fairclough (2019, p. 159) sinaliza a importância de observarmos, entre intertextualidades, a “representação dos discursos”, isto é, “quando se ‘relata’ o discurso, necessariamente se escolhe representá-lo de um modo em vez de outro”; como também “vários aspectos do evento discursivo – suas circunstâncias, o tom no qual as coisas foram ditas, etc”. Reforçando sua articulação russo-francesa, Fairclough também insiste em fazermos a exegese interpretativa, até e por isso, para voltarmos aos textos/discursos.

Em termos práticos, significa que a representação dos discursos está não só no texto, mas no produto da relação texto-eventos. Ok, ponderemos que a produção de textos também é um evento, e que seus usos e efeitos também produz a realidade. Mas, até para configuração eventual de produção do texto, a premissa mantém-se, pois o mundo complexo precede o texto, influenciando tanto na sua apropriação como também nos arranjos sógnicos de sua superfície.

Ou seja, a ação ainda não redutível ao texto, mesmo quando for reduzida a significantes, manterá sua natureza complexa e multicausal, quando um texto será aquele fragmento sempre a ser colocado em campo de possibilidades de significação. Este “colocar” pode ser do jornal, como proposta signica, mas também do analista que coloca a colocação do jornal em suspeição.

Da produção do texto, é importante lembrar que estamos nos debruçando especificamente do trabalho de verificação de informações que a Folha realiza a partir da presunção de contextualizar leitores sobre os fatos. Como vimos neste e no capítulo anterior, é fundamentalmente pela categoria “contextualização” que filtramos a ampla cobertura do jornal.

---

<sup>62</sup> Veja em: <<https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/51215>>. Acesso em: 23/10/2023

Como estratégia de reforço de sua avaliação de veridicidade, tal como outros jornais, a F. de São Paulo se associa às agências de checagens de informações, como o Projeto Comprova, composto por veículos de imprensa de todo o país – até 31 de julho de 2024, são 42 associados.

Basicamente, o trabalho é realizado em duas modalidades: a produção de um texto com base num trabalho de investigação (I); e na análise desse texto, numa espécie de confirmação do que foi investigado anteriormente (II). Os veículos livremente se associam em I e II, podendo desempenhar funções conjuntamente em I e em II ou somente em I ou II.

Após a disposição do material noticioso que classifica informações como verdadeiras, falsas ou imprecisas, o Comprova atribui um selo que imprime a marca do veículo de imprensa responsável pelo trabalho de investigação (I) e/ou de checagem de confirmação (II).

A partir daí, os veículos podem replicar o material do Comprova em seus respectivos canais de comunicação, em vários suportes de mídia e formatos de linguagem – inclusive, em hipermídia, conforme livre iniciativa de cada empresa de comunicação do consórcio.

Assim, a Folha garante a diferenciação entre sua prática jornalística da de *fact checking* realizada por terceiros (Nieminem et al., 2018) - embora, ao proceder à contextualização, não só intertextualiza ao projeto Comprova, mas também aos hipertextos de que a *web* proporciona.

Usando descritores Covid-19 + Eficácia + Cloroquina, fui à Folha verificar como essa relação focada no medicamento pode ter como foco dois critérios, justamente pelo objeto de linguagem e prática de sua avaliação: a contextualização e a avaliação de veridicidade. De contextualização, chegamos à sua variação, a descontextualização. Em comum, ‘contexto’.

Sendo o Comprova a iniciativa que faz a avaliação de veridicidade, o incluí na busca. Agora, descritores usados: Contexto + Cloroquina + Covid-19 + Comprova. Daí encontramos 33 textos, publicados de 08 de junho de 2020 até 17 de maio de 2023, atravessando diferentes fases da pandemia, entre dois projetos políticos de governo no Brasil – bem diversos, frise-se!

Segui filtrando a amostra. Vi que um texto do Comprova replicado no *website* da Folha não necessariamente foi produzido por este jornal; no máximo, pelo UOL, do mesmo grupo. Assim, como critério de exclusão, retiramos de possibilidade de análise aqueles textos que sejam investigados e produzidos por outros veículos que não sejam do Grupo F. de São Paulo.

Como a intenção é observar o *ethos* discursivo da Folha, tornava-se premente localizarmos, desses 33 textos, aquele(s) que fosse(m) preferencialmente de produção do grupo Folha, mesmo em proposição ao Comprova. Ou, se não necessariamente por esse projeto, que pudesse(m) elucidar o agendamento de eficácia da (hidroxi)cloroquina à Covid-19. E fosse(m) exclusivamente produzido(s) pelo grupo, ainda que outros veículos confirmem essa checagem.

Mas, quase fui “coleccionador de *corpus*”, como diriam Deusdará e Rocha (2021, p. 155):

reunir textos e impedir cada um de guiar-nos a outro(s); “a guarda de documentos de uma língua morta”, como se tudo já estivesse ali prestes a ser arbitrariamente codificado e analisado.

Ao ter contato com tamanho *corpus*, percebi que extrapolaríamos nosso controle, considerando que o objetivo principal é compreender a contextualização jornalística da Folha não somente em relação a todo e qualquer fato, de muitos e muitos dessa cobertura, e sim a relação entre fatos e os momentos de duração da pandemia, do início ao *status* pós-emergencial.

Então, resolvi fazer outro movimento. Primeiro, identificar, no processo histórico, as bases factuais que nos ajudem a identificar contextos pela relação entre textos e eventos de que estes textos se referem, mas que a eles não são reduzidos. Suspendemos a soberania semiótica.

Ao contrário: identificar em quais momentos os eventos que extrapolem textos se materializam é justamente fugir do aprisionamento de significantes na/pela pura retórica, até localizarmos a relação dialética textos-eventos na cobertura que a FSP dispõe fazer.

Assim, vemos três momentos distintos ao longo da pandemia, marcantes nessa dialética. Ao menos três textos correspondem a estas fases, e a partir deles seguimos intertextualidades suscitadas por rastros que *hiperlinks* nos proporcionem navegar, entre estes e outros textos:

Texto I – Título<sup>63</sup>: “Governo federal não indica uso de cloroquina contra a Covid; post tira falas de Flávio Dino de contexto” / Subtítulo: “Vídeo usado em post viral é do começo da pandemia, quando ministro não fazia parte do governo federal”. Elaborado pelo UOL ao Comprova e publicado no portal online do jornal Folha em 10 de março de 2023.

Texto II – Título<sup>64</sup>: “Post distorce entrevista para sugerir que médico Roberto Kalil Filho apoia uso amplo da cloroquina”. Subtítulo: “Tratado com o remédio sem eficácia comprovada contra a Covid, médico atribuiu recuperação à combinação de medicamentos”. Produzida ao Projeto Comprova pela Folha em associação à Banda News FM, em 12 de maio de 2021.

Texto III – Título<sup>65</sup>: “Pandemia de Covid no Brasil foi marcada por erros e mortes que poderiam ter sido evitadas”. Subtítulo: “OMS reviu status de emergência global; para especialistas, Brasil perdeu a chance de ser país exemplar no combate à doença, e desafios persistem”. Produzido exclusivamente pelo e para o jornal em 5 de maio de 2023, como uma espécie da retrospectiva sobre a crise sanitária no país, quando a OMS retirou seu *status* de emergência ao mundo.

---

<sup>63</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/03/governo-federal-nao-indica-uso-de-cloroquina-contra-a-covid-post-tira-falas-de-flavio-dino-de-contexto.shtml>>. Acesso em: 16/03/2023.

<sup>64</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/05/post-distorce-entrevista-para-sugerir-que-medico-roberto-kalil-filho-apoia-uso-amplo-da-cloroquina.shtml>>. Acesso em: 05/07/2024.

<sup>65</sup> Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/05/pandemia-de-covid-foi-marcada-por-erros-em-serie-e-mortes-que-poderiam-ter-sido-evitadas.shtml>>. Acesso: 19/07/2024.

Intertextualidades reúnem sujeitos e diversos elementos que embasam posicionamentos. Aqui está o “nó” das diferentes espaço-temporalidades que só os textos, entre os seus diferentes usos, podem nos indicar. Como a FSP e sujeitos por ela mediados forjam discursivamente as profundidades espaço-temporais em cada contexto e entre os contextos – este é um ponto de partida para compreendermos as táticas e estratégias discursivas ao reforço de posicionamentos.

### 2. 9. 1 Espaço-temporalidades da pandemia de Covid-19

Espaço-temporalidades nos auxiliam na reconstituição discursiva dos fatos até então “estáveis” no curso narrativo da história. Vejamos em momentos históricos. E, em atendimento à nossa pergunta de pesquisa, façamos análise a todo o *corpus* tendo como norte as três fases. Especificamente, com intuito de verificarmos como espaço e tempo são articulados entre processos de contextualização para avaliação de veracidade no/pelo jornal F. de São Paulo.

A temporalidade de análise, pela qual textos materializam, tem como principal critério a abrangência da pandemia de Covid-19 desde o seu início, em 2020, aos desdobramentos desta crise de saúde no ano de 2023. Por dois fatores: articulação discursiva do tempo; e político.

Aqui, partimos das premissas de que o tempo não é linear e que a atualização discursiva que marca nossa percepção do tempo nos permite identificar como diferentes temporalidades “convivem” contiguamente. Premissas que, aqui, estão embasadas nas interpretações de Koselleck e Ricouer às proposições de Santo Agostinho [Bispo de Hipona] sobre o tempo.

Elas apontam às três dimensões do tempo de que sabemos: passado, presente e futuro. Especificamente no clássico *Confissões*, Livro 11, parágrafo 36, diz Agostinho (2017, p. 333): “a intenção presente traz o futuro para o passado, diminuindo o futuro e crescendo o passado, até que, pelo esgotamento do futuro, tudo seja passado”. Daqui surgem proposições teóricas.

“O achado inestimável de Santo Agostinho, ao reduzir a extensão do tempo à distensão da alma”, avalia Ricouer (2020a, p. 39): “é ter ligado essa distensão em relação ao coração do triplo presente: entre o presente do futuro, o presente do passado e o presente do presente”.

“As três dimensões temporais se conjugam na presencialidade da existência humana, ou, como dizia Agostinho, em seu *animus*”, expõe Koselleck (2014, p. 231). Ele sinaliza marcas de Heidegger (2022), mas faz distinções: “O chamado ser [Sein] do futuro ou do passado é, pois, seu presente, no qual eles estão presentes e presenciados” (Koselleck, 2014, p. 231).

Agora, exporemos a proposta de Koselleck. À frente, veremos que ela se articula às contribuições de Bakhtin, sobre espaço-tempo. No texto, Koselleck (2014, p. 241) sustenta o argumento de concepção da história do tempo presente, que também “deslocou-se para o campo

jornalístico, para a produção literária diária e a análise sincrônica e dedução diacrônica”. Veja:

Em primeiro lugar, existem – como nosso experimento mental já demonstrou – um passado presente e um futuro presente, aos quais corresponde um presente presente, seja este concebido como algo que se dissolve num ponto ou como algo que abarca todas as dimensões.

Em segundo lugar, existe – já que todo presente se estende simultaneamente para frente e para trás – um presente passado com seus passados passados e seus futuros passados.

Em terceiro lugar, existe um presente futuro com seu passado futuro e seu futuro futuro. Com a ajuda dessas categorias, todas as determinações temporais históricas podem ser suficientemente circunscritas, sem a necessidade de se emaranhar na indefinição de conceitos como história contemporânea ou história do presente. Duração, variação e singularidade dos eventos e de suas sequências podem ser definidas dessa forma. Aquilo que tem *duração* se estende, por exemplo, de um presente passado (não de um passado passado) ao futuro presente, talvez até ao futuro futuro. A variação pode ser alocada da mesma forma e pode, por exemplo, levar do passado passado ao presente passado (lembro aqui, por exemplo, a instituição do feudo e sua dissolução em virtude da secularização ou da libertação dos camponeses) – ou do futuro passado de antigos mundos de vivência ao nosso passado presente (lembro aqui as utopias da Revolução Francesa, cujas esperanças ainda estão presentes). A singularidade, por fim, resulta da sucessão de todo presente concebível com passados mutáveis e futuros que também se alteram. Não apresentarei outros exemplos: já temos todos os instrumentos necessários para determinar formalmente o caleidoscópio das possibilidades históricas para uma reflexão entre tempo e história (Koselleck, 2014, p. 232).

Consideramos a série de acontecimentos pelos quais as matérias jornalísticas abrangem, neste atravessamento histórico em relação à controvérsia, entre as diferentes temporalidades - não apenas enquanto duram os pequenos eventos que diariamente o jornal noticia num presente presente, mas também aqueles de um passado mais “distante” em relação à publicação do texto – e que, pela atualização jornalística de remissão, traz o evento para o tempo passado-presente.

Um texto deste, no passado-passado, se tiver algum horizonte de expectativa futura naquele período, agora pode também ser analisado no presente presente deste pesquisador que analisa as séries temporais (Koselleck, 2014) – e assim vale à interpretação de cruzamentos espaço-temporais na visada às ações que ocorrem pelos vários contextos (Bakhtin, 2018). Exemplo: a matéria de 2023 remete a fatos passados, hipertextualizando textos ao ano de 2020.

Outro fator é político, pela transição de governos na presidência da república no Brasil entre dois projetos de gestão totalmente antagônicos – logo, ideologicamente diversos entre si. I – 2020-2022: três anos de gestão de Jair Messias Bolsonaro; após eleições/posse presidencial, II – 2023: alguns meses do primeiro ano de gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2022.

Veja: o período de gestão deste segundo presidencial é curto em relação ao primeiro. Porém, se a intenção é observar agências de controvérsia, a passagem de um governo a outro se torna oportuna para entendermos como sujeitos lidam com o que se mantém dos passados.

Como também a intenção não é fazer análises causais partindo de um poder “central”. Nossa expectativa aqui está na atuação do jornalismo como ponto de partida às outras mediações pelas quais a F. de São Paulo faz a partir da sua cobertura. Assim, estes movimentos de idas-vindas no tempo nos guia, inclusive, para possíveis avaliações de transição de governos.

Isso não significa ficarmos presos somente aos três textos a analisarmos neste trabalho. Na verdade, este *corpus* é um ponto de partida. Normalmente uso a expressão ‘ponto de partida’ pelo fato de que precisaremos seguir os rastros que os enunciados nos apontarem neste percurso. Embora, no texto, tenhamos que nos localizar pelos referentes da contextualização jornalística.

Ora, não é isso que o(a) antropólogo(a) faz quando está em campo? No sentido de que leva seu bloco de anotações com informações prévias a partir de um levantamento exploratório. E, ainda assim, também está envolvido(a) enquanto *performer* da sua própria ação empírica, mas permitindo ser conduzido por dados que vai encontrando no seu “contexto performativo”, como sugere o antropólogo James Clifford (cf. 2002, p. 43), numa perspectiva bakhtiniana.

Viajaremos no espaço-tempo por intertextualidades. Assim, na frente do computador?

Está aí a questão que nos faz encontrar com Latour (2000, p. 349-420), na sua “viagem” em que redigiu *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora* – ah, sim, à frente de um computador. Ironia à parte, embora seja proposital, justamente pelo fato de que, ao percorrermos entre os múltiplos textos, fazemos uma *translação de conhecimentos*: em linhas gerais, representamos o fenômeno em inscrições; por sua vez, serão “lidas” à frente.

“É interessante notar que os analisadores de aminoácidos também exibem seus resultados em papel para gráfico”, expõe Latour (2000, p. 396-397), após dar exemplos até da antropologia; outro, singular: uso de instrumentos da indústria petrolífera para representar em linguagem estruturas/movimentos a quilômetros abaixo da superfície do solo e do globo ocular.

Os agentes alfandegários têm estatísticas que poderão ser acrescentadas aos questionários; agentes fiscais, sindicatos, geógrafos, jornalistas, todos produzem uma enorme quantidade de registros, pesquisas de opinião e gráficos (Latour, 2000, p. 369). Facilita, a quem o observa, identificar escalas em que cada elemento da rede está/pode ser representado.

Se um mapa contém a escala que descreve a quilometragem de um território por cada centímetro representado na superfície textual [de papel, digital, e...], o espaço é dimensionado – não importa se trata-se de um prédio, bairro, país etc; a linguagem nos direciona ao fenômeno.

Assim, textos podem nos guiar: pelos rastros dimensionados por escalas discursivas. Isso ocorre ao jornalismo e em quaisquer outros meios e mediações (Martín-Barbero, 1987).

No estudo entre intertextualidades por hipermídia, *links* digitais nos permitem navegar... É certo acaso necessário, até para que possamos, em alguma proporção, nos fazer permitir ir.

Na pesquisa de mestrado (Santos, 2019; 2021a), por exemplo, a estratégia foi partir de materiais de comunicação social - cartilha, jornal e revista – em direção aos documentos. São textos impressos. Isso nos permite(iu) ver coerências e contradições ao longo da história.

Mas a estratégia de percorrer entre materialidades não é refém do material. Ou não deve. A representação discursiva possibilita transitarmos em espaço-temporalidades seguindo rastros.

Fiz questão de singularizarmos, juntos, o conceito de enunciado. Desde o capítulo anterior, quando vimos que a discursividade dos fenômenos é precedida pelo que tensionamos para fazer objetos se revelarem para além dos rastros de intencionalidades humanas, por aí (...).

De início, provocados pela necessidade de se diferenciar frase e enunciado, para vermos com Foucault (2021b) inscrições de saúde/doenças; percorrendo o capítulo 2, com Bakhtin (1997), pelo enunciado como elo entre textos e em relação às condições externas que o institui.

Aqui, chegamos. A exegese interpretativa à comunicação, linguística ou histórica nos possibilita, na linha de Ricouer (2020d), ver ou perscrutar *testemunhos* além do que/quem nos diria, ou não. Esse movimento permite colocar enunciadores contra enunciados, ou falta deles; tensionar. Aonde queremos chegar? Ter consciência da nebulosidade do caminho é importante. Porque é justamente ela que nos indica que não estamos presos a *a priori* absolutos.

Seguiremos os enunciados. Assim, veremos performances como ações enquanto práticas discursivas que podem se configurar entre contextualizações e descontextualizações para se fazer valer o exercício de autoridade de verdade em controvérsias, através de textos.

Uma pandemia é atravessada por diferentes tempos históricos: sincônicos e diacrônicos. A “ineficácia da hidroxicloroquina” [não usamos, aqui, o prefixo “(in)” entre parênteses] foi construída da prática empírica do pesquisador da Fiocruz-Amazonas, Marcus Lacerda, aos discursos daí resultantes, marcando uma nova fase mundial e brasileira de entendimento quanto às alternativas farmacológicas contra a Covid-19 embasadas no uso da hidroxicloroquina.

A “ordem” discursiva destes acontecimentos implica na produção de sentidos e, conseqüentemente, pela veridicidade dos fatos narrados via processos de contextualização do jornal(ismo), e também em performances da Folha e terceiros na disputa por reconhecimento.

Na última seção do capítulo, retomamos preceitos de Bauman e Briggs (2006) para isso.

Considerando que os usos da retórica são feitos por um jornal e suas fontes e audiências, quando muitas vezes não há sincronia entre enunciações e eventos extralinguísticos, observar performances de enunciadores pode ser estratégico para identificar marcas de si nos textos.

Destas performances, qual estatuto ético-político de saúde legado das contextualizações? Esta é a convenção que institui princípios e valores que fazem sujeitos e instituições agirem no mundo, sobretudo além de um momento histórico, mesmo partindo dele. E este é o nosso foco.

## 2. 10 As performances entre contextos

O percurso dos enunciados nos diz a relação entre contextos: de um ponto de partida pela qual a função referencial é exercida, até outros pontos em que a significação acontece, gerada (em) e gerando novas significações. Mas, como apontamos com Foucault e também em diálogo com Roman Jakobson, no final do capítulo 1, e agora com o Círculo de Bakhtin, neste capítulo, 2, o texto reflete e refrata os acontecimentos que estão para além da própria linguagem.

Assim, o texto é, em si, continente referencial de práticas a serem observadas [inclusive em exegese aos referentes que lhes contém]; como também seus usos exercem agências no mundo. Logo, na dupla face, o texto fala de acontecimentos; mas também seus usos são acontecimentos. Agora retomo nossa discussão, com Bauman e Briggs (2006), para pensarmos juntos sobre transporte de enunciados na constituição de contextos – aqui, como performances.

Para os autores (Ibidem, p. 205), “Muitas pesquisas sobre contextualização orientadas pela perspectiva da performance têm se concentrado na localização da performance em contextos situacionais”. Foi o que vimos com Derrida. Em comum a este autor e Bauman e Briggs está a perspectiva da performatividade, que desenvolvem a partir de John Austin.

Especificamente em relação ao contexto, ele não seria necessariamente de ordem situacional – mesmo que um texto contenha elementos sógnicos que demarquem espaço-tempo, por exemplo. E o fato que reforça esta premissa são as descontextualizações.

Em nota de rodapé número 8, explicam Bauman e Briggs (2006, p. 217): “Estes termos baseiam-se no uso pós-estruturalista, ao oferecerem uma crítica às perspectivas nas quais esse uso é radicado”. A vinculação entre ação e contexto imediato como “moldura” desta ação aprisiona a compreensão da ação na sincronia espaço-temporal imediata; logo, num momento.

Os trabalhos anteriores da maioria dos investigadores da contextualização têm assim tendido a tomar o rumo oposto àquele em que nós agora embarcamos. Eles estabeleceram como a performance está ancorada em, e é inseparável de, seu contexto de uso. Tais trabalhos – sobre os vínculos da performance à competência, intenções de expressividade, estratégias de retórica e propósitos funcionais do ator [performer]; sobre as conexões fáticas do ator [performer] à sua audiência; sobre as conexões indiciárias do discurso em performance a seu entorno situacional, aos participantes, ou outras dimensões do evento de performance; sobre a estrutura do texto em performance enquanto emergente em performance, e assim por diante – serviram para estabelecer como e por que a arte verbal deveria ser resistente ao descentramento, à extração de seu contexto. Em contraste, nós iremos perguntar o que faz a performance ser passível de descentramento apesar de todas estas forças de fixação [anchoring]. O que a faz suscetível à decontextualização? Que fatores afrouxam as conexões entre o discurso em performance e seu contexto? (Bauman e Briggs, 2006, p. 217).

Vimos com o Círculo de Bakhtin, ao qual Bauman e Briggs dialoga, que a avaliação faz

parte da própria constituição do dialogismo. E, com Authier-Revuz (2004, 1990), que a avaliação também deixa marcas, da heterogeneidade constitutiva à mostrada no/pelo discurso.

“Podemos abordar o processo de entextualização em performance em termos formais e funcionais, através da exploração dos meios disponíveis aos participantes, nas situações de performance, para transformar trechos de discurso descolados de seu ambiente discursivo em textos coerentes, eficazes e memoráveis”, apontam Bauman e Briggs (2006, p. 207).

Os autores tentam identificar recursos usados pelos sujeitos a este fim contextualizador. A revisão de literatura de Bauman e Briggs aponta estudos com foco no formalismo linguístico. Então, os autores sugerem vermos como a antecipação de avaliações são também performances.

A performance varia nos atos de linguagem verbais escritos, falados e em imagens; mas também inclui aqueles realizados via corporalidade – vemos com Butler e Felman, por exemplo. Essa variação entre materialidades acontece entre as dimensões discursiva e não-discursiva.

Como aludi, é pela dimensão discursiva que nos localizamos; ainda que, em exegese, possamos especular o acontecimento para além do texto. Só seguimos os rastros dos discursos.

“A tarefa é descobrir empiricamente quais meios estão disponíveis para transformar o discurso em texto em uma dada situação social, para quem eles estão disponíveis e sob quais circunstâncias”, sinalizam Bauman e Briggs (2006, p. 208). A oferta de significantes é seletiva.

Os autores reconhecem que a performance não é a única forma de entextualizar. Contudo, ela indica “marcas de investigação de problemas sociais e culturais mais amplos” (Bauman e Briggs, 2006 p. 211), sobretudo pela autoridade que é investida a cada uso dos textos e a quem os usa para diversas finalidades. Também é seletiva a procura de significantes.

O acesso aos textos é uma destas marcas de performance, isto é, como pessoas acessam informações pelas quais possam usar conforme estruturas institucionais lhes permitem pleitear. Já a legitimidade é relacionada a usos de textos para além das próprias estruturas institucionais, isto é, como sujeitos recorrem a textos para reforçar posições, mesmo em choque às instituições – “Contra Bourdieu (52: 649), a apropriação e uso de formas particulares de discurso pode ser a base do poder institucional” (Bauman e Briggs, 2006, p. 212) – a inversão de autoridade.

A competência, o conhecimento e a habilidade para desenvolver descontextualizações e recontextualizações, “com sucesso e apropriadamente”, também marcam processos sociais. E, por fim, há valores orientam sujeitos para os usos dos textos conforme lhes correspondam. “Todos estes fatores – acesso, legitimidade, competência e valores – são centrais para a construção e aquisição da autoridade”, propõem Bauman e Briggs (2006, p. 212).

Neste caso, os textos exercem autoridade a partir dos usos que deles são feitos, conforme orientados pelos fatores descritos anteriormente. A relação entre decentramento, isto é, quando

o enunciado é tirado de contexto, e seu recentramento, quando novamente inserido no discurso, indica como os textos são revestidos de autoridade, como também os limites impostos pelos sujeitos para evitar manipulações do que propõem intencionalmente – “um texto com autoridade [*authoritative*], por definição, é aquele que é protegido ao máximo contra transformações que o comprometam” (Bauman e Briggs, 2006, p. 212). São tentativas.

Aliás, o jornalismo faz isso; idem as instituições de ciência/saúde; até mesmo o Estado. Ao Círculo de Bakhtin, trata-se do *discurso citado*; em Charaudeau (2019), *discurso relatado*.

Estamos falando de uma metalinguagem. “O discurso citado é o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*”, explica Volóchinov (2006, p. 151). Premissa – figuração da *palavra alheia*: “a palavra possui uma orientação dupla, tanto para o objeto do discurso, como palavra habitual, quanto para outra palavra, para o discurso alheio” (Bakhtin, 2022, p. 157).

Importa entender como a palavra ganha vida na concretude dos fatos; em historicidade. “A vida da palavra está na passagem de uma boca a outra boca, **de um contexto a outro**, de uma coletividade social a outra, de uma geração a outra geração. Ao mesmo tempo, a palavra não esquece o seu caminho, tampouco pode **se libertar por completo do poder daqueles contextos concretos dos quais ela fez parte**”, observa Bakhtin (2023, p. 184. grifos meus). Palavra aqui é signo, unidades de cadeias verbais que se deslocam nos usos da língua.

Gilberto de Castro (2022, p. 119) avalia que, “Apesar da importância atribuída ao tema por Volóchinov já naquela época, é curioso perceber o quanto ainda estamos longe de valorizar o estudo do tema do *discurso citado* (p. 119). E nem se trata de um objeto “puro” da linguística. Envolve o amplo projeto que o Círculo de Bakhtin buscou encampar nas/pelas humanidades: “uma das faces do problema relacionado ao encontro de vozes sociais”, defende Castro (p. 132).

o estudo da citação, em seu amplo espectro, por ajudar a ampliar o nosso escopo de compreensão sobre a cadeia de comunicação, tem uma importância fundamental para ajudar a compreender vários espectros de nossa vida social e cultural. Como disse Bakhtin, a relevância da palavra citada do outro é tão grande em nossas vidas que mais da metade de nossas palavras vem do outro, da referência a ele, da ressonância de sua voz, da citação de sua palavra. Por conta disso, é que ela vai relacionar uma *hermenêutica do cotidiano* à transmissão da palavra alheia, pois muito do caos discursivo/ideológico do cotidiano, que preocupa Volóchinov, poderia se deslindar se voltássemos nossas preocupações de analistas do discurso e da interação para o interior dos processos de recepção, transmissão e citação da voz alheia. Voltados para isso, poderíamos compreender melhor a nossa prática cotidiana, familiar e profissional da linguagem, analisar melhor a produção da imprensa e das mídias de um modo geral [...] (Castro, 2022, p. 133).

Tentativas de exercício da autoridade sobre o que falamos, ou do que nos apropriamos para falar, são táticas que adotamos para evitar distorções, sobretudo em era de pós-verdade.

Isso não nos garante, ainda assim, que o que queremos seja entendido como tal.

E só “complica”. Porque, considerando as *potências* da palavra alheia, e do que se pode contar a partir dela, há uma problemática ética a considerarmos: um sujeito pode usar das ambivalências que referentes suscitam, quando deslocados entre textos/contextos, para que os efeitos de sentidos prevaleçam. Mas efeitos de sentidos não necessariamente têm lastro factível.

Então, quando sentidos corresponderiam às intenções, se efeitos pelos efeitos forem *fins* independentemente de fatos e objetos de sentidos em relação aos fatos? Aí, efeitos de sentidos seriam correspondentes à verossimilhança por si só, e apenas. Bauman e Briggs sabem da importância de se considerar precedentes ideológicos e culturais, como também as relações de poder nas performances. Logo, entre textos e contextos, há “sistemas de relações históricas”.

A “eventualidade” do ato de fala como exclusividade do texto precisa ser superada para se compreender processos sociais totais - dos quais a comunicação é parte, deste todo.

Em associação explícita dos autores à Bakhtin, mas que também remeto à Foucault, vemos com Bauman e Briggs que relações de poder entre interlocutores - a disputar autoridade pelos descentramentos e recentramentos de textos em que performam – não são nada uniformes.

Para Bauman e Briggs (2006, p. 213), “inteloctores podem tentar controlar o modo como seus discursos serão entextualizados e recontextualizados”. Do jornalismo à ciência, isso é *práxi*. “Estes processos tem implicações importantes para os métodos, objetivos e, não menos significativamente, para a ética, de nossa profissão”, reforçam Bauman e Briggs (2006, p. 213).

Então, há algumas considerações dos autores pelas quais proponho refletirmos juntos. Elas extrapolam a dimensão do texto pelo texto, considerando as limitações de que elencamos – sobretudo, quando usos dos textos podem, inclusive, fazerem léxicos perderem sentidos nos transportes dos enunciados entre diferentes *situações* [para o Círculo de Bakhtin, *concretas*].

“Primeiro, há o problema da história, a necessidade de conectar séries de eventos de fala a sistemas históricos de inter-relações, de acordo com uma perspectiva centrada no discurso”, pontuam Bauman e Briggs (2012, p. 215). Isso reforça o que vimos com Foucault (1996, p. 51), em *A Ordem do Discurso*, sobre “suspender a soberania do significante” – o texto pelo texto.

Um texto para vermos a historicidade da linguagem entre descontextualização, entextualização e recontextualização é o de Elayne Silva e João Gonçalves e Claudiana de Alencar. Os autores apontam o trânsito do enunciado “como uma garota”: dos contextos depreciativos às mulheres até àqueles de sua resignificação em sua positividade, isto é, de valorização do protagonismo delas no mundo, através de campanha publicitária pela qual um vídeo materializa a recontextualização. Adotam o percurso dialógico-pragmático semelhante a este que fazemos aqui. Inclusive, apontando alternância de sujeitos no discurso. Do resumo:

Nesse vídeo, a expressão comparativa “Como uma menina”, que historicamente circula num discurso machista, foi transposta para um novo contexto, ligado ao discurso publicitário. Com o estudo, pudemos concluir que o enunciado “Como uma menina”, ao sofrer o processo de entextualização, satura-se de novas marcas contextuais, ganhando matizes semânticos distintos. Além disso, pudemos observar que alguns dos participantes do vídeo da campanha atribuíram valores negativos à expressão “Como uma menina”, expressando uma visão depreciativa sobre o desempenho de meninas e de mulheres em práticas esportivas; outros, por sua vez, deram valores positivos à expressão mencionada e buscaram ressignificá-la (Silva, Gonçalves e Alencar, 2020, p. 527-528).

Os autores recorrem ao conceito do *multimodalidade*, de Jan Blommaert e Ben Rampton (2011), “em referência aos diversos sistemas semióticos ou às múltiplas dimensões da linguagem – verbal, imagética, sonora, etc. – que se articulam para produzir sentidos em determinados materiais” (Silva, Gonçalves e Alencar, 2020, p. 530).

Da articulação entre enunciados, veem avaliações presentes nas contextualizações. “Dois enunciados, separados um do outro no espaço e no tempo e que nada sabem um do outro, revelam-se em relação dialógica mediante uma confrontação do sentido, desde que haja alguma convergência do sentido” (Bakhtin, 1997, p. 354). Confrontação que marca historicidades, e por isso, referência de sentidos conforme ações situadas por momentos históricos específicos.

Articulando as teorias de Bauman e Briggs (1990/2006) e de Blommaert e Rampton (2011) com a perspectiva de Bakhtin e do seu Círculo, podemos assinalar que, quando determinado excerto textual ou fragmento discursivo é entextualizado, ele se impregna por aspectos históricos e corresponde a uma forma de o enunciador se posicionar valorativamente em relação a algum dizer anterior. Trazendo esses apontamentos para o material a ser investigado em nosso trabalho, notamos que os enunciadores expressam seu ponto de vista avaliativo sobre os valores que a expressão “Como uma menina” carrega, os quais remontam historicamente ao contexto em que ele costuma circular, ou seja, o do discurso machista (Silva, Gonçalves e Alencar, 2020, p. 533).

Assim, significantes assumem diversos sentidos a partir das várias circunstâncias externas ao discurso; e, dialeticamente, seus usos e apropriações fazem circular novos sentidos e produzem outros contextos possíveis, promovendo rupturas aos que lhes eram anteriores.

Em artigo que nos propõe pensar *História da comunicação (e do jornalismo): pressupostos teóricos e metodológicos*, Marialva Barbosa (2019b) aponta possibilidades de se trabalhar com a historicidade comunicacional, dentre elas “a de camadas temporais como fundamento central”. “O que se destaca, portanto, são os fluxos de continuidades - que pressupõem também as rupturas - que são construídos nessa história peculiar, que pode incluir o contemporâneo explicitamente na sua trama temporal”, nos orienta Barbosa (2019b, p. 18).

Nas suas considerações, a professora entende como promissora “a introdução do contexto comunicacional como cerne empírico das pesquisas” - aqui, aposta empírica central.

Imaginemos em como o enunciado de “(in)eficácia da (hidroxi)cloroquina” assumiria múltiplos sentidos conforme a variação de um objeto de saúde/doença e interesses envolvidos, assim como pode diversificar entre os diferentes momentos – sincronica ou diacronicamente.

O que nos faz pensar no segundo aspecto trazido por Bauman e Briggs (2006, p. 230), centrado na relação entre eventos e “estruturas sociais mais amplas”; com os efeitos dialéticos: “Novamente o problema é identificar práticas discursivas que façam a mediação entre o uso situado da linguagem com eventos de fala e essas estruturas mais amplas”. Tarefa dos analistas.

Nesta, vemos como a historicidade dos processos comunicacionais sugere memórias. “Ou seja, a memória é ativada como potência contextualizadora da história narrada”, avaliam Bruck, Pimenta e Marques (2022, p. 18), em consonância a Salgado e Strömbäck (2015, p. 149), sobre o jornalismo interpretativo: “proposta que se opõe ou vai além do jornalismo descritivo, que é baseado nos fatos e orientado pela fonte; implicando um certo controle do jornalismo sob o conteúdo noticiado e uma voz jornalística que é proeminente, o que pode incluir comentários de jornalistas” [tradução minha<sup>66</sup>]. Para as professoras Ana Regina Rêgo e Marialva Barbosa, “a pandemia da Covid-19 tem aberto novas frentes de atuação do jornalismo” (2020, p. 81).

Por outro lado, não podemos deixar de considerar a contextualidade e temporalidade imbricadas em uma leitura do tempo, que nos fornece narrativas atuais sobre um cenário sombrio em que o papel da comunicação tem sido de grande relevância para o sucesso das narrativas políticas conservadoras e, em alguns casos, devastadoras, no Brasil (Rêgo e Barbosa, 2020, p. 74).

As professoras, que são da interface de comunicação e história, também concordam conosco sobre o *módus operandi* deste jornalismo interpretativo à luz dos processos de contextualização que realiza: “reações às práticas midiáticas concentradoras e muitas vezes manipuladoras dos meios já tradicionais e, principalmente, às práticas cada vez mais comuns do que se denomina pós-verdade e “fake news” (Rêgo e Barbosa, 2020 p. 74).

Obviamente que não se trata de ver os meios de comunicação de massa contra a internet, empurrados por novas tecnicidades e ritualidades (Martín-Barbéro, 1987) que envolvem processos socioculturais e usos das mídias. A imprensa pode se adaptar à nova ecologia transmidiática e jogar o jogo, ainda que contando com sua legitimidade prévia para hibridizar.

Rego e Barbosa observam que *websites* como *Mídia Ninja*<sup>67</sup> e *Jornalistas Livres*<sup>68</sup> atuam “com o intuito de perceber as mudanças e movimentos temporais e estruturais que estão

---

<sup>66</sup> Do original: In most cases interpretive journalism is conceptualized as opposed to or going beyond descriptive, fact-based or source-driven journalism; entailing greater journalistic control over news content and a more prominent journalistic voice, which may include overt commentary by journalists;

<sup>67</sup> Veja em: <https://midianinja.org>

<sup>68</sup> Veja em: <https://jornalistaslivres.org>

ocorrendo no ambiente comunicativo e que trazem características híbridas de um jornalismo que se posiciona, mas que se pretende próximo da verdade e não abdica do método para chegar ao lugar da Aleteia” [de tornar visível] (Rêgo e Barbosa, 2020, p. 74) – o “midialivrismo”.

Aqui, mantenho a perspectiva de observarmos as implicações entre um certo jornalismo tradicional em relação ao midialivrismo e outras práticas discursivas que extrapolam o campo/prática do jornalismo mas que disputam um lugar de autoridade de verdade – sobretudo, no que tange à ciência/saúde coletiva, haja vista o contexto amplo de pandemia de Covid-19.

Entretanto, valendo-se dos cânones tradicionais aos quais recorre para se autorreferenciar, o jornalismo exerce performances na atual era de pós-verdade. Daí a terceira asserção de Bauman e Briggs nos ajuda a ver as historicidades das performances.

A investigação dos processos interrelacionados de entextualização, descontextualização (descenramento), e recontextualização (recentramento), construída a partir dos *insights* acumulados pelas análises de performance anteriores, abre caminho para a construção de histórias de performances; para iluminar as estruturas sistêmicas mais amplas nas quais as performances desempenham um papel constitutivo; e para a ligação da performance com outros modos de uso de linguagem, já que as performances são descentradas e recentradas tanto dentro como através de eventos de fala – referidas, citadas, avaliadas, contadas, refletidas, refeitas, e de outras maneiras transformadas na produção e reprodução da vida social (Bauman e Briggs, 2006, p. 216).

Da tese de “construção intencional da ignorância” no Brasil e no mundo, Rêgo e Barbosa entendem que se deve à perda de interesses dos sujeitos por factualidade para chegar à verdade – “a convenção em torno da verdade tem como pedra basilar a fundação de um conceito” (2020, p. 75). O jornalismo transporia o visível ao enunciável. Mas o que é priorizado nessa passagem?

Vale lembrar, com Foucault, que esta era estratégia da clínica para auferir autoridade – indicar no discurso rotas de procedimentos que fazem desvelar a verdade entre os seus objetos.

Contextualização jornalística é “contextualidade exposta”, assim nomeada por Rêgo e Barbosa (2020, p. 77) – daí procedimentos da avaliação de veracidade são postos no discurso. “A contextualidade exposta é, portanto, complexa e pressupõe novas posturas aos profissionais e cientistas que trabalham com a proximidade factual e precisam reforçar seus lugares de produção de narrativas credíveis, sejam elas científicas, históricas ou jornalísticas” (p. 77).

O “exposto” por jornalistas sobre cientistas tem seus limites. E é são por estes limites que esta pesquisa adentra, a partir de especificidades linguísticas e o que aprendemos com elas.

Por exemplo, a algoritimização de dados reúne quaisquer sujeitos e instituições pela mediação da *web*. Como o jornalismo em saúde é implicado aí na/pela produção de verdades?

Para Rêgo e Barbosa, a algoritimização das redes sociotécnicas radicalizam a criação de *bolhas* que reúnem sujeitos por demandas de “verdades” que lhes são convenientes. Partindo

da perspectiva de Foucault sobre a produção de verdades, as pesquisadoras expõem uma mudança de paradigmas nesta atualidade - comum ao jornalismo, à ciência e ao Estado.

Assim, em relação ao objetivo geral é válido afirmar que conseguimos perceber, pela interpretação das narrativas, mas também da construção teórica e contextual do texto que ora concluímos, que a política e o contrato de verdade que existia no início do regime de historicidade da modernidade está rompido. Surgem novos acordos sociais em torno da verdade que nem sempre têm a factualidade como ponto de partida. Valores, crenças e experiência foram novamente acionados e os lugares de emissão dos discursos e narrativas que alcançaram credibilidade migraram da Ciência, da academia, do jornalismo, das instituições judiciárias para a Internet, seus blogs, sites e portais, que simulam operações de construção da verdade, ou seja, se passam por sites científicos ou jornalísticos ou situam-se em falas de si, que reverberam somente experiências e valores pessoais sem nenhuma necessidade de comprovação do que lugar que se afirma. Um lugar destacado da verdade, nesse momento, voltou a ser o lugar do sagrado e da fala de Deus, invariavelmente, um Deus controlador e punidor do ponto de vista moral (Rêgo e Barbosa, 2020, p. 162).

Na mesma linha das autoras, vale considerarmos um preceito mais amplo, inclusive anterior ao jornalismo e à ciência: a produção de subjetividades, isto é, o *self* como início e fim. A partir do que chamam de midiatização profunda, Nick Couldry e Andreas Hepp (2020) fazem releitura à Petter Berger e Thomas Luckmann (2021), sobre a *construção social da realidade*.

Para os autores, cada vez mais delegamos aos dados a representação de subjetividades. Isso já acontecia com todo e qualquer artefato, incluindo os meios de comunicação de massa. Mas, com a internet, as empresas que gerem os sistemas de produção, processamento e compartilhamento de dados acabam assumindo gigante poder de mediação, singular na história.

Nos últimos dez anos [até 2020], isso diz muito sobre a existência de cidadãos enquanto tais. Na perspectiva de Couldry e Hepp (2020, p. 189), “em muitas sociedades, espera-se que o *self* esteja disponível para interação via plataformas digitais e até mesmo sinta certa pressão de representar a si mesmo nessas plataformas na “cultura da conectividade” (Van Dijck, 2013)”.

O que muito nos interessa, e Couldry e Hepp bem apontam, é como a produção de subjetividades entre indivíduos e organizações se institucionaliza com a mediação tecnológica. Porque pensaríamos na produção de verdades neste entremeio, do jornalismo à saúde coletiva: da “normalização” do que sujeitos e instituições fariam com a fragmentação dos dados - sobretudo, pelas pré-disposições ético-políticas - à busca por “verdades”, da Folha e terceiros. Busca situada no que o jornal chama de “guerra contra a desinformação” – metáfora bélica.

Contudo, considerando a concorrência da lógica comercial aos preceitos do jornalismo, é possível que a produção/mediação de produção do campo seja refém de conveniências alheias: “passagem do publicismo crítico à publicização cenográfica do cotidiano social”, segundo Sodré (2021, p. 156), isto é, “uma teatralização ou, ao menos, a um jogo cênico dos fatos”.

### Capítulo 3: Entre visível e enunciável, cenas de (in)eficácia da (hidroxi)cloroquina

O jornalismo, que busca lucro na produção de informações aos públicos, ambigualmente se apresenta como ente que preza por isenção e imparcialidade. Mas é possível que a publicidade de interesses do(s) público(s) seja confundida à publicidade do interesse público.

À princípio, é válido desconfirmamos dessas pretensões. E colocar em suspeição o equilíbrio empresarial e político do jornal, sobretudo em pandemias. Quem se debruçou nisso foi Jurgen Habermas, para pensar sobre opinião pública em meio aos desafios à própria formação da esfera pública. Entre fenômenos do risco, isso é ainda mais difícil de equilibrar.

Ora, as contradições foram marcantes, quando havia dificuldades para se ter um equilíbrio entre a consolidação de um Estado presumido pela igualdade política numa sociedade economicamente desigual – com amplas divergências, ao menos nesse ponto Foucault (2008b) também partilha com Habermas esta constatação: pela relação entre economia e jurisdição.

Se idealmente a imprensa representaria a natureza “pública” dessa esfera de mediações, a racionalidade de Estado não homogeneizaria grupos que se formam em torno de interesses. Habermas (2003) percebe que o princípio de “publicidade” das ações do Estado cada vez mais se difere da publicidade que estes grupos desenvolvem em função de seus próprios interesses. O tema “necessita de uma revisão fundamental”, na avaliação de Byun-Chul Han (2021, p. 34).

Jean Baudrillard tinha razões ao colocar em suspeição as pretensões “cívicas” da mídia. Na contramão da tese de Foucault sobre a vigência de um regime disciplinar trazido da modernidade pela ótica do panóptico, metáfora emprestada de Jeremy Bentham que prevê a existência de um único ângulo por onde tudo era observado na prisão em relação às dezenas de celas que abrigavam prisioneiros, Baudrillard (1991) entende que as mídias [incluindo o jornalismo e a publicidade] constituem novos meios que ampliam visibilidades no/do mundo.

Entretanto, para Baudrillard, essas visibilidades não são necessariamente tautológicas – ele não se refere só ao que o olho humano pode ver para constatar o que é verdadeiro ou falso. O que é real e o que é ilusão? - provocação feita por este filósofo francês, que, mesmo com suas clivagens teóricas, parte do próprio Foucault vendo em táticas/estratégias do panóptico ubíquo. “O presídio digital é transparente”, diz Byun-Chul Han (2021, p. 34) sobre a vigilância mediada.

Simulação é a representação do real mediada por signos de modo tecnocomunicacional – via mídias, tanto pelos meios de comunicação de massa quanto via *web*. Uma notícia ou artigo de opinião sobre o uso da (hidroxi)cloroquina contra a Covid-19, por exemplo, tal como um mapa, não é um real, mas a representação do real – uma aproximação ao real. Dissimulação é ato de simulação que, no processo de produção sócio-cultural, seria descrito à recepção como ‘o real’.

A crítica de Baudrillard é que a dissimulação tem como objetivo máximo a produção de um hiper-real, mesmo que, à princípio, comece pela simulação do real. Um exemplo clássico ilustrado por Baudrillard – e apresento brevemente como síntese aqui – é a *Disneyland Park*; ou o filme *O Show de Truman*: os signos configuram elementos de simulação através de uma experiência estética que não tem referentes concretos na realidade. É a virtualidade como o real.

Também em diálogo com Karl Marx, sobretudo para pensar a fetichização do real na ideologia, Baudrillard (1991, p. 33) avalia que “a hiper-realidade e a simulação, essas, são dissuasivas de todo o princípio e de todo o fim, viram contra o poder essa dissuasão que durante muito tempo ele tão bem utilizou”. O simulacro panóptico não é ubiquidade do olhar via mídias; é hiper-realidade “produzida”. Então, o panóptico midiático se mantém na contemporaneidade.

Contudo, mesmo lendo sobre a positividade como *dominação e resistência* do/ao poder, em Foucault, e *hegemonia*, nos Estudos Culturais britânicos da época, Baudrillard (1991, p. 40) é categórico: “É por isso que o poder, no fundo, está de acordo com os discursos ideológicos e os discursos sobre a ideologia; é que são discursos de verdade – sempre bons, mesmo e sobretudo se forem revolucionários, para opor aos golpes mortais da simulação”. E a verdade?

Não esperamos de A Folha de São Paulo a representação ideal da saúde coletiva em sua cobertura midiática sem disputas e contradições, antes, durante e após a pandemia de Covid – nem de instituições/sujeitos entremeados em intrigas narradas pelo jornal e/ou Grupo Folha.

Há contradições entre o que se espera por ‘falar a verdade’ e fatos como eles foram/são. As contradições não são produto da análise de proposições com vistas a um *oculto* desvendado – uma espécie de neoliberalismo literamente declarado e analisado formalmente, termo a termo.

Para Foucault (2008a, p. 171), “Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimí-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência”. Mas ele (Ibidem, p. 190) critica a ênfase no que chama de “modelo linear de ato de fala” - “em que todos os acontecimentos se sucedem, com exceção do efeito de coincidência e de superposição”.

Isso nos demanda ir aos atos de fala, em relação aos domínios, no processo histórico. Todavia... Olhar os efeitos de verdade na relação entre objetos de um discurso nos permite evitar a miopia analítica pela “fugidia aparência” de verdade. Proponho observarmos adiante como a Folha se posiciona na cobertura jornalística a que se propõe fazer a partir de terceiros.

“Por definição, uma assinatura escrita implica a não-presença atual ou empírica do signatário” (Derrida, 1990, p. 35). Qual a *assinatura* da FSP no atravessamento histórico? Quem “assina”? Quais autoridades de verdade “assinam” na Folha e/ou “assinam” pela Folha? Como essa assinatura é reconhecida? [Inclusive, para além da própria pandemia de Covid-19...].

Poderíamos considerar a relação entre produção de sentidos pelo mesmo jornal sobre adoecimentos que não estão diretamente vinculados a uma emergência de saúde pública caracterizada como uma epidemia/pandemia – embora frisemos que há doenças negligenciadas, como é o caso da malária, que trago aqui até mesmo para problematizarmos sua negligência.

Ao falar sobre “Racionalidade política no jornalismo de saúde: o papel das fontes na construção da relação entre a obesidade e a pobreza no jornal brasileiro Folha de São Paulo”, por exemplo, Monica Carvalho observou argumentos de sujeitos considerados especialistas – “pode-se afirmar que esses argumentos minimizam a importância dos aspectos sociais que possam estar relacionados com onexo obesidade/pobreza” (Carvalho, 2012, p. 103).

E assim teríamos muitos outros trabalhos que trazem, inclusive, a cobertura jornalística da Folha sobre outras doenças – até sob emergência de saúde pública configurada por outras epidemias, principalmente as tropicais: dengue, chikungunya, zikavírus, H1N1 e febre amarela.

Então, retomo o que discutíamos antes para pensarmos no comum e no que há de singularidades em relação à Covid-19: como diferenciarmos o real e o hiper-real, se quisermos ainda preservar a facticidade do mundo em relação ao que ainda podemos ter de “verdade”? Indo num caminho parecido que Althusser tomou nessa bifurcação entre Marx e Foucault, a tese de Baudrillard supera o olhar centralizador da produção de sentidos na mídia pela mídia.

Muniz Sodré (2019a) resgata-a para pensar o simbólico além do *medium* tecnológico, por onde muitos estudos foram desenvolvidos em função dos efeitos dos meios de comunicação. “A intervenção reflexiva de Baudrillard – mais antropológica-filosófica do que sociológica – foi bem mais abrangente, ao deixar ver posteriormente que a inteligibilidade da sociedade contemporânea ultrapassava o domínio da semiologia *stricto sensu*” (Sodré, 2019a, p. 83).

Mas, paradoxalmente, Baudrillard é apocalíptico sobre os efeitos “manipulativos” com vistas à produção do hiper-real. É como se sujeitos não o distinguisse mais em relação ao real; ou, então, mesmo que esse filósofo relute em admitir que não vê passividade desses sujeitos.

Ao mesmo tempo propõe pensar no “menor desvio possível (MDP)” entre real e hiper-real, “sob pena de reabsorção num processo aleatório e indeterminado e do qual o discurso já nem sequer pode dar conta, já que é ele próprio uma categoria determinada” (Baudrillard, 1991, p. 45). Pela pós-verdade, insistimos – com Foucault, Círculo de Bakhtin e pragmáticos – sobre usos da linguagem, conscientes ou não. Nos diz sobre efeitos de verdade postos como ‘o real’.

Na ótica da governamentalidade, as práticas de gestão do risco podem contar com especulações probabilísticas e/ou imaginárias, coletivas e individuais – até em contracondutas. E mais: há trincheiras na luta pela verdade do risco: ora a FSP produz; ora é produto de discurso – contextualizando fatos e, a partir de *frames* discursivos, apresentando-os como “verdade(s)”.

Já que a proposta de uso da (hidroxi)cloroquina é mantida com aval institucional da presidência da república e da instituição que representa a categoria médica no Brasil, há ganhos de quem apresenta o hiper-real como o real. Conceituemos: se há evidência científica [ Fiocruz] e institucional [governos de alguns estados brasileiros que a adota] pela qual a tese foi refutada, a “eficiência da (hidroxi)cloroquina” passa a ser um hiper-real apresentado como real.

Em parte com Baudrillard, consideraremos o diagnóstico – há dissimilação reforçada pelos “ofertantes” da promessa de valor da proposta, por se ignorar a contrapartida de sua tese. Quem “compra” ideias reforça crenças e valores. Até pelo hiper-real, constrói a realidade – na perspectiva pragmática/desconstrucionista, é o que se faz com a linguagem, como vemos aqui. E disputa espaços concretos na esfera pública! O jornal(ismo) participa dessa disputa de *frames*.

Se é possível haver manipulação discursiva da temporalidade de fatos à desinformação, feita por terceiros em relação ao jornal, também tornemos suspeito o estatuto ético do jornalismo no limiar da História – aqui, da Folha. Em 1922, já dizia Lippmann (2008, p. 156): “à medida que as ideologias tratam do futuro invisível, assim como o presente tangível, elas logo cruzam imperceptíveis as fronteiras da verificação”. Contudo, ideologias deixam marcas.

Lippmann se referia aos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial – muitos até silenciados pelos grandes jornais, no mundo. Harold Lasswell (1934) documentou, escrevendo *Propaganda Technique in the World War* – clássico que hoje tem sido revisitado para se pensar em atuais processos de desinformação. O risco da guerra também é simbólico, com efeitos. Fazer esquecer o ‘INconveniente’ a se saber é estratégia “bélica” contra a memória (cf. Ricouer, 2020, p. 423-462; Koselleck, 2014, p. 247-263); uso estratégico da linguagem.

‘Você está no Armagedon, mais ou menos, mas você batalha pelo Senhor, talvez... Um verdadeiro início, verdadeiro de acordo com os padrões existentes, e um final feliz’ (Lippmann, 2008, p. 156). Ou... Podemos reconstituir tal (re)constituição de fatos “da” Folha. E, do real e ao hiper-real, vemos o estatuto ético-político de saúde que nos está sendo legado, mesmo em direção a outros objetos de saúde; e seu contrato fiduciário na/pela/com a verdade.

A proposta aqui é analisar três matérias de referência. As duas primeiras, referentes aos posicionamentos do atual ministro do STF, Flávio Dino, e do médico/gestor Roberto Kalil Filho – posicionados entre textos de informação e desinformação de eficácia da (hidroxi)cloroquina. O terceiro texto é mais abrangente: panorama da pandemia de Covid-19 pela F. de São Paulo.

Se o jornalismo dimensiona o risco como alvo de “guerra”, até projetando a prevenção a seu vetor/fator como objeto discursivo (Cardoso, 2012), a *guerra contra a desinformação* pelo uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 nos apontaria continuidades e rupturas na história. E múltiplos interesses enquanto objeto de posicionamentos postos na/pela Folha em discurso.

### 3.1 Texto I: Posicionamentos de Flávio Dino sobre (hidroxi)cloroquina à Covid-19

A matéria<sup>69</sup> produzida pelo UOL e publicada pelo Jornal F. de São Paulo em 10 de março de 2023, 19h 02min, tem como título: “Governo federal não indica uso de cloroquina contra a Covid; post tira falas de Flávio Dino de contexto”. Subtítulo: “Vídeo usado em post viral é do começo da pandemia, quando ministro não fazia parte do governo federal”. Início:

Post com entrevista do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, sobre o uso de cloroquina e azitromicina para o tratamento da Covid-19, é enganoso. O conteúdo, verificado pelo Projeto Comprova, foi exibido, na verdade, em 19 de maio de 2020, nos primeiros meses da pandemia, quando ainda não havia consenso entre cientistas sobre a ineficácia desses medicamentos. Dino era, na época, governador do Maranhão.

No texto, percebemos que a caracterização que a Folha faz é a mesma da entidade que verifica fatos (*fact checking*), Projeto Comprova, em relação à veracidade do material veiculado: **enganoso**. Não há manipulação ao material do vídeo, conforme se depreende da leitura à FSP, e sim, uma associação de um texto supostamente elaborado posteriormente com o vídeo produzido e circulado anteriormente. Configurando intertextualidades.

Frise-se que esse advérbio ‘anteriormente’ não é tão próximo temporalmente. Refere-se ao curso dos acontecimentos “nos primeiros meses da pandemia”. E o ‘posteriormente’ dá margem à compreensão implícita de que se trata de um passado muito próximo, atualizado recentemente pela enunciação jornalística (Franciscato, 2003; Tétu, 1997).

Na associação de textos em distensão espaço-temporal, o argumento se estrutura para que se possa sugerir ao leitor que o fato discursivo é enganoso. Consideremos a relação entre o vídeo produzido ao seu contexto de 19 de maio 2020 como texto (X) [texto>contexto>texto] [vide cap. 2] *mais* o texto adicionado posteriormente (Y) [texto>contexto>texto], tendo como resultado o novo texto (XY’) [texto>contexto>texto]. Este é o produto final (XY’) classificado como enganoso. X foi extraído de seu contexto de origem: descontextualização. Associado a Y: entextualização. Produção textual XY’: recontextualização. Assim, o ciclo se faz/desfaz-se.

A disputa discursiva pela (re)elaboração de sentidos tem como *performers* o próprio Jornal Folha de São Paulo, que convoca ao discurso o sujeito protagonista desse atravessamento intertextual/interdiscursivo, o Ministro da Justiça, Flávio Dino, e a rede de outros atores.

Estes sujeitos fazem seus respectivos percursos discursivos para tentar neutralizar ou mitigar efeitos discursivos do ato (classificado como) enganoso. São ativos na contextualização. Vejamos a reiteração enunciativa e o discurso relatado como premissas para entendermos isso.

---

<sup>69</sup> Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/03/governo-federal-nao-indica-uso-de-cloroquina-contra-a-covid-post-tira-falas-de-flavio-dino-de-contexto.shtml>>. Acesso em: 15/06/2024.

### 3. 1. 1 A reiteração enunciativa

A Folha classifica como “enganosa” a publicação de suposto apoio do então Ministro da Justiça, Flávio Dino, ao uso da (hidroxi)cloroquina no *tratamento precoce* à Covid-19, argumentando da seguinte forma: o “Vídeo usado em post viral é do começo da pandemia, quando ministro não fazia parte do governo federal”. Há demarcação de um momento histórico.

Primeiro, a duração do evento original, o ato de fala de Flávio Dino, é demarcado pela coincidência entre “começo da pandemia”, Fase I - cronologicamente datada pelo jornal como 19 de março de 2020 [“primeiros três meses da pandemia”] - e a predominância de incerteza científica como ponto de encontro (“consenso” provisório) entre médicos favoráveis e contrários à realização do referido *tratamento precoce* [“não havia consenso entre cientistas”].

Após isso, há uma ruptura – aqui, a controvérsia se origina. Segundo, o lugar do sujeito do ato de fala é deslocado daquele seu, inicial, de enunciação: não apenas no/pelo discurso “enganoso”, mas no/pelo próprio discurso contextual do jornal, coercitivamente em relação àquele primeiro do autor (da ação e do discurso) - o qual, mesmo que atualmente ministro, não fala pela pasta da Saúde [“...o governo federal não recomenda o uso dos remédios”]. E sim “a atual ministra da Saúde, Nísia Trindade, no dia 10 de janeiro, informou (...)”, na Fase III.

Logo, destaquemos a partir de agora duas categorias que, daqui pra frente, nos serão centrais às reflexões sobre a performance do jornalismo enquanto produtor de “verdades” na regência textual pela qual o discurso se (re)organiza: síntese de temporalidades e deslocamento de sujeitos entre os lugares de fala que a manipulação<sup>70</sup> do discurso lhe permite fazer.

A “verdade”, então, é produzida no texto/discurso, o produto; o fazer jornalístico, o processo, tem a legitimidade como valor social de sua *práxis*. E a dialogicidade é a condição de possibilidade que entrelaça, num nó de temporalidades, os sujeitos no produto jornalístico, cujo valor é auferido pelo processo que lhe é antecedente. Este “nó” a que me refiro está no enunciado – e é através dele que a duração/distensão espaço-temporal é escrita/inscrita.

Noutro trabalho (Santos, 2022, p. 57-61), apontei como o enunciado ‘hidroxi)cloroquina não tem eficácia científica/clínica comprovada’ atravessa toda a cobertura jornalística da Folha referente ao uso deste fármaco à adoção do *tratamento precoce* – fenômeno este que estou chamando de reiteração enunciativa. Tanto é que foi a partir deste enunciado central reiterado que observamos a problemática de pesquisa no recorte de contextualização jornalística, que tem a promessa locutória de avaliar a veridicidade dos fatos nos/pelos textos.

---

<sup>70</sup> O sentido de “manipulação” é referente à organização textual/discursiva, a qual nós fazemos em situações de fala (cf. Santos, 2022, p. 29). A “manipulação”, aqui, não se enquadra na noção equivocada/hiper relativizada em teorias conspiratórias de que muito se valem os *negacionismos* (cf. Charaudeau, 2022).

Todavia, um enunciado se articula outros, entrelançando novos objetos. Por exemplo: a tese de que a (hidroxi)cloroquina é “ineficaz” suscita argumentos de diversas epistemes, nos termos de Foucault, para que a verdade seja “provada” pela ciência e mostrada no/pelo jornal.

Foucault (2008a) fala sobre as propriedades dos enunciados, de que tratamos no capítulo 3 daquele estudo (Santos, 2022, p. 36-37), a saber: raridade, exterioridade e acúmulo.

De acúmulo do enunciado, destaco três premissas (Santos, 2022, p. 37): o conceito de duração previsto por Henri Bergson (2010), mas a partir de Deleuze (2019, 2020), de modo que o enunciado reconstitui o espaço-tempo e o mantém enquanto a enunciação acioná-lo. A segunda é consequente da primeira, quando Charaudeau (2019) considera o contrato midiático como propósito dos meios/empresas de comunicação, e daí complementei à proposta afirmando que a reiteração enunciativa é constitutiva desse pacto. E, com Tétu (1997), vemos que as premissas anteriores se especializam no jornalismo, pela legitimidade do campo/prática reforçada na/pela sua autoreferencialidade para demarcar posicionamentos no texto/discurso.

Ali (Santos, 2022, p. 20-24) e aqui (sobretudo no capítulo anterior, 2), vimos que o dialogismo/dialogicidade, sugerido por Bakhtin (2014), está no entrelaçamento dos enunciados (“fios dialógicos”) – daí a polifonia (Brait, 2010, 2012; Bezerra, 2010) tende a ser vigente; como também permite ao sujeito [incluindo o pesquisador e/ou seu(s) outro(s) (Amorim, 2004)] constituir/reconstituir contexto(s) para compreender e agir no mundo. Responsivamente.

Se retomarmos a premissa de que a palavra alheia (Bakhtin, 2022) encontra superdestinatários (Bakhtin, 1997) para além de contextos não-determinados previamente (Derrida, 2019, 1990, 1972), a reiteração sempre será essa atualização de um enunciado.

A atualização não é só feita pelo campo do jornalismo, mas, por quaisquer sujeitos. Chegamos à especificidade que desafia o Círculo de Bakhtin: o subentendido da linguagem. “Certamente, no futuro ainda teremos de falar sobre a importância do papel que o subentendido desempenha no enunciado literário”, já reconhecia Volóchinov (2019, p. 286), pela literatura, que completa imediatamente em seguida: “Por hora, observemos que, de modo geral, nenhum enunciado – científico, filosófico, literário – pode existir sem um certo grau de subentendido”.

Questão: até que grau, se, como vimos, os usos internos de enunciados da ciência são mobilizados para além dos procedimentos de falseabilidade da própria ciência? Sim, é difícil. Com agravante atual: subversão da dúvida pela temporalidade das etapas do processo científico é realizada como estratégia desinformativa, à revelia de empiria e fatos; entre subentendidos.

O subentendido do enunciado é concebido por Volóchinov (2019, p. 282-286) como “parte extraverbal”. Essa que muitas vezes é avocada quando uma informação acaba se tornando desinformativa, por exemplo, pela omissão de referentes, inclusive espaço-temporais.

Não deixa de ser estratégia des-contextual. Obviamente que o Círculo de Bakhtin não lidava com os processos de desinformação que vemos hoje. Mas, as premissas destes linguistas já nos fazem atentar às axiologias implícitas na manipulação discursiva da palavra na vida.

Os três aspectos subentendidos da parte extraverbal do enunciado, encontrados por nós – o *espaço* e o *tempo* do acontecimento do enunciado (o “onde” e o “quando”), o objeto ou o *tema* do enunciado (“sobre o quê” se fala) e a relação dos falantes com o ocorrido (“avaliação”) -, convencionamos chamar por uma palavra já conhecida: *situação*.

E agora se torna completamente claro que a *diferença nas situações determina também a diferença nos sentidos* de uma mesma expressão verbal. Nesse caso, a expressão verbal – o enunciado – reflete a situação não apenas de modo passivo. Não, ela é a sua solução, torna-se sua conclusão avaliativa e ao mesmo tempo é uma condição necessária do seu desenvolvimento ideológico posterior (Volóchinov, 2019, p. 285).

Considerando os processos de desinformação como novos desafios, paradigmáticos em relação à comunicação/jornalismo, vemos atualmente os meios/empresas de comunicação, sobretudo jornalísticos, preventivamente mantendo marcas de reiteração enunciativa a partir da situação de fala contextualizada temporalmente no texto/intertexto [sabemos que contexto é texto; texto é contextual]. Isso tem efeitos. Vejamos, pelos trechos da matéria:

I – “De acordo com a mensagem que acompanha o vídeo, dá-se a entender que Dino acredita na *eficácia da cloroquina para o tratamento da Covid-19* **hoje** em dia, o que **não é verdade**” [segundo parágrafo]. Destaques meus: em itálico – enunciado central/tese de reiteração para comprovar campo de presença da “verdade”; em negrito - marca do tempo presente presente (Koselleck, 2014) + autenticação de veridicidade jornalística (Charaudeau, 2019) [neste caso, de refutação/antítese da pretensão de verdade de outro(s) sujeito(s)].

II – “O ex-presidente Jair Bolsonaro, durante toda a pandemia, aconselhou o uso da cloroquina, hidroxicloroquina e ivermectina contra a Covid-19, apesar de esses medicamentos ***não possuem eficácia comprovada*** para combater a doença” [décimo parágrafo]. Destaques meus: em itálico/negrito – enunciado central reiterado para provar campo de presença da “verdade”.

Agora, o tracejado que sublinha a expressão não é destaque meu, e sim, do jornal Folha.

Representa hiperlink que remete a outro texto [havendo intertextualidade]: “Remédios que Bolsonaro tomou contra covid-19 ***não têm eficácia comprovada***”. Destaques meus: enunciado central/tese de reiteração para comprovar campo de presença da “verdade”; em negrito - demarcação do tempo presente presente; entretanto, de um passado-presente também, porque o referido texto foi produzido/publicado no dia 7 de julho de 2020 e atualizado no dia 10 de março de 2023. Frise-se: há uma descrição de conduta do sujeito Jair Bolsonaro, logo, de ações reiteradas pró *tratamento precoce* ao longo do espaço-tempo - “durante toda a pandemia”.

A diacronia no/do texto/discurso tem a seguinte relação temporal para o exercício de autenticação jornalística: 10 de março de 2023 (T) – 07 de julho de 2020 (T') = fase do consenso de que a (hidroxi)cloroquina “não têm eficácia comprovada” (Tf). Distensão temporal para construção de lugares e sujeitos que em T não ocupam o lugar de verdade:  $Tf - T' = T^\circ$ .

Lugar a ser ocupado para autenticação de “verdade” enquanto campo de conhecimentos e práticas: ciência-saúde/pesquisa em saúde e medicina. Sujeitos (implícitos) de reforço à tese, consequentemente convocados a ocuparem o lugar de autenticação do lugar (de comprovação) da “verdade”: cientistas e médicos contrários à adoção do *tratamento precoce*, que “coincidem” por também ocuparem o lugar de oposição política à Bolsonaro [vimos isso nesse texto, aqui].

Em Tf, a duração de “toda a pandemia” é a distensão temporal máxima que tem como referência o instante de publicação do texto no presente (T) [10 de março de 2023], como “fim” mais atual, pela qual Bolsonaro é novamente posto no lugar discursivo de negligência às evidências que embasam o enunciado central – este, por acaso, é atualizado pela FSP, assim: da falta de comprovação de eficácia clínica *para* ineficácia da (hidroxi)cloroquina à Covid-19.

Para desinformação, a diferença entre falta de comprovação de eficácia e comprovação de ineficácia é o deslocamento da incerteza que predominou nos primeiros três meses do início da pandemia [março a maio de 2020], Fase I, para sua continuidade, das Fase II e III em diante. A veridicidade jornalística busca marcar sua ruptura (Foucault, 2008a), da Fase I às outras.

Parece uma diferença sutil, mas essa mudança, mostrada no texto/discurso, coloca também sujeitos em locais diferentes conforme os acontecimentos discursivamente narrados e a temporalidade que a atualização enunciativa do jornal demarca no texto/discurso.

É uma mudança - no sentido de mutabilidade pela historicidade de que fala Koselleck (2014) - mas que coexiste com resíduos do passado. O jornalismo reúne resíduos do passado no tempo presente à medida que se vale de rastros que materializam-se de diversas formas.

A colocação do discurso em sua temporalidade tomando como ponto de partida o tempo presente é a reação do veículo jornalístico frente às disputas discursivas/práticas pelos sentidos do real – neste caso, a pretensão do meio/empresa de comunicação é combater a desinformação.

Tal como Machado de Assis que, em referência à Brás Cubas, enuncia por memórias póstumas, o jornalismo não segue cronologia linear, embora a cronologia sejam as coordenadas de que o campo/prática organiza em função do que enunciados do discurso tentam direcionar.

Início e fim são reconstituídos a cada enunciação. E Machado usa a linguagem pelo jogo lógico/semântico que faz em relação ao(s) lugar(es) do sujeito Brás Cubas a serem ocupados: autor-narrador/agente, o autor-difunto, e narrador-autor/agente, o defunto-autor. Tenta romper a linearidade da narrativa e, portanto, a própria aporia do ser à linguagem (Derrida, 2018).

Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poria em primeiro lugar o meu nascimento ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferente método: a primeira é que eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço; a segunda é que o escrito ficaria assim mais galante e mais novo. Moisés, que também contou a sua morte, não a pôs no intróito, mas no cabo: diferença radical entre este livro e o *Pentateuco* (Assis, 2002, p. 17).

A diacronia marca não apenas a obra de um(a) dos(as) maiores literários(as) brasileiros, Machado de Assis, mas a própria essência de uma ruptura à perspectiva positivista da história.

Nisto, vemos com Koselleck como a historicidade assume possibilidades de mobilidade, no sentido de mutabilidade. Ele refere-se às transformações de categorias antes engessadas num dito “momento histórico” linearmente condicionado pelo espaço/tempo visível/imediato.

Qual é o tempo do discurso jornalístico? Para Wilson Gomes (2009), é justamente a diferença entre “o tempo do fato” e o “tempo da narração” que gera relações de causalidade. E a diferença entre ‘tempo do fato’ e ‘tempo de dimensões e elementos’ que produzem o tempo.

“Nesse caso, ainda que não possamos eliminar o dado cronológico, reitero que a relação é muito mais lógica do que temporal, é muito mais entre C e D na relação linear A, B, C, D, E... do que a relação entre o antes e o agora”, diz Gomes (2009, p. 32) sobre redes de causalidades.

Voltemos à mesma matéria. Por que a Folha de São Paulo não trouxe outros textos anteriores, em sua cronologia, e sim, justamente este de 07 de julho de 2020? Ora, como observamos antes, há uma cadeia verbal ampla (muito maior até do que este recorte feito aqui) entrelaçada pelo mesmo enunciado, este referente à eficácia/ineficácia da (hidroxi)cloroquina. Por que este texto [e não outro(s)] é submetido à atualização, se a cobertura da FSP é tão ampla?

Da sua tese de doutorado, Leticia Cantarela Matheus traz duas considerações importantes (Matheus, 2011, p. 221). Primeiro, de um certo estatuto de *práxis* para ruptura à noção do senso comum estereotipada de “atualidade” do jornalismo, como se ela fosse exclusividade do tempo síncrono presente presente (Koselleck, 2010, 2014): “A matéria da qual trata o jornalismo, reconhecido como narrativa do presente, forma-se de múltiplas temporalidades que extrapolam essa dimensão, compondo um todo cotidiano que é feito de várias densidades e profundidades temporais”. Segundo, da *práxis* por si (Ibidem, p. 221): “Recorre ao passado para ancorar sua legitimidade e também construir sua notícia, tão associada à experiência do presente, mas cujo sentido só se completa frente a referências pretéritas”.

Até que Matheus (2011) coloca em estágio de atenção algo imprescindível a ver/refletir: a arriscada totalização de um “real”. Em que pese a fulcral importância desse campo/prática, o jornalismo reflete e refrata as condições de possibilidades históricas de onde *está* situado.

O risco é crer que uma forma de comunicação que faz sentido para alguns deva ser parâmetro para todos, ainda que vivamos em temporalidades tão diferentes. Se a arquitetura temporal é uma configuração cultural, cada grupo humano produz narrativas que articulam tempos diferentes. Seu valor e significados serão diferentes. Os fios narrativos com os quais tecemos nossas intrigas nunca reproduzem os mesmos nós, os mesmos pontos, não repetem necessariamente os mesmos bordados e costuras em todos os tecidos sociais. Seguimos coletivamente os fios das meadas, mas as histórias que escrevemos nunca poderão repetir as mesmas intrigas se somos grupos humanos com interesses diversos e contradições (Matheus, 2011, p. 212).

Matheus fala das “tirarias do tempo” discursivamente construídas pelo jornal como “tirantias comunicacionais”. “Estudar as relações das diferentes formas de comunicação com os ritmos sociais ajuda a entender a produção de sentido na duração. E se o jornalismo é articulador de temporalidades particularidades, ele não pode servir a todos”, avalia Matheus (2011, p. 221).

Uma das marcas da heterogeneidade manifesta no/do jornalismo possível/passível à tirania comunicacional é a contextualização, especificamente a contextualização jornalística. É válido especificar que, “no” jornalismo, estão atravessadas as relações entre diferentes atores. E, “do” jornalismo, implica a prática específica, como também grupo, meio de comunicação, gênero discursivo/jornalístico, editoria, texto, rotinas produtivas profissionais, audiência etc.

Essa relação intra-intertextual tem o discurso como ponto de equidistância de forças vetoriais de poder entre atores no campo – sobretudo, o interdiscurso. Certamente que esse “como” não deixa de demandar uma observação aos trabalhos científicos que têm sido feitos – sobretudo, a duração de incertezas na esfera pública midiática.

Condições contingenciais, em contextos de risco, além de impactarem a saúde dos jornalistas, interferem no processo de trabalho da categoria e no produto final do jornalismo. Daí as temporalidades dos fatos implicam em configurações discursivas de incertezas públicas.

Para Márcia Amaral e Elise Souza (2021, p. 336), “A pandemia radicalizou a aceleração do tempo já constitutiva da atividade jornalística, e a cobertura de incertezas e riscos em tempo real colocou o jornalismo em posições titubeantes”. A ‘precisão’ do ofício ficou comprometida.

Mas incertezas são parte de ciência e jornalismo. Mesmo a ciência sendo ponderada na busca de soluções em relação ao tempo, o jornalismo lida com a atualização linguística para interpretação dos fatos em curto intervalo temporal. Na pandemia, há esse inusitado encontro.

Da pandemia, as autoras destacam influências das condições sanitárias ao trabalho de produção da imprensa e mídias. “Este processo envolveu instabilidades na apuração dos acontecimentos (agravadas com o home office dos jornalistas) e a impossibilidade de narrativas assertivas e propositivas, especialmente por parte das fontes científicas”, descrevem Amaral e Souza (2021, p. 336). E apesar do esforço conjunto, cada campo/prática tem lógicas específicas.

Porém, a literatura mostra que há exceção em contextos de risco [vide seção 1. 4, acima]. Se pensarmos no tempo de apropriação de informações que circulam e aquele da adoção de práticas dos cuidados em saúde, teremos vários fatores implicados à busca de uma verdade. “Talvez seja possível afirmar que o tempo da ciência e o tempo do jornalismo em alguns momentos andaram ineditamente compassados”, apontam Amaral e Souza (2021, p. 336).

Essa excepcionalidade não é do jornalismo, pautado num frenético trabalho de atualização enunciativa em torno dos fatos, e sim, da ciência. Aliás, a agilidade para descobrir uma tecnologia biomédica que barraria variantes do SARS-CoV-2 fora argumento para testagem de várias possibilidades – inclui-se a (hidroxi)cloroquina. Daí haver entrecruzamentos da ciência e do jornalismo. Na fase I, março-maio de 2020, o foco no achado mais imediato de tecnologia biomédica à Covid-19 passou a agendar jornais [retomaremos isso na seção 3. 3].

Mas, para Lerner, Cardoso e Clébicar (2021, p. 82), “A tensão na cobertura, elevada em março e abril, arrefeceu em maio, apesar dos registros oficiais de infecção e óbitos continuarem ascendentes”. Em junho de 2020, segundo as pesquisadoras, em observação ao O Globo e demais jornais, o foco da cobertura midiática muda. É deslocado da tecnologia biomédica para outras controvérsias – algumas, de que falamos na introdução, tais como a flexibilização de medidas sanitárias restritivas, sobretudo de quarentena – inclusive, tema de capa dos jornais.

A cobertura foi marcada “menos pela pandemia, e mais pela tensão com o governo federal”, registram Lerner, Cardoso e Clébicar (2021, p. 82); “isso se somou a esperança vinda da Europa, que vivia declínio de contágio e reabertura”, completam em seguida, sobre a Fase I.

Mudanças de foco entre domínios, do científico ao político, impactam em configurações discursivas de incertezas na esfera pública: “sobreposição entre verdade jornalística e verdade científica”, segundo Amaral e Souza (2021, p. 346). Estas pesquisadoras ainda foram ao jornal Folha de São Paulo observar como o jornalismo e a ciência lidaram com controvérsias.

“Epidemiologistas, virologistas, microbiologistas e médicos da linha de frente passaram a delinear e a enquadrar o acontecimento e a contribuir com efeitos sobretudo de saber e de descrição/veracidade”, lembram as autoras (2021, p. 342). Daí cientistas alocados entre lugares do discurso do jornalismo somam com jornalistas, em saber e descrição/veracidade.

“Por outro lado, o processo de incertezas científicas ocasionado pela urgência da pandemia também ficou exposto, ao passo que mesmo artigos publicados em periódicos renomados foram posteriormente questionados, aquecendo os debates sobre a credibilidade da área científica”, ponderam Amaral e Souza (2021, p. 344). Fernandes *et al.* (2020) viram isso.

Incertezas são parte de controvérsias. Mas, com desinformação, há subentendidos além da duração de incertezas científicas: desafios ao jornalismo e à ciência na produção de verdade.

As controvérsias públicas envolvendo a ciência são necessárias, entretanto faz-se necessário também maior especialização dos jornalistas para criar competência de como narrá-las, sobretudo durante uma catástrofe global, sob pena de jogar para a população um nível de incerteza que desconstrói o mínimo conhecimento comprovado sobre o tema.

No “durante” de um desastre, muitas vezes não resta outra saída ao jornalismo senão ter pontos de apego temporário ao discurso científico mesmo considerando que os fatos científicos também são socialmente construídos e que a produção científica é passível de questionamento e vigilância, sobretudo no sentido de apontar a ação de *lobbies* e de *think tanks*<sup>71</sup> (Amaral e Souza, 2021, p. 344).

Até que o jornalismo tente fazer checagens dos fatos e atualizá-los em novas narrativas, a incerteza já superada cientificamente continuará sendo “incerteza” para quem acredita que é.

Ocorre pelo fato de desinformadores, mal intencionados, buscarem efeitos de sentidos: aparências (de antigas) incertezas são discursivamente projetadas na produção comunicativa, bastando o simulacro ser reconhecido/significado como ‘hiper-real’ (Baudrillard, 1991).

Interlocutores de desinformação podem estabelecer *contrato de leitura* via negacionismo científico. Mas, primeiro, vejamos com Verón (2004, p. 226) a raiz do conceito: “espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor; uma paisagem, de alguma forma, na qual o leitor pode escolher seu caminho com mais ou menos liberdade, onde há zonas nas quais ele corre o risco de se perder ou, ao contrário, que são perfeitamente sinalizadas”.

Para Ricouer há uma relação muito íntima entre a conjectura e a validação já no ato de compreensão do texto. “Temos que conjecturar o sentido do texto porque a intenção do autor fica para além do nosso alcance”, ele explica (Ricouer, 2019, p. 106). Ainda que não seja exclusivo do texto, o contrato de leitura traz elementos para que o sujeito faça essa conjectura.

A conjectura, em Ricouer (2019, p. 110), faz parte da leitura por “prescrições de sentido inerentes às margens do sentido potencial que rodeia o núcleo semântico da obra”, embora “estas prescrições se têm de conjecturar antes de poderem reger o trabalho de interpretação”.

O autor diferencia validação e verificação. A validação é a lógica da redução de incerteza guiada por probabilidades qualitativas (Kant, 2019). “Mas aos procedimentos de validação pertencem igualmente procedimentos de invalidação semelhantes aos critérios de falsificabilidade propostos por Karl Popper” (Ricouer, 2004, p. 111). Feitos no/pelo texto?

Nessa linha, Ricouer aponta um dos equívocos, sobretudo hermenêutico: o de que, empiricamente, a compreensão deveria ser direcionada ao “endereçado original do texto”. Ainda nesta seção, veremos como o jornal tenta demarcar “verdades” na reiteração de uma tese ao longo dos textos, buscando estes endereçamentos no atravessar de espaço-temporalidades.

---

<sup>71</sup> “Organizações que influenciam o processo de elaboração de políticas públicas”, informam as autoras em rodapé.

### 3. 1. 2 O discurso relatado

No segundo parágrafo do texto da Folha, de que tratamos na subseção anterior<sup>72</sup>, o jornal tenta colocar em xeque o efeito de verdade buscado pelo suposto autor do vídeo enganador, evidenciando a pressuposição esperada por este em relação à compreensão e concordância do consumidor do material possivelmente desinformativo: “dá-se a entender que Dino (...)”.

É uma forma de contrabalancear a credibilidade: reduzindo ou anulando a da fonte “enganadora” para, em contrapartida, reforçar a da atual Ministra da Saúde, que se posiciona contra o *tratamento precoce*; logo, o conteúdo do seu ato de fala é explícito em ordem direta: “medidas sem base científica ou sem amparo legal, entre elas nota técnica sobre cloroquina, serão revogadas imediatamente pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”.

Como também a pressuposição antecipada pelo jornal não deixa de ser uma elucidação à fala de Dino, ainda que não seja este sujeito que explique, por ele mesmo, as ambivalências da fala atribuída por um outro como se fosse dele mesmo. Desde então, vemos a configuração de um padrão enunciativo. Charaudeau chama-o de discurso relatado, com base no dialogismo propostos por Bakhtin; e, especificamente, o discurso citado, em Volóchinov.

O discurso relatado é o ato de enunciação pelo qual um locutor relata (Dr) o que foi dito (Do) por um outro locutor (Loc/o), dirigindo-se a um interlocutor (Interloc/r) que, em princípio, não é o interlocutor de origem (Interloc/o). A isso é preciso acrescentar que o dito, o locutor e o interlocutor de origem (Do, Loc/o, e Interloc/o) encontram-se num espaço tempo (Eo-To) diferente daquele (Er-Tr) do dito relatado, do locutor-relator (Loc/r) e do interlocutor final (Interloc/r). Representaremos esse mecanismo da seguinte maneira:

$$\begin{array}{ccc} \text{Eo / To} & & \text{Er / Tr} \\ [\text{Loc/o} \rightarrow \text{Do} \rightarrow \text{Interloc/o} \dots \rightarrow [\text{Loc/r} \rightarrow \text{Dr} \rightarrow \text{Interloc/r}]] \end{array}$$

(Charaudeau, 2019, p. 161-162).

Para fins de demonstração do conceito e de análise, vejamos:

A

Do = Vídeo de posicionamento do governador do Maranhão sobre o uso da cloroquina/hidroxicloroquina contra a Covid-19.

Loc/o = Flávio Dino.

Interloc/o = Cidadãos(ãs) do estado do Maranhão, Brasil.

Eo/To = Maranhão / 19 de Maio de 2020.

<sup>72</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/03/governo-federal-nao-indica-uso-de-cloroquina-contr-a-covid-post-tira-falas-de-flavio-dino-de-contexto.shtml>>. Acesso: 17/06/2024.

## B

Dr = Matéria jornalística sobre o vídeo referente ao posicionamento de Flávio Dino quanto ao uso da cloroquina/hidroxicloroquina contra a Covid-19, supostamente manipulado por terceiro(s) em post enganoso viral – o material foi produzido/divulgado por Dino no começo da pandemia de Covid-19, quando ministro não fazia parte do governo federal.

Loc/r = Jornal Folha de São Paulo.

Interloc/r = Audiência do Jornal Folha de São Paulo.

Er/Tr = Brasil / 10 de Março de 2023.

Como explica Charaudeau (2019, p. 162), “O discurso relatado caracteriza-se, então, pelo encaixe de um dito<sup>73</sup> num outro dito, pela manifestação da heterogeneidade do discurso”. Vimos que o vídeo de posicionamento do governador do Maranhão sobre o uso da cloroquina/hidroxicloroquina contra a Covid-19 é a parte encaixada em todo o material supostamente enganoso que circulava pelo menos em março de 2023. O material final atribui a autoria do vídeo [entenda-se o sujeito de enunciação] à Flávio Dino. Qual seu posicionamento?

Charaudeau (2019, p. 162) faz uma observação importante: “Por vezes essas marcas são discretas e surge então o problema de inserção de fragmentos de discursos uns nos outros, não necessariamente explicitada”. O fato é que o conteúdo do vídeo foi admitido como verdadeiro pelo próprio autor/enunciador. O que muda, para a F. de São Paulo e o mesmo Flávio Dino, é a intertextualidade manipulada propositalmente para fins de produção de novos sentidos.

Por mais que o próprio autor/enunciador, por exemplo, reforce o “mesmo”<sup>74</sup> posicionamento, o transporte do seu texto ou parte dele já configura o que discutimos acima como descontextualização; e, conseqüentemente, aquele texto original ou parte dele poderá - e nesse caso a Folha aponta que foi - adicionado a um outro texto, resultando num texto final, constituindo entextualização. Superdestinatários produzirão subentendidos: contextualização.

O vídeo é produzido noutro momento. A variação espaço-temporal deve ser considerada – entre o momento contextual de origem e este final. Considerando o tempo e outros fatores como categorias de mediação na produção dos sentidos, Bauman e Briggs (2006, p. 209), por exemplo, entendem que é necessário “determinar o que o texto recontextualizado traz consigo do seu(s) contexto(s) anterior(es) e qual forma, função e significado emergentes lhe são dados ao ser recentrado”. Daí temos a questão: qual a origem e como a intencionalidade se mantém?

<sup>73</sup> Em nota nº 10, no rodapé da página, diz Charaudeau: “Razão pela qual seria melhor utilizar a expressão “dito relatado” do que “discurso relatado”.

<sup>74</sup> Aproximado, talvez. As aspas ali reforçam que, na perspectiva de Bakhtin (1997), nenhum enunciado é o mesmo após ser posto em um ato de fala, ainda que semanticamente sejam usadas as mesmas palavras e busque-se reproduzir cenários e/ou dispor outros elementos semióticos que remetam ao suposto contexto de origem.

Segundo Charaudeau (2019, p. 162), “Por vezes essas marcas são discretas e surge então o problema da fronteira entre “discurso relatado” e “interdiscursividade”. Do ponto de vista do suposto autor-enganador, à sua potencial audiência, ele pode parecer portar a “verdade” – daí não sabermos distinguir o que é dele e o que não é. Pelo relato, o discurso pode trazer fragmentos textuais de que não se sabe: o acréscimo em relação ao sentido pretendido do relato.

Como também, por exemplo, ainda que textualmente escrito e até elementos visuais fossem os mesmos, e/ou os múltiplos mecanismos de manipulação reproduzissem o mais próximo do texto em relação à sua origem, a intencionalidade de ambos, do autor-enganador e o autor-de-origem, podem ser diferentes [e são...]. Ou seja, a interdiscursividade incorre no risco dessa fragmentação de intencionalidades - aí está um sério problema da ética discursiva a se refletir, e/ou resolver, pois extrapola o discurso/texto pelo discurso/texto em materialidades.

Da instância que relata discursos “em trânsito” de contextos, quais suas especificidades? Essa pergunta é necessária, porque muito frisei (Santos, 2022) sobre as relações entre médicos e CFM, embora reconhecendo (ali) as limitações para uma análise aprofundada sobre a lógica midiática/jornalística em que a Folha opera para atuar em propósito comunicacional.

Vimos: a Folha deixa *estratos do tempo* (Koselleck, 2014) relativamente definidos. Agora, se não soubermos o porquê de ser remetido à hipertextualidade daquele primeiro, I, [publicado em 10 de março de 2023] ao texto II [publicado em 07 de junho de 2020], e não a outro texto, ao menos aponto uma consideração: a de que a explicitação de uma presencialidade pretensamente constante e implacável da Folha indica que o jornal quer ser reconhecido como atento a tudo e todos, no ‘*exato*’ instante do momento histórico de que reporta e relata fatos.

É como se o jornal nos dissesse que o vídeo fora produzido no momento histórico em que não apenas se posicionou sobre o conteúdo de sua proposta, mas publicou o texto em data pela qual coincidem o ato de fala do autor do vídeo com esta reportagem e relato do ato de fala, e pelos quais a FSP vem reiterando em sua cobertura – e, por isso, o enunciado acaba tendo duração espaço-temporal apropriado em atos concretos (Volóchinov, 2019; 2006).

Sujeitos da sociedade civil exercem diferentes identidades e compõem audiências. Heterogêneos, tensionam coerências e contradições em atos concretos. Lembremos pela notícia publicada na FSP em 08 de março de 2009. “Manifestação contra Folha reúne 300 pessoas em frente ao jornal”, intitula-se o texto<sup>75</sup> [veja pelo Observatório de Imprensa também<sup>76</sup>]:

<sup>75</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200906.htm>>. Acesso em: 18/06/2024.

<sup>76</sup> Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/folha-admite-que-errou/>>. Acesso em: 23/06/2024.

O ato público tinha o duplo objetivo de protestar contra editorial publicado pelo jornal no dia 17 de fevereiro, que usou a expressão “ditabranda” para caracterizar o regime militar brasileiro (1964-1985), e prestar solidariedade aos professores Maria Victoria Benevides e Fábio Konder Comparato. Nenhum dos dois estava presente.

A Folha publicou no “Painel do Leitor” 21 cartas sobre o assunto, 18 delas críticas aos termos do editorial, entre as quais as assinadas por Benevides e Comparato. Segundo escreveu este último, o autor do editorial e o diretor de Redação que o aprovou “deveriam ser condenados a ficar de joelhos em praça pública e pedir perdão ao povo brasileiro”.

Em resposta, o jornal classificou a indignação dos professores de “cínica e mentirosa”, argumentando que, sendo figuras públicas, não manifestavam o mesmo repúdio a ditaduras de esquerda, como a cubana.

Desde então, além de cartas, o jornal vem publicando artigos a respeito da polêmica, alguns dos quais com críticas ou reparos à própria Folha.

(...)

Assim, vimos manifestar-lhes nosso irrestrito apoio e solidariedade ante as insólitas críticas pessoais e políticas contidas na infamante nota da direção editorial do jornal.

Pela luta pertinaz e consequente em defesa dos direitos humanos, Maria Victoria Benevides e Fábio Konder Comparato merecem o reconhecimento e o respeito de todo o povo brasileiro”.

Atente-se ao fato de que as dinâmicas comunicativas ainda eram diferentes das atuais configurações das redes sociais na *web*. Diferentes em relação às formas de entextualização/descontextualização/(re)contextualização. Não aprofundaremos àquele fato histórico de 2009. Contudo, não o trouxe aqui por acaso. Até hoje, não apenas o grupo Folha de São Paulo, mas várias outras empresas de comunicação são cobradas a explicar o que os públicos entendem como ‘traição civil’ pelos envolvimento com a ditadura militar no Brasil.

Contratos de leitura (cf. Charaudeau, 2019) têm suas contradições. Reconheçamos. E justamente pelo fato de que estamos colocando atores sociais em perspectivas é que, agora, vale pensarmos que *aquela* da ditadura militar, lá, ainda é *esse* trauma, daqui - acionado psicologicamente e constituído via discurso - que textualiza a pressão exercida contra um jornal. Da mesma forma, como bem ensaiou Joel Birman (2020), “O trauma na pandemia do Coronavírus: Suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas”, trouxe à tona várias questões - da pandemia e que lhe excede no processo histórico.

Há duas premissas a serem refletidas aqui: I) os processos de reiterações na busca por *regularidades enunciativas* (cf. Foucault, 2008a e 1996), a partir de uma tese central, defendida e textualizada ao longo de um tempo - que tendem a ser elos de reforço frequente aos processos de entextualização/descontextualização/(re)contextualização (Bauman e Briggs, 2006), inclusive preventivas na cadeia verbal (Bakhtin, 1997) contra a manipulação semiótica de

configuração discursiva dos fatos - ao jornalismo, consideremos as *estratégias performativas* (cf. Austin, 1990) de “luta” contra a desinformação como argumento para tal empreitada em era de pós-verdade (Dunker *et al.*, 2016). As reiteraões arriscam ao seu *sucesso performativo*.

Justifico a asserção chegando a uma segunda, conseqüentemente implicada à primeira: II) a contextualização e suas variações pré e pós-produtivas, inclusive do jornal(ismo), não deixam de ser ação performativa na disputa por espaços/recursos de poder, na visada dos efeitos que discursos conferem como produto das relações de saber/verdade (Foucault, 2021a).

Diferentemente da cronologização por si, as reiteraões de regularidades enunciativas marcadas pelo tempo narrativo (Ricoeur, 2020c) do jornalismo no discurso parecem contraditoriamente tentar romper com as continuidades que a desinformação aparenta apagar na presentificação de um passado (des)contextualizado. Identificar essas novas *modalidades enunciativas* (Foucault, 2008a) é, hoje, fundamental para compreensão de controvérsias.

Diversamente ainda das especificidades de pressão à Folha pelas suas audiências, que consideram o apoio deste grupo de comunicação à Ditadura Militar uma ‘traição’ ao “contrato de informação midiática” (cf. Charaudeau, 2019, p. 103), conforme vimos acima, atualmente muitos veículos de imprensa são colocados contra a parede por um posicionamento assumido, ou falta disso. A internet e redes sociais possibilitam haver o fenômeno de infovigilância.

Mas, distintamente de outras eras em relação à interação/participação dos usuários, atualmente há uma espécie de consciência e competências informacionais que possibilitam aos sujeitos fazerem a relação texto/contexto por meio até da arquitetura informacional na internet.

Mesmo não sendo apocalíptico determinista, Sodré alerta que há aí pré-disposições que configuram percepções. O que não quer dizer que integralmente as audiências estarão a todo momento fazendo essa acurácia midiática. Infelizmente, tende-se ao contrário disso e a profusão de *fake news* e de falsários da realidade estão em vigência por aí, com a espantosa legitimidade que têm... Aqui, podemos imaginar que a Folha será – e/ou já é - cobrada por seus posicionamentos em relação à cobertura midiática sobre o *tratamento precoce* e à pandemia.

Como dispositivo, a *web* é uma matriz tecnológica capaz de *aumentar* esteticamente o espaço-tempo físico, comprimindo o tempo e ampliando o espaço (Sodré, 2021, p. 14). Se, por um lado, as tecnologias de informação e comunicação são utilizadas para a desinformação ou, de outro, para a informação e circulação de conhecimentos e saberes, então, essa percepção é condição de possibilidade ao desenvolvimento do fenômeno, individual e coletivamente.

Friso: para o “bem” ou “mal”. Entenda-se aqui que Sodré se refere às transformações tecnocomunicacionais a partir da vigência da *ecologia midiática* onde a semiose das notícias (Alzamora e Bicalho, 2019) ocorre; entre os nós informacionais e/ou desinformacionais.

E talvez as pessoas que trabalham/gerem as empresas de comunicação, estas que antes eram tradicionais e agora operam numa lógica hipermidiática, percebam nessas transformações a necessidade de adequar-se ao que o professor chama de “mídia generalizada” [vale lembrar que Sodré (2002) já advoga(va) a tese de que vivemos num *bios midiático*].

Se cartas aos leitores e a portaria do prédio onde a Folha estava sediada eram espaços comunicacionais que sujeitos tinham para pressionar o jornal em busca da verdade, a distenção temporal era maior e, por isso, o tempo de repercussão dos efeitos de sentidos também estava igualmente proporcional, reduzindo resultados de reverberações tensionadas pelas audiências. Logo, certamente a Folha tinha controle maior para reverter o que fosse negativo ao grupo.

Agora, a disposição de signos a partir da arquitetura informacional remetente àquele passado, que virá a ser lembrado, torna-se estratégia discursiva de reiteração enunciativa – conscientemente ou não, no momento de produção textual presente, que será passado, para que, no futuro possível (que certamente será presente), o passado de produção textual (antes presente) seja atualizado e, então, tomado como rastro de prova de um posicionamento presente.

Essa reiteração enunciativa será feita a cada momento de produção/circulação de textos/discursos – por isso, *durando* (Bergson, 2010) como traço de memória enquanto a cobertura midiática acontece [o enunciado “o uso da hidroxicloroquina é ineficaz contra a Covid-19” será um nó na cadeia textual]. E é importante destacar que o corpo editorial da FSP têm consciência que está contextualizando. Há marcas disso no discurso relatado pelo jornal. Veja no texto de 10/03/2023, sobre “o que podemos aprender com esta verificação”.

Retirar de contexto conteúdos legítimos para usá-los em um **contexto diferente** para apoiar narrativas enganosas é uma tática comum dos disseminadores de desinformação. Conteúdos legítimos usados em falsos contextos são verossímeis e mais facilmente aceitos pelos incautos. Um olhar mais atento ao vídeo permite identificar elementos de cena e informações contidas na fala de Dino que mostram que o vídeo foi gravado **quando** ele ainda era governador do Maranhão antes, portanto, de assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública no governo **atual** [grifos meus].

Portanto, é essa uma das etapas de contextualização que a Folha realiza pela reiteração enunciativa a qual me refiro. Mas não só. O que vimos acima foram estratégias do jornal para supostamente combater a desinformação, tentando desvelar estratégias de terceiros imbuídos nesta anomalia comunicacional – se considerarmos a crise de verdade pela ética discursiva.

Chegamos a adentrar à lógica da Folha em relação à terceiros, neste sentido de contextualização. Mas, precisamos também observar a produção de significantes sugeridos à significação e/ou seus efeitos a partir do processo de contextualização feito pelo jornal. Agora, quanto aos lugares dispostos aos sujeitos no discurso, reconhecidos ou não (Verón, 2004).

Começamos pelo lugar sendo construído para Flávio Dino. Primeiro, ele é posto como interlocutor da imprensa, instituição credível - relação que aparenta confiança esperada pelo jornalismo e vice-versa, ou seja, de confiança mútua - para reforçar credibilidade de ambos, da imprensa e do sujeito acionado ao discurso, de espaços sociais diferentes (Bourdieu, 2011).

“Na entrevista, o ministro responde ao repórter (...)”, sinaliza o texto. Segundo: o ministro tem uma opinião, em 19 de maio de 2020 [fase inicial de consenso pela incerteza científica daquele momento I – “primeiros meses da pandemia”]: “a cloroquina pode ser prescrita pelos médicos”; em março de 2023 [fase de consenso pelo qual cientistas/médicos consideram a (hidroxi)cloroquina ineficaz, segundo o jornal – que se inicia a partir de junho de 2020, até o ápice em que a atualização jornalística é datada enquanto publicação da matéria], a opinião é reiterada, mas justamente com essa atualização: “o então governador do MA não se dizia a favor do uso das drogas, mas sim que respeita a decisão dos médicos sobre o assunto”; ou seja, o respeito à autonomia médica está sendo considerado, a partir de junho de 2020.

Tal como o Conselho Federal de Medicina, este sujeito respeita(va) a autonomia médica mas “não se dizia a favor”. Note que este enunciado é posto em discurso indireto, ou seja, é o jornal quem diz que a fonte diz. Então, toma o lugar do “então governador”, no discurso, se valendo da pretensa legitimidade/propósito que tem de reportar o que as fontes dizem.

Anteriormente ao parágrafo, observe quem expresamente/publicamente é o sujeito acionado ao lugar no discurso: “Em **junho de 2020**, poucos dias depois da fala de Dino à TV Mirante, a SES (Secretaria de Saúde) do Maranhão divulgou novas diretrizes de tratamento que desaconselham o uso da cloroquina e da hidroxicloroquina” [em negrito, grifos meus]. No fragmento, há hiperlink, que remete à página da SES-MA. Durante a pesquisa, percorri o caminho *web* apontado pela Folha. Ao clicar no hiperlink sugerido<sup>77</sup>, eis o destino:



INSTITUCIONAL CIDADÃO GESTORES/PROFISSIONAIS TRANSPARÊNCIA LINKS ÚTEIS

# 404

The page you are looking for does not exist.

VOLTA PARA O INÍCIO

<sup>77</sup> Disponível em: <<https://www.saude.ma.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/DIRETRIZ-SRAI-2aEd.pdf>>. Acesso em: 21/06/2024.

Sim, o hiperlink não remete ao conteúdo do enunciado. A página de destino, como se pode ver, aponta “error 404”. De acordo com a empresa Google<sup>78</sup>, tal configuração “ocorre quando um URL retorna a uma página informando ao usuário que ela não existe (...). Em alguns casos, isso indica uma página sem conteúdo principal ou vazia”. Então, não avançamos a textos.

Com fito de verificação técnica para reforço de busca, confirmei que até o jornal Estadão, por exemplo, disponibilizou o mesmo link de acesso à página da SES-MA, que também não “abre”<sup>79</sup>. Poderíamos buscar informações para ver se/como estas diretrizes de intervenção em saúde existiram – à SES-MA; ou à própria Folha. Mas a verificação é suficiente.

Mesmo que o ato de fala do ex-governador do Maranhão não torne explícito o desaconselhamento naquele momento, a prática institucional de um ente vinculado ao governo que este sujeito chefia diz/reforça qual é o posicionamento do governo, uma vez pressuposto que o lugar é ocupado pelo mesmo Flávio Dino [embora não só por este sujeito]. Vejamos o que diz a matéria, de 10 de março de 2023, em seu parágrafo 7:

a assessoria de Flávio Dino disse que o atual posicionamento do ministro da Justiça e da Segurança Pública, a respeito do uso das drogas para a Covid-19, é o mesmo de maio de 2020 – quando, segundo eles, o então governador do MA **não se dizia a favor** do uso das drogas, **mas sim que respeita a decisão dos médicos** sobre o assunto [em negrito, grifos meus].

O que realcei no fragmento textual mostra algo que a F. de São Paulo tenta esconder: Flávio Dino não explicita verbalmente reprovação, mesmo quando o ex-governador do Maranhão “não se dizia a favor” ao *tratamento precoce*. Reprovação não posta em enunciado.

Como esse texto fora atualizado por sua assessoria e pela Folha, podemos inferir que o agora Ministro da Justiça e Segurança Pública “não se diz a favor” deste procedimento. Aliás, era a crítica ao CFM: dizer que respeita autonomia médica, mas não que desaconselha/reprova a adoção do *tratamento precoce* [reforço: ainda que respeitando a autonomia médica].

Ao CFM, não apenas a expectativa era a de desaconselhamento/reprovação, mas de proibição mesmo, no sentido estrito do que os dispositivos e legitimidade institucionais estavam à disposição desta entidade para tal [de regulação e fiscalização do exercício da medicina – à união, estados e municípios]. O lugar institucional, por si, já demanda posicionamento do CFM.

No que tange à Flávio Dino, especificamente não lhe cabendo ao lugar de regulação e fiscalização direta ao exercício da medicina, este sujeito, no âmbito das práticas que lhe estavam disponíveis em suas atribuições, tinha margem a se abster em relação à cobrança formal/legal pela qual estava (ou deveria estar) o CFM. Pode-se cobrá-lo moralmente, mas não pela lei.

<sup>78</sup> Disponível em: <11nk.dev/dLdWX>. Acesso em: 28/06/2024, às 18h 05min.

<sup>79</sup> Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/flavio-dino-cloroquina/>. Acesso em: 23/06/2024.

Contudo, representante do poder Executivo, na prática institucional o então governador pôde, em 2020, proceder com a chamada “descontinuidade” do uso do medicamento, ainda que verbalmente manifestasse o respeito à autonomia médica. E a SES-MA reforça o fato, discursivamente. Mas Dino não é a SES-MA. O lugar da instituição produz Dino no discurso.

Analiticamente pelo princípio da pressuposição (cf. Fairclough, 2019, p. 161-163), podemos considerar factível a possibilidade de a Folha, ciente das prerrogativas e limites de institucionalidades do ex-governador, não questioná-lo e cobrá-lo um discurso de interdição (Foucault, 2020a) ao uso da (hidroxi)cloroquina no *tratamento precoce*. Mas, ironicamente também se abstém do seu exercício de reportar os fatos como eles são. Fato: Dino se absteve.

Sejamos mais explícitos aqui: a FSP não dispõe de elementos que indiquem reprovação verbal de Dino ao *tratamento precoce*; ele optou pela descontinuidade de distribuição do *Kit Covid* e seu uso hospitalar, no Maranhão. Só. Dino se absteve de enunciar reprovação em 2020, embora não fizesse defesa ao *tratamento precoce* – conduta similar à do CFM, em respeito à autonomia como princípio protocolar à prática clínica, mas de lugares institucionais diversos.

Pela edição do texto, a Folha insiste em colocar a temporalidade como divisor de águas, mesmo que o atual ministro e ex-governador [maio/2023] mantenha tal posicionamento. Como agora aparentemente há mudança de posicionamento, veja que a fala de Dino é posta em discurso direto, como efeito discursivo – novamente, a temporalidade dos fatos reforça o ‘dito’.

A aparência que destaque decorre da premissa de que não há ‘a verdade’, mas a sugestão do enunciado qualificado por significantes de espaço e tempo que remetem à “verdade” factual.

“Se o médico achar necessário administrar o medicamento, ele será administrado. Se o médico não considerar cabível, ou que há riscos para os pacientes, é claro que não serei eu nem nenhuma autoridade externa que vai influenciar no conteúdo do trabalho do médico”, *dizia* Dino **em maio** na mesma entrevista em trecho após a cena cortada e divulgada nas redes [destaque meu].

Ora, “dizia” em maio de 2020 e “diz” em maio de 2023, conforme temos acompanhado. O que não dizia/não diz? Não dizia/não diz que desaconselha tal prática. Esse não-dito é velado (Bakhtin, 2022); um subentendido também dessa ordem (Volóchinov, 2019).

A implicitação é um recurso da Folha de fechar no dito, ali escrito, conveniente ao que o jornal delimita, mas também o não-dito. Ao longo de todo o texto, o ex-governador/atual ministro do governo federal, que se abstém do discurso/prática de coerção institucional para barrar a adoção do *tratamento precoce*, é deslocado deste lugar de falar/agir pela abstenção

“Na entrevista, o ministro responde ao repórter que o havia questionado sobre a “polêmica nacional” de médicos receitarem cloroquina para tratar o novo Coronavírus”, diz o texto, no parágrafo 3°. Não há informações sobre onde e quando a entrevista foi realizada.

Em seguida: “Ele diz: “Polêmica completamente desnecessária, porque, desde o meio de março, eu afirmo e reitero que a cloroquina pode ser receitada pelos médicos. Nós sempre oferecemos aos médicos a oportunidade de receitar cloroquina, azitromicina, ivermectina””.

Mas, em uma foto, a Folha destaca Flávio Dino em posição de ato de fala público, associado à legenda: “Flávio Dino, ministro da Justiça; governo federal **não recomenda** medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid, ao contrário do que diz post envolvendo o nome do político”. Destaquemos em negrito a expressão colocada em discurso indireto: a Folha diz que Flávio Dino **não recomenda**. Contudo, isso que não quer dizer que o ex-governador e atual ministro do novo governo reprove. Em outro espaço-tempo, vejamos:

Nós estamos seguindo um protocolo, aqui, com base nos estudos científicos; na opinião dos médicos, que são aqueles que detém o conhecimento necessário para determinar isto. Vocês mesmo acabaram de retratar numa reportagem que ainda há uma grande controvérsia em nível internacional. O que nós fizemos aqui foi assegurar o fornecimento do medicamento. De modo que essa é uma decisão de cada médico, em cada serviço estadual de saúde, inclusive contando com a autorização dos pacientes. Portanto, não há uma definição normativa. Na nossa visão, nem poderia haver. É necessário sempre seguir o preceito derivado da técnica. E, por isso mesmo, respeitar a autonomia de cada profissional. De um modo geral, a cloroquina, azitromicina, assim como outros produtos, como koide-D e outros, têm sido administrado pelos médicos de acordo com a convicção técnica de cada um. E os resultados ainda estão por serem confirmados. Não há ainda certeza científica. Mas, de um modo geral, quando os médicos querem receitar, a disponibilização do medicamento está assegurada no serviço estadual de saúde (Flávio Dino, 18 de maio de 2020/TV CNN).

O que acompanhamos acima é a resposta de entrevista de Flávio Dino disponível<sup>80</sup> ao canal da TV CNN Brasil no YouTube, “exibida no dia 18 de maio [de 2023] no programa Visão CNN, apresentado por Cassius Zeilmann e Luciana Barreto”, segundo este veículo.

Agora, observemos no texto original, aquele disposto de modo descontextualizado, entextualizado e (re)contextualizado pelo autor-enganador e pela Folha. Aliás, vale reforçar que a manipulação textual/discursiva, como disse acima, por si só não representa intencionalidades em sua mais ampla consecução por ações concretas. Não há relação direta.

O texto é a transcrição da entrevista que Flávio Dino concedeu naquele mesmo dia, 18 de maio de 2020, à TV Mirante, afiliada à Rede Globo em São Luís (MA), em que fala sobre o uso da (hidroxi)cloroquina, cogitado como possibilidade clínica pelo *tratamento precoce*, na fase de “incerteza científica” descrita pela Folha – dúvida na esfera pública que observamos.

---

<sup>80</sup> A manchete do programa jornalístico é propositiva – “Debate: 'Médico deve decidir sobre cloroquina', dizem governadores do MA e da PB”. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_vXTG3MSWu0](https://www.youtube.com/watch?v=_vXTG3MSWu0)>. Acesso em: 28/06/2024.

Não só a FSP, outros meios de comunicação repercutiram como “divulgação de *fake news*”<sup>81</sup>:

Jornalista Âncora: sobre o uso da cloroquina, que passou a ser indicada agora, tá sendo distribuída aqui no estado, como o senhor avalia essa situação em meio a essa polêmica toda nacional que a gente vive em relação à prescrição do medicamento?

Flávio Dino: polêmica totalmente desnecessária, porque desde o mês de março, eu afirmo e reitero que a cloroquina pode ser receitada pelos médicos. Nós sempre oferecemos aos médicos a oportunidade de receitar cloroquina, azitromicina, ivermectina, Kóide-D, todos esses remédios que experimentalmente têm sido vistos por alguns profissionais como eficazes. Nós não cuidamos de casos leves; o estado cuida de casos graves. E há muitas semanas pacientes graves estão recebendo, nos nossos hospitais, cloroquina e outros medicamentos — de acordo, sempre, com a prescrição médica. A politização é estranha, porque não é o governador — infelizmente, eu não sou médico — quem decide qual remédio que concretamente o médico vai dar para cada paciente. Então, nós estamos sempre respeitando a autonomia técnica do médico. Fazemos isso desde o mês de março. Estamos agora com outras estruturas de atendimento dos casos leves para ajudar os municípios, abrindo ambulatórios novos, não só em São Luís mas em outras regiões. E vale o mesmo princípio que já observávamos nos nossos hospitais de alta complexidade. Se o médico achar necessário administrar o medicamento, ele será administrado. *Se o médico não considerar cabível ou considerar que há riscos para os pacientes, é claro que não serei eu, nem nenhuma autoridade externa, que vai influenciar no conteúdo do trabalho do médico.*

Com isso, o locutor-relator apaga o locutor de origem, como se o que ele enuncia só pertencesse a ele (Charaudeau, 2019, p. 162). Ou, também, o que o locutor de origem não enuncia, alguém pode ser posto em seu lugar alterando lugares de sujeitos no discurso.

Consequentemente, se Flávio Dino não fala/age diretamente contra o tratamento, alguém irá dizer/agir por ele – esse é um horizonte de expectativa que a Folha busca corresponder, ainda que, para isso, desloque o sujeito do lugar de seu texto/discurso e, em contrapartida, insira, na posição que lhe convém evidenciar/explicitar, outro(s) sujeito(s).

Como vemos no sexto parágrafo do texto, há quem atualmente manifeste explicitamente um posicionamento em ato de fala – e a Folha dispõe estes enunciados em discurso direto. Alguém que, no futuro passado, assumiu um ministério; que vem de um mesmo lugar institucional, a Fiocruz, que produziu uma tese científica refutando o uso da (hidroxi)cloroquina contra a Covid-19; alguém do mesmo governo ocupado por Dino. Isso implica na significação.

Diferentemente do que o post afirma, o governo federal não recomenda o uso dos remédios. A atual ministra da Saúde, *Nísia Trindade*, no dia 10 de janeiro, informou, segundo o Valor Econômico, que “medidas sem base científica ou sem amparo legal, entre elas nota técnica sobre cloroquina, serão revogadas imediatamente pelo governo do *presidente Luiz Inácio Lula da Silva*”.

---

<sup>81</sup> Na íntegra, a entrevista aborda sobre assuntos pertinentes à pandemia de Covid-19. Especificamente no que tange ao uso hidroxiclороquina contra Covid-19, veja o vídeo a partir de 3min 15seg. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8563154/>>. Acesso em: 28/06/2024.

A temporalidade e os sujeitos (de)marcam quando e quem decide – “atual”(is) ministra da saúde e presidente da república. “É nesse jogo de marcação-demarkação, por um lado, não-marcação-integração, de outro, que se situa o discurso das mídias de informação”, explica Charaudeau, (2019, p. 162). E a Folha situa: “segundo o Valor Econômico”, outra fonte/jornal.

Como acabamos de ver, o discurso relatado se constrói ao término de uma dupla operação de reconstrução/desconstrução. De reconstrução, porque se trata de tomar um dito para reintegrá-lo a um novo ato de enunciação, passando esse dito a depender do locutor-relator. Assim, o discurso relatado opera uma transformação enunciativa do já dito e, ao mesmo tempo, aponta para uma apropriação ou rejeição daquele último pelo locutor-relator. De desconstrução porque o discurso relatado mostra que se trata realmente de um dito tirado de um outro ato de enunciação, distinguindo o dito relatado do dito de origem e operando uma reificação deste último, que serve para provar a autenticidade do discurso do relator. Assim, o discurso relatado funciona estrategicamente como um discurso de prova, tanto em relação ao outro quanto a si mesmo (Charaudeau, 2019, p. 163).

O discurso relatado é uma materialidade das relações de poder (Foucault, 2021a). E “descontextualizar e recontextualizar um texto é, portanto, um ato de controle, e a questão do poder social emerge como resultado do exercício diferencial de tal controle”, como mostram Bauman e Briggs (2006, p. 211). Trata-se de usos da linguagem para se chegar à finalidades.

Assim, na perspectiva de Charaudeau (2019, p. 163-164), há “funções e efeitos do discurso relatado”, a saber: de constituir provas em relação ao outro e a si mesmo. Vale lembrar que o discurso relator aqui, nos apropriando das contribuições de Charaudeau para tal consideração, é da mídia/jornalismo. Vejamos, em relação ao outro e à si mesmo.

Em relação ao outro, o discurso relatado tem por objetivo, de acordo com Charaudeau (2019, p. 163), produzir diversos tipos de prova: “de *autenticidade* do dito de origem”, como a apresentação, em texto, das temporalidades dos atos de fala de Flávio Dino.

Já “de *responsabilidade* daquele que disse” (Ibidem, p. 163), considerando, por exemplo, a temporalidade em relação às incertezas que, se naquele momento, justificavam ponderações do ex-governador do Maranhão ao uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19, hoje elas se tornam certezas [para o jornal] de que Dino não recomenda adoção do procedimento.

Ou “de *verdade* do que foi dito, verdade que vem sustentar, e mesmo justificar ou fundamentar, os *propósitos* do locutor-relator” (Ibidem, p. 163), se a verdade é condicionada também pela temporalidade, a partir de circunstâncias específicas daquele momento passado.

A Folha “desmascararia” o ato de fala produzido fora daquela configuração de verdade [no futuro-presente por estratégias discursivas do sujeito-enganador que descontextualiza-entextualiza-(re)contextualiza o fato, tirando-o discursivamente de delimitações originais para ser compreendido com aparência de outras, transformando-o em factóide]. É ‘enganoso’. Ponto.

“Com relação a si, apoiando-se na operação de demarcação, o discurso relatado visa a produzir a prova de um certo posicionamento do locutor-relator”, diz Charaudeau (2019, p. 163-164). Se constitui como: “posicionamento de *autoridade*, na medida em que relatar é mostrar que se sabe, é dizer “eu sei”” (Ibidem, p. 164). Ter a visão espaço-temporal panorâmica.

Assim, observamos a Folha demonstrando seu saber, pela disposição de sua matéria produzida em 07 de julho de 2020, na qual o jornal reforça onisciência/onipresença dos fatos.

Por “posicionamento de *poder*, na medida em que citar é fazer saber alguma coisa ao outro, revelar-lhe o que foi dito e que ele ignora, é dizer: “eu faço saber a você o que você não sabe (as mídias, ao relatar as declarações dos políticos, assumem essa posição)” (Idem, p. 164).

Aqui, vemos que até mesmo quando o político não se compromete a assumir um lugar na plenitude que convém ao jornal, o veículo busca em outro(s) sujeito(s) a legitimidade de que precisa para reforçar contextualidade exposta, como acompanhamos [demonstração de poder!].

Busca ainda “posicionamento de *engajamento*, na medida em que relatar revela, por uma determinada escolha de palavras, a adesão do locutor-relator aos propósitos do locutor de origem” – aqui, embora Charaudeau não aborde, pensemos como complemento de análise a observação à estratégia discursiva de buscar uma adesão a partir do que une todos os sujeitos dos quais o discurso relatado lhes constitui lugar e o da empresa de comunicação que pauta o objeto discursivo relatado, que é o consenso pelo enunciado central reiterado.

A reiteração enunciativa sobre “a (in)eficácia da (hidroxi)cloroquina” é a construção da “verdade” na duração do tempo jornalístico, a qualquer momento prestes a atualizar (...)]. Por isso, mesmo não só restritas às redes sociais, as *reações* ao dito, especificamente mediado pelo jornalismo, fazem parte de uma nova ambiência de ecologia midiática/comunicacional.

*Suítes* jornalísticas repercurtem o já noticiado, e novamente a contextualização ocorre. O relator de origem, Flávio Dino, por exemplo, tem uma espécie de direito de resposta. A diferença entre reações ao noticiamento de um fato e o relato de um dito sobre um ou outros fatos - de que a mediação discursiva ocorre - está no que Charaudeau (2019, p. 167) chama de “condições gerais do discurso de informação, o da suspeição do que pode surgir no informado”.

Um jornal pode não apenas chamar outras fontes, mas também julgar argumentos do relator de origem [a avaliação, de que se refere Bakhtin e seu Círculo] a partir da rede de outras fontes de seu discurso – afinal, essa é uma das propriedades do discurso, do dialogismo, que é ser referência de outros discursos e sujeitos neles implicados, em equipolência de vozes.

“Assim, se, ao lado nome da personalidade política que rege está na escrita sua ligação política, isso nos levará à predições sobre a orientação do seu julgamento, mas também fará com que o teor de informação da reação se aproxime a zero”, reitera Charaudeau (2019, p. 167).

Mais que colocar artificialmente em equivalência ações distintas no reforço de uma tese, “não recomenda” como proposta signífica de “reprovação”, a FSP reforça conduta de imprecisão, sua, contando com pré-disposições de sujeitos a produzirem sentidos de equivalência. Assim, podendo se igualar aos sujeitos que agem pela desinformação, com efeitos à sua *práxis*.

Para Charaudeu (2022, p. 105), “A estratégia de imprecisão consiste em fazer declarações ou promessas de forma suficientemente geral, vaga, rebuscada e, às vezes, ambígua para não se comprometer demais em realizá-las, para não ser pego no erro de ter intencionalmente mentido”. Pode virar precedente de um estatuto que se volta contra o jornal.

Isso é grave. E embora estejamos lidando com um objeto de “verdade” a ser feito visto em favor da “ciência”, também nos alerta sobre uma prática que pode ser reiterada pelo enunciador, o jornal, em relação a outros objetos discursivos, conforme contingentes históricos e interesses envolvidos. Mesmo sob presunção de legitimidade desse campo/prática.

Curiosa é a falta de problematização da Folha em relação ao que Flávio Dino considera como “respeito à autonomia médica”, mesmo após a descontinuidade de uso do medicamento pela rede pública de saúde do Maranhão, com o processo de vacinação em curso e os efeitos desta intervenção sanitária enquanto política de saúde exposta como sucesso naquele estado.

Podemos compreender que a abstenção do ex-governador do Maranhão, em se posicionar explicitamente contra a adoção do *tratamento preoce*, difere da abstenção do CFM. São lugares institucionais discursivos-práticos distintos. Mas, se a persona *jornalismo onisciente-onipresente* é o que a Folha tenta performar, até pelo fundamento sociohistórico do campo/prática (Franciscato, 2003), há que se problematizar não-ditos, colocá-los à mesa.

Logo, buscar coerências e contradições, para a Folha, pode ir até certo limite, desde que não se choque com a tese central que busca reforçar, “ineficácia da hidroxicloroquina à Covid”, até que, no tensionamento discursivo, superdestinatários assim procedam – audiências gerais; ou mesmo em pesquisa científica. Estes são alguns problemas do dito relatado nas mídias.

Aqui, não há cobrança de posicionamento à Flávio Dino: nem na Fase III e/ou Fase I. E sim uma contextualização do jornal sobre a contextualização de Dino em relação à sua fala – mesmo no momento posterior, quando a controvérsia estabiliza. Por isso, reitero: o jornal se transfigura no/pelo discurso - de mediador à produtor de verdades. Incorre num tipo de *descontextualização jornalística*, mesmo sob presunção de sustentar uma tese, sua “verdade”.

A partir de outro texto, veremos como a FSP continua tentando demarcar o endereçamento de “verdades” por meio da articulação de enunciados entre discursos relatados. Controlando a cena enunciativa, a Folha designa espaços e tempos de atores nesta controversia, articulados pela tese sustentada nesse seu roteiro editorial. A seguir, vejamos (n)outra trama.

### 3. 2 Texto II: Posicionamentos do médico Kalil Filho sobre uso da (hidroxi)cloroquina

Como investigação de veracidade, a matéria<sup>82</sup> foi produzida ao Projeto Comprova em 12 de maio de 2021, pela Folha de São Paulo e Band News FM; verificada por Estadão, Correio\*, SBT, Poder 360, UOL e Correio. Publicada pela Folha na mesma data, às 20h 41min, tem título/subtítulo: “Post distorce entrevista para sugerir que médico Roberto Kalil Filho apoia uso amplo da cloroquina” / “Tratado com o remédio sem eficácia comprovada contra a Covid, médico atribuiu recuperação à combinação de medicamentos”. O texto inicia:

É **enganoso** o post que usa afirmações do *cardiologista Roberto Kalil Filho* sobre a cloroquina para sugerir que ele apoia o uso indiscriminado do medicamento em casos de Covid. A publicação, que foi feita no **ano passado** e voltou a circular **agora**, traz uma fotomontagem com o título alterado de uma reportagem da rádio Jovem Pan. No texto original, a chamada é “Recuperado, Dr. Roberto Kalil revela que tomou hidroxicloroquina e defende uso em casos graves” e, no post, “Recuperado, Dr. Roberto Kalil revela que tomou hidroxicloroquina e defende: ‘Tem que ser utilizada’” [grifos meus].

Tal como destacamos em relação à matéria analisada anteriormente aqui, o tipo de selo de veracidade é logo explícito, qualificando o enunciado “desinformativo” como **enganoso**. Diferente daquela matéria, ali manipulada em relação à espaço-temporalidade de enunciação, aqui há manipulação da situação de comunicação do enunciado e do próprio enunciado.

Obviamente que a situação de comunicação em que o enunciado é produzido influencia na significação do enunciado – e, portanto, na produção de sentidos (Volóchinov, 2019). Contudo, a alteração grafemática também ocorre junto à manipulação espaço-temporal. Desinformadores buscam um posicionamento quanto ao uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 para reforçar o argumento (discurso) que possa qualificar o *tratamento precoce* (medicação).

No primeiro caso, desinformadores usam estratégias de imprecisão contando com pré-disposições dos sujeitos de não fazerem relação semântica de espaço-tempo: subentendidos dão margens à completude de sentidos conforme o arranjo de significantes articulado por cada sujeito nos processos de interpretação e, daí, de compreensão. No segundo, continuo focando nosso olhar por um ângulo em que possamos identificar posicionamentos discursivos/práticos.

Seguimos com Dominique Maingueneau usando duas categorias analíticas importantes: discursos constituintes e posicionamento. O autor dialoga com Bakhtin, Foucault e Charaudeau. O objetivo é compreendermos como sujeitos apresentam posicionamentos, seus e de terceiros; e como o jornal mostra a apresentação de terceiros sobre/por seus respectivos posicionamentos. Entre posicionamentos, as agências da *(in)eficácia da hidroxicloroquina* indicam correlatos.

<sup>82</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/05/post-distorce-entrevista-para-sugerir-que-medico-roberto-kalil-filho-apoia-uso-amplo-da-cloroquina.shtml>>. Acesso em: 05/07/2024.

### 3. 2. 1 Discursos constituintes sobre a eficácia da (hidroxi)cloroquina

É possível que o horizonte de expectativas do desinformador lhe sugira avaliações. A (hidroxi)cloroquina seria descredibilizada como tecnologia biomédica com argumento exposto pelo pesquisador da Fiocruz, Marcus de Lacerda. Para que o SARS-CoV-2 seja (grosso modo) erradicado do corpo, faz-se necessária alta concentração deste medicamento, mas tendo como contrapartida à “morte” do vírus a morte de seu hospedeiro, este corpo em que “habita”.

É o que justifica a esta pesquisa delimitar a Fase I como recorte do momento histórico: o “fim” da controvérsia, em relativa estabilidade até que possa ser reaberta (Latour, 2000)... A busca por alguém/lugar da cardiologia, nacionalmente reconhecido na especialidade clínica e empírica, nos indica que desinformadores recorrem à ciência em busca de sujeitos/instituições que lhes forneçam “credenciais” para reforçar a aparência de “sucesso” da promessa locutória.

Entre alguns correlatos à (in)eficácia da (hidroxi)cloroquina, há aquele resultante de uma hipótese apresentada ao *The Lancet*, no mês de junho de 2020, que sugeria a possibilidade de haver morte com uso da (hidroxi)cloroquina, causada por arritmia cardíaca. Ao todo, 96 mil pessoas participavam do estudo conduzido pela empresa *Surgisphere*, no Reino Unido.

“Segundo o jornal *The Guardian*, a companhia desconhecida americana conta com pessoas sem formação em dados ou em ciência no seu quadro de funcionários”, reportou a Folha, em 4 de junho de 2020<sup>83</sup>. Contudo, pouco mais de um ano depois, inclusive um mês após a matéria a qual centralmente analisamos aqui, a Folha expõe o quanto este fato fora retomado para se tentar descredibilizar críticas ao *tratamento precoce*. A estratégia da FSP foi orientar um jornalista, Victor Silva, a entrar num grupo de aplicativo de mensagens, o #EntreMédicos11.

“O que dizem no WhatsApp médicos a favor da cloroquina” – por esse texto<sup>84</sup>, publicado pela FSP em 19 de junho de 2021, o jornal expõe vários argumentos defendidos no/pelo grupo, que contém 256 integrantes - quantitativo máximo admitido no WhatsApp. Na ocasião, o jornalista se identificou a uma médica, Tatiana Lachi, que também é professora do curso de medicina da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), segundo a FSP.

Entrei em contato com Tatiana Lachi após me deparar com a seguinte conversa em 18 de maio: “A BMJ [renomada publicação médica do Reino Unido] está alinhada com pensamentos contrários aos nossos... É uma revista que deixou de ser confiável, infelizmente, assim como *The Lancet*, *Jama*, *Nejm* e outras”, disse ela.

“Tudo que tem outra opinião não é confiável!???”, respondeu outra médica, que não pôde ser identificada. “Eu gosto de ler tudo.” “Penso como você”,

<sup>83</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/the-lancet-retrata-estudo-que-apontava-maior-risco-de-morte-associado-a-hidroxicloroquina.shtml>>. Acesso: 05/07/2024.

<sup>84</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/06/o-que-dizem-no-whatsapp-medicos-a-favor-da-cloroquina.shtml>>. Acesso em: 05/07/2024.

rebateu Tatiana, “mas você viu que a Lancet teve que despublicar um artigo que tentava (des)informar que a hidroxicloroquina não funcionava contra a Covid-19?”.

Imediatamente em seguida, o jornalista aponta significantes de espaço-temporalidades: “Ela se referia a um episódio de junho do ano passado (...). O estudo foi refutado por apresentar dados inconsistentes”. Neste mesmo parágrafo, o jornal coloca em hiperlink um enunciado que sugere ao leitor fazer o deslocamento intertextual/interdiscursivo para compreender o contexto. Remete à matéria exposta na página anterior, aqui, sobre a retratação pública ao *The Lancet*<sup>85</sup>.

Mas, logo em seguida, na matéria sobre o grupo de médicos no WhatsApp, completa: “é consenso na área científica que esses medicamentos não trazem benefícios no tratamento da Covid-19. Estudada em 268 pesquisas registradas em 55 países, a (hidroxi)cloroquina não teve sua eficácia comprovada nem para tratamento de pacientes internados nem como medida profilática”. Assim, reiteraões informativas/desinformativas entram no embate sobre o mesmo correlato daquele enunciado de ‘ineficácia da (hidroxi)cloroquina’: a morte por arritmia.

“Estudada em 268 pesquisas registradas em 55 países” sugere maioria para atestar ineficácia. Não só os qualitativos, mas elementos quantitativos fazem parte da des-velação de bastidores cênicos em que performances de fazer ver/crer verdades são exercidas nos embates. Desde 2020, não há controvérsia alguma quanto à eficácia da (hidroxi)cloroquina à Covid-19.

Se desinformação apela à retórica pela retórica com uso da linguagem, jornal e cientistas não deixam de adotá-la – mesmo que busquem factuaisidades a representar, até que a promessa de verdade assente no ato perlocutório os procedimentos inscritos entre linguagem e empiria. O jornal tenta demarcar diferenças: entre embate discursivo e controvérsia. É sua especialidade: usar a linguagem para descortinar fatos e diferenciá-los da linguagem enquanto “pura” retórica.

O jornal torna enunciável a visível formação de *novos aliados* entre cientistas, quando eles recorrem aos seus pares e tentam formar maioria para pressionar grupos antagônicos a reconhecerem que suas propostas não só podem ser científica e institucionalmente comprovadas, mas que elas devem prevalecer; sobretudo, quando contrapostas às demais.

Cientistas tentam fazer com que seus procedimentos sejam os mais explícitos a ponto de serem falseáveis, se pensarmos num sistema fechado de ciência, como ansiava Karl Popper; ou, conforme opto: como nó da associação de elementos de inscrição postos ao palco, pouco a pouco atuando – com Foucault (2021b), vimos isso (cf. capítulo 1), no *Nascimento da Clínica*. Para Latour (2000, p. 148), o porta-voz de projeto empírico “representa”. Daí o termo ‘actante’.

---

<sup>85</sup> Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)31324-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)31324-6/fulltext)>. Acesso em: 05/07/2024.

As “coisas” que estão por trás dos textos científicos são, pois, semelhantes aos heróis das histórias que vimos no capítulo 1: são todos definidos pela *performance* (...) Inicialmente, não há outra maneira de conhecer a essência do herói. Isso não dura muito, porém, porque cada *performance* pressupõe uma competência, o que, retrospectivamente, explica por que o herói resiste a todas as provações. O herói não é mais uma lista de vitórias em ações; é uma essência lentamente desvendada por cada uma de suas manifestações (LATOURET, 2000, p. 148).

A controvérsia quanto à ineficácia de uso da (hidroxi)cloroquina ironicamente se estabiliza quando o correlato de seu enunciado, que também seria novo híbrido de controvérsia, perde factualidade: a pesquisa de Mayla Borba [orientada por Marcus de Lacerda, no doutorado] e mais 28 pesquisadores comprova a relação causal entre grande concentração da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 e possibilidade de morte por arritmia (Borba *et al.*, 2020).

Entretanto, em maio de 2021, a comprovação de ineficácia - inclusive feita em pesquisa no Brasil - continua sendo ignorada enquanto proposição de verdade. Ao jornalismo, como fato social entre ciência e outros espaços; à ciência, como fato científico; e vice-versa.

Assim, esses dois domínios tentam fazer enunciável o que já é visível por ambos em seus respectivos campos e espaços. De modo que isso configura função empírica ao jornalismo: colocar em cena performances de actantes e seus posicionamentos entre as controvérsias. Controvérsias não se fecham na ciência, mesmo que outros domínios recorram à ciência.

Veja o jornalismo. Mas, não só. Há o domínio político. “O discurso político nos parece operar sobre um plano diferente: ele se situa na confluência dos discursos constituintes, sobre os quais se apoia”, pondera Mainguenu (2012, p. 38). Inicialmente, proponho pensarmos na autorreferencialidade por discursos constituintes, inclusive políticos; depois, nos textos jornalísticos como discursos constituintes do jornalismo - algo não previsto por Mainguenu.

### **3. 2. 1. 1 Discursos constituintes científicos e políticos sobre eficácia da (hidroxi)cloroquina**

“A pretensão desses discursos, assim chamados por nós de “constituintes”, é de não reconhecer outra autoridade além da sua própria, de não admitir quaisquer outros discursos acima dele”, explica Mainguenu (2012, p. 37). Tem origem nas proposições de Foucault, em *Arqueologia do Saber*, especificamente pela função que desenvolvem como *arquivo* - na seção 1. 1, tratamos desse conceito para vermos a discursividade de controvérsias entre domínios.

Esse termo grego, étimo do latino *archivum*, apresenta uma polissemia interessante para nossa perspectiva: ligado a *arché*, “fonte”, “princípio”, e a partir daí “comando”, “poder”, o *archeion* é a sede da autoridade, um palácio, por exemplo, um corpo de magistrados, mas também os arquivos públicos. O *archeion* associa intimamente o trabalho de fundação no e pelo discurso, a determinação de um lugar associado a um corpo de enunciadores consagrados e uma gestão da memória (Mainguenu, 2012, p. 38).

À princípio, é mais comum observarmos as tentativas do jornal em adotar fontes especialistas que possam enunciar sobre o objeto da controvérsia. A presunção avaliativa de desinformadores também lhes faz antecipar-se. De modo a convocar ao discurso este sujeito especialista, tal como faria o jornal – mesmo que por retórica (frisemos!), se considerarmos não haver factuaisidades que tornem o enunciado performativamente de “sucesso” como ‘a’ verdade.

A expectativa de performance enunciativa ao/do jornal está no fato de o especialista ter conhecimentos e prática científica/profissional para classificar ‘verdade’, ‘falso’ e ‘impreciso’. Assim, o enunciado do especialista se soma ao enunciado do jornal, entrelaçados pela promessa de verdade de seus respectivos campos e espaços de atuação – mas, nesse caso, o jornal é quem organiza a disposição de enunciados nos textos/discursos, dos especialistas e de gestores.

A premissa de “constituição” de Mainguenu nos lembra o que Foucault (2021a) observou em relação ao processo de colocar o “sexo” no discurso: diversos domínios participam da construção deste comum de práticas discursivas e aquelas sociais daí decorrentes – a igreja, com a moralidade cristã; as especialidades clínicas, internamente por seus procedimentos e interesses e externamente atendendo às demandas de higienismo do Estado.

Contudo, haja vista o discorrido no capítulo 1, importa a ação de classificar e quem a faz. Daí, cada domínio mobiliza conhecimentos/práticas para delimitar seus objetos e sua “verdade”. Sua constituição. Ao jornalismo, cabe organizá-los em seu discurso.

Se os discursos constituintes “se definem pela posição que ocupam no interdiscurso, pelo fato de não reconhecerem discursividade para além da sua e de não poderem se autorizar senão por sua própria autoridade, mais importante do que os listar, é compreender o modo de “constituição” que os caracteriza”, diz Mainguenu (2012, p. 38). Constituição além do texto.

Por agora, pensemos ainda com Mainguenu: o jornal convoca cientistas e profissionais da saúde a expor argumentos noticiados e combater *fake news* – na pandemia, isso se acentua [vide literatura, na seção 1. 4]. Fatos serão textualmente repercutidos na malha de controvérsias.

Inspirado em Latour (2012), me refiro ao híbrido de controvérsias quando a agência de uma rede de actantes - mobilizados entre si - demanda outra agência a partir de novos actantes. Se a eficácia da (hidroxi)cloroquina é controversa, desdobramentos podem se tornar outras controvérsias. Com Foucault (2008a), opto por *ver eficácia da (hidroxi)cloroquina e correlatos*.

Efeitos biomédicos são enunciados como correlatos à tese reiterada de (in)eficácia farmacológica da (hidroxi)cloroquina. O correlato referente à arritmia foi contraposto pelos cientistas e profissionais da saúde, de tal forma que a função enunciativa por atualização do jornal é mostrar os contrapontos, e assim procede pela relação texto/contexto sobre/entre fatos.

Vejamos em mais outro correlato ao enunciado central. Está articulado àquele, ainda referente à arritmia. ‘Enganoso(a)’ não é somente o fato de a (hidroxi)cloroquina ser ineficaz, mas a conduta de se fazer “uso **indiscriminado** do medicamento em casos de Covid”.

Responsável por prescrever o uso de medicamentos com discricionariedade, conforme situação de saúde de cada paciente e orientação institucional/científica de autoridades competentes, “Doutor” Kalil Filho, mesmo quando submeteu-se ao *tratamento precoce* como paciente, assim agiu consciente enquanto médico, gestor em saúde e cientista. Os lugares produzidos no discurso a este sujeito são postos e tornados enunciáveis para que o(a) leitor(a) veja identidades, através de um hiperlink anexado ao nome dele<sup>86</sup>, segunda linha/parágrafo 1º.

A biografia intertextualiza-o como filho de um influente médico da rede Sírio-Libanês. Constitui o que Charaudeau (2019, p. 169) chama de *efeito de saber*, “quando a declaração emana de um locutor que tem uma posição de autoridade pelo saber”; *efeito de testemunho*, “quando a declaração emana de um locutor que se contenta em descrever o que viu ou ouviu a respeito de um certo fato”; e *efeito de decisão* – “quando a decisão emana de um locutor que tem o poder de decidir”. Um mesmo sujeito pode monologicamente concentrar pontos de vista.

No primeiro caso, cientista-médico-cardiologista-professor de especialidade clínica-gestor em saúde; no segundo, paciente – que, inclusive, descreve sobre sua experiência de adoecimento, em abril de 2020; no terceiro caso, não só atuante como “parceiro” de políticas públicas, participa da gestão do gigante empreendimento de saúde [sempre lembrado na FSP].

Para Kalil-Filho, caberia ainda apostar na probabilidade de risco (Castiel, 2021). Ora, havia uma controvérsia aberta, na Fase I, até que em junho de 2020 se estabilizasse por consenso científico – dois meses após o médico-paciente informar sobre sua situação de saúde e o jornal noticiar. A conduta se constitui por ações reiteradas ao longo de um espaço-tempo.

A contraposição tornada visível e enunciável pelo jornal é que a conduta do médico ainda tinha margem de plausibilidade enquanto se perdurava a incerteza, já que o núcleo deste híbrido de controvérsias ou correlatos não se configura pelo fato de Kalil Filho ter usado a (hidroxi)cloroquina, mas pelo momento em que ele se submete ao *tratamento precoce*.

O argumento do médico é feito visto por intertextualidades: fato ocorrido em abril de 2020, conforme hiperlink com texto que atesta testemunho a esse fato, é associado ao texto de 12 de maio de 2021 como cabal prova. Do presente de maio de 2021, superdestinatários (Bakhtin, 1997) encontram outros do passado; antes, presente em 2020 – um limiar de expectativas e experiências que também se cruzam num ponto da história (Koseleck, 2014).

---

<sup>86</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/04/mortes-campeao-no-hipismo-foi-amigo-e-heroi-dos-filhos.shtml>>. Acesso em: 06/07/2024.

A Folha de São Paulo continua controlando a cena discursiva. Indicando itinerários para que o leitor veja fatos que o próprio jornal já colocava em perspectivas. Com os próprios olhos. Entretanto, seguindo roteiros pelos quais significantes são sugeridos pelo jornal para orientação – em relação ao passado de 2021, que é abril de 2020; mas também para todos leitores; inclusive este pesquisador aqui, em 2024, e qualquer outro em seu singular devir interlocutivo, à frente.

Similar ao trabalho de cientistas: fazem translação de conhecimentos entre experiência empírica e representação dessa experiência, do laboratório aos textos jornalísticos; entre inscrições (cf. Latour, 2000, p. 107-116). Foi o que vimos com Massarani *et al.* (2021).

“Produzir uma inscrição é não tanto falar em próprio nome, mas seguir os traços de Outro invisível, que associa os enunciadores-modelo de seu posicionamento e, no limite, a presença da Fonte que funda o discurso constituinte: a Tradição, a Verdade, a Beleza...”, enuncia Mainguenu (2012, p. 47). A experiência mediada no signo da eficácia farmacológica, logo, inscreve no enunciado os contextos tornados visíveis, pelo jornal e em dispersão por aí...

Por exemplo, o paciente experencia arriscar-se às margens probabilísticas da incerteza do risco. Ainda assim, é médico. Em alguma proporção, conhece a doença, o agente viral e o fármaco – ao menos, mais que centenas de milhões de leigos (Lupton, 2005; Beck, 2012). Correlato, o “uso indiscriminado do medicamento em casos de Covid” traz consigo um hiperlink, conforme sublinhado pela Folha – ainda no primeiro período do parágrafo 1º do texto.

De “casos de Covid”, o(a) leitor(a) é convocado a ir a outro texto<sup>87</sup>, intitulado/subintitulado: “Aceleração da Covid-19 no Brasil” / “Modelo estatístico estima a velocidade da doença considerando intervalos de 30 dias”. No mesmo período, o jornal apresenta a experiência do “Dr Kalil Filho”, fazendo textualizações e contextualizações em relação ao enunciado central reiterado e correlatos, para contrapor elementos de desinformação.

E sugere em 16 de julho de 2021 – um mês após o fechamento da controvérsia e três meses após adoecimento do médico – este hiperlink: “O modelo estatístico desenvolvido pelos pesquisadores da USP Renato Vicente e Rodrigo Veiga se baseia na evolução dos casos em cada local (cidade, estado, país) e tem como parâmetro um período de 30 dias” [parágrafo 1º].

Observamos na revisão de literatura, seção 1. 4, o estudo de Kati Caetano (2020), sobre “Extensidade de vítimas e intensidade perceptiva da Covid-19 em experiências visuais do jornal The New York Times e de A Folha de S. Paulo”. Ali, a compreensão do evento do risco poderia ser acompanhada visualmente a cada leitura, mas evitando-se estilo e composição numéricos epidemiológicos. Logo, a autora vê no discurso efeitos latentes para a apropriação textual.

---

<sup>87</sup> Disponível em: <<https://arte.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/acceleracao-covid-no-brasil/>>. Acesso em: 07/07/2024.

Aqui, o texto pode contextualizar o leitor sobre o fato de o médico não usar mais (hidroxi)cloroquina após o fechamento da controvérsia; mas também reforça que, se a partir de junho de 2020 nem mesmo o mesmo médico adota mais o *tratamento precoce* como probabilidade de sucesso, em maio de 2021 é mais gritante ainda manter medicação indiscriminada para tratar ou prevenir à Covid-19 via (hidroxi)cloroquina – em qualquer lugar!

Como também a linguagem epidemiológica hegemônica, com elementos gráficos e significantes numéricos (Castiel, 2021), só reforça a mudança de enfoques: do qualitativo ao quantitativo de representação dos processos de saúde, doença e risco, enquanto marcas enunciativas de sofrimento por Covid. Possível estratégia de convocar o(a) leitor(a) à alteridade. A ocupar o lugar do sujeito que sofre com a progressão de mortes, graficamente ali mostradas: por consciência alheia; ou como vítima potencial. Consequências implícitas à medicalização indiscriminada: não-ditas/não postas no discurso, e sugeridas via intertextualidades possíveis.

Em 12 abril de 2020, “Kalil relatou à Folha seu sofrimento durante os dez dias em que esteve internado para tratar a doença”, diz o veículo no terceiro parágrafo. O tema é o mesmo. Mas, qualitativa, trata-se de uma apresentação inicial com estilo e composição (Bakhtin, 2016) que denotam imiscuir dois gêneros jornalísticos (Seixas, 2013): notícia e entrevista.

Agora, a Folha convoca o leitor a exercer alteridade para ocupar novamente o lugar de quem sofre e é, *ipsis litteris*, paciente da mesma doença em que este cardiologista seria/é ativo. “Era uma dor no corpo que parecia estar arrancando todos os músculos, horrível”, relata Kalil. “Falou também sobre o sentimento de vulnerabilidade. “Você se sente um coelhinho da Páscoa sem rabo e sem dentes. Não tem macho, não.””, expõe o jornal, já em seguida, no parágrafo 4º.

Embora alternando a posicionar Kalil Filho por várias identidades, inclusive de médico, aqui a experiência do adoecimento implica o sujeito pela situação hiper-dimensionada do sofrer. “É observar, nas representações midiáticas, como o sujeito é posicionado *nela* (como objeto de representação), *por ela* (como interpelação) e *através dela* (se identificando situacionalmente com determinadas posições de sujeito e rejeitando outras”, propõem Igor Sacramento e Wilson Borges (2020, p. 72) em relação à experiência, que tem “inscrição dentro de um contexto que fornece o significado ou o significado dessa experiência” (p. 72), até se tornarem representação.

Partem de pressupostos de Foucault (2008a), Althusser (1985) e Hall (2016). Em relação a essa última condição de possibilidade de identificação, sinalizam foco às autorrepresentações: quando sujeitos podem autoidentificar-se a alguns traços de representação e rejeitar outros.

Poderíamos falar da rejeição de Kalil ao estereótipo do ‘*macho alpha* que não sofre’. Experiências de óbito de médicos são impactantes (Rangel-S, 2001). E adversários de Kalil paradoxalmente tentariam sugerir: ‘*nem o médico teve alternativa a não ser a nossa*’, diriam.

Contudo, o foco ainda continua sendo ver a escolha do jornal em distribuir elementos da cena que deseja representar e atores que atuariam em *certas* posições, contracenando juntos.

Aliás, de tal forma que, por um momento, este médico-paciente expõe sua fragilidade frente a outro médico que o acompanha, segundo a Folha no mesmo texto [de 10/04/2020]: “Teve um dia que eu pensei em ligar para o David [Uip, infectologista] e falar: desisto, tira os remédios, eu não quero mais nada.””. No início daquele mês, em 8 de abril de 2020, Fase I, o mesmo jornal houvera informado em matéria<sup>88</sup>, intitulada/subintitulada: “David Uip recomendou a Mandetta uso de cloroquina contra coronavírus na rede pública / Médico vem sofrendo ataques nas redes sociais por não dizer se usou o medicamento para se curar”.

O médico que acompanhou Kalil Filho no seu processo de adoecimento - a quem este médico-paciente atribui prescrição discriminada do fármaco por sua situação de saúde -, não coloca em discurso a experiência de paciente medicado pelo *tratamento precoce*, como Kalil.

Mas, vejamos os contextos. Um mês antes, desde 23 março de 2020, David Uip esteve doente. Também por Covid-19. A diferença em relação à Kalil Filho era que Uip evitou pôr a (hidroxi)cloroquina como objeto de verdade em seu adoecimento. Do seu lugar público, como médico e gestor, Uip promoveu o fármaco como tecnologia biomédica possível [Fase I].

Porém, não quis posicionar-se pessoalmente. Irônico. Tal como a igreja católica procede, inclusive com uso da clínica (Foucault, 2020a) para arrancar a “verdade” sobre a sexualidade alheia [inquisição moral], a busca por confissão é posta em agenda, por adversários: Uip usa ou não a (hidroxi)cloroquina? O efeito da questão coloca-o no lugar que, normalmente, ele ocupa: ‘*quais medicamentos tem usado, paciente x?*’, perguntaria o doutor em seu escritório.

Na verdade, adversários políticos de Uip e/ou de parceiros – sobretudo de João Dória, governador de São Paulo - talvez tentassem arrancar daquele doente um *efeito de testemunho*. Seria mais um médico-paciente, agora *expert* com saber/poder/verdade, vinculado pelas dimensões individual e coletiva, que partilharia experiências [prática] e sentidos [discurso] terapêuticos *comuns*, e reforçaria promessas de valor da suposta eficácia da (hidroxi)cloroquina.

Exercer o *ethos* (Maingueneau, 2012, p. 55-73), *ethos terapêutico/testemunhal* (cf. Sacramento e Borges, 2020, p. 131-177): que não seja como “garoto propaganda” do *tratamento precoce*, conforme Kalil Filho condenava em relação aos detratores, defensores do *Kit Covid*. Mas, de sucesso: por atravessar a *via crucis* do sofrimento imposto pelo objeto de sua verdade, a doença. No fronte de guerra [nessa pandemia, a expressão ‘linha de frente’ fora atribuída aos trabalhadores(as) da saúde], que assim seja: um guerreiro rumo à redenção, por seu sacrifício.

---

<sup>88</sup> Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/david-uip-recomendou-a-mandetta-uso-de-cloroquina-contr-a-coronavirus-na-rede-publica.shtml>>. Acesso em: 08/07/2024.

“Tive medo, mas também fé’, diz o médico David Uip”/ Em casa com Covid-19, médico diz que não se perdoaria se não participasse do combate ao vírus” – título/subtítulo de texto<sup>89</sup> publicado em 29 de março de 2020. Em 26 de maio de 2020, publica o jornal, pelo título<sup>90</sup>: “Receita médica de David Uip foi vazada por gerente de farmácia”. Abaixo, Uip diz: “Não faço isso para esconder nada, mas não quero transformar meu caso em modelo para coisa alguma”.

Após um ano, em 1º de março de 2021, o título mostra uma ação na Justiça, polêmica<sup>91</sup>: “David Uip se recusa a fazer acordo com quem vazou sua receita de cloroquina”. Em todos os textos referentes ao fato tornado visível/enunciado pela Folha, as mesmas fotos são reiteradas.

Representam Uip ao lado de Dória [gestor] - as legendas indicam explicitamente isso e sugere a implicação corpórea disso; idem à “Uip em casa, onde se trata da Covid-19” [paciente/doente]; e “Uip em entrevista coletiva sobre o novo coronavírus no dia 26 de fevereiro [2020]” [médico]. O médico sugere manter coerência interpretativa por sua conduta clínica e que Bolsonaro [“Presidente”] seja visto só na política – sem credibilidade clínica para *avaliar*.

O assunto virou uma questão política, com o presidente Jair Bolsonaro, entusiasta do medicamento, cobrando uma resposta de Uip. O médico reagiu, respondendo a Bolsonaro em uma entrevista coletiva do governo paulista naquele mesmo mês.

“Presidente, eu respeitei seu direito de não revelar seu diagnóstico. Respeite meu direito de não revelar meu tratamento. Eu nunca revelei o tratamento dos meus pacientes. Eu nunca revelei doenças dos meus pacientes sem ser autorizado. Presidente, por favor, me respeite e respeite o meu direito de privacidade.”

Não só em relação à Uip-Dória, a Folha coloca em discurso uma possível aproximação entre um(a) médico(a) e outro político - agora, pelo bloco ideológico adversário àquele outro. O texto<sup>92</sup> feito pelo Estadão ao Projeto Comprova foi publicado na FSP em 8 de junho de 2020, Fase II, relatando que o vídeo de uma médica, de Porto Seguro, Bahia, teria sido distorcido.

“Raissa Soares não disse que “presidente sempre esteve certo”; médica, no entanto, vai na contramão de entidades de saúde ao recomendar uso da droga sem qualquer evidência”, conforme subtítulo. Parágrafo 6º do texto: “Em entrevista ao Comprova, a médica Raissa Soares afirmou que o vídeo é “descontextualizado da questão política” e que a intenção era apenas sugerir a aplicação de protocolo na cidade e na região” – do *tratamento precoce*.

<sup>89</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/03/tive-medo-mas-tambem-fe-diz-o-medico-david-uip.shtml>>. Acesso em: 08/07/2024.

<sup>90</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/05/receita-medica-de-david-uip-foi-vazada-por-gerente-de-farmacia.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 08/07/2024.

<sup>91</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/03/david-uip-se-recusa-a-fazer-acordo-com-quem-vazou-sua-receita-de-cloroquina.shtml>>. Acesso em: 08/07/2024.

<sup>92</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/publicacao-distorce-video-de-medica-sobre-protocolo-da-cloroquina.shtml>>. Acesso em 08/07/2024.

O posicionamento do Estadão é associado ao da Folha, através do Projeto Comprova, por conta de um texto produzido por aquele jornal, mas publicado pela FSP sobre decisões a serem tomadas: entre pesquisadores, pela ciência - demandam mais tempo, até acharem outra tecnologia; e médicos, via observância clínica – uso da (hidroxi)cloroquina [respaldo do CFM].

No parágrafo 7º: “Sobre a decisão ter como base experiências pessoais, e não evidências clínicas mais robustas, a médica afirma que a experiência “não é totalmente empírica” porque, de acordo com ela, existem algumas publicações que concluíram que o remédio funciona”.

Em 30 de novembro de 2023, segundo a FSP<sup>93</sup>: “Médica engana ao dizer que vacinas contra a Covid causam infarto e morte súbita em crianças /Autora de post viral já teve outras afirmações apontadas como mentirosas”. Raíssa Soares é apontada como enunciadora de tais afirmações. Estadão e Alma Preta<sup>94</sup> são os portais de notícias que produziram o texto ao Projeto Comprova, verificado por demais veículos – incluindo a Folha, que também publicou.

No *website* da FSP<sup>95</sup>, consta que “Doutora Raissa Soares” foi candidata política ao Senado, pela base de Bolsonaro. Assim, o jornal continua disponibilizando significantes, como rastros a serem seguidos pelo(a) leitor(a) enquanto sugestão à conduta a ser caracterizada no curso espaço-temporal dos fatos. Alguns personagens da trama têm posicionamentos explícitos.

Voltemos à fala-ação de David Uip. Tem *efeito de decisão/saber* (Charaudeau, 2019): “Eu era o único infectologista e sugeri que ampliasse o uso de cloroquina para todos os pacientes internados em duas condições: desde que o médico receitasse e o paciente autorizasse.””, diz Uip no texto de 08/04/2020, parágrafo 2º. Lembremos: na fase I.

Médico e infectologista, Uip ainda é diretor nacional de infectologia da Rede D’Or e reitor do Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC (FMABC); além de também ser “O coordenador do comitê de controle do coronavírus em São Paulo”, conforme a FSP, primeira linha do texto de 08/04/2020. O jornal continua reforçando o lugar que seria legítimo à Uip.

Daí “recomendar” remete à ação médica e à especialidade técnica e de gestão pública - em Fase I, contexto de adoecimento de Kalil Filho e vinculação à Uip, textualizada em 2021. Assim, temos mais outro posicionamento: do médico daquele outro médico-paciente. Uip agora é consultor de outro que ocupa lugar de grande poder da saúde, e lhe faz “recomendações”.

<sup>93</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/11/medica-engana-ao-dizer-que-vacinas-contr-a-covid-causam-infarto-e-morte-subita-em-criancas.shtml>>. Acesso em: 08/07/2024.

<sup>94</sup> O Alma Preta atua em perspectiva progressista, com perfil editorial politicamente bem diferente em relação ao Estadão e à Folha. É um jornalismo de midialivrisimo pelo qual não aprofundo discussões aqui [ver seção 2.10], mas demanda um potencial *lócus* de estudos – por exemplo, quanto às implicações de interseccionalidades de raça/gênero/sexualidade e iniquidades ao valor-notícia em saúde. Conheça mais em: <https://almapreta.com.br>.

<sup>95</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/candidatos/2022/ba/senador/doutora-raissa-soares-50001605325.shtml>>. Acesso em: 08/07/2024.

Também médico, Luiz Henrique Mandetta era o Ministro da Saúde, até ser demitido pelo ex-presidente da república, na semana seguinte, em 16 de abril de 2020. Segundo a Folha<sup>96</sup>: “voltou a defender a manutenção do caminho da ciência, em uma crítica indireta às pressões que sofre do presidente, contrário ao isolamento social e **defensor do uso de medicamento sem eficácia e segurança comprovadas**”. Mandetta (2020) escreveu livro sobre a experiência.

Os grifos em negrito são meus, para frisar que o jornal reitera a tese quanto ao uso da (hidroxi)cloroquina, ainda que, inclusive, o próprio Mandetta tenha evitado mencionar. Foi uma “crítica indireta”, qualifica a Folha, do mesmo modo que procedeu ao atribuir posicionamento à Dino como ‘pressuposição’ de reprovação do *tratamento precoce*: para Fairclough (2019, p. 162), nem sempre se designa “texto especificado ou identificável”. Palavras-alheias instadas a cada sujeito lhes possibilita completar sentidos entre ambiguidades no texto [vide seção 2. 10].

Um dia antes, no domingo de 15 de abril de 2020, havia falado sobre a experiência de gestão à Rede Globo de Televisão: “Mandetta afirmou a interlocutores que cometeu um erro ao dar a entrevista ao Fantástico”, informa a folha no 22º parágrafo desse texto. Só descrevemos. O jornal não identifica os ‘interlocutores’. Embora reconheçamos que a empresa de jornalismo tenha direito a manter sigilo sobre suas fontes, conforme prevê o código de ética da categoria.

No mesmo texto [15/04/2020], vemos com a Folha que o médico Nelson Teich assumiu a pasta, antes ocupada por Mandetta. O jornal vai ao perfil de Teich na rede X [antigo Twitter]. Intertextualiza. Expõe expectativas do novo ministro ao tomar posição na chefia da Saúde: “Quero agradecer a oportunidade que me foi dada, de ser gerente do nosso SUS, de pôr de pé o projeto de melhoria da saúde dos brasileiros e de planejar o enfrentamento da pandemia do coronavírus, o grande desafio que o nosso sistema de saúde está por enfrentar”, escreveu” [parágrafo 4]. Após 28 dias de trabalho, Teich renuncia ao cargo, nesse dia: 15 de maio de 2020.

Nessa data, o jornal expõe duas notícias. Busca posicionamentos à (hidroxi)cloroquina. Na primeira<sup>97</sup>, publicada às 12h 06min, sinaliza a FSP em título/subtítulo: “Após ultimato sobre cloroquina, Teich pede demissão do Ministério da Saúde / Nelson Teich avisou Bolsonaro de que não poderia mudar o protocolo sem comprovação científica. Segunda linha do texto: “não explicou o motivo de sua saída nesta sexta-feira (15)”. Não há enunciado à (hidroxi)cloroquina.

No parágrafo 4º do texto, a FSP enuncia: “Teich pediu demissão de manhã após ouvir um ultimato do presidente Jair Bolsonaro para que mudasse o protocolo para a administração

<sup>96</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-demite-mandetta-e-convida-nelson-teich-para-o-ministerio-da-saude.shtml>>. Acesso em: 08/07/2024.

<sup>97</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/vida-e-feita-de-escolhas-e-eu-hoje-decidi-sair-diz-teich-sem-explicar-o-motivo.shtml>>. Acesso em: 08/07/2024.

de cloroquina a pacientes com coronavírus”. Às 16h 28min, outra matéria, de título/subtítulo<sup>98</sup>: “Vida é feita de escolhas, e eu hoje escolhi sair”, diz Teich, sem explicar o motivo / Ex-ministro da Saúde vinha sofrendo pressão de Bolsonaro para ampliar uso da cloroquina”.

Em 9 dezembro de 2023, Teich concede entrevista à Folha, mantendo aquele mesmo posicionamento de 2020: “A minha saída, ela não ocorreu por causa da cloroquina; a cloroquina só mostrou o que seria a condução do governo”, ele responde à terceira pergunta feita sobre possível arrependimento quanto ao pedido de demissão à Bolsonaro. Talvez antecipando avaliação da FSP à agência da (hidroxi)cloroquina em relação à Covid-19, axiologicamente [vide capítulo 2, acima (cf. Authier-Revuz, 1990)]. Há desdobramentos. Vejamos os correlatos.

Efeitos colaterais de arritmia, medicações indiscriminadas, experiência de adoecimento, curvas epidemiológicas, sofrimento – são algumas agências científicas da (hidroxi)cloroquina. Protocolos técnicos; equipes de gestão; alinhamentos ideológicos – são agências políticas. Humanos/não-humanos agem-reagem entre domínios. Posicionados, fazem/seguem inscrições.

A “constituição” não funciona de um único modo, ela adota tantos regimes quantos são os distintos discursos constituintes (Mainguenu, 2012, p. 38). Tradicionalmente, o jornalismo avoca outros domínios para tornar credível a si mesmo. “O jornalista às voltas com um debate sobre um problema social recorrerá muito naturalmente à autoridade do intelectual, do teólogo ou do filósofo”, lembra Mainguenu (2012). Logo de imediato, ele retira do jornalismo a possibilidade de o domínio ser constituinte por si só: “o inverso não acontece” (Ibidem, p. 38).

Assim, os domínios entram num embate sem fim para estabelecer-se. Foucault (1996) viu tentativas da biologia em expelir Mendel e sua proposta de ‘genética’ para fora do campo; ou da medicina do século XVIII, que também almejou evitar a entrada da clínica [ver cap. 1].

Por essa lógica, pensaríamos com Mainguenu nos embates entre ciência e política com base no que brevemente vimos, em torno de embates retóricos para que enunciados de verdade de cada domínio e especialidade tenham respectivos *sucessos* performativos (Austin, 1990).

Aos desinformadores, bastam se tornar credíveis a quem neles acreditam, independente de fatos concretos e da empiria que os tornariam realmente concretos. Às instituições científicas e governamentais comprometidas com a verdade na esfera pública, além de exercerem práticas em seus respectivos espaços técnicos e políticos, precisam colocá-las em discurso retórico, mantendo transparência de seus laboratórios e bancadas – até que sejam posteriormente postos à prova, a cada tentativa de outros pares quando reexecutarem a empiria, rastreando inscrições.

---

<sup>98</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/apos-ultimato-sobre-cloroquina-teich-pede-demissao-do-ministerio-da-saude.shtml>>. Acesso em: 08/07/2024.

Como fui transparente desde o início, ao postular que as controvérsias são discursivas [nos aproximando aqui mais de Foucault do que de Latour], talvez fique mais fácil vermos que a proposta da desinformação está na *disposição* de rastros tal como se faz em qualquer domínio.

É preciso ficar explícito aqui que a desinformação, mesmo que afete a saúde, pode se entremear em todo e qualquer domínio – inclusive, entre domínios. No atual momento do texto, vemos que a Folha atribui ao sujeito que ocupa a maior patente política do país, Jair Bolsonaro, o lugar de enunciador de desinformação quanto ao uso indiscriminado da (hidroxi)cloroquina

Não apenas o jornalismo coloca(va) em perspectiva principal o objeto central da controvérsia e seus híbridos, mas atua(va) numa especialidade empírica com processos de contextualização. Seguindo rastros; e também deixando os seus para que terceiros os siga. Constituindo posições a serem ocupadas - até fora do protagonismo visível de controvérsia, quando correlatos surgem, à medida que agências da (hidroxi)cloroquina nos instam pelo jornal.

### **3. 2. 1. 2 Convocações do jornalismo às agências da (hidroxi)cloroquina**

Daqui, podemos deduzir a proposta sgnica para convocar leitores não apenas a se convencerem sobre o que é verdade ou falso, mas também reforçar um enunciado central por seus correlatos e sugerir a(o) leitor(a) a participar da construção discursiva da “verdade”. Logo, foi importante trazer elementos das funções enunciativas do jornal que justificam suas escolhas para fazer ver e fazer crer posicionamentos de terceiros por ditos relatados (Charaudeau, 2019), em relação à Fase III se articulando às Fases I e II no processo histórico.

À medida que vamos observando enunciados e estratégias da Folha para contextualizar leitores, compreendemos os desdobramentos de uma controvérsia pelo ‘o que’ é contextualizado, mas também ‘como’ a contextualização é realizada. O que é privilegiadamente mantido visível, ou convém manter implícito/não-dito entre textos. Não só reagindo aos desinformadores, o jornal age e convoca aliados aos embates, à (re)ação; ou mantém silêncios.

Talvez você tenha percebido, leitor(a), que o jornal exerce uma prática bem específica, longe de ser só receptáculo da fala de *experts* (Lupton, 2005) ou pressupor isso de terceiros. Poderíamos lembrar dos estudos culturais britânicos (Williams, 1979) e latino-americanos (Martín-Barbero, 1987) como novo fôlego (Bennett, 2003) para desmitificarmos a suposta passividade de receptores aos “ativos” emissores nos/entre processos de comunicação.

Nada que uma historicização das teorias da comunicação não nos estimule neste ímpeto de revisão de literatura: em geral (Mattelart e Mattelart, 1999); mas também numa ótica latino-americana (Verón, 2004) - inclusive, na nossa interface de comunicação e saúde (Pita, 1995;

Araújo e Cardoso, 2014; Sacramento, 2017; Santos, 2019, 2021a). Ou pelas teorias da discursividade dos fenômenos (Foucault, 2008a; Bakhtin, 1997; Volóchinov, 2019).

Entretanto, proponho nos assegurarmos na base teórica disposta no parágrafo anterior, mas pensando no jornalismo, em meio aos atuais processos de desinformação em saúde pelas funções enunciativas que exerce entre controvérsias – especificamente, pela regência discursiva em que actantes são posicionados e os posicionamentos discursivos postos à mesa, nos textos.

“Os discursos constituintes supõem um conflito permanente entre diversos posicionamentos” – é o que temos visto até aqui e concordo com Mainguenu (2012, p. 43). No entanto, a noção de ‘posicionamento’ pode se tornar demasiadamente “pobre”, segundo Mainguenu (2012, p. 43): “apenas que os enunciados são relacionados a diversas identidades enunciativas que se limitam umas às outras”. Posicionamentos não estão só em enunciados.

Daqui, pensemos no que adiantei no final do capítulo 1, com Foucault: diferenciarmos textualização do evento [pela função referencial do texto] e o evento; e o que torna possível a textualização existir para além de só um texto ‘base’. Nessa dialética, estão os posicionamentos.

Ora, o que faz o enunciado ‘(in)eficácia da (hidroxi)cloroquina’ existir? Mas, também: o faz a Folha de São Paulo reiterar tal enunciado, mesmo indo às extremidades da controvérsia?

O que faz este enunciado de (in)eficácia do fármaco existir não é a controvérsia, por si, mas os embates discursivos entre desinformadores que apresentam aparência da controvérsia como a própria controvérsia [simulacro/hiper-real dito como ‘o’ real (Baudrillard, 1991)]; e pretensos informadores que fazem ocorrer a translação de conhecimentos (Latour, 2000) para que o real [já visível entre laboratórios e bancadas institucionais] se torne enunciável.

O jornalismo faz esta passagem, do visível ao enunciável, tal como pioneiros da clínica procediam, quando tentavam colocar em enunciados o que viam/tocavam/ouviam dos corpos - “De alguma maneira a clínica *descobrirá* pelo olhar; duplicará apenas a arte de demonstrar; mostrando” (Foucault, 2021b, p. 65). No jornalismo, há um duplo jogo: fazer-ver o objeto de verdade e fazer-ver os procedimentos em que este fazer-ver é posto à mesa. Contudo, há um trabalho de persuasão ao(à) leitor(a). Afinal, ninguém é obrigado(a) a nada. Convenhamos!

O jornal convoca sujeitos a comporem comunidades por tensões entre enunciados - mesmo que, para isso, tenha que provocá-las. Vimos em relação à exoneração de Teich, acima. E é daí que posicionamentos são explícitos; ou forçados a serem feitos vistos por comunidades.

Mas não há exata proporção entre o que/quem interessa a ser feito-visto ou feito oculto. Dino não se dizia a favor do *tratamento precoce*, mas não desaconselhou a prática, por exemplo. Forçar a abertura de contextos se torna, então, uma estratégia discursiva para manter alguma coerência lógica em que o jornal busca sugerir. Entretanto, reitero: conforme convém ao jornal.

*Reprovar em omissão* se tornou equivalente a *colocar reprovação em enunciado*. E acima comentamos sobre o jornal não ter colocado em texto que não encontrou enunciados; talvez indicou práticas de Dino como reprovação. Com Kalil Filho [12/05/2021], é diferente:

As assessorias de imprensa do médico e do Hospital Sírio Libanês, onde ele atua profissionalmente, foram procuradas, mas disseram à nossa reportagem que o cardiologista não teria disponibilidade para uma entrevista.

O Comprova não encontrou declarações diretas do cardiologista sobre o uso da hidroxicloroquina em pacientes da Covid-19 após a publicação de diversos estudos que atestam a ineficácia do medicamento nesses casos. Por isso, buscamos em entrevistas e colunas assinadas por ele, em diferentes veículos, declarações recentes que dessem pistas sobre a visão dele sobre o assunto.

Diferente também em relação à Uip, Kalil Filho não é posto em entremeios políticos. A forma tomada por uma “comunidade discursiva”, que não existe senão na e pela enunciação de texto, às vezes, varia em função do tipo de discurso constituinte em questão e de cada posicionamento (Mainguenu, 2012, p. 44). Kalil Filho é abrigado neste lugar ‘médico’.

Audiências da Jovem Pan, emissora onde Kalil deu entrevista [10 de abril/2020], descontextualizada [em 2021], não são necessariamente as mesmas da Folha. O entrevistado indica consciência dele a essa diferença de públicos (Authier-Revuz, 1990); assim como o jornal sinaliza diferenciação, destacando respectivos espaços de fala e contexto enunciativo.

Foram duas entrevistas: uma, à Jovem Pan; a outra, à Folha. A Jovem Pan era apoiadora explícita e, por vários momentos, cedeu espaço discursivo à Bolsonaro. Mas, pelo que se lê da Folha, Kalil Filho não se dizia apoiador ao uso irrestrito de (hidroxi)cloroquina – nem na rádio!

Na “fotomontagem” desinformativa foram entextualizados dois enunciados: o referente à narrativa pessoal de Kalil Filho como doente medicado com (hidroxi)cloroquina *mais* outro referente à “falsa” defesa ao uso irrestrito/indiscriminado do fármaco [“Tem que ser utilizada”].

Assim, o desinformador avalia que destinarários e superdestinatários (Bakhtin, 1997) coincidirão interlocutivamente (Authier-Revuz, 1990) como membros das mesmas comunidades discursivas que apoiam Bolsonaro e por ele são apoiadas, direta ou indiretamente.

De modo que o discurso desinformativo com aparência de “especialista” convoca sujeitos pela função que articula ciência e jornalismo [ou gêneros informativos afins] da rádio. Então, Mainguenu (2012, p. 44) entende que o par ‘discurso constituinte e posicionamento’ “não é só um conjunto de textos, um *corpus*, mas uma imbricação entre um modo de organização social e um modo de existência de textos”. Antes, há vinculação (Sodré, 2019a).

“Desse modo, falar de “comunidade discursiva” é afirmar que, por um movimento de envolvimento recíproco, a comunidade é cimentada por discursos que são produto dessa mesma comunidade”, diz Mainguenu (2012, p. 45). Este “cimento” é uma dialética linguagem-mundo.

Para Hall e colaboradores, o jornalismo auxilia sujeitos a acessarem o mundo via linguagem, reduzindo desordem e caos de apreensão perceptiva. Charaudeau (2019, p. 100) entende como *processo evenemencial* a “modificação entre acontecimentos *percebida* por sujeitos (ou que estes julguem que houve modificação) num efeito de “saliência”, e que a percepção se inscreva na rede de *significações sociais* por efeito de pregnância.

Reiteraões enunciativas têm efeito de pregnância à memória (Bergson, 2010); “estes acontecimentos devem ser identificados (isto é, designados, definidos, relacionados com outros acontecimentos do conhecimento público) e inseridos num contexto social (isto é, colocados num quadro de significados familiares ao público)” (Hall *et al.*, 1999, p. 225-226).

O uso da linguagem para produzir sentidos sobre o mundo está acessível para todos(as). Contudo, as notícias são descritas por Harvey Molotch e Mariyn Lester por usos estratégicos. Logo que um tal uso ocorre, uma ocorrência materializa-se, em certo grau, como um objeto no mundo social (Applebaum, 1973) e fica disponível como recurso para a construção de acontecimentos no futuro (Molotch e Lester, 1999, p. 35). Então, significantes são sugeridos para serem apropriados conforme leituras e interpretações textuais à significação.

Para Mainguenu, é estratégico vermos posicionamentos por “comunidades estritas”, complementares na significação: “as que *gerem* e as que *produzem o discurso*”. Da matéria de 12/05/2021, há convocatória de ‘Folha-Kalil Filho’ às comunidades discursivas – deste jornal (gestor) às suas audiências, em contraposição às audiências potenciais da Jovem Pan; mas não esqueçamos que o mesmo médico, gestor, professor, empresário Kalil (produtor) tem as suas.

Na entrevista à Jovem Pan, o médico contava como foi sua recuperação da doença e afirmava ter tomado hidroxiclороquina e outros remédios. Já naquela entrevista o diretor-geral do Centro de Cardiologia do Hospital Sírio-Libanês dizia: “Minha opinião é que, independentemente das ideologias, devemos procurar minimizar o dano à população e evitar mortes. Se existe medicação com evidências que pode haver benefícios, aliada a outras medicações, numa situação desta, tem que ser utilizada e pronto. Não tem conversa”.

Se para a Jovem Pan o bolsonarismo é modo de existência pelo qual há um “cimento” que calcifica apoios irrestritos à Bolsonaro e à (hidroxi)cloroquina, é possível inferir que a Folha tensionará isto, trazendo “os fatos” em textos. Na presunção de interpelar sujeitos a evitarem colocar “ideologia” à frente de “fatos” – “científicos”. Mantenho aspas à presunção.

São **promessas** locutórias (Austin, 1990). A interpelação constituiria ainda um lugar de “neutralidade” à Kalil, que “age” ao que está previamente posto: pela ciência e pela FSP. Objetivamente “neutro”. Ideológicos seriam outros; não o médico do complexo Sírio-Libanês.

Para Hackett (1999, p. 125) ideologia continua interpelativa: “O espectador é convidado a aceitar uma determinada posição de modo a interpretar ou descodificar uma mensagem”.

Objetivar: isso sim é imperativo ao campo. A perspectiva marxista e althussereana de Robert Hackett lhe faz ver a tentativa de objetivação dos jornalistas como conjunto de práticas que colocariam audiências numa espécie de classe tomada por estratégias da organização: “já não pode ser entendida como o oposto de ideologia, se bem que as formas e a retórica da objetividade ajudem a reproduzir os enquadramentos políticos dominantes ou a posicionar o público como observador e consumidor passivo”, avalia (1999, p. 127). *Ideologia naturalizada*.

Para Gaye Tuchman, jornalistas distinguem o que pensam e falam em prol da empresa. Podem afirmar que: “1) apresentaram versões diferentes de uma mesma realidade, 2) apresentaram provas suplementares para fundamentar um facto, 3) utilizaram aspas para indicar que o repórter não está a dar uma versão dos acontecimentos, 4) apresentaram os fatos mais importantes primeiro, 5) separam cuidadosamente os fatos das opiniões” (1999, p. 89). Mas, a autora pondera. Vê, no produto entregue ao público, efeitos da relação ‘imprensa-jornalistas’.

Daria a impressão de que *os procedimentos noticiosos exemplificados como atributo formal das notícias e jornais são, efectivamente, estratégias através das quais os jornalistas se protegem dos críticos e reivindicam, de forma profissional, a objetividade*, especialmente porque a sua experiência profissional não é suficientemente respeitada pelos leitores e pode até ser alvo de críticas. Embora esses procedimentos possam fornecer provas demonstráveis de uma tentativa de atingir a objetividade, não se pode dizer que a consigam alcançar. De fato, tem sido sugerido que esses procedimentos 1) constituem um convite à percepção seletiva; 2) insistem erradamente na ideia de que <<os fatos falam por si>>, 3) são um instrumento de descrédito e um meio do jornalista fazer passar a sua opinião, 4) são limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística, 5) iludem o leitor ao sugerir que a análise é convincente, ponderada ou definitiva. Em suma, existe uma clara discrepância entre os objetivos procurados (a objetividade) e os meios utilizados (os procedimentos noticiosos descritos) (Tuchmann, 1999, p. 89).

Todavia, “identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos e, termos destes quadros de referência de fundo, constituem o processo fundamental através do qual os media tomam o mundo a que eles fazem referência inteligível”, avaliam Hall *et al.* (2019, p. 226). O jornalismo onisciente e onipresente - que vimos em análise à matéria protagonizada por Flávio Dino – é exercido aqui pela FSP. “**Em nenhum momento** ele defende a hidroxicloroquina como a única ou principal responsável por sua recuperação”, diz o texto sobre Kalil Filho. Meus grifos (em negrito) destacam a defesa da Folha à conduta do médico.

Alicerces do vínculo entre a Folha e suas audiências foram/são pavimentados ao longo de toda a cobertura jornalística. O jornal conta com o repertório de suas audiências, pressupondo fazer lembrá-las “dos fatos”, a partir de intertextos pelos quais o veículo se esforça para neles dispor significantes/enunciados/textos/discursos, nesta finalidade. Com legitimidade do campo, apesar de crises que envolvem o jornalismo e demais campos/práticas numa era de pós-verdade.

Aliás, a empresa reconhece particularidades das redes digitais na *web*: pela profusão de informações que circulam em escala espaço-temporal comprimida e, por isso, acelerada; como também por fatores econômicos, políticos e culturais que podem tornar o nicho um concorrente em audiências, a depender de como o jornal se reconhece e posiciona-se em relação ao mercado. A tal ponto que passam a configurar padrões de consumo e de relevância jornalística de agenda.

A FSP faz monitoramento digital na *web* para identificá-los e, a partir daí, atuar. Não à toa, dentre os critérios de checagem dos fatos, a saliência de agendamento na *web* é mensurada por métricas de acesso e compartilhamento de informações – de desinformadores à informadores. Veja o 13º parágrafo do texto da FSP [12/05/2021]: “No ano passado, quando o post com Kalil foi publicado, houve 183 mil compartilhamentos no Facebook. Desde 8 de maio de 2021, quando ele voltou a circular, já foram 6,6 mil compartilhamentos e 12 mil interações”.

Tudo isso envolve múltiplas pré-disposições que não se restringem só ao jornal(ismo). Mas este domínio reconhece, adapta-se e oferta informações com base na demanda mensurada.

Obviamente que não é só quantificada. O que expus acima indica que a Folha também faz avaliações qualitativas de suas audiências, até para atender à procura por posicionamentos. “Por que investigamos?”, questiona a FSP em seção da matéria de 12/05/2021. No primeiro 1º: “Em sua 4ª fase, o Comprova verifica conteúdos de redes sociais ligados à pandemia e a ações do governo federal. Priorizamos informações suspeitas que têm grande alcance, como o post analisado nesta checagem”. A referência à 4ª fase decorre de crescimento do grupo Comprova: fase I, com início em 2018; fase II, 2019; fase III, 2020; fase IV, 2021; e fase V, desde de 2022.

A matéria em análise também é reproduzida por outros veículos “parceiros” do projeto. O WhatsApp e Torabit são “parceiros de tecnologia”, segundo informa o Comprova em *website*. Daí a saliência da agenda de informação/desinformação de controvérsias é mensurada. Rastros.

Interessante que o termo *saliência de agenda* partiu de contextos da década de 1960, nos EUA, marcados por várias lutas pelos direitos civis – inclusive, para se pautar bandeiras de representação de cidadão(ã)s negro(a)s; infelizmente, ali, à margem de reconhecimento público. Foi desenvolvido por Maxwell McCombs, com a hipótese ou teoria [há controvérsia quanto à categoria do estudo] para mensurar e compreender quais e como os temas são objetos de visibilidade pública (Gomes e Maia, 2008) – a *Agenda Setting*, como então ficou conhecida.

O nome disposto aqui em língua inglesa decorre da imprecisão de tradução. Ao pé da letra, denotaria ‘configurações mentais de agenda’; embora chamada de teoria do agendamento. McCombs admite que o termo ‘agendamento’ não é de sua autoria. É de Steve Chafee; de 1968 – “um dos primeiros “juízes” a reconhecer sua utilidade”, frisa (2009, p. 10). McCombs então vê como temas controversos e correlatos partem dos sujeitos à imprensa; e vice-versa.

Para McCombs, a mídia tem o papel de influenciar a opinião pública – aceno explícito do autor ao livro de Walter Lippmann (2008), o clássico *Opinião Pública*, publicado em 1922 [vide seção 1. 5, acima], que coloca em visibilidade/enunciabilidade as controvérsias quanto ao trabalho de assessorias de imprensa durante a Primeira Guerra Mundial – referência até hoje.

Trata-se de uma seletividade ao conveniente a se fazer ver ou fazer se manter oculto. “Este papel que a mídia tem de definir a agenda liga o jornalismo e sua tradição de contar história à arena da opinião pública, uma relação com consideráveis consequências para a sociedade”, diz McCombs (2009, p. 16). Sem psicologismo apressado, reforça (Ibidem, p. 97): “Os efeitos do agendamento são mais do que o resultado de quão acessível ou disponível um tópico está presente na mente do público”. Materializam a percepção da realidade, da vida etc.

As contribuições de McCombs são consideradas um marco aos estudos de mídia, sobretudo por intenções em buscar rigor metodológico naquele seu momento histórico. Válido. As sofisticadas técnicas de pesquisa para se compreender possíveis padrões de comportamento, e respostas em ações/decisões de política, saúde, educação, consumo etc lembram abordagens quali-quantitativas - como na economia da saúde ou epidemiologia nos EUA (Ayres, 2008).

Com o advento da *web*, o próprio McCombs revisou sua teoria, no início dos anos 2000. Agora, há o marketing digital. Quais efeitos disso tudo ao jornalismo, sobretudo na pandemia? Obviamente que se faz necessário, aos estudos de McCombs, aprofundamento às características socioculturais que configuram agenciamentos, até que temas estejam *salientes* na(s) mídia(s). Durante a pandemia de Covid-19, é possível ver a conduta crítica das audiências ao que viviam?

Para Alberto Villa Gracia e Victor Martinez, sim. Os autores observaram como espanhóis checavam informações durante a pandemia de Covid-19, principalmente na Fase I. Com *software* de monitoramento digital, os autores foram às buscas de informações no Google. A análise indica que, estatisticamente, os dados das pesquisas no Google pela palavra “bulo” [*farsa*”, em espanhol] e as mortes diárias têm uma relação de crescimento semelhante durante o período de propagação da pandemia na Espanha (Gracia e Martinez, p.169. tradução<sup>99</sup>).

Ainda na Espanha, Bella Palomo e Jon Sedano (2018) observaram iniciativas para checagem de informações. El Objective, Polétika, La Chistera, Maldito Bulo ou El Tragabulos são as plataformas usadas pelo Jornal Sul: “representa um modelo especial porque esta seção possui um celular para receber mensagens do público através do WhatsApp sobre os conteúdos que desejam saber se são verdadeiros ou falsos numa estratégia chamada “B de Bulo” (p. 1388.

---

<sup>99</sup> Do original: The analysis indicates that, statistically, the data from Google searches for the word “bulo” and daily deaths have a similar growth relationship during the pandemic's spread period in Spain. This does not happen with “fake”.

tradução minha<sup>100</sup>). No caso destes autores, constaram que esta já era uma prática pactuada entre alguns jornais e suas audiências. Gracia e Martinez (2020) mostram, na verdade, é que isso não só continuou, mas ampliou na pandemia; inclusive, anteriormente ao pico epidêmico.

Não é o caso necessariamente de aqui afirmarmos isso em relação ao Brasil. Não tenho elementos empíricos para fazer amplo diagnóstico. Precisariamos de um estudo aprofundado. Ao menos em relação ao Projeto Comprova, por onde a Folha e mais 41 veículos de imprensa se associam, não há informações que apontem alguma iniciativa de participação cidadã direta. Não há como inferir que os meios de comunicação associados não tenham estratégias para tal.

No caso da Folha, o que observamos enquanto reação às saliências de agendas dos temas controversos - como este de (in)eficácia da (hidroxi)cloroquina - são estratégias do veículo para fazer o monitoramento digital, de que apontamos acima; como também e por isso, materializando em intertextos não só consciência do grupo aos acontecimentos e seus efeitos, mas deixando/buscando inscrições de posicionamentos, seus e de terceiros, por rastros digitais.

O exemplo referente ao caso espanhol nem é só por ser o país europeu que mais utiliza o WhatsApp, conforme justificam Palomo e Sedano (2018) sobre o recorte empírico pelas mediações sociotécnicas e culturais na Espanha. Mas, para atentarmos ao fato de que há uma progressiva participação dos públicos nos processos de checagem de informações, junto à *web*. Até porque o Brasil é o terceiro país do mundo no *ranking* daqueles que mais usam o WhatsApp.

A informação foi divulgada pela FSP, numa entrevista do dia 5 de novembro de 2023<sup>101</sup>. O texto é produto de entrevista concedida à Folha pelo presidente do WhatsApp, Will Cathcart. Mescla entrevista com notícia, pois há apresentação inicial da pauta com alguns fatos e dados.

O WhatsApp é uma das empresas do conglomerado ‘Meta’ – “dona” do Facebook e Instagram, diz a FSP em legenda de imagem, no texto. A “delegação” (Latour, 2012) para evitar desinformação, sobretudo contra *bots*, ainda seria por Inteligência Artificial (IA), diz Cathcart.

*Bots* são perfis falsos criados com *softwares* para facilitar desinformação na *web*. Podem ser usados como instrumento de delegação para sujeitos não serem identificados em discurso e estarem em presença por transcendência. “Chamo de delegação esta transcendência sem oposto. A enunciação, ou a delegação ou o envio de mensagem ou de mensageiro permite continuar em presença, ou seja, existir”, diz Latour (2009, p. 129) a partir de Heidegger (2022) - ironicamente, de onde Derrida (2019) vê rastro imotivado/inscrição/contexto [subseção 2. 7.2].

---

<sup>100</sup> Do original: representa un modelo especial porque esta sección tiene un teléfono móvil para recibir mensajes de la audiencia a través de WhatsApp sobre aquellos contenidos que desean saber si son verdaderos o falsos.

<sup>101</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/brasil-e-o-pais-do-whatsapp-diz-presidente-do-aplicativo.shtml>>. Acesso em: 09/07/2024.

Manter presença por delegações entre dispositivos humanos e não-humanos acontece, aos informadores e desinformadores. Então, o que faz cada rede de interesses continuar agindo? A Folha continua expondo posicionamentos. E convocando à busca de posições por delegação.

Em perspectiva heurística, Latour (2009) coloca em texto o que comentei no capítulo 1, principalmente na subseção 1. 1. 3, - e ali trouxe de Foucault; aqui, com Hall et al (1999), pelo jornalismo – sobre a relação linguagem-mundo. “Partimos do *vínculum* em si, da passagem e da relação, aceitando como ponto de partida apenas aqueles seres saídos desta relação ao mesmo tempo coletiva, real e discursiva”, diz Latour (2009, p. 127). O que nos faz pensar nas agências que passam por *bots* ou mesmo jornais: cada mediador, passando por seus respectivos princípios de delegação, e nos faz “ver” correlatos de controvérsia e seus estatutos entre vários domínios. O domínio político muito indica sobre “usos” da ciência; aliás, suas delegações, por exemplo.

“Não partimos dos homens, estes retardatários, nem da linguagem, mais tardia ainda”, expõe Latour (2009, p. 127). Ora, mas a crítica de Foucault é sobre isso. A “passagem” da linguagem não desconsidera o que está para além dela. Rastros, de que acessamos via linguagem, não são partida, e sim, *passagem* [faço adaptação à Verón (2004), sobre os *medias*].

Latour é incisivamente crítico à perspectiva de análise de controvérsias por contextos, sobretudo em *Reagregando o social*. Dentre as críticas (2012, p. 277), uma sobre local x global: “De tempos em tempos, os contextos são reunidos, resumidos e transformados, dentro de recintos específicos, em panoramas coerentes que acrescentam seus vários efeitos estruturais contraditórios aos locais a serem “contextualizados” e “estruturados”. Qual o ângulo do olhar?

Mesmo tentando diagnosticar a separação mundo-linguagem legada da modernidade, somente pela noção de dispositivo é que Foucault reconhece em *A vontade do saber* (2020a) o que em *As palavras e as coisas* (2018) não era tão presente: a agência do que não está só grafematicamente posto no enunciado mas que é “vista” em exegese feita pelo analista, para além do texto à sua frente. O analista a coloca em perspectiva, pela dispersão dos enunciados.

A tarefa arqueo-genealógica sobre a sexualidade - paradoxalmente interdita pela negatividade e colocada em discurso pela positividade entre domínios - é um exemplo disso.

Sendo mais específicos, pensemos em como a sexualidade não era posta em discurso só como desvio, e sim, objeto de saúde pela clínica. Em algum ponto, efeitos de *bots* ou do jornal serão, à frente, transformados em texto(s) – ainda que, para isso, o jornal assim o faça, e nós coloquemos em perspectiva os rastros do jornal sobre rastros de outrem, ditos contextualizados.

E, mesmo assim, ‘(in)eficácia da (hidroxi)cloroquina’ não será posta em discurso só como enunciado que remete a objeto político ou farmacológico tão específico – decorre do que Foucault (2021a) chama de *polivalência tática dos discursos*, com pontos de contato variados.

A OMS manteve a hipótese de adoção do *tratamento precoce* até 17 de junho de 2020. “Segundo a organização, a revisão feita por um comitê independente e resultados de outros estudos mostraram que não houve redução na mortalidade dos doentes de Covid-19 que receberam a droga”, noticia a Folha noutro texto, publicado no dia da decisão da OMS<sup>102</sup>.

No parágrafo 10º do texto de 12/05/2021, a FSP sugere ao(à) leitor(a) ver regularidades e rupturas (Foucault, 2008a; 1972) entre instituições com posicionamentos antagônicos: “Também buscamos os posicionamentos da OMS e de fabricantes da cloroquina e verificações nossas para averiguar o que mudou sobre o conhecimento científico que se havia em maio de 2020 e no mesmo mês deste ano”. Se vacinas rendem lucros, por que não o *tratamento precoce*?

É possível existirem interesses da *big pharma*. Coloquemos em perspectiva quem/o que está no entremeio para além do texto da própria FSP. E então poderemos ter um panorama de problemáticas não postas em discurso pelo jornal e terceiros, mesmo visíveis noutros arquivos.

Pinheiro e Emery (2022, p. 263) lembram do episódio em que Bolsonaro questiona o porquê o *tratamento precoce* estaria sendo ignorado, segundo ele. Os autores recorrem a um texto<sup>103</sup> do Correio Brasiliense, publicado em 5 de maio de 2021, titulado/intitulado: “Canalha é ser contra o *tratamento precoce* sem dar alternativa, diz Bolsonaro / Presidente repetiu defesa à cloroquina. No entanto, o medicamento não possui comprovação científica contra o vírus. Substância teve o uso fortemente desaconselhado pela Organização Mundial da Saúde (OMS)”.

O ex-presidente tenta sugerir lugar de referência de identificação, convocando sujeitos a procederem conforme ele, que é presidente da república e presume ser exemplo de êxito nisso. “Por que não se investe em remédio? Porque é barato demais? É lucrativo para empresas farmacêuticas ou para laboratórios investir no que é caro? Nós conhecemos isso”, apontou” – trecho da matéria do Correio Brasiliense, parágrafo 2º, referente à declaração de Bolsonaro.

“Farmacêuticas faturaram mais de R\$ 1 bilhão com 'kit Covid' na pandemia, segundo relatos à CPI / Entre os remédios listados estão cloroquina, ivermectina, nitazoxanida, azitromicina e vitamina D”, segundo levantamento da FSP publicado<sup>104</sup> em 12 de julho de 2021. “Apesar de o chamado “kit Covid” ter se mostrado ineficaz contra a doença, a venda dos remédios que o compõem deu um salto na pandemia. O faturamento de sete empresas apenas com esses medicamentos foi de R\$ 482 milhões de janeiro de 2020 a maio de 2021”, diz o texto.

<sup>102</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/oms-vai-interromper-estudos-com-hidroxicloroquina-para-tratamento-de-covid-19.shtml>>. Acesso em: 10/07/2024.

<sup>103</sup> Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/05/4922397-canalha-e-ser-contr-o-tratamento-precoce-sem-dar-alternativa-diz-bolsonaro.html>>. Acesso em: 10/07/2024.

<sup>104</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/farmaceuticas-faturaram-mais-de-r-1-bilhao-com-kit-covid-na-pandemia-segundo-relatos-a-cpi.shtml>>. Acesso em: 10/07/2024.

Pinheiro e Emery lembram que, desde de Abril de 2020, Bolsonaro tentou retirar da bula dos medicamentos que comporiam o *kit Covid* a necessidade de aprovação pela Anvisa – “Em março de 2020, Bolsonaro sancionou uma lei que extingue essa necessidade” (2022, p. 264). Deveria ser apreciada na Comissão Nacional de Incorporação de Novas Tecnologias (Conitec), porque a finalidade à Covid-19 seria outra: o uso *off label* do medicamento.

Em 21 de janeiro de 2022, o Ministério da Saúde de Bolsonaro barrou a **contraindicação do tratamento precoce**, já aprovada pela Conitec, segundo texto da FSP publicado nessa data<sup>105</sup>. 70% da população brasileira já estava vacinada com segunda dose à Covid [cf. próxima seção].

Ora, em 4 de novembro de 2021, “Conselho Federal de Medicina diz que não mudará parecer sobre autonomia para receitar 'kit Covid'”, segundo a Folha<sup>106</sup>. “Declaração foi dada em audiência pública nesta quinta (4) na Câmara dos Deputados”, sintetiza o subtítulo do texto. Entre o fim da Fase I e este momento, o Brasil dá um salto na imunização vacinal: é a Fase II. Mantendo o parecer, ali o CFM ignora uma concretude histórica factual/científica – Fase III.

Na ocasião, além de deputados de amplos espectros ideológicos, também estavam presentes membros de outras entidades representativas dos médicos que disputavam “verdades” com o CFM, como Ceuci de Lima Xavier Nunes – “que fez duras críticas ao posicionamento do CFM”, descreve o jornal *narrativizando* (cf. Charaudeau, 2019), no parágrafo 7º do texto.

“Nunes chamou de “desserviço” a decisão do conselho de não mudar o posicionamento **depois de quase dois anos** do início da pandemia da Covid-19. Para ela, a autonomia do médico tem limite, e o parecer induz à prescrição de **medicamentos comprovadamente ineficazes**”, expõe a Folha. Há demarcação de duração do tempo neste espaço político que faz o jornal reiterar a mesma tese. E há ainda reiteração da tese do CFM: manutenção do parecer 04/2020.

Friso que o *discurso relatado* da médica está em ordem indireta, facilitando ao jornal controlar discursivamente quem/o que fala, mas integrando argumentos. Há “intervenção nas palavras de origem, operando uma transformação da modalidade do dito” (Charaudeau, 2019, p. 173) - discurso indireto livre, na perspectiva do Círculo de Bakhtin. Em ordem direta:

“Eu acho que o CFM fez um grande desserviço ao Brasil e aos médicos com essa nota, causou perplexidade, inclusive. É incrível que a gente tenha sociedades médicas ligadas à doença como Sociedade Brasileira de Infectologia, Sociedade Brasileira de Pneumologia, Amib [Associação de Medicina Intensiva Brasileira], Sociedade Brasileira de Pediatria se

<sup>105</sup> Disponível em: <[https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/01/saude-barra-diretriz-que-contraindica-kit-covid.shtml?utm\\_source=sharenativo&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=sharenativo](https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/01/saude-barra-diretriz-que-contraindica-kit-covid.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo)>. Acesso em: 10/07/2024.

<sup>106</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/11/conselho-federal-de-medicina-diz-que-nao-mudara-parecer-sobre-autonomia-para-receitar-kit-covid.shtml>>. Acesso em: 11/07/2024.

posicionando contra a utilização dessas medicações e o CFM mantém mais de um ano e meio depois a mesma nota”, disse.

Dialecticamente, a aglutinação política se dá entre discursos e eventos aí entremeados. Observe que o CFM é a entidade legítima para representar os médicos no que tange à elaboração de pareceres e fiscalização do exercício da profissão. O que não impede de haver outras iniciativas da sociedade civil organizadas democraticamente, a representar a pluralidade de pensamentos e ações pela categoria. Mas, elas atuam em caráter consultivo em relação ao CFM.

Pela lei n°. 3.268, de 30 de setembro de 1957, ainda é do CFM a competência direta. O que as entidades representativas de outras profissões da saúde podem fazer é tensionar o domínio político para que a representatividade da saúde não seja reduzida à clínica, no geral. Mesmo que, para isso, sejam convocadas representações de especialidades da própria medicina - infectologia, medicina intensiva, pediatria etc. Ou médicos que também são agentes políticos.

“O posicionamento do CFM também foi criticado pelo deputado Jorge Solla (PT-BA), que comandava a audiência pública. Ele chegou a propor uma nova audiência para discutir até onde vai a autonomia médica” – este é médico-deputado, ou o deputado-médico, trazido à FSP via *regra de duplo condicionamento* do poder (Foucault, 2020a) conferido a este sujeito.

O posicionamento e fala de Solla se soma ao de outros cientistas e agentes institucionais em relação ao curso dos acontecimentos entre as fases aqui sinalizadas. Ele enuncia o que faz discursos serem concretos. “Desde o início da pandemia, apoiamos a autonomia do médico na busca do tratamento precoce, seguindo recomendação do nosso Conselho Federal de Medicina. Eu mesmo fui um desses que fez tratamento inicial”, afirmou o presidente na ocasião”, expõe a Folha, no parágrafo 11°, sobre a fala de Solla, que se refere àquele consenso inicial, Fase I, de incerteza. Mas, ao final de maio de 2020, a ineficácia da hidroxicloroquina foi comprovada.

Na perspectiva de Pinheiro e Emery, Jair Bolsonaro teria tentando convencer as pessoas de que as indústrias farmacêuticas não estariam interessadas em lucrar sobre o *kit covid*, pelo fato de que os medicamentos já eram produzidos/comercializados no setor; não teriam patentes. Pois não havia relações de causalidade direta entre princípios ativos daqueles medicamentos e tratamento, reabilitação e cura de pacientes com Covid-19. Eram específicas à malária.

Conforme abordei aqui [no capítulo 2, já na seção 2. 1], havia diferenças significativas de saliência de agendas da (hidroxi)cloroquina em relação à malária - endêmica na Amazônia Brasileira, no sudeste da Ásia e em toda a África - e à Covid-19. Quais implicações há nisso aí?

Observando a demanda por medicamentos em relação às várias doenças negligenciadas, faríamos uma pergunta ingênua: por que ainda há tantas doenças cujo tratamento é precário ou até inexistente? Falta de medicamentos eficazes e estrutura do SUS? Se sim, não são demandas?

Em matéria<sup>107</sup> publicada em 28 de dezembro de 2023, a Folha faz o seguinte balanço: “Einstein e Sírio-Libanês já administram mais leitos públicos do que privados / Em cinco anos, a participação de recursos públicos na receita de hospitais de ponta quase triplicou”.

Pelo título/subtítulo, identificamos dois empreendimentos de saúde já conhecidos aqui por nós, sobretudo por David Uip e Kalil Filho [principalmente este], que atuam nessas redes. Aliás, há um enunciado já familiar aqui presente: “Outra inovação foi a criação de uma central *farmacêutica* dedicada a revisar todas as *prescrições médicas*” [destaques meus/parágrafo 21°].

“A médica Ligia Bahia, professora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e pesquisadora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, afirma que eles estão “comendo o SUS”, expõe a Folha no parágrafo 8°, sem colocar em texto argumento algum desta renomada pesquisadora de economia da saúde; sugestão de lugar a ocupar na *cega* desconfiança aos dados.

Para Bahia, que escreve com Costa *et al.* (2020, p. 242) a partir de sistemáticos estudos, com terceirização de ações do Estado, “princípios de universalidade do SUS ficam questionados”. Há riscos de fragmentação do cuidado em saúde. O controle epidemiológico da Covid-19, por exemplo, deve ocorrer por integralidade de ações além até da própria vacinação.

Enquanto isso, o foco de Bolsonaro era medicalização, sem estratégia integral de gestão. “O que eu tomei, todo mundo sabe, ousou dizer que milhões de pessoas fizeram esse tratamento. Por quê contra? E espero que a experiência de Manaus com doses cavaleares de hidroxicloroquina seja completamente desnudada pelos senadores” diz ele, se referindo às investigações da CPI da Covid-19 no Senado naquele momento, segundo o Correio Brasiliense. Região que Bolsonaro qualifica como espaço onde estaria havendo luta exemplar com uso daqueles fármacos, incluindo a (hidroxi)cloroquina. Desde 2020, à Covid-19. Não à malária.

Para Pinheiro e Emery (2022, p. 263), Bolsonaro dissimula [simulacro]: “insinua que a demonstração de eficácia da cloroquina, hidroxicloroquina e ivermectina contra a Covid-19 prejudicaria os interesses das gigantes multinacionais no desenvolvimento de novos produtos”.

E a FSP nisso? Embora intertextualizando com o Correio Brasiliense, continuamos observando eventos em curso, mas com foco na contextualização da Folha sobre estes eventos.

Eventos no presente da pandemia, e também futuros [agora em análise], permitem observar o que está dito e não-dito sobre responsabilidades cobradas ao Estado/instituições frente às agências da (hidroxi)cloroquina a outros objetos/correlatos. E ao jornal. Por exemplo, agências o faz agir entre visibilidades e enunciabilidades, no que chama de *colapso* em Manaus – entre malária e Covid-19, há aí um ponto cego da contextualização da FSP. Veremos de perto.

---

<sup>107</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/12/einstein-e-sirio-libanes-ja-administram-mais-leitos-publicos-do-que-privados.shtml>>. Acesso em: 20/07/2024

### 3. 3 Texto III: O cronotopo da (in)eficácia da (hidroxi)cloroquina no Amazonas-Brasil

Nesta seção, discutiremos a relação de “eficácia farmacológica” à malária e à Covid-19. O objetivo é compreendermos agências que a (hidroxi)cloroquina suscita a partir do momento histórico da pandemia. E identificar o passado que, naquele momento de Covid-19, era presente. Deste presente-passado, olhemos nossos futuros possíveis: por diferenças axiológicas entre dois objetos de saúde/doença com núcleo prático-discursivo comum - a eficácia farmacológica.

Interessa vermos aqui como a Folha contextualiza leitores sobre acontecimentos da pandemia no Amazonas e seus efeitos no espaço que protagoniza, infelizmente, dupla catástrofe – pico epidemiológico de contaminação pelo SARS-CoV-2, seguido da curva ascendente vertiginosa de agravos e/ou mortes por Covid-19 na pandemia; e endemia por malária, mas considerando dificuldades farmacológicas no tratamento a essa doença ainda tão negligenciada.

Parto da premissa de que um mesmo espaço concentra diferentes temporalidades de dois grandes eventos de saúde/doença que, por contingências (Foucault, 1972), acontecem. Se estão visíveis e/ou enunciáveis: eis a problemática que remete ao estatuto prévio ao discurso.

O que também poderá nos ajudar a cumprir outro objetivo de pesquisa: compreender o estatuto ético-político legado por diversos sujeitos e instituições, idem às suas tecnologias biomédicas/científicas/políticas aí entremeadas no/pelo dispositivo de ‘eficácia farmacológica’. E, por isso, responsabilidades pelos cuidados em saúde, coletivos e individuais a serem vistas.

Ou o papel de mediação/produção de verdades exercido no/pelo jornalismo – com seus desafios e limites, considerando o fato de sê-lo um de muitos outros campos/práticas, idem aos processos de midiatização profunda aí implicados [abordei no final do capítulo 2].

O conceito de cronotopia, de Mikhail Bakhtin (2020), muito nos apoiará nesta análise. Desde *Para uma filosofia do ato responsável*, escrito entre 1919-1921, Bakhtin (2020) já apresentava as relações de espaço e tempo, em suas leituras à Kant – inclusive, sobre contextos. O objetivo era pensar a singularidade na relação evento-estrutura - na época, já controversa.

Só posteriormente, 1937-1938, é que Bakhtin (2018) começa a trabalhar com o conceito de cronotopia de forma aprofundada, sobretudo do ponto de vista metodológico, quando escreve e publica *Teoria do Romance II: As formas do tempo e do cronotopo*. Daí aprofundando o tema.

Bakhtin parte da literatura, embora, em amadurecimento às suas obras, passe também a se referir à sua produção em ciências humanas e sociais, de modo amplo. Até para evitar que façam de seus textos o que criticava: reificá-los ao formalismo linguístico, sobretudo filológico.

E aqui também nos esforçamos para ver o esboço teórico de um linguista da literatura, até centrarmos o nosso olhar ao cronotopo de (in)eficácia farmacológica da (hidroxi)cloroquina.

### 3. 3. 1 A cronotopia como categoria analítica e seus usos para a saúde coletiva

Em correlação com o meu lugar particular que é o lugar do qual parte a minha atividade no mundo, todas as relações espaciais e temporais pensáveis adquirem um centro de valores, em volta do qual se compõem num determinado conjunto arquitetônico concreto estável, e a unidade possível se torna singularidade real. O lugar que apenas eu ocupo e onde ajo é o centro, não somente no sentido abstrato geométrico, mas como o centro emotivo volitivo concreto responsável pela multiplicidade concreta do mundo, na qual o momento espacial e temporal – o lugar real único e irrepetível, o dia e a hora reais, únicos, históricos do evento – é momento necessário, mas não exclusivo da minha centralidade real, uma centralidade para mim mesmo (Bakhtin, 2020, p. 118-119).

Cronotopos indicam diferentes temporalidades marcadas no espaço em que a vida de um sujeito acontece em singularidade, mesmo articulada a outros sujeitos, objetos e instituições. Do particular ao global, entrecruzados, compreendemos algo por um ângulo de observação.

Em *Para uma filosofia do ato responsável*, Bakhtin (2020) apresenta o conceito de cronotopo como dimensão do tempo pelo espaço ocupado: para Heidegger (2020), consciência de ocupação do tempo; presença; é o próprio tempo; ocupação enquanto experiência do ser.

Logo, “as condições diacrônicas, que constituem o espaço da experiência, sempre tem, é claro, uma dimensão temporal para que possa ser vivenciado”, avalia Koselleck (2014, p. 83).

A inspiração de Bakhtin (2018, p. 11) é da *Teoria da Relatividade*, de Albert Einstein: “como uma metáfora (quase, mas não inteiramente); importa-nos nesse termo a expressão de inseparabilidade do espaço e do tempo”. Bakhtin pensará pela dimensão linguística.

Do espaço-tempo pela linguagem, Bakhtin (2018, p. 226) vê cronotopos como enredos: “centros organizacionais dos acontecimentos basilares que sedimentam o enredo do romance. Cronotopos atam e desatam os nós dos enredos”. Marcam ‘nós’ de **ações** no espaço-tempo.

Os ‘nós’ têm historicidade(s), inclusive com séries articuladas neles/através deles. Para evitarmos fazer problematizações e até trazê-las a esta pesquisa sem devido entendimento basilar do conceito em sua aplicabilidade, vale verificar com Bakhtin ao menos uma delas.

O romance gótico se popularizou na Inglaterra no fim do século XVIII. Tem como figura central o “castelo”, onde se desenrolam acontecimentos. Entre alguns, *O Castelo de Otranto*, de Horace Walpole; como também de Ann Radcliffe, Matthew e outros. O castelo é um espaço em que habitavam soberanos feudais. Figuras históricas estão aí marcadas, significativamente.

Há “marcas dos séculos e das gerações em diversas partes de sua estrutura, no mobiliário, nas armas, nas galerias de retratos dos ancestrais, nos arquivos de família, nas relações humanas específicas da sucessão dinástica, da transmissão dos direitos hereditários” (Bakhtin, 2018, p. 221) – como ‘agências’ significantes, entre objetos e sujeitos/instituições.

Por isso, cronotopos têm materialidades: imagens, artefatos, textos, corpo humano etc. Mesmo que comuniquem acontecimentos, com informações de espaço-tempos de ocorrência, “ganham corpo, enchem-se de sangue”, segundo Bakhtin (2018, p. 226-227).

Ele logo explica (2018, p. 229): “isso se deve justamente a uma condensação espacial e à concretização dos sinais do tempo – do tempo da vida humana, do tempo histórico – em determinados trechos do espaço”. Na escrita, diz Bakhtin, em sequência: “integra o universo do autor e do intérprete, e o dos ouvintes e leitores” (p. 229). No enunciado, se fundem.

Lembremos das agências de “actantes”, com Latour (2012): os cronotopos comunicam. Daí a coerência do ponto de partida desse estudo: pelo dialogismo. O enunciado é o eixo central pelo qual as relações espaço-temporais nos permitem ver “o direcionamento da obra e a saída para além do limite do texto”, ou seja, “a questão do contexto”, segundo Bakhtin (2018, p. 240).

A análise é exegética, justamente porque o enunciado excede a escrita de si: “tem um sentido, uma palavra isolada que o integra tem um significado”, frisa Bakhtin (2018, p. 240). Tanto o significado como o sentido só existem se encontram uma expressão espaço-temporal (Bakhtin, 2018, p. 240). O enunciado concentra referentes espaço-temporais. Dialogicamente.

Por exemplo, a “(in)eficácia da hidroxiquina” não tem os mesmos significantes e sentidos nos atravessamentos espaço-temporais, já que “Todo texto pressupõe um outro, um contexto dialógico voltado para ele” (Bakhtin, 2018, p. 241). Inclusive, vimos que todo texto é relação contextual (Sacramento, 2019), com potências de historicidade [vide seção 2. 2].

Aquele enunciado central reiterado está constituído em diferentes textos, que por sua vez nos dizem como contextos são textualmente construídos por marcas deixadas entre seus universos dialogicamente cronotópicos: do jornal Folha, seus ouvintes/leitores e deste analista. À saúde coletiva, interessa vermos marcas históricas de endemias, epidemias e pandemias.

Um trabalho interessante na perspectiva é o da pesquisadora Nívea Rohling, intitulado: “Cronotopo pandêmico e a produção de imagens corpóreas: reflexões inacabadas”. No texto, “destaca-se que, no interior desse cronotopo pandêmico, emergem microcronotopos que produzem imagens corpóreas, tais como: o hospitalar, o do isolamento social e o da morte”, sintetiza Rohling (2020, p. 5221). Pela materialidade textual, a autora traça uma escala analítica.

Rohling (2020, p. 5223) tem como *corpus* de análise: “a) 01 imagem representativa da dimensão semiótica do vírus, disponível em um site de imagens; b) 04 fotografias inseridas em uma curadoria da Folha de S. Paulo e c) 01 fotografia inserida em uma matéria jornalística também publicada na Folha de S. Paulo”. Vejamos metodologicamente com a autora.

Para fins de síntese, neste texto, busquei desenvolver as seguintes reflexões:  
a) propor a emergência de um cronotopo pandêmico – que se caracteriza pelo

espaço-tempo decorrente da pandemia da COVID-19, em que se produz um conjunto de discursividades relacionado a esse tema; b) considerar que, a partir dele, emergem microcronotopos que estão em relação dialógica constitutiva; c) observar alguns sentidos produzidos a partir da subjetivação dos corpos no cronotopo pandêmico e sua relação com o vírus – sendo este dispositivo e o grande tema/objeto de discurso na contemporaneidade (Rohling, 2020, p. 5236).

Entre diversas abordagens cronotópicas, Rohling recorre às relações entre os diferentes cronotopos que, quando reunidos, nos ajudam a verificar um enredo. Bakhtin (2018, p. 229) faz essa distinção entre grandes e pequenos cronotopos: “Aqui falamos dos cronotopos grandes e essenciais que tudo abrange. Contudo, cada um destes cronotopos pode incorporar números ilimitados de pequenos cronotopos”. A relação dialógica entre signos possibilita vermos isso.

No exemplo que trouxe mais acima, percebemos que a representação de um mesmo castelo nos permite reconstituir diferentes microenredos de mesma personagem, e de outras que a ela se relacionam. Mas também a fazermos o movimento dialético entre particular e global.

Do que seria classificado como “micro”, é possível observar e compreender processos históricos de maior amplitude: o feudalismo e as relações políticas e econômicas; as trocas culturais entre diferentes civilizações; o uso de outras tecnologias etc. Tudo depende dos objetivos de uma pesquisa, do que se pretende tensionar e a escala de representação para isso.

Para Rohling, a imagem da FSP focada nas diferentes janelas de um prédio residencial nos possibilita ver vários cronotopos, a cada quadradinho que projeta apartamento por apartamento e pessoas que ali habitam, em isolamento de pandemia – do privado ao público. Para podermos compreendê-los metodologicamente, adiante, exponho uma das suas análises.

No microcronotopo do isolamento social não há uma homogeneidade. Existe uma tipologia de corpos que estabelece diferentes sentidos no interior do microcronotopo do isolamento. Por exemplo, é possível observar o modo como o vírus subjetiva os corpos de mulheres e homens brancos de classe média alta que, no isolamento, estão protegidos, cuidando dos seus corpos (o cuidado de si e autocuidado são discursos correntes). Nesse microcronotopo, esses corpos dispõem de tempo, de espaço e de possibilidade para se dedicarem às dietas light, a novas receitas culinárias, ao cotidiano fitness; são corpos fazendo yoga na sala com um professor on-line, nas práticas de leitura, ou acompanhando séries televisivas.

(...)

Aqui tem-se um outro aspecto atravessando as relações no âmbito do trabalho, o do teletrabalho acelerado e forçado no limite pelo cronotopo pandêmico. Essa realidade é simbolizada diferentemente pelos sujeitos dentro de suas condições de trabalho, que são também distintas. O que pode ocasionar comodidade para alguns, pode ser um grande esforço cognitivo e que fonte de exaustão para outros.

(...)

Não obstante, o vírus como dispositivo – e objeto discursivo – também atravessa/cliva os corpos negros, periféricos, de moradores de rua,

comunidades tradicionais, dos trabalhadores que não estão isolados e protegidos pelas telas, que precisam sair para trabalhar, usam o transporte público e estão junto de muitos outros corpos. Nesse caso, emergem enunciados outros, “se precisar sair, se proteja”, “use máscara”, “lave as mãos”. Sobre esses corpos, que precisam sair para trabalhar, são produzidos discursos outros, que justificam esse não isolamento, porque o capital não pode parar, a economia não pode parar. Afinal “os corpos também morrem de fome sem dinheiro”! O capitalismo vai se reinventando inclusive no contexto de pandemia (ROHLING, 2020, p. 5230-5232).

Do exposto, verificamos a construção de um enredo central em vários cronotopos representados e apresentados por Rohling, bem como suas interpretações e proposições críticas.

Também estamos observando a pesquisadora como autora, em sua perspectiva. Imaginemos o conjunto imagético/fotográfico-textual visto por leitores do jornal, futuramente. Ou como a pesquisadora procedia em pesquisa, no ano de deflagração da pandemia. E depois... São reflexões de experiências e expectativas por estratos temporais (Koselleck, 2014).

Assim, teremos outros elementos semiolinguísticos e concretos que só a historicidade nos permite vislumbrá-los. Como também podemos exercitar a reflexão quanto aos cronotopos da pandemia de Covid-19 enquanto horizonte de expectativas em momentos anteriores.

A ‘avaliação’ pode ser feita pelo grupo Folha, conforme temos visto longo desse texto, aqui. Bakhtin previa tal fenômeno na relação entre os mundos real e representado dos humanos.

Evidentemente, esses homensa reais – autores e ouvintes-leitores – podem (e costumam) encontrar-se em diferentes tempos e espaços, às vezes separados por séculos e pela distância espacial, mas mesmo assim se encontram num mundo histórico real uno e inacabado, que está separado do mundo *representado* no texto por uma nítida fronteira principal. Por isso, podemos chamar esse mundo de criador do texto: ora, todos os seus elementos – a realidade refletida no texto, os autores que o criam, os interpretadores do texto (se eles existem) e, por último, os ouvintes-leitores que o recriam e nessa recriação o renovam – participam igualmente da criação do mundo representado. É dos cronotopos reais desse mundo que representa que se originam os cronotopos refletidos e *criados* do mundo representado na obra (no texto) (Bakhtin, 2018, p. 230).

No caso apresentado por Rohling (2020, p. 5232), a autora enfatiza que não está fazendo “um juízo de valor sobre tais enunciados”, “E sim, do ponto de vista da análise, tentar identificar e descrever esses discursos que emergem no cronotopo pandêmico e disputam a centralidade da narrativa no interior de relações de poder e inseridos em uma lógica do consumo”.

É imprescindível ratificar, enquanto problemática trazida por esta pesquisa, como a construção cronotópica pode ser intencionalmente planejada ou não no/pelo discurso para demarcar relações de poder, o que a autora bem destaca. A intencionalidade não é o foco.

E a proposta aqui está na observação da contextualização jornalística da FSP sobre acontecimentos que são cronotopicamente interligados, frise-se: com sugestão discursiva em

textos (I); e *dever-ser* de reconhecimento nos processos de apropriação, interpretação e produção de sentidos de quem os “lê” (II) [com experiência e repertórios a cada sujeito]. Veja:

Essa interação revela-se com muita precisão também em alguns elementos composicionais elementares: toda obra tem *princípio* e *fim*, o acontecimento nela representado também tem princípio e fim, mas esses princípios e fins se encontram em universos diferentes, em cronotopos diferentes, que nunca podem se fundir ou identificar-se e que estão ao mesmo tempo correlacionados e indissolivelmente interligados. Também podemos dizer assim: diante de nós há dois acontecimentos – aquele sobre o qual se narra na obra e o acontecimento da narração (deste último nós participamos como ouvinte-leitores); esses acontecimentos ocorrem em diferentes tempos (diferentes também pela duração) e em diferentes lugares, e ao mesmo tempo estão indissolivelmente unificados num acontecimento único, mas complexo, que podemos designar como obra em sua plenitude de acontecimento, incluindo-se aí seus dados materiais externos, seu texto e o universo nele representado, o autor-criador e o ouvinte-leitor. Além disso, percebemos essa plenitude em sua intergralidade e indivisibilidade, mas simultaneamente também compreendemos toda a diversidade dos elementos que a compõem (Bakhtin, 2018, p. 232-233).

Para Marília Amorim (2023, p. 105), “O conceito de cronotopo trata de uma produção da história”. Se observarmos no livro publicado por Lilia Schwarcz e Heloisa Starling em 2020, *A bailarina da morte* fala da gripe espanhola no Brasil, cujo ápice epidêmico é de 1918-1919.

A atualização do passado pela escrita historiográfica daquela pandemia, no momento do ápice de uma outra em que as autoras vivem, um século depois, interliga questões/respostas de acontecimentos aparentemente desconexos. Aparentemente! Pois há um amplo cronotopo dessa crise de saúde pública global aberto pela pandemia, e que abrange séries de outros cronotopos.

Então, eles não são desconexos. Exemplo: “os métodos de combate à nova doença – a qual desfigurava e matava suas vítimas em cerca de três dias – foram muito semelhantes aos que conhecemos em 2020, ano que amanheceu tomado pela pandemia da covid-19”, descrevem Schwarcz e Starling (2020, p. 24) sobre a Gripe Espanhola de início do século XX.

Os jornais são fontes centrais usadas pelas historiadoras. Só ir à seção de referências do livro de Schwarcz e Starling e encontraremos um amplo acervo, com documentos diversos. Sobretudo, jornais, que conectam sujeitos de cotidianos cronotópicos “separados por séculos e pela distância espacial”, como salienta Bakhtin (2018, p. 130). O encontro se dá no/pelo texto.

O uso dos jornais para pesquisa historiográfica tem sido potente (Barbosa, 2019a). Principalmente por se considerar não apenas um “uso” reificado de um texto para “comprovar” o que outros campos demandam – mesmo da saúde coletiva, inclusive! Há anterioridades.

“Falta ainda em muitos estudos que realizamos a percepção de que nos processos comunicacionais estão envolvidas sempre questões humanas e é dessa humanidade que devemos nos ocupar”, frisa Marialva Barbosa (2019a, p. 42) sobre a demanda historiográfica.

Bakhtin vê essa humanidade. “Seu ponto de partida, seu gesto inicial na concepção da própria ciência é o de colocar o texto como fulcro, como lugar central de toda investigação sobre o homem”, diz Brait (2015, p. 28). A (con)textualização do jornal é um ângulo de olhar.

Letícia Matheus (2007, p. 219-220) faz uma sugestão: “Acompanhar um jornal qualquer ou mais de um, seja que tipo de veículo for, é construir uma certa consciência comunicacional simultânea a uma consciência histórica. A primeira é também condição para a segunda, afinal, a comunicação dará o código de interpretação da realidade e da ação sobre ela”.

A consciência é nossa, de pesquisadores, à percepção de sujeitos que agem pela/na história e, dela, textualiza. Nesta pesquisa, os recortes de cronotopos a partir das textualidades da FSP são a materialidade em que buscamos colocar consciências históricas em perspectivas.

Nossa premissa continua em voga: a autorreferencialidade da FSP como princípio de demarcação de posicionamento editorial ao longo dos textos [intertextualidades] e o uso das possibilidades de hipermídia via jornalismo *on line* como procedimento para dialogicamente articular sua tese em torno do enunciado de “(in)eficácia da hidroxicloroquina”.

Considere-se o combate à desinformação, especificamente via descontextualização por palavra alheia [de “terceiros” que não o jornalismo e fontes científicas e sanitárias “credíveis”], o propósito midiático pelo qual a Folha de São Paulo pretende interligar diferentes cronotopos para “provar verdades” no contexto da pandemia de Covid-19, no mundo e no Brasil.

As marcas de consciência histórica do jornal e (alheia?!) de sujeitos/instituições entremeados na/pela controvérsia em questão apontam continuidades e rupturas em relação aos preceitos de saúde – inclusive, de posicionamentos quanto ao uso da (hidroxi)cloroquina.

Esta é a proposta de interface de comunicação e saúde pela qual me proponho fazer, sobretudo quando priorizamos compreender como a contextualização jornalística da FSP se realiza e dimensões axiológicas/ideológicas do contexto discursivo são aí textualizadas, e o que elas dizem sobre práticas de saúde no recorte pelo fenômeno da pandemia de Covid-19.

E, não menos, como a história dessa pandemia está sendo “contada”, por meio de processos de contextualização jornalística, a superdestinatário(s) *apriori* não-determinados cronotopicamente, mas que em algum momento histórico assim o é/será contextualizado – através das características de linguagem dos atuais meios de comunicação e seus usos sociotécnicos; e como *pregnância* objetiva da produção de memória buscada pelo jornal(ismo).

No Amazonas “estão concentrados e condensados os sinais patentes e visíveis tanto do tempo histórico como do tempo biográfico e cotidiano” (Bakhtin, 2018, p. 223). Aqui, não há separação ‘micro’ e ‘macro’, como critica Latour (2012) à noção de contexto. Entre malária e Covid-19, o que articula/é articulado à negligência de uma e à agenda da outra? Esse é o foco.

### 3. 3. 2 Negligências entre malária e Covid-19

À princípio, poderíamos pensar na negligência *da* malária. Contudo, não há unanimidade quanto à nomenclatura. “Uma recente mudança de paradigma se refere à questão: deve-se tratar de doenças negligenciadas ou de doenças de populações negligenciadas?”, indagam os pesquisadores da Fiocruz, Carlos Morel e José Carlos de Noronha (2019, p. 9), em informativo produzido pela instituição para tratar do rol dessas doenças, no Brasil e no mundo.

Essa foi uma questão central em discussões de quatro oficinas promovidas pelo Ministério da Saúde de Uganda, entre os anos de 2004 e 2005. Malária, doença de Chagas, doença do sono (triplanossomíase humana africana, THA), leishmaniose visceral (LV), filariose linfática, dengue e esquistossomose são doenças com morbidade e mortalidade bem frequentes.

Mas há outras. A proposta é focar em populações negligenciadas e não *na(s)* doença(s). O foco “*pela* malária” e não “*na* malária” parece razoável. A doença não é fim em si mesmo.

O projeto foucaultiniano coloca a doença como objeto pluridimensional de verdade. Um meio pelo qual visibilidades de saber e poder projetam procedimentos e práticas em que relações entre sujeitos e o mundo são construídas; e o que daí são resultantes como verdade(s).

Lembre-se: ainda estamos observando, aqui, os modos de construção de verdade(s). Para torná-la(s) visível(eis) - incluindo a doença, mas não só -, a(s) colocamos em discurso(s).

Aliás, é o dispositivo que faz os discursos ganharem materialidade; e o que fica em suspensão, mas daí tensionamos em exegese em relação ao que está posto em discursividade. Os procedimentos para fazer ver/crer sobre verdades, que atravessam a doença e seus correlatos, ainda nos remetem aos modos como agências do objeto constroem negligências, por exemplo.

Deleuze nos lembra, à título de ilustração, que objetos estudados por Foucault lhes fazia chegar aos seus correlatos - aquilo que, aparentemente, por exemplo, parecia ser marginal.

Na seção anterior, à medida que tensionamentos desdobramentos de uma controvérsia, seguimos rastros de seus correlatos: efeitos colaterais por arritmia e morte com uso do fármaco; uso feito também por um cardiologista com Covid-19; narrativas de adoecimento e morte etc. Da informação à desinformação, correlatos são mobilizados por sujeitos em disputa por poder.

Para Deleuze (2019, p. 63), “é um erro crer que Foucault se interessa pelos meios de internamento como tais o hospital, a prisão; são, antes de tudo, lugares de visibilidade dispersos na forma de exterioridade, remetendo a uma função extrínseca, a de isolar, a de enquadrar...”.

Doenças negligenciadas ou de populações negligenciadas coexistem - inclusive, com aquelas que estão sob holofotes de visibilidade de agenda pública. Correlatos da negligência possibilitam ver como a negligência escapa num feixe de luz da enunciação de outros objetos.

Correlatos de negligência à malária são cronotopicamente inscritos em um enunciado referente à promessa de cura também da alarmada Covid-19: (in)ficácia da (hidroxi)cloroquina. A visibilidade da Covid-19 enunciada pode nos permitir ver margens de negligência da malária.

Poderia me questionar: está adiantando resultados sem mostrar inscrições do fenômeno?

Atentemos: a negligência está *a priori*, pois é um fato, segundo a OMS, MS e Fiocruz. Inclusive, por isso que é difícil anular irrestritamente todo *a priori* para se ver controvérsias.

Enquanto uma doença é negligenciada, apagada, lembremos, de Foucault à Marx, que outras assumem *status* de “valor” para se investir em produção de medicamentos e intervenções sanitárias ocorram. A partir do risco calculado, mas seletivamente *tolerável* (Beck, 2012).

Heuristicamente, até a epidemiologia e a clínica incorrem no risco de manter o apagamento de fatores de determinação social. “Esse apagamento não é destituído de valor”, frisa Dina Czeresnia (2020, p. 54). Com Canguilhem, Sanda Caponi (2020, p. 64) lembra que “um verdadeiro médico será aquele que aceita ser um exegeta”, vai além de sintomas e relatos.

Para além da epidemiologia e da clínica, vejamos com Foucault em discursividade, na passagem do visível ao enunciável, através da propriedade acumulativa dos enunciados: as qualidades suscitadas num objeto não postas em enunciado estão inscritas ali, num tipo de *sono*.

Pela exegese [entre o discursivo e o não-discursivo (vide seção 1. 1)], poderemos seguir rastros do que faz o visível não ser posto em enunciado - isto é, colocar em campo de possibilidades as condições históricas que fazem aquelas qualidades serem postas neste “sono”.

Com um exemplo já elucidado aqui, retomamos uma premissa do projeto foucaultiniano: não é que o sexo não existisse antes da Era Vitoriana, na Inglaterra, e sim o que fazia dele o segredo a ser recalçado, de tal modo a ser mantido oculto em relação à religião [polo negativo, como pecado] e à clínica [positivo, como exercício do cuidado do indivíduo]. Em comum, há o dispositivo de controle para manter o sexo fora do discurso. Até ser convocado pelos domínios.

Não posto em cena como positividade, por esses domínios, não torna o sexo inexistente; a loucura teve esse nome quando colocada em correlato de delinquência ou patologia/des-razão. Há condições históricas de cada momento que tornam o objeto “protagonista” dos domínios que tentam lhe classificar, mas pelo que convém. Como dispositivo, insta populações/sujeitos a agirem conforme ordenamentos postos em discurso; “verdades” estabelecidas em regimes.

Deleuze (2019, p. 59) lembra que é por isso que Foucault prefere associar a noção de arquivo ao teatro, e não a documentos [vimos com Mainguenu]: “teatro dos enunciados ou uma escultura dos enunciáveis, “monumentos”. Até sugere “cortina” ou “pedestal enunciativo” - no sentido de tornar visível não apenas o enunciado, mas as condições que o fazia estar oculto. Aqui, a *contextualidade exposta* (Barbosa e Rêgo, 2020) do jornal é a cortina teatral a des-velar.

Ora, a particularidade da análise enunciativa não é despertar textos de seu sono atual para reencontrar, encantando as marcas ainda legíveis em sua superfície, o clarão de seu nascimento; trata-se, ao contrário, de segui-los ao longo de seu sono, ou, antes, de levantar os temas relacionados ao sono, ao esquecimento, à origem perdida, e de procurar que modo de existência pode caracterizar os enunciados, independentemente de sua enunciação, na espessura do tempo em que subsistem, em que se conservaram, em que são reativados, e utilizados, em que são, também, mas não por uma destinação originária, esquecidos e até mesmo, eventualmente, destruídos (Foucault, 2008a, p. 139-140).

“Que tudo seja sempre dito, em cada época, talvez seja esse o maior princípio histórico de Foucault: atrás da cortina nada há para se ver, mas seria ainda mais importante, a cada vez, descrever a cortina ou o pedestal”, aponta Deleuze (2019, p. 59).

A negligência da malária, enquanto dura contiguamente com a Covid-19, permite ver valorações de saúde/doença e risco constituídas na “cortina” de preterição do jornal.

Metodologicamente, a noção de cronotopo proposta por Bakhtin nos estimula a imaginar como visível-enunciável e visível-enunciável dizível se encontram no *limiar* histórico. A tradução de Paulo Bezerra (Bakhtin, 2018) nos lembra da *contiguidade* por acontecimentos.

Mas também, especificamente na análise de Bakhtin (2018, p. 25) aos romances gregos, tempo e espaço são “constituído por simultaneidades causais e heterotemporalidades causais”; e em relação ao que é exterior à inscrição, enquanto acontecimento/evento de que fala um texto.

Especificamente, como o jornal pode colocar em texto [escrito, imagético, audiovisual] enunciados referentes à Covid-19, delimitando uma proposta contextual de um objeto, mas sem dispor em perspectiva de evidência nos textos/discursos a malária, se esta é uma doença anterior àquela da pandemia iniciada em 2020, e com recorde de óbitos no mundo? [Aí “coexistindo”...]. Na perspectiva de agendamento, vimos “quantitativamente”, no capítulo 2. E qualitativamente?

Visível-enunciável-dizível pode ser Covid-19; visível-enunciável, malária e correlatos. De tal modo que, se há inscrições da malária e Covid-19 no corpo humano, em algum momento saltam a outros dispositivos. Em algum ponto, podem se tornar visíveis e enunciáveis; ou não.

Bakhtin sugere algo que fortemente reforça o que aludimos em discussão com Latour: por mais que dispositivos de inscrição dos fenômenos sejam delegados como materialidade de rastros, rastros voltam como textos; e é por seus enunciados que humanos traduzem fenômenos.

O linguista russo não adota o termo rastro. Deduzimos por sua teoria da discursividade. Novamente, enfatizo que o próprio Bakhtin parte da literatura, embora sugira aos seus leitores fazerem um movimento teórico amplo: da literatura para as ciências humanas, em sua plenitude.

Nesta pesquisa, *obra* é texto jornalístico; dos *autores*, jornal e fontes; de *interpretantes*, audiências do jornal, como também infinitos sujeitos [até o pesquisador e seu(s) outro(s)!]. Humanos e não-humanos fazem parte do mundo concreto. Deles, rastros podem *vir a ser* textos.

Por isso podemos chamar esse mundo de *criador* do texto: ora, todos os seus elementos – a realidade refletida no texto, os autores que o criam, os interpretadores do texto (se eles existem) e, por último, os ouvintes-leitores que o recriam e nessa recriação o renovam – participam igualmente da criação do mundo representado. É dos cronotopos reais desse mundo que representa que se originam os cronotopos refletidos e *criados* do mundo representado na obra (no texto) (Bakhtin, 2018, p. 230).

A partir da subseção seguinte, concentremos em ver a malária como objeto e correlatos situados em relação à exterioridade do que, até o momento, não está dizível no/pelo jornal. Como frisei, sobretudo no capítulo 1, a relação texto/contexto demanda o olhar em exegese.

Inclusive, até para extrapolarmos a função referencial de um texto, mesmo que a ele retornemos – é o movimento de suspender a supremacia do significante (Foucault, 1996). Do corpo humano, passando pelos prontuários de hospitais, sistemas de informações de saúde, a relatórios institucionais e artigos científicos: vírus deslocam. Mas deixando rastros/inscrições.

### 3. 3. 3 Agências da malária

Segundo a Agência Fiocruz<sup>108</sup>, doenças negligenciadas afetam populações pobres, predominantemente. Causadas por agentes infecciosos ou parasitas, as condições de vida das pessoas influenciam como fatores de determinação para que os vetores dessas doenças tenham condições de nascimento, desenvolvimento e disseminação em contato humano próximo.

A interação ‘vetor de doenças-humanos’ é o produto desta simbiose natureza-sociedade. Dela, agências se proliferam – mesmo a colocar negligências em evidência, das e pelas doenças.

No mundo capitalista em que vivemos, é preciso considerar negligências de agenda de Estado a intervir diretamente em relação às doenças e nas suas condições de possibilidades. Obviamente que esforços têm sido feitos por alguns Estados-Nações e pela OMS; além de haver iniciativas da sociedade civil empenhadas na erradicação ou mitigação dessas doenças, ainda. Mas, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de fármacos do setor são baixíssimos.

“Embora as doenças tropicais e a tuberculose sejam responsáveis por 11,4% da carga global de doença, apenas 21 (1,3%) dos 1.556 novos medicamentos registrados entre 1975 e 2004 foram desenvolvidos especificamente para essas doenças. Portanto, 1.535 medicamentos foram registrados para outras doenças”, diz a Fiocruz (rodapé 106). Enquanto isso, há mortes...

No ano de emergência e ápice da pandemia de Covid-19, houve aumento recorde de mortes por malária: só em 2020, mais de 627 mil pessoas foram à óbito; em 2019, o número era de 409 mil – aumento muito significativo, segundo a OMS (2021) em seu relatório anual.

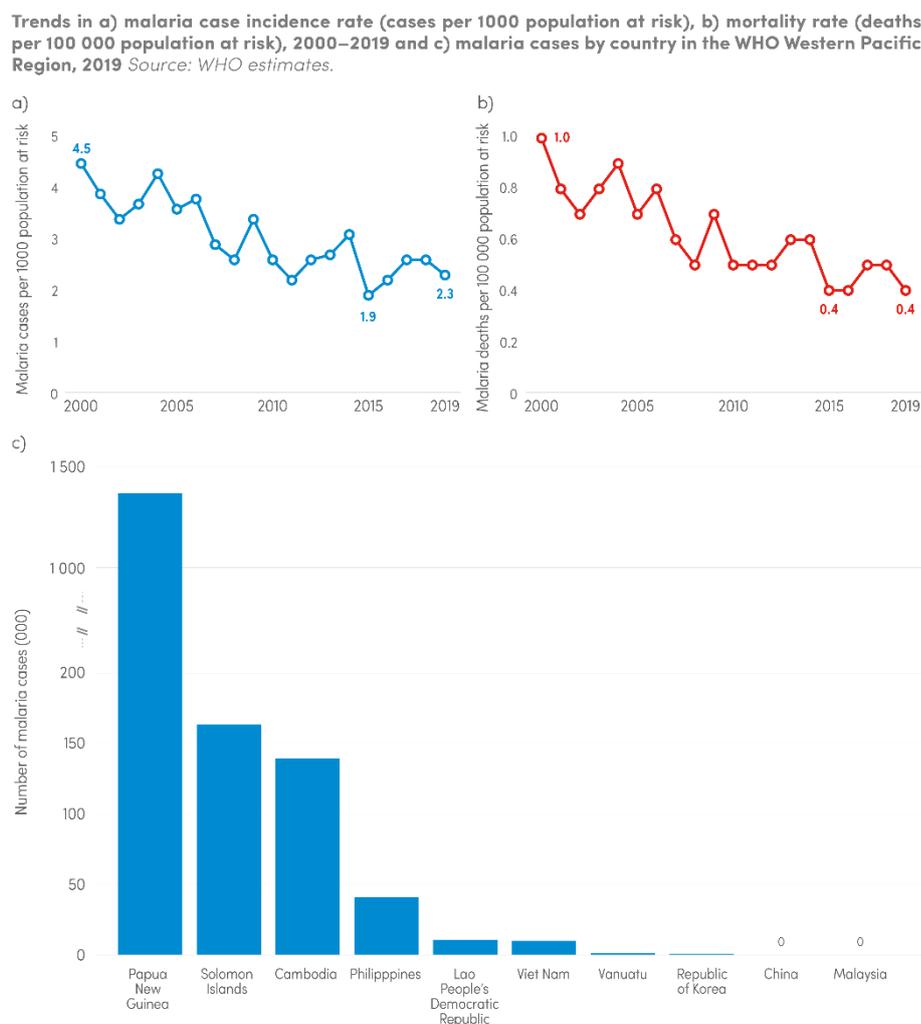
---

<sup>108</sup> Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/malaria-fiocruz-se-destaca-na-producao-de-antimalaricos-e-em-estudos-sobre-doenca>>. Acesso em: 13/07/2024.

“Embora dados de 1969 a 2000 sejam escassos, este período foi caracterizado por um sentimento de fracasso e abandono na luta contra a malária”, avalia a entidade (2021, p. 2. tradução minha<sup>109</sup>). Contudo, as duas primeiras décadas do século XX foram de êxito no controle do avanço da malária, em redução de disseminação da doença, agravos e óbitos.

De mortes, 736 mil no ano de 2000; em 2019, 409 mil. Foram evitados 1,5 milhões de casos – 82%, na África; de óbitos, 7,6 milhões – 94%, no continente africano. Desde 2015, não há malária na Europa. Nas Américas, houve redução de 40%, embora a incidência de casos seja de 57%; destes, Brasil, Colômbia e Venezuela registram mais de 86%. Veja no mapa da OMS:

Figura 1 - Tendências em a) taxa de incidência de casos de malária (casos por 1.000 habitantes em risco), b) taxa de mortalidade (mortes por 100.000 habitantes em risco), 2000–2019 e c) casos de malária por país na Região das Américas, 2019 [tradução do original – disposto abaixo]

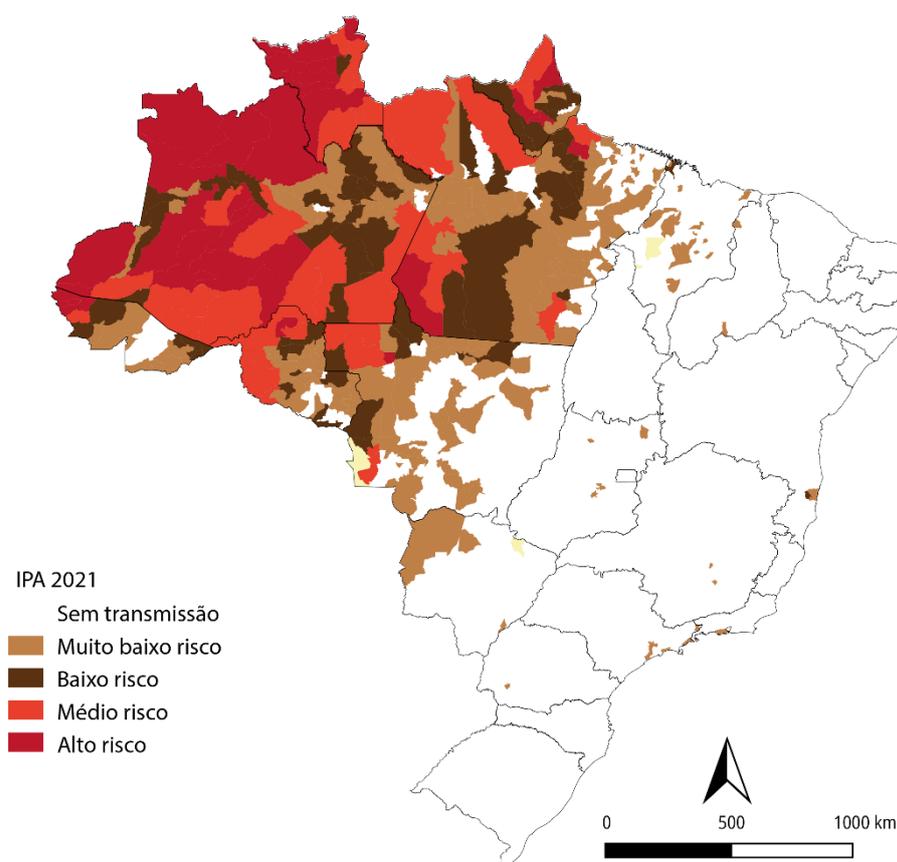


Fonte: OMS, 2021, p. 31

<sup>109</sup> Do original: Although data from 1969 to 2000 are scarce, this period was characterized by a sense of failure and abandonment in the fight against malaria.

Aqui, 99% dos casos de malária são registrados na Amazônia Brasileira, que abrange Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Pelo que vemos, alguns estados das regiões Centro Oeste e Nordeste também estão no perímetro daquele bioma, embora a Amazônia seja mais predominante no Norte. 1% de casos corresponde ao restante do país, ainda que não seja fenômeno endêmico nesta região extra-amazônica. Veja:

Figura 2 - Mapa de risco de malária por município de infecção, Brasil, 2021\*



Classificação da IPA: Sem transmissão - O casos autóctones; Muito baixo risco - IPA <1 caso/1.000 habitantes; Baixo risco - IPA <10 casos/1.000 habitantes; Médio risco - IPA <50 casos/1.000 habitantes; Alto risco - IPA ≥50 casos/1.000 habitantes.

Fonte: Brasil, 2022, p. 36.

Em 2009, o MS publicou o *Manual de Diagnóstico Laboratorial da Malária* (BRASIL, 2009); depois, o *Guia de tratamento da malária no Brasil* (BRASIL, 2021), sempre atualizado com informações e dados epidemiológicos e clínicos. Além disso, secretarias estaduais de saúde disponibilizam boletins epidemiológicos – mesmo daqueles estados de fora da área endêmica.

Em 2023, foram registrados 7 casos na Bahia, por exemplo. Possivelmente importados. O boletim da Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) (BAHIA, 2023a) informa que pessoas teriam contraído o vírus noutros estados e, ao retornarem, foram diagnosticadas com malária.

Ainda na Bahia, foi registrada 1 morte em 12 de maio de 2024, após não haver óbito por malária nos últimos seis anos<sup>110</sup>. Novamente, para a Sesab, trata-se de “caso importado”. Em 17 de julho deste ano, a secretaria (BAHIA, 2024) divulgou nota técnica cujo objetivo seria “orientar quanto à vigilância para casos suspeitos de malária em navios cargueiros”.

A Sesab mantém a hipótese de contaminação por malária como “caso importado”. Até comunica sobre o risco numa perspectiva *virtual* (Ewald, 1991): dimensiona o deslocamento de navios oriundos de outros espaços como fator de risco especulativamente antecipado. E recomenda prevenção para evitar o encontro do vírus, ‘de fora’, e o corpo (humano), local, considerando outros corpos estrangeiros (humanos ou não) como vetores intermediários. Cuidados sanitários entre deslocamentos de intermediários evitariam o encontro de risco local.

Foi proposital fazermos esta trajetória panorâmica numa perspectiva epidemiológica. Localizamos a doença, como a malária, entre circunscrições temporais. Trilhamos espaços representados por mapas, mas com escalas temporais: antes de 2000; 2000-2019; agora, 2020...

Aliás, tais são os avanços científicos que, por exemplo, a Sesab informa a “origem” do vírus: “42,9% (3/7) dos casos tiveram origem no estado de Roraima. E 57,1% (4/7) tiveram como fonte de infecção os países: Guiana Francesa e Angola” (BAHIA, 2023b, p. 2).

Aqui, o encontro vírus-hospedeiro manifestou no corpo humano as inscrições da doença, através dos sintomas (Foucault, 2020b), que por sua vez foram registradas também em formulários e prontuários clínicos, até serem respectivamente processadas pelas secretarias de vigilância epidemiológica da Bahia e do MS, conforme orienta a pasta (BRASIL, 2009, 2021).

Friso: quando há translação de informações *dos* sistemas de informação das unidades de saúde *ao* Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan); e outros... Inscrições do vírus no humano são, então, transformadas em rastros ou significantes, por *bites* digitais.

Assim, mesmo num espaço não-endêmico, com pouquíssimos registros de casos - quando comparamos à realidade endêmica daqueles outros da Região Amazônica, por exemplo - identificamos, pelas inscrições do(s) vírus, o encontro de espaços aparentemente díspares, mas virtualmente contíguos nesta agência epidemiológica e clínica: que “enche-se de sangue” e materializa-se, dentre outros meios, num corpo, humano; incorpora, agora, como/numa doença.

E é começando pela Bahia que proponho observarmos o encontro entre agências de uma doença endêmica na Região Amazônica e daquela outra pandêmica. Desse encontro, já adiante: veremos uma *potência* de crescimento contíguo da Covid-19 e da malária; até chegarmos ao Amazonas, em 2020, e daí observarmos inscrições entre domínios da saúde e do jornalismo.

---

<sup>110</sup> Veja em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/05/16/bahia-registra-morte-por-malaria-apos-seis-anos.ghtml>>. Acesso em: 17/07/2024. Observação: não foi encontrada publicação oficial da Sesab sobre o fato.

### 3. 3. 4 A contiguidade de agências do(s) vírus

Malária é causada pela picada de mosquitos do gênero *Anopheles*, especificamente as fêmeas, que se alimentam do plasma sanguíneo humano para nutrir-se e fecundar seus óvulos. Por si só, o mosquito não produz o vírus. Ele é contaminado por um protozoário, o *Plasmodium*, encontrado em quatro espécies: *falciparum*, *vivax*, *malariae* e *ovale* (este, natural só na África).

Assim, o mosquito acaba sendo o vetor do *Plasmodium*, quando libera este protozoário na corrente sanguínea do ser humano durante uma picada, logo transformado em milhares de novos parasitos subdivididos, os esporozoítos, através de divisão celular. Ao chegar nas hemácias, os esporozoítos invadem as células do fígado, os hepatócitos, finalizando a primeira etapa; e se subdividem novamente em milhares de novos parasitos, os merozoítos, iniciando a segunda fase do ciclo de infecção – aqui, os sintomas da malária começam a ficar perceptíveis.

Quando pica um ser humano já contaminado [com sintomas ou não], outro mosquito também é infectado. Assim, o ciclo de infecção se intensifica numa progressão ainda maior. Logo que os sintomas forem percebidos, é necessário ao(à) paciente ir a uma unidade de saúde.

Lá, será ouvido(a) e examinado(a), para se identificar a(s) espécie(s) do *Plasmodium*. Ainda em consulta clínica, o diálogo entre médico(a) e paciente deve proporcionar àquele(a) profissional o conhecimento sobre condições dos espaços em que este humano vive/desloca-se.

Para tratamento da malária, são realizadas combinações de medicamentos conforme a espécie de *Plasmodium* detectada na amostra sanguínea colhida do paciente, em exame clínico. Após a identificação da espécie, o(a) médico(a) prescreve medicamentos conforme o ciclo específico a cada espécie, mas também de acordo com as características de saúde do(a) paciente.

Principais medicamentos ao tratamento: primaquina, cloroquina e hidroxicloroquina - em muitos casos, adotados em associação entre os fármacos, para potencializar o tratamento.

A doença é classificada por intensidade: malária não-complicada e malária complicada. O MS (BRASIL, 2021, p. 19) diz que a incubação da malária varia por espécie do *Plasmodium*: *P. falciparum*, de 8-12 dias; *P. vivax*, 13-17; e *P. malariae*, 18- 30 dias. Na fase não-complicada, principais sintomas: episódios de calafrio, febre e sudorese. Gestantes são as mais vulneráveis.

Mas, atenção: “O diagnóstico oportuno e o tratamento correto são os meios mais adequados para reduzir a gravidade e a letalidade por malária” (BRASIL, 2021, p. 20).

A ênfase se justifica pelas dificuldades em se diferenciar a malária de outras doenças: Os sinais e os sintomas provocados por *Plasmodium* não são específicos, assemelhando-se aos de outras doenças febris agudas tais como dengue, chikungunya, zica, febre amarela, leptospirose, febre tifoide, infecção urinária, gripe e muitas outras (BRASIL, 2021, p. 20).

Na fase complicada, riscos de mortes e sequelas são muito grandes. O MS (2021, p. 21) dispõe um quadro de manifestações indicativas de malária, com base nas orientações da OMS. Em geral, começamos a perceber algumas semelhanças clínicas quanto aos procedimentos para identificação e tratamento da malária em relação a outras doenças. Friso: falo de procedimentos.

Já a especialização de práticas clínica e epidemiológica depende de agências do vírus. Agências que instam sujeitos [dos pacientes aos profissionais de saúde] e instituições diversas.

Na Bahia, o encontro entre malária e Covid-19 suscitou preocupação aos pesquisadores. Com vínculo em instituições de educação e pesquisa da Bahia e Amazonas, estados respectivamente endêmicos por dengue e malária, e a dos Estados Unidos da América (EUA), pesquisadores tentaram observar se há/houve notificação de coinfeção de malária e Covid-19.

Logo, o corpo humano seria ‘nó’ em que variações virais de *Plasmodium* e SARS-CoV-2 coexistiriam – inclusive, se materializando em sintomas muito similares neste espaço-tempo.

Em junho de 2021, uma mulher foi diagnosticada com malária e Covid-19, na Bahia. Acompanhava seu filho, de 7 anos, que apresentou sintomas de malária e estava internado numa unidade de saúde do sul do estado, onde a família reside, mas que está fora do eixo amazônico.

A criança “relatou febre, calafrios, fadiga, cefaleia, mialgia, dispneia, palidez, apatia e redução da ingestão de alimentos”, conforme Rocha *et al.* (2023, p. 2. tradução minha<sup>111</sup>). Foi transferida a um hospital de referência em doenças infecciosas de Salvador (BA). Com testagem fora do ciclo de incubação viral, talvez por isso não houvera confirmação positiva à Covid-19.

Já a mãe, 44 anos, disse que estava com mal-estar e febre, quando acompanhava o filho. “Na admissão, ela apresentava histórico de febre, calafrios, cefaleia, mialgia, astenia e perda de peso há dez dias”, conforme prontuário da paciente (Rocha *et al.*, 2023, p. 2. tradução minha<sup>112</sup>). Realizados os testes, diagnóstico: infecção de malária pela espécie *P. vivax* e de Covid-19.

Acompanhando filho e esposa/mãe da criança, o pai também testou positivo à Covid-19. Após tratamento, toda a família teve alta sem complicações – nem por Covid-19 ou malária.

A região sul da Bahia tem bioma predominantemente de mata atlântica, o que, segundo a secretaria de saúde do estado, também facilita ao desenvolvimento do *Anopheles*. “Historicamente, a macrorregião de saúde Sul do Estado sustenta a endemia, principalmente pelas notificações de casos confirmados em municípios da regional de Saúde de Gandu”, reporta a Sesab (BAHIA, 2023a, p. 79), em relatório cujo título é sugestivo ao tema: *Panorama das Doenças Negligenciadas na Bahia*, e aqui inclui-se a malária. Todavia, difere da Amazônia.

---

<sup>111</sup> Do original: reported fever, chills, fatigue, headache, myalgia, dyspnea, pallor, apathy, and reduced food intake.

<sup>112</sup> Do original: On admission, she presented with a ten-day history of fever, chills, headache, myalgia, asthenia, and weight loss.

Por isso que a Sesab se refere à “endemia”, mas não considerando como autóctone – quando há ciclo sexuado/assexuado da doença com potenciais condições de retroalimentação. O assentamento rural onde vivia a família diagnosticada e reabilitada, normalmente propício ao ciclo dos mosquitos *Anopheles*, havia passado pelo surto de malária recentemente ao adoecimento de pai, mãe e filho – ainda nessa pandemia, segundo os autores. Isso tem efeitos.

As doenças endêmicas, incluindo a malária, podem ser difíceis de distinguir da COVID-19, dadas as semelhanças nos sintomas, e a mesma dificuldade pode ocorrer em casos de malária e co-infecção por COVID-19, conforme descrito em relatos de casos anteriormente<sup>4,5</sup>. Um estudo de coorte retrospectivo no Sudão incluiu 321 pacientes confirmados com COVID-19 e 270 pacientes com malária co-infectados com COVID-19. Em comparação com a monoinfecção por SARS-CoV-2, a coinfeção com COVID-19 e malária foi associada ao aumento da mortalidade hospitalar por todas as causas<sup>6</sup>. A coinfeção com COVID-19 e malária grave foi relatada anteriormente, embora pouco explorada. Até onde sabemos, nosso estudo é o primeiro a descrever o perfil de citocinas em um paciente com infecção grave por malária que foi positivo para COVID-19<sup>7,8</sup>. Aqui, a tempestade de citocinas identificada no paciente coinfestado pode explicar a tendência de alta gravidade clínica em pacientes coinfestados com malária e COVID-19 descrita em estudos anteriores (Rocha *et al.*, 2023, p. 3. tradução minha<sup>113</sup>).

Para Ricardo Machado, mesmo após tratamento da doença e eliminação do *Plasmodium*, o dano aveolar provocado pela malária facilita à ação do SARS-CoV-2 e agravo de Covid-19. “À medida que a transmissão do SARS-CoV-2 aumenta, particularmente na África e na Índia, os médicos devem ter isso em mente. Além disso, documentar a frequência, a distribuição e os resultados destas coinfeções é de suma importância”<sup>(8-10)</sup>, frisa o parasitologista (2021, p. 190).

Na época, Machado também alertava à possibilidade de subnotificação de coinfeção na Amazônia brasileira e colombiana. “Ainda, o fornecimento de insumos para diagnóstico e medicamentos está sendo interrompido em alguns países, o que é agravado pela produção de medicamentos e diagnósticos abaixo do padrão e falsificados”, aponta Machado (2021, p. 191).

Desde então, vários estudos sobre a coinfeção de malária e Covid-19 foram produzidos: Amimo e Lambert, 2020; Braga e Tomich 2022; Chanda-Kapata, Kapata e Zumla 2020; Di Gennaro, Marotta, Locantore, Pizzol e Putoto, 2020; Hussein, Albashir, Elawad e Homeida, 2020; Hussein, Guedes, Ibraheim, Ali, El-tahir 3 Allam, 2022; Kusotera e Nhengu, 2020;

---

<sup>113</sup>Original: Endemic diseases, including malaria, can be difficult to distinguish from COVID-19, given similarities in symptoms, and the same difficulty can occur in cases of malaria and COVID-19 coinfection, as described in previous case reports<sup>4,5</sup>. A retrospective cohort study in Sudan enrolled 321 confirmed patients with COVID-19 and 270 patients with malária co-infected with COVID-19. Compared with SARS-CoV-2 monoinfection, coinfection with COVID-19 and malária was associated with increased all-cause inhospital mortality. Coinfection with COVID-19 and severe malária has been reported previously, although poorly explored. To the best of our knowledge, our study is the first to describe the cytokine profile in a patient with severe malaria infection who was COVID-19 positive<sup>7,8</sup>. Herein, the cytokine storm identified in the co-infected patient may explain the trend toward high clinical severity in malária and COVID-19 co-infected patients described in previous studies.

Saavedra-Velasco, Chiara-Chilet, Pichardo-Rodriguez, Grandez-Urbina e Inga-Berrosopi, 2020; Sherrard-Smith, Hogan e Hamlet, 2020. E outros - em maioria, publicados na língua inglesa.

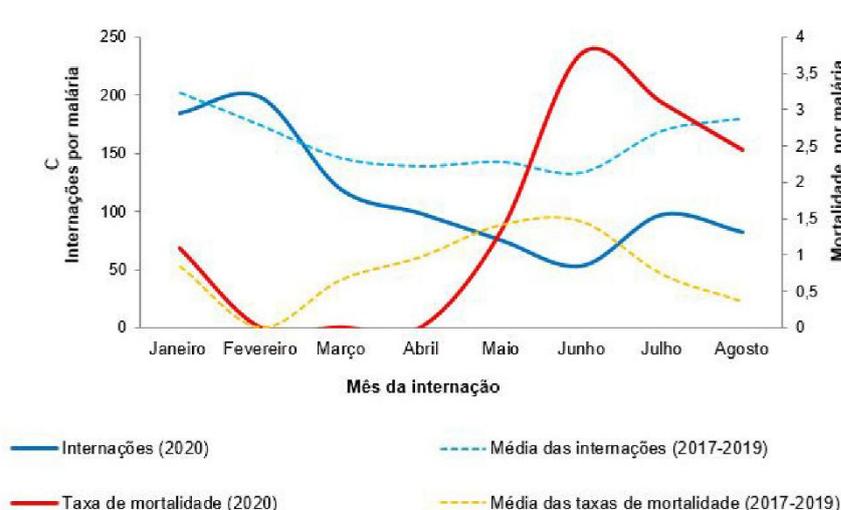
Mesmo que nosso ponto de partida seja a relação entre malária e Covid-19, é importante destacar que havia/há estudos científicos para identificar coinfeções desta com outras doenças.

Dos estudos, há o de Nikolas Dias, Álvaro Faccini-Martínez e Stefan de Oliveira, de 2021. “Foi realizada uma análise descritiva e quantitativa do número das internações mensais, taxas de mortalidade, gastos e permanência média das internações por leishmaniose visceral, leptospirose, malária e dengue”, dizem Dias *et al.* (2021, p. 1), a partir de dados nacionais obtidos pelos autores através do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).

Das internações de janeiro a agosto de 2017 a 2019, a média para malária foi de 160,67; em 2020, tomando sempre com base nos oito primeiros meses, 113,25 – decréscimo de 29,51%. Tempo médio de internação de 2017-2019, 4,28 dias; em 2020, foi de 4,69 – aumento de 9,54%. Foram 129.347 internações de janeiro a agosto de 2017 até 2020, para leishmaniose visceral, leptospirose, malária e dengue; e 1560 óbitos no Brasil.

“O gasto total com essas internações em 2020 foi de R\$ 15.140.794,34, o que representa um acréscimo de R\$ 1.979.314,68 (15,03%) para o Sistema Único de Saúde em comparação gasto total médio de R\$ 13.161.479,66 nos três anos anteriores à pandemia”, graficamente apresentam Dias *et al.* (2021, p. 3). Sobre a malária, veja o gráfico.

Figura 3 – Internações por malária no Brasil: 2017-2019; 2020



Fonte: Dias *et al.*, 2021, p. 5\*.

\* *Legenda dos autores:* C – Número médio das internações e da taxa de mortalidade por malária entre os anos de 2017 a 2019 e número de internações e taxa de mortalidade por malária em 2020, Brasil.

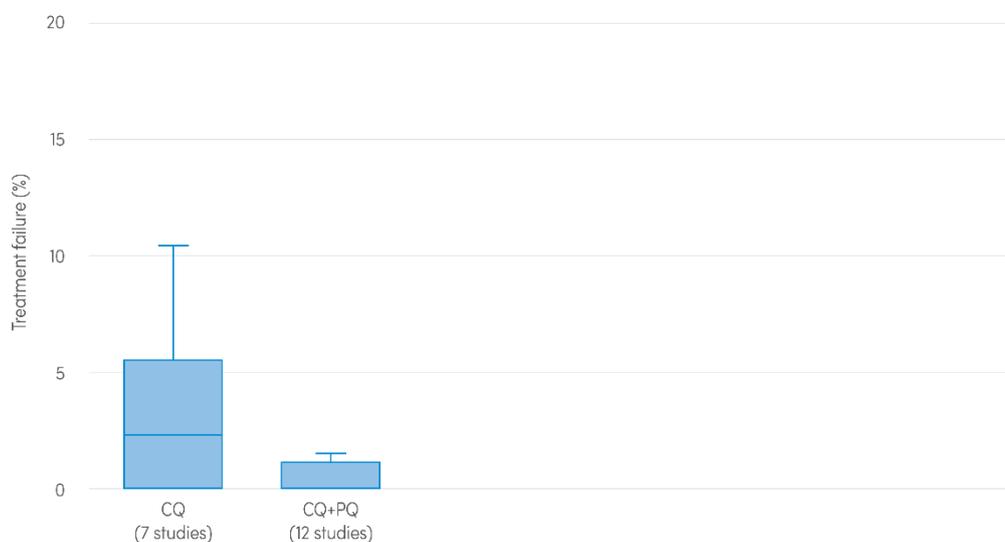
De acordo com Dias et al (2021, p. 8), as reduções das internações e crescimento das taxas de mortalidade “podem ser resultantes de dificuldades para diferenciar clinicamente a COVID-19 de outras doenças [13,14], já que, por exemplo, alguns sintomas são compartilhados com a malária [20] e podem ser confundidos com os sintomas iniciais da dengue”. É o que a OMS (2021) apontou em relatório, mas ainda ressaltando influências àquela doença já existente.

Por isso, “Resistência de parasitos a medicamentos antimaláricos” é outro fator, segundo a entidade (2021, p. 3. tradução minha<sup>114</sup>): “a eficácia da cloroquina (CQ), o antimalárico mais utilizado tanto para tratamento como para prevenção, estava diminuindo rapidamente, resultando em novos aumentos na mortalidade por malária”. A relação de óbitos-CQ já existia.

Abaixo, veja a analogia ‘tratamento à malária-eficácia farmacológica’ nas Américas - (hidroxi)cloroquina e primaquina são referências contra a espécie *Vivax Malária*, nesta região.

Figura 4 – Falha no tratamento de pacientes com *P. vivax* malária, Região das Américas da OMS, 2010–2019 [tradução do original – disposto abaixo, em legenda e fonte]

Treatment failure rates among patients with *P. vivax* malaria, WHO Region of the Americas, 2010–2019  
Source: WHO Global database on antimalarial drug efficacy and resistance.



CQ: chloroquine; CQ+PQ: chloroquine plus primaquine; *P. vivax*: *Plasmodium vivax*; WHO: World Health Organization.

Fonte: OMS, 2021, p. 84 – banco de dados sobre eficácia e resistência a medicamentos antimaláricos.

Há falhas de comunicação de risco, sobretudo de governos, por negligenciarem comunicar diferenças entre procura de atendimento de serviços de saúde por Covid-19 e malária (cf. OMS, 2021, p. 92-104). Mas, se a eficácia farmacológica à malária já era agendada *antes*, **fundamentalmente** também demandou(a) respostas *durante* e *após* à pandemia de Covid-19.

<sup>114</sup> Do original: Furthermore, the efficacy of chloroquine (CQ), the most commonly used antimalarial for both treatment and prevention, was rapidly declining, resulting in further increases in malaria mortality.

Em 2024, o Governo Lula anuncia nova aposta<sup>115</sup>, aprovada pela Anvisa em **2019**: “Começa o treinamento para uso da tafenoquina contra malária no território Yanomami”.

Um ano antes, em 2023, a FSP noticiou surto de malária numa comunidade Yanomami, indicando como nexos causais o avanço do garimpo e invasões ilegais na região [vide seção 2. 1] - “estimulados pelo governo Jair Bolsonaro (2018-2022)”, ratificou a FSP naquele momento<sup>116</sup>. Dois meses depois, em 6 de junho de 2023, publica<sup>117</sup>: “SUS incorpora droga tafenoquina”.

Contudo, chamo atenção a algo fulcralmente disruptivo na cobertura da F. de São Paulo: a relação de eficácia farmacológica entre malária e Covid-19, reiterando mesma tese agenciada no enunciado central de que analisamos, *mas* agora posta como correlato ao uso da tafenoquina.

“O tratamento da fase aguda da malária inclui ainda a cloroquina, droga largamente utilizada, sem respaldo científico, na pandemia de Covid-19” – do texto, parágrafo 6º do texto. No destaque sublinhado contém hiperlink<sup>118</sup>. Remete à seção em que a FSP dispõe de centenas de milhares de textos produzidos sobre a pandemia no seu *website*, intitulada *Coronavírus*.

Mas, ao digitar ‘tafenoquina’ no buscador da plataforma digital da F. de São Paulo, vemos o total de somente 8 textos, com menção direta ao fármaco ou como correlato à malária.

Tabela 1 - Agendamento da tafenoquina no *website* do jornal F. de São Paulo

Título	Data de Publicação
O que é preciso para eliminar a malária?	25 de abril de 2020
Vacina contra malária é 'conquista histórica', mas provavelmente não será usada no Brasil	6 de outubro de 2021
'Quase morri por atraso em diagnóstico de malária': como doença ainda faz vítimas no Brasil	23 de abril de 2022
Brasil testa nova droga e busca protocolo de cura radical para malária	2 de maio de 2023
Governo Lula quer eliminar transmissão de HIV de mãe para filho e doenças ligadas à pobreza	6 de junho de 2023
SUS incorpora droga tafenoquina para tratamento de malária	6 de junho de 2023
A hora de eliminar a malária é agora	16 de julho de 2023
Após sucesso em testes, Saúde distribui remédio que evita recaída de malária a yanomamis	6 de abril de 2024

Fonte: elaboração pelo autor (2024).

<sup>115</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/comeca-o-treinamento-para-uso-da-tafenoquina-contramalaria-no-territorio-yanomami>>. Acesso em: 17/07/2024.

<sup>116</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/yanomamis-sao-explorados-na-piacaba-em-longas-jornadas-e-dividas-por-farinha-e-gasolina.shtml>>. Acesso em: 17/07/2024.

<sup>117</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2023/06/sus-incorpora-droga-tafenoquina-para-tratamento-de-malaria.shtml>>. Acesso em: 17/07/2024.

<sup>118</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/coronavirus/#30>>. Acesso em: 17/07/2024.

Vale retomarmos o disposto na seção 2. 1 quanto ao agendamento de eficácia da (hidroxi)cloroquina e, também, à tafenoquina; porém, fazendo relação entre o agendamento midiático da Folha sobre estes objetos às internações hospitalares por malária em 2020, conforme dados de Dias *et al.* (2021) e OMS (2021) já apresentados e discutidos sobre a doença.

De agenda da (hidroxi)cloroquina: dos 932 textos, 926 são referentes à Covid-19, publicados no período de 04 de março de 2020 a 17 de maio de 2023; à malária, são 6 textos, de 04 de março de 2001 a 13 de maio de 2023. De agenda da tafenoquina, 8 textos, publicados entre 5 de abril de 2020 e 6 de abril de 2024. Agora, 2020 se torna ponto de encontro dos dados.

Em 2020, de agenda da (hidroxi)cloroquina foram publicados 360 textos - todos são referentes à Covid-19, período de 04 de março a 31 de dezembro de 2020<sup>119</sup>, pela seguinte distribuição mensal ao longo do ano: Janeiro: 0; Fevereiro: 0; Março: 25; Abril: 72; Maio: 87; Junho: 31; Julho: 45; Agosto: 30; Setembro: 18; Outubro: 22; Novembro: 13; e Dezembro: 17. À malária, só um, publicado em 16 de agosto de 2020 – vimos lá no capítulo 2; retomo à frente. De agenda da tafenoquina, 1 texto apresentando o fármaco, publicado em 25 de abril de 2020.

Pelos dados apresentados por Dias *et al.* (2021) referentes ao intervalo temporal entre os meses de janeiro a agosto de 2020, foram 906 internações por malária. Mas, para os autores, o pico de casos de Covid-19, a consequente ocupação de leitos hospitalares e uma rede de apoio específico à pandemia no Brasil foram fatores concorrentes às internações por malária – segundo a OMS (2021), causalidade provável de subnotificações a esta doença negligenciada.

Vale ainda considerar o pico de controvérsia(s) quanto à adoção do tratamento precoce no Brasil e consequente agendamento midiático da imprensa focado em aspectos biomédicos até o fim de maio de 2020 – vimos com Lerner, Cardoso e Clébicar (2021), e aqui, pela FSP. Daqueles 360 textos de todo o ano, 290 foram produzidos no primeiro semestre de 2020.

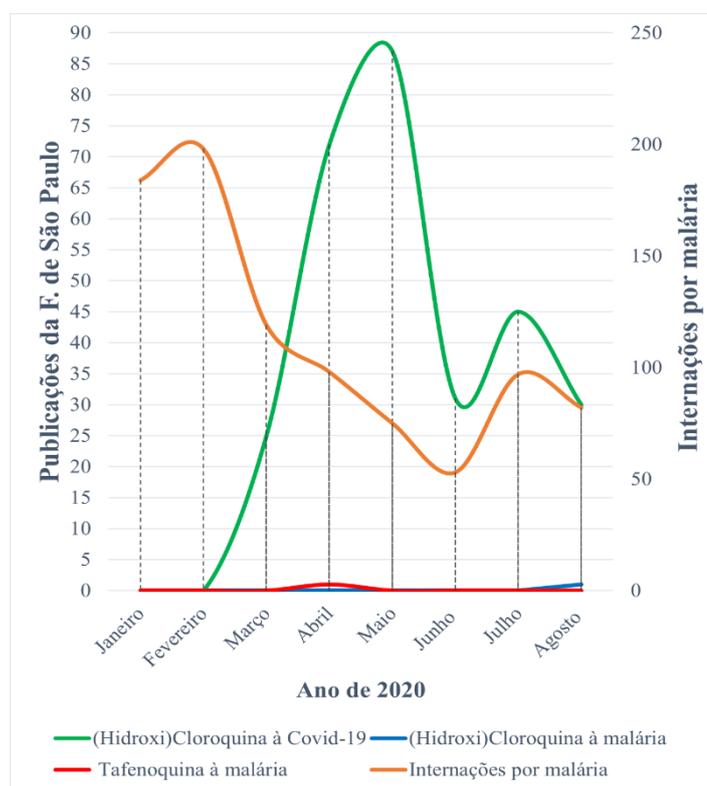
Como o primeiro e único texto referente à eficácia da (hidroxi)cloroquina à malária foi publicado em março, e da tafenoquina em agosto de 2020, então, podemos considerar o intervalo março-agosto de 2020 como espaço-temporalidade comum às categorias de encontro de agenda midiática-internações por malária no país, no ano inicial de emergência da pandemia.

Na próxima página, vemos em gráfico a distribuição de todos esses dados. A tabela II, a seguir, dispõe de uma síntese - com base na pesquisa de Dias *et al.* (2021), no levantamento de textos a partir da cobertura midiática do jornal F. de São Paulo e avaliações da OMS (2021).

---

<sup>119</sup> Quando a (hidroxi)cloroquina é apresentada como antimalárico, ainda em função de contextualizar o(a) leitor(a), não há aprofundamento algum sobre a malária como objeto; aliás, nem mesmo o nome ‘malária’ aparece, às vezes; como também o que está em questão não é só a tematização da malária *per se*, mas, conforme o que se arbitra como tese no enunciado central reiterado, da malária à Covid: **eficácia/ineficácia** farmacológica.

Figura 5 – Gráfico sobre relação entre agendamento midiático e internações por malária no Brasil



Fonte: elaboração pelo autor (2024).

Tabela 2 – Síntese de dados por internação hospitalar e agendamento midiático

	Internações por malária	(Hidroxi)Cloroquina à Covid-19	(Hidroxi)Cloroquina à malária	Tafenoquina à malária
<b>Janeiro</b>	184	0	0	0
<b>Fevereiro</b>	198	0	0	0
<b>Março</b>	119	25	0	0
<b>Abril</b>	98	72	0	1
<b>Maio</b>	75	87	0	0
<b>Junho</b>	53	31	0	0
<b>Julho</b>	97	45	0	0
<b>Agosto</b>	82	30	1	0
<b>Total</b>	906	290	1	1

Fonte: elaboração pelo autor (2024).

Maio de 2020 é ponto de encontro entre o número maior de publicações sobre uso de (hidroxi)cloroquina à Covid-19 e o número decrescente de internações por malária no Brasil, com impacto no tratamento de pessoas com diagnóstico de malária ou no próprio diagnóstico; a médio e longo prazos, na resposta de eficácia farmacológica; ou óbitos, por malária, no caso – praticamente não postos em textos pela Folha em relação à eficácia da (hidroxi)cloroquina e da tafenoquina contra tal doença, negligenciada; e nem às coinfeções desta com a Covid-19.

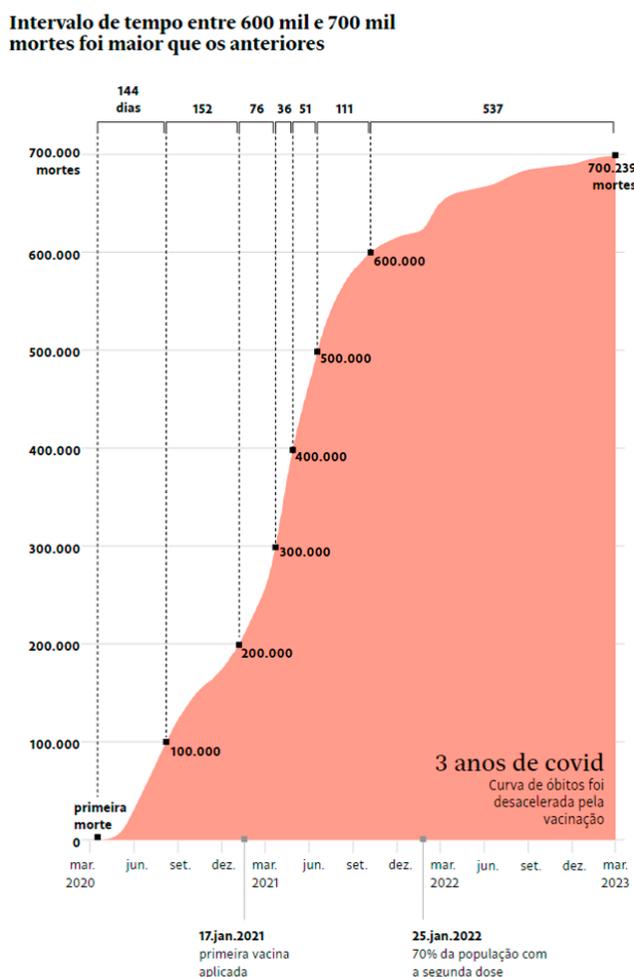
### 3.3.5 Maio/2023: Retrospectiva dos “fatos” e (falta de) posicionamento da F. de São Paulo

Diferentemente dos dois textos-base centralmente analisados acima, o que iremos nos debruçar agora foi produzido exclusivamente à e pela Folha, e não ao Projeto Comprova.

Datada em 5 de maio de 2023, tem como título/subtítulo<sup>120</sup>: “Pandemia de Covid no Brasil foi marcada por erros e mortes que poderiam ter sido evitadas / OMS reviu status de emergência global; para especialistas, Brasil perdeu a chance de ser país exemplar no combate à doença, e desafios persistem”. Ainda em distinção aos textos-base prévios, faremos recortes: pela retrospectiva do grupo Folha à pandemia no país (I); e crise sanitária no Amazonas (II).

No dia em que o texto foi publicado, a OMS declarou o fim da emergência da pandemia. Obviamente que não se trata de único evento que desencadearia ruptura de um processo vivido - com 701mil mortes, até ali; mais de 200mil, em 2020, conforme o jornal mostra graficamente.

Figura 6 – Panorama retrospectivo da pandemia de Covid-19 no Brasil



Fonte: Jornal Folha de São Paulo\*.

<sup>120</sup> \*Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2023/05/pandemia-de-covid-foi-marcada-por-erros-em-serie-e-mortes-que-poderiam-ter-sido-evitadas.shtml>>. Acesso: 19/07/2024.

A consciência às ações humanas/não-humanas é marcada em “intervalo de tempo”. Inclusive, frisando a diferença quantitativa de mortes neste espaçamento cronológico em que ações “exitosas” e de “erros” ocorreram. Em “3 anos de covid”, tal processo histórico é dividido por dia(s), meses e anos enquanto unidades de *medição* do tempo ocupado [vide seção 1. 3].

“Na *medição do tempo* cumpre-se, portanto, um fazer-se público do tempo, segundo o qual este sempre vem ao encontro de todo mundo a todo tempo, como “agora e agora e agora””, salienta Heidegger (2022, p. 513). Assim, a cronologia é uma redução fenomenológica.

Por isso, Heidegger (p. 514) sugere atentarmos à noção de tempo “vulgar”, em que toda ação parece só fazer sentido numa cronologia arbitrariamente marcadora de presença: “Ontologicamente, o decisivo se acha na *atualização* específica que torna possível a medição”. Assim, linguisticamente, faz-se presença ‘significando’ ações; aqui, em lógicas do jornalismo.

Consideremos a dimensão pública do tempo conferida pelo jornalismo. Nesta pesquisa, ratifico a posição onisciente-onipresente presumida por esse domínio, conforme demonstrei em relação aos dois textos-base analisados anteriormente. E que, para tal, há táticas/estratégias de convocação de sujeitos à construção partilhada de sentidos entre espaços-tempos diversos, fazendo frente à desinformação, mas contando com a percepção de sujeitos aí contextualizados.

A percepção também consta de dossiê da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), que aponta entre as “falhas graves” na condução da epidemia fatores como baixa testagem e isolamento de casos, desestímulo ao uso de máscaras, promoção de tratamentos ineficazes, atraso na compra de vacinas e falta de comunicação unificada [parágrafo 11°].

Construção de hospitais de campanha e o trabalho dos profissionais da saúde etc; mas também um quadro de fotografias/legendas com cada ministro da saúde do governo Bolsonaro; além de outro box de fotografias com artistas/jornalistas em campanha pela vacinação à Covid: fazem parte do conjunto de imagens/legendas que propõe ao leitor o ‘encontro’ pelas diferenças.

De um lado, responsáveis por “falhas graves na condução da pandemia”, assim produzindo efeitos que o gráfico acima faz ver/enunciar. De outro, responsáveis pelo sucesso de *vacinação* através da “voluntária” campanha unificada no consórcio de imprensa, de que a FSP é parte como ente da sociedade civil e dessa “comunicação unificada”; uma contrapartida.

Uma das fontes no texto é Cipriano Maia – desde 2019, secretário de saúde do governo de Dino, no Maranhão, e ex-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass): ele “concorda e vê na descontinuidade de políticas um dos erros mais marcantes no período” [ordem direta]. “Isso se agravou com a crise em Manaus, em que vários estados tiveram que acudir, mostrando o descalabro.” [citação], aponta a FSP no parágrafo seguinte à “avaliação” de Rosana Onocko, da Abrasco, sobre falta de coordenação/desafios à atuação do SUS na crise.

Na sequência, a falta de oxigênio na rede pública de hospitais de Manaus, no Amazonas, é trazida por séries históricas. Mas também suscitada em elementos sígnicos que convocam os leitores a assumirem um lugar sinestésico disposto no texto. Isto é, por alteridade, se projetariam no texto enquanto “sentem” o que a pessoa asfixiada sente, conforme exponho [com destaque]: “relatos apontam que os leitos viraram câmaras de **asfixia**” [parágrafo 24] – auge do colapso.

O “colapso” coloca Manaus/Amazonas como espaço em que cidadãos protagonizam, no “intervalo do tempo”, a série de erros atribuídos à Bolsonaro – Presidente da República que imitou cidadãos em asfixia [cf. o UOL<sup>121</sup>]. “*Enquanto* isso, o ministério divulgava um aplicativo que recomendava *cloroquina* até para bebês, na contramão das evidências científicas, que contraindicavam o uso para a Covid” - destaque à tese central na duração do processo histórico.

Dialogando com os enunciados referentes aos contextos de “colapso” na Região Norte, o jornal dispõe de algumas fotografias e suas respectivas legendas, em box. De todo o conjunto, foco numa das imagens, com legenda, para compreendermos a problemática central da seção – embora reconhecendo intertextualidades em relação às demais, sobretudo tendo em comum algo que sinalizo pelo seguinte correlato: “*sintomas compatíveis* com a Covid-19, em Manaus”.

Figura 7 – Imagem/legenda do box de fotografias referentes ao “colapso” em Manaus



Fonte: Jornal Folha de São Paulo\*.

<sup>121</sup> \*Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/22/jn-apos-682-mil-mortes-bolsonaro-diz-que-acertou-na-pandemia.htm>>. Acesso em: 19/07/2024.

A interação agente municipal de saúde-cidadão morto é representada no plano superior. Rocimar dos Santos está deitado na rede - comum na região. Eletroeletrônicos, alguns utensílios domésticos e poucas roupas materializam o espaço privado numa casa simples – de portas e paredes [com frestas] construídas em madeira – em que seu corpo [negro ou pardo] encontra com o do agente público. Mais próximo ao alcance das mãos, uma máscara está pendurada ali. Atrás [pela imagem, canto superior esquerdo], alguns recipientes aparentam ser medicamentos.

No plano inferior [este mais próximo ao foco imediato, pela profundidade da imagem] constam na mesa utensílios e um recipiente de álcool: na pandemia de Covid-19, era usado por profissionais da saúde, em cuidado clínico, e também por indivíduos que exerciam seus cuidados individuais sanitários; aí, indica estar com menos da metade do volume ocupado – talvez seja álcool já manuseado. Próximo, há um de Registro Geral (RG), ao lado de outro documento de inscrição de cidadania. Neste entremeio, novamente, há possíveis medicamentos.

A (hidroxi)cloroquina estaria ali? Não há uma nítida identificação pelos rótulos. Porém, o parágrafo anterior mostra contrapartida do MS ao colapso: prescrição da (hidroxi)cloroquina. “O tema foi alvo de questionamentos da CPI da Covid, cujo relatório apontou **negligência** para evitar o colapso no Amazonas e outros problemas em *série*”, diz o texto [com destaques meus],

Assim, imediatamente após as imagens, o jornal F. de São Paulo nomeia a conduta pela contextualização de fatos feita por elementos de sua visibilidade, agora postos em enunciados.

Por mais que tivesse tomado cuidados frente à iminência do risco, até mesmo através da prevenção profilática e farmacológica, este indivíduo não sobreviveu; e os sintomas do seu corpo são lidos pela necropsia a partir de possíveis nexos causais de “compatibilidade” à Covid.

No corpo, significantes são inscritos e serão lidos em hermenêutica, para diagnósticos. Não haver total precisão nosográfica não descarta a Covid-19. Afinal, para além da inscrição, eventos contíguos em escala planetária marcam o grande cronotopo pandêmico; inquestionável!

“Atualmente, a vacinação é apontada como o principal fator para a redução de internações e mortes pela Covid”, diz a Folha, na sequência. Trata-se de uma estratégia que conta com a imunização individual/clínica e seus efeitos coletivos/epidemiológicos no mundo.

Vacina evita não só que o vírus provoque mortes, mas também não crie resistências e desloque-se mais fortalecido a outro alvo, humano, em novas variantes (Fernandes *et al.*, 2021). Até não-vacinados são protegidos - agências da vacina contra agências do vírus noutros corpos.

Logo, corpo, casa, bairro, cidade, estado e essa região do Brasil são endêmicos à malária. Doença essa negligenciada há décadas e que também concorre, inclusive pelas agências do *Plasmodium*, ao espaço-tempo inscrito no corpo que pode materializar coinfeções à Covid-19. Cronotopos de malária e Covid-19 se encontram em Manaus. Mas, tal encontro não é uniforme.

A abordagem frequente mantém a Covid-19 como protagonista única, sob argumento de emergência sanitária e número de agravos e mortes. A (in)eficácia da (hidroxi)cloroquina é reiterada e defendida na FSP em função da pandemia, relegando à malária *status* de correlato. E a nomeação do fármaco como *antimalárico* é o rastro que mantém a malária ali, nas margens.

Mas, só em 16 de agosto de 2020, fase II da pandemia, há um texto disruptivo de agenda.

A matéria<sup>122</sup> tem título/subtítulo: “Contraída por Camila Pitanga em SP, malária é confundida com dengue e Covid-19 / Atriz pegou a doença no litoral de SP; Sudeste tem quase metade das notificações fora da Amazônia”. Nela, vemos o encontro malária-Covid-19 pela condensação do espaço-tempo biográfico de Camila Pitanga e aquele público de controvérsia.

Em infográfico, o texto mostra “Como a cloroquina atua no combate à malária” e “Como o parasita infecta o organismo”. No sexto parágrafo, destaca a agência da malária onde a atriz global e sua filha, Antônia, foram infectadas [Barra do Una, município de São Sebastião (SP)]: “A região Sudeste concentrou quase metade das notificações fora da Amazônia”.

Vale lembrar que, dois meses antes, em 17 de junho de 2020, a OMS havia declarado publicamente que o *tratamento precoce*, especificamente pela (hidroxi)cloroquina, era ineficaz. E que, por procedimento clínico, apesar do *status* de emergência de uma pandemia ou epidemia, é necessário ao(à) médico(a) colocar em perspectiva as outras possibilidades de adoecimento, além do objeto aparentemente óbvio de doença que está em visibilidade maior num momento.

Assistida pela equipe da rede hospitalar privada Sírio-Libanês chefiada pelo médico Kalil Filho, de que/quem vimos anteriormente, a atriz global e sua filha puderam ser avaliadas a partir de consultas e exames, até se chegar ao objeto de “verdade”. Amplamente ao Brasil, seria o recomendável, explica “a bióloga Silvia Maria di Santi, chefe do Laboratório de Malária da Sucen (Superintendência de Controle de Endemias) do Hospital das Clínicas da USP”.

Para Santi, que trabalha há mais de 20 anos com a doença, o atraso no diagnóstico pode ser o diferencial entre um quadro grave ou não. Ela explica que muitos dos casos de malária não são identificados rapidamente devido ao padrão nas unidades de pronto-atendimento de testar pacientes com febre alta e dores no corpo para dengue, mais comum em áreas urbanas.

Segundo o jornal, Camila Pitanga chegou a publicar em sua conta no Instagram a imagem correspondente ao resultado negativo de Covid-19, para rebater desinformação ao caso.

Contudo, os critérios de relevância jornalística (Guerra, 2008; Guerra e Silva, 2020) para colocar no centro de visibilidade, enuciabilidade e do dito pelo texto da Folha certamente teriam como referência o lugar simbólico, geográfico e socioeconômico da famosa atriz global.

<sup>122</sup> Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/08/contraida-por-camila-pitanga-em-sp-malaria-e-confundida-com-dengue-e-covid-19.shtml>>. Acesso em: 20/07/2024:

Já a imensa maioria brasileira, é negligenciada no acesso básico à saúde em nosso país.

Importante destacar que a seção não faz comparações entre malária e Covid-19 para definir qual objeto deve ser prioritário aos investimentos do Estado ou indústria farmacêutica.

E ainda que utopia seja horizonte de lutas, encarar de frente complexidades do capitalismo incidente à vida demanda identificarmos contradições que, no processo histórico, indiquem o que faz girar o pêndulo: de interesses *ao* reconhecimento de necessidades/agendas.

A proposta foi tensionar o discurso de (in)eficácia da (hidroxi)cloroquina à Covid-19, sob emergência de saúde pública, enquanto condição de possibilidade histórica de prioridade, em relação ao que é anterior a esse objeto específico de saúde posto em protagonismo de cena.

Evitemos a noção/descrição simplória de que o “brilho” de visibilidade da Covid-19 “ofusca” demandas da malária. Visibilidade não é/deve ser reduzida à tautologia. Não há coisas “para lá onde nada ainda foi dito e onde as coisas apenas despontam sob uma luminosidade cinzenta”, à espera de palavras, até serem reconhecidas, segundo Foucault (2008a, p. 54).

O discurso científico, de mesmo domínio avocado pela F. de São Paulo para reiterar a tese de ineficácia da (hidroxi)cloroquina, coloca a malária como correlato à Covid-19 enquanto agravo desta doença. Mas também como objeto anterior, durando e posterior a essa pandemia.

O ponto de encontro multimodal, e por isso não só clínico/epidemiológico, são as coinfeções que se inscrevem desde a inoculação do *Plasmodium* no *Anopheles*: atravessando corpos incluindo o humano, lâminas laboratoriais, Sinan, até artigos e relatórios. Enquanto isso, a eficácia farmacológica enfrenta resistência do vírus e ainda não há vacina contra a malária.

A defasagem entre agendamentos midiáticos não deve ser vista como ponto “revelador” de negligência da malária em relação à Covid-19. Ou não só. As condições de possibilidades de latência da malária estão inscritas ali mesmo onde Rocimar dos Santos é feito visto em morte.

Outras doenças podem se encontrar. Até com diagnósticos *compatíveis* à Covid-19. Inclusive, e infelizmente, subnotificações por coinfeções da Covid-19 e outras doenças, incluindo malária e demais negligenciadas, são o fato visível/enunciável/dito pela própria OMS – a quem a Folha recorre para reiterar a tese de “ineficácia” da (hidroxi)cloroquina à Covid-19.

Condições de habitação, trabalho e saneamento básico; dificuldades para diagnósticos ou continuidade no tratamento de pessoas com malária OMS (2021) são parte da biografia de quem vive e morre entre negligências compatíveis ao *deixar morrer* (Mbembe, 2018). O Norte é endêmico à malária e ao abandono colonialista brasileiro (Prado Júnior, 2004).

No texto da FSP, há inscrições cronotrópicas conforme convém: enunciáveis/ditas; ou visíveis, mas não ditas. Embora seus enunciados sejam rastreáveis, partindo de correlatos em direção a outros (con)textos/dispositivos onde sejam vistos/ditos. Ainda que por aí, dispersos...

### 3. 4 A contextualização jornalística da F. de São Paulo: algumas considerações

Mesmo passando pela função referencial dos textos, vejamos discursos “como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”, como propõe Foucault (2008a, p. 54). O que faz da malária um objeto de negligência de saúde pública não é a falta de enunciados da/pela Folha, por exemplo, mas o que excede ao jornal e está na realidade irreduzível aos textos.

O jornal partilha de um comum ontológico que, em várias camadas, tem a parte de outros domínios, grupos e instituições/sujeitos no momento histórico específico (Rancière, 2020). Então, o que torna a contextualização jornalística uma performance de produção de “verdades”?

Mesmo feitos de signos, os discursos fazem mais que usar signos para designar coisas. “É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”, defende Foucault (2008a, p. 55).

A formação dos objetos diz sobre o exterior aos textos que os nomeia e lhes classifica. Se a loucura era objeto de patologia num momento histórico, torna-se da criminologia em/a partir de um outro. Se Covid-19 é objeto de atenção pública e de investimentos públicos e privados, isso não garante continuidade de projetos integrais/universais a partir de outros.

Domínios investem-se de autoridade para classificar quais objetos podem/devem alcançar *status* de estarem no seu roteiro: isso é performance. Em comum a Latour e Foucault, há actantes ou sujeitos interagentes que daí disputam validade de verdade em redes ou arquivos.

Uma noção de performance esteve timidamente presente aqui, e agora convoco-a: a performance teatral. Ajuda a desvencilharmo-nos da relação mimética linear ‘ação-roteiro’.

Inspirada em Derrida, Josette Féral vê a performatividade como ação de construção de sentidos entre *performers* e expectadores, na interação em que o público participa deste processo. “Mais que o teatro dramático, e como a arte da performance, é o processo, ainda mais que o produto, que o teatro performativo coloca em cena” (Féral, 2015 p. 124). Processo contínuo...

O texto contém objetos anteriores ao roteiro, até estar no *script* e ser ampliado durante ações performadas. Cenário, corpos, utensílios, sons, reações (e...) (in)surgem em improvisos.

E mesmo que a situação de comunicação aconteça em interlocução/interação coincidente num espaço-tempo presente, seus efeitos são diacrônicos na construção do sentido. Associações de significantes continuarão ocorrendo a cada vez que a memória demandar.

“O objetivo do *performer* não é absolutamente o de construir ali signos cujo sentido é definido de uma vez por todas, mas de instalar ambiguidades das significações, o deslocamento dos códigos, o deslizamento de sentido”, diz Féral (2015, p. 125). É linguagem. Aqui, há tensões entre ‘ilusão’ e ‘real’, que muito incomodavam Baudrillard, como vimos no início do capítulo.

O encontro interlocutivo continua, mesmo encerrada a performance que o insta – uma presencialidade cronotópica/dialógica do enredo sempre inacabado, mas preche de sentidos. Na (re)leitura de Derrida e de Foucault à Suassure, a relação entre significantes não é arbitrária.

“A performance aparece assim, de algum modo, como armazém dos acessórios do simbólico, como entreposto dos significantes, o todo fora do discurso estabelecidos e nos bastidores da teatralidade”, diz Féral (2015, p. 161). O *devoir-ser* do rastro [cf. subseção 1. 1. 3].

Performance é sugestão - comunicação passível ao reconhecimento (Verón, 2004). Ainda assim, de ação enquanto se desenvolve, mesmo em articulação a outros textos prévios ao contexto situacional síncrono interlocutivo. E por mais que o texto contenha contexto, não são redutíveis um ao outro [vimos: a relação entre visibilidade, enunciabilidade e ditos indica isso].

Sabemos que o conceito de performance foi cunhado por John Austin, desenvolvido no pós-estruturalismo por Jaques Derrida – e, daí, estudiosos da teatralidade se apropriaram. Richard Schneider tece uma discussão conceitual do termo performance, justamente fazendo esta relação entre a expressão usada nas artes cênicas e infinitas outras práticas sociais da vida.

Nos negócios, nos esportes, e no sexo, “realizar performance” é fazer algo no nível de um padrão – ter sucesso, ter excelência. Nas artes, “realizar performance” é colocar esta excelência em um show, numa peça, numa dança, num concerto. Na vida cotidiana, “realizar performance” é exhibir-se, chegar a extremos, traçar uma ação para aqueles que assistem. No século XXI, as pessoas vivem pelos meios da performance como nunca viveram antes (Schneider, 2006, p. 28).

Nesse sentido, Renato Cohen (2009) é bem elucidativo: “a exibição pura e simples de um vídeo, por exemplo, que foi pré-gravado, não caracteriza uma performance, a menos que este vídeo esteja *contextualizado* dentro de uma sequência maior, ou seja, sendo exibido concomitantemente com alguma atuação ao vivo” (p. 28). Há um gênero reconhecido.

De modo que o público reconhece estar havendo ali performance – essa é a convenção. “As pessoas que assistem a um filme ou a uma peça sabem que os mundos sociais e pessoais encenados não são o dos atores, mas o das personagens”, exemplifica Schneider (2006, p. 44).

Por isso que diferenciei textualização da contextualização. A Folha bem demarca isso: “veja como investigamos”. Os leitores teriam acesso à “verdade” por meio dos *instrumentos* que o jornal usa e mostra-os. Há uma promessa de transparência, que convoca ao *olhar ‘junto’*.

“Algo “é” performance quando os contextos histórico e social, a convenção, o uso, a tradição, dizem que é”, segundo Schneider (2006, p. 40). Aqui, contextualização é performance porque há fatos que indicam esta prática discursiva em função referencial da linguagem por meio da qual verdades, mentiras e imprecisões são disputadas entre *modalidades enunciativas* que demandam habilidades retórica e procedimental de fazer-ver/crer sobre objetos discursivos.

No “combate à desinformação”, nem sempre táticas e estratégias são integralmente mostradas – Lippmann (2008) e Lasswell (1938) que o digam, sobre guerras. Lembre: cientistas fizeram trabalho arqueológico e descobriram subnotificações de doenças negligenciadas.

Nessa pandemia de Covid-19, tentaram fazer-ver/crer o que a F. de São Paulo não mostrou em seus textos: agravando-se doenças “figurantes” [não reconhecidas nem antes da crise sanitária; ou depois...] e a protagonista. Frise-se: mutuamente. Inclusive, por coinfeções.

Entretanto, se onisciência-onipresença presumida pelo jornal for exercício do panóptico, atualizando o proposto por Foucault [de Jeremy Bentham], concordemos com Byun Chul Han: “A esfera pública é um palco. O poder da soberania atua pela visibilidade teatral. É um poder que se faz ver, se manifesta, se vangloria e se irradia. Os subjulgados, contudo, sobre os quais se desenvolve, ficam, em grande medida, invisíveis” (2022, p. 11). A visibilidade é seletiva.

Façamos a ressalva de que este autor incorre no risco de substancializar o poder - na contramão foucaultiniana - quando designa “dominantes” e “dominados”. Poder é relacional: conforme objeto e sujeitos/instituições, mas também condições em que se disputa [vide cap. 1]. Entretanto, vale pensarmos com Byun Chul Han e Foucault na visibilidade enquanto pequeno feixe de luz pelo qual a enunciabilidade faz ver – aqui, o que convém ao jornal mostrar.

No texto de base I, observamos a onisciência-onipresença desse jornalismo panóptico quando ele coloca não-ditos de Flávio Dino como ditos, pelo lugar da Ministra da Saúde, Nísia Trindade, do mesmo governo. Mas, há descontinuidade do fazer-ver conforme convém.

No texto de base II, quando a Folha diz, em alusão à Kalil Filho, que “não encontrou declarações diretas do cardiologista sobre o uso da hidroxicloroquina em pacientes da Covid-19 após a publicação de diversos estudos que atestam a ineficácia do medicamento”, coloca em cena atores e enquadres pelo enredo - como parte da visibilidade do “real” - que escolhe mostrar.

A escolha do que se mostra sempre implicará um infinito de objetos, atores e enquadres que não entram em cena. Ironicamente, pesquisadores também tentarão incidir um feixe de luz – entre eles, mas também ao que o jornal não põe em visibilidade [a exemplo da pesquisa, aqui].

Tensionar relações entre malária e Covid-19 nos permite ponderar otimismo do jornalismo sob presunção de fazer “guerra contra a desinformação”. As alternâncias de papéis entre vilões e bom/boa moço(a) ocorrem a partir de interesses que estão nos bastidores cênicos.

Pensar nos usos da linguagem para demarcar contextos enquanto assinatura de verdade, na ótica do jornalismo contextual, permite mantermos a perspectiva em que possamos vigiar pretensos vigilantes – até para fazer-ver o *fazer-ver* em relação aos “contextos” performados.

A seguir, veremos como estas performances são construídas na/pela linguagem do jornal FSP em relação à controvérsia – para isso, retomando objetivos do estudo e fazendo discussões.

### 3.5 Performances da F. de São Paulo e suas fontes pela linguagem (des)contextual a partir da pandemia de Covid-19

Nesta seção, há uma síntese dos resultados já apresentados anteriormente – mas, agora, dispostos com algumas discussões implicadas aos objetivos desta pesquisa. A saber:

1. *Pela FSP, analisar a controvérsia e desdobramentos correlatos sobre o uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19, com base em estratos espaço-temporais que atravessam a pandemia de Covid-19.*

- O jornal demarca no texto o tempo, espaço e circunstâncias de ocorrência dos fatos para checagem desses fatos e enunciações sobre eles, como reação às tentativas de apagamento das fronteiras espaço-temporais e dos lugares de sujeitos entre o discurso e o mundo concreto.

1.1 As fontes pró *tratamento precoce* ignoram e/ou sugerem aos interlocutores ignorar a relação entre enunciados, eventos e fases da pandemia [vide seção 2.10 – Fases I, II e III]. Tentam constituir posicionamentos sobre a tese central [comprovação de (in)eficácia farmacológica] e seus correlatos [alternativa disponível *versus* a desconfiança à vacina].

Eles argumentam que o curto tempo de produção do imunizante invalida a segunda alternativa por completo [vacina] e autorizaria a continuidade da primeira [*tratamento precoce*]. Isto é, um contexto de exceção é sempre justificado na provisoriedade de um presente contínuo.

Como se controvérsias/correlatos não tivessem fim: deve-se usar *o que se tem* “hoje” como tecnologia biomédica contra a Covid-19. A promoção da ‘saúde’ é reduzida à medicação. Logo, a “verdade” perde lastro ao que é exterior à retórica, nessa manipulação espaço-temporal.

À saúde coletiva, significa que há usos da linguagem para induzir populações/indivíduos a agirem com base em prescrições que já foram comprovadas como ineficazes ou sem comprovação de eficácia. Tais fontes sugerem enunciados, mas tentando apagar inscrições de concretude dos fatos; ou induzem a não se buscar inscrições factuais exteriores à retórica. Com agravante: autoridade de verdade em saúde sendo construída em performances desinformativas.

Com John Austin (1990), vale revisar: atos locutórios são aqueles em que a retórica por si só é suficiente para indicar ao interlocutor que um fato do mundo concreto foi constatado – e que esta correspondência lógica de verdade basta, pela combinação sígnica nos enunciados.

Já os atos ilocutórios seriam aqueles pelos quais, além da enunciação, há efeitos de ações diversas, além da própria enunciação, mas sempre ocorrendo em espaço/tempo coincidente entre enunciação/ação e reconhecimento síncrono desse tal efeito correspondente à enunciação; como também a ação, independente da enunciação, seria percebida, interpretada e seus efeitos teriam reconhecimento imediato por sujeitos contextualizados nesta situação de comunicação.

Contudo, nosso foco está nos atos perlocutórios. Diferente dos locutórios, centrados só na enunciação, ou nos ilocutórios, que na enunciação ou por outras ações dependem de um contexto situacional imediato para haver reconhecimento da convenção que institui os sentidos.

Atos perlocutórios seriam similares aos ilocutórios, porém, com uma diferença: não há uma necessidade de haver correspondência da situação imediata entre a enunciação ou ação e efeitos desta enunciação/ação no momento de sua ocorrência. Assim, os efeitos perlocutórios não demandam só um espaço e um tempo síncrono para que haja reconhecimento de “verdade”.

“Verdade”, para Austin (1990), tem equivalência de verossimilhança, ou seja, de reconhecimento de sentido entre a disposição de significantes, codificação de signos e descodificação/interpretação para a produção de sentidos por efeitos percebidos no mundo. Portanto, o que preocupa mais à Austin são os tais efeitos de verdade. A contribuição de Derrida (1990) é ver o fato de se tentar forjar a verdade pela manipulação conceitual em sua aparência.

Os enunciados desinformativos têm efeitos locutórios pela retórica, mas não efeitos perlocutórios em relação à verdade; podem ter efeitos perlocutórios aos efeitos de verdade. Mas, verdade e efeito de verdade não são as mesmas coisas. A verdade tem finalidade empírica.

Desinformadores podem simular a aparência do jornalismo, inclusive falseadamente manipulando imagens para parecer que a informação distribuída por eles vem do jornal; buscam dissimular o real, como diria Jean Baudrillard, isto é, apresentar um hiper-real como ‘o real’.

Em relação à verdade, enunciados são locutórios – é como contar estória, uma ficção. Mas, para quem acredita e age a partir disso, são atos perlocutórios – infelizmente, a finalidade de convencimento foi alcançada; não seriam perlocutórios em relação à concretude e empiria.

Ora, se o convencimento é o mais importante, independente da verdade, a finalidade de convencimento pode ter seu “sucesso performativo” (Austin, 1990). Isso é muito preocupante. Rastros da desinformação podem ser convertidos por desinformadores em significantes e, depois, pela interpretação/recepção comunicacional, em signos – mas, só como “pura” retórica.

Aqui, o jornal apresenta a contrapartida: convoca ao discurso fontes divergentes ao *tratamento precoce* e dispõe inscrições de posicionamentos de suas fontes como rastro de prova. Tais posicionamentos divergentes são descritos por tempo, espaço e lugar de fala institucional, que reforçam a legitimidade dos argumentos das fontes somada à legitimidade prévia do jornal.

À saúde coletiva, interessa identificar como a produção de verdades por seus objetos ocorre pelas atuais lógicas tecnoinformacionais e socioculturais, considerando que seus efeitos podem induzir populações/sujeitos a agirem com base em informações por uma lógica indutiva: não importa a verdade das proposições, e sim, que finalidades sejam atendidas por efeitos de

seus usos; por não haver interesse dos interlocutores em buscar a correspondência entre os elementos semiológicos de enunciados em enunciações/ações e os efeitos concretos no mundo.

Fontes *pró-tratamento precoce* buscaram induzir ao convencimento, contando com pré-disposições ideológicas amparadas nos radicalismos políticos como condição de possibilidade para que sujeitos evitassem a empiria – bastaria só a “constatação” na aparência de verdade.

1. 2 Fontes contrárias ao *tratamento precoce* tentam relacionar atos de fala, eventos e espaço-temporalidade dos fatos. Em algumas circunstâncias, chegam a reiterar a contextualização para identificar os argumentos pró-(hidroxi)cloroquina e contra-argumentar por contextos factuais.

O tempo da ciência e do jornalismo geralmente não são coincidentes no *modus operandi*. A ciência demanda intervalo de tempo maior para desenvolver pesquisas e apresentar teses/resultados empíricos. Já o jornalismo tende a demandar um tempo mais acelerado para fazer atualização discursiva sobre a produção de verdades a partir dos fatos. Contudo, o estudo identificou que a pandemia de Covid-19 abriu uma exceção. Há implicações práticas nisso aí.

A ciência precisou correr contra o tempo para pesquisar alternativas disponíveis, descartar as que não seriam eficazes e concentrar esforços na que fosse viável, haja vista a progressão de mortes e mutação do SARS-CoV-2. Entretanto, com a aceleração da comunicação e da divulgação científicas, os erros ou imprecisões científicas - inerentes às etapas do processo científico - foram retoricamente muito explorados por desinformadores.

Pelo tempo futuro em relação às publicações presentes e passadas, isto é, via historicidade, os cientistas e jornalistas tentaram rever erros/imprecisões e comunicar sobre eles apresentando alternativas e perspectivas de avanço em desenvolvimento ao longo do tempo.

Desinformadores tentaram apagar inscrições ou sugerir aos interlocutores que apagassem inscrições do que concretamente era feito após a constatação dos erros/imprecisões, ainda que houvesse aquelas tentativas de cientistas e jornalistas responsáveis para aí intervir.

Ou seja, desinformadores manipulam a disposição de significantes espaço-temporais contando com pré-disposições ideológicas de interlocutores para produzir sentidos inverídicos. Aqui, adeptos aos movimentos antivacina e negacionistas à ciência podem muito se identificar. Estas pré-disposições são as ordenações ideológicas – de que veremos nas considerações finais.

Como estratégia, novamente fontes contrárias ao *tratamento precoce* buscam rastros de factualidades para reforçar o que enunciam – e assim procedem retomando as relações de espaço, tempo e sujeitos/espacos institucionais legítimos. A F. de São Paulo dispõe dos argumentos destas fontes, mas até sugerindo aos leitores que percorram inscrições da verdade, reunindo rastros e produzindo significantes que possam orientar estes leitores em tal busca.

A localização das etapas do processo científico para relacionar o conteúdo de afirmações com os momentos históricos dos fatos coincide com as fases I, II e III apontadas nesta pesquisa – assim, de contextualização do jornal para tornar visível/enunciável o que “acha” que pode ser “verdade”; e de contextualização nossa à contextualização do jornal sobre a controvérsia e seus correlatos para verificarmos como a produção de verdade da Folha ocorre neste entremeio.

*2. Verificar táticas e estratégias adotadas pelo jornal para realizar a avaliação de veracidade de informações referentes à controvérsia sobre o uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 frente aos processos de desinformação.*

- As intertextualidades sugerem ao leitor fazer o movimento entre um texto específico/principal, datado naquele dia/horário de publicação, em relação a outros momentos – anteriores, contemporâneos e posteriores à pandemia. Este movimento textual implica centralmente na produção de sentidos entre o que é verdadeiro, falso ou impreciso durante uma pandemia.

Os usos da hipertextualidade na *web* foram/são fundamentais para o jornalismo digital da Folha. Constitui um recurso que possibilita ao jornal organizar discursivamente um texto, mas fugindo de uma linearidade. Permite ao leitor exercer uma autonomia direta de leitura e construir sentidos a partir do percurso que o jornal sugere ao leitor seguir. A escolha é do leitor.

E foi explorando este recurso técnico que a Folha contou com intertextualidades para contextualizar os leitores a partir de um movimento entre um texto e outros a eles relacionados.

Pode ser um subsídio para que o leitor tenha à disposição o roteiro que lhe possibilite relacionar o que se fala em relação às fases da pandemia e assim chegar à “verdade” que busca. Como vimos anteriormente, as etapas do processo científico e o curso dos acontecimentos que extrapolam a ciência andaram bem compassados. O leitor é quem faz o movimento intertextual.

Se o leitor faz o movimento intertextual, não só pode produzir sentidos “verídicos” ou até contestar desinformadores, mas ainda verificar posicionamentos da FSP nos atravessamentos de fatos pela duração do tempo, à medida que o jornal expõe posicionamentos. A contextualização exposta é aí reforçada – não à toa, diz o jornal: “veja como investigamos”.

Aqui, durante a pandemia de Covid-19, a FSP se dizia defensora da ciência e da vida. De modo que o leitor poderia chegar a esta constatação e ter o reforço diário à sua memória, por informações produzidas/mediadas/disponibilizadas em notícias no *website* e redes sociais.

Os hipertextos da *web* constituem um arquivo a ser sempre acessado, a qualquer tempo e espaço onde o desejo pela verdade sobre a pandemia de Covid-19 instar os leitores da FSP – inclusive, em tempos futuros em que nosso desejo não seja somente pela doença por si mesma.

É possível observar como o jornal e suas fontes se posicionam no que tange às condições de vida de populações/indivíduos em relação à Covid-19. Todavia, outros objetos de saúde/doença que tenham correlatos comuns ao que vivemos através da Covid-19 podem ser acessados no tempo futuro. E esse distanciamento da experiência para se ter uma consciência histórica é importante para compreendermos expectativas que se tinha antes (Koselleck, 2014).

A negligência não é só à malária, mas às condições de vida de populações/cidadãos e de acesso à saúde. A contextualização jornalística sobre (in)eficácia farmacológica da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 ocorre num presente que se atualiza em relação ao passado.

Mas, agendas de saúde pública podem ser mantidas à margem. Os correlatos da malária podem nos indicar estes fatos. Consideremos aí as redes de interesses - das fontes, mas também do jornal. Da malária à Covid-19, o que há em comum antes, durante e após a pandemia?

Assim, enquanto o foco da avaliação de veridicidade do jornal Folha de São Paulo está no objeto Covid-19, as mesmas propriedades da linguagem, incluindo o dialogismo potencializado pelas inter/hipertextualidades da *web*, nos permitem ver o que não está posto no discurso como objeto de avaliação de veridicidade; e sequer, ou pouquíssimo, como correlato.

Confirmando o que fartamente discutimos nos capítulos 1 e 2, a linguagem produz esta condição de avaliação nossa à avaliação de veridicidade suposta por este jornal. A linguagem nos produz enquanto sujeitos analíticos a partir de uma historicidade que o nosso presente nos permite assim sermos/fazermos em relação ao passado, através dos textos/discursos no mundo; mas também projetando o futuro, ou ao menos especulando um *vir-a-ser* pelo que desejamos.

À saúde coletiva, significa que podemos ver, por um objeto discursivo, por exemplo, se/como os processos de determinação social, em relação a um objeto de saúde, podem ser tencionados ou forçados a serem vistos no/pelo protagonismo de agenda pública daquele outro - mesmo que tenhamos que buscar seus rastros inscritos mas não enunciados naquele palco em que a avaliação de veridicidade ocorre pelo objeto que está em protagonismo de cena.

O que o jornal F. de São Paulo deseja enquanto saúde para além da doença do 'momento' e como sentidos de saúde, doença e risco estão implícitos/explicitos nessa projeção?

O próximo objetivo a ser discutido a partir dos seus resultados nos mostra ainda mais de perto como esta relação espaço-temporal perlocutória implica na significação que buscamos enquanto resultado de pesquisa na saúde coletiva – e, por isso, nos alongaremos um pouco nele.

Compreendemos como a linguagem se especializa no jornalismo, embora considerando as lógicas de mediação mais amplas que envolvem sujeitos em redes sociotécnicas pela *web*. Os modos de uso da linguagem tiveram reconhecimento aos desinformadores e informadores. As disputas nestes entremeios têm como resultante a produção de sentidos pelo objeto de saúde.

3. *Compreender sentidos de saúde, doença e risco explícitos/implícitos na historicidade comunicacional dessa controvérsia e seus correlatos, contextualizados pelo jornal FSP através de significantes espaço-temporais.*

3.1 Vimos que algumas fontes tem certo controle em relação ao que diz ao público ou ali oculta. Em relação às fontes: David Uip relatou em testemunhar sobre seu uso da (hidroxi)cloroquina, até que desinformadores tentaram e conseguiram “arrancar” deste médico a confissão de ele ter usado o medicamento, após vazamento de informações que se tornam objeto de ação na Justiça.

Desde o início, o médico Kalil Filho confessou ter usado estes medicamentos. Os sentidos de uso da (hidroxi)cloroquina à Kalil Filho e Uip, enquanto tecnologia biomédica eficaz, tiveram um reforço por contextualizações, estas que desinformadores tentavam apagar.

A disputa retórica foi “comprada” pela Folha. Quando Uip teve seu segredo forçado a ser aberto, contou com o reforço do jornal: o médico-paciente com Covid-19 teria feito uso quando, há um ano antes de tudo vir à tona, o mundo vivia sob controvérsias sobre alternativas farmacológicas, que incluíam a (hidroxi)cloroquina, até as vacinas serem produzidas/aplicadas.

O jornal manteve hipertextos com disposição de significantes a serem reunidos por leitores – apesar do pânico moral no contexto de risco, instado até pelo Presidente da República. Estaria implícito um contexto que desinformadores tentavam ignorar; evitar o explícito.

Eles sugeriam que os interlocutores ignorassem quaisquer inscrições que a ciência e o jornalismo tentavam enunciar – novamente, constatamos que a relação entre textos e o que lhe é exterior produz uma verdade. Em momentos de risco, compromete a comunicação de risco.

Não é tarefa da pesquisa buscar não-ditos a cada enunciação – o referencial teórico dos capítulos 1 e 2 sugere evitarmos isso. Quem está fazendo tal movimento são os médicos e FSP.

A FSP tentou transformar o não-dito sobre o uso da (hidroxi)cloroquina em prova de posicionamento do então Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino – ele não enunciou que reprovava o *tratamento precoce*; disse que respeita a autonomia médica. E só...

Mas, o jornal colocou o posicionamento da Ministra da Saúde, Nísia Trindade, como se este também fosse o posicionamento de Dino, até textualizar que o ex-governador do Maranhão era contra o *tratamento precoce* – em vários espaços/tempos diversos, Dino reforçou abstenção.

Quando Kalil Filho foi inquirido por supostas posições ideológicas apontadas por adversários, o jornal enunciava que não teria informações suficientes para expor sobre esse médico do Sírio-Libanês – empreendimento que compra espaço publicitário da F. de São Paulo.

Até então, observamos a contextualização do jornal em relação às fontes, pelos textos. Agora, ao jornal: contextualizemos a contextualização da FSP – uma metacontextualização.

3.2 Da mesma forma que os leitores podem ter diferentes posicionamentos a cada leitura e momento de leitura sobre o posicionamento de terceiros, os sentidos implícitos ou explícitos conta com a percepção de um tempo público – em diálogo com Heidegger, tratamos desta noção na seção 1. 3 como condição da historicidade de uma controvérsia nos/pelos espaços/tempos.

Em termos práticos, consideremos que a percepção da pandemia enquanto se vive será diferente após a pandemia – quem faz pesquisa direta com humanos, por exemplo, reconhece que essa produção de sentidos pelos sujeitos muda; entrevistas empíricas podem indicar isso. Falar sobre a experiência enquanto se vive é diferente de falar sobre a experiência após vivê-la.

O **foco na doença** enquanto objeto de atenção pública representado no/pelo jornal sugere que a Folha reconhece a percepção de sujeitos aos processos de saúde/doença com pré-disposições amplas: de extremismos ideológicos às subjetividades em contextos de risco – vimos em revisão de literatura, na seção 1. 3; Lupton (2005) aprofunda sobre este fenômeno.

Aqui está nossa inscrição na abordagem de comunicação, história e saúde: no rastro. Consideremos os esforços dos domínios da ciência e do jornalismo – do primeiro, em buscar a solução para um problema de saúde pública, a tecnologia biomédica contra o vírus e a doença; do segundo, colocar em visibilidade e enunciabilidade esta intervenção, sua verdade mostrada.

Um jornal também conta com as pré-disposições que podem levar até mesmo os próvacinas a focarem atenção à erradicação de um único vírus e prevenção à doença, a Covid-19.

Anteriormente, vimos pela presunção do exercício de um panóptico seletivo, de quem a FSP antecipa/pressupõe posicionamentos sobre o *tratamento precoce*; ou escolhe não pressupor e diz “não temos informações suficientes” sobre a posição do médico do Sírio-Libanês.

Agora, vale focarmos nossa atenção a um outro tipo de seletividade: uma defesa da ciência, da saúde e da vida em função de uma doença num dado momento histórico, pandêmico.

Se avaliação de veridicidade pelo discurso relatado de terceiros teve na contextualização jornalística o método de “produzir” verdade, ainda que o jornal o dissimule se apresentando como “mediador”, assim procedeu por reunir rastros, transformá-los em significantes e disponibilizar ao público como prova da sua verdade – e tentar alimentar a busca de terceiros.

Por outra perspectiva, da saúde coletiva, observamos como é problemático situar intervenções em saúde e a produção de sentidos sobre saúde enquanto ausência de uma doença.

Durante a pandemia de Covid-19, coinfeções entre Covid-19 e outras doenças virais se proliferaram por aí. E apesar de esta pesquisa não listar uma a uma, pesquisadores de todo o mundo, mas sobretudo do Sul Global, empenharam esforços para ir atrás dos rastros dos agentes virais e registros ou falta de registros das doenças que lhes são correspondentes, suas inscrições.

Embora a Covid-19 estivesse no centro de visibilidade numa pandemia, o mundo concreto não está reduzido apenas ao que *só se fala por aí...* As hipóteses ou teorias de agendamento midiático, de que vimos na seção 3. 3, indicam que há hierarquias de atenção pública e não necessariamente apagamento dos demais objetos de agenda na opinião pública.

Ainda assim, quantas vezes, décadas depois, repensamos sobre um ou mais temas de telenovela da Rede Globo ou de um filme – e ali identificamos possíveis marcas de racismo, misoginia, capacitismo, LGBTfobia, xenofobia, gordofobia e etc não ditas na/pela TV?!

Não quer dizer que sempre um futuro em relação ao passado é de “evolução” social – este movimento de consciência histórica não é ou deveria ser positivista/linear; para uns, o passado é “melhor”, por exemplo [uma espécie de saudosismo com base em experiência do eu].

O que está em questão aqui não é se o passado, presente ou futuro é melhor ou pior. E sim, o que nos permite ter consciência do processo histórico pelo que está disponível para fazermos este movimento interpretativo sobre o mundo em que vivemos, sobre nossa existência. Sobretudo, quando a construção de verdades, produto de interpretação feita por cada sujeito, tem como base legítima o que instituições dispõem/validam de informações e conhecimentos.

Ainda assim, a reflexão que a pesquisa traz não diz respeito apenas a um existencialismo que filósofos se propõem a fazer; ou da sociologia, em relação a grupos sociais específicos; ou nem mesmo só da própria história, para contar algo de um “passado”; ou só do jornalismo.

A construção discursiva do ‘real’, embora articulada às outras práticas do mundo que estão além da linguagem, é produto de uma linguagem pela qual interpretamos e reconhecemos coletivamente através de nossas instituições, para validar ou refutar teses enquanto verdade(s).

Se a Saúde é coletiva, infectologistas, farmacêuticos, toxicologistas e outros profissionais foram responsáveis por ver o que um jornal mostrava em sua cobertura midiática, sobre condições de vida e gestão da saúde que excediam aos signos da Covid-19, mas não postas em enunciado dito em relação às outras doenças e respectivos processos de agravo e/ou morte.

Se alguém me questionasse se eu estaria adiantando resultados de uma pesquisa para falar o quanto a malária é negligenciada, poderia dizer que eu estaria apenas buscando confirmar o que meu trabalho exploratório de campo já me apontava – dados da OMS e de vários pesquisadores seriam suficientes para que a pesquisa fosse encerrada ali, por exemplo.

O máximo que iria acontecer é ser acusado de fazer uma análise do discurso aprisionando textos para comprovar uma tese que já tem sido defendida por aí – crítica necessária a ser feita. Também concordaria com o diagnóstico: a comunicação não deve ser reduzida à “ferramenta metodológica” para comprovar o que pressupostos de outros campos “indicam” em interface à saúde coletiva - mesmo da sociologia, da filosofia, da história etc.

Mas, como aponte na seção 1. 6 deste texto, é preciso ir além. Ver o que há de singular e que justifica o desenvolvimento deste estudo e pode ser apontado como relatório de pesquisa em relação a um recorte empírico; um ‘singular’ de linguagem na/da pandemia de Covid-19.

Este que não é só do jornalismo. Mas que, ainda assim, demanda nos atermos às especificidades do campo. E me adianto: pelo qual se produz verdades em saúde a partir dos seus modos de uso da linguagem. Uma linguagem que se atualiza, aqui, com a desinformação.

E aí está nossa estratégia em começar pelos textos de base I e II como recorte específico sobre modos de como fontes contextualizam/descontextualizam teses; e como o jornal usa táticas/estratégias discursivas para contextualizar a contextualização de terceiros. Isso tem efeitos à produção de sentidos, diretamente por uma controvérsia e/ou por seus correlatos.

Aponte enquanto resultados de pesquisa nessa historicidade comunicacional em saúde: como sujeitos se posicionam em relação ao uso de medicamentos para tratar da doença e seus desdobramentos públicos desta controvérsia, e como suas concepções de saúde, doença e risco são implícitas no uso privado de uma tecnologia biomédica, até daí produzem subjetividades.

Como sujeitos se constroem por representações culturais que dizem sobre o objeto de saúde, mas também sobre si-mesmo, *self*: é outro resultado. Vide narrativas de adoecimento dos médicos: relação público-privado/íntimo com efeitos na/para validação de verdades.

Mas há algo implícito na contextualização jornalística da F. de São Paulo a destacarmos: a invisibilidade dos processos de adoecimentos simultâneos e concomitantes à Covid-19, que já eram anteriores a essa pandemia, mas coexistiram e até continuaram após esta crise sanitária.

Coinfecções representam inscrição de fenômenos de saúde/doença que se materializam no corpo humano, como também e por isso, ao que é anterior à doença: o lugar de vulnerabilidade de sujeitos em relação aos seus modos de vida precários e ao colonialismo negligente e perpétuo. E, portanto, como produto da história não-contada enquanto ‘verdade’. Sejamos mais diretos ao ponto: há sujeitos históricos postos à margem de “contextualizações”.

Quando Manaus (AM) viveu o ápice da crise sanitária, reconhecido até pelo presidente que negava a ciência e o próprio fato de existir uma pandemia, encontramos no mesmo espaço geográfico o encontro mútuo entre a endemia de malária e a pandemia de Covid-19. Juntas.

Em comum às agências da malária e da Covid-19 está a tese central reiterada pela F. de São Paulo: (in)eficácia da (hidroxi)cloroquina. Retomo outro fator implicado na problemática explícita nesta pesquisa: a diferença de agendamento midiático do jornal em relação à doença e às agendas de saúde pública que lhes são anteriores, entre malária e Covid-19.

Não me refiro só à diferença quantitativa, embora extremamente desproporcional, mas, também, qualitativa: de quem “merece” ser sujeito da história contada, na lógica desse jornal.

Em pesquisa no buscador de textos do *website* da F. de São Paulo, só uma matéria coloca duas doenças como entes implicados um ao outro pelo correlato comum, a (hidroxi)cloroquina. Aborda sobre o adoecimento por malária de uma atriz da Rede Globo de TV, mas tendo como foco principal disputas retóricas/discursivas de Camila Pitanga com possíveis desinformadores.

Desinformadores estariam publicando *fake news* alegando que a atriz estava com Covid-19 e que, por isso, ela fazia uso de cloroquina para tratamento contra esta doença pandêmica. Pitanga chegou a publicar uma receita médica em suas redes sociais, de acordo com o jornal, como prova de que ela e sua filha estavam se tratando da infecção por malária e não por Covid.

Esta foi a única matéria em que a Folha tematiza sobre a malária com maior profundidade. Embora, ainda ali, o jornal não avance na cobertura midiática para pautar sobre coinfeções que ocorriam em todo o Brasil, sobretudo entre doenças negligenciadas e Covid-19, que se agravavam/agravam mutuamente e eram estudadas e relatadas por cientistas.

Pelo texto de base III, refletimos não só sobre a morte de uma pessoa enquanto ápice de uma doença pandêmica, a Covid-19, mas inscrições de condições materiais e históricas que colocam um sujeito como possível vítima de infecção por malária no território pandêmico.

Não há uma determinação desta pesquisa aqui para atestar que o sujeito faleceu por malária e Covid-19. E sim, que a virtualidade da doença está nas condições de vida de sujeitos e populações que historicamente experenciam a precariedade negligenciada por Estado e sociedade, e silenciada no/pelo jornal. É um tipo de pacto “normal” velado na/pela negligência.

Foi possível observar a descrição das condições de vida de Rocimar dos Santos em relação à Covid-19 – visíveis, enunciadas e até ditas pela FSP. De imediato, nosso ímpeto sanitarista deduziria que o jornal fez o exercício do ‘bom’ jornalismo, isto é, expôs uma verdade para além da doença, a Covid-19, fugindo de uma redução hospitalocêntrica da Saúde.

Contudo, mesmo reconhecendo que não é possível a um sujeito ou instituição perceber e falar sobre tudo pelo que prezamos, há interstícios da realidade que podem ser percebidos, inclusive via linguagem; materializada até mesmo quando não há intenções de se visibilizar.

O que a Folha não mostra não é só sobre a malária, por si só, mas sobre demandas da saúde pública que diretamente envolvem as dificuldades em se fazer diagnóstico para saber se uma pessoa está realmente infectada pelo vírus, o *Plasmodium*. E há outras demandas aí...

Se equipes de saúde de um território estão preparadas para fazer este diagnóstico e conduzir um tratamento adequado conforme histórico de saúde de cada paciente e possível família com quem vive, como e por quê uma pessoa abandona o tratamento contra a malária?

Por que e como medicamentos adotados no tratamento à malária se tornam resistentes ao vírus e há poucas iniciativas públicas e privadas interessadas em intervir nisso e por isso?

Aliás, por que nunca houve e não há sequer uma vacina e não há interesses coletivos no mundo para produzi-la e facilitar seu acesso vacinal? Por que muitas pessoas se automedicam, com base em sintomas que têm, sem diagnóstico clínico? Por que regiões não endêmicas à malária são aquelas com esmagadoras condições de letalidade? São muitas lacunas em aberto...

Há outros fatores epidemiológicos/clínicos relacionados diretamente à pasta Saúde.

Como também há outras séries de fatores relacionados à saneamento básico, incluindo esgotamento sanitário por domicílio ou pavimentação de drenagem dos córregos nos municípios de todo o Brasil; revitalização de rios; contenção de encostas; alimentação; acesso à cultura; reconhecimento de identidades, individuais e coletivas; salários dignos; (re)distribuição equitativa de renda; enfim, sobre investimentos públicos e privados para que a vida não seja determinada pelo produto das desgraças capitalistas de quem acumula capital.

Recomendo ao(à) leitor(a) que faça um exercício. Observe matérias jornalística da Folha e mude o nome do objeto: de Covid-19 para o de outras doenças – sobretudo, as negligenciadas!

É um exercício para se pensar: por quê, com a Covid-19, o jornal parecia “bem” mostrar demandas que, até então, não víamos/vemos em relação a outras doenças – até as que, factível e fatidicamente, coexistiram/coexistem; materializadas nas muitas mortes, em vários espaços...

Diversas pesquisas não dão conta de colocar comparativos de agendas em perspectiva. Talvez alguém possa inferir que o estudo demanda maior materialidade de textos jornalísticos ou aprofundamento de análise com maior reforço de materiais. Perspectiva de trabalhos futuros. Ainda assim, a articulação desta com aquelas pesquisas referenciadas continua válida.

Por isso que, na seção 3. 3, há um reconhecimento de pesquisadores e OMS sobre coinfeccões. Na perspectiva de comunicação e saúde, as materialidades ou falta delas no/pelo jornal é um ponto de análise a estas demandas, entre os jogos de visibilidade e enunciabilidades – aqui, o estudo cumpre sua missão, ao evidenciá-los e, por eles, discutir “verdades” em saúde.

**4. *Por uma construção teórica e análise empírica, discutir sobre responsabilidades mútuas ao jornalismo e saúde coletiva na/pela validação de “verdades” contra desinformação em saúde.***

As responsabilidades mútuas ao jornalismo e ciência/saúde coletiva estão implicadas na produção de verdades enquanto testemunho histórico de uma pandemia. Mas, também, ao que é anterior, contemporâneo e continua posterior a esta/àquela crise de saúde pública global. Priorizando a doença e não a saúde em amplas dimensões, a F. de São Paulo e fontes expostas por este jornal se eximem das responsabilidades de falar/agir por demandas ao que se espera na perspectiva de promoção da saúde; no máximo, tentam fazer prevenção à doença, Covid-19.

627 mil pessoas morreram por malária em 2020, no mundo. Em 2019, foram 409 mil, segundo a OMS (2021). Na subseção 3. 4. 4, observamos como pesquisadores colocaram rastros da malária na agenda de estudos, até traduzirem o que antes seriam “só” inscrições enquanto doenças e mortes à margem dos sistemas de saúde dos cinco continentes - e no Brasil, inclusive!

Não está sendo dito que não havia registros de doenças negligenciadas no mundo. Embora as subnotificações de doenças negligenciadas ainda ocorressem durante esta pandemia. Mas, também, tais doenças não eram consideradas como agravantes à Covid-19 e vice-versa. A pandemia impactou diretamente no controle “epidemiológico” [social] aos negligenciados.

Por isso, neste momento, proponho pensarmos no que está por trás de doenças – humanos e não humanos que coabitam e constituem este mundo. É uma perspectiva holística.

Até um vírus ser identificado em contato com humanos, há uma série de fatores que condicionaram este encontro vírus-humanos. Poderíamos aprofundar a discussão sobre a saúde em sentido amplo, como Sérgio Arouca propunha – retomaremos isso nas considerações finais.

Contudo, até aqui, vale considerar que, por mais que cientistas se esforcem para colocar em evidência o que continua em silêncio nas agendas de saúde por aí, precisamos retomar as relações entre jornalismo, ciência e saúde para pensarmos na produção de memórias em saúde.

Quando a Folha presume se posicionar do lado “certo” da história, ou “a favor” da ciência e da saúde, questionamos: se a ciência é este mesmo domínio enaltecido para fortalecer o argumento de tese reiterada sobre a (in)eficácia da (hidoxi)cloroquina à Covid-19, por que o jornal silencia e mantém em silêncio o que cientistas do Sul Global têm apontado, com rigor científico, sobre doenças negligenciadas? “Filiação” à ciência depende da agenda de pesquisa?

Até a malária e outras, que coexistem e criam condições ou são dialeticamente condicionadas para/por fatores de determinação socioambiental e econômica, são objetos de procedimentos que reforçam os ritos da ciência paradigmaticamente “normal” (cf. Kuhn, 1998).

Se a questão é complexa e não precisa ser respondida nesta pesquisa, ao menos coloquemos o contextualizador “contra” a linguagem e o mundo de que/onde contextualiza.

Ao passo que o jornalismo faz uso da linguagem, na presunção de combater a desinformação - para relacionar textos e eventos a partir das referências de espaço, tempo e sujeito implicados em controvérsias -, deixa em aberto lacunas de visibilidades do que não enuncia/não diz sobre negligências por outros objetos de saúde/doença mutuamente implicados.

Então, o que a contextualização jornalística mostra e/ou diz sobre a construção de “verdades” em saúde frente à controvérsia em estudo? Esta é a questão investigativa do estudo. A seguir, retomamos o objetivo geral para situar o que realmente está em questão aqui. Porém, e por isso mesmo, é a partir deste objetivo geral que temos uma tese de comunicação e saúde.

**Objetivo Geral:** *Observar e descrever como estão sendo realizados os processos de contextualização jornalística do jornal Folha de São Paulo (FSP) a partir da controvérsia quanto ao uso da (hidroxi)cloroquina contra a Covid-19 no Brasil (2020-2023).*

Uma performance acontece sincronicamente em relação ao público que participa da construção e execução desse roteiro. Mas, também, diacronicamente: este público continuará elaborando sentidos e partilhando com outros públicos, em diferentes espaços e tempos – até sem perceber.

**TESE:** a contextualização da Folha sobre o uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19 pode ser revisitada por sua visibilidade, enunciabilidade e ditos, nos permitindo ver a saúde pública em relação a outras doenças e as agendas que lhes são inerentes enquanto determinação social.

No capítulo 1, iniciamos pela perspectiva em que vemos fenômenos por discursividade. No capítulo 2, em articulação ao capítulo anterior, refletimos sobre a possibilidade de inverter a análise: ao invés de apenas contextualizarmos, vemos a contextualização de alguém como produção de verdade enquanto testemunho histórico, isto é, de memória. Demos tal passo atrás. Duas propriedades da linguagem admitem este movimento: dialogismo e disposição do rastro.

Pelo dialogismo, é possível que uma pessoa ou instituição produzam uma informação com base no que antecipam de avaliação ao destinatário, de modo a planejar no discurso o que/como querem ser interpretados. Pesquisas de avaliação de públicos do jornal reforçam isso. Até que a informação seja interpretada na recepção, ainda é disposta como rastro inscrito; *significante*, quando uma pessoa lê; *signo*, quando interpreta e formula conceitos sobre o tema.

Por contextualização ou descontextualização, o intérprete pode manipular significantes e associar signos pela melhor forma que lhes ajude a compreender. Pode tirar algo de contexto por associação significativa, e produzir sentidos e mais sentidos. Isso é inerente à comunicação.

O arranjo/forma de disposição de significantes influencia no planejamento intencional. Na descontextualização desinformativa, o sujeito/instituição faz este arranjo sem compromisso ético com a concretude/empíria. O que motiva-o é seu estatuto ético às ações – aqui, de saúde.

Ao fazer a contextualização sobre uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19, a F. de São Paulo reúne significantes de espaço, tempo e lugares institucionais de validação de suas fontes como reforço à tese que estas fontes defendem e que acabam sendo apropriadas pelo jornal para demarcar posicionamentos diretos e correlatos ao objeto de saúde/doença de que contextualiza.

Mas, desde a pandemia, cientistas do Sul Global mostram negligências. Por rastros. Desconstruir normalização de negligências são seus usos de linguagem para (re)contextualizar. A desconstrução dos conceitos de saúde restritos à Covid-19 é performance de cientistas, sobretudo do Sul Global, a forçar abertura de controvérsias nos/entre novos contextos possíveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em crítica a alguns proselitismos marxistas de “luta de classes”, Raymond Williams (1979, p. 113) reconhece forças difusas que movimentam disposições de sujeitos/grupos no processo social total e põem em xeque expectativas de domínio “único” num poder central.

Estudos Culturais Britânicos e, com diferenças, Estudos Culturais Latino-Americanos, inauguram uma perspectiva fundamental que nos possibilita deslocar um olhar sobre o poder a partir do conceito de hegemonia proposto por Antonio Gramsci. Com “avanços” [distinções].

“É todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo”, diz Williams (1979, p. 113). E que associa às disputas na e pela representação, sobretudo cultural (Hall, 2016; 1997), pela qual convenções são significativamente erguidas e o poder é exercido.

Foucault (2021a, p. 278-295) se refere às dinâmicas microfísicas em que o poder é relacional, capilar e ascendente. É porque o poder não é exercido nas práticas sociais sem que sujeitos internalizem o poder ao qual exerce e/ou a ele se oponha. À cada indivíduo, sua psiquê.

Mas Butler (2020, p. 28) reconhece que até “Foucault diz muito pouco sobre o tema da psiquê”. Daí a autora, com Foucault, e agora em diálogo à Freud e Lacan, propõe pensarmos “A vida psíquica do poder”. Bakhtiniana, Authier-Revuz faz leitura similar a estes dois.

Não se trata de internalização do poder como reatividade do sujeito, de uma dimensão “interna” contra a “externa”; algo estanque ao ser. E sim, como a construção da realidade está passível de transformações a partir das *ressignificações* que o poder faz provocar e é provocado. Como também, e por isso, o poder opera por regimes de verdade num momento histórico (Foucault, 2021a) [vide subseção 1. 1. 1. 1]; pelo que aí se pactua de convenções de toda sorte.

Na atual era de pós-verdade (Dunker *et al.*, 2019), tanto o jornalismo quanto os processos de desinformação lutam por legitimidade e reconhecimento, sendo estes os produtos de ordem social e psíquica sintetizados a partir de disposições ético-políticas a cada sujeito.

Disposições que não determinam o que/quem seria reconhecido(a). Objetos do desejo demandam pulsões, por vezes, contraditórias. Esperar *consciência sanitária* sem considerar mecanismos em que o neoliberalismo opera nos *corações e mentes* é ingenuidade, por exemplo.

Há uma disputa de representação [vide seção 1. 4]. Cada sujeito busca se sentir/crer que está sendo representado(a) pelo que entende como “os seus” valores e princípios. Contudo, disputa também pela história – de que se acredita ser ‘A História’ e ‘a verdade’ para si.

A presunção de que o que está escrito no jornal é a história - conseqüentemente o que não está ali demarcado nos caracteres/imagens/sons “não ocorreu/não é história” - foi abalada.

Histórico não seria objeto passível de vir à consciência em experiências na duração do tempo? Se o jornalismo é desafiado do posto de mediador de consciência histórica e, ainda assim, presume fazer história pela enunciação sobre fatos, operada em textos via linguagem, como a crise se resolve, se delegamos a este campo/prática tal missão num regime democrático?

Demarcar tal crise é importante, porque é nela que está um correlato: a crise da verdade. Felman ironiza (2022, p. 180): “O que faz, então, a história são, paradoxalmente (como o humor), as coisas que não têm história”. Quem são negligentes e os negligenciados da história?

É sobre o que apontou a pesquisa historiográfica comunicacional de Barbosa e Rêgo (2017), também, e com a qual dialogamos aqui em relação aos usos da linguagem feitos por sujeitos a partir das “coisas” que lhes estavam disponíveis para se fazerem representar e existir.

Estes sujeitos são retratados no estudo das autoras em relação ao contexto escravocrata do Brasil, (re)constituído aí em pesquisa. Por muito tempo, esquecidos pela historiografia e expropriados do reconhecimento de existência. Estudos decoloniais muito nos lembram isso.

Dentre muitos temas agendados na/pela opinião pública, McCombs (2004) buscou entender como alguns temas se tornavam salientes. Assim, movimentos negros nos EUA representam(ram) tentativas de se fazer a própria história. E paulatinamente foram/são tema de diálogo boca-a-boca; até serem/estarem pautados na/pela mídia. Não faziam parte da história?

“A história só registra os atos teóricos ou os acontecimentos ideológicos, no interior da estrutura – sempre ideológica – de oposição ou de alternativa, mas é precisamente o fora da alternativa que faz acontecimento, que faz ato, que faz história”, lembra Felman (2022, p. 180).

J. Butler (2021, p. 60) analisa as “interpelações divinas” de Althusser (1985), em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, pela qual este autor “procurar descrever o poder de constituição do sujeito exercido pela ideologia recorrendo à figura de uma voz divina que nomeia e, por meio da nomeação, traz o sujeito à existência”. Ao reconhecimento.

Nomeação é um recurso de dissimular o poder pelo qual especificamente se exerce em relação a algo ou alguém. O poder “se apresenta como *um nome*”, lembra Butler (2021, p. 66).

Ela explica que, para Althusser, “talvez o mais importante seja considerar que a voz está implicada na noção de poder soberano, o poder emanaria de um sujeito, ativado por uma vez, cujos efeitos parecem ser produzidos magicamente por essa voz” (Butler, 2021, p. 61).

Se o ato de enunciar produziria o efeito enunciado, Butler problematiza a atribuição de poder apenas a quem enuncia – perspectiva foucaultiniana, agora em diálogo com Freud/Lacan.

Ora, quem chama só teria autoridade pelo reconhecimento de quem é chamado, ou seria ignorado(a). Esse poder tem sentidos constituídos simbolicamente a partir de elementos

culturais que subsidiam interpelador e interpelado a se reconhecerem em posições para agirem conforme a convenção que relativamente lhes põe em lugares aparentemente instituídos.

Aparentemente, pois há quem não olhe/escute e/ou, à despeito de convenções diversas, seja indiferente ao chamamento. É o dilema dos conflitos de legitimidade em que instituições científicas e jornalísticas estão atravessando, mas que também têm responsabilidade por isso: ocupar lugar constituinte, mas não reconhecido. Daí, poder não pertence ao ente. Só é exercido.

“A “dessubstancialização das nossas categorias leva a uma temporalização de seu significado”, nos adverte Koselleck (2014, p. 284). Por isso que não é razoável essencializar “posse” de poder a um campo/prática ou sujeito “x” – mesmo por uma *consciência de classe*.

Justamente porque a convenção que antecede o lugar e o “chamamento” não está fixamente posta em estruturas por entre as quais opera o poder. É movida por ações realizadas; mais que isso: ações reiteradas. Mas, sem garantias de que reiterações se tornem convenção ou que convenção se torne *consciência de classe, habitus* etc. Aliás, chamamento não é diálogo.

A dissimulação do diálogo é uma dessas táticas de que muito se valem instituições, diria Baudrillard [vide capítulo 3]. A proposta de diálogo do jornalismo traz como argumento teleológico algo com nome: a busca pela “verdade”, repetida a cada interpelação em que a enunciação ocorre e reitera uma tese. “Sedução” ao ‘*desejo da verdade*’? [Nietzsche/Foucault].

Nem por isso deixa de ser demandada por uma responsabilidade a ser factivamente exercida por quem interpela. E agora chegamos às práticas. Inclusive, a de “reportar” verdades.

A biunivocidade de saber-poder assume contornos específicos através de controvérsias. Noutro trabalho (Santos, 2022), falei das relações de poder entre CFM, médicos e a rede de atores que disputam validade de verdade. Nem sempre ‘político’ será chamado de ‘político’.

“A imprensa diária do século XIX era essencialmente o vetor da palavra do político ou do cidadão na tribuna”, lembra Charaudeau (2019, p. 168), mas considerando transformações amplas da nossa sociedade, inclusive do próprio regime democrático, que impactaram também processos/práticas de comunicação, sobretudo na produção social de sentidos (Verón, 2004).

Foi com Charaudeau que vimos como o discurso relatado traz as marcas dos jogos de poder e de linguagem, recíprocos entre si, pelos quais questões de “verdade” são atravessadas. Com isso, os problemas que se colocam para as mídias têm a ver com as características gerais do discurso relatado, pois toda escolha efetuada dentre os mais diversos procedimentos (...) é suscetível de produzir efeitos que influenciam sua credibilidade (Charaudeau, 2019, p. 168).

Efeitos que não ficam restritos só ao jornalismo, e sim, estendem-se à comunicação em sua interface com a saúde coletiva e outros campos/práticas, amplamente. Efeitos de verdade. Mas que, no jornalismo, avoca peculiaridades de que o campo/prática se vale em próprio favor.

Se o jornalismo é capaz de “encaixar” no discurso apenas o que lhe convém mostrar, mantendo sob o não-enunciável as contrapartidas do SUS em suas reivindicações, mas talvez promovendo publicidade em “notícias”, com projeção do protagonismo numa pandemia das rede empresariais Albert Einstein e Sírio-Libanês como exemplo *a ser seguido*, literalmente, nos perguntamos: quando, onde, como e por quem este lugar será ocupado, quando interesses de um veículo de comunicação não convergirem ao que demandas forjadas pela saúde pública no cotidiano apresentarem? Populações/sujeitos negligenciados continuarão como *fantasmas*?

Se a abstenção de posicionamento verbal explícito de um sujeito pode se tornar, pela construção textual/discursiva, um posicionamento a partir de estratégias de *silogismo* (cf. Gomes, 2009), do que o jornalismo pode ser capaz? Ou a alegação de (re)estabelecimento de democracia será missão de luta, mas só enquanto jogos de poder não forem favoráveis ao jornal?

Se o apoio a um Regime Militar no Brasil tem sido agora cobrado, e assim continuará sendo, as transfigurações perceptivas de que o professor Sodré se refere, em relação à produção de sentidos mediados pelas redes telemáticas da internet, apesar dos efeitos negativos, também condicionam a possibilidade de as audiências comunicacionais fazerem seus acertos de contas.

É o fenômeno com amplitude maior que o uso pelo uso de tecnologias; é a constituição de uma *sociedade incivil* (cf. Sodré, 2021), anterior à midiatização profunda em que vivemos (Coldry e Hepp, 2020), embora nesta se amplifique. O que e quem orienta as cobranças?

Isso diz respeito aos princípios de delegação: o que culturalmente se pactua, quando cobramos responsabilidade a quem, à pretexto da “verdade”, fala e exerce poder em ato de fala.

Como reitera Butler (2021, p. 72), “A responsabilidade está, portanto, relacionada à repetição do discurso, e não à sua origem”. Aqui, repetição também da negligência em saúde.

Também é preocupante, por exemplo, que a cada reiteração enunciativa em torno de uma “verdade”, outras “verdades”, embora não estejam no plano visível de representação no discurso, também sejam reiteradas a partir da propriedade de exterioridade dos enunciados – em sua relação com os processos ainda não postos em discursos, mas que *autorizam* condutas.

É não apenas pelo enunciado, mas pela reiteração do enunciado, ou seja, por um ato que performa, um ato performativo para tentar estabelecer-se *soberanamente* (cf. Butler, 2021, p. 123-172), por se falar “a verdade” a partir do saber – aqui, de uso da linguagem sobre “fatos”.

Uso investido de poder que classifica e normaliza (cf. Foucault, 2021a, p. 278-285). De que verdades se fala, sob presunção do jornalismo de agir contra “não-verdade” de terceiros? Não se trata de relativização da verdade, e sim, tensionar objetos visíveis mas não enunciados.

Quando a saúde pública de Manaus entrou em “colapso”, segundo a mesma Folha, com falta de cilindros de oxigênio nos hospitais, quem agonizou asfixiado(a) de Covid teve parceria

do Einstein | Sírio-Libanês para respirar? Então, por que coinfeções às doenças negligenciadas, como a malária, não são igualmente postas em relação de causalidade, na pandemia e além (...)?

Por isso, o jornalismo tem a responsabilidade histórica pelo que coloca em in/escrito, mas também pelo que dela não foi/não é feito escrito. Responsabilidade histórica de sua *práxis*, linguística e social - em relação de sincronicidade do tempo presente entre objetos que convém à atualidade jornalística fazer-ver/crer, mas também ao que continua às margens, normalizado.

E depois, quando convir ao jogo de interesses pactuados entre um(a) possível presidente(a) negacionista à ciência e rede privada de saúde, os jornais contarão a verdade pelo que convém fazer ver e o que manter oculto, ou depende 'de qual' processo de saúde/doença?

Entenda-se aí a rede de actantes envolvidos; e, por isso, interesses pelos quais agências deste objeto de "verdade" a ser provada suscitam. Logo, há risco de a prova de verdade ser reduzida ao que está enunciado/escrito e não à conduta de quem enuncia. Veja-se *conduta* como conjunto de ações reiteradas ao longo do processo histórico, criando/instituindo convenções.

Estamos diante de paradigmas tangentes à própria axiologia da construção discursiva de "verdades" no jornalismo, e a pandemia de Covid-19 sinaliza-os como novos desafios, epistemológicos e políticos. Porque não se trata apenas de encontrar uma verdade em si mesma.

Até meios empenhados ao idealizado destino à verdade, incluindo técnicas de comunicação/jornalismo ou procedimentos da saúde, são histórica e culturalmente construídos.

De modo que, pelas dimensões histórica e cultural, convenções são relativamente negociadas e instituídas. As convenções são este estatuto de que Butler tanto se refere, em relação à sua construção ou desconstrução, conforme a disposição e finalidade atribuídas pelos sujeitos para negociar ou romper ordens da totalidade existencial de que fazem parte na história.

Seria muito otimismo, talvez ingenuidade, se esperássemos que o jornalismo ou uma instituição de representação de grupos sociais qualquer pudessem considerar válidos princípios que hoje são taxados como propriedade exclusiva de "esquerdistas" ou "esquerdopatas"? A emergência sanitária de pandemia escancara negligências aos nossos olhos. É fato histórico.

Em diálogo com Derrida, Butler tem se esforçado para compreender como lugares constituídos pelos discursos de ódio, segmentados pelo racismo, machismo, misoginia, LGBTfobia, ao mesmo tempo que infelizmente são destinados pelas convenções ideológicas a serem ocupados por sujeitos violentados na ação odiosa, sejam também espaços para que estes sujeitos não só rompam circunstancialmente com *normalizações* biopolíticas (Foucault, 2008b) que estruturam estes lugares (por exemplo, a denúncia jurídica pela denúncia jurídica contra sujeitos de ódio; hábitos culturais situados espaço-temporalmente etc). Mas, também, a agirem (discursos também são parte disso) para desconstruírem e criar convenções contra-hegemônicas.

Ao máximo onde se puder. De modo que ideologias e ordens de poder movam-se em outros rumos que lhes forem favoráveis enquanto construção sócio-histórica. Essa é uma luta que reconheço de legítima causa! E, com Butler, também vejo ônus, mesmo que os esforços sejam coletivos – principalmente a quem vive na pele/no corpo os riscos da insurgência a que se pretenda a fazer, quando negligenciado(a)/s pela seletividade do que convém a se intervir.

Contudo, como aponte no capítulo 1, **fundamentalmente** a desconstrução/construção não é só “progressista”, no sentido político do termo. Seria de uma irresponsável inocuidade não vermos um fato em curso: a desconstrução de direitos historicamente conquistados por aqueles grupos em situação de vulnerabilidade, numa pandemia, e apenas olharmos para o centro do palco, esquecendo quem/o que está nas margens e talvez ali/aqui continue(m).

Estes sujeitos/populações expropriados de sua própria existência anteriormente à pandemia de Covid-19 - como a mesma Butler (2022) trouxe, em texto produzido durante a pandemia – também foram os que mais morreram ou perderam entes queridos.

Milhares foram vítimas de dois efeitos colaterais da (hidroxi)cloroquina e outros medicamentos que estavam no tal *kit covid* ou até fora disso (Pinheiro e Emery, 2022): desinformação; e negligência generalizada à ciência e às instituições [incluindo o jornalismo], chamada por aí de negacionismo. O diálogo com Butler é também político – não há isenção.

Descentrando o ato de fala da enunciação verbal, Butler nos instiga a pensar na construção do estatuto pelo qual os sentidos são historicamente construídos. Gostaria de frisar: esse estatuto é histórico. E, por isso, não determinado fixamente; logo, não imobilizado no tempo arbitrário de quem detém hegemonia num(a) da(ta)do presente. Estatuto é convenção.

Voltemos à linguística. Signo é a relação entre significante(s) e significado(s), segundo Suassure (2006). É convencionalizado conforme uma sociedade define-o através da cultura – bem grosso modo, pensemos com Hall (2016) num sistema que dispõe de signos aí organizados.

Retomemos o exemplo que dei na subseção 2. 8. 1. A caneta é percebida por nós através de uma convenção que arbitra sua funcionalidade prática. A caneta nos permite escrever. Assim, convencionalizamos; assim nomeamos; assim percebemos. Mesmo que a caneta possa ser usada para furar um balão, continuaremos nomeando: “caneta”. Conceito: objeto que permite escrever em superfícies por rastros de tintas, quando manuseado. Para Heidegger, seria função do ente.

Ainda para Suassure, a caneta teria uma “imagem acústica”, ou seja, há características neste objeto que, mesmo quando ele não está materialmente mais à disposição dos nossos sentidos, nos permitem criar representações dele em nossa mente - referência sobre o objeto em memória. Quando características sugeridas por significantes são remetidas à associação de seus

significados, temos o signo por essa referência. Mas, há significantes comuns que podem estar noutros signos. Logo, precisamos identificar o conceito pela relação entre significantes.

Formato, cores, sons, situação de uso (etc) da caneta são representados por significantes; ‘caneta’ ou ‘*pen*’ [na língua inglesa] é nome, também significante, que singulariza esse objeto. Um lápis permite escrever em superfícies. Mas só isso não o torna caneta. Há significantes comuns ao lápis e à caneta. A diferença de significantes que qualifica a caneta em relação ao lápis nos permite ter uma referência de caneta como objeto singular em diferentes contextos.

Pensemos ainda que a caneta deixa rastros de tinta [signo]; já o lápis, de grafite [signo] – há significantes visuais, táteis e alfativos, por exemplo, que nos remete à tinta e não ao grafite. Os significados pela associação de significantes têm por base as referências na cultura, mas que também estão em nossa memória e são acionados pela percepção – formando, assim, conceitos. O nome caneta representa, em língua portuguesa, o conceito de caneta; e nós a reconhecemos.

O “nó” entre significantes com seus significados [conceitualmente formados] institui o signo pela convenção pactuada. Daí símbolos serem signos convencionados. Para Suassure (2006, p. 86), “Um dado estado da língua é sempre o produto de fatores históricos e são esses fatores que explicam porque o signo é imutável, vale dizer, porque resiste a toda instituição”.

Mas, para Derrida (2019), o signo arbitrário de Suassure não considera que a percepção humana e as condições de correlação de significantes dependem das diferentes situações de comunicação em que usos da linguagem ocorrem. Como também de acontecimentos que podem suscitar a propositura de signos não previstos na ‘classificação’ de seus sentidos.

Por isso que Austin achou ser possível catalogar situações de sucesso performativo, os contextos, que correspondessem a enunciados com sentidos previamente convencionados. Para Derrida, anterior aos significantes, estariam rastros como possibilidade de *devoir-ser* signo: em parte, considerando a convenção já tê-lo; mas, na ação, arriscar criar outro(s) possível(eis).

O *devoir-ser* signo é entremeadado por ambiguidades do que se arrisca de reconhecimento de “verdade”. Mas, infelizmente, tem sido aposta pelo extremismo individual desinformativo. É porque o rastro é instituído não na intenção do emissor ou do receptor, mas entre significantes. Esta relação de significantes produz significados coletivamente pactuados/mediados por signos.

É a aleatoriedade pela qual, anterior a qualquer meio, mesmo à *web*, há instituição do rastro – considerando-se também repertórios semiolinguísticos e ações que, dialeticamente aos signos, constituem interações sociais/verbais e comunicação como causa e consequência disso.

“O rastro é verdadeiramente a origem absoluta do sentido, em geral” (Ibidem, p. 79). Esse *devoir*, segundo Derrida (p. 61), aponta algo à localização da historicidade: “a oposição diacrônico e do sincrônico também é derivada”, isto é, ela não está dada, e sim, ocorre no rastro.

“A estrutura geral do rastro imotivado faz comunicar na mesma possibilidade e sem que possamos separá-los a não ser por abstração, a estrutura da relação com o outro, o movimento da temporalização e a linguagem como escritura”, salienta Derrida (2019, p. 58).

Caso o rastro fosse motivado, seria confundido como sendo o próprio significante. Logo, a representação seria diretamente proporcional à intenção de quem enuncia; já o enunciatário estabelecerá um pacto ético de reconhecimento pleno daquela intenção no próprio significante.

Não apenas sabemos que esta integração plena de consciências não é possível, por questões de competências linguísticas diversas a cada humano, como também, eticamente, isso mostra que a consciência ao curso de ações no atravessamento do tempo é própria a cada sujeito. Pela história, o tempo [rastreadável no discurso] é condicionado no *vir-a-ser* imotivado do rastro.

A concepção de Derrida quanto ao rastro, portanto, coloca no rastro imotivado a potência de sua significação, isto é, um devir-ser-signo pelo qual o sentido ‘talvez’ se constitua – sim, como possibilidade, a depender das apropriações a cada sujeito e suas condições a isso.

As ressalvas de Derrida estão justamente a estas condições. Ainda em semelhança à Foucault, ele observa que as condições culturais, históricas e sociais por muito tempo estiveram calcadas numa *onto-teo-teleologia*, isto é, nas pré-disposições que o cristianismo representava e como daí sujeitos interpretavam a vida, desde então – crença “universal” como convenção.

As possibilidades de significação estavam nesta convenção, de tal forma que o filósofo não era contra uma religião, e sim, preocupado com as formas pelas quais os sujeitos lidavam consigo mesmos a partir do que se projetavam no mundo e que, dialeticamente, orientava e eram orientados em ações. Para além da própria religião, outros domínios fazem parte disso, que é a convenção pela qual os rastros podem ser motivados antes mesmo de a palavra ser dita. A crença pode fixar referências de verdade, imprecisão ou falsidade anterior ao objeto avaliado. Daí a importância de questionarmos como a crença é fixada entre domínios e o que fica de fora.

À saúde coletiva, significa compreender como jornalismo e demais sujeitos/instituições (de)marcam posicionamentos ético-políticos de saúde, doença e risco em epidemias/pandemias - em relação ao momento que vivem; mas, fundamentalmente, o que já antecipam às avaliações sociais que presumem para o futuro, a partir de um presente que se atualiza pelos seus passados, planejando o que normalizar enquanto convenção prévia ao enunciado e à sua enunciação.

Para justificar que as relações de verdade ou falsidade não estão na notícia, e sim, na semiose da notícia, por exemplo, Geane Alzamora e Luciana Andrade (2019) não só evidenciam o fenômeno transmídia, mas lembram a arbitrariedade, ainda que relativamente provisória, da convenção social sob o signo, de que Peirce teoricamente sistematizou. No caso, no processo em que a produção de sentidos recorre ao que culturalmente já fora convencionalizado.

Daí haver a avaliação do sujeito entre o verdadeiro ou o desejo pelo “verdadeiro” conveniente de crença: “A dúvida (natureza icônica) busca revisar uma crença estabelecida ou fixar crença concorrente por meio de verificação (natureza indicial), com vistas a produzir uma crença capaz de alcançar o estatuto de convenção social” (Alzamora e Andrade, 2019, p. 243).

Embora não entremos nas especificidades em que Alzamora e Andrade mergulham pela semiótica de Peirce, o ponto de reflexão está no fato de a convenção nortear à produção do sentido na mediação do signo. Colocar em debate quem e como se constrói essa convenção é urgente, sobretudo considerando a tendente fragilidade de instâncias coletivas para tal.

A “crença” é inexoravelmente constitutiva da produção de sentidos na mediação sígnica. Mas o que lhe antecede é justamente aquilo que faz sujeitos delegarem a validade de verdade às instituições que regulam a vida para além de si mesmo, ou teríamos infinitas atribuições individuais de sentidos para cada um(a) e não haveria estabilidade alguma de acordos sociais.

Ainda assim, mesmo a construção desse estatuto abrindo possibilidades de disputas, não se violenta acordos sociais, ou não deveria assim ocorrer para se representar – outros e a si. Ao processo de abrir possibilidade de arriscar a produção de novas convenções a partir de ações reiteradas, entre as dimensões discursivas e não-discursivas, Derrida chama de *desconstrução*.

Um signo pode ser deslocado do conceito inicial. Apoiando no conceito de *iterabilidade* proposto por Derrida, de que falamos no final do capítulo 2, diz Butler (2021, p. 243): “O signo, enquanto iterável, é uma marca diferencial desvinculada de sua origem e produção”.

Mais à frente, Butler vai buscar na *iterabilidade* do signo a força do que ela está chamando de ato performativo – este por meio do qual o contexto pode ser rompido. E o que substituir, após a ruptura? O que/como se mantém? Esse é um incômodo de Butler, porque não se trata de preocupação puramente linguística, e sim de uma “iterabilidade social do enunciado” (Butler, 2019, p. 246). Daí justifico a premência desta dialética que nos faz transitar entre comunicação e saúde para relacionar *como* e *o que* se fala sobre/a partir de uma controvérsia.

A autora vê na desconstrução do contexto um caminho à insurgência, considerando que a ação do irromper pela *iterabilidade* dessa performance constitua, ao longo da história, possíveis novos estatutos, como uma “apropriação” do que se pode ser normalizado enquanto convenção [os direitos civis constituídos pelos movimentos negros norte-americanos são exemplos vivos desse feito, segundo a autora]. Ação tem efeitos construtivos/desconstrutivos.

“A apropriação dessas normas para opor-se ao seu efeito historicamente sedimentado constitui o momento insurrecional dessa história, o momento que funda um futuro mediante uma ruptura com o passado”, diz Butler (2019, p. 261). O futuro fica aberto à desconstrução. O lugar prévio de quem provoca essa desconstrução não é determinado. Então, quem a provoca?

Quando a desconstrução avança na contramão, silenciosamente mantendo marginalizados, falaríamos de “blocos históricos”? Como se estivéssemos repetindo que o jornalismo é o *guardião da verdade* a partir de um desfecho onde ‘todos se salvaram’ porque, agora, um jornal está ‘com’ o bloco ‘ciência’? A força de fazer-ver é proporcional à negligência.

Por outra perspectiva, quando estamos falando de múltiplas forças, infinitesimais, que se movimentam por onde os sujeitos articulam interesses e ações, penso nas dificuldades nossas, enquanto sujeitos/pesquisadores, em encontrar um “nó” onde causa e efeitos de um problema se encontrem no mesmo ponto para análise. Esta é a razão para evitarmos essencializar o poder.

Nesta pesquisa, identificamos significantes de um objeto de saúde/doença negligenciado e fomos ao domínio científico atrás de rastros, não postos em enunciados no/pelo jornal. Diferenciar o que há “no” jornal, espaço discursivo materializado em textos, e “pelo” jornal é ver negligências no texto e o sujeito empresarial de controle desse texto/discurso - aí implicado!

Relações de causa e efeitos são situadas. A legitimidade do local de enunciação é tão importante quanto o enunciado. É por esse *lócus* que o ato de enunciar, a enunciação, acontece. Enquanto dura. Atentemos a isso ou corremos risco de fazer *fact checking* por si só em pesquisa.

Encontrar no ato reiterado de enunciar o estatuto que lhe antecede pode ser mais rico do que no produto deste enunciado. Saber onde está sendo dito verdade ou mentira é um exemplo. Mas, a contextualização jornalística pode trazer à análise as *modalidades de práticas* pelas quais o estatuto se movimenta, enquanto paradigmas à validação de “verdades” vão sendo instituídos.

Pelo nascimento da clínica, há algo controverso na necropsia do século XVIII: “da colocação da morte no pensamento médico nasceu uma medicina que se dá como ciência do indivíduo” (Foucault, 2020b, p. 217). A convenção que instituía a abertura de cadáveres como ‘pecado’, na religião, foi rompida. Até serem formados objetos de saber; depois, procedimentos.

Ao menos, em alguma proporção pela qual acontecimentos externos [tanto à fé cristã como à “fé” científica] criaram o estatuto que permitiu ver/tocar/abrir corpos humanos, mas colocando doenças como objeto da nova prática que (in)surge: a clínica. Ali, a individualidade moderna foi o dispositivo comum na busca pelo *prolongamento da vida* – um novo paradigma.

Cada domínio negocia com outro(s) seus valores comuns, conforme objetos de interesses. Cria-se “termos” do acordo/procedimentos a fazê-lo reconhecido/operacionalizado.

Diferente do que pensa Maingueneau (2012), pelo que vimos aqui, reforço que sim: discurso/prática do jornalismo é constituinte, com saber em que disputa autoridade de verdade.

Agora, pensemos na incidência de fatores externos/internos, ao jornalismo e à ciência. Tal como à clínica, não desconsideramos o que já temos de conhecimentos, procedimentos e, sobretudo, de práticas na lida com a validação de verdades; na des-velação de fatos já existentes.

“Mas é necessário inverter a análise: são as formas de visibilidade que mudaram”, avalia Foucault (2021b, p. 215) em relação ao olhar médico sobre a doença enquanto objeto de saber. Ao jornalismo, continuaremos só fazendo *fact checking* como “prova testemunhal” da História?

Se for ao *website* da Folha ou do Projeto Comprova, leitor(a), encontrará um enunciado: “veja como investigamos”. E, tal como indicava Latour (2000) em relação aos procedimentos de seguir os rastros, entre o laboratório e o texto, realmente encontraria algumas inscrições. Ok.

Se quisermos valorizar ainda mais o argumento de Latour, é possível que um ou outro sujeito não consigam fazer o movimento de tradução de fenômenos e deleguem isso aos pares. Mas, há paradigmas. Eles saltam de dentro para fora e de fora para dentro, a cada domínio.

A desinformação, pela qual se manipula espaço-temporalidade de fatos/teses para descontextualizar informações, tem artifícios de ciência/jornalismo para apresentar o hiper-real de “verdades” convenientes. A reconstituição de contextos por tempo/disposição de sujeitos, promovidos ou difamados conforme convém “manipular”, é exemplo de um paradigma atual.

Convém cobrar responsabilidades para além do único momento histórico. Por exemplo, à igreja católica, foi preciso repensar o caráter transitório/terreno do corpo, em detrimento da vida futura a ser vivida noutra espaço-tempo, “eterno”, conforme textualiza a bíblia sagrada.

Cabe colocar responsabilidades do jornalismo (ou falta de...) em perspectivas, com suas indicações e contra-indicações, mesmo em relação à saúde (vide as controvérsias implicadas à pandemia de Covid-19). Ao bem ou mal, elas produzem efeitos – inclusive colaterais, adversos.

Um destes, aliás, tem sido a revolta das audiências ao próprio jornalismo, como ocorre aos outros campos/instituições. Observar como o jornalismo nos lembra a história, por sua contextualização, pode nos permitir vislumbrar, a partir de um objeto situado, o próprio jornalismo enquanto prática; e o que, nela, se *des-vela* ou se abre nas cortinas desse teatro.

Por isso, tenho dito: ou a História baterá à porta cobrando uma nova escrita de fato(s), ou alguém por aí continuará crente que está escrevendo “nova” história conforme lhe convém esconder, de fato(s), em relação ao que interessa mostrar. O tempo indicará novos fatos.

Então, o que pode fazer sujeitos questionarem o jornalismo como *guardião da verdade*, sem que sejam classificados como “desinformadores” ou “revisionistas históricos”, tais quais os que não aceitam resultados de eleições democraticamente legítimas pelo voto popular?

Ironias à parte, identificamos significantes de um objeto de saúde/doença negligenciado e fomos ao domínio científico atrás de enunciados, estes que não foram postos no/pelo jornal.

A diferença de “no” jornal, espaço discursivo materializado em textos, e “pelo” jornal é vermos negligência no texto e identificar o sujeito empresarial de controle da cena textual, que está além do texto. Idem às fontes consultadas. Negligente não é só o jornal(ismo), inclusive.

A diferença entre a desconfiança cega às instituições sem bases factuais, muitas vezes embasadas em pulsões complexas mas postas acima de alguma razoabilidade de esfera pública, esta e demais pesquisas ou relatórios de gestão está no que falei desde o início: seguir inscrições.

Você poderia pensar, leitor(a): mas o jornalismo já faz isso, inclusive com grande e necessário trabalho de checagem (Graves, 2016), até junto às agências que tentam localizar significantes e identificar ‘devidos’ lugares, de enunciadores aos seus contextos de enunciação.

Concordo. Aliás, Latour também. A “primeira regra metodológica” proposta por Latour (2000) é que observemos a temporalidade da controvérsia. Ora, a F. de São Paulo fazia isso, quando explicitava não só a integralidade de um enunciado antes de ser enxertado noutro texto, mas, dispunha aos leitores referentes de espaço-temporalidades que fariam significante/signos terem significado verídico. Para Latour, essa é a regra “que possibilitará nossa viagem” (p. 31).

Em alguns momentos, a pesquisa demonstrou estratégias discursivas do jornal para isso. Mas, um detalhe faz diferença em relação à exposição de referentes e as espaço-temporalidades. Diz Latour (2000, p. 31): “observaremos o fechamento das caixas-pretas tomando o cuidado de fazer a distinção entre duas explicações contraditórias desse fechamento, uma proferida depois dele, outra enquanto ele está sendo tentado”. No entanto, de qual perspectiva de actantes?

Novamente, reitero: em vários momentos, o jornal expõe posicionamentos de terceiros. Mas também se posiciona a partir de posicionamentos de terceiros, através de textos que produz. Para Foucault (2010a), como discutimos na seção 1. 5, uma verdade se constitui parte a parte. Isto é, através da problematização, vamos articulando uma *rede* [ele não usa o termo] de sujeitos e objetos em que, num desfecho situado em relação a cada objeto, a verdade é tornada visível.

O autor problematiza a premissa a partir da articulação de dramas da mitologia grega, quando, pouco a pouco, grandes segredos entre deuses e humanos eram revelados entre eles. De tal modo que o ápice do drama, e além (...), era a verdade cosmológica como explicação aos enredos da vida pública. Vale lembrar que a vida singular de cada deus(a), mesmo relacionada ao humano, se tornava “pública” por ser a base mitológica que explicava a lógica de governar. “Ali”, no caso, na Grécia; posteriormente, o Império Romano adotou a narrativa mitológica.

Foucault (2010a) fala da *parresía* [vide seção 1. 5], mas não pela dimensão temporal. Foca nos espaços em que se desenrolam encontros e viagens entre deuses e alguns humanos, onde diálogos e ações culminam, pelo vínculo dialógico, na própria verdade enunciada.

Daí a perspectiva futura de aprofundamento em estudos: ver como articulação de partes, que formam um ‘todo’ proporcional à “verdade”, é tecida para a disposição de significantes. Pela saúde digital em relação aos algoritmos, inclusive: vermos como até a disposição de informações influenciam no contexto de apropriação/significação e logo construirmos o quadro

de valores-notícias que agendem signos de saúde e o que fica de fora. Essa delegação pode ser entendida no que Antoinette Rouvroy (2020) chama de *governamentalidade algorítmica*.

Entretanto, nesta pesquisa, o detalhe já é a temporalidade: do contextualizador e a nossa. A temporalidade do contextualizador, no início, durando e após a pandemia de Covid-19 é ressignificada por nós, no processo de pesquisa – ironicamente, no *lócus* do domínio científico.

A ironia, por essa metatextualização, é justamente pelo fato de que, ao longo da cobertura jornalística, um jornal se apropria de enunciados da ciência e convoca cientistas para falarem sobre temas em que, na edição textual, partes se juntam neste espaço discursivo da FSP.

Mas, quando olhamos o texto do jornal, encontramos significantes de outros objetos de saúde/doença não problematizados pela F. de São Paulo. Identificamos estes significantes por estarem visíveis no espaço onde culmina um “colapso” não só de Covid-19, mas de coinfeções - e dali vamos à mesma ciência seguindo inscrições visíveis mas não enunciadas naquele jornal. É através dessa ciência que vemos partes não articuladas pelo jornal para mostrar “a verdade”.

Para Emmanuel Levinas (2022, p. 49), “verdade supõe um ser autônomo na separação”. Por isso que, como já fora demonstrado, agências de objetos negligenciados não cessam(ram). A temporalidade de agências não está ao controle humano, a tal forma que governadores, presidente da república, médicos, jornalistas ou pesquisadores digam: ‘*o problema é só esse*’.

Ao contrário: interações entre não-humanos e humanos produzem efeitos contíguos. Muitas vezes, infelizmente fatais. E as coinfeções por agravantes mútuos são o exemplo disso. Tal como o jornal diria, porém aqui precisamos recorrer à mesma ciência avocada pelo jornal: são fatos. Neste caso, de verdades pouco a pouco ‘montadas’, como um quebra-cabeça.

Durante a pandemia, para a maior entidade de saúde pública do mundo, a OMS (2021), houveram subnotificações a muitas doenças. Durante, mas também depois, sobretudo após pico pandêmico, cientistas seguiram rastros. Acharam inscrições. Colocaram-nas à prova. Chegaram a enunciados; construíram os seus. Tentaram desconstruir negligências normalizadas. Construíram artigos. Instituições usaram artigos e apresentaram relatórios. E agora, o que fazer?

Continuemos pensando novamente pela perspectiva de um jornal, que tem como uma das principais funções enunciativas a que *assina* (Derrida, 1972) demarcação de consciência às ações nos atravessamentos do tempo, por atualização enunciativa (Franciscato, 2003). O que se mantém *representado no/pelo discurso* (Fairclough, 2019) por estes atravessamentos, considerando que a cena é reconstituída conforme mudanças de apropriações a cada lembrança?

Durante e até após a pandemia, cortinas são abertas. Cenas se desenrolam pelos textos. Por mais que protagonistas e coadjuvantes corporifiquem todo o texto a partir de um roteiro, os sentidos continuarão abertos ao público: enquanto o enredo se desenrola, mas também depois...

Ainda ali, enquanto atores representam, vários objetos do cenário e repertório/percepção singular de cada espectador lhes permite interpretar o texto. Condições do contexto situacional imediato influenciam expectadores a construir seus textos – encontro interlocutivo síncrono.

Mas, a cada vez que expectadores trazerem à memória aquele texto de que construíram mentalmente juntos com *performers* do palco, a construção de sentidos continuará aberta, como efeito de ato perlocutório (Austin, 1990). Anterior à Féral (2009) e à Derrida (2009, p. 339-365) [aqui, especificamente do autor sobre a teatralidade], a premissa de Suassure teria coerência; ou de Foucault (2001, p. 264-298) e Kristeva (2012, p. 203-242), pela *produtividade do texto*.

Diacronicamente (Koselleck, 2014), a produção de verdades, enquanto produção de sentidos na instância de reconhecimento comunicacional (Verón, 2004), se perpetuará... Durando através dos processos remissivos à memória (Bergson, 2010); facultativos às disposições axiológicas singulares (Bakhtin, 2020, 1997; Volóchinov, 2019, 2006) - dos encontros interlocutivos sincrônicos aos interlocutivos diacrônicos (Authier-Revuz, 1990).

Aliás, em coerência às ressalvas de Foucault à Bergson, evitemos, mesmo pelas funções enunciativas, fazer leituras de quase “puro” fisiologismo da duração pela memória. Não mesmo. Pouco acima, ratifiquei a necessidade de não vermos oposição interno/externo em relação à *psiquê* do sujeito – inclusive, com Butler, sobre a significação/ressignificação do/pelo poder. Na subseção 2. 8. 1, falei de “uma teoria do enunciado”, já com vistas à sua operacionalização.

Especifiquemos pelo Círculo de Bakhtin, agora via texto de Volóchinov (2006, p. 115): “O mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um auditório social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc (2006, p.115)”. Pragmaticamente, o ‘eu-tu’ se materializa nos enunciados.

Até se materializar, ainda assim, o auditório é inerente à singularidade de cada humano, por mais que não tenha controle da totalidade das redes de agências, incluindo os não-humanos.

“É verdade que, exteriorizando-se, o controle interior muda de aspecto, pois é obrigado a apropriar-se do material exterior, que dispõe de suas próprias regras, estranhas ao pensamento interior”, avalia Volóchinov (2006, p. 115). Porém, a singularidade de cada sujeito está aí em relação às alteridades exercidas – inclusive, condição de possibilidade à linguagem e ao mundo.

Com diferentes competências e recursos sógnicos pela cultura, em diversos contextos, o uso da linguagem é planejado por qualquer sujeito, com vistas ao reconhecimento interlocutivo.

Não seria diferente aos sujeitos que, pela mediação institucional, assim procedem. Mesmo, e por isso também, a partir do planejamento editorial, quando a política de um grupo de comunicação é definida previamente, em escopo geral, e também atualizada por demandas. Isto é, conforme objetos discursivos que surgem a partir dos contingentes históricos cotidianos

– reuniões de planejamento de pautas, por exemplo, ilustram isso [diárias, semanais, mensais...], e também o próprio trabalho de cada jornalista, conforme vimos acima com Tuchumann (1999).

Esta pesquisa identificou padrões discursivos que materializam a consciência da Folha ao parasitismo da linguagem. Grosso modo, tal como o *Anopheles* que suga o plasma humano retirando nutrientes para seu ciclo reprodutivo e daí a interação contaminada provoca a malária, Austin previa que sujeitos podem se apropriar de partes de um texto, encaixando em outros e, a depender da situação total de fala condicionada por um contexto e articulação de significantes, atos de linguagem tenderiam ao fracasso se a enunciação não fosse reconhecida em convenção.

Vivemos este parasitismo a todo instante, sobretudo com processos de desinformação, isto é, de que o enunciado deslocado de uma circunstância de origem contextual possa produzir um sentido totalmente diferente da intenção de quem o enunciou. Para Derrida, Austin não admite assumir-se este risco. Mas em era de pós-verdade que vivemos, foge ao nosso controle.

É difícil garantir um estatuto ao evento da enunciação, sobretudo ao ato perlocutório. Isola-se condições de circunstâncias em que um enunciado é enunciado? “Para que um contexto fosse exaustivamente determinável, no sentido requerido por Austin, seria preciso pelo menos que a intenção consciente estivesse presente e atualmente transparente a si e aos outros, posto que é um fundamento determinante do contexto”, descreve Derrida (1990, p. 34). Impossível!

É por isso que este movimento texto > contexto > texto, conforme vimos na seção 2. 3, incorre na fragmentação de intencionalidades; e, como também constata Charaudeau (2019), em dificuldades para se saber a origem de um dito relatado. Tentando axiologicamente se antecipar, o jornal dispõe de significantes que situem leitores à “verdade” contextualizada dos/pelos fatos.

Mas, na contramão de Austin, Derrida propõe que o performativo também incorra o risco de possíveis fracassos. Um exemplo prático: se o jornal deseja que o contexto de um enunciado “x” seja interpretado como “x” - em âmbito austiniano, tentaria dispor de significantes que auxiliassem aos leitores a fazerem a relação de causa e efeito de significância.

A tal ponto que chegariam à avaliação de que as circunstâncias do ato de fala corresponderiam à situação/modo de ações ocorridas em um espaço-tempo, com atores e instituições e enunciados bem singulares. Grosso modo, é como se um jornal assim sugerisse: *‘é verdade, falso ou impreciso porque estou, do meu lugar convencionalmente legítimo a isso, mostrando (o visível) e colocando em texto (o enunciável) as inscrições para que você comprove, fazendo autonomamente o mesmo percurso, via significantes/referentes a guiá-los’*.

Se não há determinação absoluta do fracasso, o sucesso performativo é *dever-ser* – inclusive, concordando com Derrida, Butler propõe se correr o risco na ruptura aos contextos à possível mudança do estatuto que precede enunciação e enunciado; mas com ações iteráveis.

Ao jornal, romper contextos retóricos sem lastro factual/empírico é a ação pela retórica. Embora, obviamente, considerando toda a cadeia de procedimentos, profissionais e tecnologias que estão para além do texto pelo texto e diz sobre uma prática em totalidade e o que se espera, enquanto organização/empresa [sim, a palavra aqui faz muito sentido, agora], como finalidade. Assim, a Folha tentaria deixar como marca dessa finalidade o que Derrida chama de *assinatura*.

“Para que a vinculação à fonte se produza, é preciso que seja guardada a singularidade absoluta de um acontecimento de assinatura e de uma forma de assinatura: a reproduzibilidade pura de um evento puro”, diz Derrida (1990, p. 35) sobre a proposta de Austin. E a provável?

É por isso que a relativização da verdade tem como contrapeso uma assinatura. De onde? De quem, por meio da enunciação, deixa uma marca. Ela não é apenas grafemática. Na subseção 2. 7. 2, comentei sobre possibilidades de, em contextos não-determinados previamente, o enunciado performativo arriscar condição de sucesso para ter seus efeitos. Arriscar o possível.

Para isso, contando com a reiteração desta marca – esta que também abre espaços indeterminados possíveis em que a alteridade aqui/ali faz presença, no sentido de fazer a presença fazer sujeitos possíveis. Aqui, o *daisen* heideggeriano é o superdestinatário pelo qual recorro em Bakhtin; ao leitor implicado de Ricouer - com suas diferenças entre si, obviamente.

Os efeitos de relativização da verdade são, por aqui, também efeitos de assinatura – comuns no cotidiano, como reconhece Derrida – e que paradoxalmente contém “impurezas” – tal como a saliva do *Anopheles*, contaminada com o *Plasmodium* “da” malária na sua picada.

Há precauções. Vejamos. A assinatura de que “a hidroxicloroquina não tem eficácia”, quando apropriada na recepção, não necessariamente irá significar axiologicamente que o jornal FSP privilegia o SUS como política pública estratégica a ser defendida enquanto prioridade para além da pandemia; embora, em parte do mesmo enunciado, naquele momento histórico específico, interesse à Fiocruz, por exemplo, que o mesmo enunciado seja reiterado pelo jornal. Não é “querer dizer”/“comunicação das consciências” restritos, lembra Derrida (1990, p. 36).

Ainda que o enunciado esteja disponível textualmente entre as redes comunicativas da FSP e outras pelas quais elas são interconectadas, a marca que registra uma assinatura editorial não está presa somente pelo visível textualmente [também observação de Deleuze à Foucault]. Como possibilidade de significância, é objeto da percepção de quem a vê através de conceitos.

“A escrita, se lê, não dá lugar, “em última instância”, a uma decifração hermenêutica, a uma descifração de um sentido ou de uma verdade”, salienta Derrida (1990, p. 36). Da desconstrução: “consiste em não passar de um conceito a outro mas em inverter e em deslocar uma ordem conceitual, bem como a ordem não-conceitual na qual se articula” (p. 37). Intuída, esta inversão pode ser provocada por todo/qualquer sujeito ou instituição/prática social.

Agora, pensemos a conceituação de eficácia: qual seu sentido biomédico/farmacológico em relação ao seu uso contra malária ou Covid-19? É possível que uma construção política de contexto também interfira na construção científica de seu conceito em relação aos eventos, discursos e práticas em um momento histórico específico? [como naquela pandemia de Covid]. Se sim, como? Desde o início, o ‘como’ nos interessa. Mas, agora pergunto: em relação a quem?

A última questão é de perspectiva de endereçamento da assinatura. Especifica o ‘como’. O “detalhe” aqui, aparentemente marginal, é condicionado por temporalidade e espaço do olhar. Durante a pandemia, mas até hoje também, a Folha mantém reiteraões enunciativas em relação à comprovação de ineficácia da (hidroxi)cloroquina à Covid-19, daí associando aos correlatos. Pela ciência, vimos outros correlatos/objetos visíveis mas não assinados na/pela FSP em textos.

Marília Amorim vê em Bakhtin dois conceitos potentes: o de assinatura e o de exotopia. “Vemos assim que *assinatura* em Bakhtin é algo que designa a singularidade do autor na relação de alteridade colocada por um dado contexto social”, ela explica (2023, p. 101). A assinatura, então, permite identificar autoria, mesmo que nem sempre enunciados explicitem.

“Do mesmo modo, o conceito de exotopia designa uma relação de tensão entre pelo menos dois lugares: o do sujeito que vive e olha de onde vive, e daquele que, estando de fora da experiência do primeiro, tenta mostrar o que vê do olhar do outro” (Ibidem, p. 101). Logo, “a partir de que ponto espaçotemporal o autor considera os acontecimentos que narra?” (p. 104).

A perspectiva, aqui, não apenas é do presente, que é futuro em relação “àquele” passado – seja dos eventos, desde a pandemia de Covid-19, ou dos textos sobre estes eventos singulares. Podemos seguir inscrições de negligências visíveis mas não enunciadas nas agências da Covid.

Este movimento hermenêutico poderia ter sido feito à medida que vivíamos a pandemia. E ali acompanhávamos a cobertura midiática da Folha na duração dos eventos. Na revisão de literatura feita por pesquisadores sobre coinfeções entre Covid-19 e demais doenças, o alarme soava desde 2020. Apresentei isso na subseção 3. 3. 4, em tempo posterior – até julho de 2024.

O objetivo da pesquisa não é só fazer comparativos entre agências da hidroxiclороquina entre malária e Covid-19. Aliás, há discussões anteriores que nos conduzem a esta intersecção: os modos de o jornalismo usar a linguagem para apresentar posicionamentos de terceiros, e ali fazíamos um percurso similar a qualquer leitor, até entrarmos em problematizações que os dados nos mostraram, à medida que seguimos rastros e encontramos inscrições. Previmos isso.

Previmos como premissa metodológica. Na subseção 2. 9. 1, falei sobre este percurso etnográfico feito pelo antropólogo James Clifford, também influenciado por Bakhtin, ao propor seguirmos o *contexto performativo* em pesquisa. Curioso: ele não aprofunda sobre esse conceito - seguir inscrições entre contextos, conforme objetos se apresentam ao pesquisador e vice-versa.

A **TESE** que esta pesquisa aqui apresenta, a partir dos rastros que seguimos, do jornal aos outros dispositivos de inscrição e demais domínios, especificamente da ciência, é que a motivação de evitar parasitismos da linguagem é válida, até para não haver mais desinformação. Mas, a mesma condição de precaução possibilita encontrar não-ditos que provam a seletividade de agendamentos midiáticos e também de interesses convenientes ao que convém mostrar – além do texto; logo, convencionando *status* de prioridade em saúde a um objeto e um momento.

O dialogismo é a condição linguística/social que faz se abrir contextos seguindo rastros. A performance da FSP é exercida na seletividade excludente ao que prezamos na saúde coletiva. Instituído não só condutas omissas às negligências em saúde, mas estatutos por/para isso.

Erro de paralaxe, ponto cego do pretenso panóptico midiático da Folha nesse paradoxo: tentar se apropriar da ciência para se autorreferenciar como constituinte paladino da verdade, mas negligenciando que esta ciência continua(rá) fazendo ver/enunciar contradições do jornal.

Nesse contexto performativo, outros actantes empiricamente também atuam enquanto ins/escrevem enredos em que participam de fato(s) - sincrônica e diacronicamente; e alternam papéis, de expectadores a actantes na produção *comum* de sentidos de saúde, doença e risco.

Contudo, e justamente por isso, a materialidade de negligências em saúde a partir da cobertura midiática da F. de São Paulo, inclusive sobre uso da (hidroxi)cloroquina à Covid-19, é só um fragmentozinho da complexa rede de actantes e interesses em torno de controvérsias.

É como observarmos a interação humano-vírus na gotícula de sangue fixada numa lâmina de vidro do laboratório, mas considerando que há redes de inscrições anteriores àquela interação para cada actante, que sempre vai se desdobrando e até articulando intermediários.

Chegando a essa lâmina, um actante traz objetos prévios aos quais foram se associando. O *Anopheles* era ‘normal’, mas daí é contaminado pelo *Plasmodium*; o humano “também”, em relação à malária e Covid, até ser vinculado ao *Anopheles-Plasmodium* e/ou ao SARS-CoV-2.

As condições que fazem o saudável se tornar ‘doente’ [estágio] e ‘patológico’ [doença] em relação ao humano continuam como ‘o normal’ ao *Anopheles* – sobretudo, em trechos de rios calmos com acesso à luz do sol, mas também em córregos sem esgotamento sanitário.

Pensemos em relação ao SARS-CoV-2, sobre medidas sanitárias evitáveis a tal encontro e controvérsias híbridas entre deixar morrer “os mais fracos” e salvar a economia; e o que se tensionou daí via ciência, Folha e demais jornais: uma biopolítica (Foucault, 2008b) às avessas.

O encontro se torna doença ao humano. Fora da enunciabilidade, é possível que negligências e fatores condicionantes sigam silenciosamente no mesmo corpo humano, descrito em laudo que atesta morte por Covid-19 e não outra. Acham o nome de classificação patológica que encerra a busca pela verdade, inscrita em estatísticas, que agora geram novas inscrições e...

Enquanto isso, a negligência - que era anterior, esteve e continua durando - mantém-se como o normal: para quem morre ou está no ‘rebanho de imunidade de longo prazo’ e para quem deixa morrer. Perdoe-me pelo clichê, mas, *morre é quem perde a vida*. Sem romantismo.

A negligência não é o “novo normal” [expressão comum na pandemia de Covid-19]. Sempre foi e continua sendo ‘O normal’. Sua normalidade consiste na visibilidade, por vezes tornada enunciada, mas convencionada ao não-dito; ou invisível, não-enunciada e não-dita.

De ampla prevenção ambiental, em respeito aos não-humanos como parte do mundo, às intervenções, quando patologias se materializarem em adoecimentos e mortes: evitar esses encontros deveria ser ‘O normal’, como *promoção da saúde* (Westphal, 2006; Czeresnia, 2020).

Não é evitar colocar em enunciado a inscrição do encontro das agências e consequências multicausais que extrapolam o foco na doença e num único vírus – mesmo durante uma pandemia. Vimos: o evento não se reduz ao texto; está além do texto, mesmo contido no texto.

É atuar, por Estado e sociedade, para evitar o encontro de fatores que levam humanos e não-humanos a adoecimentos. Além da doença - projeto societal mais amplo (Arouca, 1972). Negligenciado, ainda assim, o encontro continua existindo e deixando rastros, até fora do texto.

Porém, não falo em evitar encontros semiológicos num texto como se o autoritarismo grafemático, de não enunciar contiguidade de doenças e desdobramentos, não deixasse rastros. Ironicamente, eles estão visíveis no mesmo texto, ali, até que demais sujeitos possam tencioná-los e levá-los a outros textos, agora com problematizações, fazendo-os circular por enunciados em outros espaços – epidemiologistas, infectologistas, clínicos, jornalistas na saúde coletiva e...

Ao nosso olhar, é só mais um encontro; ou todo analista poderia então considerar que é. Mas, os efeitos de agências de cada rede de actantes que implicam e são implicados mutuamente estão desde as dificuldades de compreendê-las, dos laboratórios de ciências naturais às econômicas, políticas e sociais, e o que se faz ou deixa-se de fazer para se compreender e agir.

Koselleck (2014, p. 285) sinaliza algo curioso da noção de sujeito histórico, tal como “uma grandeza quase inexplicável: basta pensar em personalidades famosas ou no povo – tão vago quanto classe -, na economia, no Estado, na Igreja e em outras abstrações ou poderes”. São o que/quem em relação ao o que/quem, mas só quando os identificamos em perspectivas.

O marxismo legou a importância das ações. Ora, ao “bem” ou “mal”, elas são coletivas. Mas, concordo com Koselleck (p. 285): também importam os contextos intersubjetivos entre/nas ações - “verdadeiro tema da pesquisa histórica”. A plêiade de possibilidades pretéritas ou por vir não determina que um único ente seja a “unidade de ação”: o jornalismo, a Folha e...

Exercitemos a aplicação analítica da tese desta pesquisa: não só Bolsonaro não debatia sobre a automedicação, mas, ao contrário – instava a automedicação pelo *tratamento precoce*...

Recorrer ao medicamento, muitas vezes sem prescrição médica ou farmacológica, é a alternativa que uma pessoa entende como acessível para curar-se de uma situação de saúde - que ela mesma classifica a si como fora de um 'normal' - com base em algum(uns) sintoma(s).

Jairnilson Paim (2014) nos lembra que há vários SUS's. O professor se refere à complexidade que foi/é lutar para existir e continuar administrando a maior política pública que temos no Brasil. Não é fácil, sobretudo no que tange ao controle fiscal que garanta eficiência, eficácia e adequação justa de recursos, num país gigante como o nosso, mas marcado pelo colonialismo patrimonialista. Daí, infelizmente, subfinanciamento e corrupção, inclusive entre parcerias público-privadas, afetam e muito a oferta de serviços e o **acesso** ao nosso SUS.

A normalização de negligência de acesso ao SUS cria a automedicação. Dói ter que admitirmos isso, sobretudo considerando que haverá a contrapartida da oferta de medicamentos. Culpáramos o indivíduo sempre negligenciado de acesso à saúde enquanto política pública?

Imaginemos que o mesmo indivíduo pode ter consciência dos riscos pela administração indiscriminada de medicamentos, e ainda assim escolha agir a partir da não-escolha determinada na negligência anterior ao seu ato arriscado. Sua ação responsiva é circunstanciada.

O indivíduo poderia ter informações disponibilizadas por governo, jornais, redes sociais na *web*, agentes comunitários de saúde e... Ainda assim, agir com base no que lhe é disponível. Ou há aqui monologismo de instituições? [exercendo a *educação bancária*, diria Paulo Freire].

Outras matrizes de justificativas/autojustificativas de automedicação podem ir se constituindo, em cada momento que a história lhes/nos impõe, somando-se ao que era anterior.

Não passamos a viver a pandemia de Covid-19 como se estas séries históricas não existissem antes. Elas imiscuem-se (Williams, 1979). Doenças já eram negligenciadas antes. O que as faz negligenciadas não tem como responsáveis só o sujeito X, veículo de imprensa Y, grupo/agente político Z, empresa farmacêutica W e etc - a, de repente, serem assim revelados.

O descrito aqui é anterior à pandemia de Covid-19. Nos permite olhar a convenção anterior ao fato situado e visibilidades/enunciações correspondentes só num momento histórico. Suscita não vermos a automedicação só como ato *ignorante* ou reprodução *político-dominante*.

Dentre outros autores, Cecília Donnangelo destaca trabalhos de Foucault, sobretudo *História da Loucura* e *O Nascimento da Clínica*, que falam sobre deslocamentos de demandas dos serviços de medicina no século XVIII. Ocorre da produção ao consumo, a partir de um crescimento de classe média, que aí passa a acessá-los. Contudo, isso não significa "visualizar o processo político tão somente pelo ângulo da dominação", avalia Donnangelo (2011, p. 66).

Poderíamos pensar na medicalização enquanto prática ancorada numa grande indústria, a farmacêutica, que conta com defensores de seus interesses em espaços políticos estratégicos...

Infelizmente, sujeitos e organizações encontraram na demanda por automedicação oportunidade de vender medicamentos e promessas ‘milagrosas’ ineficazes à Covid-19, a partir de expectativas de crenças diversas, sobretudo num país tomado por radicalismos ideológicos. É a *antimedicina*, apresentada por Foucault (2010b) numa de suas palestras realizadas no Brasil.

Mas, o que faz o acesso à indústria farmacêutica ser mais fácil que à Saúde como direito? Talvez seja uma questão a ser formulada e/ou respondida por vários sujeitos e instituições, antes, durante e após a pandemia. Nos diz mais do que um medicamento com fim em si mesmo.

Diz ainda sobre percepção de risco e o que sujeitos fazem pelo que e como se informam, mas também pelo que emocionalmente sentem, como viu Bruna Oliveira (2024) em pesquisa pelo ISC-UFBA, sobre automedicação em Salvador (BA) durante a pandemia de Covid-19.

A positividade do poder em usos estratégicos de tecnologias e dispositivos “acessíveis”, exercício do *self* (Rose, 2001), pode, a médio e longo prazos, voltar contra a quem nele exerce escape momentâneo para suprir carências negligenciadas – nó de causas e consequências dessa governamentalidade de que se espera do jornal a se problematizar, para além de um momento.

Por exemplo, implica duplamente ao jornal F. de São Paulo: por colocar em discurso o “uso indiscriminado” da (hidroxi)cloroquina a se evitar, quando paradoxalmente outros medicamentos continuam sendo usados além dessa pandemia, considerando-se automedicação indiscriminada como ação estratégica de sujeitos para suprir a falta de acesso à saúde no Brasil; e apresentar a lógica hospitalocêntrica da iniciativa privada como contrapartida de ‘sucesso’, para quem individualmente pode pagar ou via contratos com o Estado por demanda temporária.

Antes mesmo de centrarmos agências de “diferenças ideológicas” só em médicos, milhões de cidadãos sequer conseguem o básico para serem atendidos na atenção básica; ou, quando acessam a Saúde, estão sujeitos às múltiplas violências – e não, isso não é nada trivial!

A contextualização jornalística da F. de São Paulo nos mostra contingências não-ditas, deixa em aberto negligências anteriores que continuam *normais* a negligenciados no Brasil e arrisca convencionar o lugar negligente do jornal e de sujeitos, por esse pacto *normalizado* – performance discursiva/prática que insta outros modos de falar/agir de/pela verdade no mundo.

O foco na doença e no medicamento contra só uma doença, em detrimento de outras e os respectivos processos de determinação social, é objeto de problemáticas da saúde coletiva; em visibilidades, enunciabilidades ou silêncios entre contextualizações e descontextualizações, performances nesses jogos - da comunicação; e memórias resultantes - da história.

Nesta interface de comunicação, história e saúde, vimos que a produção de verdades em saúde ocorre como performance(s) nos atravessamentos espaço-temporais, especificamente de contextualizações informativas às descontextualizações desinformativas, entre controvérsias.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, S. Memoriais on-line às vítimas da Covid-19 no Brasil: narrativas sensíveis à dor. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 18, n. 1, jan./jun. 2021, p. 11-24.
- ALLINGTON D, DUFFY B, WESSELY S, DHAVAN N, RUBIN J (2020). Health-protective behaviour, social media usage and conspiracy belief during the COVID-19 public health emergency. *Psychological Medicine* 1–7. <https://doi.org/10.1017/S003329172000224X>
- ALMEIDA-FILHO, N. *O que é Saúde?* Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2018.
- ALVES, W; PIMENTA, D. N e ANTUNES, M. N. Cenas discursivas da pandemia de Covid-19: o discurso sobre o isolamento social na imprensa. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 18-32, jan./mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v15i1.2204>
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALZAMORA, G. C.; BICALHO, L. A. G. . A dinâmica transmídia de fake news conforme a concepção pragmática de verdade. *Matizes*. 1, p. 109-131, 2019.
- AMARAL, F. M; SOUZA, E. A. Jornalismo, fontes científicas e controvérsias na fabricação das incertezas. In: VITOR, C (Org.); SOUSA, C. M de (Org.). *A pandemia na sociedade de risco: perspectivas da comunicação*. João Pessoa: Editora UFPB, 2021, p. 333-366.
- AMIMO, F; LAMBERT, B; MAGIT, A. What does the COVID-19 pandemic mean for HIV, tuberculosis, and malaria control?. *Trop Med Health*. 2020 Maio; 48(32). <http://dx.doi.org/10.1186/s41182-020-00219-6>.
- AMORIM, M. *O Pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa, 2004.
- AMORIM, M. BRAIT, B. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, B (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: ABDR, 2010, p. 95-114.
- ARAÚJO, I; CARDOSO, J. M. *Comunicação e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.
- ARAÚJO, I. S. de; CARDOSO, J. M.; MURTINHO, R. A COMUNICAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: CENÁRIOS E TENDÊNCIAS. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [S. l.], n. 10, 2011. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/22>. Acesso em: 3 jun. 2023.
- AROUCA, S. A. S. O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. 1975. 261f. *Tese* [Doutorado em Medicina Preventiva] - Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade*. Porto Alegre: Edipucs, 2004.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas: UNICAMP – IEL, n. 19, jul./dez., 1990.
- AYRES, J. R. de C. M. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. *Saúde e Sociedade* v.13, n.3, p.16-29, set-dez 2004
- AYRES, J. S. C. M. *Sobre o risco: para compreender a epidemiologia*. São Paulo: Hucitec, 2008.

- AYRES, J. S. C. M; CALAZANS, G. J; SALETTI-FILHO, H.C; FRANÇA-JR, I. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, G.W.S (Org.); MINAYO, M.C.S (Org.); AKERMAN, M (Org.); CARVALHO, Y.M (Org.). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec e Fiocruz, 2006, p.375-418.
- BACCIN, A. N. A contribuição das modalidades comunicativas na contextualização da reportagem hipermidia “o golpe e a ditadura militar”. *Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, Vl. 17, n°. 34, 2018, p. 145-166.
- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- BAHIA. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. *Panorama das Doenças Negligenciadas na Bahia*. Salvador, 2023a. ISBN 978-65-996077-0-7.
- BAHIA. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. *Situação Epidemiológica da Malária no Estado da Bahia*. Ano 11 | N°. 12 | novembro: Salvador, 2023b.
- BAHIA. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. *Nota Técnica N°. 17*. Salvador, 2024.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. (2014) *Questões de literatura e de estética*. 7ª ed. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (2016) *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34.
- \_\_\_\_\_. (2018) *Teoria do Romance II: As formas do tempo e do cronotopo*. São Paulo, Ed. 34.
- \_\_\_\_\_. (2020) *Para uma filosofia do ato responsável*. 3ª ed. Pedro e João Editores: São Carlos (SP).
- \_\_\_\_\_. (2022) *Problemas da obra de Dostoiévski*. São Paulo: Editora 24.
- BARBOSA, M. C. (2019a). História da comunicação no Brasil: um balanço historiográfico. In: RÊGO, A. R (Org); HODHLFELDT, A (Org.); MACHADO, M. B (Org.); GUILLAMET, J (Org.); RODRÍGUEZ, A. P (Org.); SOUSA, J. P (Org.). *Os desafios da pesquisa em história da comunicação: entre a historicidade e as lacunas da historiografia*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2019, p. 23-51.
- BARBOSA, M. C. (2019b). História da comunicação (e do jornalismo): pressupostos teóricos e metodológicos. *Palavra Clave*, 22(4), 1019-1042.  
DOI: <https://doi.org/10.5294/pacla.2019.22.4.2>
- BARBOSA, B. *Comunicação e Método: cenários e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.
- BARBOSA, M; RÊGO, A. R. Historicidade e Contexto em Perspectiva Histórica e Comunicacional Linguagem, sentido e contexto: considerações sobre comunicação e história. *Revista Famecos*, vol. 24, n°.3, 2017.
- BARBOSA, M; RÊGO, A. R. *A construção intencional da ignorância: o mercado das informações falsas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.
- BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso. In: BRAIT, B (Org.). *BAKHTIN: dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Unicamp, 2015, p. 25-36.
- BARTHES, R. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'água, 1991.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. L. 2006 [1990]. Poética e performance como perspectivas críticas sobre a vida social. Tradução de Vânia Z. Cardoso. *ILHA*, 8(1/2):185-229.  
<https://doi.org/10.5007/%25x>

- BENNETT, T. Culture and Governmentality. IN: BRATICH, J. Z (Org.); PACKER, J. (Org.); MCCARTHY, C (Org.). *Foucault, Cultural Studies, and Governmentality*. Nova York: Suny Press, 2003, p.47-63.
- BERGER, P. L; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Editora Vozes, 2014.
- BERGSON, H. *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: ABDR, 2021, p. 191-200.
- BORBA, M *et al.* Effect of High vs Low Doses of Chloroquine Diphosphate as Adjunctive Therapy for Patients Hospitalized With Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2) Infection A Randomized Clinical Trial. *Jama Network*. April-2020, p.1-14. doi:10.1001/jamanetworkopen.2020.8857
- BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk. 2011.
- BLOMMAERT, J. 2010. A critical sociolinguistics of globalization. In: J. BLOMMAERT, A sociolinguistics of globalization. New York, *Cambridge University Press*, p. 9-36. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511845307>
- BRAGA, I. M. M. A invisibilidade da mulher negra nas narrativas das políticas públicas de enfrentamento ao zika vírus. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017. *Anais*.
- BRAGA, J. L. *As bordas da circulação*. ALCEU - v. 10 - n.20 - p. 55 a 69 - jan./jun. 2010
- \_\_\_\_\_. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação* | E-compós, Brasília, v.15, n.3, set./dez. 2012.
- \_\_\_\_\_. Uma teoria tentativa. *E-Compós*, v. 15, n. 3, 2012.
- BRAGA, T; TOMICH, L. Coinfecção COVID-19 e malária: um relato de caso. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.* 2022; 26: supplement 1; 102279.
- BRAIT, B. *Bakhtin e o círculo*. Editora Contexto: São Paulo, 2022.
- BRAIT, B. Bakhtin e a natureza dialógica da linguagem. In: BRAIT, B (Org.). *BAKHTIN: dialogismo e construção do sentido*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2015, p. 87-98.
- BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: ABDR, 2010, p. 9-31.
- BRAIT, B; DE MELO, R. Enunciado / enunciado concreto / enunciação. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: ABDR, 2010, p. 61-78.
- BRAIT, B. Perspectiva dialógica. In: \_\_\_\_\_. (Org.); SOUZA-e-SILVA, MariaCecília (Org.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012, p.9-29.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. *Manual de Diagnóstico Laboratorial da Malária*. Série A. Normas e Manuais Técnicos. 2ª ed. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. *Guia de tratamento da malária no Brasil*. 2ª ed. Brasília, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde e Ministério da Educação. *Prevenção de doenças negligenciadas: Caderno Temático do Programa Saúde na Escola*. Brasília, 2022.

- BRONFMAN, M, N & CASTRO, R. Algunos problemas no resueltos en la integración de métodos cualitativos e cuantitativos en la investigación social en salud. In: *Congreso Latinoamericano de Ciencias Sociales Y Medicina*, 4, 1997, Cocoyo, Mexico (Miemeo).
- BRUCK, M. S; PIMENTA, A. P. F; MARQUES, C. L. Usos da memória como recurso de contextualização no jornalismo digital. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, n. 53, e-120623, 2022.
- BUTLER, J. *A vida psíquica do poder*. Rio de Janeiro | São Paulo: Atênica, 2020.
- \_\_\_\_\_. (2021) *Discurso de ódio*. São Paulo: Unesp Editora.
- \_\_\_\_\_. (2022) *Que mundo é este? Uma fenomenologia pandêmica*. Autêntica: Belo Horizonte e São Paulo.
- CAETANO, K. Extensidade de vítimas e intensidade perceptiva da Covid-19 em experiências visuais do jornal The New York Times e de A Folha de S.Paulo. *Braz. journal. res.*, - ISSN 1981-9854 - Brasília -DF - Vol. 17 - N. 1 - April - 2021, p. 152-157.
- CANAVILHAS, J; BACCIN, A. Contextualização de reportagens hipermédia: narrativa e imersão. *Brazilian Journalism Research* - Volume 1 - Número 1, 2015.
- CANGUILHEM, G. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2009.
- CAPONI, D. A saúde como abertura ao risco. In: CZERESNIA, D; FREITAS C. M (Org.). *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2020. p. 59-81.
- CARDOSO, B; HIRATA; D. Dispositivos de inscrição e redes de ordenamento público: UMA APROXIMAÇÃO entre a Teoria do Ator -Rede (ANT) e Foucault. *sociol. antropol.* | rio de janeiro, v.07.01:77-103, abril, 2017.
- CARDOSO, J. M. Comunicação, saúde e discurso preventivo: reflexões a partir de uma leitura das campanhas nacionais de Aids veiculadas pela TV (1987-1999). *Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura)* – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- CARDOSO J. M. Entre vítimas e cidadãos: risco, sofrimento e política nas narrativas do Jornal Nacional sobre as epidemias de dengue (1986-2008). 2012. 226f. *Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura)* – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CARDOSO, J. M; ROCHA, R. L. Interfaces e desafios comunicacionais do Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6):1871-1879, 2018. DOI: 10.1590/1413-81232018236.013120181.
- CARDOSO, J.; SACRAMENTO, I. Desafios da interdisciplinaridade no programa de pós-graduação em informação e comunicação em saúde/fiocruz. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [S. l.], v. 19, n. 35, 2021. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/683>. Acesso em: 3 jun. 2023.
- CARVELHO, C. A; LEAL, B. S; e JÁCOME, P. P. Contextualização e complexidades temporais: um exercício a partir da narrativa jornalística. *Intercom* – RBCC São Paulo, v. 44, n. 2, p.51-67, maio/ago. 2021.
- CASTEL, R. From Dangerousness to Risk. In: BURCHELL, G (Org); GORDON, C (Org.); MILLER, P (Org). *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. 1991, p. 281-298.

- CASTIEL, L. D. *Ensaio fora do tubo: a saúde e seus paradoxos*. Ed. Fiocruz | Hucitec: Rio de Janeiro | São Paulo, 2021.
- CASTIEL, L. D.; GUILAM, M. C. R.; FERREIRA, M. S. *Correndo o risco: uma introdução aos riscos em saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2015.
- CASTIEL, L. D.; XAVIER, C.; MORAES, D. R. De. *À procura de um mundo melhor: apontamentos preliminares sobre o cinismo em saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2016.
- CASTIEL, L. D.; DIAZ, C. A. D. *A saúde persecutória: os limites da responsabilidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- CASTIEL, L. D.; VASCONCELLOS-SILVA, P. R. *Precariedades do Excesso: informação e comunicação em saúde coletiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- CASTILHO, W.; ALMEIDA, C. Discursos sobre o aborto na epidemia de Zika: análise da cobertura dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo. *Cad. Saúde Pública* 2020; 36 Sup 1:e00190518. doi: 10.1590/0102-311X00190518
- CASTRO, G. Formas sintáticas de enunciação: o problema do discurso citado. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin e o Círculo*. São Paulo: Contexto, 2022, p. 117-135.
- CERTEAU, M. *A Escrita da História*. GEN | Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2022.
- \_\_\_\_\_. (2020) *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes
- CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2020.
- CEZAR, L. de S. C.; SOLJENITSIN, A. B. R. Análise da contextualização da cobertura da seca de 2014 pelo Jornal Online “O Globo” (Rio de Janeiro/RJ). Ano XIII, n. 04. Abril/2017, p. 171-185. *NAMID/UFPA*.
- CHANDA-KAPATA, P.; KAPATA, N.; ZUMLA, A. COVID-19 e malária: um desafio de rastreio de sintomas para países endêmicos de malária. *Int J Infect Dis*. 2020;94:151–53.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- \_\_\_\_\_. *A Manipulação da Verdade*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.
- CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.
- COEHN, R. *Performance como linguagem*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.
- CONCONE, M. H.V. B. Os Sentidos da Saúde: uma abordagem despretensiosa. In: GOLDENBERG (Org.), P.; MARSIGLIA (Org.), R. M. G.; GOMES (Org.), M. H. de A. *O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003, p. 75-82.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Código de Ética Médica: Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas Resoluções CFM nº 2.222/2018 e 2.226/2019*. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2019.
- CORRÊA, M. C. D. V.; VILARINHO, L.; BARROSO, W. B. G. Controvérsias em torno do uso experimental da cloroquina / hidroxicloroquina contra a Covid-19: “no magicbullet”. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30(2), e300217, 2020.
- COULDRY, N.; HEPP, A. *A construção mediada da realidade*. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2020.

- COSTA, D. C. A. R.; BAHIA, L.; CARVALHO, E. M. C. L. de; CARDOSO, A. M.; SOUZA, P. M. S. Oferta pública e privada de leitos e acesso aos cuidados à saúde na pandemia de Covid-19 no Brasil. *Saúde em Debate*, v. 44, p. 232-247, 2020.
- CZERESNIA, D.; MACIEL, E. M. G. S.; OVIEDO, R. A. M. *Os sentidos da saúde e da doença*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Fiocruz, 2013.
- CZERESNIA, D. O conceito e a diferença entre prevenção e promoção da saúde. In: CZERESNIA, D.; FREITAS C. M. (Org.). *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2020. p. 43-57.
- DAHLET, P. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. In: BRAIT, B (Org.). *BAKHTIN: dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 2015, p. 55-84.
- DAHLET, V. A entonação no dialogismo bakhtiniano. In: BRAIT, B (Org.). *BAKHTIN: dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 2015, p. 249-264.
- DANTAS, N. A.; RODRIGUES, A. S. B. Análise da Contextualização do Jornalismo Ambiental em Santa Catarina. *Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, Palmas, v. 2, n. 2, p. 152-171, Mai-Ago. 2018.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2019.
- DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. Campinas (SP): Papyrus Editora, 1972.
- \_\_\_\_\_. (1990) *Limeted INC*. Campinas (SP): Papyrus Editora.
- \_\_\_\_\_. (2018) *Aporias: morrer – esperar-se nos “limites da verdade”*. Vinhedo (SP): Editora Horizonte.
- \_\_\_\_\_. (2019) *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. (2020) *Bergsonismo*. Editora 34: São Paulo.
- DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. *Análise Cartográfica do Discurso: temas em construção*. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2021.
- DI GENNARO, F.; MAROTTA, C.; LOCANTORE, P.; PIZZOL, D.; PUTOTO, G. Malaria and COVID-19: Common and Different Findings Trop. *Med Infect Dis*. 2020 Set; 5(3):141; <http://dx.doi.org/10.3390/tropicalmed5030141>
- DIAS, N. L. C.; FACCINI-MARTÍNEZ, A. A.; OLIVEIRA, S. V. De. Análise das internações e da mortalidade por doenças febris, infecciosas e parasitárias durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. *InterAm J Med Health* 2021;4:e202101005.
- DINIZ, A. Fact-checking no Ecosistema Jornalístico Digital: práticas, possibilidades e legitimação. *Mediapolis*, 5: 23-37. 2018.
- DONNANGELO, M. C. F. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, Hucitec, 2011.
- DOUGLAS, M. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1966.
- DUNKER, C.; TEZZA, C (Org.); FUKS, J (Org.); TIBURI, M (Org.); SAFATLE V (Org.). *Ética e Pós-Verdade*. Porto Alegre/São Paulo: Intercultura, 2019.
- ECO, H. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- EWALD, F. Insurance and Risk. In: BURCHELL, G (Org); GORDON, C (Org.); MILLER, P (Org). *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. 1991, p. 197-210.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2ª ed. Brasília: UnB, 2019.
- FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. Contexto:

São Paulo, 2021, p. 37-60.

FAUSTO NETO, A. As bordas da circulação... *ALCEU* - v. 10 - n.20 - p. 55 a 69 - jan./jun. 2010.

FÉRAL, J. *Além dos limites: teoria e prática do teatro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

FERRAZ, L. M. R. Saúde e política na crise da Covid-19: apontamentos sobre a pandemia na imprensa brasileira. *Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde*. 2020 abr.-jun.;14(2):273-8. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i2.2128>.

FERREIRA, G. M. Uma proposta metodológica para o estudo da imprensa a partir das mutações na problemática da análise do discurso. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. Vol. VIII, n. 1, ene. – abr. 2006.

FERNANDES, J; LANZARINI, N. M; HOMMA, A; LEMOS, E. R. S de. *Vacinas*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2021.

FERNANDES, C. J; GANEM, F; OLIVIERI, F. G; VILIBOR, M. F; HELITO, A. S.O Outro Lado da Moeda: Os Riscos da Discussão de Dados Médico-Científicos pela Mídia Durante a Pandemia de COVID-19. *Arq Bras Cardiol*. 2020; 115(2):278-280

FIORIN, J. L. *As astúcias da Enunciação: As categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. BRAIT, B (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Ed. Contexto, 2023, p. 161-193.

FONTANILLE, J. *Semiótica do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2019.

FORNI, J. J. *Gestão de crises e comunicação: O que gestores e profissionais de Comunicação precisam saber para enfrentar crises corporativas*. São Paulo: Gen-Atlas, 2019.

FOUCAULT, M. (1996) *A ordem do discurso*. 12ª ed. São Paulo: Edições Loyola.

\_\_\_\_\_. (2006) *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2008a) *A arqueologia do saber*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

\_\_\_\_\_. (2008b) *O nascimento da biopolítica*. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, Tradução de Eduardo Brandão.

\_\_\_\_\_. (2008c) *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 1ª. ed. (Coleção Tópicos). Tradução de Eduardo Brandão; Revisão da Tradução de Claudia Berliner.

\_\_\_\_\_. (2010a) *O Governo de Si e dos Outros*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2016) *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2020a) *História da Sexualidade: A vontade de saber*. VI 1. São Paulo: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. (2020b) *História da Sexualidade: O uso dos prazeres*. VI 2. São Paulo: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. (2020c) *História da Sexualidade: O cuidado de si*. VI 3. São Paulo: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. (2020d) *História da Sexualidade: As confissões da carne*. VI 4. São Paulo: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. (2020e) *A coragem da verdade*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2021a) *Microfísica do poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro | São Paulo: Paz e

Terra.

. (2021b) *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Ed. Forense.

\_\_\_\_\_. (2021c) *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, M. Crise da medicina ou crise antimedicina?. *Verve*, 18: 167-194, 2010b.

FOUCAULT, M. (1972) Politics and the study of discourse. In: BURCHELL, G (Org); GORDON, C (Org.); MILLER, P (Org). *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. 1991, p. 53-72.

FLATSCHER, M; SERGEJ SEITZ. “Latour, Foucault, and Post-Truth: The Role and Function of Critique in the Era of the Truth Crisis.” *Le foucaldien* 6, no. 1 (2020): 6, 1–23. DOI: <https://doi.org/10.16995/lefou.83>

FLUSSER, V. *Língua e realidade*. São Paulo: Herder, 1963.

FRANÇA, V. R. V. Representações, mediações e práticas comunicacionais. In: PEREIRA, Miguel (Org.), GOMES, R. C. (Org.) e FIGUEIREDO, V. L. F. de (Org.). *Comunicação, representação e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Editora PUC, p.13-26, 2004.

FRANCISCATO, C. R. *A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica*. 2003. 336f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA), 2003.

FREEMAN D. et al (2022). Coronavirus conspiracy beliefs, mistrust, and compliance with government guidelines in England. *Psychological Medicine* 52, 251–263. <https://doi.org/10.1017/S0033291720001890>.

GADAMER, H-G. Teoria da história e linguagem: Uma réplica de Hans-George Gadamer. In: KOSELLECK, R (Org). *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-RJ, 2014, p. 111-118.

GEHRKE, M. As fontes acionadas no Jornalismo Guiado por Dados durante a cobertura da Covid 19. *VII Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo* - 10 de setembro de 2020.

GHIRALDELI Jr, PAULO. Subjetividade e pragmatismo. In: RORTY, R (Org.); GHIRALDELI Jr, P (Org.). *Ensaio pragmatistas sobre subjetividade e verdade*. DP&A: Rio de Janeiro, 2006.

GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GIDDENS, A; LASH, S; BECK, U. *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

GOMES, W. *Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa*. São Paulo: Paulus, 2007.

\_\_\_\_\_. (2009) *Jornalismo, fatos e interesses: Ensaio de teorias do jornalismo*. VI 1. Florianópolis: Insular, 2009.

GOMES, W; e MAIA, R. *Comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, W; DOURADO, T. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. 16 Nº 2. Julho a Dezembro de 2019 - ISSN 1984-6924, p. 33-45. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2019v16n2p33>

GONÇALVES, J. B. C; SIPRIANO, B. F. Enunciação e interação: diálogo entre a teoria bakhtiniana e a Pragmática. *Rev. Humanidades*, Fortaleza, v. 28, n. 2, p. 153-165, jul./dez. 2013

GONÇALVES, F. R. Medicalização da política: a vida social da cloroquina e seus demais agenciamentos. *Ponto Urbe [Online]*, 27 | 2020, posto online no dia 28 dezembro 2020, consultado no dia 30 maio 2023. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/9382>; DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.9382>

GRAVES, L. Boundaries not drawn: mapping the institutional roots of the global fact-checking movement. *Journalism Studies*: 1-19. 2016.

GRAVES, L. Anatomy of a fact check: objective, practice and the contested epistemology of fact checking. *Communication, Culture and Critique*: 10(3): 518-537. 2017.

GUERRA, J. L. *O percurso interpretativo na produção da notícia: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística*. São Cristóvão (SE): Ed. UFS, 2008.

GUERRA, J. L.; SILVA, M. S. A cobertura sobre saúde no Jornal Nacional: avaliação de qualidade a partir do critério relevância. *Pauta geral - estudos em jornalismo*, v. 7, p. 1-27, 2020.

HACKETT, R. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticioso. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Niterói (RJ): Vega, 1999, p. 101-130.

HALLIN, D. C et al, (2023) Journalistic Role Performance in Times of COVID, *Journalism Studies*, 24:16, 1977-1998, DOI: 10.1080/1461670X.2023.2274584

HALLIN, D. C., C. L. BRIGGS, C. MANTINI-BRIGGS, H. SPINELLI, and A. SY. 2020. "Mediatización de las Epidemias: La Cobertura Sobre la Pandemia de la Gripe A (H1N1) de 2009 en Argentina, Estados Unidos y Venezuela." *Comunicación y Sociedad* e7207. <https://doi.org/10.32870/cys.v2020.7207>.

HALL, S. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

\_\_\_\_\_. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez.1997.

HALL, T; CHRITCHER, C; JEFFERSON, T; CLARKE, J; ROBERTS, B. A produção social das notícias: O *mugging* nos media. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Niterói (RJ): Vega, 1999, p. 224-248.

HAN, B-C. *Infocracia*. Vozes: Petrópolis, 2021.

\_\_\_\_\_. *Psicopatía: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. 11ª ed. Belo Horizonte: Âyiné, 2023.

HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. 10ª ed. Petrópolis (RJ) | Bragança Paulista (SP): Vozes | Editora Universitária São Francisco, 2022.

\_\_\_\_\_. *A caminho da linguagem*. Petrópolis (RJ) | Bragança Paulista (SP): Vozes | Editora Universitária São Francisco, 2003.

HIPONA, A. [SANTO AGOSTINHO]. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HUSSEIN, MIH; ALBASHIR, AAD; ELAWAD, OAMA; HOMEIDA, A. Malaria and COVID-19: unmasking their ties. *Malar J*. 2020;19(1):457.

HUSSEIN, R; GUEDES M; IBRAHEIM, N; ALI, M; EL-TAHIR, A; ALLAM N; et al. Impact of COVID-19 and malaria coinfection on clinical outcomes: a retrospective cohort study. *Clin Microbiol Infect*. 2022; 28:8:1152. e1-1152.e6.

- HUSSERL, E. *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*. São Paulo: Ideias e Letras, 2020.
- IMOTO, A. M; DONATO, L. B; GOTTEMS, H. P. C. B; SANTANA, L. A; MONTEIRO, O. L. R; FERNANDES, S. E. S; AMORIM, F. F. Cloroquina e Hidroxicloroquina no tratamento da COVID-19: Sumário de Evidências. *Com. Ciências Saúde* 2020;31 Suppl 1:17-30.
- KANT, E. *Crítica da Razão Prática*. São Paulo: Lafonte, 2019.
- KENDALL, G. and GARY WICKHAM. Using Foucault's Methods. London: SAGE Publications Ltd, 1999. *Sage Research Methods*, Introducing Qualitative Methods, 28 Mar.
- KOSSELLECK, R. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-RJ, 2014.
- \_\_\_\_\_. (2021) Uma filosofia latente do tempo. São Paulo: Ed. Unesp.
- KRISTEVA, J. *Introdução à Semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. Perspectiva: São Paulo, 1998.
- KUSOTERA, A; NHENGU, TG. Coronavirus-19 and malaria: The great mimics. *Afr J Prim Health Care Fam Med*. 2020 Ago; 12(1):1-3. <http://dx.doi.org/10.4102/phcfm.v12i1.2501>
- LASSWELL, H. *Propaganda Technique in the World War*. New York: The University of Michigan Libraries, 1938.
- LATOURE, B. (2012) *Reagregando o social: uma introdução à teoria Ator-Rede*. Salvador: Edufba | Florianópolis: Edusc.
- \_\_\_\_\_. (2009) *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34.
- \_\_\_\_\_. (2000) *Ciência em Ação*. São Paulo: Ed. Unesp.
- Latour, Bruno. "Why Has Critique Run out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern." *Critical Inquiry* 30, no. 2 (2004): 225–48. <https://doi.org/10.1086/421123>.
- LEMOS, A. Epistemologia da comunicação, neomaterialismo e cultura digital. *Galaxia* (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, n. 43, jan-abr, 2020, p. 54-66. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25532020143970>
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- LEIROZ, F; SACRAMENTO, I. Cronotopias da intimidade catastrófica: testemunhos sobre a covid-19 no jornal nacional. *Estudos históricos*, v. 34, p. 384-404, 2021.
- LERNER, K; CARDOSO, J; CLÉBICAR, T. Covid-19 nas mídias: sentidos e afetos em novas formas de sociabilidade. In: VITOR, C (Org.); SOUSA, C. M de (Org.). *A pandemia na sociedade de risco: perspectivas da comunicação*. João Pessoa: Editora UFPB, 2021, p. 57-91.
- LEVINAS, E. *Totalidade e Infinito*. São Paulo: Edições 70, 2022.
- LEVINSON, S. C. *Pragmática*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.
- LIPPMANN, W. *Opinião Pública*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.
- LOHMANN, A. F. Sistemas de recomendação em sites de notícias: contextualização como proposta para engajamento de usuários. 2018. 147f. *Tese*. Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/9044>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- LÜCKMAN, A. P. *A noção de contexto no Jornalismo: uma proposição a partir da Teoria da Complexidade*. 2020. 245f. *Tese*. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Infor-

mação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/211238>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LÜCKMAN, A. P; FONSECA, Virginia P.S. Contexto e contextualização no Jornalismo: uma proposta conceitual. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 14, n. 2, jul./dez. 2017.

LUQUE A, MANIGLIO F, CASADO F, et al. Transmedia context and twitter as conditioning the Ecuadorian. *Trip. Comm.* 2020 [acesso em 2023 mai 06]; 2(47):47- 68. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/pt/covidwho-1077268>.

LUPTON, D. *Risk*. EUA/Canadá: *Taylor & Francis e-Library*, 2005.  
 . (1995) *The imperative of health: public health and the regulated Body*. Londres. SAGE Publications.

LUPTON, D; SOUTHERTON, C; CLARK, M; WATSON, A. *The face mask in covid times: a sociomaterial analysis*. Berlin-Boston: De Gruyter, 2022.

MACHADO, I. Gêneros discursivos. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: ABDR, 2010, p.151-166.

MACHADO, R. L. D. O impacto da COVID-19 na malária. *RBAC*. 2021;53(2):187-191. Carta ao Editor. Edição Especial COVID-19.

MACIEL, L.V. C. A (in)distinção entre dialogismo e intertextualidade. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 17, n. 1, p. 137-151, jan./abr. 2017.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2012.

MARCHEZAN, R. C. Dialogo. In: BRAIT, B (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chaves*. São Paulo: Ed. Contexto, 2023, p. 115-131.

MANDETTA, L. H. *Um paciente chamado Brasil: os bastidores da luta contra o coronavírus*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

MARRES, N. Why we can't have our facts back. *Engaging Science, Technology, and Society*, 4: 423-443. 2018.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1987.

MASSARANI, L; BROTAS, A; COSTA, M. C. R; NEVES, L. F. F. Vacinas contra a COVID-19 e o combate à desinformação na cobertura da Folha de S. Paulo. *Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos*. Vol. 23 Nº 2 - maio/agosto 2021, p. 29-43. doi: 10.4013/fem.2021.232.03

MATHEUS, L. C. *Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

MATTELART, A; MATTELART, M. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: Edições n-1, 2021.

McCOMBS, M. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

MEDEIROS, A. L. Para além de fake news: os complexos processos desinformativos em tempos de pandemia. In: VITOR, C (Org.); SOUSA, C. M de (Org.). *A pandemia na sociedade de risco: perspectivas da comunicação*. João Pessoa: Editora UFPB, 2021, p. 181-

204.

MELLADO, C. *et al.*, 2021. Sourcing Pandemic News: A Cross-national Computational Analysis of Mainstream Media Coverage of COVID-19 on Facebook, Twitter, and Instagram. *Digital Journalism* 9 (9): 1261–1285. <https://doi.org/10.1080/21670811.2021.1942114>.

MELO, J. R. R; DUARTE, E. C; MORAES, M. V de; FLECK, K; ARRAIS, P. S. D. Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. *Cad. Saúde Pública* 2021; 37(4):e00053221. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/tTzxtM86YwzCwBGnVBHKmrQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05/05/2023.

MELLO, P. C. *A máquina do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MENEZES, C. R; SANCHES, C; CHEQUER, F. M D. Efetividade e toxicidade da cloroquina e da hidroxicloroquina associada (ou não) à azitromicina para tratamento da COVID-19. O que sabemos até o momento?. *J Health Biol Sci. 2020 J; 8(1):1-9*.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOL, A. *The body multiple: ontology in medical practice*. Londres: Duke University Press; 2002.

MOLOTCH, H; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Niterói (RJ): Vega, 1999, p. 34-51.

MOREL, C; NORONHA, J. C. de. Apresentação. IN: RODRIGUES, M. L. (Org.). *Negligenciadas entre as negligenciadas: perspectiva de prevenção, controle e diagnóstico de doenças causadas por fungos*. Série Saúde Amanhã: Textos para Discussão. Fundação Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro, 2019, p. 7-10.

MOUILLAUD, M. O sistema das citações. In: MOUILLAUD, M (Org.); PORTO, S. D (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 117-144.

NEGRI, A. *Biocapitalismo*. São Paulo: Iluminuras, 2017.

NEGRI, A; GUATTARI, F. *As verdades nômade*s. Por novos espaços de liberdade. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

NEVES, A. L. M. das; FERREIRA, B. de O. Narrativas entre ciência e política no ativismo da cloroquina. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020006. ISSN 1807-0310. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240338>

NIEMINEM, S.; RAPELI, L. Fighting misperceptions and doubting journalists' objectivity: a review of fact-checking literature. *Political Studies Review*, 17(3): 296-309. 2018.

OLIVEIRA, B. S de. Comunicação, informação e desinformação na experiência de usuários e trabalhadores na APS durante a pandemia de COVID-19. 2024. 109f. *Dissertação* (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia. Salvador.

O'MALLEY, P. Risk and responsibility. In: BRATICH, J. Z. (Org.), PACKER, J. (Org.) e MCCARTHY, C. (Org.). *Foucault, Health and Medicine*. State University of New York Press: Albany, p.189-207, 2003.

ORESQUES, N; CONWAY, E. M. *Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. Nova York/Londres/ Berlim: Bloomsbury, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *World malaria report 2021*. Cape Town, South

Africa, 2021. ISBN 978-92-4-004049-6 (electronic version) | ISBN 978-92-4-004050-2 (print version)

PAIM, J. S. *O que é o SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

PAIM, J. S. Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão crítica. 2007. 300f. *Tese* (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PAIM, J. S. e ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? *Rev. Saúde Pública*, 32 (4): p.299-316, 1998.

PALOMO, B; SEDANO, J. (2018): “WhatsApp como herramienta de verificación de fake news. El caso de B de Bulo”. *Revista Latina de Comunicación Social*, 73, pp. 1384 a 1397. <http://www.revistalatinacs.org/073paper/1312/71es.html> DOI: 10.4185/RLCS-2018-1312

PATRÍCIO, E. Jornalismo contextualizado num ambiente de transformações - o Jornal Impressões. *Alaic*, 2014, GT16: Estudos sobre Jornalismo. v. 9, n. 17, 2014. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/107>. Acesso em: 22 mar. 2023.

PEIRCE. C. S. *Sobre a justificação científica de uma conceitografia: fundamentos da aritmética*. São Paulo: Abril Cultura, 1974.

PERELMAN, C. *O império retórico*. Porto: ASA, 1993.

PETERSEN, A. Risk, governance and the new public health. In: ROBIN, B. (Org.). *Foucault, Health and Medicine*. New York: Routledge, p.189-222, 1997.

PINHEIRO, C; EMERY, F. *Cloroquination*. São Paulo: Paraquedas, 2022.

PITTA, A. M. R. (Org.). *Saúde e Comunicação: visibilidades e silêncios*. Rio de Janeiro: Hucitec / Abrasco, 1995.

PLATÃO, Êutifron, *Apologia de Sócrates*, Críton. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

POMBO, O. Interdisciplinaridade: conceito, problemas e perspectivas. In POMBO, O (Org.); GUIMARÃES, H (Org.); LEVY, T (Org.). *Interdisciplinaridade: reflexão e experiência*. Lisboa: Texto, 1993, p. 8-14.

POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2013.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

RAJAGOPALAN, K. *Nova Pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. São Paulo: Exo Experimental Org | Editora 34, 2020. Tradução de Mônica Costa Netto.

\_\_\_\_\_. (2018) *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34. 1ª. ed. Tradução de Ângela Leite Lopes.

RANGEL-S, M. L. Epidemia, narratividade e produção de sentidos na mídia impressa - o caso do benzenismo na Copec, 1990 - 1991. 2001. 261f. *Tese* (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

RANGEL-S, M. L; PAIM, M. C; SOARES, C. L. M; SANTOS, D. M; SANDE, R. S; SANTOS, G. R. M. Ações governamentais para enfrentamento da crise de desinformação

durante a pandemia da Covid-19. *Saúde em Debate* | Rio de Janeiro, V. 45, N. Especial 2, p. 187-204, Dez 2021. ISSN 0103-1104.

RECIIS, *Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde*. 2020 out.-dez.;14(4):960-9. Entrevista com Janine Cardoso.

RÊGO, A. R; BARBOSA, M. *A construção intencional da ignorância*. O mercado das informações falsas. Rio de Janeiro: Maud X, 2020.

RIBEIRO, A. P. G; MARTINS, B; ANTUNES, E. Linguagem, sentido e contexto: considerações sobre comunicação e história. *Revista Famecos*, vol. 24, n° 3, 2017.

RIBEIRO, B; Hartley, S; Nerlich, B; Jaspal, R. Media coverage of the Zika crisis in Brazil: The construction of a 'war' frame that masked social and gender inequalities. *Elsevier Social Science & Medicine* 200 (2018) 137–144. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2018.01.023>

RIBEIRO, F. R. G. Controvérsias como práticas discursivas: uma abordagem retórica Fractal. *Revista de Psicologia*, v. 23 – n. 3, p. 557-578, Set./Dez. 2011.

RICARD, J, MEDEIROS, J. Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil, *The Harvard Kennedy School (HKS) Misinformation Review*, Cambridge, v.1, n.1, abr, 2020. Disponível em: [https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/42661741/final\\_brazil.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/42661741/final_brazil.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 05/05/2023. RIEDER, Bernhard. YouTube data tolls. Computer software. Vers, v.1 n.5, 2015.

RICOEUR, P. *Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 2019.

\_\_\_\_\_ (2020a) *Tempo e Narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. VI. 1. São Paulo: WMF, 2020.

\_\_\_\_\_ (2020b) *Tempo e Narrativa: a configuração do tempo na narrativa de ficção*. VI. 2. São Paulo: WMF, 2020.

\_\_\_\_\_ (2020c) *Tempo e Narrativa: o tempo narrado*. VI. 3. São Paulo: WMF, 2020.

\_\_\_\_\_ (2020d) *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas (SP): Ed.Unicamp

ROCHA, V. D. *et al.* Malaria and COVID-19 coinfection in a non-malaria-endemic area in Brazil. *Journal of the Brazilian Society of Tropical Medicine*. Vol.:56 | (e0598-2022) | 2023 <https://doi.org/10.1590/0037-8682-0598-2022>

RODRIGUES, A. D. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In N. Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1999, p. 61-73.

RODRIGUES, R; COSTA, H. *A política contra o vírus: bastidores da CPI da Covid*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

RODRIGUES, R. R. N; GRISOTTI, M; RIBAS, M. T; FABARA, P. J. M. A epidemia de Zika nas notícias: recomendações de prevenção nos jornais. *Revista Científica do ITPAC*, Araguaína, v. 16, n. 1, p. 01-07, 2023.

ROHLING, N. Cronotopo pandêmico e a produção de imagens corpóreas: reflexões inacabadas. Florianópolis (SC): *Rev. Fórum Linguístico*, 2020, p. 5222-5237. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2020.e78444>

ROSE, N. Como se deve fazer a história do eu? *Educação & Realidade*: Porto Alegre, v. 26, n. 1, pp. 34-57, jan/jun 2001.

ROSE, N; O'MALLEY, P; VALVERDE, M. Governmentality. *Annual Review of Law and Social Science*, Vol. 2, pp. 83-104, 2006.

ROUVROY, A; BERNS, T. Governamentalidade e algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?. In: BRUNO, F (Org.); CARDOSO, B (Org.); KANASHIRO, M (Org.); GUILHON, L (Org.); MELGAÇO, L (Org.). *Tecnopolíticas da Vigilância: perspectiva da margem*, 2018, p. 107-139.

ROUVROY, A. Entrevista com Antoinette Rouvroy: Governamentalidade Algorítmica e a Morte da Política. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v.8, n.3, dez. 2020, p. 15-28 ISSN: 2317-9570

SAAVEDRA-VELASCO, M; CHIARA-CHILET, C; PICHARDO-RODRIGUEZ R; GRANDEZ-URBINA, A; INGA-BERROSPI, F. Coinfección entre dengue y COVID-19: Necesidad de abordaje en zonas endémicas. *Rev Fac Cien Med Univ Nac Cordoba*. 2020 Mar; 77(1):52-4. <http://dx.doi.org/10.31053/1853.0605.v77.n1.28031>

SACRAMENTO, I. P. Nos tempos de Dias Gomes: a trajetória de um intelectual comunista nas tramas comunicacionais. 2012. 512f. *Tese* (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SACRAMENTO, I. *Mediações comunicativas da saúde*. Multifoco: Rio de Janeiro, 2017.

SACRAMENTO, I. Círculo de Bakhtin, o dialogismo e a historicidade dos processos comunicacionais. In: RÊGO, A. R (Org.); HODHLFELDT, A (Org.); MACHADO, M. B (Org.); GUILLAMET, J (Org.); RODRÍGUEZ, A. P (Org.); SOUSA, J. P (Org.). *Os desafios da pesquisa em história da comunicação: entre a historicidade e as lacunas da historiografia*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2019, p. 77-109.

SACRAMENTO, I; BORGES, W. *Representações midiáticas da saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

SACRAMENTO, I; FALCÃO, H; A. C MONARI. Sob o regime contemporâneo da pós-verdade: o bios midiático, a desinformação científica em saúde e a importância da perspectiva das mediações. In: MALINVERNI, C (Org.); BRIGAGÃO, J (Org.). I. M.; CARDOSO, J (Org.); VILLELA, E. F (Org.). M; BUGUEÑO, C. R. Z (Org.). *Desinformação e covid-19: desafios contemporâneos na comunicação e saúde*. Coleção Temas de Saúde Coletiva N°. 32. São Paulo: Instituto de Saúde, 2023, p. 25-47.

SACRAMENTO, I; HEYMANN, L; RIBEIRO, A. P. G. O estudo dos arquivos nas interfaces entre comunicação, história e saúde. *RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 17, p. 243-247, 2023.

SACRAMENTO, I; PAIVA, R. Fake News, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil. *MATRIZES*, 14(1), 79-106, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/160081>>. Acesso em: 18/06/2020.

SALGADO, Suzana; STRÖMBÄCK, Jesper. Interpretive journalism: a review of concepts, operationalizations and key findings. *Sage Journals: Journalism*, London, v. 13, n. 2, p. 144–161, mar. 2015.

SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, D. M. Comunicação entre trabalhadores da comissão nacional permanente do benzeno: representações das bancadas laboral e do governo sobre a noção de risco no trabalho. 2017. 43 f. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Especialização em Informação e Comunicação em Saúde) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

\_\_\_\_\_. (2018). SANTOS, D. M. Discursos sobre o Risco de Exposição ao Benzeno no Brasil: uma Análise da Campanha Operação Caça Benzeno. São Paulo: *Intercom*, 2018. ISSN: 2175-4683.

Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0581-1.pdf>>. Acesso em: 01/03/2023.

\_\_\_\_\_. (2019). Os discursos de risco como prática educativa no trabalho: uma análise da campanha Operação Caça Benzeno (1991-1994). 2019. 380f. *Dissertação* (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (2021a). *Operação Caça Benzeno: os discursos de risco como prática educativa no trabalho*. Rio de Janeiro: Autografia.

\_\_\_\_\_. (2021b). Entre Aderências e Resistências pelos “Cuidados de Si”: Mediações Socioculturais Comunitárias durante a Pandemia de Covid-19 em Salvador. São Paulo: *Intercom*, 2021. ISSN: 2175-4683. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt7-sa/deivson-mendes-santos.pdf>. Acesso em: 01/03/2023.

\_\_\_\_\_. (2022). Identidade e representação entre médicos e Conselho Federal de Medicina: Textos e contextos de uso da hidroxiclороquina para tratamento precoce à Covid-19 no Brasil (2020-2021). 150f. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Especialização em Comunicação Estratégica e Gestão de Marcas) – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

\_\_\_\_\_. (2023). Entre o ‘científico’ e o ‘político’: a controvérsia sobre o uso da hidroxiclороquina à Covid-19 no Brasil. São Paulo: *Intercom*, 2023. ISSN: 2175-4683.

Disponível em: [https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link\\_aceite/nacional/11/0809202311514464d3a80040ede.pdf](https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0809202311514464d3a80040ede.pdf). Acesso em: 30/10/2023.

SANTOS, J. L. F. dos; MATIAS, D. S.; NOVAIS, N. N. The scientific paradigm in the discourse of brazilian media on Zika and Microcephaly. *Rev Inter Educ Saúde*, Salvador, 2018 Outubro; 2(1):9-18. Doi: 10.17267/2594-7907ijhe.v2i1.1605 | ISSN 2594-7907, p. 9-18.

SARMENTO, R; DORNELAS, P; ELIAS, M. L. G. G. R; ROCHA, A. Zika vírus e microcefalia nos discursos de mulheres no jornalismo e no Facebook. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 301-318, abr./jun. 2021.

SAWAIA, B. B. O Sentido Ético-Político da Saúde na Era do Triunfo da Tecnobiologia e do Relativismo. In: GOLDENBERG (Org.), P; MARSIGLIA (Org.), R. M. G; GOMES (Org.), M. H. de A. *O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003, p. 83-94.

SCHECHNER, R. 2006. O que é performance?. *Performance studies: an introduction*, second edition. New York & London: Routledge, p. 28-51. Tradução de r. l. almeida, publicada sob licença creative commons, classe 3. abril de 2011.

SCHWARCZ, L. M; STARLING, H. M. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SEARL, J. R. *Expressão e significado*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SEIXAS, L. Para compreender gêneros jornalísticos: teorias do jornalismo e mídiaologia. In: (Org.); PINHEIRO, N. F. *Gêneros: um diálogo entre comunicação e linguística*. Florianópolis: Insular, p. 81-102, 2013.

SEIXAS, R. A retórica da pós-verdade: o problema das convicções. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 18, p. 122-138, abr.2019. DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-18-2197](https://doi.org/10.17648/eidea-18-2197).

SHERRARD-SMITH, E; HOGAN AB; HAMLET, A. The potential public health consequences of COVID-19 on malaria in Africa. *Nat Med*. 2020 Ago; 26:1411–1416. <http://dx.doi.org/10.1038/s41591-020-1025-y>

SILVA, A. R. da; ABREU, L. F. S. de; COLLING, G. dos P. A ESTRUTURA GRAFEMÁTICA DA COMUNICAÇÃO: notas de um pensamento comunicacional em Jacques Derrida. In: *ANAIS DO 29º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2020*, Campo Grande. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2020. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2020/trabalhos/a-estrutura-grafematica-da-comunicacao-notas-de-um-pensamento-comunicacional-em?lang=pt-br> Acesso em: 08 jun. 2023.

SILVA, E. G; GONÇALVES, J. B. C; ALENCAR, C. de N. Signos e sentidos em transporte: uma análise da entextualização do enunciado “Como uma menina” no vídeo da campanha publicitária #LikeAGirl, da Always. *Calidoscópio*. 18(3): 527-546 setembro-dezembro 2020. ISSN 2177-6202. Unisinos - doi: 10.4013/cld.2020.183.03

SILVA, F. dos S; FERRAZ, R. R. N. Tratamentos para COVID-19: síntese de evidências. *International Journal of Health Management Review*, v. 6, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.37497/ijhmreview.v6i1.200>. Disponível em: <https://www.ijhmreview.org/ijhmreview/article/view/200/135>. Acesso em: 05/05/2023.

SOBRAL, A. Ético e estético: Na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: ABDR, 2021, p. 103-121.

SODRÉ, M. *Antropológica do espelho: por uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. (2019) *A ciência do comum: Notas para o método comunicacional*.

\_\_\_\_\_. (2021) *A sociedade incivil: mídia, iliberalismo e finanças*. Petrópolis (RJ): Vozes.

SODRÉ, Muniz. *O facto falso: Do factóide às fake news. As fake news e a nova ordem (des) informativa na era da pós-verdade*. p. 87-100, 2019.

SOUZA FILHO, D. M. Apresentação: A filosofia da linguagem de J. L. Austin. AUSTIN, J. L (Org.). *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p. 7-17.

SUASSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

SEIXAS, L. Para compreender gêneros jornalísticos: teorias do jornalismo e mídiaologia. In: (Org.); PINHEIRO, N. F. *Gêneros: um diálogo entre comunicação e linguística*. Florianópolis: Insular, p.81-102, 2013.

TANDOC, E. 2017. Defining “fake news”: A typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*, 6 (2), 137–153. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>. Acesso em: 14/11/2019.

TÉTU, J-F. Referência e significação: *Le Monde*. In: MOUILLAUD, M (Org.); PORTO, S. D (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 191-201.

- THOMPSON, J. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Vozes: Petrópolis (RJ), 1998.
- TODOROV, T. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.
- TUCHMAN, G. *A Study in the Construction of Reality*. Nova York: The Free Press, 1978.
- TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In N. Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1999, p. 61-73.
- WEINMANN, A. O. Dispositivo: um solo para a subjetivação. *Psicologia & Sociedade*; 18 (3): 16-22; set/dez. 2006.
- WESTPHAL, Márcia F. Promoção da saúde e prevenção de doenças. In: CAMPOS, G.W.S (Org); MINAYO, M.C.S (Org); AKERMAN, M (Org); CARVALHO, Y.M (Org). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec e Fiocruz, 2006, p.635-667.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Série "Os pensadores". São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- VASCONCELLOS-SILVA, P.R. e CASTIEL, L.D. COVID-19. As fake news e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas. *Caderno de Saúde Pública*. 36(7), e00101920. 2020.
- VASTERMAN, P. L. M., and N. RUIGROK. 2013. "Pandemic Alarm in the Dutch Media: Media Coverage of the 2009 Influenza A (H1N1) Pandemic and the Role of the Expert Sources." *European Journal of Communication* 28 (4): 436–453. <https://doi.org/10.1177/0267323113486235>.
- VERÓN, E. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.
- VICTOR, C; SOUSA, C de. *A pandemia na sociedade de risco: perspectivas da comunicação*. João Pessoa: UFPB, 2021.
- VIEIRA-DA-SILVA, M. L. *O campo da saúde coletiva*. Rio de Janeiro | Salvador: Ed. Fiocruz | Ed. UFBA, 2019.
- VILLA GRACÍA, A. D. y CERDÁN MARTÍNEZ, V. (2020). Fake news during the Covid-19 pandemic in Spain: a study through Google Trends. *Revista Latina de Comunicación Social*, 78, 169-182. <https://www.doi.org/10.4185/RLCS-2020-1473>
- VOLÓCHINOV, V. (2006) *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12ª ed. São Paulo: Hucitec. \_\_\_\_\_ . (2019) *A palavra na vida e a palavra na poesia*. São Paulo: Editora 34.
- ZAROCOSTAS, J. (2020). Como combater um infodêmico. *The Lancet*, 395 (10225), 676.